



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Leonardo de Oliveira Fontes

**O direito à periferia:
experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores
periféricos de São Paulo**

Rio de Janeiro

2018

Leonardo de Oliveira Fontes

**O direito à periferia:
experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de
São Paulo**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Alba Maria Zaluar

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA IESP

F683 Fontes, Leonardo de Oliveira.
O direito à periferia: experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de São Paulo / Leonardo de Oliveira Fontes. - 2018.
334 f.

Orientador: Alba Maria Zaluar.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Cidadania – Teses. 2. Mobilidade social - Teses. 3. Sociologia – Teses. I. Zaluar, Alba Maria. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 378.245

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Leonardo de Oliveira Fontes

**O direito à periferia:
experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de
São Paulo**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 27 de abril de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Alba Maria Zaluar (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Mariana Cavalcanti
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Carlos Antonio Costa Ribeiro
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Edmond Préteceille
Sciences Po-CNRS

Gabriel de Santis Feltran
Universidade Federal de São Carlos

Rio de Janeiro
2018

DEDICATÓRIA

Para as guerreiras e guerreiros das periferias do Brasil que lutam incansavelmente por um mundo mais digno, fraterno e justo, sem vocês, estaríamos perdidos.

Para Tania e Aroldo (in memoriam), sem vocês, eu nada seria.

AGRADECIMENTOS

*Começo a conhecer-me. Não existo.
Sou o intervalo entre o que desejo ser e os outros me fizeram,
ou metade desse intervalo, porque também há vida ...
Sou isso, enfim ...
Apague a luz, feche a porta e deixe de ter barulhos de chinelos no corredor.
Fique eu no quarto só com o grande sossego de mim mesmo.
É um universo barato.
Álvaro de Campos (heterônimo de Fernando Pessoa)*

A elaboração de uma tese de doutorado pode muito bem se resumir ao “universo barato” do silêncio e do “sossego” solitário do pesquisador em seu quarto ou em uma biblioteca. Entendo, contudo, que o resultado de uma pesquisa doutoral, apresentado em forma de tese, é muito mais do que a finalização de quatro anos de pesquisas, leituras e experimentos. Para além dos esforços individuais do pesquisador, há toda uma série de relações sociais e institucionais mais ou menos profundas que se estabelecem entre o pesquisador e todos aqueles que cruzam seu caminho e que conformam, de maneiras diversas, o percurso entre o projeto e a tese. Entre um e outro, há sempre o imponderável, o contingente, “há vida”.

No meu caso, considero esta tese como encerramento de ao menos dois ciclos de durações diferentes, ao mesmo tempo em que se trata de um primeiro capítulo de outros tantos ciclos que se abrem para o futuro. Em primeiro lugar, ela encerra um ciclo de mais de uma década de estudos acadêmicos, que teve início com minha entrada na graduação em Relações Internacionais na USP, em 2004, passa pelo mestrado em Sociologia naquela instituição e termina com o doutorado que agora concluo no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ).

Mas há também um ciclo curto e de especial significado por representar tamanhas mudanças em minha vida. Esse ciclo se inicia em 2013, ano em que comecei a formular o projeto que resultaria nesta tese. Naquele ano, eu completava 28 anos de vida e uma amiga querida me disse que esse é justamente o momento em passamos pelo “retorno de saturno”. Nunca acreditei em astrologia, mas é fato que os 28 anos significaram transformações bastante profundas em minha vida, pessoais, profissionais, acadêmicas e políticas.

Início os agradecimentos por aqueles que fizeram parte deste ciclo mais curto e que tiveram papel crucial nos resultados aqui apresentados.

Institucionalmente, agradeço ao CNPq pela bolsa que me possibilitou uma dedicação exclusiva ao doutorado, à CAPES pela bolsa de sanduíche que permitiu que eu aprofundasse minhas reflexões ao passar uma importante temporada acadêmica na Universidade do Texas,

em Austin – a quem também agradeço pela recepção e pela infraestrutura que me foi oferecida – e novamente ao CNPq que, por meio do financiamento do projeto “Sociabilidade, civilidade e cidadania em três cidades brasileiras”, garantiu recursos adicionais que possibilitaram a realização de uma pesquisa ainda mais densa e aprofundada do que a inicialmente planejada. Agradeço ainda à FAPERJ que também financiou parte dos estudos desenvolvidos no âmbito desta pesquisa.

Agradeço também ao Núcleo de Pesquisas das Violências (NUPEVI) dentro do qual se desenrolou o mencionado projeto e ao IESP que me acolheu em seu programa de pós-graduação e, por meio de um ambiente intelectualmente rico e estimulante, me ajudou a aprimorar meus conhecimentos e reflexões sociológicas. A todo corpo acadêmico e aos bravos funcionários que, mesmo em um momento de grave crise financeira e política pela qual passa a UERJ, não deixaram a peteca cair. A todas e todos que tiveram e seguem tendo seus salários absurdamente atrasados, meu mais profundo respeito, admiração e solidariedade. Seguimos juntos na luta por uma universidade pública, gratuita e cada vez mais democrática.

Agradeço profundamente à minha orientadora, a professora Alba Zaluar que, desde quando esta tese era apenas uma vaga e abstrata ideia a abraçou junto comigo. Seus comentários, críticas e reflexões contribuíram enormemente para o aprimoramento das hipóteses aqui defendidas. Além disso, seu apoio moral, intelectual e financeiro, por meio dos projetos financiados pelo CNPq e pela FAPERJ e por ela coordenados, ao longo desses quatro anos, foram essenciais para que eu chegasse aos resultados aqui apresentados.

Alguns professores tiveram papel também relevante na lapidação do que busco aqui discutir. Agradeço, primeiramente, aos professores Mariana Cavalvanti e Carlos Antonio da Costa Ribeiro que fizeram preciosos comentários ao meu projeto de tese no exame de qualificação e me auxiliaram na correção de algumas rotas e no levantamento de novas hipóteses e caminhos. Agradeço também ao professor Luiz Augusto Campos que conduziu a disciplina “Seminário de Projeto” de forma séria e dedicada, tecendo preciosos comentários àquelas ideias iniciais e ao professor Luiz Antonio Machado da Silva, com quem cursei a disciplina “Seminário de Tese”. Seus *insights* e ponderações sempre precisas e bem colocadas me ajudaram a organizar algumas importantes questões para a tese.

Agradeço ainda aos professores Edmond Préteceille, Breno Bringel e mais uma vez à Alba, Mariana e Carlos Antonio pelas disciplinas que ofereceram e que contribuíram para minha formação nesse período com leituras e discussões instigantes e conectadas com a realidade contemporânea.

Agradeço também a todos os colegas que participaram dessas disciplinas, com quem pude trocar experiências e informações. Em especial, destaco meus “colegas de orientadora” Rafael, Duda e Carol e os colegas de turma Bia, Jefferson e Michel, com quem tive a oportunidade de trocar ideias mais aprofundadas sobre minhas hipóteses e formulações.

Do período que passei em Austin, gostaria de agradecer ao departamento de sociologia da UT pela calorosa recepção, em nome da assistente executiva Julie Kniseley. Agradeço também ao Professor Bryan Roberts pela pronta recepção como meu supervisor e pelo apoio acadêmico e intelectual e aos professores Javier Auyero e Daniel Friedman com quem pude trocar valiosas ideias sobre minha pesquisa e à bibliotecária do LLILAS Benson Latin American Studies and Collections, que me forneceu preciosas dicas e ferramentas de pesquisa. Agradeço, ainda, aos amigos que fiz por lá Julien Landry, Zeca e Dani pelos ótimos momentos de descontração e debates sociológicos e políticos.

Agradeço aos pesquisadores que me ajudaram na aplicação do questionário a partir do qual realizei um primeiro levantamento de informações a respeito dos bairros onde a pesquisa se desenvolveu: Antonia Malta Campos, David da Silva Junior e Fabiano Santos. A seriedade e o comprometimento deles com o trabalho foi essencial para um levantamento preciso dos dados aqui utilizados. Agradeço também ao Mário Monteiro pelo auxílio estatístico no recorte e seleção da amostra que possibilitaram a aplicação do questionário.

Agradeço à Leonildes Nazar, Sandra Siqueira, Fernanda Cristina e Sandra Santos pela cuidadosa transcrição das entrevistas, que foram essenciais para facilitar meu trabalho de análise e à Eneida Carvalho, pelo apoio no gerenciamento dos projetos do CNPq e da FAPERJ.

Gostaria de poder agradecer a todas e a cada uma das pessoas que conheci em minha jornada pelas periferias de São Paulo. Obrigado por abrirem a porta de suas casas, por me receberem, me ouvirem e me contarem um pouco de suas experiências. Vocês são parte fundamental do processo consolidado nestas páginas. Espero fazer jus às incríveis histórias de luta e superação de terríveis obstáculos todos os dias que me foram relatadas. Com vocês aprendi muito!

Durante os quatro anos de elaboração da tese, participei de diversos congressos acadêmicos que me ajudaram a aprimorar minhas ideias e conclusões parciais. Agradeço, assim aos organizadores dos encontros das seguintes instituições: Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS), Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Global Studies Association (GSA), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Seminários FESPSP e Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) e, em especial, aos professores e pesquisadores que coordenaram as mesas da

qual fiz parte e a todos que elaboraram perguntas ou teceram comentários e críticas aos meus trabalhos. Destaco, as interlocuções que mantive nesses congressos com os colegas André Nahoun, Gustavo Onto, Eugênia Motta, Renata Macedo, Maíra Volpe, Victoria Irissari e Ruben Oliven, que teceram comentário que me foram muito úteis na elaboração das conclusões aqui apresentadas.

Nesse mesmo sentido, agradeço à International Sociological Association (ISA), em nome de sua presidenta Margaret Abraham, que financiou minha participação na ISA PhD Lab, onde pude participar de uma interessantíssima troca de ideias e experiências com alunos de doutorado de diversas universidades do mundo, bem como do encontro da British Sociological Association (BSA).

Agradeço também ao professor Gabriel Feltran com quem pude discutir alguns pontos desta tese e a seu grupo de orientandos que me acolheram em um rico debate na UFSCar em torno de algumas de minhas hipóteses.

Feitos esses agradecimentos àqueles que marcaram minha trajetória acadêmica nos últimos 4 anos, passo, agora, àqueles que estão ao meu lado em uma caminhada mais longa e que contribuiram tanto para minha formação intelectual quanto pessoal.

Inicialmente, gostaria de agradecer a meus orientadores de iniciação científica, Miriam Dolnikoff e de mestrado, Brasília João Sallum Jr. que me introduziram no mundo da pesquisa acadêmica e foram importantes fontes de inspiração e exemplo pela seriedade e rigor com que conduzem suas aulas e pesquisas.

Ao amigo e parceiro intelectual Jonas não tenho palavras para agradecer. Além do apoio e carinho em inúmeros momentos, sua leitura sempre atenta aos meus textos, suas críticas sempre construtivas e suas opiniões contundentes e sinceras me ajudaram muito a esclarecer minhas próprias ideias, reformular hipóteses e traçar novos caminhos. Muito do que é argumentado aqui é fruto de nossas conversas e trocas de ideias e impressões.

Ao Fred (cumpadi) e ao Danilo agradeço pelas discussões políticas e intelectuais que me ajudam sempre a amadurecer e repensar minhas ideias e pela ótima companhia na troca de angústias e para dar boas risadas.

Ao Ernesto também me faltam palavras. Sua acolhida carinhosa, primeiro no Rio de Janeiro e depois em sua casa em São Paulo, foram essenciais para minha (re)adaptação nesses lugares. Além disso, as inúmeras ideias que trocamos há mais de uma década por meios virtuais ou pessoais sempre colaboram para meu amadurecimento político, intelectual e pessoal.

Aproveito para agradecer aos amigos de muitos anos, mas que nos últimos seis meses se tornaram companheiros de moradia. Zé, Thi (Badá), Rê, dividir a casa com vocês é um

enorme prazer, obrigado pelos papos na mesa da cozinha, na sala tocando violão ou dividindo um jantar, um café da manhã, uma lata de cerveja ou uma garrafa de vinho. Sem vocês, seria muito mais difícil sobreviver ao árduo processo de escrita da tese.

No Rio, construí novas amizades e estreitei laços antigos. Pessoas que levarei sempre no coração, mesmo quando estivermos longe fisicamente. Débs e sua contagiante alegria, Manu e sua frurice, Antoine e sua incrível malandragem franco-carioca espalhando a suavidade pelo mundo, saudades infinitas de nossos jantarzinhos, idas ao chorinho, ao samba e claro, dos eternos carnavais. Marcel e Cami, pessoas incríveis e sempre ótima companhia. Zeza e Luigi, o casal mais figura e com quem pude trocar tantas ideias (das mais sérias às mais absurdas) nesses últimos anos, em nome de quem agradeço a todos os amigos da Adega e dos botecos que percorremos pela cidade maravilhosa.

Aos eternos amigos de RI (e agregados) meu muitíssimo obrigado por quase uma década e meia de muito amor, amizade e alegria. D, Caio, Danilo, Fatah, Fê, Dib, Gabriel, Lu, Talita, Tassia, Dani, Xuxu, Vinas, Mari Brito vocês são pessoas incríveis, nossos carnavais, festas, bares, churrascos e, sobretudo, nossas conversas e reflexões conjuntas são sempre momentos de diversão e aprendizado.

Aos demais amigos de RI, que sempre levarei com grade carinho, Luís, Vitão, Rowing, Pedro e Maurício, agradeço pelas horas de descontração e alegrias.

Agradeço a grandes amigos que, mesmo não tão próximos no dia-a-dia, seguem presentes em meu coração e em meus pensamentos como o Sérgio, a Melina e o Vic. À Nádia, agradeço por tantas vezes ter estado ao meu lado com um gesto ou uma palavra de carinho.

Ao Marcos, com quem troquei importantes impressões políticas e acadêmicas sobre a efervescência cultural que tem marcado as periferias nos últimos anos.

Do período que passem em Brasília, agradeço ao Gilberto e ao Ricardinho, colegas de trabalho que se tornaram grandes amigos e que muito contribuíram para minha formação política, pessoal e profissional. Em nome deles, agradeço também aos colegas de FNP com quem convivi nos inúmeros projetos dos quais tive o orgulho de ser parte nos últimos anos. E aos ex-chefes que foram exemplo de compromisso com a coisa pública e com o desejo de desenvolver a ciência brasileira Carlos Nobre e Mercedes Bustamente.

Agradeço ao Luquinhas, esse grande companheiro que tenho o privilégio de chamar de irmão. Tamo sempre junto!

Para Ju, minha companheira de jornada nesses últimos 4 anos e que esteve presente em cada pequeno ou grande momento da realização desta tese, precisaria de outras 300 páginas para agradecer por tudo. Desde a revisão do projeto, passando pelo apoio, pela confiança e pelo

afeto em cada momento difícil, na perda do meu pai, na mudança pro Rio, nas inúmeras viagens pra São Paulo, na revisão de meus textos, no amor e no carinho de cada gesto cotidiano. Obrigado por pular de paraquedas (ou sem) na vida ao meu lado e por torna-la mais doce e fraterna, “eu quero correr mundo, correr perigo... e quero que você venha comigo!”

Por fim, preciso agradecer a duas pessoas incríveis que são em grande medida responsáveis por quem eu sou hoje e a quem dedico esta tese. Tania, o amor e o carinho que você me dá todos os dias e que espero estar à altura de retribuir não cabe em uma folha de papel, mas tenha certeza que ele está presente em cada decisão e em cada conquista da minha vida. Aroldo, só eu sei como queria você aqui comigo neste momento, suas sempre sábias palavras, seu abraço apertado, seu incondicional apoio e seu amor me fazem falta todos os dias, mas nunca deixarão de estar presentes em meus pensamentos e ações. Chamar vocês de pais é uma inominável honra e um eterno orgulho.

Quando nascemos, quando entramos neste mundo, é como se firmássemos um pacto para toda a vida, mas pode acontecer que um dia tenhamos de nos perguntar Quem assinou isso por mim, eu perguntei e a resposta é esse papel

José Saramago – Ensaio sobre a lucidez

Se nada ficar destas páginas, algo pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.

Paulo Freire – Pedagogia do oprimido

RESUMO

FONTES, L. O. *O direito à periferia: experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de São Paulo*. 2018. 329 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O propósito desta tese é discutir a experiência de moradores das periferias de São Paulo em torno da luta pela mobilidade social e pela conquista da cidadania ao longo das três últimas gerações. A pesquisa parte do debate a respeito da ascensão social recente no Brasil e da constatação de que os mais pobres vivenciaram mudanças substanciais em suas condições econômicas e em termos de acesso à escolarização formal, sobretudo entre meados dos anos 2000 e a primeira metade da década de 2010. Contudo, no nível urbano, em especial no caso de São Paulo, essa mobilidade social não significou nem um mobilidade geográfica para regiões centrais da cidade, nem o acesso imediato a melhores serviços públicos e à infraestrutura urbana, excluindo parcela considerável da população dos direitos consolidados na ideia de “direito à cidade”. Desse modo, por meio de uma pesquisa multimetodológica, que combinou métodos quantitativos com uma pesquisa de viés etnográfico, em duas regiões periféricas da cidade de São Paulo, buscou-se investigar as mudanças e permanências no *modo de vida* desses sujeitos a partir das modificações em seu *padrão de vida*. Procurou-se, então, analisar os principais elementos que marcaram as mudanças no *modo de vida* dessa população periférica e as formas de atuação política que articularam ao longo das últimas décadas. São analisados, portanto, elementos como a migração para a cidade, a luta pela inserção no mercado de trabalho, a constituição de movimentos sociais e a luta por direitos, a violência urbana e as diversas manifestações culturais que esses sujeitos produzem como forma de expressar seus anseios e projetos políticos e de vida. Ao final propõe-se a ideia de “direito à periferia” como categoria que seria capaz de compreender as demandas desses sujeitos em torno da luta pelo reconhecimento de sua condição de cidadãos plenos no território urbano, isto é, como portadores do “direito a ter direitos”.

Palavras-chave: Cidadania. Mobilidade social. Periferia. São Paulo. Trabalhadores

ABSTRACT

FONTES, L. O. *The right to the periphery: experiences of social mobility and struggle for citizenship among São Paulo's peripheries workers*. 2018. 329 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The purpose of this thesis is to discuss the experience of São Paulo's periphery dwellers around the struggle for social mobility and the conquest of citizenship over the last three generations. The starting point of this research is the debate on the recent social mobility process that took place in Brazil that brought substantial changes in the economic conditions and access to formal schooling for lower classes, especially between the mid-2000's and the first half of the 2010's. However, at the urban level, especially in the case of São Paulo, this social mobility meant neither geographic mobility for central regions of the city nor immediate access to better public services and urban infrastructure. The result is the remaining exclusion of a large part of the population of the rights consolidated in the idea of "right to the city" despite their economic improvements. Throughout a mix-method research that combined quantitative methods with ethnographic techniques in two peripheral neighborhoods of São Paulo, it was sought to investigate the changes and continuities in the peripheral population's *way of life* towards the modifications in their *standard of living*. Thus, the thesis analyzes the most remarkable elements of these people's *way of life*, such as: the process of migration to the city, the struggle for inclusion in the labor market, the constitution of social movements, the increase in urban violence and the various cultural manifestations that these actors produce as a way of expressing their political and personal plans and projects. In the end, the idea of "right to the periphery" is proposed as a category capable of comprehend the demands of these actors around the struggle for the recognition of their status as full citizens in urban territory, that is, as holders of the "right to have rights".

Keywords: Citizenship. Social mobility. Periphery; São Paulo. Workers

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Divisão de classes por critério de renda _____	63
Tabela 2 – Distribuição da população por grupos de renda – RMSP(%) _____	63
Tabela 3 – Distribuição da população por grupos educacionais – RMSP (%) _____	64
Tabela 4 – Distribuição da população por grupos sócio-ocupacionais – RMSP (%) _____	64
Tabela 5 – Índice de Dissimilaridade (ID) – RMSP 2000 e 2010 _____	65
Tabela 6 – Índice de dissimilaridade entre as classes (ID) – RMSP 2000 _____	66
Tabela 7 – Índice de dissimilaridade entre as classes (ID) – RMSP 2010 _____	66
Tabela 8 – População por faixas de renda (%) _____	71
Tabela 9 – População por faixas de escolaridade (%) _____	71
Tabela 10 – Local de nascimento dos moradores das regiões pesquisadas _____	79
Tabela 11 – Esquema de classes EGP _____	217
Tabela 12 – Mobilidade social intergeracional – Brasilândia _____	219
Tabela 13 – Mobilidade social intergeracional – Jardim Ângela _____	220
Tabela 14 - Profissões X Coorte de idade – Jardim Ângela _____	221
Tabela 15 – Profissões X Coorte de Idade – Brasilândia _____	222
Tabela 16 - Rendimento médio por categoria profissional _____	223
Tabela 17 – Profissões X Escolaridade – Jardim Ângela _____	223
Tabela 18 - Profissões X Escolaridade – Brasilândia _____	224
Tabela 19 – Rendimento médio por nível de escolaridade _____	225

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Local de nascimento x coorte de idade – Jardim Ângela _____	80
Gráfico 2 – Local de nascimento x coorte de idade – Brasilândia _____	81
Gráfico 3 – Evolução do taxa de homicídios/ 100 mil hab. em São Paulo (1980-1999) ____	139
Gráfico 4 – Evolução do taxa de homicídios/ 100 mil hab. em São Paulo (1999-2017) ____	139
Gráfico 5 – Quantidade de homicídios nas regiões selecionadas (1984-2015) _____	140
Gráfico 6 - Taxas de furtos, roubos e furtos e roubos de veículos na cidade de São Paulo _	145
Gráfico 7 – Roubos e furtos totais – Brasilândia (1984 - 2017) _____	146
Gráfico 8 – Roubos e furtos totais – Jardim Ângela (1984 - 2017) _____	147
Gráfico 9 - Categoria profissional do entrevistado _____	218
Gráfico 10 – Categoria profissional do pai do entrevistado _____	219
Gráfico 11 – Nível de escolaridade do entrevistado e de seus pais nas regiões pesquisadas	226
Gráfico 12 – Nível de escolaridade por coorte de idade _____	227

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição percentual do grupo de “renda média” (R\$407,08 a R\$1425,25) – RMSP 2000	68
Mapa 2 – Distribuição percentual do grupo de “renda média” (R\$407,08 a R\$1425,25)– RMSP 2010	68
Mapa 3 – Região Metropolitana de São Paulo com destaque para Brasilândia e Jardim Ângela	70
Mapa 4 – Expansão da Área Urbanizada – Município de São Paulo (1881-2002).....	75

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	19
	Algumas considerações sobre o método	32
	Apresentação da tese	36
1	“QUE CLASSE MÉDIA É ESSA?”	41
1.1	Mobilidade social no Brasil contemporâneo: a emergência de uma “nova classe social”?	42
1.2	No meio do caminho havia um acontecimento...	52
2	AS TRANSFORMAÇÕES NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO NO COMEÇO DO SÉCULO	59
3	DE MIGRANTE A MORADOR	78
3.1	As razões da migração	82
3.2	A conciliação (im)possível na busca pelo trabalho	83
3.3	Mudanças no modo de vida e reorganização na família	86
3.4	A casa como símbolo de mobilidade social	89
3.5	Da casa ao bairro: a construção de um modo de vida comunitário	91
4	DE MORADOR À CIDADÃO: AS CEBS E A LUTA POR DIREITOS	95
4.1	A emergência de uma esfera pública popular	96
4.2	Antecedentes: as Sociedades Amigos de Bairro e a teologia da libertação	100
4.3	A defesa de um modo de vida comunitário: as CEBS como espaço de reconhecimento e construção da dignidade	103
4.4	A “caminhada” e a “luta”: da conscientização à ação, da solidariedade à reivindicação	109
4.5	Os movimentos sociais e o enfrentamento com o Estado	112
5	TRABALHADORES – IDENTIDADE E PROJETO: A FORMAÇÃO DE SUJEITOS POLÍTICOS	118
5.1	A atualidade do conceito de identidade	119
5.2	Trabalhadores e não-trabalhadores: a oposição no nível da cidadania	122
5.3	O trabalho industrial e a construção da dignidade do trabalhador	123
5.4	Trabalhadores e bandidos: a oposição no nível da vizinhança	126
6	“TRABALHADORES” E “BANDIDOS”: CONFLITOS E CONCILIAÇÕES (IM)POSSÍVEIS	137
6.1	O aumento da violência e a crise na sociabilidade nas periferias	138
6.2	As periferias como “lugar de bandido”: a produção da estigmatização territorial	148
6.3	A expansão do mundo do crime e a consolidação do PCC como ator em disputa pela hegemonia nas periferias	154

6.3.1	<u>O aumento da convivência entre “trabalhadores” e “bandidos” e a busca pela justificção</u>	158
6.3.2	<u>“A quebrada aqui é a mesma”: a vida loka e a aproximação das realidades de “trabalhadores” e “bandidos”</u>	159
6.3.3	<u>A apropriação do léxico dos trabalhadores</u>	161
6.3.4	<u>Consumo, ostentação e assistência aos moradores</u>	162
6.3.5	<u>“Paz entre os ladrões e guerra contra o sistema”: o “proceder” e a pacificação das periferias</u>	163
6.4	“Trabalhadores” e “envolvidos na vida do crime” – oposição, convívio, respeito e crítica	166
6.4.1	<u>Oposição e “limpeza simbólica”</u>	167
6.4.2	<u>Reconhecimento da importância do PCC no controle dos homicídios</u>	169
6.4.3	<u>Desconfiança e medo: polícia x crime</u>	170
6.4.4	<u>A relação de respeito com as Organizações Sociais</u>	172
6.4.5	<u>A humanização do “bandido”: “um trabalhador como outro qualquer”</u>	174
6.4.6	<u>“O bagulho tá meio bagunçado” – as dificuldades em manter a “disciplina” na “quebrada”</u>	176
7	INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS FORMAS DE LUTA	181
7.1	Espaços de formação: família, igreja, ONGs e sindicatos	183
7.2	O repertório dos convênios: “uma coisa foi puxando a outra”	187
7.3	A ação social como forma de combate à violência	191
7.4	Participação institucional: conselhos, conferências e mandatos – o PT e a institucionalização dos movimentos	195
7.5	Nem tudo é negociação: formação e o repertório político-judicial	199
7.6	Consolidação de direitos ou perda de autonomia?	203
8	A EXPERIÊNCIA DA MOBILIDADE SOCIAL: POSSIBILIDADES E LIMITES	213
8.1	Mudanças no padrão de vida das classes populares nas periferias de São Paulo	215
8.2	Do padrão de vida ao modo de vida: a experiência concreta da mobilidade social nas periferias	229
8.2.1	<u>A reinserção econômica pós-crise do trabalho ou a ascensão pela renda e pela formalização</u>	230
8.2.2	<u>Da informalidade ao empreendedorismo: autonomia e crise</u>	235
8.2.3	<u>A perspectiva e a frustração de uma ascensão mais estável pelo acesso ao ensino superior</u>	238
8.3	Limites da mobilidade recente: frustração, instabilidade e redução da solidariedade	243
9	A DISPUTA SIMBÓLICA: DISTINÇÃO INDIVIDUALISTA VS. “ESPÍRITO COMUNITÁRIO”	255

9.1	O acobertamento do estigma: distanciamento social, pretensão e distinção	258
9.2	Do incômodo com o individualismo à crítica ao “espírito da Freguesia”	264
10	OS COLETIVOS, A CULTURA PERIFÉRICA E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA GRAMÁTICA POLÍTICA	270
10.1	A literatura marginal e o hip-hop: empoderamento e identidade periférica ..	271
10.2	A emergência de uma esfera pública periférica: os saraus como espaços de reconhecimento e sociabilidade.....	277
10.3	A entrada em cena de novos sujeitos políticos?	287
	CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO DIREITO À CIDADE AO DIREITO À PERIFERIA	296
	REFERÊNCIAS	307
	ANEXO 1 – Questionário quantitativo.....	320
	ANEXO 2 – Roteiro das entrevista qualitativas	332

INTRODUÇÃO

Eu acho que isso foi uma coisa que eu entendi agora, que eu não preciso sair daqui [da periferia]. Isso eu acho que foi um negócio da geração da minha mãe. Porque a geração da minha mãe, sei lá, tipo, a minha mãe ela foi mãe bem jovem, eu nasci quando ela tava com dezenove, mas nessa geração, tipo, que pegou anos 80, teve aquela coisa de boom do consumo [nos anos 2000]. Então, eles ganhavam melhor, melhorou um pouco a situação de vida, [eles pensavam]: “vou comprar aquela televisão louca, vou morar num apartamento um pouco mais para lá e sair daqui”, o que já não é o caso da geração dos meus avós. Meu avô, apesar de agora ser um pouco desiludido assim, ele participava bastante de movimentos sociais para melhorar a região onde a gente mora. O lugar onde a gente mora não tinha luz, não tinha... tipo, não era regulamentado, tinha uma série de problemas e eles, junto com as pessoas da região, chegaram lá e começaram a morar e é o que fez tudo assim. Então, na geração dele, tinha esse negócio de melhorar o lugar e ficar. A geração da minha mãe queria ir embora, eu acho que a minha tá olhando de novo pra periferia, talvez porque os movimentos culturais tenham feito a gente olhar um pouco mais para cá e se identificar com isso, tipo: “Eu sou do Jardim Ângela” e isso significa alguma coisa que não é ruim, agora. Antigamente, eu falava isso para as pessoas, eu acho que elas não entendiam e olhavam assim meio assustadas e perguntavam se eu já tinha sido assaltada, eu falava: “Não, eu nunca fui assaltada, eu nunca fui assaltada” (risos). (Jéssica, 18 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

A pior tristeza para xs intelectuais é quando eles esnobam quem julgam não ser tão inteligentes quanto elxs e os esnobados metem o louco por pura sabedoria de vida. (Chellmí Jep, 32 anos, postagem no Instagram, 2017).

Quando ingressei no doutorado, no que parece agora um longínquo 2014, tinha o propósito de desenvolver um projeto de pesquisa em torno das mudanças que o processo de mobilidade social ascendente havia produzido no *modo de vida* das classes populares que habitam as periferias de São Paulo e na relação desses sujeitos com a questão da cidadania. Partia de um diagnóstico – que será apresentado de forma mais detalhada no primeiro capítulo desta tese – de que, apesar de um relevante processo de melhoria de indicadores de renda, consumo, escolaridade e acesso a alguns serviços públicos, ou seja, em seu *padrão de vida*¹, essas pessoas seguiam vivendo em regiões periféricas da cidade, apartadas dos centros dinâmicos da capital paulista, sujeitas à discriminação, violência, sem acesso à infraestrutura e a boa parte dos serviços públicos urbanos e, por isso, privadas de uma série de direitos que compõem a ideia de “direito à cidade”.

¹ A diferenciação entre *padrão de vida* e *modo de vida* que utilizo neste texto seguem as definições de Thompson (1966). De acordo com o autor, enquanto o primeiro se refere a aspectos objetivos e quantitativamente mensuráveis, o segundo, parte de “uma descrição (e, às vezes, uma avaliação) de qualidades” e se baseia, portanto, na experiência subjetiva daqueles que vivenciam determinados processos sociais.

Ao longo da pesquisa, no entanto, fui notando que para explicar a relação desses sujeitos com o “mundo do trabalho”, com seus bairros e com a dinâmica da vida urbana de maneira geral, bem como para compreender suas experiências em torno das mudanças recentes pelas quais o país passou, precisava dar alguns passos atrás e analisar a trajetória pessoal e familiar que conformaram suas experiências passadas, expectativas, aspirações e o próprio *modo de vida* anterior das periferias urbanas, como aparece destacado na fala de Jéssica. O escopo da pesquisa foi, assim, sendo ampliado por exigências do próprio campo a fim de incorporar diferentes grupos e dar mais historicidades aos processos.

Nesse sentido, a fala de Jéssica transcrita acima é bastante significativa ao apontar que, para pessoas com trajetórias e histórias de vida e familiar diferentes, a experiência de mobilidade social e de segregação residencial podem ter sentidos muito distintos diante das diferenças de expectativas, projetos e aspirações.

Desse modo, o primeiro ponto que quero ressaltar e que me fez abrir a tese com os depoimentos de Jéssica e Chellmí² está na divisão que ela faz da relação dos moradores das periferias com seus bairros e com a cidade de maneira geral a partir de *conexões geracionais*. Pensava, inicialmente, em organizar a tese a partir de marcações temporais que delimitariam períodos históricos ou processos sociais relevantes para explicar as mudanças na realidade dos moradores das periferias de São Paulo. Contudo, se parece relativamente fácil encontrar esses marcos quando tratamos da história política de um povo – como trocas de governos, mudanças nos marcos legais, guerras, revoluções – a tarefa não é tão simples quando se trata da *experiência* de um determinado grupo social com relação a *processos* que, muitas vezes, lhes afetam apenas de forma indireta e mediada por outros processos ou atores, tendo em vista sua *integração social fragmentada*.

Além disso, *acontecimentos*³ histórico-sociais, por mais relevantes que sejam, não são capazes de destruir por completo o peso histórico das gerações anteriores sobre a realidade presente e futura, uma vez que há uma tendência de permanente influência mútua a partir da interação entre as gerações (MANNHEIM, 1952)⁴. Afinal, como bem nos lembra Marx (1974,

² Com exceção das pessoas que em alguma medida se tornaram figuras públicas como artistas ou lideranças comunitárias, como é o caso de Chellmí Jep (nome artístico), os nomes dos personagens foram trocados com o intuito de preservar a identidade e privacidade de meus interlocutores. No caso daqueles que mantive os nomes originais, não apresento nenhum dado que comprometa sua intimidade. Destaco, além disso, que procurei deixar as transcrições o mais literal possível, fazendo modificações apenas em casos nos quais a compreensão em torno do que estava sendo dito ficava comprometida.

³ Sobre a noção de *acontecimento* e de sua relação com as gerações ver a importante reflexão de Nunes (2014).

⁴ Apesar de fazer uso da *sociologia das gerações* de Mannheim não me filio ao autor nem do ponto de vista de seu individualismo metodológico nem à sua leitura à respeito da *intelligentsia*. Como será exposto ao longo das próximas páginas, a perspectiva metodológica desta tese é em tudo oposta a essa visão. A análise de Mannheim a

p. 335), “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” e é a partir dessas circunstâncias “legadas e transmitidas pelo passado” que os homens buscam “fazer sua própria história”. Nesse sentido, ganha importância o papel desempenhado pelas “gerações intermediárias”, que são influenciadas pelas gerações mais velhas ao mesmo tempo que influenciam as condutas dos mais jovens, como ficará mais claro no decorrer do texto.

Como está exposto já no título da tese, mais do que encontrar grandes acontecimentos ou processos sociais mais amplos que marcaram a realidade das periferias urbanas, estou interessado na *experiência* dos moradores dessas regiões. Como vivenciaram, interpretaram e atualizaram suas práticas em contextos de transformações sociais. O primado da experiência foi me fazendo perceber que o que havia de comum em termos de inserção produtiva, modo de vida, cultura e participação política – questões centrais para esta pesquisa – estava fortemente relacionado com a geração a que pertenciam os sujeitos.

Antes de seguir com essa temática das conexões geracionais, cumpre fazer uma breve digressão em torno do conceito de *experiência*. O termo remete à tradição dos estudos culturais e, em especial ao trabalho de E. P. Thompson (1966) e Stuart Hall (2003a), em grande medida baseados nas reflexões de Gramsci. Essa tradição procura se opor ao papel residual atribuído à cultura, típica de um materialismo vulgar e de um determinismo econômico, que parte de uma visão estanque e sobredeterminada da relação base/superestrutura e que concebe as superestruturas como meros reflexos determinados de maneira simples e direta pela base econômica, sem qualquer efetividade social própria⁵. Assim, a cultura deve ser entendida como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais. Essas práticas, por sua vez, são entendidas como “uma forma comum de atividade humana: como práxis sensual humana, como a atividade através da qual homens e mulheres fazem história” (HALL, 2003a, p. 142).

Dessa maneira, ao priorizar a questão da experiência, o que se busca fazer é compreender as estruturas das relações em termos de como estas são “vivas” e “experimentadas” (HALL, 2003a). A “experiência” passa a ocupar, então, uma posição “autenticadora” nas análises culturais.

Em última análise, trata-se de onde e como as pessoas experimentam suas condições de vida, como as definem e a elas respondem o que, para Thompson, vai definir a razão de

respeito do fenômeno geracional, contudo, parece-me pertinente para os propósitos analíticos e organizativos deste trabalho.

⁵ Gramsci enxergava na dialética entre base e superestruturas e, portanto, em uma relação de mútua determinação, o fundamento de suas análises. Nas palavras do autor italiano, “é o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas.” (GRAMSCI, 2000, p. 36).

cada modo de produção ser também uma cultura, e cada luta entre as classes ser sempre uma luta entre modalidades culturais [...] Na experiência, as práticas se entrecruzam; dentro da “cultura” todas as práticas interagem – ainda que de forma desigual e mutuamente determinante (HALL, 2003a, p. 143).

Sendo assim, falar em experiência significa tratar de hábitos, usos, costumes e de uma trama de suportes e conexões materiais e culturais, que possibilitam experimentar os sentimentos morais para o bem e para o mal, se indignar e se expressar coletivamente. Trata-se, portanto, de compreender a “dimensão experiencial” como “indissociavelmente afetiva, cognitiva e normativa”, ancorada no presente, mas conectada a com o passado e com possibilidades de futuro, em um processo de formação de convicções que se reforçam e se exprimem e que tornam as questões, problemas e causas de um grupo coletivas e públicas (CEFAÏ, 2009, p. 26). Nesse sentido, ganham destaque operadores e mediadores organizacionais existentes ou que venham a ser constituídos tais como associações, partidos, sindicatos, meios de comunicação, organizações não-governamentais, entre outros (CEFAÏ, 2017a).

Retomando, então, a linha de minhas reflexões, já foi dito que o mesmo processo social pode ser experienciado⁶ de formas diferentes por pessoas em situações sociais semelhantes a depender de suas experiências prévias, sua trajetória de vida, suas expectativas, uma vez que só se pode “viver” e experimentar as próprias condições dentro e através de categorias, classificações e quadros de referência da cultura” (HALL, 2003a, p. 147). O aumento da violência urbana, crises econômicas, a atuação de movimentos sociais, acontecimentos políticos como eleições ou mobilizações sociais de grande monta, apenas para citar alguns exemplos mais evidentes, afetam de forma distinta pessoas de gerações diferentes, mesmo que estejam em uma posição similar na estrutura social. Assim, se o foco está na *experiência compartilhada*, a *questão geracional* se torna central.

Não se trata, portanto, de pensar as gerações de forma positivista, buscando um limitador biológico ou uma marcação clara que aponte quem pertence à uma ou outra geração. Tampouco, de olhar para o tempo a partir de uma linha de passagem progressiva. O que Mannheim (1952) propõe, e será a base a partir da qual parte a organização deste trabalho, é, ao invés de considerar a contemporaneidade um dado cronológico, passar a considerá-la a partir da existência de influências similares que afetam as experiências dos sujeitos.

⁶ Uso, ao logo da tese, o termo “experienciar”, que pode ser considerado um neologismo, ao invés de “experimentar”, com o intuito de enfatizar o caráter ativo e processual da experiência. Com isso, busco aproximar o termo do sentido que em inglês se dá a “experience” em oposição a “try”, ou seja, trata-se da vivência em torno de um *processo social* e não de “provar” ou “testar” uma situação específica de forma passiva e transitória.

O problema deixa de ser quantitativo e se torna qualitativo, na medida em que “o intervalo de tempo que separa as gerações torna-se subjetivamente experienciável; e a contemporaneidade se torna uma condição subjetiva de ter sido submetido às mesmas influências determinantes” (MANNHEIM, 1952, p. 282, *tradução minha*). É possível, portanto, ocorrer de pessoas viverem o mesmo tempo cronológico, mas terem experiências distintas com relação aos acontecimentos de seu tempo, uma vez que o “fenômeno sociológico das gerações” se fundamenta no ritmo biológico de nascimento e morte, mas de modo algum é dedutível ou está totalmente implicado nele⁷.

Dessa forma, ao longo da pesquisa, fui notando que a experiência dos sujeitos com quem mantive contato nas periferias paulistanas em torno dos processos econômicos, políticos e sociais que me interessavam, para além dos traços de trajetórias particulares, guardava uma forte conexão geracional. Assim, cruzando as reflexões teóricas de Mannheim com a explicação de Jéssica a respeito da experiência de três gerações de sua família e as distintas relações que estabeleceram com a periferia de São Paulo, me pareceu adequado organizar minhas reflexões a partir da divisão geracional dessa experiência.

Antes de apresentar a divisão dos capítulos da tese e os temas e questões que serão abordados ao longo do texto, faz-se necessário refletir a respeito de uma questão de ordem metodológica e afetiva⁸, segunda razão pela qual iniciei a tese com as falas de Jéssica e de Chellmí.

Minha conversa com Jéssica ocorreu em maio de 2016, momento em que eu já estava há mais de um ano fazendo minha pesquisa de campo, havia colhido diversas anotações em meus cadernos, já tinha tabulado os dados do *survey* que aplicara nas duas regiões em que transcorre esta pesquisa, já entrevistara longamente pessoas com histórias das mais diversas e havia feito uma série de leituras de pesquisas anteriores em favelas e periferias do Brasil. Ainda que de forma pouco sistematizada, já tinha algumas ideias a respeito de como pensava em organizar meu material para a escrita da tese. O que me surpreendeu, positivamente, ao ouvir a digressão de Jéssica a respeito da trajetória de sua família – feita a partir da minha pergunta se

⁷ Mannheim observa certa semelhança entre a *situação geracional* e a *situação de classe* uma vez que ambos exercem algum grau de limitação sobre os indivíduos, colocando-os em um determinado terreno do jogo dentro de uma possibilidade de acontecimentos, o que lhes sugere uma modalidade específica de encaixe no processo histórico. Ressalte-se, contudo, que nem um nem outro consistem em uma adesão que aspira ao desenvolvimento automático de grupos concretos, como movimentos sociais, ainda que ocasionalmente possa ocorrer que a geração e/ou a classe se convertam em base para tais articulações.

⁸ Presto aqui minhas devidas homenagens à Professora Alba Zaluar e sua inspiradora introdução de “A máquina e a Revolta”.

ela tinha vontade de se mudar do Jardim Ângela – foi que ela coincidia, em grande medida, com minhas próprias conclusões até aquele momento.

O primeiro pensamento que me veio à cabeça, na ocasião, foi um questionamento a respeito da minha própria posição de pesquisador, em uma situação de relativo privilégio social, estudando bairros da periferia de São Paulo. Com bem nos lembra Ruth Cardoso (1986), uma das pioneiras nos estudos das populações urbanas no Brasil, se observar é contar, descrever e situar os fatos em determinados contextos, construindo cadeias de significação, é fundamental que o observador analise seu próprio modo de olhar. Sendo assim, a reflexão crítica a respeito da posição social de um sociólogo que opta por investigar os modos de vida das classes subalternas coloca-se como inevitável.

A experiência da condição periférica na maior metrópole do país não me era totalmente estranha – posto que sou nascido e criado em São Paulo e morei a maior parte da minha infância e adolescência em um bairro que está longe de ser considerado parte da região mais rica ou elitizada da cidade – mas seguramente essa experiência não está marcada em meus traços físicos ou em minha subjetividade como está na de meus interlocutores.

Como ressalta Eunice Durham (1986), outra pioneira da antropologia urbana no Brasil, a etnografia realizada dentro da cidade difere consideravelmente daquela que se produz junto a populações dotadas de um aparato cultural completamente diverso daquele do pesquisador. Pesquisador e pesquisado falam a mesma língua e vivem, embora de forma distinta, na mesma cidade. O pesquisador não reside, contudo, com a população que estuda e não compartilha de sua condição de pobreza, carência e dificuldades concretas. O vocabulário é comum, em grande medida, mas também guarda importantes diferenças. Desse modo, é necessária cautela especial para saber distinguir as categorias nativas sem confundi-las com aquelas que o pesquisador está acostumado.

Jéssica, Chellmí e tantos outros com quem conversei nos últimos anos me obrigaram a refletir a respeito de questões que sempre me foram caras, mas de difícil enfrentamento: por que eu, homem, branco, de classe média, morador de uma região relativamente privilegiada da cidade estou fazendo essa pesquisa? Como minha condição de privilégio e exterioridade em relação àquela realidade afetaria o curso da pesquisa e minhas próprias conclusões? Que legitimidade tenho eu para falar de uma realidade que, por mais empatia que me desperte, não é a minha própria?

Jéssica demonstrava que, em alguma medida, aquilo que aprendi em aulas nas melhores universidades do país, em livros escritos por alguns dos mais renomados pesquisadores do mundo e a partir de uma árdua pesquisa de campo com métodos cientificamente validados, ela

aprendeu com a vida, a partir de sua própria *experiência*, sem nunca ter colocado um pé na universidade, “por pura sabedoria de vida”, como afirma Chellmí.

O fato de ser mulher, negra, de uma família que vive há três gerações naquela região historicamente marcada pela pobreza e violência e com grande déficit de infraestrutura e serviços públicos lhe permitiu chegar a conclusões que, se não tinham o status acadêmico e científico de uma tese de doutorado, por óbvias razões, resumia de forma simples e bastante efetiva aquilo que eu vinha lendo e observando nas periferias de São Paulo, mesmo tendo apenas 18 anos de idade e ainda estar concluindo o ensino médio em uma escola pública da região. Ressalte-se que a experiência de Jéssica também é bastante específica e é justamente essa experiência – e não apenas a vivência das condições estruturais mencionadas – ligada a um histórico pessoal e familiar de militância política e de participação em movimentos sociais e culturais que lhe permitiram elaborar tais reflexões.

A fala de Jéssica, no entanto, não me trouxe tristeza ou decepção como a postagem de Chellmí transcrita acima poderia pressupor. Ao contrário, nossa interlocução me estimulou a seguir com minha pesquisa e com a linha das minhas reflexões, uma vez que, em alguma medida, ela acabava por corroborar aquilo que eu vinha formulando em termos mais acadêmicos. A partir da nossa interação um saber novo poderia ser construído.

As palavras dela me trouxeram, assim, a certeza de que o cientista social jamais deve ter a pretensão de “dar voz” a quem quer que seja. Os sujeitos cujas experiências esta pesquisa se propõe a investigar desfrutam de um enorme potencial crítico e intelectual e não são ouvidos com a devida atenção pelos setores hegemônicos da sociedade unicamente por conta da insofismável estrutura de desigualdades sociais e de oportunidades que segue imperando no Brasil e não por incapacidade de formulação ou expressão de suas ideias. Sendo assim, ao invés de “falar em nome de”, faz-se necessário “falar ao sujeito historicamente emudecido”, como forma de desconstruir a condição privilegiada em que se encontra o pesquisador (SPIVAK, 2010). Questionar minha situação de privilégio é também questionar a situação de negação de direitos e de reconhecimento da capacidade analítica a que Jéssica e tantos outros com quem conversei nas periferias de São Paulo estão submetidos.

A produção do conhecimento cientificamente validado, a partir de métodos e técnicas de pesquisa previamente testados, é essencial para questionar, corroborar ou refutar o senso comum e o conhecimento prático, bem como produzir diagnósticos críticos e propor caminhos para a transformação social. Desse modo, os métodos e técnicas de pesquisa se constituem como um meio necessário para dotar o saber científico de certo grau de objetividade, isto é, garantir que ele seja rigoroso e defensável perante dogmatismos.

Objetividade, contudo, não deve ser confundida com uma neutralidade axiológica capaz de livrar o pesquisador de influências culturais prévias quando da produção científica (SANTOS, 2007). É preciso, assim, ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos tanto do pesquisador quanto do sujeito pesquisado (CARDOSO, 1986).

Afinal, como bem ressalta Zaluar (1986), a pesquisa é inevitavelmente prática. É ação, leve este nome ou não. Assim como é política, tanto no sentido mais amplo de ser parte dos movimentos políticos, nacionais e internacionais e das discussões e lutas políticas mais gerais quanto no sentido de poder eventualmente fornecer material teórico e prático para as lutas específicas que os grupos estudados travam na sociedade. Sendo assim, a produção da teoria enquanto uma prática pode contribuir para a reprodução das estruturas de dominação ou para sua crítica e transformação.

Não se trata, portanto, de diminuir a importância do conhecimento acadêmico, muito menos de desvalorizar o esforço físico e intelectual que eu e muitos outros sociólogos, antropólogos, urbanistas, educadores, formuladores de políticas públicas buscamos construir ao longo das últimas décadas. Mas de reconhecer que o saber científico é uma forma de conhecimento possível dentro de uma “ecologia de saberes” (SANTOS, 2007). Assim, o maior erro do cientista social, que se dedica a estudar a experiência de subalternidade e as formas de luta para sua superação, seria justamente “esnober” ou subjugar os saberes construídos a partir dessa vivência cotidiana.

Parto, portanto, do pressuposto de que todos sujeitos têm acesso aos recursos críticos, embora em níveis distintos, e os colocam em prática quase permanentemente no curso da vida social. É preciso ter clareza de que não há diferenças substanciais entre a capacidade de análise crítica do sociólogo e dos sujeitos que são alvo da pesquisa sociológica a não ser pela sistematicidade metodológica das observações e dos relatos. Assim, mais do que uma “sociologia crítica da dominação” ou uma “teoria crítica da sociedade” é preciso fazer uma “sociologia da crítica” ou uma “sociologia da sociedade crítica”, que deve encarar como tarefa primordial a reconstrução do espaço crítico dentro do qual operam os sujeitos (BOLTANSKI, 2011; 2015). Ao colocar em diálogo os múltiplos saberes existentes, torna-se possível construir uma “sociologia das emergências”, isto é, das possibilidades e alternativas políticas que podem emergir a partir das pistas, latências e possibilidades que existem no presente (SANTOS, 2007).

A perspectiva adotada neste trabalho advoga, assim, que a interação entre os sujeitos deve ser a unidade fundamental de análise da sociologia. O propósito é, com isso, evitar tanto visões essencialmente mentalistas – que focam seus esforços na “consciência” a respeito dos

processos sociais ou que atribuem uma capacidade de escolha racional pura e abstrata aos atores – quanto um ponto de vista demasiado estruturalista que opera uma espécie de reificação da realidade social, submetendo a essa estrutura as práticas dos sujeitos nas mais diversas esferas da vida cotidiana. Faz-se necessário, então, passar de uma perspectiva focada na sociedade absolutizante ou no indivíduo abstrato para um ponto de vista que tenha como horizonte a ação social, trazendo, com isso, o *sujeito*⁹ de volta ao centro da análise (TOURAINÉ, 1988).

Os sujeitos aqui tratados serão entendidos dentro da concretude das *configurações* sociais de que participam. Por sua vez, as configurações são entendidas, seguindo Elias (2008), como teias de interdependência – constituídas, portanto, por relações de poder assimétricas –, que formam “um entrançado flexível de tensões” nas quais os indivíduos, a partir de suas disposições e inclinações básicas, se orientam um em relação aos outros e se unem das mais diversas maneiras. Dessa forma, o conceito serve como instrumento conceitual que visa “afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicos e diferentes” (ELIAS, 2008, p. 141-142), podendo ser aplicado “tanto a grupos relativamente pequenos, como a sociedades constituídas por milhares ou milhões de pessoas interdependentes” (ELIAS, 2008, p.143).

É o que ocorre no caso das configurações que serão analisadas ao longo desta tese. Em alguns casos, estarei tratando da cidade de São Paulo ou do Brasil enquanto comunidades políticas da qual participam nossos sujeitos e, por isso, guardam relação de interdependência com os demais membros dessa comunidade. Em outros momentos, o foco estará em configurações menores como as interações entre vizinhos no nível do bairro ou em uma reunião de um conselho de políticas públicas, um fórum de moradores ou um encontro cultural de jovens.

Uma vez que parto da perspectiva de que a interação social deve ser a unidade de análise fundamental – tanto a do pesquisador com os pesquisados como a dos sujeitos da pesquisa entre si – e que é a partir do encontro desses saberes diversos que se torna possível produzir um conhecimento novo, mais do que uma reflexão a respeito da minha posição enquanto pesquisador na estrutura social, é preciso também refletir a respeito de uma configuração

⁹ Ao optar pelo uso da categoria “sujeito” ao invés de “ator” ou “agente”, além de dialogar com a história dos movimentos sociais urbanos do Brasil que reivindicam o termo como forma de destacar sua autonomia, pretendo também ressaltar a ideia de “projetos” que podem estar associados a essa condição, sem perder de vista que a ação social é sempre relacional e, por isso, pode estar submetida a resistências e a determinações externas. Mais do que isso, cumpre destacar que a noção de *sujeitos políticos*, que eventualmente lançarei mão, se refere a uma disposição de luta política coletiva formada a partir de uma experiência e de uma identidade comuns.

específica que se constitui ao longo da pesquisa de campo: a interação entre o sujeito-pesquisador e os sujeitos pesquisados.

Assim, além de assumir que todos os sujeitos são dotados de capacidade crítica, é também um pressuposto central da pesquisa a interdependência entre pesquisador e pesquisados (Cf. ZALUAR, 2000). Por mais que o pesquisador se encontre em uma posição de maior prestígio social e econômico, sem a cooperação e a concordância daqueles que são parte da investigação a pesquisa simplesmente não pode ser realizada. Assim, se em um nível mais geral da sociedade se pode considerar que o pesquisador detém mais *poder* do que os sujeitos pesquisados, no momento da interação entre eles para a realização da pesquisa, boa parte do *poder* está nas mãos daqueles que podem simplesmente se negar a interagir com o pesquisador e, desse modo, inviabilizar a investigação tal como planejada.

Cumpre, portanto, refletir a respeito da forma como os sujeitos que são alvo desta investigação, isto é, os habitantes das periferias de São Paulo, enxergam o sociólogo que desembarca em seus bairros e como, no caso concreto desta pesquisa, trabalhei essa relação. A primeira observação a fazer diz respeito à diversidade de reações mediante alguém que se apresenta como pesquisador e começa a fazer perguntas sobre a vida das pessoas e de seus familiares. Da completa rejeição ao entusiasmo em contar suas histórias, há uma enorme gama de comportamentos possíveis que passam pela desconfiança, pelo estranhamento e pela satisfação em colaborar com uma pesquisa acadêmica.

Minha entrada em campo se deu por meio de um *survey*¹⁰ que apliquei, com apoio de outros pesquisadores¹¹, em residências escolhidas aleatoriamente nos dois distritos selecionados. Quando batia na porta das casas com uma prancheta e um questionário na mão, as reações, em sua maioria, eram de desconfiança, por mais que me esforçasse para explicar que os dados seriam sigilosos e que a finalidade era estritamente acadêmica.

“É do IBGE?” “Mas qual o propósito disso?” “É pra trazer melhorias pra região?” “Vou ter que falar quanto eu ganho?”. Não foram poucos os que se recusaram, de forma compreensível, a responder às questões ou que pediram para interromper a entrevista na metade ou ainda que ficavam a todo tempo pressionando para que o interrogatório fosse logo finalizado, revelando um evidente desconforto perante aquela situação. Com o tempo, fui pegando o jeito

¹⁰ Detalho mais adiante os métodos e técnicas utilizados ao longo da pesquisa.

¹¹ Agradeço mais uma vez a Mário Monteiro, pelo auxílio estatístico no recorte e seleção da amostra, bem como a Antonia Malta Campos, Juliana Borre Souza, David da Silva Junior e Fabiano Santos que contribuíram na aplicação dos questionários. Pessoalmente apliquei cerca de metade dos questionários e a outra metade foi aplicada pelos pesquisados citados. Agradeço também a minha orientadora Alba Zaluar, ao CNPq e à FAPERJ pelo financiamento à pesquisa que possibilitaram a realização desse *survey*.

e desenvolvendo melhores formas de abordar as pessoas, explicar os propósitos da pesquisa de forma mais inteligível e procurando deixá-los o mais confortável possível. Ainda assim, a taxa de sucesso dependia de uma forte dose de sorte.

Em um segundo momento parti para observações mais diretas em espaços selecionados, como fóruns, conselhos de políticas públicas e encontros culturais e para a realização de entrevistas em profundidade. Neste segundo momento da pesquisa de campo, fui beneficiado pelo primeiro contato que havia tido com algumas pessoas durante a aplicação do *survey* ou nesses espaços em que realizei observações participantes. O fato de já ter tido uma primeira conversa com aquelas pessoas, ter pego seus contatos, marcado um horário e estar retornando a suas casas ou a um ponto de encontro combinado, seguramente foi um facilitador no sentido de conquistar a confiança delas. Além disso, a realização de entrevistas com outros interlocutores que não os que já haviam participado da primeira etapa foi facilitada pela indicação de um amigo, parente, vizinho, o que reduziu significativamente a desconfiança inicial.

No entanto, nem a indicação de um amigo nem o estabelecimento de um contato mais frequente com os interlocutores é suficiente para quebrar algumas barreiras. Se é fato que algumas pessoas se sentem prestigiadas e lisonjeadas e demonstram grande prazer em falar a respeito de si ou de sua história de vida para um sociólogo que está estudando sua realidade, para outros, isso é motivo de permanente desconfiança, agora já não tanto em relação aos interesses meramente científicos do pesquisador, mas pela própria posição do intelectual, muitas vezes tida como arrogante ou até mesmo “aproveitadora”.

Nas últimas décadas, a quantidade de dissertações, teses, artigos e livros a respeito das periferias urbanas no Brasil cresceu de forma significativa. Desse modo, aqueles que desfrutaram de uma posição de relativo destaque nessas regiões por serem lideranças comunitárias, articuladores de movimentos sociais, membros de coletivos políticos ou culturais ou, nos termos de Gramsci, *intelectuais orgânicos* das classes populares, acabaram por se acostumar com a interação com *intelectuais tradicionais*. Conceder entrevistas e vê-los partir sem muitas vezes sequer ter um retorno a respeito dos resultados daquela pesquisa de que foram objeto e colaboradores é relativamente frequente para alguns. Some-se a isso o fato de muitos estarem finalmente tendo acesso ao ensino superior e se sentirem cada vez mais capazes de eles próprios produzirem conhecimento a respeito de suas próprias realidades, como as frases de Chellmí e de Jéssica citadas na epígrafe desta introdução evidenciam de formas diferentes.

Dessa maneira, a depender da posição social, da trajetória de vida e da geração a que pertencem, as reações diante das minhas investidas variavam significativamente. Se, por um

lado, praticamente não tive dificuldades em entrevistar e manter contato com pessoas de 40, 50, 60 anos que tenham esse perfil de liderança local, o mesmo não pode ser dito quando se trata de jovens na casa dos 20 a 30 anos. Muitos pediam diversas explicações a respeito do conteúdo da pesquisa, não retornavam minhas mensagens e ligações e, muitas vezes, quando finalmente conseguia marcar um horário para conversarmos, logo de início levava uma espécie de “bronca” prévia que se dirigia aos acadêmicos em geral que se “aproveitam” dos moradores das periferias, usam de seu tempo e de suas informações e não trazem retorno algum para as regiões pesquisadas.

Evidentemente que essa postura de certa desconfiança com relação aos reais interesses do acadêmico que se desloca para as periferias para fazer pesquisa de campo, e que me parece estar crescendo entre moradores mais jovens das periferias de São Paulo, acaba por constituir um obstáculo adicional ao pesquisador. Procurei, contudo, encará-lo como um indicativo das mudanças pelas quais as periferias urbanas têm passado nos últimos anos e incorporá-la como questão a ser analisada, ou seja, como uma mudança de configuração na qual a relação pesquisador-pesquisado está inserida.

A primeira dessas mudanças está no próprio aumento das oportunidades educacionais, sobretudo com relação ao ensino superior que ampliou os recursos críticos à disposição desses sujeitos. O cientista social que chega às periferias urbanas hoje com o intuito de produzir conhecimento sobre e a partir daquele contexto social não encontra mais regiões homogêneas pela pobreza e pela baixa educação formal como era a realidade há 30 ou 40 anos. Ainda que existam muitas pessoas nessas condições, as últimas décadas trouxeram importantes mudanças socioeconômicas. Mais do que nunca, a homogeneidade no modo de vida e na condição social deu lugar a uma crescente heterogeneidade em praticamente todos os aspectos¹².

Do mesmo modo, o acesso à internet e outros meios de comunicação ampliou significativamente a quantidade de informações disponíveis para esses sujeitos. Não foram poucas as vezes em que fui surpreendido por conversas e debates ao longo das minhas visitas a campo a respeito de questões atuais do Brasil e do mundo que eu sequer havia tomado conhecimento até aquele momento. Além disso, o próprio histórico de mobilização social dos moradores dessas regiões e as organizações por eles criadas ao longo das últimas décadas acabam por funcionar como espaços de “educação não formal” (GOHN, 2011) e que contribuem para a construção de capacidades críticas entre esses sujeitos.

¹² O capítulo 1 apresentará dados a respeito desse aumento da diversidade socioeconômica nas periferias urbanas e do aumento das oportunidades educacionais nas últimas décadas.

Finalmente, é preciso ressaltar o crescimento da importância entre determinados grupos, especialmente de jovens das periferias, de questões identitárias ligadas ao “ser periférico” por meio de suas características mais evidentes como a segregação urbana, a exclusão social e a discriminação racial. Trata-se de uma espécie de ressignificação da máxima “nós por nós mesmos”, que aparece em diferentes discursos, desde aqueles associados ao “mundo do crime” até os que partem de movimentos sociais e culturais contemporâneos, e que busca valorizar os saberes locais e as capacidades críticas dos moradores dessas regiões, com o intuito de reverter a situação de persistente exclusão social e desvalorização pessoal a que estão submetidos. Assim, esses elementos somados e combinados de distintas maneiras fazem com que a figura do pesquisador seja vista com crescente desconfiança pelos mais jovens¹³.

Diante do que foi exposto até aqui, o texto que segue deve ser visto não apenas como uma análise sobre a cultura de um grupo, mas como uma reflexão a respeito dessa cultura, ou desse modo de vida, a partir da relação que estabeleci com meus interlocutores durante o processo de coleta e análise de dados. É apenas a partir do estabelecimento desta relação e da realização de um *procedimento de tradução*¹⁴ (SANTOS, 2007), que se torna possível investigar e expor academicamente a cultura e o modo de vida de um determinado grupo.

Dessa forma, os relatos, as reflexões e as hipóteses que serão defendidas nesta tese partem da minha experiência pessoal de pesquisa, que tem como cerne as particularidades da minha interação com os moradores das periferias de São Paulo. Por isso, as diferentes formas de relação que consegui estabelecer com eles, o grau de abertura ou fechamento de meus interlocutores diante das minhas investidas em campo e a minha posição dentro dessa estrutura social, discutidos brevemente até aqui, são centrais para compreendermos as potencialidades e os limites desta tese.

Com isso, o que gostaria de destacar é a necessidade de reconhecer que a análise que segue parte de uma *perspectiva* ou de um *ponto de vista* dentre muitos possíveis sendo, portanto, parcial – como é parcial a perspectiva de todo e qualquer sujeito. Por isso, tanto minha observação quanto a de meus interlocutores são passíveis de apresentarem pontos cegos, questões opacas ou imperceptíveis aos olhos de um ou de outros. Por outro lado, a busca pela construção do conhecimento a partir do estabelecimento dessa relação dialógica é capaz de

¹³ Todos esses temas e mudanças que ocorreram nas últimas décadas nas periferias de São Paulo, assim como a dinâmica de interação entre pesquisador e pesquisado, voltarão a ser objeto de reflexão em outras ocasiões ao longo da tese.

¹⁴ Boaventura de Sousa Santos (2007) defende o procedimento de tradução, “um processo intercultural e intersocial”, como forma de colocarmos em diálogo os múltiplos saberes existentes, criando inteligibilidade entre eles, sem, com isso, buscar a homogeneização.

apresentar novos ângulos e jogar luzes sobre fenômenos que, de outra maneira, não seriam visíveis. Afinal, é no encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas, tendo em vista que o “objeto do conhecimento é aquilo que nenhum dos dois conhece e que, por isso mesmo, pode surpreender.” (CARDOSO, 1986, p. 103).

Algumas considerações sobre o método

Dito isso, faz-se necessário expor de forma mais sistemática os métodos utilizados para a realização da pesquisa e das técnicas e princípios metodológicos que orientaram a análise dos dados. Conforme aponta Tourraine (1982, p. 37)

A escolha de um método não depende de considerações técnicas; cada método corresponde a um tipo de abordagem, a uma representação da realidade social e por conseguinte à escolha do pesquisador ao privilegiar um certo tipo de conduta.

Desse modo, não existe método em si superior aos demais, o que existem são métodos diversos que trazem respostas diferentes a problemas e questões distintas. O equívoco que um pesquisador pode incorrer não está em escolher um método ruim em si, mas em escolher um método que não seja capaz de responder de forma adequada às questões elaboradas pela pesquisa.

Ao longo desta tese, os dados quantitativos serão fundamentais para a construção do quadro descritivo geral a respeito do nível de mobilidade social vivido pelas classes populares no Brasil recentemente e os impactos dessa mobilidade nos processos de segregação residencial no ambiente urbano. Da mesma forma, estatísticas e dados numéricos serão importantes para construir algumas hipóteses preliminares a partir da qual as questões de pesquisa foram formuladas.

Contudo, diante do foco prioritário na *experiência dos sujeitos* em torno desses processos e nas formas de organização política e social, métodos qualitativos aparecem como essenciais para esta pesquisa. Dessa forma, acabei por construir uma pesquisa multimetodológica, isto é, que combina métodos quantitativos e qualitativos na busca por respostas às questões postas. Ressalte-se, contudo, que, ao longo da tese, haverá uma clara prevalência dos dados qualitativos sobre os quantitativos. Os dados quantitativos servirão ou para apresentar um quadro descritivo ou para complementar as informações qualitativas expostas. Não se pretende, portanto, “confirmar” as hipóteses qualitativas por meio de técnicas

de correlação ou regressão estatística, uma vez que a experiência não pode ser quantitativamente mensurável¹⁵.

Em termos quantitativos, a base de dados inicial que subsidia o que é apresentado ao longo da tese são os dados do Censo realizado pelo IBGE a cada 10 anos. Os dados do Censo foram utilizados pois são os únicos possíveis de serem georreferenciados e analisados no nível dos bairros e distritos. O IBGE possui dois questionários para coleta do Censo, um básico e outro aplicado apenas à uma amostra do total das residências. Os dados que utilizo vêm principalmente da amostra, pois, além de mais completo em termos de informações, são os únicos em que é possível acessar os microdados e, a partir disso, extrair informações mais detalhadas que interessam à pesquisa¹⁶. Além do Censo, outros dados produzidos por órgão e instituições governamentais ou da sociedade civil serão utilizados conforme a necessidade e serão devidamente identificados quando for o caso.

Complementarmente, a fim de levantar outros dados gerais a respeito das duas regiões pesquisadas e facilitar a entrada em campo, apliquei, no primeiro semestre de 2015, um questionário fechado (*survey*) em 391 residência divididas entre os dois distritos selecionados – ver questionário no anexo 1. A escolha dos locais de aplicação do questionário foi feita com base nos dados do universo do censo de 2000 e 2010, que permitiu localizar com mais precisão os setores censitários onde ocorreu, na média, um incremento no número de pessoas na faixa intermediária de renda. Dentro desses setores, foram selecionadas ruas aleatoriamente e nessas ruas utilizei um método de entrevistar pessoas de uma a cada dez residências.

O questionário contava com um pouco mais de 60 questões, dividido em três grandes blocos e que nos gerou um banco de dados com 89 variáveis após a tabulação. O primeiro bloco abordava temas relativos à situação socioeconômica dos moradores e seus familiares mais próximos, bem como sua percepção com relação a essa situação e às mudanças na última década. Além de trazer interessantes dados objetivos, que serão apresentados ao longo da tese, pude perceber, a partir das entrevistas, que algumas definições faziam pouco ou nenhum sentido para as pessoas entrevistadas, como a ideia de “classe social” a que pertenciam. Pude notar também o quão relativo podem ser questões como a melhora ou piora das condições de vida e o quão complexo é avaliar objetivamente questões como a qualidade de um determinado serviço

¹⁵ Sobre o uso de métodos mistos para complementar ou para confirmar hipóteses ver Paranhos et al. (2016). Ver também Elliot (2005) sobre as diferenças e possíveis combinações de métodos quantitativos e qualitativos na pesquisa em torno de narrativas.

¹⁶ É importante salientar que o IBGE mudou a delimitação das áreas de ponderação bem como o percentual abrangido pela amostra entre os anos de 2000 e 2010. Contudo, como trabalhei com o nível de agregação dos distritos ou da cidade, essa mudança produz pouco efeito sobre a qualidade dos dados apresentados.

público, apontado para necessidade de dados mais qualitativos para compreender esses fenômenos.

O segundo bloco de questões tratava das práticas de sociabilidade dos moradores, suas relações com os vizinhos, atividades das quais participavam e filiação religiosa. Finalmente, a terceira parte perguntava aos entrevistados a opinião a respeito de serviços públicos em suas regiões ligados à vida urbana. As duas últimas partes, como dito, mostraram-se menos úteis para os propósitos da pesquisa, ainda assim, trouxeram dados interessantes que serão explorados em momentos oportunos da tese.

No segundo semestre de 2015 iniciei a etapa qualitativa da tese, que durou até o fim de 2016, totalizando quase dois anos de pesquisa de campo. Nessa etapa da pesquisa, utilizei diversas técnicas de pesquisa qualitativa, em especial aquelas ligadas à etnografia urbana, como a entrevista em profundidade e a observação participante.

A estratégia de entrada em campo a partir do *survey* mostrou-se bastante acertada, uma vez que pude identificar, logo de início, uma ampla gama de interlocutores com o perfil desejado para a pesquisa. A partir dessa variedade de pessoas com quem pude conversar, colher depoimentos e realizar entrevistas, a grande maioria das quais não participantes de movimentos, coletivos ou organizações sociais, busquei evitar cair na “armadilha” de encampar os projetos políticos segundo um modelo estereotipado de “participação democrática”, evitando assim, reforçar relações de poder local ao invés de pensar sobre elas. (ZALUAR, 1986).

Além disso, no caso de etnografias em espaços urbanos, é comum, e no meu caso não foi diferente, que a pesquisa se concentre majoritariamente na análise de depoimentos, sendo a entrevista o material empírico privilegiado, fazendo com que a análise do discurso ganhe importância crescente (DURHAM, 1986). É preciso, contudo, saber valorizar a observação e a participação junto a esses sujeitos (CARDOSO, 1986). A observação participante e a realização de conversas informais com interlocutores constituem-se como importantes complementos para as entrevistas seja por conta de assuntos que nem sempre são falados abertamente, seja para verificar eventuais distorções narrativas bem como para a aprendizagem da “linguagem” dos interlocutores (BECKER & GEER, 1957). Afinal, “para entender a cultura do ponto de vista do sujeito que fala, atua e pensa, o antropólogo precisa se valer tanto da representação quanto da ação, esta também reprodutora e transformadora a um só tempo.” (ZALUAR, 1986, p. 122).

Tendo em vista que o sentido da fala depende do extralinguístico, ou seja, de restrições e restrições relacionadas ao contexto social em que a fala ocorre (ZALUAR, 1986), faz-se necessário, mais do que uma simples transcrição de falas ou a narração de situações. Assim, o

método etnográfico depende necessariamente de uma “descrição densa” que é essencialmente interpretativa daquilo que é essencial em cada fala ou situação (GEERTZ, 2008).

Desse modo, as análises semânticas mostram-se extremamente relevantes, ao mesmo tempo em que são insuficientes. Tendo em vista que todo discurso tem um emissor, mas também um receptor, mais do que buscar o entendimento de qual seria o sentido “verdadeiro” das falas ou determinar se um discurso é “conservador” ou “progressista”, o principal objetivo da pesquisa deve estar em compreender como os diferentes discursos, construídos dentro ou fora do campo da pesquisa, são interpretados e significados pelos interlocutores. Nesse aspecto, a questão fundamental que se coloca é de verossimilhança entre aquilo que é dito e o que é vivido pelos sujeitos em questão (MAGNANI, 2003). Discurso e ações não são realidades que se opõem, são formas diferentes e complementares de expressão de um mesmo universo simbólico.

Diante disso, procurei combinar a realização de entrevistas em profundidade com observações participante em diferentes espaços públicos, tais como praças, centros culturais, além de reuniões de organizações sociais, fóruns, eventos culturais e espaços de participação política mais institucionalizados. Foram realizadas cerca de 80 entrevistas – ver roteiro básico utilizado para as entrevistas em profundidade no Anexo 2 –, um número relativamente alto, mas que se mostrou necessário diante do escopo alargado da pesquisa. Para identificar possíveis interlocutores para as entrevistas, além daqueles que haviam sido mapeados pelo survey, utilizei a técnica *bola de neve*, na qual um interlocutor indica amigos, parentes ou conhecidos para a continuação da pesquisa. Além disso, a própria observação participante facilitou a identificação de novos interlocutores. A coleta de dados, que teve início no primeiro semestre de 2015, com a aplicação do *survey*, foi encerrada no fim de 2016, quando chegou-se à conclusão de que havia-se atingido a *saturação*, isto é, que os dados adicionais não contribuiriam de maneira significativa para a solução do tema em questão.

Para análise do material empírico colhido, procurei me basear no que Burawoy (1998) chama de “método do caso estendido”, que busca aplicar a ciência reflexiva à etnografia a fim de extrair o geral do particular e conectar o presente com o passado em antecipação do futuro a partir da teoria existente¹⁷.

¹⁷ Trata-se de um procedimento similar ao que Santos (2007) denomina “sociologia das emergências”, conforme citado acima.

Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada se trata fundamentalmente de uma etnografia¹⁸, mas não em seu sentido mais estrito, uma vez que além do uso de métodos quantitativos como complemento dos dados, realizo o que Marcus (1995) chama de uma “etnografia multissituada”, na qual o pesquisador se desloca de um único local e de situações locais para múltiplos campos. Cumpre ressaltar que não se trata de realizar uma comparação entre as duas regiões pesquisadas, mas de encontrar conexões próprias a um objeto múltiplo e móvel. A comparação inevitavelmente emerge ao colocarmos questões a objetos cujos contornos, locais e relações não são conhecidos previamente, sendo, portanto, resultado de um movimento fraturado e contínuo. Além disso, com a etnografia multissituada, torna-se possível, ao investigar e construir os processos de sociabilidade e vivência cotidiana de vários sujeitos, construir etnograficamente aspectos do próprio sistema por meio de associações e conexões entre os locais.

O farto material colhido e a etnografia multissituada permitem separar com mais precisão aquilo que é singular, do que é particular e, dessa forma, compreender as narrativas e situações como casos particulares do possível (BACHELARD, 1984, p. 277), estabelecendo, assim as conexões com processos gerais. Com isso, espero compensar a eventual perda de profundidade que uma pesquisa etnográfica mais estrita e mais localizada em termos geográficos poderia trazer com ganhos em termos de diversidade e de aumento da possibilidade de fazer de forma bem-sucedida esse caminho entre o particular e o geral.

Apresentação da tese

Uma vez discutidas as questões da pesquisa, os métodos e feita uma reflexão a respeito das interações que mantive enquanto pesquisador com os sujeitos que foram investigados por esta pesquisa e são, em alguma medida, coprodutores desta tese, retomo a fala de Jéssica a fim de apresentar, de forma sucinta, a organização das páginas que seguem.

Os dois primeiros capítulos, que vêm a seguir e que compõem a Parte I da tese, são dedicados a uma apresentação mais exaustiva do objeto de pesquisa: *a experiência de trabalhadores periféricos em torno da mobilidade social, da segregação urbana e da luta pela*

¹⁸ Sigo o entendimento de Cafai (2013), que define a etnografia como um processo investigativo que se sustenta em uma observação prolongada, contínua ou fracionada, de situações, em espaços públicos, organizações ou comunidades, que implica em manejar com habilidade o acesso aos terrenos, a tomada de notas o mais densa e precisa possível e um trabalho de análise baseado nessas experiências de trabalho de campo.

*cidadania na cidade de São Paulo*¹⁹. A partir de uma discussão a respeito das transformações que ocorreram nas últimas décadas no país e do padrão de segregação urbana da metrópole paulista, busco também detalhar as questões a que me propus responder e apresentar as regiões onde a pesquisa de campo ocorreu. Além disso, nestes primeiros capítulos, trato de situar o objeto dentro da literatura sociológica que julgo pertinente sem, com isso, pretender esgotá-la uma vez que o diálogo com a teoria irá ocorrer de forma permanente ao longo da tese.

Daí em diante, o texto estará dividido em mais três partes – subdivididas em capítulos menores e mais específicos – que buscam, cada uma, explorar a experiência das três gerações de *trabalhadores das periferias* de São Paulo que identifiquei ao longo da pesquisa e, em grande medida, coincidem com a explanação de Jéssica.

A Parte II, dividida em três capítulos, é dedicada aos “trabalhadores” que, a partir do processo de migração para São Paulo, passaram a ocupar as periferias da cidade de forma desordenada, autoconstruindo suas moradias e reivindicando serviços públicos até então inexistentes. Trata-se de uma geração que “participava bastante de movimentos sociais para melhorar a região” e que “tinha esse negócio de melhorar o lugar e ficar”, nas palavras de minha interlocutora citada acima.

São objeto de análise, nos capítulos que compõem essa primeira parte, a experiência desses trabalhadores em torno do processo de migração para São Paulo, a busca pela inserção produtiva na realidade urbana, na qual o trabalho fabril desempenhou papel de destaque, o modo de vida que constituíram, temas do capítulo 3. Além disso, analiso, no capítulo 4, a organização em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a articulação dos primeiros movimentos sociais que pleiteavam melhorias nos bairros periféricos da cidade. Nesse período, argumento, no capítulo 5, – seguindo análises etnográficas do período e formulações posteriores como de Sader (1988) e Feltran (2011) – que esses sujeitos forjaram uma identidade coletiva enquanto *trabalhadores* e um *projeto de mobilidade social familiar* e, portanto, *coletivo*, que tinha por base o trabalho duro e a educação dos filhos.

Na Parte III, também composta por três capítulos, trato de uma geração constituída por uma parcela significativa de pessoas que já nasceram em São Paulo. Nesse período, o aumento da criminalidade violenta contribui para a construção de uma imagem pública da periferia como

¹⁹ Justifico o uso das categorias “trabalhadores” e “periféricos”, que aparecem no título da tese, por serem constitutivos das identidades dos sujeitos que são objeto desta investigação, como será exposto ao longo da tese. Cumpre esclarecer que o título da tese faz uso da combinação de duas *categorias nativas* usadas por pessoas de gerações diferentes. Enquanto a identidade de “trabalhador” é mais presente na primeira geração e, em parte da segunda, o fortalecimento do vínculo com a periferia e a valorização do ser “periférico” enquanto parte da identidade desses sujeitos aparece sobretudo na terceira geração de moradores dessas regiões.

“lugar de bandido”, que aparece na fala de Jéssica, por meio da reação das pessoas ao descobrirem que ela morava no Jardim Ângela, uma reação de espanto, seguida da pergunta: “você já foi assaltada?”. O aumento da criminalidade e o convívio com o “mundo do crime” em franco processo de expansão é o tema do capítulo 6.

De outro lado, é ao longo dessa geração que os movimentos sociais organizados nas décadas de 1970 e 1980 em torno da luta por melhorias para essas regiões passam a se institucionalizar por meio de ONGs e se relacionar com partidos ou com políticos profissionais, passando a atuar em parceria e cooperação com o Estado e seus agentes, tema do capítulo 7.

Marcados, em sua juventude, por um período de crise econômica, reestruturação produtiva e aumento da violência urbana, os membros dessa geração vivenciaram também, de forma mais intensa, o que Jéssica chama de “boom do consumo”, ao longo dos anos 2000. Trata-se de uma geração em que o fracasso do projeto coletivo de mobilidade social e o enfraquecimento da identidade coletiva de “trabalhador” impõe a necessidade de busca por soluções individuais, com vistas a melhorar de vida, “comprar aquela televisão louca” e “morar um pouco mais pra lá”, ou seja, mais próximo da região central da cidade. A experiência em torno desse processo de viés mais econômico é o tema do capítulo 8.

Finalmente, a Parte IV da tese se debruça sobre o fenômeno da retomada de um certo orgulho de ser periférico que faz com que Jéssica e outros jovens de sua geração pensem “eu sou Jardim Ângela” – ou qualquer que seja sua “quebrada” – como algo positivo e não necessariamente estigmatizado. Argumento, como aponta minha interlocutora, e em conexão com parte da bibliografia contemporânea a ser detalhada ao longo da tese (ver, por exemplo, NASCIMENTO, 2011; D’ANDREA, 2013; MACEDO, 2014), que esse orgulho e a construção de uma identidade ligada ao “ser periférico” estão intimamente relacionados com o forte crescimento de movimentos culturais nos últimos anos. Esses aspectos foram responsáveis pela formação política de boa parte dos membros dessa geração.

Desse modo, analiso, no capítulo 9, o que chamo de uma nova disputa simbólica que emerge dos processos descritos anteriormente, sobretudo a estigmatização das periferias e a melhoria nas condições econômicas. Essa disputa opõe, de um lado, aqueles que focam em saídas individuais, cristalizadas no trabalho duro, para a melhoria das condições de vida e aqueles que buscam valorizar o que seria típico de um *modo de vida* periférico, em especial as relações sociais de confiança e reciprocidade.

No capítulo 10, aprofundo as reflexões em torno dessa valorização do *ser periférico*, por meio de uma análise do movimentos e coletivos culturais que têm emergido nessas regiões nas últimas décadas. Além disso, busco discutir as afinidades entre as formas de organização e

mobilização advindas dos coletivos culturais com as manifestações políticas mais contemporâneas, apontando para a possibilidade de *novos sujeitos políticos* estarem em formação.

Ao fim da tese, reservo algumas linhas para as considerações finais onde procuro articular as questões discutidas ao longo do texto com o debate a respeito da cidadania e do direito à cidade no Brasil. A hipótese que procuro defender nessa seção final aponta para a necessidade de repensar a própria ideia de “direito à cidade” a partir da perspectiva e da experiência daqueles que têm esse direito cotidianamente negado. A luta travada pelas três gerações de *trabalhadores periféricos* aqui analisadas em torno da conquista dos direitos de cidadania dialoga com o acesso a direitos sociais relacionados à reprodução do trabalho na cidade e com o direito de influenciar os rumos da cidade a partir de nossas próprias necessidades, mas vai muito além disso. A ressignificação do “ser periférico” que vem sendo operada recentemente pelas novas gerações está relacionada com uma demanda pelo reconhecimento do “direito a ter direitos” (Arendt, 1989), sem que para isso se estabeleçam pré-condições, como historicamente foi a experiência desses sujeitos – como ser “trabalhador” ou não se parecer com “bandidos”. Assim, ao reivindicar uma cidadania sem pré-requisitos e o reconhecimento de que são cidadãos plenos, ao mesmo tempo em que reivindicam a identidade de *periféricos*, mais do que direito à cidade, advogo a hipótese de que esses sujeitos lutam pelo *direito à periferia*.

Espero, com isso, cumprir da melhor forma possível com o que creio ser o papel do cientista social que se engaja em uma pesquisa junto a populações subalternizadas. Não se trata de falar em nome de um grupo “emudecido” ou “desmistificar” “falsas consciências”, mas produzir um conhecimento baseado no processo interativo entre sujeitos e seus saberes e, a partir desse diálogo crítico, construir categorias que contribuam para a inteligibilidade do mundo e para a transformação da realidade de opressões.

PARTE I – APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

1. “QUE CLASSE MÉDIA É ESSA?”

Pô, eu vou ser classe média? As vezes você tem vizinho que tem lá sua casa, mas ela não tem azulejo, não tem asfalto, seu bairro não tem asfalto. Que classe média é essa? Beleza, hoje você tem uma evolução de consumo dentro da periferia muito grande, mas é aquele negocio. Você não tem uma escola de qualidade, você não tem um hospital de qualidade, mas dentro da tua casa tem um smartphone, um notebook de última geração, uma TV de 20 [polegadas], tem um carro bom, mas olha a tua realidade. O moleque vende droga, do teu lado! Isso é classe média? Isso não é classe média, classe média pra mim é o cara que tá nos condomínios do Alto da Lapa, que tem um segurança pra ele, que tem dinheiro pra contratar uma empregada, isso é classe média... que coloca o filho numa escola particular, coloca o filho num hospital bom, que se for passar mal ele não vai pra Santa Casa, vai pro Albert Einstein, isso é classe média. A gente é pobre. A gente é de periferia, classe baixa. Como que eles tão chamando agora, classe C, classe trabalhadora (risos). É isso, a gente sustenta o capitalismo. Mas é assim, a gente tem uma pequena ascensão social, a gente cresce teoricamente pelo fato da gente tá podendo consumir. Então, ah... surge aí uma nova classe. Mas surge uma nova classe como? A classe que já mantinha o capitalismo e fazia o capitalismo acontecer, hoje produz mais e faz acontecer mais, porque hoje eu tenho que pagar meu smartphone em 10 vezes sem juros, ou com juros, porque eu precisava me sentir bem, porque eu moro na favela e o que faz eu ter um fator social e status ali é meu smartphone de última geração, daí eu me fodo pra pagar. Aí vem essa ideia de ascensão social, mas o que que é isso? A gente ainda é classe D, a gente ainda sofre. Não tem asfalto na minha rua, você entrou aqui você viu direito, é complicado.

(Anderson, 18 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

O objeto desta tese situa-se na confluência de diferentes debates e não no interior de uma polêmica específica, por isso, seria demasiado exaustivo se iniciasse minhas reflexões a partir de uma resenha de todos campos com os quais dialoga esta pesquisa. Tampouco me parece produtivo construir o marco teórico a partir do qual pretendo analisar meus achados, uma vez que parto do pressuposto que a formulação teórica deve se dar a partir da pesquisa e não anteriormente a ela.

Dessa forma, o que pretendo fazer neste primeiro capítulo é recuperar o debate a respeito da interpretação do processo de mobilidade social que ocorreu no Brasil ao longo dos últimos anos, sobretudo entre meados dos anos 2000 e a primeira metade da década de 2010, apontando ausências e discordâncias que tenho com essas interpretações. Em seguida, ao destacar a relevância política e teórica das manifestações de junho de 2013, pretendo apontar para a centralidade que a questão urbana segue tendo nos dias atuais, destacando como o tema da inserção produtiva e as formas de organização política dos moradores da cidade foi sendo deixada de lado pela sociologia urbana brasileira nos últimos anos em detrimento da temática da criminalidade urbana.

1.1 – Mobilidade social no Brasil contemporâneo: a emergência de uma “nova classe social”?

Em 2013, quando comecei a formular este projeto de pesquisa havia uma candente polêmica, tanto na academia quanto nos meios de comunicação, a respeito dos sentidos da inclusão social de milhões de pessoas que até então viviam em situação de miséria ou pobreza.

Esse debate teve início a partir dos trabalhos de Marcelo Neri (2008; 2010), que definiu esse grupo ascendente como uma “nova classe média”, trazendo à tona um debate, há muito colocado em segundo plano, a respeito do conceito e dos critérios para definição das classes sociais.

A análise de Neri partia de critérios utilizados por pesquisas de mercado e que definem as classes a partir de cinco faixas de renda e capacidade de consumo identificados por letras de A a E – e que podem ser eventualmente subdivididas em outros grupos. O autor apresenta dados que demonstram uma forte expansão, ao longo da década de 2000, no que chama de “classe C” – formada por famílias com renda familiar per capita entre R\$ 214,00 e R\$ 923,00, em valores de 2008 – devido ao forte ingresso de pessoas que saíram das classes D e E, as mais baixas nesse espectro.

Dessa forma, ele situa essa fração da sociedade brasileira na faixa entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos “na virada do século”²⁰, fazendo, a partir disso, um corte de renda que indicaria quem está dentro ou fora daquela classe. Nas palavras do autor, “a classe C aufere, em média, a renda média da sociedade, ou seja, é a classe média em sentido estatístico”, e seria, por isso, “a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira” (NERI, 2010, p. 29). Além disso, o autor busca incorporar outros elementos a essa definição de classe média, dizendo se tratar de pessoas “que têm um plano bem definido de ascensão social para o futuro” (NERI, 2008, p. 6), mas não deixa claro como seria possível auferir essas características.

A definição extremamente economicista e, até certo ponto, ufanista de Neri, que trazia implícita uma visão de que os pobres haviam descoberto o paraíso do mundo do consumo, foi duramente criticada por economistas e sociólogos ao longo dos anos seguintes. Uma primeira linha de crítica focava no conceito de classes sociais utilizado por Neri²¹, alegando que seria necessário incorporar outros elementos a esta definição, uma vez que a explicação unicamente

²⁰ Apesar de não especificar o momento exato desse corte, é provável que o autor tenha feito uso dos dados da PNAD de 2001, que traz dados relativos ao ano 2000.

²¹ Com o objetivo de se defender de críticas a suas conclusões que surgiram principalmente a partir de estudos sociológicos, Neri posteriormente passou a dizer que sua definição tratava de “classes econômicas” e não de classes sociais.

baseada nos rendimentos “não dá conta de entendermos as variáveis que integram as condições culturais, religiosas, sociais e econômicas desse público.” (PAULA, 2013, p. 126). Sendo assim, “a estrutura e cultura de classe não podem ser reduzidas à renda”, pois “a estratificação social deve ser vista de forma multidimensional, incorporando elementos como educação, cultura de classe, ocupação, posição na estrutura produtiva” (RIBEIRO, 2104, p. 184).

A essa crítica de cunho mais teórico, somaram-se outras que buscaram trazer dados empíricos para contestar a ideia de que o Brasil estaria se tornando um país de classe média. Nesse sentido, Pochmann (2012, p. 20) destaca que, na década de 2000, 95% das vagas de emprego abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo, atingindo uma geração média de 2 milhões de novos postos de trabalho nesse segmento por ano. Desse modo, no entendimento do autor, embora essa parcela da população “não seja mais pobre, tampouco pode ser considerada classe média”. Para ele, seria mais adequado, de acordo com a literatura internacional, denominarmos esse setor que passou por um processo de mobilidade social recente como *working poor* (trabalhadores pobres), uma vez que “se trata fundamentalmente de ocupados de salários de base” (POCHMANN, 2012, p. 30).

Pochmann reforça, ainda, que a incorporação de trabalhadores no mercado de consumo de bens duráveis não se converteu na constituição de uma nova classe social, e que tampouco seria possível afirmar que esses novos consumidores poderiam ser enquadrados no segmento de classe média. Para ele, portanto “trata-se, fundamentalmente, da recomposição da classe trabalhadora em novas bases de consumo” (POCHMANN, 2013, p. 75).

É preciso destacar que a análise de Pochmann se baseia em agrupamentos a partir de salários mínimos e não em valores reais dos rendimentos. Tendo em vista que o salário mínimo teve uma expressiva valorização ao longo da década de 2000, dizer que um trabalhador recebe 1,5 salário mínimo em 2000 – quando o salário mínimo era de R\$151,00 – e em 2010 – quando o mínimo já havia atingido R\$ 510,00 – certamente não é a mesma coisa²². Além disso, Carvalhaes et al. (2014) analisam o impacto da geração de empregos sobre a desigualdade no Brasil e contestam os dados apresentados por Pochmann ao afirmarem que, ao contrário do que ele sustenta, “os novos empregos formais concentram-se principalmente nos dois últimos quintos de maior renda, do ponto de vista relativo”. Dessa forma, a expansão do emprego ao longo da década de 2000 “caracterizou-se por uma transferência da mão de obra para ocupações

²² Entre janeiro de 2000 e janeiro de 2010 a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial de inflação usado pelo governo foi de 91,38%, enquanto a valorização do salário mínimo foi de 337,75%.

relativamente mais bem remuneradas”. Com isso, a redistribuição dos postos de trabalho no Brasil seria responsável por cerca de 20% da queda das desigualdades no período 2002 a 2012, segundo os autores (CARVALHAES et. al., 2014, p.89-90).

De outro ponto de vista, Scalon e Salata (2012) traçam uma análise da evolução da estrutura social brasileira no que se refere a estratificação sócio-ocupacional. Segundo eles, “a participação relativa das classes na estrutura social não parece sofrer grandes modificações substantivas entre 2002 e 2009.” (SCALON & SALATA, 2012, p. 396). Ou seja, diferentemente do que foi apresentado por Neri em termos de renda, ao analisarmos os dados em termos de categorias profissionais separadas pelo padrão EGP²³, poucas mudanças concretas podem ser notadas. Por outro lado, os autores observam que quase todas as classes apresentaram aumento nos seus rendimentos no período analisado, com destaque para aqueles localizados na metade inferior da estrutura social.

Além disso, os autores analisam a composição da chamada “classe C” de Neri e notam grande heterogeneidade em termos das categorias profissionais a que pertencem as pessoas desse grupo, sendo possível encontrar desde profissionais e administradores até trabalhadores não qualificados e de setores rurais, passando por pequenos proprietários, trabalhadores qualificados e não manuais de rotina. Conforme os dados dos autores, os trabalhadores não qualificados constituiriam quase um terço da chamada “classe C”, seguidos por “trabalhadores manuais qualificados” com 28% e não manuais de rotina (17%). Dessa forma, os autores defendem que, ao invés de falarmos de uma nova classe média, o mais adequado seria dizer que “uma parcela da classe trabalhadora [...] em relação a certas características, quase exclusivamente os rendimentos, estaria se aproximando dos setores mais baixos das classes médias.” (SCALON & SALATA, 2012, p. 403).

Do mesmo modo, Cardoso e Prêteceille (2017), apontam, a partir de estudos baseados em uma esquema de estratificação social adotada na França, que a classe C, medida em termos de renda seria bem mais popular do que média. Desse modo, as famílias alçadas a essa classe, teriam alcançado tal patamar de renda graças ou ao acúmulo das rendas das pessoas ocupadas na família, ou a um salário de não pobres, pouco acima de R\$2.000 ou pouco abaixo de três salários mínimos e valores de 2014. Logo, na visão dos autores, seria “um abuso de linguagem caracterizá-los como ‘nova classe média’” (Cardoso e Prêteceille, 2017, p. 998).

²³ O termo faz referência aos estratos profissionais definidos pelo modelo de separação de classes proposto pelos autores Erickson, Goldthorpe e Portocarrero (1979).

Complementarmente, Salata (2015) procura traçar um panorama a respeito do que chama de “identidade de classe”. Por meio de um *survey* nacional, o autor analisa como se dá o processo de autoidentificação das pessoas em termos de classes sociais. De acordo com seus dados, dentro da chamada “classe C” apenas 35% das pessoas se identificam como “classe média, 24% como “classe média baixa”, 23% como “classe trabalhadora” e 15% como “classe baixa/pobre”. Assim, a chamada “nova classe média brasileira” não se perceberia como integrante da classe média ou reivindicaria pertencer a essa classe uma vez que não há uma identidade de classe clara para esse perfil socioeconômico intermediário. Isso ocorre, principalmente, porque, no Brasil, os fatores mais relevantes para ser de classe média seguiriam a seguinte ordem: “possuir padrão de vida estável”, “casa própria”, “acesso a lazer e diversão”, ter “renda alta”, “acesso a educação particular” e “possuir negócio próprio”, de acordo com os próprios entrevistados de Salata. O que mostraria que, para a maioria da população brasileira, ser de classe média significa ter um padrão de vida típico das classes definidas por Neri como A e B, como fica claro também na fala de Anderson citada na epígrafe deste capítulo.

No aspecto educacional, Souza e Carvalhaes (2014) apontam que houve um expressivo aumento do nível de escolaridade da força de trabalho nesse período, o que acabou por aumentar a homogeneidade educacional da força de trabalho, reduzindo, assim, os retornos salariais para os profissionais mais qualificados ao mesmo tempo em que os menos escolarizados puderam auferir ganhos maiores. Os autores destacam o crescente nível educacional das gerações mais jovens e mudanças particularmente intensas nos extremos da distribuição. De acordo com os dados apresentados, o percentual de indivíduos sem escolaridade ou apenas com o elementar incompleto caiu mais de 7 pontos percentuais, enquanto o de pessoas que ao menos iniciaram o ensino superior cresceu 6,5 pontos percentuais. Com isso, pela primeira vez na história brasileira, este grupo que acessou a universidade se tornou mais numeroso do que aquele que não concluiu sequer o nível elementar.

Apesar de uma polêmica pouco produtiva a respeito da melhor categorização desse grupo enquanto classe social, esse debate mostrou-se bastante relevante para identificar importantes mudanças que ocorreram na estrutura socioeconômica brasileira ao longo das últimas décadas. Parece consensual que houve um relevante ganho em termos de renda, sobretudo para a parcela mais empobrecida da sociedade brasileira que historicamente viu-se excluída do processo de desenvolvimento econômico, entre meados dos anos 2000 e o agravamento da crise econômica a partir de 2014. O fato de a grande maioria dos postos de trabalho formais gerados ao longo desse período ter se concentrar na base da pirâmide social,

como aponta Pochmann, trouxe consigo a contrapartida de ter contribuído para a redução da desigualdade de renda entre os setores mais baixos e intermediários da sociedade brasileira²⁴. Assim, é fato que um contingente relevante de pessoas das classes populares logrou certo grau de mobilidade social ascendente, beneficiados pelo aumento do emprego, dos níveis de renda, da ampliação do crédito e das oportunidades educacionais.

Em que pese a importância dos dados quantitativos trazidos por esses autores a respeito do *padrão de vida* de setores anteriormente pauperizados, e que serão retomados ao longo da tese, esses estudos deixam em aberto uma questão de cunho mais qualitativo a respeito do *modo de vida* desses setores, de sua cultura política, projetos e perspectivas individuais e coletivas²⁵.

Nesse sentido, diversas pesquisas qualitativas foram realizadas a fim de compreender não apenas as mudanças econômicas que afetaram esse setor da sociedade brasileira, mas também suas características sociais, culturais e políticas. É o que procura fazer Jesse Souza por meio de um arsenal teórico bourdieusiano e da sociologia disposicional de Bernard Lahire. Baseado em uma série de estudos de caso, o autor e seus colaboradores advogam que esse grupo social, que logrou ascender socialmente nos últimos anos, deveria ser melhor conceituado como “batalhadores”, sendo parte não de uma “nova classe média”, mas de uma “nova classe trabalhadora”.

De acordo com os autores do livro organizado por Souza (2012), esse grupo teria como característica fundamental a obtenção de um tipo de capital específico que os diferenciaria das classes altas – portadoras de capital econômico – e das tradicionais classes médias – portadoras de capital cultural. Souza cria, então, o conceito de “capital familiar”, que se expressaria na incorporação, por meio de exemplos e valores, de uma ética do trabalho duro e continuado, mesmo em condições sociais adversas. O “capital familiar” seria também o que distingue os “batalhadores” do grupo que o autor conceitua como “ralé estrutural” por permitir a incorporação dos “pressupostos para o aprendizado e o trabalho”, ausentes nesse último grupo.

Além disso, a dimensão religiosa exerceria papel fundamental na ascensão dessa “classe”, seja por meio do “catolicismo popular” (MEDEIROS, 2012) ou do pentecostalismo

²⁴ Recentemente, estudos coordenados por Marcelo Medeiros, Pedro Souza e outros autores têm buscado contrapor a ideia de que a desigualdade de renda teria diminuído no Brasil nos últimos anos. De acordo com dados levantados pelos autores, utilizando-se de metodologia desenvolvida por Piketty (2013) e comparando dados de pesquisas amostrais, como a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o Censo e dados das declarações de Imposto de Renda, a desigualdade brasileira seria maior do que aquela oficialmente divulgada, com base exclusivamente na PNAD. Desse modo, a desigualdade de renda teria diminuído apenas quando considerado os setores baixo e intermediário do espectro distributivo, mas teria permanecido em patamares relativamente estáveis quando se inclui dados das camadas mais altas da sociedade brasileira (Cf. Medeiros & Souza, 2015; Medeiros, Souza & Castro, 2015a e 2015b; Medeiros, Galvão e Nazareno, 2015).

²⁵ Ver nota 1 a respeito da diferenciação entre *padrão de vida* e *modo de vida* conforme Thompson (1966).

(ARENARI & TORRES, 2012), na medida em que atuam de maneira decisiva na incorporação dessas disposições típicas do “capital familiar”. Dessa forma, a característica central dos “batalhadores” seria a incorporação de “disposições para o comportamento que permitem a articulação da tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo.” Adquiridos “seja por herança – na forma emotiva e invisível típica da transmissão familiar de valores de uma dada classe social –, seja como resultado da socialização religiosa, ou seja por ambos” (SOUZA 2012, p. 367).

O alvo central das críticas de Souza são as perspectivas que ele define como “economicistas”, que limitam a definição das classes sociais ao lugar ocupado pelos indivíduos na distribuição de renda ou no sistema produtivo. Com isso, o autor dirige uma série de ataques às leituras que defendem a emergência de uma “nova classe média” que falariam “de classes sem compreendê-las” e que serviriam ao “processo de dominação social” ao reduzir a importância dos vínculos de pertencimento social dos sujeitos. Assim, ele questiona uma definição apriorística de classe, que define a estratificação da sociedade antes de olhar para as práticas dos sujeitos.

A análise de Souza e de seus colaboradores, contudo, peca justamente naquilo que critica em outros autores. A forma como ele apresenta os argumentos em seu livro parece também partir de uma definição apriorística de classe. Se outros autores partem de uma “economicismo do consumo” ou de um “economicismo da produção” (SOUZA, 2013) para definir as classes, ele parte de uma leitura que pode ser considerada “culturalista” em uma simplificação do argumento de Bourdieu, na qual as classes seriam definidas a partir do tipo de “capital” que possuem e não de uma complexa articulação entre quantidade e qualidade desse capital (BOURDIEU, 2007).

Ademais, há problemas teóricos e conceituais, por exemplo, com a ideia de “capital familiar”. Parece-me no mínimo estranho dar o nome de “capital” a uma transmissão de valores morais pela família, algo que poderia ser melhor definido como um *ethos*. O autor faz, ainda, uma leitura da religiosidade popular como uma espécie de ética protestante tupiniquim que teria “afinidades eletivas” com o “novo espírito do capitalismo”, tal como definido por Boltanski e Chiapello (2009), e que teria permitido a ascensão social dos “batalhadores”.

Metodologicamente a pesquisa coordenada por Souza tem problemas por não se tratar nem de uma etnografia circunscrita a um grupo determinado no tempo e no espaço, nem de uma pesquisa que combina métodos quantitativos e qualitativos. Desse modo, a análise do autor traz certa pretensão à universalidade, mas não apresenta elementos suficientes que permitam

uma identificação clara entre os casos particulares narrados e uma situação mais geral do grupo em questão a não ser pelas formulações teóricas abstratas apresentadas na introdução do livro.

Finalmente, o autor parece desconsiderar todo o histórico de estudos a respeito das classes populares no Brasil, como se não houvessem estudos anteriores em torno desse grupo ou se de fato as transformações ocorridas nos últimos anos tivessem produzido mudanças de tal monta que teriam tornado irrelevantes toda a carga histórica desses sujeitos. Com isso, eles acabam por deixar de lado um elemento que o próprio Bourdieu (2007) define como central na definição de classes sociais ao lado da quantidade e qualidade do capital: a *trajetória*. Além disso, as relações sociais e políticas travadas por esses sujeitos no nível do cotidiano e estudadas em diversas pesquisas antropológicas e sociológicas nas últimas décadas parecem não ter a menor relevância para as conclusões apresentadas. Souza deixa, assim, em aberto a questão da cultura política construída por esse grupo e suas possíveis articulações coletivas.

Por outro lado, Ruy Braga parte de uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro e de uma perspectiva da sociologia marxista do trabalho para fazer uma análise a respeito das consequências políticas e sociais das novas formas de inclusão produtiva que surgiram nos últimos anos no capitalismo brasileiro. Segundo o autor (BRAGA, 2014), o Brasil seria caracterizado, desde 1994, por um regime de acumulação pós-fordista e financeirizado e por um modo de regulação consolidado pelo lulismo²⁶, com inclusão dos mais pobres via programas sociais, aumento do salário mínimo, do crédito popular e o consequente aquecimento do mercado de trabalho brasileiro, além da abertura de espaço para lideranças sindicais junto ao governo federal, que passaram a participar de Conselhos Administrativos de empresas estatais ou de fundos de pensão o que, em alguma medida, acabou por cooptar esses movimentos para a aceitação de políticas de cunho neoliberal²⁷.

A partir dessa leitura, o autor afirma se debruçar sobre o que seria “o ‘avesso’ do Lulismo”, isto é, os setores que estariam no “coração da atual equação política brasileira” e que, apesar de melhorias materiais seguem em condições precárias no mercado de trabalho. Esse grupo constituiria o “*precariado*” brasileiro, isto é, o proletariado precarizado, “formado por aquilo que Marx chamou de ‘superpopulação relativa’, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada” (BRAGA, 2012)²⁸. Mais concretamente, constituiriam o precariado a

²⁶ O autor faz uso de uma referencial teórico construído pela chama “Escola da Regulação Francesa”.

²⁷ Para fazer esse diagnóstico, Braga se baseia fundamentalmente nas análises de Oliveira (2010) e Singer (2009), que abordarei em mais detalhes adiante.

²⁸ Apesar de fazer uso de uma categoria bastante utilizada no debate internacional, Braga (2012) procura diferenciar sua definição do precariado com relação às defendidas por Guy Standing (2011) e Robert Castel

massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores subremunerados (BRAGA, 2013).

Desse modo, o precariado seria “a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas” sendo, portanto, “uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica.” (BRAGA, 2012).

Para analisar as características sociais e políticas desse setor, o autor empreende um estudo empírico em torno de operadores de telemarketing em São Paulo, por compreender que eles sintetizam as principais tendências do mercado de trabalho no país na última década, com características como a formalização, mas com baixos salários, vínculos precários, devido à terceirização e elevada taxa de rotatividade, e por incorporarem uma significativa parcela de mulheres bem como de jovens não brancos, além de estarem situados no setor de serviços.

As conclusões do autor destacam as frustrações que esses trabalhadores encontram ao não verem suas expectativas de ascensão social e melhoria na qualidade de vida atendidas conforme almejavam, apesar das relativas melhoras no nível de renda, consumo e de escolaridade. Braga afirma que muitos trabalhadores procuram emprego no setor de telemarketing em busca de uma oportunidade de trabalho formalizado e da possibilidade de incremento na sua formação concluindo um curso superior no período noturno, graças a jornada fixa de trabalho que passam a usufruir, mas se decepcionam com as jornadas exaustivas, o baixo retorno financeiro e a má qualidade dos serviços públicos.

Em que pese o crescimento do número de trabalhadores no setor de telemarketing nas últimas décadas²⁹, Braga, assim como Souza, também parece generalizar suas conclusões para uma ampla parcela de trabalhadores no Brasil sem destacar as devidas nuances e heterogeneidades, contado apenas com mediações teóricas para fazer essa generalização. O autor, contudo, não dedica maiores esforços ao entendimento das relações sociais vivenciadas por esses trabalhadores para além do espaço de trabalho, isto é, nas suas casas, bairros, vizinhanças e na própria cidade, locais em que “a heterogeneidade econômica do ponto de vista

(2006), pois estes autores enxergam no modelo fordista a totalidade da relação salarial, sendo o precariado apenas um fenômeno do neoliberalismo ou do modelo flexível de acumulação. Para Braga (2012), contudo, “o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do salariado”, mas “a própria condição de existência do salariado”, em especial na periferia do capitalismo.

²⁹ De acordo com dados apresentados pelo autor, o setor de telemarketing teria apresentado um acréscimo de 182,3% no número de trabalhadores empregado entre 2003 e 2009, atingindo 1,4 milhão de postos de trabalho em 2012 (BRAGA, 2014).

dos lugares que ocupam no processo produtivo, cede lugar à homogeneidade das múltiplas práticas cotidianas das classes populares” (ZALUAR, 2000, p. 50).

Dessa forma, diversas nomenclaturas e conceitos foram operacionalizados no intuito de traduzir teoricamente esse fenômeno de mobilidade social pelo qual o país passou nos últimos anos. Em comum, esses autores buscam ressaltar o ineditismo desse processo na história recente do Brasil. Por outro lado, muito pouca atenção tem sido dada às mudanças e continuidades no que se refere aos processos de sociabilidade primária e na luta política por direitos e cidadania e mesmo na experiência concreta diante das novas oportunidades de inserção produtiva.

De todo modo, os estudos até aqui apresentados trazem importantes dados e contribuições para o entendimento desse fenômeno social contemporâneo que foi o processo de mobilidade social. Buscando sumarizar o que foi dito até aqui, pode-se dizer que os dados mostram um aumento da formalização do emprego, do nível de renda e do acesso ao crédito pela população de baixa renda, refletido em um aumento da capacidade de consumo (NERI, 2008; 2010). É possível afirmar também que houve, sobretudo na década de 2000, uma importante redução nos níveis de desigualdade econômica entre os setores intermediários e baixos da distribuição de renda e que a redistribuição dos postos de trabalho teve um papel relevante neste processo (CARVALHAES et al, 2014; SCALON & SALATA, 2012; SOUZA & CARVALHAES, 2014).

Contudo, a participação relativa dos grupos sócio-ocupacionais na estrutura social não sofreu grandes modificações entre 2002 e 2009, mas houve um aumento no rendimento de todas as classes analisadas nesse período, com maior destaque para aqueles localizados na metade inferior da estrutura social (SCALON & SALATA, 2012). Além disso, observa-se um aumento do nível de escolaridade de toda a população que teve como efeitos diretos a redução dos retornos salariais para os profissionais mais qualificados e um aumento nos rendimentos dos menos escolarizados (SOUZA & CARVALHAES, 2014). Apesar disso, é preciso destacar a permanência de uma barreira para a entrada de pessoas nas profissões de maior prestígio e maiores salários (RIBEIRO, 2014).

É importante ressaltar que esses autores, com exceção de Ribeiro (2014), abordam, na realidade, mudanças estruturais em termos de composição dos grupos e categorias sócio-ocupacionais que conformam a sociedade brasileira e as alterações decorrentes nas oportunidades de mobilidade. Essas leituras não tratam, portanto, dos níveis de mobilidade social propriamente, uma vez que não trabalham com dados que lhes permitam observar a origem e o destino de classe dos indivíduos ou de seus familiares mais imediatos em um

determinado espaço de tempo. Conforme ressalta Ribeiro (2007), tais estudos são fundamentais para compreender os níveis agregados de mobilidade social, mas insuficientes, uma vez que tratam-se de fenômenos distintos³⁰.

Desse modo, dizer que o percentual de pessoas em uma dada classe social passou de X para Y em um determinado intervalo de tempo não significa dizer que a taxa de mobilidade social seja o equivalente à diferença entre X e Y, mas apenas que a estrutura da sociedade se modificou nessa proporção. Assim, as taxas de mobilidade social podem ser maiores ou menores do que aquelas apresentadas nas mudanças em termos de composição estrutural das classes nesse mesmo intervalo temporal. Para mensurá-las faz-se necessário produzir dados que apontem as trajetórias de vida e familiar dos indivíduos, como procurei fazer nesta tese e será apresentado em detalhes no capítulo 7.

Dos estudos qualitativos, cabe ressaltar a importância da valorização do trabalho duro e continuado pelas classes populares e a frustração de expectativas ascensionais desses sujeitos ao se depararem com um mercado de trabalho com vínculos precários e, portanto, instáveis, além da falta de retorno financeiro e em termos de prestígio social de seus esforços em uma jornada dupla, entre trabalho e faculdade – ou até tripla no caso de mulheres que muitas vezes são as únicas responsáveis pelos serviços domésticos e guarda dos filhos.

Dessa maneira, apesar de compreender a importância do debate em torno da definição das “classes sociais” para a sociologia e da centralidade da polêmica em torno da “nova classe média” para o estímulo ao debate acima apresentado, não retornarei ao longo da tese à discussão a respeito da melhor definição para esse grupo social, deixando essa polêmica fora do escopo da pesquisa, por duas razões principais. Primeiramente, não me parece que, no caso brasileiro, se trata de um debate em si produtivo para a compreensão do fenômeno da mobilidade social. Em segundo lugar, o próprio debate perdeu seu lugar social diante da crise econômica que atingiu o Brasil a partir de 2014 e se intensificou nos anos seguintes, quando muitos dos que haviam ascendido socialmente tiveram sua “nova” situação econômica ameaçada³¹.

Sendo assim, farei uso do termo “classes populares” para me referir de forma mais genérica aos sujeitos que são objeto desta pesquisa. Com isso, procuro, de um lado, me filiar a uma longa tradição de pesquisa em favelas e periferias urbanas que fazem uso do termo para definir os moradores dessas regiões. De outro lado, busco dar destaque para a heterogeneidade em termos de inserção econômica, projetos de vida e cultura política desses sujeitos. Dessa

³⁰ Para uma análise mais detalhada da diferença conceitual entre mudanças estruturais no nível de desigualdade e taxas de mobilidade social ver Ribeiro (2007), especialmente as páginas 49-55.

³¹ O impacto da crise política e econômica será abordado de forma mais detida ao longo da tese.

forma, o uso da ideia de “classes populares” indica um problema teórico não resolvido, mas, mais do que isso, aponta para a centralidade do esforço de rigor do analista deslocar-se “do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento.” (SADER & PAOLI, 1986, p. 59)³².

1.2 – No meio do caminho havia um acontecimento...

Complementarmente, e de maneira bastante esquemática, pode-se dizer que as interpretações do Brasil realizadas até 2013, que partiam desse processo de inclusão social como central para explicar o modelo de desenvolvimento brasileiro, variavam dentro de um amplo espectro, formando um instigante debate político e intelectual. De um lado, constituíram-se análises de caráter mais otimista, que exaltavam o ineditismo do processo de inclusão social e o que seria a constituição de uma “nova classe social”. Dentro desse campo, estavam tanto autores mais liberais que apostavam nas teses da “nova classe média” e esperavam, com isso, que esses sujeitos passariam a assumir posições políticas e ideológicas similares ao que os autores supõem ser as das tradicionais classes médias³³, mas também aqueles que apostavam na tese da “nova classe trabalhadora” e nos potenciais das políticas públicas do período lulista³⁴.

Em alguma medida, a categorização como “nova classe” e com o complemento de “média” ou “trabalhadora”, mais do que baseadas em dados empíricos, teorias sociológicas ou esquemas de estratificação social, pareciam relacionadas às inclinações políticas dos autores e de suas disposições normativas a respeito do que *deveria ser* a cultura política desse grupo social.

A essas interpretações, cumpre acrescentar outras que partiam de uma perspectiva mais holísticas e das consequências econômicas e ideológicas do modelo de desenvolvimento econômico que passou a vigorar no Brasil a partir de meados anos 2000. Nesse sentido, com viés mais crítico, temos a visão de Francisco de Oliveira (2010) que desenvolveu o conceito de “hegemonia às avessas” para afirmar que, nos governos do PT, sobretudo sob a administração

³² Como indicado na nota 19, utilizo também as nomenclaturas “trabalhadores” e “periféricos” ou “trabalhadores periféricos”, como recorte mais específico do campo e que parte da identidade social dos sujeitos em questão. Assim, o termo “classes populares” faz referência ao grupo mais geral que ascendeu socialmente nos últimos anos e “trabalhadores periféricos” aos sujeitos que especificamente são objeto desta investigação.

³³ Esse é o caso de Marcelo Neri, mas principalmente do livro de Souza e Lamounier (2010).

³⁴ Jessé Souza e Márcio Pochmann podem ser enquadrados nessa linha, em que pese suas diferenças já assinaladas anteriormente e algumas considerações críticas que os autores tecem aos limites do processo de mobilidade social então em curso.

de Lula, a despeito de as “classes trabalhadoras” deterem o controle sobre o Estado, elas seguiam mantendo privilégios e interesses de uma elite financeira e rentista. Dessa forma, as políticas sociais, sobretudo as políticas de transferência de renda como o bolsa família, teriam instrumentalizado a questão da pobreza e garantido a adesão de um amplo setor de pobres e miseráveis aos governos petistas, produzindo uma grande despolitização da luta de classes no Brasil.

Apesar de instigantes questões levantadas por Oliveira, parece-me um contrassenso falar de “hegemonia às avessas”, uma vez que a ideia de hegemonia em Gramsci – caracterizada como a “combinação da força e do consenso que se equilibram de modo variado” (GRAMSCI, 2000, p.95) – já pressupõe a realização de concessões às classes subalternas para que consintam com o modelo de desenvolvimento liderado pelas classes dominante. Assim, o que Oliveira descreve seria melhor definido como uma incorporação de setores das classes trabalhadores ao pacto hegemônico em voga do que propriamente o “avesso” de uma hegemonia. Além disso, Oliveira parece cair mais uma vez no funcionalismo que já havia marcado suas análises anteriores (ver OLIVEIRA, 2003) ao atribuir um papel meramente passivo e coadjuvante aos setores populares que obtiveram algum nível de mobilidade social ao longo dos anos 2000.

De outro lado, André Singer (2012) parte da constatação de um “realinhamento eleitoral” das classes sociais para definir o “lulismo”. Em linhas gerais, esse realinhamento teria ocorrido, segundo o autor, porque as tradicionais classes médias, que historicamente fizeram uma opção eleitoral pelo PT, abandonaram o partido, sobretudo após o chamado “escândalo do mensalão”, em 2005. Ao mesmo tempo, o setor da sociedade que Singer denomina de “subproletariado” – justamente esse que ascendeu socialmente nos últimos anos – teria aderido ao partido do governo devido aos ganhos materiais que obtiveram com as políticas sociais, mas também às políticas de geração de emprego e aumento da renda e que produziram os efeitos de melhoria nas condições de vida identificadas pelas pesquisas apontadas acima.

Desse modo, Singer argumenta que o “lulismo” teria se apoiado nesse setor social historicamente marginalizado para promover um jogo de concessões calculado, hora pendendo para o lado do que o autor chama “coalizão rentista” – formada pelos setores financeiros, pelas classes médias e pelo agronegócio –, hora para o lado da “coalização produtivista” – formada pelo empresariado industrial e por trabalhadores formalizados³⁵. Com isso, Lula teria

³⁵ Singer segue o modelo de análise de Marx (1974) em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, no qual este defende que Luís Bonaparte teria se beneficiado do apoio do campesinato francês para jogar politicamente com as elites financeira e industrial e com as demais classes e frações de classe, estabelecendo um longo período de domínio sobre a França.

desenvolvido um “reformismo fraco”, por meio do qual mantinha um “pacto conservador” com as tradicionais oligarquias e elites econômicas do país, mas garantia alguns avanços sociais aos setores mais pauperizados da sociedade brasileira.

Singer traz importantes dados no que se refere ao comportamento eleitoral do grupo que ele denomina “subproletariado”, mas faltam elementos concretos que lhe permitam defender a existência dessas duas “coalizões”, a “rentista” e a “produtivista”, assim como para a existência desse *bonapartismo* implícito no “lulismo” que pressupõe a ausência de uma hegemonia na sociedade brasileira e, por isso, a possibilidade de Lula “jogar” com os diferentes grupos ou “coalizões”. O autor baseia suas análises unicamente em pesquisas eleitorais, não apresentando maiores dados que lhe permitam identificar quais elementos são relevantes para as mudanças nas preferências políticas desses sujeitos. Assim a “virada lulista” do “subproletariado” é atribuída aos benefícios materiais que este grupo obteve, a uma identificação simbólica e pessoal com Lula e a um vago “conservadorismo popular”. São hipóteses que não deixam de ser interessantes, mas que carecem de investigações adicionais para serem comprovadas.

Não pretendo me alongar nesse tema, pois fugiria do escopo deste trabalho. Meu objetivo aqui ao trazer essas duas visões preocupadas com o comportamento político desse setor que ascendeu socialmente nos últimos anos é assinalar duas importantes ausências, que perpassam tanto as análises que partem desse grupo social emergente quanto das que partem de um plano mais geral, e que acabam por demonstrar os limites das interpretações sobre o processo recente de mobilidade social no Brasil. Refiro-me, de um lado, às potencialidades políticas que as camadas populares ascendentes podem representar como ator socialmente ativo e não apenas como um setor “manipulável” ou facilmente “cooptado” da sociedade brasileira e, de outro, às consequências desse processo de mobilidade social para as dinâmicas da vida urbana. Essa ausência, mais do que teórica, ficou evidenciada por um *acontecimento* que segue deixando diversas marcas sobre o Brasil: as manifestações de junho de 2013.

Os protestos que tomaram o Brasil naquele mês tiveram início a partir de uma convocação do Movimento Passe Livre (MPL) que reivindica o “direito à cidade” por meio do direito à mobilidade urbana gratuita³⁶. As primeiras manifestações se opunham ao aumento da passagem de ônibus de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 em São Paulo e no Rio de Janeiro e ganharam grandes proporções após a forte repressão policial contra a manifestação do dia 13 de junho,

³⁶ Os argumentos do MPL correlacionam diretamente o direito à circulação ao direito à cidade, como se pode notar na frase a seguir citada em Tavorari (2016), extraída de uma postagem do movimento nas redes sociais: “Cada vez que a tarifa sobe, aumenta o número de pessoas excluídas do transporte coletivo. Com menos gente circulando, novos aumentos serão necessários, numa espiral que diminui cada vez mais o direito à cidade da população.”

ocorrida no centro da capital paulista³⁷. Dessa forma, as manifestações de junho de 2013 traziam à tona, de imediato, três questões que até então recebiam pouca atenção do debate público e que dialogam diretamente com o modo de vida urbano, em especial com as periferias da cidade: a mobilidade urbana, a violência policial e o direito à participação política nas decisões ligadas à vida na cidade.

Nos dias que se seguiram à repressão do dia 13 de junho, surgiram, nos atos de rua e nas redes sociais, menções a reivindicações mais amplas em torno de melhorias na saúde e na educação pública, do combate à corrupção, além de críticas aos gastos relativos à Copa do Mundo, entre muitos outros. Com isso, a tese de que a mobilidade social produzida nos anos “lulistas” tinha como principal consequência a despolíticação da sociedade e a passividade das diferentes camadas da sociedade acabou sendo questionada pela própria realidade social e política, ao mesmo tempo em que trazia à tona a emergência da *questão urbana* como elemento central para analisarmos os significados políticos, econômicos e sociais desse processo³⁸.

A meu ver, dois são os principais problemas teóricos e metodológicos das análises até aqui apresentadas e que são responsáveis por essa perspectiva que atribui um papel meramente passivo aos atores sociais e ignora questões relativas às condições de vida urbana desses sujeitos que ascenderam socialmente nos últimos anos. Em primeiro lugar, leituras como as de André Singer, Francisco de Oliveira e, em alguma medida, Jessé Souza e Ruy Braga partem de uma perspectiva holística ou meramente teórica para realizar suas análises. Desse modo, os autores acabam por conferir peso excessivo para as estruturas econômicas e sociais, esquecendo que os atores sociais são não apenas influenciados, mas também formadores dessa totalidade social. Com isso, a ação desses sujeitos perde centralidade na análise diante do funcionamento dessas estruturas. Os grupos e classes sociais são vistos, assim, de forma subordinada e agem apenas em função do papel econômico e social que desempenham.

³⁷ Para uma reconstrução detalhada dos fatos que marcaram as manifestações de junho de 2013 em São Paulo e a respeito da importância da repressão policial para ampliação de participantes e de pautas daquelas manifestações ver Judensnaider et al. (2013). Não faz parte dos objetivos desta tese realizar uma interpretação mais ampla dos significados de junho de 2013 para o Brasil, mas apenas chamar atenção a respeito de sua importância para os sujeitos que são alvo da pesquisa. Por hora, destaco apenas algumas importantes interpretações que vincularam diretamente os movimentos de junho de 2013 com a questão urbana e a demanda por mais participação política, a partir de diferentes perspectivas, uma vez que o assunto voltará a ser tratado na terceira parte desta tese (BRAGA, 2013; BRINGEL, 2013; BRINGEL & PLEYERS, 2015; MARICATO, 2013; NOVAES & ALVIM, 2014; ORTELADO, 2013; ROLNIK, 2013; SINGER, 2013; VAINER, 2013).

³⁸ Diversos analistas seguem apontando que as manifestações daquele ano tiveram um caráter mais acentuadamente de classe média, sobretudo nessa segunda etapa dos protestos. Em que pese a importante participação de pessoas advindas das tradicionais classes médias naqueles atos, os dados quantitativos e qualitativos que coletei ao longo dessa pesquisa apontam também para uma importante participação de moradores das periferias da cidade, pelo menos no caso de São Paulo, como irei expor mais adiante.

É preciso, portanto, passar de um certo objetivismo da reflexão, que é insuficiente quando se pretende estudar as condutas dos sujeitos, para um estudo centrado no sentido das ações ou no sentido atribuído pelos atores a suas ações (TOURAINÉ, 2006). Para isso, necessitamos de uma *perspectiva societal* das relações sociais que parta do ponto de vista dos sujeitos envolvidos nos processos políticos e econômicos sem atribuir a eles comportamentos apriorísticos com base apenas em sua posição estrutural.

Em segundo lugar, as leituras quantitativas que apresentei acima a respeito do processo de mobilidade social brasileiro, apesar de trazerem relevantes dados para a compreensão do fenômeno, também partem de uma visão global do processo em questão. Com isso deixam de lado a *experiência* e ofuscam possíveis nuances em torno do processo – como a diferença de sentido e intensidade subjetiva que pode ter a mobilidade social em uma pequena cidade no interior do Nordeste comparativamente a uma cidade do porte de São Paulo – além de ignorarem por completo a questão da ação social dos sujeitos a partir dessa experiência.

Desse modo, complementarmente a esse intuito de trazer de volta para o centro da análise os sujeitos e sua ação social, faz-se necessário realizar outro deslocamento metodológico, passando de uma análise focada apenas no *padrão de vida* para uma interpretação que incorpore o *modo de vida* desses sujeitos, colocando a *experiência* em torno dos processos sociais em primeiro plano, conforme argumentado na introdução da tese. Para tanto, é necessário reduzir o escopo de análise para um contexto específico a fim de permitir a incorporação desses elementos qualitativos. Assim, o foco deste estudo no contexto urbano, mais especificamente na cidade de São Paulo, mostra toda a sua relevância.

O que proponho neste trabalho, portanto, é justamente *cruzar esse debate a respeito da mobilidade social no Brasil contemporâneo com a profícua produção da sociologia urbana brasileira* por meio de um estudo deste processo focado na cidade de São Paulo.

Não pretendo, neste primeiro capítulo, fazer uma análise mais detida da sociologia do Brasil urbano, uma vez que esse debate irá naturalmente emergir ao longo da tese conforme os temas e questões forem sendo colocadas. O que considero relevante destacar, neste momento inicial, é um importante deslocamento temático pelo qual passou a sociologia urbana no Brasil nas últimas décadas e que contribui para justificar a importância desta pesquisa.

Ao lado de pesquisas pioneiras no campo da antropologia, da arquitetura e do urbanismo, a sociologia urbana brasileira emerge na década de 1970, e se fortalece ao longo das décadas seguintes, com pesquisas desenvolvidas em favelas e periferias de nossas principais cidades (ver ARANTES, 2009; BORTOLUCI, 2016). A questão da “espoliação urbana”

(KOWARICK, 1979) e os modos de vida resultantes deste processo foram os motivadores dessas primeiras reflexões em torno da cidade e do fenômeno urbano no Brasil.

Contudo, a partir da década de 1990 e com mais intensidade nos anos 2000, a interpretação da questão urbana no Brasil foi passando progressivamente de um enfoque preferencial nos “trabalhadores” e suas organizações políticas e sociais, para uma abordagem que prioriza os “bandidos” e a dinâmica da violência urbana (Cf. Feltran 2011a 2011b). Esse deslocamento pode ser notado tanto na trajetória de alguns dos mais notáveis sociólogos e antropólogos urbanos do Brasil – como Alba Zaluar, Tereza Caldeira, Vera Telles, Luiz Antônio Machado da Silva, Gabriel Feltran, que iniciaram seus estudos se debruçando sobre o modo de vida dos trabalhadores e os movimentos sociais por eles articulados e foram levados pela própria realidade social que encontraram ao longo de suas pesquisas a se dedicarem a estudar o “mundo do crime” – como na relevância que a temática da violência urbana e da segurança pública ganhou nas últimas décadas do ponto de vista do debate público e das políticas públicas.

Entendo, todavia, que o processo de mobilidade social acima resenhado e a emergência de manifestações políticas de grande importância social e política – como os protestos de junho de 2013, mas também as ocupações de escolas públicas por jovens estudantes nos últimos anos – justificam uma retomada do enfoque na *experiência de trabalhadores em torno da luta pela mobilidade social e pela conquista da cidadania*. Mais do que uma virada temática, argumento que se faz necessário, operar uma virada no tipo de olhar que se dirige aos sujeitos em questão. Para além de identificar o lugar na estrutura social dos trabalhadores ou das classes populares de maneira geral, faz-se necessário identificar suas práticas e ações no sentido da reprodução e transformação dessa estrutura (SADER & PAOLI, 1986).

Do *padrão ao modo de vida; do processo à experiência; do geral ao particular; da estrutura às práticas e ações; do “mundo do crime” ao “mundo do trabalho” e da luta pela cidadania*. Esses são os deslocamentos metodológicos e temáticos que proponho realizar nesta tese com relação à bibliografia aqui apresentada.

Em suma, o propósito desta tese é justamente *analisar o processo de mobilidade social que ocorreu no Brasil nos últimos anos com foco na experiência dos sujeitos que vivem na cidade de São Paulo a fim de compreender como essa experiência afetou seu modo de vida, cultura, visão de mundo, projetos e perspectivas políticas*. O que não significa que uma visão mais geral que trate dos estrangimentos estruturais que delimitam o campo da experiência ou que dados estatísticos mais globais serão deixados de lado, mas apenas que estes devem aparecer de forma subordinada aos aspectos qualitativos que marcam o processo.

2. AS TRANSFORMAÇÕES NAS PERIFÉRIAS DE SÃO PAULO NO COMEÇO DO SÉCULO

Definido o objeto e as questões de pesquisa, faz-se necessário delimitar de forma mais clara o campo onde a pesquisa se desenvolve. Para tanto, o primeiro exercício que realizei foi analisar como o processo de mobilidade social havia afetado a segregação residencial da cidade de São Paulo.

A ideia de segregação pode, de imediato, remeter à ideia de uma separação radical entre grupos, muitas vezes com base em mecanismos legais como no sistema de *apartheid* que prevaleceu na África do Sul até o começo dos anos 1990 ou o sistema de segregação racial dos Estados Unidos existente até a década de 1960. Desse modo, é importante salientar que, apesar da inexistência de tal tipo de separação legal no Brasil entre grupos de raça ou classe social, há uma clara predominância de determinados grupos em certas regiões do espaço urbano em detrimento de outros como consequência de processos socioeconômicos, o que nos permite falar em *segregação residencial*, seguindo uma longa tradição sociológica que remete à sociologia urbana da Escola de Chicado. Por isso, cumpre fazer uma breve discussão sobre o conceito de segregação residencial e suas consequências para outros processos econômicos, sociais e políticos.

Grosso modo, pode-se definir a segregação residencial como “o grau em que dois ou mais grupos vivem separadamente um do outro, em diferentes partes do ambiente urbano” (MESSEY & DENTON, 1988, p. 282) e que se expressariam em cinco dimensões distintas e complementares: uniformidade, exposição, concentração, centralização e agrupamento. Em outras palavras, trata-se de “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2000, p. 142). Uma questão fundamental que envolve o tema da segregação é o fato de ela ser um fenômeno relacional³⁹, isto é, “só existe segregação de um grupo quando outro grupo se segrega ou é segregado” (TORRES, 2005, p. 83). Além disso, trata-se de um processo de caráter histórico, uma vez que, como ressalta Villaça (2000), a

³⁹ Esta é uma das características mais importantes da ideia de segregação e que permite sua aplicação a diferentes contextos sociais. Tendo em vista que o conceito foi desenvolvido nos Estados Unidos em um período no qual vigoravam leis de segregação racial, a segregação residencial de negros e brancos por lá é, em geral, muito mais intensa do que a observada no Brasil, por qualquer critério. Isso, no entanto, não significa que o processo esteja ausente ou que o conceito não possa ser aplicado por aqui, uma vez que se trata de entendê-lo de forma relativa dentro de cada contexto específico. A questão, portanto, é analisar quais grupos são mais ou menos segregados dentro de cada realidade estudada, bem como o padrão histórico, a intensidade, as causas e as consequências desse fenômeno.

segregação urbana deve ser entendida como uma tendência que pode passar por alterações ao longo do tempo e não como algo estático e imutável.

A distribuição desigual dos grupos sociais no espaço urbano implica fundamentalmente em experiências distintas com relação ao espaço e, mais do que isso, em desigualdades em termos de aproveitamento da estrutura de oportunidades oferecida pela sociedade. É preciso, porém, fugir do equívoco de pensar a segregação como mero reflexo das desigualdades sociais (SABATINI, CÁCERES & CERDA, 2001), uma vez que, para além dos processos estruturais em torno do desenvolvimento econômico e social característico dos países latino-americanos, existem dinâmicas urbanas próprias que explicam a lógica do desenvolvimento das cidades. Dessa forma, Sabatini (2006) aponta que, mais do que relacionada à desigualdade, ou seja, à diferença de renda entre os grupos, a segregação está intimamente ligada aos processos de distinção social, assinalando seu caráter eminentemente sociológico no qual o aspecto espacial deve estar subordinado ao social, demonstrando a importância de análises subjetivas em torno da experiência de segregação. Em suma, por mais que a renda ou a ocupação seja fator crucial para a determinar a segregação residencial, outros elementos como o gosto cultural e a busca por distinção social por meio do local de moradia podem influenciar nesse processo.

Nesse mesmo sentido, Maricato (2003, p. 152) aponta que “a segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma”, uma vez que, à dificuldade de acesso aos serviços e à infraestrutura urbana, somam-se menos oportunidades de emprego e de profissionalização e maior exposição à violência e à discriminação racial, limitação do capital social e dificuldades de acesso aos direitos de cidadania (RODRIGUEZ & ARRIAGADA, 2004). Em outras palavras, segregação residencial e desigualdade socioeconômica, embora processos distintos, atuam de forma combinada, podendo reforçar-se mutuamente. Assim, estudos a respeito da segregação no espaço urbano mostram-se, portanto, como importantes complementos aos estudos focados na mobilidade social ou da dinâmica de classes e grupos sociais que foram apresentados acima.

Até a década de 2000, a maior parte das análises tendia a caracterizar a segregação residencial na cidade de São Paulo como radial e concêntrica, isto é, formada por círculos que progressivamente acomodariam a população por grupos de renda. Assim, os serviços, oportunidades e grupos sociais mais ricos estariam localizados no centro da metrópole em gradientes de crescente esvaziamento e precariedade na direção das periferias. Esse padrão centro-periferia de segregação é caracterizado pelas grandes distâncias físicas entre os diferentes grupos sociais e seria resultado do que Caldeira (2000) identifica como segundo

padrão de segregação urbana, que prevaleceu em São Paulo entre as décadas de 1940 e 1980, auge do processo de urbanização e industrialização da capital paulista⁴⁰.

Buscando aprofundar as características desse padrão de segregação, Pasternak & Bogus (1998 e 2003) propõem um modelo de divisão da cidade de São Paulo em cinco anéis, tendo como base inicial diferenciais na estrutura etária de grupos de distritos. Para as autoras, o padrão de desenvolvimento de São Paulo, caracterizado pela autoconstrução de moradias nas periferias, uma concepção urbanística rodoviarista e radio-concêntrica advinda do Plano de Avenidas de Prestes Maia e do alto preço de aluguéis e terrenos nas áreas já urbanizadas teria forçado a ocupação de territórios cada vez mais distantes, em áreas muitas vezes sem infraestrutura. As autoras demonstram haver uma grande concentração da chamada “elite dirigente” e profissionais de nível superior no anel interior, enquanto o que chamam de “trabalhadores de sobrevivência” residiriam preferencialmente no anel periférico. Além disso, na periferia estariam situados os piores indicadores domiciliares e de acesso à infraestrutura e bens de consumo.

Mais recentemente, outros autores têm destacado a crescente heterogeneidade do território metropolitano, em especial nas periferias. Essa tendência é apresentada em artigo posterior de Pasternak e Bougus, que detectam mudanças no perfil da cidade de São Paulo a partir de análises dos dados do Censo de 2000. Segundo as autoras, apesar de se manter, grosso modo, “o sistema de distâncias dos grupos sociais”, não se trata mais de uma relação totalmente homogênea, uma vez que “no interior dos espaços superiores vão existir territórios populares. E nos populares podem ser encontradas pessoas mais abonadas”. Dessa forma é possível notar uma heterogeneidade social bastante grande e crescente na periferia, com as camadas médias “residindo cada vez mais nos anéis exterior e periférico”. (PASTERNAK & BOGUS, 2005, p.22).

Préteceille e Cardoso (2008) chegam a conclusão semelhante ao apontarem que, embora haja contiguidade dos grupos de profissionais superiores em São Paulo, a cidade não poderia

⁴⁰ Caldeira (2000) identifica dois outros padrões de segregação que historicamente ocorreram em São Paulo, o primeiro teria prevalecido entre fins do século XIX e meados dos anos 1940 e teria como característica uma cidade concentrada em uma pequena área urbana e segregada apenas pelo tipo de moradia. Nesse período, enquanto a elite e uma pequena classe média viviam em mansões ou casas próprias unifamiliares, mais de 80% da população vivia em cortiços ou casas de cômodos alugadas e superpovoadas. Finalmente, o terceiro padrão, que passa a ocorrer a partir dos anos 1980, seria marcado fundamentalmente pelo que a autora chama de “enclaves fortificados”, isto é, grandes condomínios fechados, com fortes esquemas de segurança privada, situados muitas vezes em regiões mais afastadas da região central. Com isso, a separação entre ricos e pobres não se daria mais por grandes distâncias, mas por muros e avançadas tecnologias de segurança, mantendo a baixa ou nenhuma interação entre grupos sociais distintos, mesmo quando habitando regiões vizinhas.

ser considerada “dual”, isto é, com espaços homogêneos formados por categorias extremas do ponto de vista da estratificação profissional.

É o que também argumenta Eduardo Marques (2014, p. 687) a partir de uma análise em relação aos grupos profissionais, na qual compara os resultados do censo de 2000 e de 2010. Segundo o autor, os dados de 2010 mostram que “as classes superiores se tornaram ainda mais predominantes nos espaços superiores”, mas nos espaços inferiores, que tendem a ser os mais periféricos, se tornaram mais heterogêneos (MARQUES, 2014, p. 698). Assim, a estrutura da segregação em São Paulo seria “fortemente hierárquica socialmente, em um claro sentido de evitação social”, ou seja, as classes superiores ao se segregarem em determinadas regiões da cidade, buscariam evitar o máximo possível o contato e a proximidade com as classes populares (MARQUES, 2014, p. 690).

Apesar da importância dos estudos de Marques e de estar de acordo em grande medida com suas conclusões, é preciso ponderar que as escolhas metodológicas que o autor faz com base nas categorias sócio-profissionais pode deixar de apresentar algumas das principais mudanças pelas quais passou o país e a cidade de São Paulo na década passada. Como mostram os estudos apresentados acima de Scalon e Salata (2012) e de Souza e Carvalhaes (2014), as principais mudanças na estrutura social brasileira nos últimos anos ocorreu não na estratificação ocupacional, mas sim em questões relacionadas à renda e escolaridade.

No que se refere à renda, dividi os grupos em oito categorias, seguindo estudo coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do governo federal, que delimita as faixas de renda da população brasileira de acordo com o grau de vulnerabilidade das famílias, “definido como sendo a probabilidade de retorno (ou permanência, se a pessoa já era pobre) à condição de pobreza em algum momento dos próximos cinco anos” (SAE, 2012). Estes conjuntos podem ser reagrupados em três grandes grupos – renda baixa, média e alta – a fim de facilitar o processo de análise dos resultados, conforme apresentado na tabela 1, que traz os valores de corte da renda familiar per capita nos momentos de medição dos Censos de 2000 e 2010 e o valor atualizado para junho de 2017⁴¹.

⁴¹ Os valores foram deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial de inflação no Brasil. O uso dos dados do Censo e não de pesquisas mais atuais como a PNAD se deve ao fato de aquele ser o único conjunto de dados possível de ser georreferenciados dentro das cidades, o que é fundamental para os estudos de segregação residencial.

Tabela 1 – Divisão de classes por critério de renda

Classes	Ponto de Corte (renda mensal familiar per capita)		
	Julho de 2000	Julho de 2010	Junho de 2017
Extremamente pobres	R\$37,72	R\$72,67	R\$ 113,31
Pobres	R\$75,44	R\$145,33	R\$226,63
Vulneráveis	R\$135,51	R\$261,06	R\$407,08
Baixa classe média	R\$205,36	R\$395,62	R\$616,91
Média Classe Média	R\$298,49	R\$575,04	R\$896,68
Alta Classe Média	R\$474,51	R\$914,15	R\$1.425,45
Baixa Classe Alta	R\$1.154,83	R\$2.224,81	R\$3.469,16
Alta classe Alta	-	-	-

Fonte: SAE (2012).

Tabela 2 – Distribuição da população por grupos de renda – RMSP(%)

	Grupos	2000	2010	Variação	Agregado	Agregado	Variação
					2000	2010	
Renda Baixa	Extremamente Pobre	6,2	6,6	0,4	27,9	21,3	-6,6
	Pobre	7,3	3,6	-3,7			
	Vulnerável	14,4	11,1	-3,3			
Renda Média	Baixa Classe Média	15,6	12,7	-2,9	44,6	47	2,4
	Média Classe Média	13,2	16,4	3,2			
	Alta Classe Média	15,8	17,9	2,1			
Renda Alta	Baixa Classe Alta	17,7	19,7	2	27,1	30,5	3,4
	Alta Classe Alta	9,4	10,8	1,4			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo IBGE 2000 e 2010.

Com relação à escolaridade, classifiquei as pessoas em quatro grupo, de acordo com o ciclo de estudo que haviam concluído: 1 – Ensino fundamental incompleto (0 a 7 anos de estudo); 2 – Ensino fundamental completo e médio incompleto (8 a 10 anos de estudo); 3 – Ensino médio completo e superior incompleto (11 a 14 anos de estudo); 4 – Ensino superior completo (14 anos ou mais de estudo).

Tabela 3 – Distribuição da população por grupos educacionais – RMSP (%)

Grupos	2000	2010	Variação
Sem instrução até fundamental incompleto	60	47,7	-12,3
Fundamental completo até médio incompleto	16,2	16,3	0,1
Médio completo até superior incompleto	17,3	23,6	6,3
Superior completo	6,2	11,4	5,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo IBGE 2000 e 2010.

Tabela 4 – Distribuição da população por grupos sócio-ocupacionais – RMSP (%)

Grupos sócio-ocupacionais	2000	2010	Variação
Manuais não qualificados	19,2	17,8	-1,4
Manuais qualificados	29	25,4	-3,6
Técnicos e supervisores	4,9	4	-0,9
Não manuais de rotina, nível baixo	16,4	17,2	0,8
Não manuais de rotina, nível alto	11,7	11,8	0,1
Profissionais de nível baixo	8,1	9,9	1,8
Profissionais de nível alto	7,7	10,9	3,2
Proprietários e empregadores	3	2,2	-0,8

Fonte: Marques (2015, pp. 186-187).

Como pode ser visto pelas tabelas 2, 3 e 4, as variações percentuais da distribuição da população entre 2000 e 2010 em termos de renda e, principalmente, no grau de escolaridade são relativamente mais expressivas do que as variações em termos de categorias sócio-ocupacionais. Em todos os casos, a mobilidade social foi ascendente, com redução no percentual de pessoas nos níveis mais baixos de renda, escolaridade e categorias profissionais e aumento nas faixas mais elevadas.

Além disso, cumpre destacar que a desigualdade de renda, na cidade de São Paulo não foi reduzida entre 2000 e 2010, principalmente por causa da concentração de renda entre os mais ricos. De acordo com estudo publicado pela Prefeitura de São Paulo (FREITAS & ARAUJO, 2014), o índice de Gini para a cidade de São Paulo passou de 0,61 em 2000 para 0,62 em 2010. Esse pequeno aumento teria ocorrido a despeito da queda na desigualdade entre setores médios e baixo devido aos maiores ganhos relativos nos estratos de renda mais altos, sobretudo o 1% mais rico⁴².

⁴² Ver nota 24, no capítulo 1, a respeito de fenômeno semelhante que ocorreu em todo o Brasil.

Diante do que foi apresentado até aqui, procurei realizar estudos a respeito dos impactos que a mobilidade social com base na renda e no nível de escolaridade tiveram no padrão de segregação da metrópole paulista na década de 2000, por compreender que se trata de um importante complemento aos estudos de mobilidade social⁴³. Não irei me alongar em demasia nessa questão⁴⁴, destaco apenas que, apesar de uma redução na segregação residencial entre as camadas mais baixas e intermediárias da distribuição de renda, que estão especialmente misturadas nas regiões periféricas da cidade, o nível de segregação para as camadas mais altas segue em patamares consideravelmente elevados.

Para ilustrar esse ponto, a tabela 4 apresenta o índice de dissimilaridade para os grupos de renda em 2000 e em 2010. O índice de dissimilaridade (ID), índice mais usado para pesquisas de segregação residencial por ser facilmente interpretável, mede a uniformidade da distribuição dos grupos ao longo do espaço urbano⁴⁵. Grosso modo, o ID mede o percentual da população de um grupo que precisaria se mudar para outra região da cidade para que a distribuição daquele grupo fosse perfeitamente uniforme (MESSEY & DENTON, 1988).

Tabela 5 – Índice de Dissimilaridade (ID) – RMSP 2000 e 2010

Grupos	ID 2000	ID 2010	Diferença
Extremamente Pobre	0,27	0,22	-0,05
Pobre	0,28	0,26	-0,02
Vulnerável	0,25	0,23	-0,02
Baixa Classe Média	0,17	0,20	0,03
Média Classe Média	0,12	0,14	0,02
Alta Classe Média	0,14	0,12	-0,02
Baixa Classe Alta	0,30	0,25	-0,05
Alta Classe Alta	0,57	0,57	0,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo IBGE

Convencionou-se considerar um grupo como altamente segregado quando seu índice de dissimilaridade é superior a 0,6; a segregação é considerada moderada quando está entre 0,3 e 0,6 e baixa quando o ID é menor que 0,3. Assim, os dados da tabela 4 mostram que a segregação

⁴³ Para estudos de segregação, em geral, opta-se por analisar a região metropolitana como um todo ao invés de cidades isoladas devido à contiguidade que os municípios tendem a apresentar em suas fronteiras e das intensas relações econômicas que guardam entre si. Para mais detalhes a respeito das escolhas metodológicas nos estudos de segregação ver Préteceille (2004).

⁴⁴ Mais detalhes com relação aos impactos da mobilidade social sobre a estrutura de segregação residencial na região metropolitana de São Paulo podem ser encontrados em Fontes (2018).

⁴⁵ Neste texto não irei analisar das demais dimensões da segregação residencial – exposição, concentração, centralização e agrupamento – para não fugir do escopo aqui proposto. No entanto, em exercício realizado em Fontes (2018) pude verificar um comportamento similar da segregação nas demais dimensões, com maior segregação dos grupos de maior renda.

é relativamente baixa para quase todas as camadas da população, com exceção da denominada “alta classe alta”, ou seja, pessoas com rendimento per capita superior a R\$3.469,16, em valores de junho de 2017 e que representavam, em 2010, cerca de 10% da população da região metropolitana de São Paulo. É possível, também, notar uma queda, ainda que pequena, na segregação de quase todos os grupos sociais, mostrando que a região metropolitana de São Paulo está, de maneira geral, levemente menos segregada em 2010 do que em 2000.

Mais interessante, contudo, é observar a comparação dos índices de dissimilaridade entre as categorias, apresentados nas tabelas 5 e 6. Os dados corroboram as conclusões de (MARQUES, 2014 e 2015) de que a segregação residencial em São Paulo segue um padrão de “evitação social”, na medida em que os índices crescem na proporção da distância socioeconômica entre os grupos.

Tabela 6 – Índice de dissimilaridade entre as classes (ID) – RMSP 2000

	POBRE	VUL	MEDBX	MEDMED	MEDALT	ALTBX	ALTALT
EXTPOB	0,11	0,12	0,17	0,24	0,32	0,49	0,71
POBRE		0,10	0,17	0,24	0,33	0,50	0,73
VUL			0,10	0,18	0,28	0,45	0,70
MEDBX				0,10	0,20	0,39	0,65
MEDMED					0,13	0,31	0,61
MEDALT						0,22	0,54
ALTBX							0,38

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo IBGE.

Tabela 7 – Índice de dissimilaridade entre as classes (ID) – RMSP 2010

	POBRE	VUL	MEDBX	MEDMED	MEDALT	ALTBX	ALTALT
EXTPOB	0,24	0,23	0,22	0,22	0,25	0,35	0,60
POBRE		0,12	0,15	0,19	0,27	0,44	0,71
VUL			0,09	0,13	0,22	0,40	0,68
MEDBX				0,10	0,18	0,36	0,67
MEDMED					0,12	0,30	0,62
MEDALT						0,21	0,56
ALTBX							0,41

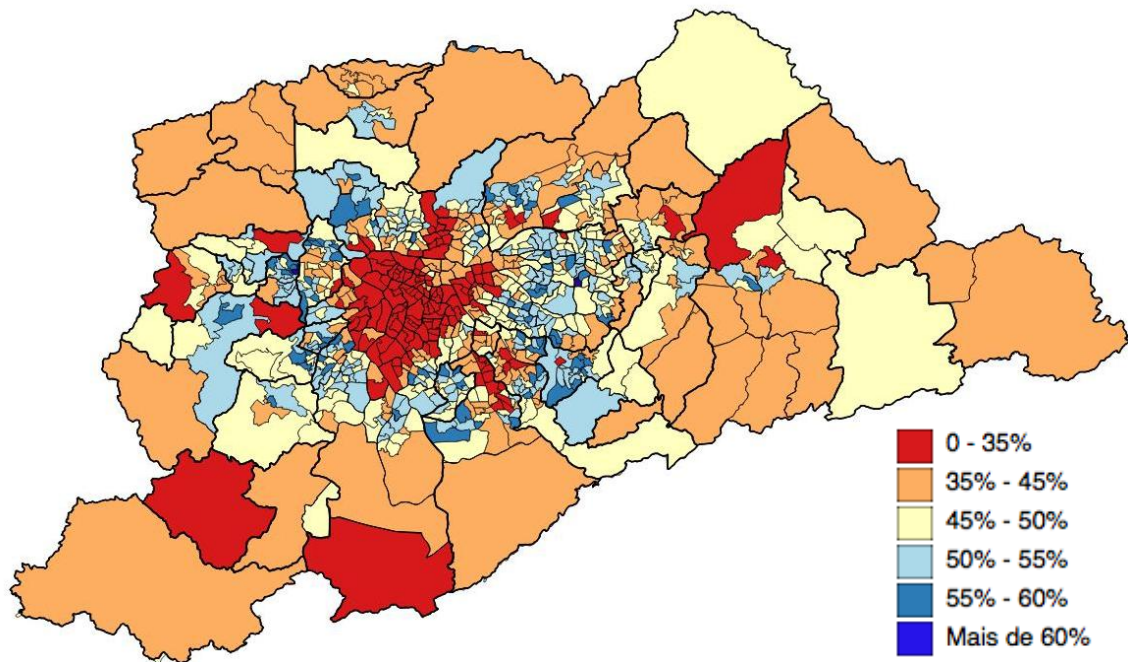
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo IBGE.

Assim, com base nesses dados, na bibliográfica aqui citada e em de estudos georreferenciados – apresentados em detalhe em Fontes (2018) – é possível constatar uma forte ampliação da heterogeneidade social nas regiões periféricas da cidade ocasionada principalmente por conta da ampliação das oportunidades educacionais e do nível de renda dos mais pobres. Além disso, as regiões centrais da cidade, onde se concentra a maior parte dos equipamentos e serviços públicos e privados bem como a maior parte dos postos de trabalho, seguem sendo espaços quase que exclusivos das camadas mais altas da sociedade paulistana.

A partir dessas informações, é possível constatar que, apesar da melhoria no nível de renda e escolaridade, a maior parte das pessoas que ascendeu socialmente e atingiu um nível intermediário de renda ao longo da década passada segue habitando as periferias da cidade. Ou seja, apesar de um relevante processo de mobilidade social este não correspondeu a um processo de mobilidade geográfica nem de melhoria no acesso a alguns direitos ligados à vida urbana. Diante disso, se queremos compreender como esse processo de ascensão social afetou o modo de vida, a cultura política, a visão de mundo e as aspirações econômicas, sociais e políticas desses sujeitos, devemos direcionar o olhar para as regiões onde eles moravam e seguem morando: as periferias da cidade, onde a crescente heterogeneidade social tornou-se fator cada vez mais relevante.

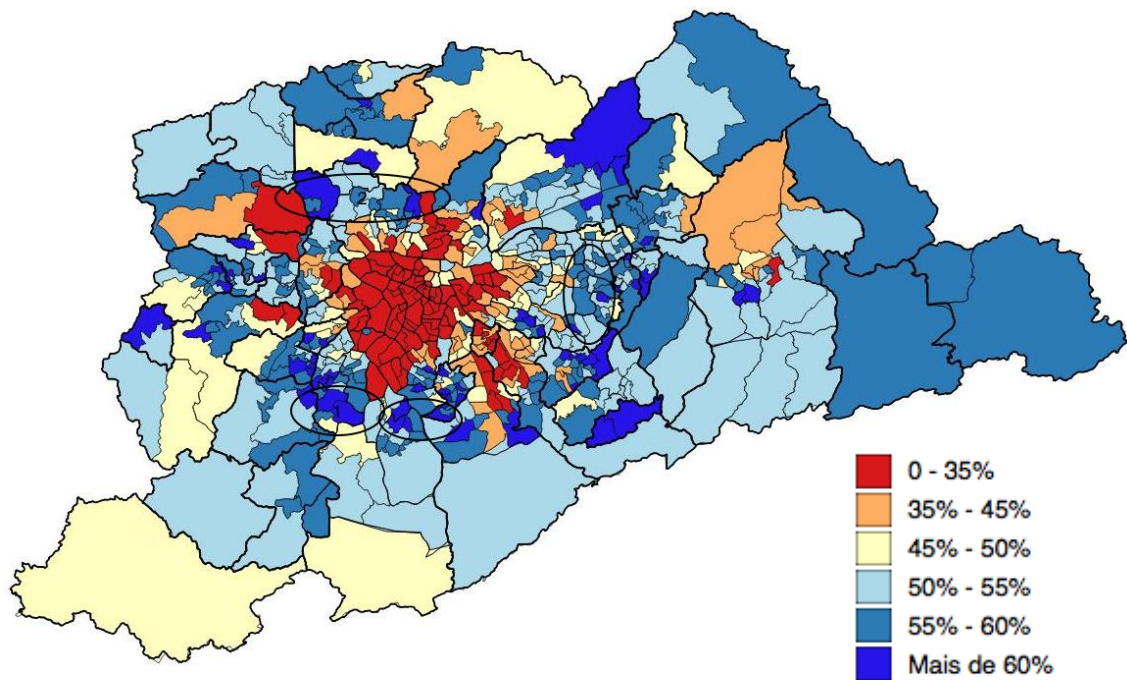
Para definir o campo com mais precisão, realizei um segundo exercício a respeito dos impactos do processo de mobilidade social no tecido urbano da metrópole de São Paulo, dessa vez com o objetivo de localizar, na cidade, as pessoas que haviam atingido um patamar intermediário de renda. Para este exercício, reagrubei as categorias de renda em três grandes grupos: renda baixa, renda média e renda alta, como demonstrado na tabela 2. Desse modo, o grupo de considerado “renda média” é aquele que auferia rendimentos per capita entre R\$616,91 a R\$1425,25, em valores de junho de 2017. Os resultados estão apresentados nos mapas 1 e 2 abaixo. As faixas percentuais foram construídas a partir de um arredondamento dos quintis de forma a tornar a leitura mais simples. Além disso, foi acrescentada uma sexta faixa, com mais de 60% de pessoas do grupo intermediário de renda, de modo a encontrarmos regiões com grande concentração de pessoas desse grupo, o que aparece apenas no mapa de 2010.

*Mapa 1 - Distribuição percentual do grupo de “renda média” (R\$407,08 a R\$1425,25)
– RMSP 2000*



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo IBGE.

*Mapa 2 – Distribuição percentual do grupo de “renda média” (R\$407,08 a R\$1425,25)–
RMSP 2010*



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo IBGE.

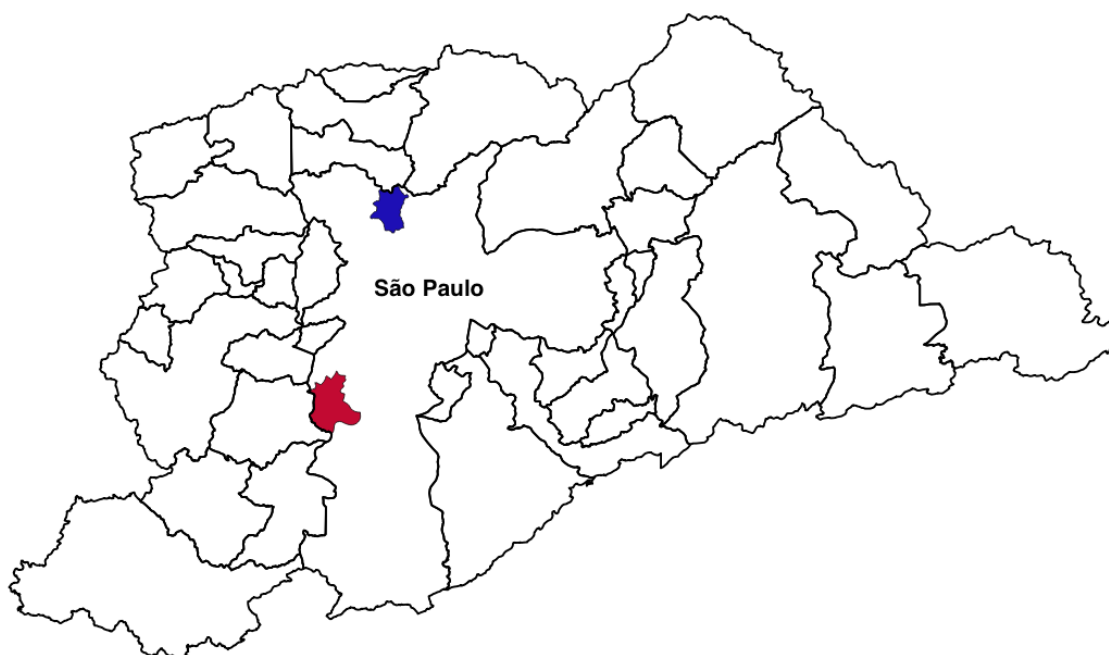
Os mapas demonstram um aumento bastante expressivo de pessoas situadas na faixa de renda intermediária do espectro distributivo em diversas áreas da Região Metropolitana de São Paulo. Lembremos que, conforme apontado na tabela 2, 47% da população obtinha um rendimento considerado “médio”, em 2010. Contudo, em algumas zonas da metrópole, esse percentual passava de 55% ou até 60% dos habitantes da região.

Com base nesses dados, e na comparação da distribuição desse grupo entre 2000 e 2010, marquei no mapa 2 algumas dessas regiões, na cidade de São Paulo⁴⁶, onde foi possível observar um aumento relativamente grande de pessoas com renda considerada “média”, entre 2000 e 2010, e onde, em 2010, havia um contingente mais expressivo de pessoas nessa faixa de renda. É possível notar que essas regiões formam uma espécie de “periferia consolidada”, situando-se em uma zona intermediária entre as proximidades do centro expandido e os extremos ainda mais empobrecidos da cidade.

Qualquer uma das regiões apontadas atenderia de forma adequada os interesses dessa pesquisa. Assim, após algumas incursões preliminares, acabei por optar por duas regiões da cidade que poderiam oferecer algum grau de diversidade e comparabilidade às investigações, uma na zona sul, o distrito do Jardim Ângela e outra na zona norte, o distrito da Brasilândia. As duas regiões estão destacadas no Mapa 3, que apresenta os limites territoriais dos municípios e traz a cidade de São Paulo ao centro. Em azul aparece a Brasilândia e, em vermelho, o Jardim Ângela.

⁴⁶ Apesar das análises apresentadas abrangerem toda a Região Metropolitana de São Paulo, por razões já esclarecidas anteriormente na nota 43, optei por focar a pesquisa dentro dos limites territoriais da capital paulista dado o papel central desempenhado pelo poder público municipal em diversas políticas públicas, podendo a cidade ser entendida, em alguns aspectos, como uma *comunidade política*.

Mapa 3 – Região Metropolitana de São Paulo com destaque para Brasilândia e Jardim Ângela



Os dados de renda e escolaridade das duas regiões apresentados nas tabelas 7 e 8 demonstram que, entre 2000 e 2010, houve uma significativa melhora tanto nos níveis de renda como nos níveis educacionais. Parte significativa da população, contudo, segue no nível baixo de renda (rendimentos per capita entre R\$0 e R\$ 407,08, em valores de junho de 2017) – cerca de 30% em ambos os distritos – e uma pequena parcela encontra-se no nível alto de renda (rendimentos per capita acima de R\$ 1425,45, em valores de junho de 2017). Esses dados ressaltam a grande heterogeneidade em termos de renda dessas regiões da cidade ainda que a maioria absoluta das pessoas esteja situada no nível intermediário (rendimentos entre R\$ 407,08 e R\$ 1425,45 per capita, em valores de junho de 2017) – 54,5% na Brasilândia e 57,7% no Jardim Ângela. Além disso, enquanto o aumento médio do percentual da população no setor intermediário de renda, entre 2000 e 2010, na região metropolitana, foi de 2,4%, na Brasilândia esse aumento foi de 5,2%, no Jardim Ângela, de 9,1%.

No que se refere à educação, também é expressiva a melhora em termos de tempo de estudo médio da população. Em ambos os distritos, aproximadamente 11% da população deixou a faixa de escolaridade que não havia sequer concluído o ensino fundamental (0 a 7 anos de estudo) e se distribuiu nas demais faixas – pouco menos do que a média da região

metropolitana que foi de 12,3% – com destaque para o aumento de 6,2% na Brasilândia e de 7,6% no Jardim Ângela do número de pessoas que pelo menos concluíram o ensino médio.

Tabela 8 – População por faixas de renda (%)

	Brasilândia			Jardim Ângela		
	2000	2010	Variação	2000	2010	Variação
Renda baixa	36,8	29,5	-7,3	42,5	32,1	-10,4
Renda média	49,6	54,8	5,2	48,6	57,7	9,1
Renda alta	13,6	15,7	2,1	8,9	10,1	1,3
Total	100	100		100	100	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo IBGE.

Tabela 9 – População por faixas de escolaridade (%)

Tempo de estudo	Brasilândia			Jardim Ângela		
	2000	2010	Variação	2000	2010	Variação
0 a 7 anos	69,0	58,1	-11,0	74,5	63,0	-11,5
8 a 11 anos	16,1	18,8	2,7	14,9	17,1	2,2
11 a 14 anos	13,4	19,5	6,2	9,8	17,4	7,6
Mais de 14 anos	1,5	3,6	2,1	0,8	2,5	1,7
Total	100	100		100	100	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo IBGE.

Dessa forma, trata-se de duas regiões com um perfil socioeconômico similar em diversos aspectos, mas em que as heterogeneidades são cada vez mais marcantes. No nível etnográfico, essa heterogeneidade e o contato cotidiano entre aqueles que logram maior ou menor mobilidade social ganha especial relevo. Além disso, apesar das melhoras em alguns indicadores, ambas seguem carentes em termos de infraestrutura urbana (ver REQUENA, RALIZE & SARUE, 2015) e seus moradores seguem sujeitos a diversos problemas cotidianos como a violência, a discriminação e a falta de acesso a serviços públicos, como me foi relatado por diversos interlocutores ao longo da pesquisa.

Assim, cumpre reformular a questão de pesquisa até aqui construída para incorporar a experiência da condição periférica como tema a ser investigado. Mais do que analisar a experiência e torno do *processo de mobilidade social*, é preciso compreendê-la no contexto da *ausência de mobilidade geográfica* e da permanência de uma situação de dificuldade de acesso

a serviços e direitos ligados à vida urbana. Este é ponto de partida da investigação que realizei ao longo dos últimos anos e que deu origem a esta tese.

**PARTE II – TRABALHADORES: O MODO DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE**

Sempre achei que o modo como se vive já é, em si, uma atitude política.
Robert Frank

As periferias de São Paulo foram formadas ao longo do período que Caldeira (2000) classifica como sendo um segundo padrão de segregação residencial, que perdurou sobretudo entre as décadas de 1940 e 1980 e foi caracterizado pelas grandes distâncias que separavam os habitantes mais ricos do centro dos mais pobres das precárias periferias. A partir do Plano de Avenidas desenvolvido pelo engenheiro Francisco Prestes Maia⁴⁷, estruturou-se um modelo de desenvolvimento urbano radial e concêntrico, cujas consequências foram discutidas, em boa medida, no capítulo anterior.

O Plano de Prestes Maia que previa a construção de novas avenidas principalmente sobre os leitos de rios canalizados possibilitou o estabelecimento de amplas conexões rodoviárias entre a região central da cidade, onde estavam a maioria dos postos de trabalho, e as periferias. Com isso, o rápido crescimento populacional do período foi sendo absorvido por essas regiões periféricas onde praticamente inexistia infraestrutura básica como serviços de água, luz, esgotamento sanitário, calçamento, transporte coletivo, etc.

Nesse período, São Paulo era o grande centro irradiador de desenvolvimento do país e passava por um intenso processo de industrialização e crescimento econômico, o que atraiu imigrantes de diversas regiões do país, sobretudo de regiões mais pobres como o Nordeste, mas também de regiões como o norte de Minas Gerais e o interior de diversos estados, inclusive de São Paulo.

As duas regiões onde esta pesquisa foi desenvolvida guardam muitas semelhanças em termos de características socioeconômicas e de formação histórica, mas também importantes diferenças, sobretudo no que se refere ao período em que processo de ocupação e urbanização ocorreu e, por consequência, ao tipo de trabalhador que acabaram por abrigar.

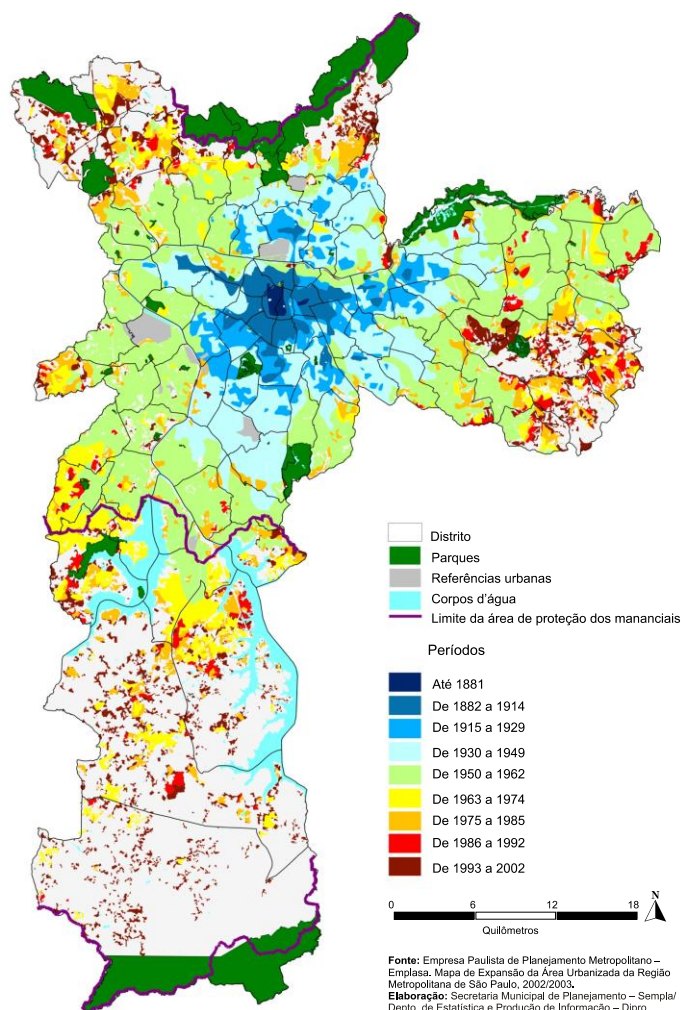
Em linhas gerais, a Brasilândia, que tem como data oficial de fundação o dia 24 de janeiro 1947, quando foi registrado o primeiro loteamento da região, passou por um processo de formação anterior em relação ao Jardim Ângela, que tem o grosso de seu povoamento a partir do fim da década de 1960.

O Mapa 4, abaixo, apresenta a expansão histórica da área urbanizada da cidade e demonstra, com clareza, essa diferença em termos de época de formação das periferias. No mapa, é possível notar como o grosso da urbanização da Brasilândia, ao norte, está marcado em verde claro, denotando o início da urbanização da região entre 1950 e 1962, mas que segue nas décadas seguintes com menor intensidade. Ao sudoeste, a região do Jardim Ângela tem a maior

⁴⁷ Prestes Maia foi prefeito da cidade nomeado pelo interventor federal Ademar de Barros entre 1938 e 1945. Contudo, seu plano de avenidas seguiu orientando o desenvolvimento urbano de São Paulo por muitas décadas seguintes.

parte de seu território pintado com as cores amarela, laranja e vermelha, o que indica uma urbanização posterior, a partir de meados dos anos 1960, mas principalmente nos anos 1970 e 1980⁴⁸.

Mapa 4 – Expansão da Área Urbanizada – Município de São Paulo (1881-2002)



Fonte: Infocidade – Prefeitura de São Paulo

Relativamente mais próxima do “centro velho” da cidade, a Brasilândia abrigou, no início, moradores expulsos de cortiços da região central, bem como migrantes do interior do estado. A região tem como centralidade mais próxima, além dos bairros em torno do centro, as regiões da Lapa e Vila Leopoldina, onde se instalaram indústrias mais tradicionais, ligadas ao setor têxtil de vidro, ou de menor valor agregado. Dessa forma, a indústria não chegou a se

⁴⁸ Cumpre destacar as áreas em verde escuro nas duas regiões, que demarcam parques ou áreas de preservação ambiental. Na Brasilândia, trata-se da Serra da Cantareira e, no Jardim Ângela, da represa Guarapiranga. Apesar de serem oficialmente reservas ambientais ou regiões de mananciais, em ambas é possível encontrar moradias irregulares.

constituir como principal atividade econômica ou principal meio de inserção produtiva dos trabalhadores da região. Essa história é resumida no depoimento abaixo de um morador da região, transcrito do Jornal Cantareira:

Na década de 1940 até meados da década de 1950, o que existia aqui era a indústria artesanal, eram olarias e alguns alambiques de aguardente. Com o crescimento populacional também se instalou-se na região uma firma chamada Vega, que hoje é a Vega-Sopave, multinacional de origem Francesa e algumas pequenas indústrias metalúrgicas e têxtil que sobreviveram até os anos de 1980. Também o Domingos Veiga construiu uma pedreira onde muitas pessoas conseguiram emprego. Depois veio a fundição de um grego, no Jardim Tiro ao Pombo. A Brasilândia nunca foi uma região industrial, ela sempre viveu do pequeno comércio (Ailton, Jornal Cantareira, Edição de Fevereiro/Março de 2003, Seção “De Olho na História: Vila Brasilândia: meio século de contradições”).

O Jardim Ângela, por sua vez, tem seu desenvolvimento bastante atrelado ao processo de expansão das indústrias na região de Santo Amaro e, principalmente, ao longo das margens do Rio Pinheiro, na Avenida Nações Unidas. Por se tratar de um processo posterior de industrialização e com indústrias mais modernas, ligadas sobretudo ao setor metalúrgico, a região acabou por oferecer mais oportunidades de trabalho fabril que teve papel crucial na formação política e identitária dos moradores dessa região, como procurarei apontar ao longo dos capítulos seguintes.

Como bem resume, Sader (1988), em meados dos anos 50 inicia-se um novo surto industrial, tendo por eixo a indústria automobilística. Neste período, esgotavam-se as “economias externa” que a localização central oferecia para as indústrias, que foram sendo empurradas para a periferia. As tradicionais permaneceram em zonas fabris antigas (Brás, Mooca, Ipiranga) – mais próximas da Brasilândia – mas as novas foram se estendendo para o vale do Rio Pinheiros em direção ao oeste e depois ao sul – proximidades do Jardim Ângela – e ao longo das rodovias Anchieta, Dutra e Anhanguera.

As famílias operárias foram seguindo a rota das indústrias, aproveitando as vias de acesso e a montagem de equipamentos urbanos que se fazia em função delas. Assim também se localizavam próximos a suas fontes de emprego [...] E junto com os operários e os aspirantes ao trabalho industrial foram o que subsistiam com atividades voltadas para a própria vizinhança: os que abriam bares, empório, quitandas, açougues; as cabeleireiras, os sapateiros, encanadores, eletricitas, mecânicos, borracheiros. Assim, os núcleos industriais foram se estabelecendo ao longo das vias de acesso e, à medida que se afastavam do centro, foram criando suas próprias periferias e as cidades-dormitórios da Grande São Paulo (SADER, 1988, pp. 68-69).

Buscarei trabalhar semelhanças e diferenças entre as regiões pesquisadas ao longo dos próximos capítulos conforme os temas e questões forem sendo apresentadas sem, com isso,

pretender esgotar o tema em um grande quadro comparativo, uma vez que o objetivo aqui é encontrar particularidades e questões passíveis de universalização a partir da pesquisa empírica.

Desse modo, esta primeira parte da tese é composta por três capítulos. O capítulo 3, que vem a seguir, tratará do processo de migração e constituição de um modo de vida próprio nas periferias da cidade de São Paulo. Temas como a busca pela inserção produtiva, a importância dos laços familiares, a autoconstrução da moradia e um ideal de vida mais comunitário, consolidado por meio de práticas de solidariedade e reciprocidade serão abordados ao longo do capítulo.

No capítulo 4, abordo a constituição do que estou chamando de uma *esfera pública popular*, a partir da expansão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, por meio da teologia da libertação e da defesa de um modo de vida comunitário com discursos e práticas de ajuda mútua, contribuiu para a politização do cotidiano dos moradores dessas regiões e para a organização de associações locais e movimentos sociais que lutavam pela melhoria nas condições de vida dessa população, reivindicando diversos direitos até então inexistentes ou bastante restritos.

Finalmente, no capítulo 5, trato da formação da identidade de “trabalhador” entre os moradores das periferias paulistanas que se consolida por meio da “costura” de identificações produzidas em diferentes configurações sociais no mundo do trabalho, no mundo político da cidadania e no nível da vizinhança.

Com isso, espero dar conta da experiência social e política da primeira geração⁴⁹ de moradores das periferias aqui analisada.

⁴⁹ Cumpre esclarecer que o que chamo de “primeira geração de moradores das periferias” não é formada necessariamente pelos pioneiros que ocuparam as periferias da cidade, mas por uma geração composta por pessoas com idade próxima de 50 anos ou mais, que guardam entre si “conexões geracionais” (Mannheim, 1952), uma vez que desfrutaram de uma experiência comum de formação política e social.

3. DE MIGRANTE A MORADOR

“eu tinha 4 anos de idade. Saímos da Bahia de um povoado chamado São José do Paiaíá. Eu lembro que nós chegamos aqui... eu tinha 4 anos de vida, hoje eu tenho 45... E não consigo esquecer de uma foto que parece que é do Sebastião Salgado, que mostra um ônibus, coberto com o jornal e um rosto de uma criança... toda vez que eu vejo isso eu me imagino ali. E foi justamente isso. Nós viemos com a cara e a coragem. A família que morava aqui contribuiu pra que nós viéssemos... Porque meu pai já vinha e trabalhava aqui, aí ficava 3, 4 meses aqui, depois voltava. Até quando ele decidiu que traria a família junto. E nós passamos muita dificuldade...” (Paula, Jardim Ângela, 45 anos, depoimento ao autor, 2016)

“Aqui não tinha nada, era só mato, mas eu sentia livre, realizado por ter conseguido sair do aluguel e colocar minha família em um espaço seguro.” (Antonio, 62 anos, Brasilândia, Jornal Cantareira, 2003).

“só havia algumas casas de tijolos sem reboco e alguns barracos, o resto era tudo mato. A vida no início foi muito difícil por ser distante da cidade, não tinha nenhum tipo de infraestrutura. As mulheres faziam fila para lavar a roupa em uma bica d’água que servia o bairro e os arredores” (Clésia, Brasilândia, Jornal Cantareira, 2003).

Como dito, as periferias de São Paulo foram formadas, em sua maior parte, a partir de um intenso processo de migração de pessoas que vinham, de diversas regiões do Brasil – em especial do Nordeste e do norte de Minas Gerais, mas também de outros estados e de outras cidades do estado de São Paulo – em busca de melhores condições de vida na cidade grande.

A tabela 10 traça um panorama atual do perfil dos moradores das duas regiões pesquisadas com relação ao seu local de nascimento, elaborada com dados do survey que apliquei no início de 2015. No Jardim Ângela, encontrei pouco mais de 40% de pessoas nascidas em São Paulo, 9% em outra cidade do mesmo estado e 49,7% em outro estado. No momento do levantamento, a média do tempo dos migrantes na cidade de São Paulo era de 31,8 anos e a mediana era de 32 anos. Entre os migrantes, mais de 31% vieram do nordeste do Brasil, com destaque especial para a Bahia, que sozinha representa a origem de 15,1% das pessoas. Minas Gerais também merece destaque, pois é local de nascimento de 13,1% dos entrevistados.

Na Brasilândia, o percentual de pessoas nascidas em São Paulo era de 44,3%. A migração de paulistas, contudo, apresentou-se relativamente maior na Brasilândia, representando 15,6% dos entrevistados. Assim, o percentual dos nascidos em outros estados era de um pouco menos de 40%. O tempo médio de residência na capital paulista entre os migrantes, era semelhante ao encontrado no Jardim Ângela 32,3 anos e a mediana era de 34 anos. Tal como no Jardim Ângela, destaca-se a migração nordestina, com 30,1% dos

pesquisados, com proeminência também de baianos, com 14,6% de participação no total de pessoas.

Tabela 10 – Local de nascimento dos moradores das regiões pesquisadas

	Jardim Ângela	Brasilândia
Nascidos em São Paulo	40,7%	44,3%
Nascidos em outra cidade de SP	9%	15,6%
Nascidos em outros estados	49,7%	39,1%
Tempo médio de residência em São Paulo (entre os imigrantes)	31, 8 anos	32,3 anos
Imigrantes vindos do Nordeste	31,1%	30,1%
Principais estados de origem dos imigrantes	BA (15,1%)	BA (14, 6%)
	MG (13,1%)	PE (6,8%)
	PE (8,5%)	PR (6,3%)

Fonte: elaboração própria

Os dados estatísticos apontam para algumas questões importantes. A primeira delas é que mais da metade da população de ambos os distritos é formada por migrantes. Em segundo lugar, é possível constatar a importância do Nordeste nesse processo, que representa quase um terço da origem dos moradores das regiões, com destaque para a Bahia. Finalmente, o tempo médio de moradia dos migrantes em São Paulo é relativamente alto, próximo de 32 anos, o que indica que o processo de migração para as periferias é relativamente antigo, datando, na maior parte dos casos, dos anos 1970 e 1980.

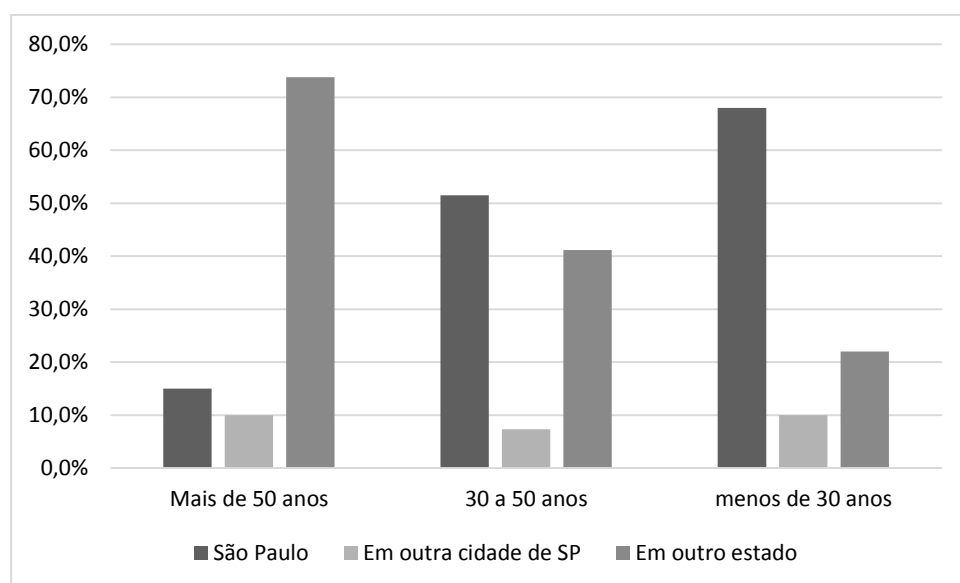
Além disso, é possível constatar uma relativa redução nos fluxos migratórios em direção à São Paulo, embora esse não tenha cessado por completo, como atestam os gráficos 1 e 2. Os gráficos apresentam o cruzamento dos grupos etários, dividida em três coortes de idade⁵⁰, com

⁵⁰ O número de anos que duraria uma geração é bastante arbitrário e, por isso, questionável. Além disso, uma vez que o foco da análise desta tese está na experiência comum a partir de conexões geracionais é preciso olhar para além da “situação geracional”. Assim, para evitar confusões, quando estiver abordando dados quantitativos, trabalharei com a noção coortes de idade e não com a ideia de “geração”, que será usada quando a abordagem for mais qualitativa, conforme exposto na Introdução da tese. No caso concreto aqui analisado, optei por dividir os grupos em três coortes que abrangem as faixas de “até 30 anos”, “entre 30 e 50 anos”, e “mais de 50 anos”, devido a minha própria percepção das conexões geracionais que encontrei durante a pesquisa de campo. Contudo, destaco, de um lado, a importância das gerações intermediárias, isto é, daqueles que se encontram entre uma geração e outra e acabam por desempenhar um papel de mediação entre a experiência de uma geração e de outra e, de outro, da possibilidade de haver pessoas de uma geração com experiências mais próximas ao que seria “típico” de outro grupo geracional, reforçando, portanto, que a divisão nesses grupos é meramente um recurso analítico e didático.

o local de nascimento dos moradores de cada uma das duas regiões pesquisadas. No Jardim Ângela, é possível perceber de maneira ainda mais clara a mudança no perfil da população. Enquanto mais de 70% daqueles que tem mais de 50 anos são nascidos em outros estados – número de ultrapassa os 80% se acrescentarmos os migrantes paulistas – esse número cai para cerca de 41% entre os que tem entre 30 e 50 anos e para pouco mais de 20% entre os mais jovens, com menos de 30 anos. Com os nascidos na capital paulista há uma tendência inversa. Passamos de 15% entre os mais velhos nascidos em São Paulo, para mais de 50% entre os que têm entre 30 e 50 anos e aproxima-se de 70% entre os mais jovens.

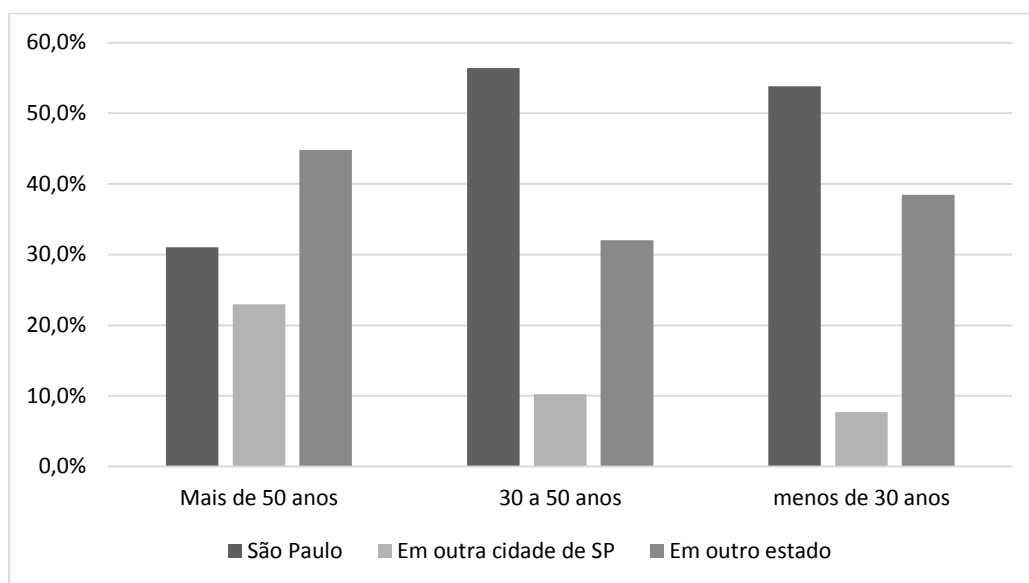
Na Brasilândia, há um processo semelhante de redução na proporção de migrantes conforme se olha para gerações mais jovens, mas menos contundente. Entre os mais velhos, com mais de 50 anos, quase 45% não são paulistas e 23% são do interior do estado de São Paulo. Já entre os que têm entre 30 e 50 anos a relação se inverte e mais de 55% são nascidos na cidade de São Paulo, mas mais de 33% seguem vindo de outros estados. Entre os mais jovens há uma pequena redução entre os paulistanos e um aumento entre os migrantes de outros estados, mostrando que apesar de menos intenso, a migração para a capital paulista não cessou por completo nos últimos anos e segue sendo um processo relevante para a região.

Gráfico 1 – Local de nascimento x coorte de idade – Jardim Ângela



Fonte: elaboração própria (N=198)

Gráfico 2 – Local de nascimento x coorte de idade – Brasilândia



Fonte: elaboração própria (N=191)

Razões de caráter histórico podem ajudar a compreender a diferença nos dados migratórios entre as duas regiões. Como apontado acima, a região da Brasilândia se formou anteriormente, ainda nos anos 1950 e 1960. Essa formação anterior ligada a industriais mais tradicionais e posteriormente ao comércio e ao setor de serviços, explica, em boa medida, porque a região recebeu um fluxo relativamente maior, num primeiro momento, de migrantes do interior do estado, além de pessoas que já haviam nascido em São Paulo, moravam em regiões mais centrais e acabaram expulsas dessas regiões, sendo obrigadas a se deslocar para as periferias da cidade. Além disso, isso contribuiu também para o entendimento do expressivo aumento de nascidos em São Paulo já na segunda geração de moradores da região. A maior proximidade física com a região central pode explicar ainda a permanência de um fluxo relativamente grande de migrantes entre os mais jovens.

Por sua vez, a região do Jardim Ângela tem seu processo de urbanização mais ligado às indústrias que se instalaram na região de Santo Amaro e nos arredores da Marginal do Rio Pinheiro, que datam dos anos 1970 e 1980, e que começam a deixar a cidade de São Paulo nos anos 1990 em diante. Por isso, é possível observar, de forma mais evidente, a queda progressiva no número de migrantes para a região e um aumento quase linear do número de nascidos na capital paulista.

3.1 - As razões da migração

A análise da experiência dessa primeira geração de trabalhadores das periferias paulistanas deve começar, portanto, com o processo de migração, a chegada no bairro, a adaptação à realidade urbana e a construção de um modo de vida próprio dentro da nova realidade. Como se trata de um processo relativamente distante no tempo, os poucos relatos que colhi não trazem tantos detalhes e podem estar contaminados por uma memória seletiva desse processo. Há, contudo, farta biografia sobre esse processo de chegada e de luta para “fazer a vida” em São Paulo. São esses relatos etnográficos dos anos 1980 que embasam, em grande parte, as linhas que seguem. Os depoimentos de meus interlocutores que trago ao longo desta primeira parte visam, por um lado, ilustrar os pontos apresentados e, por outro, demonstrar as marcas na subjetividade deixadas pela experiência em torno dos processos em questão.

A primeira questão que emerge diante desse processo de radical mudança na vida das pessoas está relacionada aos porquês da migração. Em seu estudo seminal a respeito da migração para São Paulo, Eunice Durham (1978) aponta as dificuldades em identificar motivos concretos para a tomada de decisão a respeito da mobilidade geográfica dessas pessoas. Segundo a autora, as respostas dos migrantes assinalavam razões genéricas como “melhorar de vida” ou fugir da vida na roça que era “muito difícil”. Os entrevistados, contudo, não diziam precisamente no que consistiria o “difícil” de um ou o “melhor” de outro.

Assim, as razões para que esses trabalhadores decidissem correr os riscos implicados no processo de migração podem ser resumidas na expectativa de “fugir à vida acanhada, desassistida e sem esperanças das áreas rurais’ e rumar ‘para a capital paulista, no intuito de progredir, de gozar da civilização’” (ALMEIDA & MENDES SOBRINHO, 1951, p. 16 apud FONTES, 2008). Falando de forma mais concreta, tratava-se de buscar na cidade, “além dos salários, a expectativa de receber os direitos trabalhistas, ausentes nas relações de trabalho na zona rural” (FONTES, 2008, p.47). Havia, ainda, a “associação da cidade com toda uma série de benefícios urbanos, particularmente nas áreas de educação e saúde”, (FONTES, 2008, p.48). Tratam-se, portanto, de “vantagens da cidade”, que os trabalhadores percebiam como possibilidades que os faziam buscar a vida em São Paulo, como salários mais elevados, assistência médica, e instrução para os filhos.

É preciso lembrar, porém, que boa parte desses serviços estava condicionada à filiação a um sindicato ou entidade de classe, uma vez que não existiam garantias de acesso público universal à saúde ou à educação para além do nível fundamental. Dessa forma, a busca dos

direitos associados à “cidadania regulada”⁵¹ (SANTOS, 1979), que alçava à condição de cidadãos com direito a garantias trabalhistas e sociais somente aqueles que conquistassem uma profissão regulamentada pelo Estado, e a “utopia da sociedade salarial” (CARDOSO, 2010), isto é, a aspiração à possibilidade de alcançar o status de assalariado, supostamente ao alcance de todos, eram elementos fundamentais que compunham o imaginário desses migrantes.

De todo modo, tanto a melhoria do padrão de vida, por meio de melhores rendimentos quanto o acesso aos direitos vinculados às ocupações reconhecidas pelo Estado, estavam condicionados à possibilidade de vir a obter uma colocação satisfatória que preenchesse ao menos em parte as aspirações do migrante. Assim, a colocação profissional aparecia como condição fundamental para a integração dessas pessoas à vida urbana ou o retorno à vida rural (DURHAM, 1978).

3.2 – A conciliação (im)possível na busca pelo trabalho

A inserção produtiva dos migrantes na vida urbana dependia de uma série de fatores que iam das preferências e habilidades pessoais, das redes de contato que se conseguia estabelecer e, claro, das condições objetivas do mercado de trabalho. Nesse período, a indústria exercia importante papel como centro dinamizador da atividade econômica, aparecendo como símbolo máximo da modernidade e exercia, assim, importante papel no ideal imaginado pelos migrantes que buscavam a vida em São Paulo.

Contudo, ao contrário do que se poderia imaginar, a busca pelo trabalho na grande indústria estava longe de ser unanimidade entre aqueles que se deslocavam para São Paulo. Dados quantitativos apresentados por Cardoso, Camargo e Kowarick (1973) apontam que, apesar de um aumento significativo de aspiração ao trabalho industrial ao longo da vida entre os trabalhadores das periferias de São Paulo, uma parcela expressiva desses trabalhadores urbanos ambicionava o trabalho autônomo⁵². Os autores atribuem tais preferências à

⁵¹ Wanderley Guilherme dos Santos (1979) define a ideia de “cidadania regulada” como “o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional [...] definido por norma legal.” (SANTOS, 1979, p. 75). Dessa maneira, no período pré-constituição de 1988, a cidadania, no Brasil não adviria da simples participação em uma comunidade política, mas estava “embutida na profissão” e os direitos dos cidadãos restringiam-se “aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei.” Três seriam, portanto, os parâmetros definidores da cidadania regulada: a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público, uma vez que estes seriam os requisitos necessários para que as pessoas pudessem acessar toda uma gama de direitos sociais (SANTOS, 1979, p.76).

⁵² Os dados apresentados pelos autores apontam que o trabalho industrial aparece como principal aspiração profissional de cerca de 5% dos jovens, entre 12 e 19 anos de idade, e atinge a preferência de pouco mais de 11% dos trabalhadores entre 30 e 45 anos. Por sua vez, a prestação de serviços – interpretada pelos autores como

permanência de “valores tradicionais” entre esses trabalhadores migrantes. A questão, contudo, mostra-se mais complexa quanto de passa para o plano qualitativo.

Segundo Machado da Silva (1971), muito mais do que “motivações culturais tradicionais”, o dilema do trabalhador e suas escolhas entre formalidade e informalidade estavam relacionadas a questões relativas à segurança e à renda do trabalho, advindas das próprias condições do mercado metropolitano de trabalho em que os dois sistemas, o formal e informal, trariam vantagens e desvantagens relativas próprias. Os trabalhos não-formais, apesar de trazerem “consigo uma margem intrínseca de tensão, representada pela responsabilidade pessoal no preenchimento do tempo de trabalho” tinham, como contrapartida, a possibilidade de ampliação do nível de renda a depender das habilidades e disponibilidades de atuação pessoal (MACHADO DA SILVA, 1971, p. 56).

Por sua vez, o trabalho industrial mostrava-se de difícil adaptação para aqueles que estavam acostumados ao trabalho no campo devido aos ritmos e especificidades e fragmentação das tarefas. É o que demonstram as palavras de Moura, operário Pernambucano, citado por Sader (1988, p. 93):

o sonho mesmo do nordestino quando chega aqui em São Paulo é de entrar numa firma grande. É ilusão, grande ilusão... é um trabalho muito corrido... o cara não tá assim acostumado, não tem uma visão de produção, não aguenta mesmo.

A adaptação à indústria dependia, portanto, de “padrões culturais que se referem não apenas a novas técnicas, mas, inclusive, a novas normas de relações sociais e de valores que se manifestam como atitudes e motivação para o trabalho.” (DURHAM, 1978, p. 147). Dessa maneira, os migrantes passavam por um processo de “perda de propriedades cognitivas”, na qual o conhecimento que tinha para o trabalho rural não lhes servia mais, devendo se adaptar a novas exigências da realidade urbana (KOWARICK, 1979).

Assim, a permanente luta pela inserção produtiva do migrante rural em São Paulo se apresentava como uma tentativa de “conciliar, dentro de possibilidades limitadas, ideais ocupacionais contraditórios” e que, na melhor das hipóteses, realiza apenas parcialmente “um ideal de vida inatingível” (DURHAM, 1978, p. 181). De um lado, havia uma valorização da autonomia do trabalho e uma desvalorização do trabalho braçal, em oposição ao não-manual, uma vez que o trabalho manual era visto como “sujo” ou “inferior”. De outro, estava a

trabalho autônomo – é a preferência de mais de um quarto dos entrevistados tanto entre jovens quanto mais velhos, com exceção de mulheres entre 12 e 19 anos, cujo índice é de pouco menos de 15%.

busca pela estabilidade e pela segurança financeira e pelo alcance de um certo nível de consumo e renda, objetivo último do processo migratório.

Assim, a estabilidade oferecida pela indústria ou por outros empregos que poderiam eventualmente servir de porta de entrada para o mundo dos direitos sociais concorriam com a possibilidade de autonomia e independência que o trabalho informal poderia oferecer. As ocupações informais facilitavam o processo de adaptação inicial, pois não requeriam transformações radicais nos hábitos de trabalho, mas traziam como contrapartida a ausência de proteção legal e a dependência do patrão, resultando, em geral, em salários mais baixos e na criação de uma situação semelhante à de clientela (DURHAM, 1978).

Essa valorização da autonomia e as vantagens de fazer seu próprio tempo aparecem nas falas de Genésio, morador da Brasilândia. Ele foi gerente de uma padaria por cerca 30 anos, mas afirma que sua vida só melhorou de fato quando foi trabalhar como motorista de caminhão autônomo, comprovado pela possibilidade de comprar sua própria casa.

Depois que comecei a trabalhar por minha conta, eu tive... porque na época que eu trabalhava lá na padaria, não me faltava nada, mas também, é... como se diz... Como eu era subordinado, eu não tinha regalia de fazer o que eu queria, cê entendeu? Depois que eu passei a trabalhar por minha conta, ai eu comecei a fazer o que eu queria.
[...]
...eu também adquiri coisas que na padaria eu não adquiri, entendeu. Porque na padaria, durante o tempo que eu trabalhei na padaria, eu sempre lutei pra ter uma casa e não tive. E depois que eu saí da padaria eu tive. Então não tenho do que reclamar.
(Genésio, 69 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2015).

Perspectiva semelhante me foi relatada por Solange, moradora do Jardim Ângela, que largou uma carreira no comércio varejista pelo sonho de abrir sua própria loja de roupas. Ela esperava, com isso, “ter seu próprio tempo”, não dever satisfação a ninguém e ainda por cima conseguir aumentar seus rendimentos, mas pondera as dificuldades que encontrou para fazer todo o trabalho sozinha.

Uma coisa é você administrar uma coisa que não é sua, mas que já está montada. Você chega lá, só faz o seu trabalho. Só que quando você abre seu negócio, você tem que fazer tudo, você é financeiro, você é comprador, você é o vendedor, você é o estilista, você é o gerente... Então, você tem que unir dentro de você todos os funcionários em um só. Então chega uma hora que você num... Você vai de boa, mas chega uma hora que é humanamente impossível você conseguir conciliar tudo. Não dá. Entendeu? Você tem que ter um braço direito, você tem que ter uma pessoa de confiança pra remar esse barco junto com você, se não, não dá certo, não adianta... (Solange, 53 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015)

Há, portanto, uma permanente tensão entre a busca pela autonomia do “trabalho por conta própria” e pela estabilidade que os rendimentos fixos do trabalho “fichado”, isto é, com carteira assinada, pode oferecer, entre os membros dessa primeira geração de moradores das

periferias de São Paulo. O trabalho autônomo pode revelar-se tão ou mais extenuante quanto o trabalho formalizado e pode ou não vir a ser compensador do ponto de vista financeiro a depender de uma série de fatores que, com frequência, fogem da capacidade de previsão e planejamento do trabalhador.

Dessa maneira, a busca pelo trabalho na indústria já aparecia como fruto da renúncia à gratificação imediata e da independência do trabalho autônomo. O trabalho por conta própria, contudo, poderia permanecer como ideal a ser realizado em um momento futuro na medida em que o trabalhador já tivesse adquirido os conhecimentos necessários para tanto, como é o caso de Solange, que aproveitou sua experiência no comércio de roupas para abrir sua própria loja, ou quando o capital acumulado lhes possibilitasse iniciar seu próprio negócio, como no caso de Genésio, que adquiriu seu caminhão e um táxi com o dinheiro que acumulou nos tempos em que trabalhou na padaria e passou a trabalhar como autônomo. Assim, a estabilidade no trabalho é muitas vezes avaliada não como valor absoluto, mas como forma de capitalização para a realização da autonomia futura.

O trabalho industrial, apesar de permear o imaginário de muitos como referência central de inserção produtiva ou não era acessível à maioria das pessoas ou não era desejável diante das dificuldades apontadas em termos de adaptação às exigências técnicas e culturais. Sendo assim, a heterogeneidade em termos de ocupações dos trabalhadores das periferias de São Paulo aparece, desde esse primeiro momento, como regra e o trabalho acabava por não se constituir como fonte de realização pessoal, estando sempre subordinado à capacidade de gerar rendimentos para o sustento da família, configurando o que Zaluar (2000) denominou de “ética do provedor”, como será explorado a seguir.

3.3 – Mudanças no modo de vida e reorganização na família

A migração rural-urbana pode ser considerada um fenômeno de mudança sociocultural que envolve a transformação dos padrões de comportamento vigentes (DURHAM, 1988). Assim, a adaptação à realidade urbana não se esgotava na questão do trabalho, mas significava “alterações profundas em seu modo de vida, na forma de satisfação de suas necessidades e no aparecimento de novas necessidades.” (MAGNANI, 2003, p. 25). Tratava-se de um complexo processo de “reordenamento de todo o seu estoque simbólico” na formulação de Magnani ou, nas palavras de Kowarick (1979) de uma readaptação de seu “equipamento cultural”. Fazia-se necessário, então, “urbanizar” não apenas seus conhecimentos para o mundo do trabalho, mas também “regras e valores de ‘distância’ e ‘proximidade’ social”, fruto das relações interclasses

imperantes na Metrópole.” (KOWARICK, 1979, p. 112). Em suma, estamos falando fundamentalmente, de uma experiência de desajuste e de perdas culturais (SADER, 1988).

É preciso pontuar, porém, que a migração não implicava no abandono das relações primárias que constituíam o universo de origem das pessoas, mas num rearranjo dessas relações. O próprio processo de migração não ocorria de forma individualizada, mas a partir de um grupo primário, principalmente familiar, que se rompia e se organizava no decorrer do processo (DURHAM, 1978). O caráter familiar da migração não se manifestava apenas no processo de deslocamento, mas na “reconstituição total ou parcial de grupos familiares a partir da migração de segmentos da unidade original” (DURHAM, 1978, p.128), como aparece no depoimento de Paula, citado na epígrafe do capítulo. Com isso, os laços familiares muitas vezes eram mantidos e até reforçados, especialmente os laços conjugais.

Dessa maneira, ante um universo que se apresenta ao migrante como estranho e hostil, “as relações pessoais constituem o único ponto de apoio com o qual o migrante conta para iniciar o processo de ajustamento às novas condições de vida” (DURHAM, 1978, p. 184). Mesmo com a ampliação dos contatos com outros grupos no trabalho ou na vizinhança, a família e os parentes continuavam sendo “grupos onde persistem relações que envolvem a totalidade da pessoa.” (DURHAM, 1988, p. 200). A família se configurava, assim, como contraponto “às tendências individualizadoras dominantes na vida urbana” e como “sede de uma experiência coletiva”, onde era possível recuperar e reinterpretar normas e valores comunitários no interior das relações societárias, e de um projeto coletivo de consumo e de mobilidade social (SADER, 1988, p. 121).

Além de o próprio processo de migração ser organizado em bases familiares e a família ser o principal espaço de contato pessoal, que permitia aos migrantes romper o isolamento e o individualismo da cidade grande, as relações primárias eram mobilizadas em momentos estratégicos e de crise. A definição do local de moradia, a busca pelo emprego, o eventual apoio financeiro em momentos de dificuldades, como o desemprego, a hospedagem temporária quando da chegada na cidade, a introdução nas regras de comportamento no novo ambiente, todos esses processos dependiam fundamentalmente das relações familiares⁵³.

Nas conversas que tive com pessoas dessa primeira geração de moradores das periferias paulistanas a família sempre aparece como referência fundamental de apoio e amizade. Por

⁵³ Conforme assinala Paulo Fontes (2008) era bastante comum que as pessoas que migravam para São Paulo buscassem se instalar em bairros onde parentes haviam se instalado anteriormente. Segundo o autor, nos anos 1970, quase 70% dos trabalhadores de baixa renda em São Paulo tinham parentes morando no mesmo bairro ou no mesmo quarteirão.

inúmeras vezes, quando perguntava sobre quem eram os principais amigos de meus interlocutores dessa geração, eles diziam ter muitos colegas, vizinhos que cumprimentavam no dia-a-dia, mas “amigos mesmo”, “aqueles que você pode contar quando tem uma necessidade” eram, quase sempre, os familiares, especialmente irmãos, pais e filhos e eventualmente algum parente um pouco mais distante como tios ou primos. Selecionei abaixo alguns depoimentos que ilustram esse ponto:

Ah eu sempre fui uma pessoa que eu sempre tive muitas amizades né, e eu considero...é...na verdade, meus principais amigos são a minha família mesmo né? Principalmente meu marido e meu filho. Aí depois vem mãe, pai e as irmãs e no rol de amizade. E cada um aqui do “Ângela de Cara Limpa” pra mim é um amigo meu importante... (Paula, Jardim Ângela, 45 anos, depoimento ao autor, 2016).

Meus amigos... eu tenho vizinho bom aqui... Mas minha família mesmo, minhas irmãs são meus amigos... Minhas irmãs. A gente somos muito unidas. (Marta, 54 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2015).

[Amigo] é mais gente da família, né? É meu sogro, meu filho, entendeu? Esses são os mais chegados que eu posso contar pra qualquer urgência, entendeu? (Genésio, 69 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2015).

Olha, amigo, amigo... é... conhecido eu tenho bastante, tá, conhecido assim eu conheço quase todo mundo. Assim, agora amigo, amigo, amigo, pra falar assim, “ah...” amigo a gente quase num [têm]... cê entendeu? Não tem muito não. Só família mesmo da mulher... minha família mora longe. Minha família é do Piauí. Agora, a família dela [minha mulher] ainda tem...

[...]

Num momento de necessidade... mais é família mesmo, mais é nós mesmo. (Manuel, 58 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015)

Então essa questão de amigos eu... A gente às vezes tem dificuldade de alegar quem são amigos, quem são colegas, porque amigo é uma palavra bastante afetiva até e forte porque amigo é quase como um companheiro de um casamento é pra doença e pra saúde, então amigos hoje eu diria que é a minha irmã, o meu irmão, é a minha mãe... porque amizade mesmo é... fora da sua família ela assim, eu mesmo vou falar pra você eu tenho poucos amigos, então eu diria... Eu acharia mais correto, do meu ponto de vista, dizer que eu tenho colegas, quase amigos porque amigos, amigos mesmo é... mais a família (Hudson, 37 anos, depoimento ao autor, 2016).

Dessa forma, para boa parte das pessoas da primeira e até mesmo da segunda geração de moradores das periferias, novas relações vão se estabelecendo a partir do trabalho e do lugar de moradia, mas dificilmente substituem a rede de relações sociais fundadas no parentesco, “que definem obrigações recíprocas e que dão, ao migrante, a segurança de auxílio em caso de necessidade.” (DURHAM, 1978, p. 188).

Além da questão afetiva, a família conjugal aparecia, ainda, como mediadora no interior da vida econômica entre o trabalho, que é essencialmente individual, e o consumo, realizado coletivamente. Assim, o grupo familiar constituía-se como “unidade de cooperação econômica” ou “unidade de consumo” (DURHAM, 1978). Desse modo, o fato de os filhos passarem a

também receber salários era visto não como uma fragmentação da atividade, mas como uma multiplicação das possibilidades de auferir maiores rendimentos para o grupo.

Como dito acima, o trabalho não era fruto de realização pessoal *per se*, estando subordinado ao fim maior do sustento da família. Assim, a própria motivação que fazia com que os trabalhadores pobres urbanos aceitassem a disciplina do trabalho que lhes era imposta não estava na valorização moral do trabalho, mas na “ética do provedor” (ZALUAR, 2000), ou seja, uma ética que tem como valor central prover o sustento de suas famílias e que enxergava no trabalho um “instrumento para a satisfação das necessidades” (DURHAM, 1978).

O projeto de mobilidade social que emergia, portanto, dessa situação era essencialmente familiar e, portanto, coletivo. Para os filhos, havia um desejo e um esforço para que aproveitassem as oportunidades educacionais que a cidade oferecia de modo que pudessem conquistar melhores salários e uma carreira profissional mais promissora. O caminho sonhado para os filhos passava, portanto, pela escolarização de nível médio ou superior e a passagem para o trabalho não manual ou manual de alta qualificação ou ainda pela abertura de um “negócio” (DURHAM, 1988).

Desenvolveu-se, assim, uma *ética familiar*⁵⁴, que combinava a “ética do provedor” apontada por Zaluar (2000) com uma “ética da honestidade”, que Sader (1988) identifica, a partir do qual os filhos deveriam ser preparados para a vida adulta, garantindo que estudassem, trabalhassem duro e não caíssem na “vida fácil” de roubos, furtos e tráfico de drogas.

3.4 – A casa como símbolo de mobilidade social

Nesse projeto familiar de mobilidade social a casa própria, em geral autoconstruída, aparecia como símbolo maior de segurança e prosperidade. Fruto “do trabalho e dos esforços de todos os indivíduos, do sacrifício e da poupança de toda a família”, a casa constituía-se como “síntese da dimensão privada da vida social” e “objetivação do nível de melhoria de vida atingido.” (DURHAM, 1988, p.197). Diversos depoimentos que colhi atestam tal fato. Invariavelmente, quando perguntava às pessoas e haviam melhorado de vida nos últimos anos

⁵⁴ Apesar de semelhanças em termos de conteúdo – um projeto de mobilidade social familiar, a valorização do trabalho como meio e não fim em si mesmo (ética do provedor) e valorização da honestidade e do trabalho duro – o que chamo de ética familiar difere do conceito de Jessé Souza, apresentada no primeiro capítulo, por dois motivos principais. O primeiro é o entendimento de que se trata de um *ethos*, isto é, um conjunto de costumes e valores e não de um “capital”, algo que pudesse gerar valor ou ser intercambiado. Em segundo lugar, falta à análise de Souza uma leitura histórica que dê concretude ao aparecimento desses valores entre determinado grupo social.

a ilustração da resposta acabava sempre recaindo sobre a casa, comprada, construída ou reformada:

o tempo que eu trabalhei na padaria, eu sempre lutei pra ter uma casa e não tive. E depois que eu saí da padaria eu tive. (Genésio, 69 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2015).

Eu tendo um barraco pros meus filhos, tô nem aí pro resto. O resto é o resto... A prioridade é o teto né, cara?. (Maurício, 53 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Melhorei um pouquinho na base de roendo uma unha enquanto cresce a outra né... Deu, que fiz esse barraquinho, dei uma ajeitada no barraco, sabe? Já tá tudo derrubado né, o cotidiano vai destruindo, mas eu não tô mais como era antes. Mas foi debaixo, como dizem, de garra. [...] Aí dei uma levantada, já ajeitei aqui, a casa era pintada só por dentro, eu pintei a casa por fora, já fiz aquele cimentado.... As coisas andou... (José, 60 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

A casa própria possui grande valor simbólico para a população periférica e acaba por materializar certo grau de mobilidade social e assegurar algum nível de segurança diante das incertezas do mercado de trabalho e do risco do desemprego (FONTES, 2008). Além da função enquanto valor de uso, no sentido de garantir a “satisfação permanente da necessidade fundamental de abrigo e alojamento” (DURHAM, 1978, p. 174), a casa desempenhava importantes funções enquanto valor de troca. Em um período de inflação elevada, a casa aparecia como investimento relativamente seguro diante da possibilidade de constante desvalorização do pouco dinheiro que conseguiam acumular. Finalmente, havia a possibilidade de gerar lucros a partir da venda ou sublocação de cômodos ou de outras casas menores construídas no mesmo terreno, prática ainda hoje bastante comum.

Assim, a casa era meio para a consolidação do progresso familiar atingido e base para a conquista de novos avanços, ao mesmo tempo em que era um fim, “uma forma de afirmação, de independência” (DURHAM, 1978, p. 175), justificando, assim, os sacrifícios que poderiam eventualmente acarretar gastos maiores com transporte e maior tempo de deslocamento até o trabalho. Entre morar de aluguel em uma região um pouco mais central e construir sua própria casa em um bairro periférico, mesmo que sem a devida infraestrutura, a opção dessa primeira geração de migrantes era quase sempre pela segunda. Essa luta pela conquista da casa é bem resumida por Bonduki (1984, p.6 *apud* SADER, 1988, p. 68):

A trajetória habitacional de milhares de migrantes que chegam entre 1940 e 1970 em São Paulo apresenta uma significativa semelhança: na chegada o abrigo em casas de parentes/contrerâneos ou, para os que não têm nenhum conhecido, o aluguel de um cômodo no cortiço ou no fundo de um lote na periferia; depois, para todos, o aluguel se generaliza como a solução mais simples; no entanto, o destino mais comum, depois de

passar algum tempo pagando aluguel, era a compra de um lote desprovido de qualquer melhoramento e a construção de alguma edificação que pudesse servir de abrigo.

Dessa maneira, trabalho, família e casa própria constituíam um tripé que garantiam a sustentação material e moral dos migrantes dessa primeira geração. Era, portanto, a partir da aquisição de um lote e da construção de sua casa que o migrante se consolidava como morador da cidade de São Paulo, fazendo com que seu retorno à terra de origem se torasse bem menos provável.

3.5 – Da casa ao bairro: a construção de um modo de vida comunitário

Ao tornar-se morador, abria-se um enorme leque de possibilidades de sociabilidade⁵⁵, reciprocidade e atuação política. Aliás, a própria autoconstrução das casas era já um espaço de solidariedade e reciprocidade. O mutirão, prática que já era comum no ambiente rural, “seria largamente utilizado pelas populações de origem migrante para a autoconstrução de suas moradias” (FONTES, 2008, p. 139):

nas horas de folga, feriados e fins de semana, os moradores da periferia estendem por anos a construção progressiva de suas moradias, recorrendo a serviços especializados apenas quando estritamente necessário e, por vezes, convocando a solidariedade dos amigos e vizinhos para executar as etapas que exigem esforço mais concentrado. A famosa feijoada ou o churrasco na laje é oferecida em retribuição ao apoio coletivo recebido dos colegas para a concretagem de uma laje autoconstruída. A rede de solidariedade funciona não só baseada na perspectiva da recompensa, mas também porque quase todos, mais cedo ou mais tarde, terão que recorrer a ela para completar suas casas. (CYMBALISTA, 2006, p. 46)

Contudo, a criação de laços sociais com vizinhos, amigos e parentes que habitavam as mesmas regiões ia muito além desse processo de construção coletiva das casas. Até meados dos anos 1980, relatos de moradores mais antigos, notícias e textos etnográficos do período dão conta que os bairros periféricos de São Paulo tinham uma dinâmica de vida muito mais “comunitária”, em que se ouvia muito mais o “barulho de gente” do que o “barulho da cidade”. As ruas eram sossegadas, com pouco movimento de carros, o que permitia brincadeiras e jogos das crianças. Além disso, era comum que as pessoas colocassem cadeiras na frente do terreno para ficar conversando ou fazendo algum trabalho. Desse modo, produzia-se um tipo de sociabilidade e comunicabilidade bastante particular favorecido pelas “cercas precárias e ruas

⁵⁵ Entendo sociabilidade aqui conforme Simmel (1971), ou seja, como a pura forma da associação, orientada em torno das personalidades, no nível da amabilidade, cordialidade e atratividade.

estreitas”, que gerava grande proximidade entre os moradores. (CALDEIRA, 1984, pp. 119-120).

A partir dessa dinâmica mais pacata da vida local, onde se podia viver quase como em uma "cidade do interior", formava-se o que Magnani (2003, p.113-115) identificou como o “pedaço”, “uma intrincada rede de relações formada por laços de parentesco, vizinhança e coleguismo”, constituído por “um componente de ordem espacial ao qual corresponde uma determinada rede de relações sociais”.

De acordo com Magnani, as relações sociais estabelecidas no local de moradia acabavam por compensar, na cidade grande, as dificuldades na criação de laços mais permanentes, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras e que serão a base das identidades dos sujeitos. Desse modo, o “pedaço” emerge como contraposição à formulação de Da Matta que opunha a casa, lugar da família, à qual têm acesso os parentes ligados por laços anteriores, e a rua, o espaço dos estranhos, onde eventualmente se recorre à fórmula “você sabe com quem está falando?”, para marcar posições e direitos. Assim, o “pedaço” seria o lugar dos colegas, dos chegados, um domínio intermediário entre a casa e a rua.

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (MAGNANI, 2003, p.116).

Desse modo, pertencer ao “pedaço” significava ser parte de uma rede de relações sociais que garantiam certo nível de reconhecimento, mas que implicavam também o cumprimento de determinadas regras de lealdade e reciprocidade. Diante da instabilidade e fragmentação das experiências no mundo do trabalho⁵⁶, as relações de vizinhança, parentesco e origem acabavam sendo as mais importantes na constituição das subjetividades e identidades dessa primeira geração de moradores das periferias de São Paulo.

Nesses espaços, constituía-se, então, um forte sistema de reciprocidade que construía e reforçava os laços de sociabilidade entre os moradores de uma mesma região, de um mesmo “pedaço”. A construção da casa em forma de mutirão, como citado acima, é talvez o exemplo maior dessa reciprocidade disseminada, na qual, “uma família ajudava a outra” sem saber quem a ajudaria quando necessário, mas com a certeza de que seria ajudado. Trata-se, portanto, de

⁵⁶ Em alguns casos específicos, as experiências no mundo do trabalho terão papel crucial para a constituição das identidades dos sujeitos, como será tratado mais adiante.

uma generalização temporal e restrita ao espaço da vizinhança, não havendo necessariamente uma equivalência imediata ou quantitativa (Cf. GODBOUT & CAILLÉ, 1999).

Esse sistema de ajuda mútua, contudo, se estendia a muitas outras práticas, desde a troca de favores cotidianos, como o empréstimo de um item corriqueiro, tal como um alimento, passava pelo auxílio em conseguir um trabalho, podendo chegar a uma eventual ajuda financeira ou de algum apoio material em situações de dificuldades. Assim, entre os mais antigos é comum ouvir que “um vizinho precisa do outro”, ainda que para muitos haja um receio de “ficar devendo favor”, demonstrando uma mistura permanente de altruísmo e egoísmo, um interesse desinteressado típico da “obrigação livre” de dar, receber e retribuir (Cf. MAUSS, 2013; GODBOUT & CAILLÉ, 1999) e que formavam a base das relações sociais que se estabeleceram nessa primeira geração de moradores das periferias urbanas.

Era, portanto, “no local de moradia, nas associações reivindicatórias e agremiações recreativas, nas praças, esquina e bares, na rua e na casa”, onde transcorria “o processo dinâmico de formação cultural”, por meio da qual “a heterogeneidade econômica do ponto de vista dos lugares que ocupam no processo produtivo” cedia lugar “à homogeneidade das múltiplas práticas cotidianas das classes populares” (ZALUAR, 2000, p. 50).

Assim, se a casa própria era o grande símbolo do projeto familiar de ascensão social, sua contrapartida pública ou societal eram os serviços públicos urbanos. A autoconstrução e seu ritmo parcelado e sem apoio institucional do Estado trazia implicações permanentes tanto para as casas, que parecem sempre inacabadas, quanto para o bairro e a cidade como um todo (CALDEIRA, 1984). O processo de ocupação desordenado das periferias foi o principal responsável pelo surgimento de bairros inteiros sem o mínimo necessário em termos de infraestrutura urbana e de serviços públicos: ruas irregulares, sem calçamento ou iluminação, sem redes de água e esgoto, sem escolas e postos de saúde nas proximidades e com transporte caro e difícil. Além disso, esse processo trazia como consequência a segregação e imobilização daquela população, fixada “de modo relativamente permanente no local, presa a um projeto interminável.” (DURHAM, 1988, p. 174).

A luta no nível do bairro pela melhoria do entorno da casa parecia, então, quase que uma consequência lógica da luta familiar pela melhoria do padrão de vida e da própria casa.

O envolvimento da casa pela urbanização do bairro constitui assim a face social da melhoria de vida concretizada na casa. A ‘melhoria de vida’ se realiza, portanto, através de dois modos complementares. De um lado, pelo acesso dos indivíduos graças ao seu esforço, a bons empregos que permitem, com a poupança (sacrifício) da família, a construção da casa própria. Do outro, pelo acesso crescente aos benefícios urbanos (Durham, 1988, p.197).

Contudo, entre a construção de laços de sociabilidade a partir da reciprocidade e da solidariedade coletiva e a efetiva mobilização social pela reivindicação de direitos faz-se necessário o estabelecimento de espaços mais ou menos permanentes em que debates, discussões, compartilhamentos de visões, histórias e perspectivas possam dar sentido à realidade vivida, apontar para um projeto comum e contribuir para a consolidação de determinada identidade coletiva. Além disso, era preciso conectar as diversas periferias, encontrar o que havia de particular em cada uma e fazer com que os “pedaços” formassem um todo a partir do qual faria sentido uma luta política coletiva.

É neste ponto que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desempenharam um papel fundamental. A articulação entre o projeto de vida de mobilidade social coletiva, o modo de vida que se tinha nas periferias e os movimentos sociais e políticos que emergiram nesse período possibilitou a emergência dos primeiros movimentos sociais nas periferias de São Paulo naquele momento, como será tratado no próximo capítulo.

4. DE MORADOR À CIDADÃO: AS CEBS E A LUTA POR DIREITOS

Em 1970, a gente começou a participar lá na Vila Remo junto com o Padre Luís Giuliani, a gente formou, junto com a Odete, o grupo de mães pra discutir a problemática das mulheres, a falta de liberdade, a carestia, a falta de escola, a falta de saúde. Não tinha, na verdade, não tinha asfalto, não tinha esgoto, não tinha escola, por tudo a gente tinha que lutar; então pra cada uma dessas questões, a gente fazia um movimento específico pra lutar e poder ter as coisas que a gente queria. (Maria Felipe, 66 anos, Jardim Ângela, depoimento à Comissão da Verdade M'Boi Mirim Santo Dias da Silva, 2014)

A gente vem de movimentos populares e sociais desde a década de 70. Então nós criamos vários movimentos, um dos primeiros foi os grupos de mulheres que eram clube de mães na época, né? E a partir dos clubes de mães, nós fomos criando diversos movimentos sociais de luta por água, esgoto, asfalto, creche, escola, tudo o que a gente não tinha no bairro, nós começamos a lutar. Essa luta nós começamos lá na Vila Remo, depois de 1973 eu me casei, mudei pra cá e aí nós demos continuidade na nossa luta, né? Eu participava das comunidades eclesiais de base e aí nos fundamos também um atendimento pra crianças e adolescentes que era voluntário, na verdade a gente nem sabia que havia possibilidade de convênios e nada. Como muitas mães queriam participar e não tinha como participar, queria trabalhar, não tinha como trabalhar por conta das crianças, aí nós nos reunimos e uma parte dessas mães começaram a cuidar voluntariamente das crianças e outras foram trabalhar e participar dos movimentos. Então foi assim que surgiram os grupos de mulheres, de onde surgiram as lutas, de onde surgiram todos os movimentos. Um dos principais movimentos que nós criamos foi um movimento contra a carestia, que teve assim uma repercussão nacional, internacional, teve muita força na época... (Maria Felipe, 66 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Eu não acho... sabe o que que eu vou falar, eu não acho certo a pessoa ser separado da comunidade igreja, separado do povo político, porque até Jesus fez política. Se até ele fez... porque nós até dentro de casa nós fazemos. Porque se nós para tudo e nós fica quietinho ali num canto, que que nós consegue? Não consegue não. (Nair, 80 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

A minha militância vem das comunidades eclesiais de base, as CEBS, né? E nessa região aqui, a igreja teve um papel fundamental. Uma região de muita exclusão. Então, as CEBS era o único lugar onde nós discutíamos políticas sociais, as políticas públicas. Então, a luta pelo posto de saúde, a luta pela creche, o único jeito das mulheres poderem trabalhar e ter uma autonomia, né? Pela educação, pela questão da moradia que era muito forte aqui na região... E depois nós lutamos bravamente pela questão de que o Estado pudesse ter uma política com as crianças que iam pra rua, estudavam de manhã ou à tarde e o outro período elas iam pra rua[...]. E aí as CEBS é minha história, minha história desde meus doze anos. Os clube de mães, minha mãe ia enquanto mulher e tudo mais e eu acompanhava.

[...]

...das comunidades eu tenho [uma memória] forte porque as comunidades era rua, né? As comunidades nasciam na rua. Nem todas tinham o terreno e tudo mais. Santa Tereza não tinha o terreno, por exemplo. Quando tinha era lote simples assim, mas elas nasciam na rua. Então esse lance de rua nós tínhamos muito forte. Então a paróquia do Vila Remo, que era a Nossa Senhora das Graças, ela tinha as comunidades se multiplicando em todos os cantos, todos os bairros surgiam. Algumas tinha uma estrutura, outras não. Eu venho das ruas, dos grupos de rua, porque nós fazíamos as vias sacras, os grupos de estudos bíblicos e tudo mais. E os estudos bíblicos falavam da uma visão que o povo de Deus éramos nós, não era uma visão distante né? (Maria de Fátima, 60 anos, depoimento ao autor, 2016).

4.1 – A emergência de uma esfera pública popular

Como procurei demonstrar no capítulo anterior, um modo de vida particular foi gestado nas periferias de São Paulo a partir da experiência comum de migração, busca por trabalho e adaptação à vida urbana, que se diferenciava em diversos aspectos daquele típico das camadas médias e altas da sociedade brasileira. Diante do fechamento político do Estado e das práticas de censura e restrição à liberdade de expressão e reunião, de um lado, e das especificidades no modo de vida, do outro, procuro argumentar, neste capítulo, que ocorreu, entre fins dos anos 1970 e meados dos 1980, um processo de formação de espaços próprios das camadas subalternas nos quais estes buscaram expressar e compartilhar suas angústias, anseios, construir identidades e necessidades comuns e, eventualmente, projetos coletivos.

Conforme aponta Perlatto (2015), o período da ditadura militar foi uma época por excelência da constituição do que Scott (1990) chama de “discursos ocultos” (*hidden transcripts*) ou de uma “infrapolítica dos subalternos”, isto é, ações e práticas cotidianas, por meio das quais os grupos subalternos da sociedade buscavam resistir à exploração material e às formas de dominação política e simbólica, de forma a manter a resistência viva, questionar os limites do permissível e fomentar valores, entendimentos e indignações.

Scott defende o termo “infrapolítica” por dois motivos que também considero relevantes para os propósitos desta tese. A primeira razão diz respeito ao fato de estarmos tratando de um espaço discreto da luta política, feita no cotidiano e de forma velada, oposto, assim, ao embate institucional, pelo qual se interessa a ciência política, ou às grandes mobilizações coletivas, sobre a qual se debruça a sociologia dos movimentos sociais. Em segundo lugar, o termo me parece adequado, segundo a argumentação do autor, por tratar de uma espécie de “infraestrutura” cultural sobre a qual outros desenvolvimentos políticos podem ocorrer.

Interpreto, assim, isso que Scott chama de “infrapolítica” de forma similar ao que Daniel Cefaï (2009, pp. 27-28) chama de uma “cultura pública”, isto é, “o fundo comum que dá forma e material às mobilizações coletivas” e que

se realiza em um trabalho de cooperação e de competição em que, correlativamente à defesa de seus interesses e à reivindicação de seus direitos, atores deliberam racionalmente e razoavelmente, configuram explicações e interpretações, mas também exprimem e simbolizam emoções, projetam imaginários e utopias.

Os processos de dominação e subordinação são firmemente ancorados em práticas materiais. Por isso, resistência e dominação travam uma batalha em duas frentes, uma explícita e outra velada, que ocorre nos “bastidores” do processo político (SCOTT, 1990). Desse modo, o próprio modo de vida das classes populares descrito acima configurava-se como uma forma

de resistência aos processos de dominação política e econômica que em voga no Brasil ditatorial⁵⁷.

Nesse sentido, Alba Zaluar (2000, p. 211) identificou no samba e nas agremiações criadas em seu entorno, tais como blocos e escolas de samba, a emergência desse tipo de espaço de resistência, na qual “os vizinhos discutem as formas do autoritarismo, da violência, da democracia e da liberdade”. A autora definiu tais espaços como parte de um “espaço civil”, seguindo a denominação de Paoli (1982) ou de uma “opinião pública crítica ainda por conquistar o espaço público legitimado”, conforme definição de Habermas (1978). Em outras ocasiões, a própria autora faz referência à noção mais geral de “espaço público”, entendido como espaço de convivência onde se pratica e se aprende as noções de civilidade, necessárias para a construção da cidadania (ver ZALUAR, 1991; 1994; ZALUAR & LEAL, 1998; ZALUAR & RIBEIRO, 2009).

Parto, então, dessa noção mais geral de *esfera pública* ou de *espaço público* para analisar as organizações sociais que emergiram nas periferias de São Paulo no momento em que essa primeira geração de moradores se formava politicamente. Contudo, compartilho com Fraser (1990) a crítica à visão Habermasiana, por ser um tanto idealizada a respeito “esfera pública burguesa”. Como bem coloca a autora, a própria ideia de esfera pública foi, desde seus primórdios, formulada de forma a excluir uma parcela significativa da sociedade, tais como mulheres, minorias étnicas e as classes trabalhadoras. Além disso, o próprio funcionamento dessa esfera pública em uma sociedade estratificada inevitavelmente tende a privilegiar os membros dos grupos dominantes que dominam certos códigos, como as formas “corretas” de se portar e de falar em público, levando à reprodução de práticas comuns na sociedade como o machismo ou outras formas de discriminação social.

Com isso, Fraser aponta a inevitável emergência do que ela denomina “contrapúblicos subalternos” (*subaltern counterpublics*), que historicamente contestaram as normas excludentes da esfera pública burguesa e buscaram elaborar estilos políticos e normas de discurso público alternativas. Em poucas palavras, os “contrapúblicos subalternos” seriam arenas discursivas paralelas onde membros dos grupos subordinados criam e circulam contradiscursos que lhes permitem formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades (FRASER, 1990, p.67).

Cumprido ressaltar que, tais “contrapúblicos”, que podem ser virtuais ou presenciais, bem como podem ter caráter cultural, religioso ou explicitamente políticos, nem sempre são

⁵⁷ Importante ressaltar que, para Scott, esses “discursos ocultos” são uma condição para as práticas de resistência explícita, como protestos, manifestações políticas entre outros, e não um substituto.

virtuosos, podendo em grande medida reproduzir práticas de dominação e exclusão. De todo modo, eles tendem a expandir o espaço discursivo e, no geral, ampliam a contestação discursiva. Assim, ao invés de colocar como ideal normativo a necessária unificação dos “públicos” em uma única esfera pública, Fraser aponta que o ideal de paridade participatória seria melhor atingido por uma multiplicidade de esferas públicas do que por uma única.

Tal fato se acentua quando nos debruçamos sobre a realidade de tamanha desigualdade socioeconômica do Brasil, no qual a esfera pública, assim como o Estado e o mercado, possui um caráter eminentemente seletivo, tanto em relação a quem pode operar nela, quanto em relação aos temas debatidos (PERLATTO, 2015). Dessa forma, historicamente estabeleceram-se, no Brasil, *esferas públicas subalternas*, “constituídas por diferentes espaços de sociabilidade nos quais os segmentos subalternos buscaram se organizar.” (PERLATTO, 2015, p. 123). Na leitura de Perlatto, as *esferas públicas subalternas* se diferenciariam da visão de Fraser a respeito dos “contrapúblicos subalternos” “por não colocar tanta ênfase na ideia segundo a qual os públicos subalternos seriam necessariamente contrários à esfera pública seletiva”, ainda que possam, em alguns momentos, assumir essa perspectiva de contestação. Segundo o autor, seria equivocado defini-los apenas com base na sua oposição à esfera pública seletiva ou burguesa, como define Fraser, pois isso seria reduzir a importância da própria dinâmica interna dessas esferas públicas subalternas e das complexas relações existentes entre as diferentes esferas públicas (PERLATTO, 2015, p. 125).

Em suma, o que estou buscando conceituar aqui são espaços nos quais os participantes, por meio de práticas de sociabilidade, debate e deliberação, podem criticar a ordem vigente e descobrir ou criar o que seria o “bem comum” daquela comunidade, tal como no caso do samba, estudado por Zaluar. Assim, é preciso assumir que o interesse, as preferências e as identidades dos sujeitos não são dados exogenamente, antes da discussão e da deliberação pública, mas são constituídos discursivamente dentro e por meio desse processo. Com isso, efetua-se uma passagem de uma visão liberal-individualista, na qual o todo é composto por partes isoladas e auto-interessadas, para uma perspectiva cívica-republicana, na qual o conjunto difere qualitativamente da soma dos interesses dos indivíduos (FRASER, 1990).

Retornando ao caso concreto das periferias paulistanas dos anos 1970 e 1980, nos deparamos com diversos espaços que cumpriram tal função de servir como locais de formulação e construção coletiva de interesses, identidades e projetos. Sader (1988, p. 143) denominou tais espaços de “matrizes discursivas”, agências que, embora participem da cultura instituída – condição necessária para o próprio processo de comunicação social – expressam práticas de resistência e projetos de ruptura. Para Sader, essas matrizes discursivas constituíram “novas

formas de agenciamento social, que abrem espaço para a elaboração de experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo”. Segundo o autor, as matrizes discursivas deveriam ser entendidas

como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições e significado. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência a determinados valores e objetivos. Mas não são simples ideias: sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas (SADER, 1988, p. 143).

É possível notar uma forte aproximação entre o conceito de *matrizes discursivas* e a ideia de *esferas públicas subalternas*. Contudo, o conceito de Sader me parece insuficiente por dois motivos principais. Em primeiro lugar, ao fazer uso do conceito de “matriz”, que remete à ideia de “mãe”, ou de local de origem de determinado discurso, ele acaba por dar peso em demasia às “agências” ou “centros de elaboração discursiva”⁵⁸. Em segundo lugar, como o próprio autor afirma, não se trata de “simples ideias”, ressaltando a importância dos “lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas”. No entanto, o caráter discursivo acaba ganhando destaque no conceito, colocando em segundo plano as práticas de sociabilidade interna a esses espaços.

Entendo, assim, que o conceito de Sader não faz jus ao próprio desenvolvimento de sua obra, no qual os processos deliberativos e de sociabilidade desempenham papel central. Desse modo, as “matrizes discursivas” seriam melhor entendidas como *esferas públicas subalternas* e, no caso em questão, como uma *esfera pública popular*, constituída nas periferias de São Paulo⁵⁹. Com isso, quero destacar, para além da importância discursiva capaz de elaborar novos significados às condições de vida e à experiência comum dos sujeitos, a importância do processo deliberativo por meio do qual tais discursos são constituídos, bem como, a centralidade da sociabilidade para tais formulações e para a própria consolidação desses espaços.

Desse modo, as organizações de movimentos sociais, para além da capacidade de mobilização em si, devem ser vistas também como “meios de sociabilidade, nos quais emergem ocasiões de encontro que moldam as formas de coexistência”. Com isso, elas “constituem

⁵⁸ As matrizes identificadas por Sader são: “o cristianismo das comunidades de base”, “o marxismo de uma esquerda dispersa” e o chamado “novo sindicalismo”.

⁵⁹ Ver Medeiros (2017), em especial o capítulo 2, para uma discussão mais aprofundada a respeito aproximação conceitual entre “matrizes discursivas” e a ideia de “esferas públicas”, bem como a respeito importância da questão da sociabilidade na formulação de Sader.

conjunturas práticos-sensíveis, que fixam hábitos de cooperação e de conflito e que fornecem parâmetros de experiência cognitiva e normativa” (CEFAI, 2009, pp. 18-19).

Assim, mais do que compreender as formulações discursivas em torno da teologia da libertação e sua interpretação pelos moradores das periferias urbanas, o esforço desse capítulo estará em analisar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como espaços de sociabilidade e de deliberação coletiva que, em estreito diálogo com o modo de vida apresentado anteriormente, desempenharam um papel essencial na identificação de problemas e interesses comuns, além de identidades e projetos coletivos que foram base para os movimentos sociais dessa primeira geração de moradores periféricos.

4.2 - Antecedentes: as Sociedades Amigos de Bairro e a teologia da libertação

No ano de 1970 chegamos juntos, aliás, eu e o cardeal Dom Paulo Evaristo. Então dentro das opções do cardeal Dom Paulo Evaristo, eram quatro prioridades que foram escolhidas em assembleia na época. Estas quatro prioridades eram: comunidades eclesiais de base – Esse foi um momento muito interessante, Concílio Vaticano II da Igreja, de 1962 a 1966 e uma grande conferência de Medellín dos bispos da América Latina, em Medellín em 1968, em que foi feita a opção pelos pobres, que foi carimbada mais tarde em Puebla em 1979, mas a opção começou em Medellín em 68 – Ai com a chegada de Dom Paulo Evaristo, as quatro prioridades que eram: comunidades eclesiais de base, direitos humanos, pastoral do trabalho e operação periferia. E dentro destas quatro prioridades, eu estava no Embu das Artes [...] aquele crescimento desordenado, desorganizado, faltando tudo na época. Acho que é aí que começa o envolvimento nestas prioridades e o envolvimento com a população... (Padre Jaime, 71 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2017).

Antes de entrar propriamente nas características e dinâmicas das Comunidades de Base, parece-me importante sintetizar de forma breve o histórico tanto dos movimentos de bairro que haviam em São Paulo anteriormente ao estabelecimento das CEBs bem como das mudanças internas à Igreja Católica que permitiram o florescimento desse novo tipo de organização junto aos moradores das periferias urbanas no Brasil.

Os movimentos de bairro começam a surgir na capital paulista a partir dos anos 1950, tendo como estopim a percepção dos moradores das regiões mais carentes de serviços públicos de que existiam “várias cidades” em São Paulo e que “o ‘progresso’ almejado não chegava automaticamente” apenas com o desembarque em terras paulistanas (FONTES, 2008, p. 175). Padre Jaime⁶⁰ resumiu bem essa sensação, em uma fala feita durante um evento sobre “direito à cidade” que participei na Paróquia Santos Mártires. Segundo o padre, “se perguntarmos à

⁶⁰ Padre Jaime é um padre irlandês da ordem de São Patrício e que vive no Brasil desde 1969 e no Jardim Ângela desde 1987. Ele é um dos responsáveis pela paróquia Santos Mártires. Sua importância para a mobilização social e política na região do Jardim Ângela será melhor explorada em diversos momentos ao longo da tese.

Dona Maria, que está agora no ponto de ônibus aqui da frente, pra onde ela está indo, a resposta dela será ‘vou para a cidade’”. Na leitura dele, “isso significa que, para ela, a cidade não está aqui, a cidade fica pra lá da ponte.”

Para boa parte dos moradores dessa primeira geração, “a cidade”, ainda é pensada em oposição à periferia, representando algo que eles só têm acesso após longas horas de deslocamento. A cidade, símbolo do progresso e local onde estavam os postos de trabalho e os serviços públicos e privados que os motivaram a migrar em busca de uma vida melhor, se diferencia da periferia, sinônimo de falta, precariedade, mas também dos laços fortes que foram discutidos no capítulo anterior. Desse modo, os primeiros movimentos de bairro que surgiram tinham “por base formas de coesão social que viabilizam sua expressão ‘para fora’” e o objetivo de “reivindicar junto aos poderes públicos a satisfação de demandas que decorrem das próprias exigências da vida urbana” (SINGER, 1980, p. 83).

Nesse sentido, a primeira fase de movimentos de bairro, que ocorre sobretudo ao longo das décadas de 1950 e 1960, é marcada pelo aparecimento e expansão das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs). A formação das SABs está ligada, de um lado, à Sociedade Amigos da Cidade (SAC), de cunho aristocrático, fundada em 1934 e liderada por profissionais liberais e, de outro, a uma estratégia de campanha do então candidato a prefeito, Jânio Quadros, eleito pela primeira vez para comandar a cidade em 1953. Diversos dos comitês eleitorais que atuaram na eleição de Jânio foram, na sequência, transformados em Sociedades Amigos de Bairro e passaram, a partir de então, a funcionar como elo entre a população carente de serviços públicos e o poder público, na maioria das vezes com um viés fortemente clientelista (SINGER, 1980).

O ano de 1953 é justamente quando é fundada a primeira Sociedade Amigos da Vila Brasilândia. Conforme relato da moradora Cícera, trazido pelo Jornal Cantareira⁶¹, “A sociedade era formada por um grupo de pessoas influentes na região e muitos políticos apareceram.” Cícera, contudo, pondera que, “com o passar dos anos, a entidade foi se tornando mais assistencialista, deixando de lado os problemas sociais”.

As SABs seguiram em processo de plena expansão nas décadas seguintes, com eleição de Jânio para o governo do Estado. Segundo dados de Singer (1980), em 1970, havia 1100 SABs no Estado, 800 na região metropolitana e 500 na capital. Entretanto, com a cooptação das SABs por políticos e o fechamento democrático após o golpe de 1964, elas sofreram um processo de esvaziamento, passando a ter um caráter meramente recreativo ou assistencial promovendo festas, bailes e pequenos torneios esportivos.

⁶¹ Edição de Fevereiro/Março de 2003, Seção “De Olho na História: Vila Brasilândia: meio século de contradições”

Esse esvaziamento, contudo, não suscitou o imediato aparecimento de alternativas em termos de organização local, que só vieram a aparecer a partir das Comunidades de Base já na segunda metade dos anos 1970. A história por trás das CEBs, porém, tem início ainda nos anos 1960.

Convocado no fim de 1961 e iniciado em 1962 pelo Papa João XXIII e finalizado no fim de 1965, já no papado de Paulo VI, o Concílio Vaticano II forneceu as linhas gerais para a reestruturação da Igreja, com o intuito de buscar uma aproximação com suas bases mais populares. O Concílio Vaticano II, ao falar da Igreja como “povo de Deus” e defender a participação ativa de grupos comunitários permitiu aos leigos terem um papel mais ativo nas celebrações e na própria dinâmica cotidiana da Igreja, possibilitando uma maior abertura com relação a temas a serem tratados nas reuniões religiosas bem como a interpretações da bíblia a partir da realidade cotidiana das pessoas.

Ao fim do Concílio, os bispos brasileiros reunidos em Roma aprovam o Plano de Pastoral de Conjunto para o quinquênio 1966-1970 em que defendem uma nova Igreja, estimulando abertamente a renovação das paróquias por meio das “comunidades de base”, “à imagem da Igreja do Vaticano II”. Essa tendência seria canonizada na reunião de Medellín, na Colômbia, no II Encontro do Episcopado Latino-americano (CELAM), ocorrida em 1968 e mencionada pelo Padre Jaime na citação acima, na qual foram definidas duas linhas básicas de ação que se transformariam no referencial de novos grupos cristãos: a opção pelos pobres e as comunidades de base (CAMARGO, SOUZA & PIERUCCI, 1980)⁶².

Na cidade de São Paulo, as CEBs ganham impulso a partir da década de 1970, quando Dom Paulo Evaristo Arns se torna arcebispo de São Paulo e, posteriormente, em 1973, cardeal. Neste momento, ele lança a Operação Periferia,

com o intuito de criar centros comunitários nos bairros pobres, lugares ‘do povo’, onde o povo pode ir, ter uma semiprofissionalização, regularizar documentos, onde as crianças podem receber as primeiras instruções religiosas, e onde, aos sábados e domingos, as pessoas podem se encontrar e organizar o seu lazer. (Entrevista de D. Paulo Evaristo Arns *apud* SADER, 1988, p. 149).

No fim da década, dentro das prioridades estabelecidas pela ação pastoral 1978-1979, também citadas por Jaime, estavam as Comunidades Eclesiais de Base, ao lado da Pastoral do Trabalho, dos Direitos Humanos e Marginalizados e das Periferias, com o objetivo de “renovar as estruturas eclesiais por meio de novas formas de sociabilidade, intencionalmente diversas de

⁶² De acordo com Camargo, Souza & Pierucci (1980), em 1980, havia mais de 50 mil CEBs em todo o Brasil.

padrões de relacionamento humano na metrópole” (CAMARGO, SOUZA & PIERUCCI, 1980, p. 61).

Com essa opção explícita de renovar a Igreja a partir de novas práticas de sociabilidade opostas ao individualismo da vida nas metrópoles, as CEBs encontravam grande sintonia com o modo de vida mais comunitário que era praticado nas periferias urbanas e que foi tratado no capítulo anterior.

4.3 – A defesa de um modo de vida comunitário: as CEBs como espaço de reconhecimento e construção da dignidade

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) vinham, portanto, somar-se ao modo de vida de boa parte dos moradores das periferias de São Paulo, vigente nas décadas de 1970 e 1980, de forma a reforçá-lo por meio de práticas de solidariedade e sociabilidade e, dessa forma, acabaram por desempenhar um papel fundamental na articulação e mediação entre a vivência que se tinha nas periferias e os movimentos sociais e políticos que emergiram nesse período, como aparece nos diversos depoimentos citados na epígrafe deste capítulo.

As práticas de solidariedade, ajuda mútua e apoio àqueles que estavam em situação de maior dificuldade, que já eram corriqueiras nas periferias e no passado rural das pessoas, eram ainda mais valorizadas entre os membros das CEBs, agora apoiando-se em referenciais cristãos. Assim, mais do que afinidades, havia, nas atividades e debates internos às CEBs, uma explícita defesa de um modo de vida que se opusesse àquele entendido como típico das grandes cidades, remetendo indiretamente ao passado rural de boa parte dos moradores dessas regiões. Conforme bem resume Macedo (1986, p. 140), as CEBs estavam “simultaneamente impregnadas na vida do povo e da vida do povo”.

Em que pese as eventuais diferenças entre as CEBs, elas guardavam entre si o ideal comum de “manter uma trama de relações humanas fraternas e solidárias” (CAMARGO, SOUZA & PIERUCCI, 1980, p. 69). É por isso que muitos dos depoimentos colhidos junto a participantes dessas Comunidades naquele período remetiam a um “desejado retorno a um estilo de relacionamento rural ou ao característico de pequenas cidades” de forma a idealizar o passado “sob a forma de reminiscência ao mesmo tempo real e imaginária” em especial com relação à “memória dos liames de solidariedade vividos por aqueles que não têm recursos.” (CAMARGO, SOUZA & PIERUCCI, 1980, p. 70).

Iniciativas como os mutirões, as caixas comuns, a doação de roupas, alimentos e cestas básicas ganhavam ainda mais força, como ilustram os depoimentos abaixo:

se um elemento da comunidade fica doente ou perde o emprego, as outras pessoas da CEB vão lá, dão apoio em dinheiro, dão banho, assistem. Nos casos de construção, ajudam a fazer um novo cômodo, a renovar o telhado...

funcionando há três ou quatro anos, a caixa comum é fruto de bazares, roupas usadas, etc. Pode ser usada por qualquer um dos integrantes da comunidade para a condução, pagar contas de luz, de água e de gás, comprar remédios, etc. (depoimentos anônimos citados em CAMARGO, SOUZA & PIERUCCI, 1980, p. 72).

Desse modo, é possível notar grande verossimilhança, na linha em que argumenta Magnani (2003), entre o discurso que emanava da Igreja, por meio dos padres e leigos formados na teologia da libertação, e as práticas cotidianas da população periférica. Tratava-se de um discurso que “calava” “nas necessidades, anseios, projeções e projetos daqueles aos quais se dirige” (MACEDO, 1986, p.170), o que, ao lado de seu caráter flexível, explica em grande medida o sucesso e disseminação das CEBs entre as classes populares.

O próprio processo de crescimento e expansão das comunidades se dava de forma “molecular”, “indivíduo a indivíduo”, o que permitia a manutenção de sua coesão e identidade tão inalteradas quanto possível (BRANT, 1980). A importância da proximidade, da identificação e do contato pessoal é bem resumida pelo Padre Jaime em uma defesa do que seria o espírito “verdadeiro” das comunidades eclesiais de base:

Para mim, comunidade é aquele grupo de no máximo 50 pessoas. Eu sou questionado, também, quando eu falo isso – se deu certo, aumentou o número você vai reclamar? – Em comunidade, eu acho que cada um tem que conhecer o outro pelo nome. [...] Para mim comunidade são aqueles grupos que juntam agora na quaresma, para rezar junto a via Sacra, tomar café junto, se reúne nas casas... (Padre Jaime, 71 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2017).

Na região da Brasilândia, a história de Dona Nair de 80 anos⁶³, participante inicialmente da Comunidade São José Operário, representa com bastante eloquência as práticas de dedicação e solidariedade que eram realizadas nas CEBs. Práticas essas que eram voltadas tanto para os membros da comunidade como para o próprio estabelecimento e fortalecimento institucional da Igreja e da Comunidade. Nascida na Bahia, ela me contou que logo que chegou a São Paulo, há mais de 40 anos, perguntou a uma prima onde haviam comunidades em que poderia se engajar, pois “sempre gostei de comunidade católica”. Analfabeta, na época, aprendeu a ler e escrever em cursos oferecidos pela Igreja, onde também teve a oportunidade de estudar primeiros socorros e teologia por quatro anos.

⁶³ Entre nossa conversa e a redação desta tese Dona Nair veio a falecer, vítima de um câncer. Presto aqui minhas homenagens e espero que esta tese esteja à altura da história que ela viveu e me contou.

Aí eu trabalhei muito tempo [na comunidade], levei comunhão dois anos pras pessoas – eu era ministra da eucaristia – lá eu media a pressão das pessoas, dava comunhão, aplicava injeção... ia meia noite aplicar injeção. (Nair, 80 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

O engajamento dela fez com que o Padre Arnaldo, pároco da região na época, lhe solicitasse apoio para encontrar um terreno onde pudessem constituir uma nova Comunidade de Base. No terreno encontrado por Dona Nair e comprado pela Igreja foi formada a Comunidade Frei Galvão onde algum tempo depois passou a funcionar uma creche comunitária, uma das principais marcas de diversas CEBs naquele período.

Aí eu trabalhei nessa creche por dois anos. Em cima rezava missa, era igreja, e a creche [embaixo] [...], eu cuidava das crianças com outra amiga lá... aí nós dava leite pras criança, dava comida todo dia, ensinava rezar o Pai Nosso... (Nair, 80 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Quando Padre Arnaldo, que era italiano, foi convocado de volta a seu país de origem, a creche perdeu força e deixou de existir, mas as ações de solidariedade não pararam. Além dos já mencionados atendimentos de saúde e das práticas de doações de cestas básicas e roupas, em que ela conta que “nóis juntava um montão de roupa, juntava saco e mais saco de roupa”, Dona Nair se lembrava com orgulho de quando “juntava dez mulheres pra fazer o multimistura” – uma farinha desenvolvida pela Pastoral da Criança e oferecida como complemento alimentar para crianças em condição de subnutrição.

Os relatos de Nair e de várias outras mulheres dessa geração com quem conversei em ambas as regiões onde fiz a pesquisa de campo demonstram que de uma necessidade concreta – a carência material ou a necessidade das mães que precisavam trabalhar e não tinha onde deixar seus filhos – a solução imediata encontrada apoiava-se na solidariedade interna. É o que aponta também a fala de Maria Felipe citada na epígrafe, mas que reproduzo um trecho aqui por sua representatividade:

Como muitas mães queriam participar e não tinha como participar, queria trabalhar, não tinha como trabalhar por conta das crianças, aí nós nos reunimos e uma parte dessas mães começaram a cuidar voluntariamente das crianças e outras foram trabalhar e participar dos movimentos. Então foi assim que surgiram os grupos de mulheres, de onde surgiram as lutas, de onde surgiram todos os movimentos (Maria Felipe, 66 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

O apoio mútuo entre as mães e o auxílio material da igreja – que, muitas vezes, cedia o espaço, como no caso da creche em que Dona Nair trabalhou, ou o conhecimento técnico, como no caso da produção da “multimistura”, ou ainda alguma outra estrutura básica como o alimento para as crianças – ampliava e fortalecia os laços pessoais e afetivos entre os

participantes. Para além disso, outras atividades conjuntas contribuía para a consolidação da “comunidade”, desde oficinas oferecidas para mulheres, passando pelos cultos, terços e atividades religiosas, até as festas, quermesses, procissões e romarias. Com isso, estabelecia-se um forte processo de reconhecimento pessoal e de confiança mútua.

O estabelecimento de uma comunidade ativa e efetiva requer um processo de construção conjunta, isto é, de práticas onde se ative essa percepção de cada um como parte de um todo maior (MACEDO, 1986). Em outras palavras, para além das atividades conjuntas, é necessário que as pessoas identifiquem semelhanças entre si para que a comunidade se fortaleça. Assim, os encontros e as relações interpessoais eram apenas primeiro passo para o surgimento da “comunidade”. Em seguida, e a partir da troca de informações e experiências havia um processo de reconhecimento – das necessidades comuns e da dignidade de cada um – e da construção coletiva de soluções, como as já citadas acima.

Desse modo, esses dois processos se complementavam nas discussões e atividades promovidas pelas CEBs. De um lado, a tomada de consciência de que o problema de cada um era, também, o problema do vizinho e que juntos poderiam tomar alguma medida para amenizar a situação. De outro, arquitetava-se uma sensação de dignidade pessoal, de que eram merecedores de respeito por parte das demais pessoas e dos “poderosos”. Maria dos Anjos, outra liderança comunitária da região do Jardim Ângela com quem mantive contato conta uma história parecida:

Eu comecei [a militância] pela carência mesmo e necessidade de todos, porque quando a gente é dona de casa e tem filhos, a gente começa a se comunicar com os outros vizinhos com as mães que também tem crianças e passavam pelas mesmas dificuldades que eu passava na época, e a gente via que não era fácil pra nenhum de nós. Então, por conta disso, a gente começou a se unir cada vez mais e formar as lideranças. (Maria dos Anjos, 51 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

Esse processo, na maioria das vezes embasado em textos bíblicos, lidos a partir da interpretação progressista da teologia da libertação, contribuía de forma decisiva para a elaboração de um espírito crítico entre os participantes. A Igreja contribuía, dessa forma, para delimitar “um espaço através do qual se articulava uma linguagem que tornava possível a intercomunicação entre personagens diferentes, de tal forma que as ações e falas de uns tornavam-se reconhecíveis por outros como algo significativo”, constituindo-se, assim, “um espaço compartilhado que fazia da ação coletiva uma ação possível.” (TELLES, 1986, p.61).

A comunidade passava, então, a ser percebida em seu sentido forte, isto é, “como uma experiência de igualdade”, que tinha como fator fundamental a “vivência da pobreza”⁶⁴ e a “experiência comum de discriminação que enfatiza o compartilhar de certas carências, percebidas como injustas” (CARDOSO, 1984, p. 339-340). Com isso, acabava-se por homogeneizar as condições de vida e colocar eventuais diferenças em segundo plano. Como ressalta Macedo (1984, p.183), havia uma certa “magia” nesse processo que representava “a sensação de estar separadamente unidos”, de ser parte de um grupo de semelhantes no qual as pessoas se sentem amadas e protegidas, em um espaço que lhes pertence.

Dessa maneira, os problemas mais graves das periferias como falta de saneamento, iluminação, segurança, calçamento, creches, postos de saúde passaram a ser percebidos como problemas que afetavam toda a comunidade. A interpretação da realidade era concretizada a partir das reflexões bíblicas, a partir das exigências cristãs de igualdade e justiça.

Essa construção do reconhecimento e da dignidade do povo mais pobre guardava, portanto, estreita conexão com a interpretação bíblica trazida pela teologia da libertação que procurava se fundamentar tanto em análises sociológicas da realidade quanto na leitura dos Evangelhos e buscava na vida de Cristo a inspiração para estabelecer um relacionamento privilegiado com os mais pobres. Ao abrir o cotidiano como lugar da ação coletiva e articular esse discurso que conferia horizonte político às pequenas lutas e iniciativas de solidariedade, a Igreja contribuía para a construção de uma linguagem de resistência (TELLES, 1986).

Como disse Maria de Fátima em seu depoimento citado acima, “os estudos bíblicos falavam de uma visão que o povo de Deus éramos nós”, numa leitura que aproximava os escritos bíblicos da realidade das classes populares. Com isso, essa nova leitura teológica atribuía às camadas mais pobres da sociedade a ideia de que eram portadores de uma “missão”, o que propiciava “um grau de satisfação muito forte” e criava “toda uma disposição para a luta, uma vez que o valor do sujeito é transferido para algo que o extrapola, para uma ‘tarefa’ que, em última instância, emana de Deus” (MACEDO, 1986, p. 149).

Antes de encerrar esta seção e passar às de reivindicação “para fora” que surgiram a partir das CEBs, cumpre tratar, ainda que de forma breve, da construção de uma dignidade específica e que foi fundamental para a politização do cotidiano das classes populares e para a formação de diversos movimentos sociais. Falo questão da mulher e das formas de sua inserção na sociedade.

⁶⁴ Zaluar (2000) demonstra também a importância dessa experiência comum da pobreza ao apontar que o adjetivo “pobre” muitas vezes vinha seguindo a identidade de “trabalhador” na autoidentificação dos moradores das favelas e periferias, naquele período.

Como pode ser notado pelos depoimentos e histórias apresentados até o momento, a grande maioria dos participantes das CEBs eram mulheres. É fato que muitos homens participavam das comunidades e das celebrações religiosas, mas, em geral, o grosso do trabalho acabava sendo desenvolvido por mulheres. Isso ocorria por diversos motivos que vão do preconceito por parte dos homens ao entenderem que “religião é coisa de mulher”, passam pela falta de tempo para que eles se dedicassem mais às atividades da Igreja, uma vez que a “ética do provedor” e a divisão sexual do trabalho predominante na época os colocava na posição de “garantir a sobrevivência familiar” e chega ao medo de que sua participação em atividades de cunho mais político pudesse acarretar em represálias como a perda do emprego (MACEDO, 1986).

Essa participação majoritariamente feminina produzia, então, uma importante tensão no núcleo familiar uma vez que “o papel tradicionalmente reservado à mulher na família propiciava seu interesse pela religião, mas não estimulava sua participação política” (CARDOSO, 1982, p. 57). Assim, questionamentos a respeito da igualdade de gênero também eram temas comuns nas CEBs, como me foi pontuado nos diversos depoimentos que colhi ao longo da minha pesquisa de campo, seja destacando a importância das mulheres nas conquistas políticas, como faz Maria Felipe ao afirmar que “tudo isso foi fruto de luta, da luta da população e principalmente fruto da luta da população feminina”. Seja apontando mais diretamente para as demandas de direitos iguais que surgiam na época, como destaca Maria de Fátima, que formou com outras companheiras o grupo de mulheres Anastácia com o objetivo de justamente reivindicar maior igualdade entre homens e mulheres:

A gente observava muito que as mulheres eram injustiçadas, o quanto que elas tinham o salário desigual, né? Profissões desiguais. O quanto que elas trabalhavam porque elas tinham que trabalhar fora, ao mesmo tempo elas tinham a casa, o privado né? Era ainda cobrado muito das mulheres, elas tinham que educar os filhos, eram educadoras, né? Então elas ficavam com quatro jornada quase. Então foi um momento de engajamento aí na luta das mulheres.[...] Foi o momento do auge da gente discutir a importância da creche para as mulheres ter assegurado seus direitos, poderem trabalhar. Esse foi um momento importante (Maria de Fátima, 60 anos, depoimento ao autor, 2016).

Maria de Fátima me relatou, ainda, diversas outras situações em que ela e suas companheiras tiveram que lutar para mudar práticas comuns nos movimentos sociais de que participou para que mulheres pudessem efetivamente ocupar postos de liderança, até então exercidos apenas por homens. Dessa maneira, pela mediação do trabalho nas CEBs, articulado em torno da “construção da comunidade e da conscientização do povo” muitas mulheres

conseguiram “escapar aos limites estreitos do ‘mundo da casa’” e passaram a se perceber como cidadãs (MACEDO, 1986, pp. 168-169)⁶⁵.

A consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano. E justamente a ‘revolução’ de expectativas produzida por essas mulheres esteve na busca de uma valorização da sua dignidade, não mais no estrito cumprimento de seus papéis tradicionais, mas sim na participação coletiva numa luta contra o que consideraram as injustiças de que eram vítimas. E, ao valorizarem a sua participação na luta por seus direitos, constituíram um movimento social contraposto ao clientelismo característico das relações tradicionais entre os agentes políticos e as camadas subalternas (SADER, 1988, p. 222).

Os elementos trazidos até aqui apontam para o papel central desempenhado pelas Comunidades Eclesiais de Base, nesse período, na construção de laços entre aqueles sujeitos e deles com seu bairro e para o questionamento de uma situação de exclusão que de “natural” passava a ser vista como injusta, indigna. Ao valorizar e revigorar o modo de vida local e colaborar para a interpretação das condições em que viviam os trabalhadores pobres das periferias urbanas e trazer uma leitura crítica do evangelho como exemplo de luta para superação das opressões, as CEBs contribuíram para a identificação de problemas comuns – algo crucial para a consolidação de uma visão de comunidade – e para a disseminação de uma sensação de dignidade pessoal e de necessidade de luta pelos direitos entre os membros da comunidade. Com isso, desempenharam uma função fundamental como uma *esfera pública popular*, na qual passaram a ser identificadas injustiças e articulados movimentos sociais e estratégias de resistência e luta coletiva. Afinal, como bem aponta Cefaï (2017, p. 193), “o problema público só começa verdadeiramente a existir quando se torna um processo de experiência coletiva”.

4.4 – A “caminhada” e a “luta”: da conscientização à ação, da solidariedade à reivindicação

A partir da reflexão coletiva e das leituras religiosas, os membros das CEBs faziam uma “releitura das próprias condições de vida à luz de um texto bíblico, onde viam a referência à justiça e aos valores mais profundos da existência” (SADER, 1988, p.207). A conscientização dos problemas do bairro e da importância de lutar para conquistar melhores condições de vida

⁶⁵ Para um aprofundamento em torno da importância das Comunidades de Base para os movimentos de mulheres nessa primeira geração de moradores das periferias de São Paulo ver Medeiros (2017). É importante ressaltar que esses relatos apontam para o fato de que as CEBs não estavam livres de contradições e de disputas internas, nem da reprodução de mecanismos de dominação social presentes na sociedade, como é o caso do machismo.

produziu, nos membros das Comunidade Eclesiais, uma forte atitude crítica e uma disposição de reivindicar seus direitos inédita, até então, entre as classes populares.

Entre meus interlocutores dessa geração muitos guardavam lembrança dos aprendizados desse período. No caso de Dona Nair, ela gostava de lembrar a luta dos hebreus contra a escravidão no Egito para afirmar que o povo precisa “erguer a cabeça e reagir” e de dizer que “até Jesus fez política”, como na passagem citada no começo deste capítulo. Desenvolveu-se, assim, uma visão de acordo com o qual o paraíso não era mais um prêmio, mas sim “algo que se conquista com Deus no coração” (CARDOSO, 1982, p. 55). Nesse mesmo sentido, ouvi mais de uma vez entre as militantes que participavam de Comunidades de Base que “fé sem política não funciona”.

Aos poucos as atividades internas de reflexão e que buscavam resolver os problemas da própria comunidade, como as já citadas creches, doações e mutirões para limpeza ou construção de centros comunitários, foram dando lugar a ações “para fora”, de reivindicação junto aos poderes públicos (SADER, 1988, p. 207). Assim, se em um primeiro momento consolidou-se uma consciência de que os problemas antes tidos como privados e naturais eram na verdade problemas sociais compartilhados por diversas famílias e que poderiam ser amenizados com o apoio mútuo, em um segundo momento, passou-se a perceber que esses problemas eram, na realidade, fruto de direitos que lhes eram negados e que poderiam ser alterados a partir da luta política coletiva.

Dessa forma, os movimentos de bairro que surgiram a partir das Comunidades Eclesiais de Base se diferenciavam das antigas Sociedades Amigos de Bairro principalmente pela proposta de agir “para dentro”, isto é, a partir de um processo pedagógico de educação popular, buscava-se criar uma nova consciência, uma mentalidade de união para a auto-ajuda da população. A ação “para fora” aparecia, então, como decorrência desta atitude e não como objetivo primordial. Diante de uma população consciente de seus direitos, as reivindicações levantadas passavam a ter um caráter de exigência desses direitos e não de “dádivas a serem obtidas mediante barganha com os representantes do Estado” (SINGER, 1980, pp. 104-105).

Para além das permanentes práticas de solidariedade interna, que não deixam de ocorrer, as formas de reivindicação e as pequenas conquistas eram interpretadas como parte de uma “caminhada”, valorizada enquanto aprendizado e processo de construção coletiva de uma alternativa de vida. Todas as mulheres com quem conversei nesse período lembram com orgulho de suas lutas e conquistas mais diversas, tais como escolas, creches, pontos ou linhas de ônibus, asfaltamento de ruas, postos de saúde e até hospitais.

Contudo, mesmo com essa saída “para fora”, permanecia a valorização da mobilização pessoal, com grande “importância atribuída à conscientização, ou à busca do convencimento individual, em detrimento das formas impessoais de mobilização e organização” (BRANT, 1980). A coleta de assinaturas em abaixo-assinados, por exemplo, prática bastante comum na época, era feita de porta em porta, a partir de conversas pessoais com os demais moradores da vizinhança que eram convencidos a apoiar o movimento, conscientes de que aquele problema também lhes afetava.

Desse modo, a influência de uma Comunidade de Base ia muito além dos que a integravam. Além dos demais católicos que entravam em contato com as questões tratadas pelas CEBs por meio das missas ou de outras atividades da igreja, a própria mobilização local acabava por tocar direta e indiretamente a vida de boa parte da comunidade (PIERUCCI, 1982). Assim, por meio de mobilizações coletivas, como passeatas, greves, e atividades de conscientização e demonstração de apoio público as suas causas, os moradores das periferias de São Paulo conseguiram alargar a noção de política e politizar várias esferas do seu cotidiano.

Na narrativa de muitos participantes de CEBs, como no caso de Maria Felipe citada na abertura do capítulo, esse processo “de dentro para fora”, que levou meses ou até anos de amadurecimento coletivo, aparece como uma passagem quase que “natural”. A identificação de uma necessidade coletiva, como a falta de creches, levava a ajuda mútua, a creche comunitária e a constituição de “mães crecheiras”, que voluntariamente cuidavam das crianças para que as outras mães pudesse trabalhar ou se dedicar a outras atividades. Em seguida, passava-se a reivindicar junto ao poder público a garantia daquele direito. Nesse contexto, surgiam reivindicações dirigidas às autoridades, com clara marcação política. Uma vez mais, tratava-se “de uma demanda por justiça e não de um pedido de favor.” (CAMARGO, SOUZA & PIERUCCI, 1980, p. 75).

Da solidariedade e conscientização interna passava-se à reivindicação e ações externas. Assim, a partir de sua própria interpretação crítica da realidade, a Comunidade acabava por projetar seus interesses “além dos limites das reivindicações imediatas e da solidariedade interna do grupo.” (CAMARGO, SOUZA & PIERUCCI, 1980, p. 76). Com isso, categorias que misturavam discursos políticos e religiosos – como união, luta, igualdade, direitos, verdade, justiça, libertação – eram reforçadas e reafirmadas constantemente tanto nas reuniões internas quanto nas lutas externas.

A experiência das CEBs de valorização e reforço do modo de vida dos moradores das periferias por meio de práticas de reciprocidade não se constituía, portanto, como uma forma de apego a valores conservadores e opostos à modernidade. Tratava-se muito mais de uma *luta*

cultural (HALL, 2003b) permanente pela realização de um ideal de vida por vezes oposto à cultura dominante e da transformação de problemas particulares em *questões públicas* (*public issues*), fazendo emergir uma *cultura pública* em torno da qual se mobilizavam os moradores das periferias (CEFAÏ, 2009; 2017a; 2017b). Dessa *cultura pública* emergiam práticas alternativas e uma consciência coletiva em torno dos direitos que lhes eram negados. Da consciência e da disposição de lutar pelos direitos surgia, inevitavelmente, a necessidade de se dirigir ao Estado e enfrentar a institucionalidade fechada a tais demandas.

4.5 – Os movimentos sociais e o enfrentamento com o Estado

Além de tudo que já foi dito até aqui, outro importante papel desempenhado pela Igreja naquele período foi o de servir como local seguro para reuniões de discussão e deliberação política diante do clima medo diante da repressão ditatorial. Afinal, como bem lembrou Maria Felipe, para o governo “reuniu 5 pessoas na rua já era subversivo, já era polícia, essas coisas...”

Na verdade, a maioria dos movimentos populares e sociais e sindicais, eles nasceram nas comunidades eclesiais de base, porque nenhum outro grupo podia, tinha essa, digamos, autoridade pra poder criar esse movimento, porque era muito perseguido. Então o que que a Igreja fez? [...] eles acolheram todos os grupos, todos os grupos de esquerda, vamos dizer assim, e todos os movimentos populares sociais foram pra dentro da Igreja. E saiam de dentro da Igreja pra criar seus grupos autônomos (Maria Felipe, 66 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

O movimento de retirada tática dos militantes políticos para dentro da Igreja e sua posterior reentrada em cena por meio de novos movimentos sociais, descrito por Maria Felipe, nos permite retomar a discussão trazida por Scott (1990) e apresentada brevemente na primeira seção deste capítulo a respeito das duas frentes em que os movimentos de resistência política atuam, uma de enfrentamento político mais explícito e outra travada nos “bastidores”. A ação nos “bastidores” patrocinada pela Igrejas nas Comunidades de Base contribuiu de forma decisiva para a construção de uma “infraestrutura” política – a “infrapolítica” nos termos de Scott –, isto é, de uma base cultural e estrutural que permitiu a articulação de ações políticas mais visíveis, ou de uma “cultura pública”, nos termos de Cefaï (2009; 2017a; 2017b).

Aos poucos, o medo da repressão foi dando lugar à confiança na força e na “missão” coletiva de libertação e luta por direitos, o que possibilitou a saída desses sujeitos dos bastidores da luta política e a entrada deles na cena pública por meio de ações públicas de enfrentamento e contestação da ordem vigente. Nesta seção tratarei de forma breve de três acontecimentos que tiveram forte impacto nas duas regiões onde desenvolvi a pesquisa: a mobilização em torno do

Movimento Contra a Carestia (MCC) e a Morte de Santos Dias da Silva na região do Jardim Ângela e a “Pancadaria do Ó”, na região da Brasilândia.

Um dos principais movimentos – que surgiu na região do Jardim Ângela, mas que tomou proporções nacionais – ainda no fim dos anos 1970 foi o *Movimento do Custo de Vida* que, em 1979 mudou seu nome para *Movimento Contra a Carestia*. O movimento surgiu como desdobramento “natural” dos clubes de mães, como a aponta a fala de Maria de Felipe citada na epígrafe do capítulo. Mais especificamente, seu estopim foi uma carta enviada pelo clube de mães do Jardim Nakamura, um dos bairros que compõem o distrito do Jardim Ângela, às autoridades, solicitando medidas contra a elevação do custo de vida (SADER, 1988). Posteriormente, uma reunião na Paróquia da Vila Remo, em 1977, começou a dar corpo ao movimento, que foi tomando grandes proporções expandindo-se para diversas cidades da região metropolitana de São Paulo e do país.

Tinha um grupo de umas 10, 12 mulheres, que fez essa primeira carta, no final de uma tarde, em Vila Remo, com o pessoal morrendo de medo das paredes, porque era uma coisa muito séria fazer uma carta daquele nível, com uma reivindicação pra melhoria dos preços dos alimentos básicos. (Ana Dias, 2009, em “História do Bairro M’Boi Mirim SP São Paulo”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EKDskRLzCnY>).

A forma como o movimento se organizou e suas estratégias de luta e mobilização são bastante representativas. Um de seus grandes feitos foi ter desenvolvido uma pedagogia capaz de atingir uma grande quantidade de pessoas, o que incluía a realização de jograis, peças de teatro além dos abaixo-assinados, para os quais os militantes batiam de porta em porta, organizavam reuniões convidando vizinhos e amigos para debater o tema, percorriam escolas, fábricas e locais de encontro da juventude do bairro a fim de coletar assinaturas (SINGER, 1980).

Diante dos riscos da repressão política por parte do regime militar, o movimento estrategicamente não se reivindicava como de oposição, depositando seu foco na conquista de medidas concretas como o congelamento de preços de gêneros de primeira necessidade, a concessão de abono aos trabalhadores e o aumento dos salários acima da elevação do custo de vida (SINGER, 1980).

O ápice do movimento talvez tenha sido em 27 de agosto de 1978, quando 20 mil pessoas se reuniram na Sé e levam abaixo-assinado com 1.250.000 assinaturas para entregar às autoridades (SADER, 1988). Mais importante do que o resultado efetivo do movimento – que de forma previsível foi desacreditado pelas autoridades – foi o processo de politização e

publicização de uma questão tida, até então, como privada: o custo de vida, transformando-o em uma *questão pública*. Além da própria politização que o confronto com autoridades públicas a partir dos clubes de mães produzia, reforçando a disposição de luta e o aprendizado necessário para a reivindicação de políticas públicas.

A partir de então, as formas de enfrentamento ao governo foram se tornando mais intensas. Em 1978, com as famosas greves dos metalúrgicos do ABC, a solidariedade das Comunidades de Base também foi acionada, como lembra Sonia, da Brasilândia:

O pessoal que era da igreja, quando tem as greves 1978, 1979, começa a fazer forró para arrecadar dinheiro para fundo de greve. Eu lembro que a primeira coisa que a gente fez era arrecadar mantimento. Aí vai dois caminhões para São Bernardo. E, aí os caminhões são parados porque não tinha nota fiscal – mas era jogada, óbvio (Sonia, 59 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

O apoio com alimentos ou mesmo com recursos financeiros tinha a importância de demonstrar suporte e conectar as lutas dos bairros e das fábricas e contribuiu de forma decisiva para a continuidade do movimento. Além disso, a experiência de novas lutas permitiu que grupos cada vez maiores de trabalhadores compreendessem a importância de romper o isolamento político para que pudessem ter sucesso em seus objetivos (BRANT, 1980).

Nesse sentido, importantes acontecimentos locais marcaram, em paralelo, a história dos militantes dessas regiões nesse mesmo período. No dia 29 de outubro de 1979 teve início a greve dos metalúrgicos de São Paulo. No dia seguinte, o morador da Vila Remo, líder operário ligado à Oposição Sindical Metalúrgica e à Pastoral Operária, Santo Dias da Silva foi morto pela Polícia Militar de São Paulo quando juntamente com cerca de outros 40 operários realizava um piquete em frente à fábrica de tubos de televisão Silvânia, no bairro de Santo Amaro, com o intuito que aderissem à paralisação.

[...] cerca de dez policiais, divididos em duas viaturas do Tático Móvel da Polícia Militar, chegaram gritando e atirando para o alto a fim de dismantelar o piquete. Mas os operários não se intimidaram, e, em meio à correria, Dias tentou resgatar um companheiro que havia sido agarrado pelos policiais. Nesse momento foi atingido no abdômen pelo soldado Herculano Leonel, de 37 anos. O metalúrgico morreu por volta das 14h, a caminho do Pronto Socorro de Santo Amaro (FERREIRA, 2015).

A morte de Santo Dias acabou se tornando um grande marco na luta pelos direitos políticos no país. Importantes figuras políticas se manifestavam criticamente ao regime militar e em solidariedade à luta dos trabalhadores como o então líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, o então suplente de senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Ulisses Guimarães. O velório do metalúrgico se tornou um grande ato político. Um cortejo com cerca de 30 mil

peessoas acompanhou o caixão do sindicalista entre a igreja da Consolação e a Catedral da Sé, onde foi celebrada uma missa de corpo presente, ministrada por dom Paulo Evaristo Arns.

No Jardim Ângela, a memória de Santo Dias segue presente entre os militantes dessa primeira geração. Tratado como um mártir e um símbolo da resistência à ditadura e por condições mais dignas, anualmente ocorrem atos políticos e religiosos na semana de sua morte no cemitério onde está sepultado. Além disso, ele foi homenageado em diversas ocasiões, como pelo Padre Jaime, que faz questão de citá-lo – ao lado de figuras como Dom Oscar Romero, padre Josimo, padre Ezequiel, padre João Bosco, irmã Dorothy, Chico Mendes – entre os “Santos Mártires” que dão nome à sua Paróquia e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que fundou um núcleo com seu nome na região.

Vizinha da família de Santo Dias e muito próxima da sua viúva Ana Dias, Maria de Fátima se recorda vivamente do dia em que ele foi assassinado:

Santo é morto em 1979 e eu estava no colégio com o filho dele, quando nós fomos convidados a voltar pra sala de aula, parar o lanche, o recreio, a merenda... Eu me lembro que aí levaram ele e depois nos avisaram que o pai dele foi morto. Então tinha helicóptero por aqui né? Deu uma grande manifestação lá na Consolação, acho que mais de 10 mil pessoas. E aí o Santo tinha essa luta forte né? De sindicato, era o auge das CEBs, né? (Maria de Fátima, 60 anos, depoimento ao autor, 2016).

Do outro lado da cidade, a luta política também se intensificava. No dia 21 de junho de 1980, os moradores dos bairros da Freguesia do Ó e da Brasilândia aproveitaram um evento do chamado “gabinete itinerante” do então governador Paulo Maluf para apresentar suas reivindicações, como água, luz, asfalto, creches e postos de saúde. Dona Nair me contou orgulhosa quando ela e suas companheiras de CEB pegaram “monte de papel assim” e saíram “com a papelada pro povo preencher” de um abaixo assinado pedindo um pronto-socorro e um hospital para a região.

A manifestação programada, contudo, foi interrompida por um forte esquema de segurança da Polícia Militar e por um grupo de homens à paisana que atacou os manifestantes e impediu que seguissem sua caminhada até o local onde o governador fazia seu evento. A história que ficou conhecida como a “Pancadaria do Ó” em referência à Praça Nossa Senhora do Ó, onde seria a manifestação, me foi resumida por Sônia:

essa questão da pancadaria do Ó, a reivindicação era o pronto socorro, uma creche na Vila Penteadado e o posto de saúde. Daí deu aquela confusão, internacional até, ficamos conhecidos. Apanhou todo mundo. Aí a gente ganha o Pronto Socorro, que tem na Av. João Paulo I, que é o 21 de Junho, que levou esse nome porque foi a data da pancadaria, a creche do [Jardim] Penteadado e o posto de saúde do [Jardim] Penteadado. A gente conquista em cima disso, porque mandou abrir CPI, brigou... O Maluf tinha feito o governo itinerante em vários bairros, então antes a gente foi lá no Butantã, e teve

pancadaria lá, mas o povo ficou com medo e ficou quieto... Quando chegou na Freguesia [do Ó] foi a mesma coisa, a gente fez umas faixas pra levar. “olhem nossa favela”, “queremos posto de saúde”. E o que aconteceu, o povo descia do ônibus e já apanhava de pau da própria faixa, porque eles tomavam o pau e já batiam, né? E esse amigo, Zé do Bingo, os caras acertaram ele, jogaram uma bomba de gás lacrimogênio no chão e a cabeça dele em cima, chegou no rosto dele, ele foi parar no hospital e tal. O padre Pedro quebrou o nariz. O Roberto Layolo também se machucou. Só que aí, a gente não ficou quieto, a gente começou a fazer missa de desagravo e não sei o que mais, pedir CPI. Fez um estardalhaço, saiu até no exterior a notícia. E, aí o Maluf veio e deu a creche o pronto socorro e o posto de saúde (Sonia, 59 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

O Movimento Contra a Carestia e os episódios da morte de Santo Dias da Silva, no Jardim Ângela e da “Pancadaria do Ó”, na Brasilândia colocam em pauta a dialética entre os “discursos ocultos” e as práticas de resistências e enfrentamento explícito assinaladas por Scott (1990), no qual os discursos em torno dos direitos e da indignação são fontes para a efervescência popular ao mesmo tempo em que as lutas práticas são fonte para discurso de heroísmo, costumes, vingança e justiça.

Ao longo dos anos 1980, contudo, ao mesmo tempo em que a mobilização social e política chegava ao auge com as manifestações pelas “Diretas Já” e, posteriormente com a constituinte, a mobilização de base nas periferias de São Paulo começava a refluir. Durante o pontificado de João Paulo II (1978-2005), a Igreja Católica foi, pouco a pouco, retirando seu apoio às Comunidades Eclesiais de Base e, num processo de troca de padres, divisão da Arquidiocese de São Paulo e de nomeação de bispos mais conservadores fez com que a efervescência política diminuísse consideravelmente entre as classes populares que haviam se mobilizado em torno das CEBs.

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais articulados até então, como o Movimento Contra a Carestia, enfrentavam um difícil dilema em torno do seu crescimento e do inevitável distanciamento entre a direção e as bases. A partir da necessidade de elementos como organização, eficácia e impessoalidade, os laços comunitários de mais proximidade acabavam afetados e enfraquecidos. Com isso, o movimento foi, aos poucos, caminhando de uma iniciativa para ampliar a conscientização popular, com ritmo necessariamente mais lento, para uma atitude em busca de seus objetivos políticos, com ritmo mais acelerado e pragmático (SADER, 1988).

Esse dilema não era exclusividade do Movimento Contra a Carestia. Diante do crescimento no número de participantes, da necessidade de se atentar para novas demandas que surgiam e da abertura democrática do país, a questão que se colocava para os diversos movimentos gestados nas décadas de 1970 e 1980 estava centrada no tema da institucionalização e da participação política. Em outras palavras, tratava-se de procurar formas

de consolidar a organização política e de ampliar os canais de diálogo com o Estado, aproveitando-se da nova dinâmica democrática, ou de permanecer com uma postura mais flexível e combativa que poderia significar mais independência e contato com a base, mas menos garantias de continuidade nas lutas e de aproveitamento dos canais institucionais abertos.

As classes populares atuavam, portanto, em um jogo com “duas faces” que pretendia, ao mesmo tempo, lutar pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos e viabilizar suas demandas, diminuindo suas carências. Com isso, é possível compreender as oscilações que ocorriam em termos de momentos de maior e menor participação e mobilização social, bem como a aparente contradição entre falas altamente críticas ao governo e negociações com os funcionários encarregados dos contatos com o público (CARDOSO, 1984).

Esse dilema entre duas faces constitutivas dos movimentos sociais⁶⁶ (Cf. WIEVIORKA, 2006) aparece de formas bastante específicas para meus interlocutores. As saídas desenvolvidas por eles e por seus sucessores geracionais na luta política nas periferias serão abordadas de forma detalhada na segunda parte da tese.

⁶⁶ De acordo com Wieviorka (2006, p. 103), os movimentos sociais teriam duas faces, uma de caráter positivo e que teria como característica central a capacidade de formular um projeto e, por isso, seria afeita à negociação e outra, que seria mais bem definida pela privação, teria maior tendência a condutas de rupturas e o sentimento de opor-se “não tanto a um adversário social claramente definido, mas a um sistema abstrato, mais ou menos longínquo, mas dispondo de representantes locais”

5. TRABALHADORES – IDENTIDADE E PROJETO: A FORMAÇÃO DE SUJEITOS POLÍTICOS

Graças a Deus meus irmãos são tudo *trabalhador*. Graças ao meu bom Deus!
(Dona Cida, 60 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Eu não falo que a favela hoje só tem marginais, não. Eles é que vieram se esconder nas comunidades. As comunidades sempre foram formadas por gente *trabalhadora*... gente honesta, gente decente, que não tinha... não tinha teto. Eles é que depois vieram e se infiltraram pra se esconder. Porque a comunidade sempre foi de gente ordeira, gente *trabalhadora*.

(Nelson, genro de Dona Nair, Brasilândia, depoimentos ao autor, 2016).

Às vezes [a polícia] pega um *trabalhador* e dá mó sermão, leva preso, tudo, e os *bandido* andam de moto, sem capacete... Às vezes [a polícia] pega e solta, porque o cara pega muita propina... (Ivan, 35 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2015).

Quando a gente luta pela descentralização da região era um pouco isso pro *trabalhador* e a *trabalhadora* pudessem trabalhar, ir a pé pro seu trabalho, não precisar pegar ônibus pra tudo, né? (Maria de Fátima, 60 anos, depoimento ao autor, 2016).

Neste último capítulo da primeira parte que compõem esta tese procuro amarrar alguns temas e questões que foram tratados até aqui de forma a apontar a emergência de *sujeitos políticos*, os “novos personagens” que entraram em cena, na feliz expressão de Sader (1988). Conforme apontado na introdução, a ideia de *sujeitos políticos* faz referência a sujeitos que, a partir de uma experiência comum e de uma identidade formada nessa experiência, desenvolvem uma *disposição* para a luta política coletiva. Desse modo, organizam práticas a fim de defender seus interesses e expressar suas vontades a partir de um projeto minimamente comum (Cf. SADER, 1988, pp. 50-63).

O argumento central a ser desenvolvido aqui é que esses sujeitos se formaram a partir da experiência descrita nos capítulos anteriores de um modo de vida comunitário e das práticas desenvolvidas nas CEBs e se consolidaram em torno da identidade de *trabalhador*. Desse modo, a primeira tarefa deste capítulo é discutir o, por vezes polêmico, conceito de *identidade* para, em seguida, desenvolver o argumento propriamente dito a respeito da formação da identidade de *trabalhador* e do projeto comum associado a ela a partir da retomada de alguns pontos levantados anteriormente e da exploração de algumas questões adicionais que ainda precisam ser aprofundadas.

5.1 – A atualidade do conceito de identidade

Identidade é, possivelmente, um dos conceitos mais controversos das ciências sociais. Nas últimas décadas, tornou-se comum o argumento de que tal conceito estaria em crise, uma vez que sequer uma ideia de sujeito de cunho mais sociológico, isto é, construído a partir de um processo social interativo, daria conta de apresentar uma identidade minimamente coerente.

De acordo com os defensores de que a identidade teria perdido sua função explicativa e sociológica, teríamos passado por duas mudanças, uma de cunho social/estrutural e outra de cunho teórico/filosófico que teriam, combinadamente, colocado em cheque a possibilidade de se falar em identidades contemporaneamente. Resumidamente, de um ponto de vista estrutural, no fim do século XX, teríamos assistido a um processo de fragmentação das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que haviam nos fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Assim, nenhuma identidade singular, como classe social, poderia alinhar todas as diferentes identidades com uma “identidade mestra”, no qual seria possível basear seguramente uma política (HALL, 2004).

De outro lado, no que se refere às mudanças no campo teórico, cinco grandes avanços na teoria social teriam contribuído para o que Hall (2004) chama de *descentramento do sujeito*, isto é, a perda de um “sentido de si” que estaria afetando a própria ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essas mudanças podem ser resumidas de forma bastante esquemática nos seguintes pontos: 1) o deslocamento da noção de agência individual operada pelo marxismo; 2) a descoberta do inconsciente pela psicanálise; 3) a “virada linguística” trazida por Ferdinand Sausurre, que define a língua como um sistema social e não individual e, desse modo, a impossibilidade do falante individual fixar os significados de forma final, incluindo o significado de sua identidade; 4) a genealogia do sujeito moderno desenvolvida por Foucault a partir da ideia de um “poder disciplinar”, preocupado com a regulação não só de populações inteiras, mas também do indivíduo e de seu corpo; e 5) a emergência da “política de identidade” a partir dos anos 1960 como base para a mobilização de movimentos sociais, em especial do feminismo que abriu novas arenas de contestação, em especial a esfera doméstica, e politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação ao questionar como somos formados e produzidos como sujeitos “generificados” (Hall, 2004, pp. 34-45).

Sendo assim, estaríamos assistindo contemporaneamente a uma proliferação de identidades o que teria feito com que o conceito de identidade perdesse seu poder analítico, afinal, se ela está por toda parte, não estaria em lugar algum (BRUBAKER & COOPER, 2000). Conforme argumentam Brubaker e Cooper, as identidades funcionam muito mais como uma

categoria prática do que como categoria analítica e, sendo assim, não devem ser reificadas ou naturalizadas.

Estou de acordo com essa oposição à reificação ou a qualquer visão essencialista da questão, afinal, a identidade deve ser fundamentalmente entendida de forma relacional e histórica, a partir de uma construção simbólica e social (WOODWARD, 2014). Contudo, defendo que a noção de identidade segue sendo útil para o entendimento de diversos processos sociais. Assim, entendo, conforme Hall (2014, p. 104) que a identidade é “uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas”. Fundamentalmente, sem a noção de identidade, a temática da agência e da política tornam-se de difícil formulação.

Assim, ao defender o conceito de identidade não pretendo buscar aquele “eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus [...] que um povo, uma história ou uma ancestralidade mantém em comum”; ou “um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural a uma ‘unidade’ imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais.” Identidades não são nunca unificadas, são cada vez mais fragmentadas e fraturadas, e não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos e práticas. Portanto, “as identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (HALL, 2014, p. 108).

É preciso, portanto, compreender a identidade como um fenômeno social e que se manifesta em diferentes formas de solidariedade, em disposições compartilhadas ou na consciência de interesses e problemas comuns e, eventualmente, em ações coletivas. Ao mesmo tempo, ela deve ser vista como um produto da ação política e social, a partir do desenvolvimento processual e interativo do tipo de autocompreensão coletiva, de solidariedade ou de agrupamento que pode tornar a ação coletiva possível. Em oposição a qualquer essencialismo da identidade, deve-se e pensá-lo de forma estratégica e posicional. Afinal, trata-se de algo nunca completo, mas sempre “em processo” e que nunca é inteiramente determinado, podendo sempre ser sustentado ou abandonado. (HALL, 2014).

Na base da discussão a respeito da identidade está a questão da identificação, pois ela é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum ou de características compartilhadas ou ainda a partir de um mesmo ideal. E é sobre essa fundação que ocorre o fechamento que dá base para a solidariedade e fidelidade do grupo em questão (HALL, 2014). Uma vez que essa identificação opera por meio da diferença ou da oposição, ela envolve, necessariamente, um trabalho discursivo de fechamento, de marcação de fronteiras simbólicas, o que denota encontrar as semelhanças internas ao grupo, mas principalmente as diferenças

externas, isto é, as oposições em relação a um *outro* (HALL, 2014). É apenas por meio da relação com o *outro*, da relação daquilo que não é ou com o que falta, que o significado “positivo” de pertencer identitariamente a um grupo pode ser construído (HALL, 2014).

Seguindo as premissas apresentadas na introdução desta tese, procuro adotar um ponto de vista que tenha como horizonte a ação social e que enxergue a possibilidade de autonomia relativa dos sujeitos. Assim, a identidade dos sujeitos deve ser pensada a partir da articulação deles com as formações discursivas e dentro de determinadas práticas sociais a fim de entender como os sujeitos se identificam ou não com as posições para as quais são convocados. Esse é, conforme Hall (2014), o passo que Foucault não dá, pois lhe faltaria complementar a teorização da regulação discursiva e disciplinar com uma teorização das práticas de autoconstituição subjetiva.

Desse modo, a identidade “tem a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’” (GILROY, 1994 *apud* HALL, 2014, p. 109). Devendo, portanto, ser entendida como uma espécie de costura – ou sutura, para usar a metáfora médica de Hall – entre os discursos e as práticas que nos convocam a assumir nossos lugares como sujeitos sociais e os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. “As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso.” (HALL, 2014, p. 112).

Sendo assim, retomo uma questão tratada na parte introdutória deste texto por ser relevante para apontar como pretendo analisar a questão identitária nas linhas que seguem. Falo da noção de *configurações* trabalhada por Elias (2008). Tendo em vista que nossos sujeitos participam de múltiplas configurações, é imaginável que elas possam, eventualmente, produzir formas de identificação distintas, uma vez que as relações travadas em cada uma delas são formadas por práticas e discursos diferentes. Como resultado, temos uma multiplicidade ou uma fragmentação da identidade de que fala Hall.

É preciso, portanto, analisar em que medida e em que condições históricas concretas foi possível uma costura ou uma convergência entre essas múltiplas identidades capaz de se produzir uma identidade minimamente coerente. No caso específico em análise, trato da identidade de *trabalhador* construída em três configurações concretas que serão analisadas nas seções seguintes deste capítulo. Primeiramente na relação com o Estado e na busca pelos

direitos de cidadania, em seguida no mundo do trabalho, mais especificamente no ambiente de trabalho fabril e, finalmente, no nível da vizinhança.

Procuro argumentar, assim, que a identidade de *trabalhador* tem um significado triplo: de identificação – de si e de outros –; de auto-entendimento, no sentido de localização social; e de conectividade, ou seja, de pertencimento a um grupo circunscrito, distinto, envolvendo tanto um sentimento de solidariedade ou unicidade com os companheiros de grupo e uma diferença ou antipatia a “outros” específicos. Dessa maneira, a noção de identidade não encontra substituto à altura para os propósitos desta tese e se mostra essencial para a interpretação aqui desenvolvida.

5.2 – Trabalhadores e não-trabalhadores: a oposição no nível da cidadania

A formação da identidade dos trabalhadores que habitam as regiões periféricas de São Paulo tem início com do próprio processo de migração para São Paulo, uma vez que essa migração tinha, como um dos nortes, a busca pela “cidadania regulada”, como apontado anteriormente.

A cidadania regulada gerou nos trabalhadores a expectativa de proteção social, alimentando uma promessa de integração cidadã que, se bem que não se efetivou, cumpriu a tarefa de incorporar, finalmente, mas não de uma vez para sempre, os trabalhadores como artífices do processo de construção estatal no Brasil. (CARDOSO, 2010, p. 160).

Ao não colocar-se ao alcance de todos, devido ao alto grau de informalidade na economia brasileira, a *cidadania regulada* colocava boa parte dos trabalhadores em condições de pré-cidadãos – especialmente aqueles que viviam nas áreas rurais, mas também todos que seguiam no mercado informal ou em profissões ainda não regulamentadas – ao mesmo tempo em que atribuía um peso relativamente alto para processos e atributos individuais, pois o sucesso ou fracasso de ingresso nesse mundo dos direitos passava a funcionar como uma miragem à qual todos teriam virtualmente acesso, configurando-se o que Cardoso (2010) chamou de “utopia da sociedade salarial”.

Esse desejo de ingresso no mundo do trabalho e no mundo dos direitos, em outras palavras, o desejo de tornar-se *trabalhador* é o primeiro elemento que habitava o imaginário desses migrantes que buscavam “fazer a vida em São Paulo”. O Estado, regulador do mercado de trabalho e das possibilidades de acesso aos direitos, aparecia como definidor oficial das

fronteiras entre quem era trabalhador ou não e, por consequência, quem tinha ou não acesso a algumas dimensões da cidadania, em especial no campo dos direitos sociais.

Tal prática era reproduzida em outras esferas e por outras instituições oficiais, sobretudo a polícia. Conforme aponta Magnani (2003), a carteira de trabalho era o “passaporte” que a polícia examinava e que dava direito de frequentar bares, sinucas ou simplesmente de circular pelo bairro. Ter, portanto, um registro oficial de “trabalhador” era o que dava garantia às pessoas não apenas de que teriam acesso a alguns direitos sociais, mas que não teriam seus direitos civis violados pela atuação da polícia. É o que aparece no depoimento do militante operário que utilizava o codinome de P. Torres, citado por Sader (1988, p. 70), a respeito das dificuldades de se estar desemprego ou não ter um registro na carteira profissional:

estar desempregado significa correr perigo, pois se somos presos a polícia os registrava como marginais, vagabundos. A carteira registrada é sinal de boa conduta para a polícia.

A apropriação pelos moradores das periferias urbanas dessa distinção pode ser vista na fala de Ivan, citada na epígrafe do capítulo. Para ele, a atuação da polícia hoje em dia não faria mais a mesma distinção e, por vezes, “pega um trabalhador e dá mó sermão, leva preso”, enquanto “bandidos” desfrutam de um grau relativamente maior de liberdade por pagarem “propina” aos policiais.

Assim, na relação com o Estado e com o mundo da cidadania, ser “trabalhador” significava ter acesso a uma série de direitos que não poderiam ser obtidos de outra forma. O Estado, ao mesmo tempo em que produzia “trabalhadores” oficialmente reconhecidos como tais, construía uma narrativa e incentivava práticas que iam no sentido da busca por esse reconhecimento. Assim, aqueles que não tinham esse status por questões de desemprego ou informalidade almejavam, de alguma forma, tê-lo, a fim de buscar algum nível de garantia de sua dignidade. Em suma, ser “trabalhador” era, em muitos sentidos, sinônimo de ser cidadão.

5.3 – O trabalho industrial e a construção da dignidade do trabalhador

Diante da sua importância simbólica enquanto sinônimo de modernidade e de estabilidade, pelas relações de solidariedade que eram possíveis de se estabelecer no chão de fábrica e, principalmente, pela construção de um discurso de dignidade em torno do papel do trabalhador da indústria, o trabalho fabril constituiu-se como um segundo elemento relevante

na formação da identidade dos trabalhadores nessa primeira geração de moradores das periferias paulistanas.

Como dito no início do capítulo, o Jardim Ângela era, nas décadas de 1970 e 1980, uma região em que a indústria, principalmente metalúrgica, teve papel relevante na inserção produtiva dos habitantes da região, sobretudo, devido às empresas que se instalaram em Santo Amaro e ao longo da Avenida Nações Unidas, a Marginal do Rio Pinheiros. Em diversos depoimentos, muitos moradores se lembravam do tempo em que eles ou seus pais trabalhavam em empresas como Calói, Monarck, Metal Leve, Caterpillar, MWM, entre outras.

Já foram discutidas acima as dificuldades que muitos migrantes apresentavam para se adaptar ao ritmo e às exigências do trabalho fabril. Contudo, o trabalho industrial foi sendo progressivamente valorizado por ser capaz de dotar o trabalhador de certo nível de dignidade, sobretudo devido a um processo de valorização social de seu trabalho, além da segurança e relativa estabilidade financeira que o operário industrial podia desfrutar comparativamente a muitos colegas que viviam trocando de trabalho ou em permanente busca por emprego. É o que aparece no depoimento de Francisca, 50 anos, moradora do Jardim Ângela há mais de 25 anos, e ex-funcionária da fábrica de bicicletas Calói, onde trabalhava como montadora de rodas:

Porque vou falar pra você, a minha categoria sempre ganhou bem. A gente ganhava até melhor do que o médico sabia disso? Sim, porque a gente tinha uma profissão. Por exemplo, assim, torneiro mecânico. Eu era uma montadora de roda, não é assim ajudante geral, a gente tem uma profissão, entendeu? Igual dentista, dentista tem a profissão dele. Mas inclusive o dentista do meu sindicato ele perguntou na época quanto eu ganhava. Aí, na época eu ganha 2 mil e pouco e o dentista não ganhava o tanto que ganhava, entendeu? Eu tinha minha profissão como montadora e eu não fiz uma faculdade, mas lá mesmo eu aprendi uma profissão. Eu montava 300 rodas por dia. E não é qualquer um que chegava lá e montava essa roda, entendeu como que é? Metalúrgico sempre teve a categoria alta, porque é muito dinâmico o nosso serviço. Eu amava ser metalúrgica, entendeu? Porque a gente trabalhava muito, mas todos que estavam lá, se tivesse a profissão, ganhava bem. É... ferramenteiro... ferramenteiro ganhava muito bem. O soldador de alumínio ganhava muito bem. As profissões se faziam lá mesmo, lá dentro. Mas eles acabavam ganhando bem. A gente tinha uma salinha antes de entrar para montagem de roda, né? A gente tinha uma salinha, a gente fazia o teste ali. Aí, naquele teste eles sabia qual seção você ia ficar. Aí depois você praticava. Eles já sabiam qual o seu dom antes e qual seção você ia. Tudo que eu tive foi através dessa Metalúrgica, porque eu entrei lá bem novinha. Eu comecei com 15 anos [...] Na Caloi foi até recentemente, até 7 anos atrás. (Francisca, Jardim Ângela, 50 anos, depoimento ao autor, 2016)

Dessa maneira, “ter uma profissão”, ser capaz de executar uma tarefa complexa que exige um nível relativamente alto de conhecimento técnico e que a aproxima de um trabalho intelectual, mesmo não tendo faculdade, trabalhar em um ambiente “dinâmico” e ter um salário relativamente alto para os padrões da região onde moram eram alguns dos elementos que garantiam essa dignidade e o orgulho do trabalhador industrial.

No mesmo sentido, aponta a fala de José, baiano de 60 anos, também morador do Jardim Ângela, que se mudou para São Paulo em 1973. Apesar de nos últimos anos ter trabalhado na construção civil como servente de pedreiro e, antes disso, como porteiro e segurança, quando iniciei a entrevista pedindo que ele se apresentasse dizendo seu nome idade e profissão ele não se referiu a nenhum desses postos de trabalho que ocupou recentemente, mas ao fato de ter sido “operador de máquinas” e de ter trabalhado “em muitas fábricas”.

A trajetória de José nos permite, ainda, constatar outro importante ponto no que se refere à construção da solidariedade e reciprocidade entre os trabalhadores fabris. Apesar da pouca instrução formal – ele lê e escreve com muita dificuldade – José é bastante politizado, gosta de acompanhar notícias de política e tem opiniões contundentes e bem informadas sobre o país. Ele começou seu engajamento político como “cipeiro”⁶⁷ e delegado do sindicato, quando tinha a prerrogativa de “chegar e parar qualquer máquina que estivesse irregular pra não acontecer um acidente com aquela pessoa”. Pouco a pouco, essa solidariedade para com seus companheiros foi se refletindo em atividades reivindicatórias nas ruas e em outros espaços de representação política, como quando participou, em suas palavras, de greves, “bagunças”, “quebra-quebra” e foi a Brasília pressionar o governo para “garantir seus direitos”.

Conforme expõe Sader (1988), as lutas e as vitórias em pequenos confrontos com os patrões no ambiente da fábrica tinham papel central na formação destes trabalhadores enquanto sujeitos coletivos. A atuação cotidiana de pessoas como José, enfrentando, de baixo para cima, batalhas cotidianas para melhorar as condições de trabalho nas fábricas fez com que a “luta por migalhas” desse lugar à reivindicação de direitos. Assim, a oposição aos patrões ganhava progressivamente conotações políticas e contribuía para a construção de certo nível de unidade entre os trabalhadores.

Finalmente, em estreita relação com essa questão da dignidade do trabalhador fabril e da construção da solidariedade interna aos “peões” estava a atuação dos sindicatos. Conforme demonstra Sader (1988), o discurso sindicalista em torno da noção de dignidade do trabalhador que estava inicialmente associada à ideia de trabalhador honesto, responsável, passa a ser relacionada à constituição de uma identidade autovalorizada e socialmente reconhecida, construída a partir do trabalho árduo no setor mais moderno da economia nacional, com contribuição decisiva para o desenvolvimento do país. Assim, entre determinadas categorias de trabalhadores fabris, em especial no caso dos metalúrgicos, foi possível se desenvolver uma

⁶⁷ Cipeiro é como são conhecidos os membros da CIPA (Comissão Interna para Prevenção de Acidentes).

ética do trabalho paralela à ética do provedor e que passou a ver no trabalho em si uma fonte de realização pessoal.

Desse modo, como fica demonstrado nos casos de José e Francisca citados acima, ser trabalhador industrial, em especial do ramo metalúrgico, significava desfrutar de uma identidade de um trabalhador sério, dotado de uma “dignidade nacional” e, em certa medida, diferenciado do restante da classe. Receber um bom salário, ser reconhecido pelos patrões e amigos e desfrutar de um status relativamente mais elevado seria, portanto, decorrente de seus próprios méritos. Com isso, ser *trabalhador* em oposição a ser *patrão*, ganhava contornos cada vez mais positivos e politizados e reforçava essa identidade coletiva, ainda que em uma parcela reduzida das classes populares.

5.4 – Trabalhadores e bandidos: a oposição no nível da vizinhança

Por fim, havia uma terceira configuração da qual participavam os trabalhadores das periferias urbanas e que, diante da já mencionada heterogeneidade do ponto de vista das formas de inserção no mundo do trabalho, foi a mais importante na conformação da identidade de *trabalhador* entre eles. Falo da configuração do bairro e das relações sociais estabelecidas na vizinhança, no qual as práticas de sociabilidade, solidariedade e reciprocidade eram construídas e exercidas cotidianamente, criando laços e noções fortes de pertencimento, mas que também se opunham a um *outro* que ameaçava o projeto familiar de mobilidade social e que se constituía como opositor máximo dos valores dos trabalhadores: os *bandidos*.

Início essa reflexão a partir da retomada do que chamei de *ética familiar*, uma junção da *ética do provedor* identificada por Zaluar (2000) com a *ética da honestidade*, apontada por Sader (2000). Ser um trabalhador digno, conforme essa ética, significava ser honesto e trabalhar duro para garantir o sustento da família. Honestidade e trabalho se complementavam em termos de valores a serem fortalecidos e passados para os filhos. É o que aparece na fala de Dona Cida, citada na abertura deste capítulo, que agradece à Deus por seus irmãos serem “tudo trabalhador” ou de Nelson que faz questão de enfatizar que “as comunidades sempre foram formadas por gente trabalhadora... gente honesta, gente decente”.

Destaco, ainda, o depoimento de Genésio – o ex-gerente de padaria e posteriormente motorista de caminhão, cuja trajetória foi apresentada em linhas gerais anteriormente – no qual ele faz questão de ressaltar que oportunidades para ser desonesto não lhe faltaram, mas que seus valores ou ainda, os valores de sua “geração” lhe garantiram que seguisse sendo “correto”,

apesar das dificuldades pelas quais passou e das eventuais frustrações em seu projeto de mobilidade social:

Oportunidade de ficar rico aqui, eu tive, só não fiquei porque... como se diz, o pessoal da minha geração não pensava em meter a mão, cê entendeu? Eu fui gerente de uma padaria 30 anos, porra! E passava tudo pela minha mão... Entrei como lavador de prato, como balconista, ajudante geral. E depois de 5 anos que eu tava na padaria, passei a ser gerente geral da padaria. E saí da padaria do jeito que eu entrei, sem ter uma casa... E oportunidade de roubar, eu tinha, porque era eu que controlava tudo. (Genésio, 69 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2015).

Desse modo, se o sucesso do projeto familiar de mobilidade social era, em boa parte, medido em termos de renda e capacidade de consumo (DURHAM, 1978), não se tratava de conquista-lo a qualquer custo, uma vez que os princípios morais e éticos da honestidade e do trabalho deveriam ser guardados sob pena de destruir a dignidade do sujeito trabalhador.

Assim, a identidade de trabalhadores se constituiu em oposição aos “vagabundos”, que não trabalhavam ou não trabalhavam o suficiente para melhorar de vida, mas também em oposição aos “bandidos” – que em algumas configurações sociais poderiam ser vistas como sinônimos. Isso não significa que a oposição entre “trabalhadores” e “bandidos” seja rígida com fronteiras claramente demarcadas, apenas que do ponto de vista dos valores, das práticas e dos projetos de vida, havia uma fronteira, ainda que no plano das representações sociais, mais ou menos definida, como foi bem identificado por Zaluar (2000). Segundo a autora, o ponto que mais opunha “trabalhadores” e “bandidos” ou “vagabundos” nas periferias urbanas estava na relação com o trabalho. Enquanto para os primeiros, os “bandidos” seriam atraídos pela vida fácil presa aos vícios e sem dedicação ao trabalho, para os “bandidos”, o “trabalhador” seria, em determinados contextos, um “otário”, “que trabalha cada vez mais para ganhar cada vez menos”.

Em suma, a oposição entre de “trabalhadores” e “bandidos” que se configurava no nível da vizinhança estava associada a diferenças em termos de visão moral sobre o trabalho como construtor da dignidade do sujeito e com relação a um projeto de vida, que se traduzia em um projeto de mobilidade social familiar, logo, coletiva. No ideal sonhado pelos pais, era preciso que os filhos “estudassem e valorizassem a lida” para evitar que fossem tratados, confundidos, ou mesmo virassem “bandidos” (FELTRAN, 2011a).

Em suma, para os trabalhadores das periferias urbanas dessa primeira geração, ser “trabalhador” implicava, portanto, em uma tripla identificação que eram costuradas entre si de

maneiras diversas. Na política, isto é, nas lutas pela conquista da cidadania civil, política e social, o trabalhador era sinônimo de cidadão, aquele que tem direito a ter seus direitos respeitados pela polícia e pode acessar alguns direitos sociais exclusivos. Ser ou desejar ser reconhecido como trabalhador era parte do imaginário desses sujeitos. Na esfera econômica, isto é, nas configurações estabelecidas no mundo do trabalho, em especial no trabalho fabril, construía-se uma identidade que se opunha à figura do patrão e buscava dar dignidade para os operários ao mesmo tempo que práticas de solidariedade e reciprocidade eram fortalecidas a partir da sociabilidade no chão de fábrica. Finalmente, em estreita conexão com a questão política da cidadania formal, nas configurações estabelecidas na vizinhança, estava a busca pela diferenciação com relação aos “bandidos”, que não valorizavam o trabalho nem a honestidade.

Dessa forma, o projeto coletivo construído por esses sujeitos estava focado, de um lado, na *luta econômica familiar* – que era, portanto, em grande medida era coletiva – a partir do trabalho duro e honesto e, de outro, na *luta política coletiva*, seja nas relações de trabalho no nível sindical, como era o caso dos metalúrgicos, mas principalmente no nível do bairro, por meio das organizações e movimentos sociais que foram formados a partir da atuação das Comunidades Eclesiais de Base, conforme apresentado no capítulo anterior.

Havia, portanto, uma forte convergência entre as lutas individuais e coletivas e que eram completadas pelo casamento entre as promessas de justiça social das lutas sindicais e no nível do bairro e o projeto pessoal (FELTRAN, 2011a), como a fala de Maria de Fátima, citada na epígrafe deste capítulo aponta. As lutas são justificadas, na fala dela e de outros militantes dessa geração, como sendo uma permanente busca pela construção da dignidade do trabalhador, traduzida na conquista de direitos e de melhores condições de vida.

Surgia, então, um novo sujeito histórico o “migrante-morador-cidadão” (ARANTES, 2009), consolidado sob a identidade de “trabalhador”. Calcados em um modo de vida por eles valorizado, esses sujeitos formulavam um projeto de vida que consistia num ideal de ascensão social baseado no tripé: trabalho duro, oposto à “vagabundagem” e ao crime, autoconstrução da moradia, que trazia segurança e estabilidade à família e a luta coletiva pela melhoria em suas regiões. Identidade e projeto coletivo se formavam e se reforçavam mutuamente. Subjacente a este projeto estava a aspiração à universalização da “utopia da sociedade salarial” (CARDOSO, 2010) e uma noção de cidadania que reivindicava o direito de participar politicamente e clamava pela universalização de direitos sociais. Trabalho, política e cidade se conectavam intensamente nesse projeto e “se encadeava um projeto familiar a um sonho urbano e político” (Feltran, 2011, p. 100), por isso, sonhos individuais e projetos coletivos encontravam tanta afinidade entre si e foram capazes de produzir novos *sujeitos políticos*.

**PARTE III – TRABALHADORES, O CRIME E OS GESTORES-MILITANTES –
INDIVIDUALISMO E FRAGMENTAÇÃO NAS IDENTIDADES SOCIAIS**

*Os anos 80, início dos anos 90 foram anos de interesse comunitário, vamos dizer assim.
Depois de 95, 2000, eu costumo chamar, que chegamos aos anos do individualismo.
(Padre Jaime, 71 anos, Jardim Ângela depoimento ao autor, 2017).*

Abro esta segunda parte da tese com a frase do Padre Jaime por acreditar que ela resume, de forma sintética e eloquente, uma das principais mudanças no modo de vida dos trabalhadores urbanos das periferias de São Paulo na transição do que estou chamando de primeira e segunda gerações de moradores dessas regiões. O objeto desta parte da tese será justamente as mudanças que ocorreram na passagem de uma geração para outra e que provocaram um recrudescimento do individualismo e, por consequência, a deterioração daquele modo de vida mais comunitário gestado nas décadas de 1970 e 1980: o aumento da violência no plano social, a burocratização e institucionalização dos movimentos sociais, no plano político e a crise no mundo do trabalho, seguida de um aumento das oportunidades de estudo e aumento da renda, no plano econômico.

Telles (2006, p. 99) resume bem essas mudanças por meio do relato de uma liderança comunitário de um bairro periférico de São Paulo:

Assim uma antiga moradora e liderança local descreve o bairro onde mora, um bairro que nos idos dos anos 70 esteve no centro dos movimentos pela regularização dos loteamentos clandestinos: o “progresso” chegou, é verdade – antes “isso aqui era só mata”. Mas as grandes fábricas que existiam na região, essas sumiram. O desemprego é grande, e “tudo piorou” nesses anos. A começar da violência, diz ela. Os adolescentes estão sendo mortos – “isso dói muito, são garotos que vimos nascer aqui do lado, dói muito ver crianças conhecidas sendo mortas”. Antes era “um bairro pacífico, gostoso de morar”. Agora, “todos nós temos medo”. [...] Todos têm muito medo – medo de voltar tarde da noite para casa, medo pelos filhos, medo da matança que pode acontecer lá mesmo...

Crise no “mundo do trabalho” e fortalecimento do “mundo do crime” aparecem como duas faces da mesma moeda na narrativa de muitos dos antigos moradores das periferias urbanas. Desse modo, a primeira mudança que quero apontar brevemente diz respeito ao enfraquecimento da identidade de “trabalhador” que, como explorado no capítulo anterior, foi o cerne da mobilização política e da construção de uma moralidade social oposta à “vida do crime”.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, diante da prolongada crise econômica no Brasil e da reestruturação produtiva de caráter internacional, o mundo do trabalho foi perdendo espaço progressivamente enquanto elemento ético integrador da sociedade. Se já não existia no Brasil uma ética do trabalho enquanto *dever* justificando-se muito mais como *necessidade*, esse caráter é ainda mais acentuado no período em questão⁶⁸.

A flexibilização do trabalho, que já se apresentava a nível mundial há alguns e chegou com força no Brasil na década de 1990, resultou na descontinuidade de carreiras profissionais e no aumento do tempo dedicado ao trabalho na vida das pessoas. Com isso, a função do

⁶⁸ Ver a discussão em torno da *ética do provedor* (ZALUAR, 2000) acima.

trabalho como “pedra-de-toque da identidade pessoal e social” foi ainda mais relativizada. Em outras palavras, o trabalho foi sendo privado de seu “papel subjetivo como a força motivadora central na atividade dos trabalhadores.” (OFFE, 1989).

Além disso, no caso brasileiro aqui em questão, a derrocada do trabalho industrial⁶⁹ nas periferias de São Paulo, ao longo da década de 1990, explicada pela já mencionada reestruturação produtiva e pela fuga das indústrias para fora da capital paulista, acabou por dificultar o surgimento de elemento de solidariedade entre os trabalhadores dentro de uma mesma empresa, como observamos no caso de José descrito acima. Esse efeito é ainda mais visível se observarmos a perda de influência dos sindicatos e a redução de sua importância na vida cotidiana dessas pessoas.

Além disso, com a Constituição Federal de 1988 e a universalização de diversos direitos sociais, a carteira de trabalho perdeu o status de “porta de entrada” para o mundo da cidadania, como ocorria nos tempos da “cidadania regulada” (SANTOS, 1979), e o trabalho formal assalariado perdeu parte de sua atratividade frente a alternativas como o trabalho autônomo ou o empreendedorismo.

No plano da interpretação teórica, a categoria crítica da informalidade, que se opunha ao trabalho formal, foi sendo substituída pelo par empregabilidade/empreendedorismo no debate público e acadêmico (MACHADO DA SILVA, 2002). O foco dessa nova narrativa buscava colocar a responsabilidade da inserção econômica nos trabalhadores e em suas condições individuais de inclusão no mercado de trabalho, reduzindo a relevância de elementos como as taxas de desemprego ou a baixa oferta de postos de trabalho de qualidade. Assim, qualificar-se para ser empregável ou apostar no trabalho autônomo – o empreendedorismo – seja como fonte de renda principal seja como complementação da renda insuficiente, foram se tornando um imperativo da realidade dos trabalhadores das periferias urbanas.

A mensagem que chegava a esses sujeitos, e que progressivamente foi sendo assimilada como única alternativa possível, é a de que deveriam comportar-se como *empresários de si mesmos*, seja investindo em sua formação técnica e educacional – o capital humano –, seja enquanto atitude profissional empreendedora e arrojada. Essa mensagem, com uma forte dimensão simbólico-ideológica no sentido de conquistar a adesão e o convencimento dos

⁶⁹ Entre as mais de 400 pessoas que entrevistei tanto para a parte quantitativa quanto para a parte qualitativa da pesquisa não encontrei nenhum trabalhador que ainda exercesse alguma atividade no setor fabril. Apenas a indústria da construção civil segue sendo relevante como indústria de transformação na inserção produtiva dos trabalhadores das periferias de São Paulo, mas que por sua natureza de exigência de relativa baixa qualificação para boa parte das atividades não assegura a mesma estabilidade nem a sociabilidade que outras atividades no “chão da fábrica”.

próprios trabalhadores interferiu diretamente em sua autoimagem e visão de mundo (MACHADO DA SILVA, 2002). O sucesso econômico de si e o fracasso do outro passa a ser, quase sempre, atribuído ao esforço próprio. A categoria “trabalhador”, ainda que siga relevante na identificação dos sujeitos em alguns contextos específicos, perde seu poder de mobilização para a ação coletiva.

Complementarmente, há que se ressaltar uma importante mudança que ocorreu no campo religiosos no Brasil e, em especial na região metropolitana de São Paulo, e que enfraqueceram a capacidade de articulação política e social advinda das Comunidades de Base. Essas mudanças podem ser resumidas em três grandes tendências: a multiplicação das alternativas religiosas; uma maior mobilidade de pessoas entre as distintas religiões e também para fora delas, que passam a se identificar como “sem religião”; e o trânsito de ideias e práticas religiosas, fazendo emergir zonas religiosas “híbridas” como o neopentecostalismo e a Renovação Carismática Católica, que adotam ritos e conceitos de outras doutrinas como parte do processo de concorrência por fiéis (ALMEIDA, 2004).

Enquanto em 1990, os católicos representavam quase 80% dos moradores da região metropolitana de São Paulo, em 2000 esse percentual já havia caído para cerca de 67% e para menos de 57% em 2010. Além disso, o próprio catolicismo progressista já vinha perdendo força dentro da institucionalidade da Igreja, como mencionado anteriormente, com a retirada de apoio às CEBs, a subdivisão da arquidiocese de São Paulo, a multiplicação de paróquias, a nomeação de bispos com perfil mais conservador, a troca de padres e o incentivo à renovação carismática⁷⁰.

Em contrapartida, crescia o número de evangélicos, sobretudo aqueles de matriz pentecostal e neopentecostal que, entre 1990 e 2000, mais do que duplicam sua presença em São Paulo. Ainda que haja, em parcela expressiva dessas religiões, o incentivo a formação de redes de solidariedade, reciprocidade e de laços de confiança, essas redes tendem a priorizar “irmãos de fé”, ou seja, aqueles que comungam da mesma religião. Dessa forma, os evangélicos tendem a participar menos de outros níveis associativos, como partidos, sindicatos, união de moradores e espaços comuns de lazer, uma vez que as igrejas tendem a competir pelo tempo livre dos fiéis por meio da construção de espaços de sociabilidade dentro da própria igreja, como grupos de música, teatro, esportes, sempre ligados à religião (ALMEIDA, 2004). Com isso, parte importante do incentivo à sociabilidade local e a construção de laços mais amplos na vizinhança advindos das comunidades católicas se perdeu nessa transição geracional.

⁷⁰ De acordo com dados de Almeida (2004), entre o começo dos anos 1990 e os anos 2000, os adeptos das práticas “carismáticas” passaram de 3,8% para 9,3%, na Região Metropolitana de São Paulo.

Diante desse cenário de desintegração da identidade de “trabalhador”, forjada nas décadas anteriores, e de parte das condições sociais que permitiram a emergência dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, argumento, então, nas páginas que seguem que três processos marcaram a experiência da segunda geração e modificam profundamente os projetos, identidades e subjetividades gestados na geração anterior. Cada um desses processos é tratado em um capítulo desta parte da tese.

O primeiro deles, explorado no capítulo 6, que vem logo a seguir, está centrado no aumento da criminalidade violenta – notável pelo aumento de crimes contra a vida e contra o patrimônio, especialmente nas regiões mais pobres da cidade –, o que ampliou a insegurança e dificultou os processos de sociabilidade no nível do bairro, ao mesmo tempo em que cresceu a pressão de parte significativa da sociedade por respostas mais rígidas do Estado às atividades criminosas.

A outra face desse processo de aumento da violência está no que Feltran (2011a; 2011b) chama de “expansão do mundo do crime”. O termo aponta, segundo o autor, não tanto para o aumento das atividades ilegais ou ações criminais – ainda que elas tenham aumentado, como mostram as estatísticas oficiais que serão apresentadas adiante – mas principalmente para a instauração de uma disputa de legitimidade social nas periferias a partir de uma organização discursiva e normativa do “mundo do crime”⁷¹.

Externamente, isto é, do ponto de vista do restante da sociedade, sobretudo dos formuladores de políticas públicas e da chamada “opinião pública”, uma das consequências desses processos foi a produção de uma *estigmatização* das periferias que passaram a ser vistas como “lugar de bandido”, aprofundando a partição entre aqueles que têm ou não seus direitos respeitados e assegurados pelos órgãos repressores do Estado. Internamente, por sua vez, as relações sociais e a formação da identidade e da subjetividade de “trabalhadores” e “bandidos” se convertem em formas menos estanques e as relações sociais entre eles, bem como a crítica e justificação das ações de parte a parte tornam-se mais complexas⁷².

O segundo processo que marcou a experiência dessa geração e que será trabalhado no capítulo 7, foi a institucionalização e burocratização⁷³ dos movimentos sociais que emergiram

⁷¹ A ideia de “mundo do crime”, termo nativo para designar aqueles que praticam atos ilícitos, sobretudo roubos, furtos e tráfico de drogas, significa mais do que o envolvimento com esse tipo de atividade, mas principalmente as relações sociais e discursivas que se estabelecem em torno desses negócios ilícitos (FELTRAN, 2007).

⁷² Cumpre ressaltar, mais uma vez, que a oposição entre trabalhadores e bandidos nas favelas e periferias brasileiras nunca foi rígida e no plano social essa segregação nunca foi completa, como anota Alba Zaluar (2000, p. 133 ss.). Contudo, creio que essa relação passa por importantes mudanças qualitativas a partir da já mencionada “expansão do mundo do crime”, como irei explorar no capítulo 6.

⁷³ Utilizo o termo “institucionalização” para me referir ao processo de transformação dos movimentos sociais em instituições propriamente ditas, sobretudo organizações não-governamentais. Burocratização, por sua vez, se

nas décadas anteriores. Os repertórios e ação política que antes se concentravam nas atividades de conscientização, mobilização social e reivindicação por meio do enfrentamento da institucionalidade governamental, transformam-se e passam a abarcar vias negociais, participativas e de cooperação com órgãos, partidos e entidades do Estado. A principal consequência dessa alteração pode ser vista no arrefecimento da luta política e na desmobilização social nas periferias da cidade ao longo das décadas de 1990 e 2000, ainda que diversas conquistas em termos de serviços e equipamentos públicos tenham sido alcançadas por esses movimentos e entidades nas últimas décadas, como procurarei expor.

Finalmente, o terceiro processo que marcou as mudanças vivenciadas por essa geração comparativamente à geração anterior é de natureza econômica e será tratada no capítulo 8. Trata-se da forte crise no mundo do trabalho, mencionada em linhas gerais acima, que tem início ainda na década de 1980 e se agrava nos anos 1990 com o processo de reestruturação produtiva a nível internacional, jogando por terra qualquer perspectiva de universalização do assalariamento no Brasil e aumentando a pressão pela busca de soluções individuais para os problemas econômicos enfrentados.

Esse processo, contudo, é seguido pelo aumento das possibilidades de mobilidade social dos anos 2000, amplamente tratado pela literatura abordada no primeiro capítulo desta tese e que foi o mote inicial desta pesquisa. Assim, darei atenção especial a esse processo e suas consequências sociais, políticas e econômicas para os moradores das regiões pesquisadas.

A hipótese central que pretendo defender nas linhas que seguem é que os processos que serão descritos a seguir, que tem como pano de fundo esse aumento do individualismo e a estigmatização das periferias urbanas e de seus moradores produzirão *situações críticas*⁷⁴, demandarão respostas individuais e coletivas que serão exploradas mais adiante.

refere a passagem de funções de cunho mais mobilizador e formativa para outras de caráter mais burocrático, como a co-gestão de políticas públicas. Tratam-se, portanto, de processos complementares que mudaram o perfil e a forma de atuação dos movimentos sociais nas periferias urbanas.

⁷⁴ De forma resumida, segundo Cefaï (2017), uma situação torna-se problemática quando as reações habituais a um determinado ambiente já não proporcionam a satisfação de suas necessidades e desejos, demandando, portanto, novas práticas e ações com o objetivo ou de se adequar à nova estrutura social ou de modificá-la. De forma complementar, Boltanski e Thevenot (1999) usam a expressão *momento crítico* para enfatiza tanto a atividade crítica posta em operação pelos sujeitos quanto pelo caráter não usual da situação enfrentada. Entendo que ambos os termos fazem referência a uma questão semelhante e que cada um tem vantagens em termos conceituais. Por um lado, a ideia de um *momento crítico* aponta com mais precisão tanto para as transformações da configuração social em que os sujeitos estão inseridos quanto para a resposta crítica construída por esses sujeitos. Por outro, a ideia de *momento* sugere algo mais pontual do que a ideia de *situação*, assim, *momento crítico* pode ser confundido como um momento de epifania ou um momento de crise aguda, mas passageira. *Situação*, por seu turno, deixa claro que embora se trate de algo conjuntural, ela não será modificada se não ela ação social ativa. Dessa forma, combinarei o que as duas expressões tem de melhor e utilizarei o termo *situação crítica* de agora em diante.

O argumento subjacente a esta parte da tese dialoga com um diagnóstico já bastante conhecido na sociologia brasileira de que esses processos são fruto de – e retroalimentam – uma forte crise de legitimidade do Estado diante da incompletude e seletividade da cidadania no Brasil pós-redemocratização e da impossibilidade de uma inclusão social mais efetiva⁷⁵. Essa crise de legitimidade política, conjuntamente com a crise econômica de longa duração, significou o fracasso do projeto de mobilidade social familiar por meio do trabalho, de consolidação de direitos sociais e políticos e de melhoria na qualidade de vida por meio de mais e melhores serviços públicos nas periferias. A face societal dessa derrota política do projeto gestado nos anos 1970 e 1980 está justamente no triunfo do individualismo sobre o modo de vida mais comunitário que provocou uma redução dos projetos e formas de atuação coletiva, uma vez que se perdeu o “interesse comunitário” como descreveu o Padre Jaime.

⁷⁵ Ver diferentes versões e formulações de um argumento similar em Zaluar (2009); Machado da Silva (2004); Telles (2001); Misse (1997); Feltran (2011); Caldeira & Holston, (1999), entre outros.

6. “TRABALHADORES” E “BANDIDOS”: CONFLITOS E CONCILIAÇÕES (IM)POSSÍVEIS

Repórter 1: O que você tem a dizer sobre a realidade da juventude brasileira que vem sendo exterminada a cada dia nas comunidades?

Mano Brown: Exterminada a cada dia... Eu sou paulista, certo? O conhecimento profundo que eu tenho é sobre São Paulo. Em São Paulo, hoje, existe um movimento diferente, então esse extermínio foi temporariamente bloqueado. Por leis que não são o governo, são do outro governo. Nos outros estados, eu temo que a solução seja essa também. Porque o governo não conseguiu fazer uma ação concreta a respeito da segurança. E o crime organizado conseguiu. E isso é mais preocupante até...

Repórter 2: Eu queria que você falasse um pouco sobre isso, Mano, porque você é um cara ligado à periferia, à grande São Paulo, os manos da periferia sabem de você, acompanham você, acompanham seu trabalho. O que na sua opinião mudou nesses últimos 8 anos, você que é um cara que gosta do Lula, simpatiza com o Lula...

Mano Brown: O surgimento do PCC, pronto! Fechou?

(Entrevista "Mano Brown" – Parte 2 – Afropress.com, 2009 – Entrevista coletiva no encerramento da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PQ4dP2evx9w>)

Putá, ali era uma favela nervosa. Eu nunca vi em outras favelas o que eu via naquela. Só quando passa, é... quando passa telejornal, mostrando lá no Rio de Janeiro como é que tá. Troca de tiro. Lá era assim, véio, lá era o terror, nós via gente morta assim oh, direto, os cara matava mesmo, o negócio era loucão. Não tinha lei, né? Não tinha lei. Hoje tem o PCC né, não pode matar ninguém, cê tem que falar com os cara primeiro pra saber se merece (Douglas, 31 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Como já foi dito, o objetivo desta tese não é se debruçar sobre as dinâmicas da criminalidade violenta nas periferias de São Paulo, algo que demandaria um esforço específico e que vem sendo feito com muita competência por autores a partir de perspectivas teóricas e metodológicas variadas. O foco aqui são os “trabalhadores” e suas dinâmicas de inserção política, econômica e social. Contudo, o impacto do aumento dos índices de criminalidade e da consolidação do “mundo do crime” como ator relevante na vida cotidiana dos trabalhadores dessas regiões é um processo demasiado relevante para não ser abordado aqui, uma vez que apresentam efeitos diretos sobre o modo de vida de todos que habitam as periferias paulistanas.

Tendo em vista que o enquadramento desta pesquisa parte de uma perspectiva relacional, conforme exposto na introdução desta tese, o objetivo central deste capítulo não é nem discutir políticas públicas de segurança e de combate à criminalidade nem debater de forma aprofundada a organização do “mundo do crime” em São Paulo. Esses temas serão abordados nas duas seções de seguem com o intuito apenas de discutir os impactos que esses elementos desempenham sobre a vida dos trabalhadores das periferias de São Paulo. Desse modo, os

elementos que apresento nas duas primeiras seções deste capítulo visam construir esse quadro mais geral dentro do qual a relação entre “trabalhadores” e “bandidos” se estabelece⁷⁶.

6.1 – O aumento da violência e a crise na sociabilidade nas periferias

O Brasil, a cidade de São Paulo e, em especial, suas periferias passaram, ao longo dos anos 1990, por um processo de recrudescimento da criminalidade urbana. As taxas de homicídio são consensualmente tidas, entre especialistas e estudiosos do tema da violência urbana e da segurança pública, como o índice mais relevante para medir o nível da criminalidade em uma determinada região. No entanto, a sensação de insegurança e suas consequências para a sociabilidade local podem ser afetadas por diversas outras variáveis como o risco de ser vítima de furtos ou assaltos, como buscarei apontar ao longo deste capítulo.

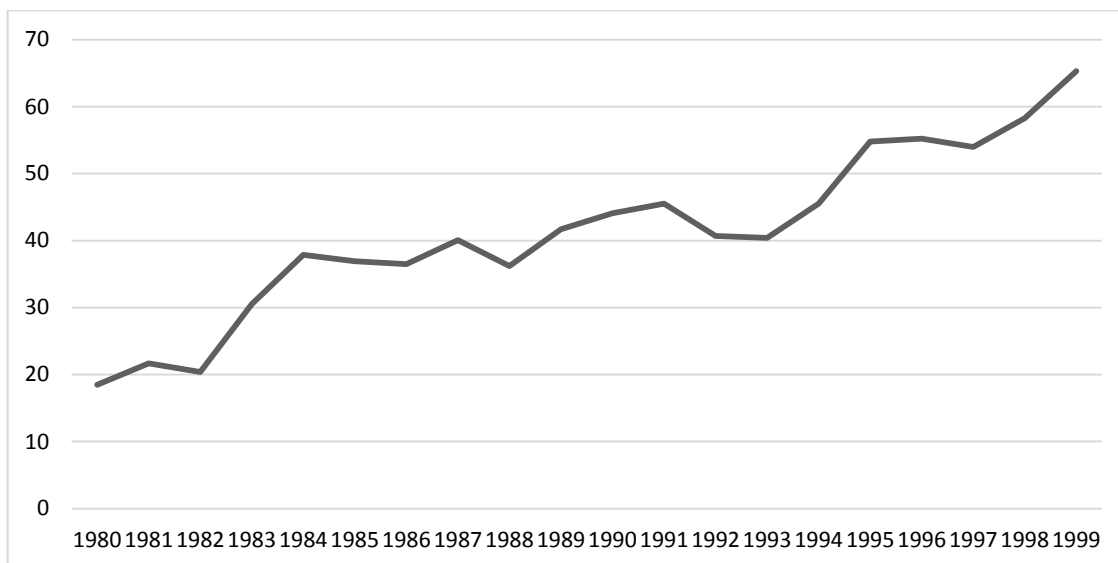
Tratemos primeiramente do caso dos homicídios que, em São Paulo, apresentam um movimento bastante específico. Conforme bem resume Manso (2012b), o aumento nas taxas de homicídios em São Paulo tem início ainda nos anos 1960, mas é a partir de meados dos anos 1980 e ao longo da década de 1990 que essa taxa sobe de maneira mais intensa, atingindo sua ápice em 1999. Ao longo dos anos seguintes, ela passa a cair em ritmo acelerado em um movimento que perdura até os dias atuais⁷⁷. Nos gráficos 3 e 4 a seguir esse movimento pode ser visto de forma bastante clara. O Gráfico 3 apresenta o movimento da taxa de homicídios dolosos na cidade de São Paulo ao longo dos anos 1980 e 1990 e o Gráfico 4, ao longo dos anos 2000 até os dias atuais⁷⁸.

⁷⁶ Para uma análise sistemática da produção em torno das temáticas da violência urbana, criminalidade e segurança pública no Brasil ver Zaluar (1999) e Nery & Adorno (2013).

⁷⁷ Não é meu objetivo aqui discutir em profundidade as causas da queda das taxas de homicídio em São Paulo. Meus dados etnográficos, contudo, apontam para a concordância com a chamada “hipótese PCC”, isto é, a tese de que a unificação do “mundo do crime” em torno de um “comando único”, o Primeiro Comando da Capital e o estabelecimento de normas rígidas em torno dos homicídios nas periferias paulistanas teve contribuição essencial para esse redução, conforme vêm sendo apontado por diversos pesquisadores nos últimos anos (ver Marques, 2009; Biondi, 2009; Feltran, 2010; 2011a; 2012; Malvasi, 2012). Para uma tentativa de contraponto por meio de dados quantitativos a esta hipótese ver Justus et al. (2017).

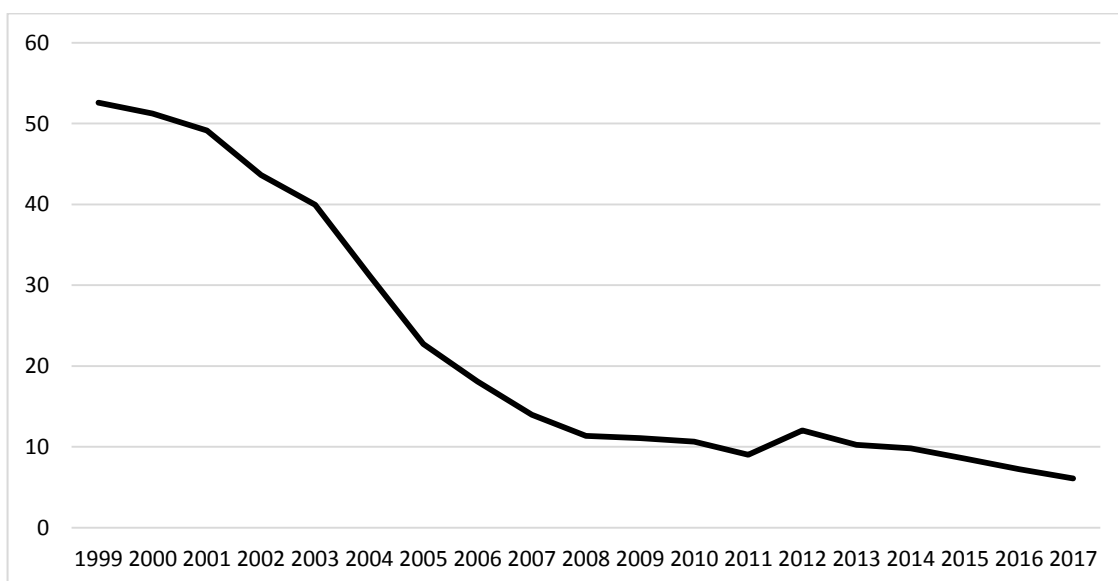
⁷⁸ Os dados pra o anos de 1999 diferem entre os números coletados por Manso (2012a) e os apresentados pela Secretaria de Segurança Pública, provavelmente por uma diferença de metodologia na medição do fenômeno. Essa diferença, contudo, não invalida o ponto aqui apresentado que trata do movimento geral da criminalidade em São Paulo.

Gráfico 3 – Evolução do taxa de homicídios/ 100 mil hab. em São Paulo (1980-1999)



Fonte: Manso (2012a); SSP/SP

Gráfico 4 – Evolução do taxa de homicídios/ 100 mil hab. em São Paulo (1999-2017)

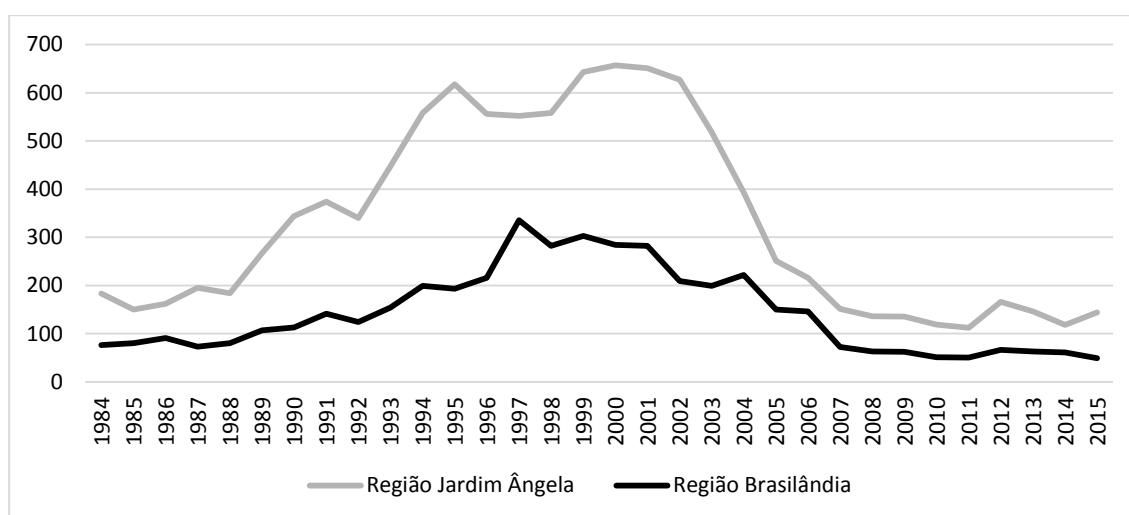


Fonte: SSP/SP

Essa oscilação nas taxas de homicídios é ainda mais intensa nas periferias da cidade. Olhando especificamente para as duas regiões em que essa pesquisa foi realizada é possível notar uma verdadeira explosão no número de assassinatos a partir do fim dos anos 1980 e ao longo de toda a década de 1990. Tal como ocorre na cidade como um todo, os números

começam a cair de forma intensa na década de 2000. O gráfico 5⁷⁹ traz esses dados para ambas as regiões. Como pode ser notado, a variação histórica nos índices é mais intensa na região do Jardim Ângela que chegou a ser considerado, em 1996, o bairro mais violento do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU)⁸⁰ quando a região atingiu a incrível marca de 120 mortos por 100 mil habitantes e a região formada por Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luís ganhou a triste alcunha de “triângulo da morte”. Tal fato serviu de estímulo para a expansão dos serviços oferecidos por organizações locais que visavam combater o aumento da criminalidade, como será tratado no próximo capítulo.

Gráfico 5 – Quantidade de homicídios nas regiões selecionadas (1984-2015)



Fonte: Seade/Adesp; SSP/SP

⁷⁹ Cumpre fazer uma nota metodológica a respeito dos dados apresentados no gráfico 5, bem como nos gráficos 7 e 8 que serão apresentados mais adiante. A Secretaria de Segurança Pública não divulga taxas por 100 mil habitantes para os índices de criminalidade nos bairros e distritos das cidades, pois as áreas abarcadas pelos distritos policiais diferem das regiões administrativas da cidade para os quais é possível obter uma estimativa populacional. Dessa forma, os dados para os homicídios, furtos e roubos nos distritos pesquisados serão apresentados em termos absolutos, isto é, será apresentado o número de ocorrência e não a taxa em termos relativos à população. Além disso, também devido ao fato de os distritos administrativos e policiais diferirem consideravelmente das áreas administrativas, para chegar aos dados apresentados aqui agrupei, em cada uma das regiões, os dados relativos a três distritos policiais que abarcam os bairros onde desenvolvi a pesquisa, mas que também abrangem pedaços de distritos vizinhos. Para o que estou chamado de “região do Jardim Ângela” somei os dados dos distritos policiais 100 – Jardim Herculano, 92 – Parque Santo Antônio e 47 – Capão Redondo, para a “região da Brasilândia” utilizei os dados dos distritos 72 – Vila Penteado, 74 – Parada de Taipas e 45 – Vila Brasilândia. Ainda que o fato de não dispormos de dados relativos à população atrapalhe uma comparação mais detalhada entre as duas regiões, ele não prejudica a observação do movimento mais geral da criminalidade.

⁸⁰ A esse respeito ver: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/11/brasil/14.html>; <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/8/18/brasil/34.html>; <http://reporterbrasil.org.br/2006/01/das-manchetes-policiais-para-a-revolucao-social/>

Esse período de frequentes confrontos e assassinatos no Jardim Ângela e nas periferias de São Paulo de maneira geral é bastante lembrado por muitos dos meus interlocutores dessa segunda geração de moradores.

O Jardim Ângela chegou a ser considerado o bairro mais violento do mundo e era mesmo, eu já cheguei a pular corpo [quando era] pequena pra entrar na escola. Pular na hora da entrada e pular na hora da saída, porque o cara que vendia doces foi assassinado, a gente tava virando a esquina ele foi... Alguém matou ele, porque tava tentando assaltar. As aulas continuaram, você pulava o corpo. Porque era naturalizada a violência, acho que isso é uma cena que me marcou muito e isso é uma prova que se naturalizou a violência aqui na região. Você pensa num bando de crianças numa escola enorme pulando um corpo pra estudar. A aula aconteceu normal, saiu da escola, o IML não vindo buscar, o cara que vendia doce todo dia pra gente tava lá estirado você pulava o corpo e voltava pra casa, entendeu? Foi uma época acho que muito dura, não é uma maravilha agora, mas não se compara ao que existia antes (Karina, 36 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Olha, eu que cresci no Jardim Ângela, nos anos 90, eu sei que mudou muita coisa, viu? Muita coisa mesmo. Quando eu era moleque, eu estudava de manhã uma época, na segunda feira quando eu ia para escola sempre escutava histórias que tinha morrido um na minha rua, que tinha morrido outro na outra rua. Escutava história de três, quatro que tinham ido num fim de semana. Sempre, quase todo fim de semana, era assim. Era complicado mesmo, nos anos 90, aqui no Jardim Ângela, foram anos que era difícil você sair de casa. Claro, se eu falar que está ótimo, maravilhoso, eu vou estar mentindo. A gente ainda tem muitos problemas com relação à violência, mas perto do que era está duzentos, trezentos por cento melhor. Hoje eu sinto mesmo que a galera está na rua, que a galera jogando bola, está fazendo as coisas como pessoas normais (Thomás, 27 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Ouvi diversos relatos semelhantes a esses a respeito da realidade das periferias nos anos 1990. Por mais que possa haver um certo grau de exagero por parte das pessoas ao descrever uma experiência que pode ter sido menos frequente na realidade do que em suas lembranças, o fato relevante é que tais experiências deixaram marcas que afetaram a forma como os moradores das periferias organizavam suas vidas e como se relacionavam com o bairro e com a cidade como um todo.

Quando entrei em campo, inicialmente aplicando o *survey* no começo de 2015 e já ciente que as taxas de homicídio haviam caído em São Paulo nos anos recentes, acreditava que ouviria de meus interlocutores uma leitura a respeito da violência que refletiria essa melhora na sensação de segurança. No entanto, os resultados do *survey*, nesse aspecto, me surpreenderam. O sentimento de insegurança mostrou-se generalizado em ambas as regiões: 86% dos entrevistados no Jardim Ângela e 74% na Brasilândia disseram não se sentir seguros em São Paulo, e cerca de 60% em ambos os distritos disse não se sentir seguro em seu próprio bairro. Além disso, 86% no Jardim Ângela e 90% na Brasilândia afirmaram que a violência em São Paulo havia aumentado nos últimos 10 anos, enquanto 58,8% e 67,7%, respectivamente, declararam que a violência aumentou nos seus próprios bairros nesse período recente.

Apesar de números próximos a respeito da sensação de insegurança nos dois locais pesquisados, nota-se na Brasilândia uma sensação de piora mais intensa quando perguntados a respeito do aumento da violência nos últimos anos, seja em São Paulo como um todo seja em seus próprios bairros. Da mesma forma, é curioso que a sensação de insegurança por parte dos moradores seja mais intensa em São Paulo de maneira geral do que em seus próprios bairros, que possuem índices de criminalidade acima da média da capital como um todo.

Duas hipóteses podem ser levantadas para essa maior sensação de segurança no local de moradia do que na cidade como um todo. De um lado, está a influência que o noticiário policial pode ter na formação dessa visão a respeito da cidade como um local violento, o que não se reflete na experiência imediata dessas pessoas em seus bairros. “A mídia fala demais, mas não é tudo isso”, me disse um dos entrevistados a respeito da violência em seu bairro. Desse modo, a violência apresentada na imprensa, sobretudo nos telejornais especializados no assunto, pode ser vista sempre como um problema do bairro vizinho ou da cidade de forma abstrata, posto que não observam mais os problemas que viviam nas décadas passadas.

De outro lado, pode estar uma explicação que ouvi de alguns moradores que afirmavam se sentir seguros em seus bairros por conhecerem “todo mundo” na região, revelando mais uma vez a importância dos laços de confiança e amizade criados entre os vizinhos, constituindo aquilo que na literatura tem sido chamado de “eficácia coletiva” no controle da violência. Conforme apontam Zaluar e Ribeiro (2009, p.179-180), a “teoria da eficácia coletiva” defende que em locais onde existisse mais confiança, mais reciprocidade, mais sociabilidade, mais solidariedade e mais associações vicinais” tenderiam a ter taxas de criminalidade mais baixas. Dessa forma, a eficácia coletiva seria “a capacidade diferencial que as vizinhanças demonstram em realizar os valores comuns dos moradores e em manter controles sociais efetivos sobre as pessoas em socialização”.

Os dados do survey apontam que, no Jardim Ângela, a sociabilidade e a confiança entre vizinhos é maior, o que seria consistente com o fato de nessa região menos pessoas dizerem que a violência havia aumentado em suas regiões nos últimos anos – 58,8% afirmaram acreditar que a violência havia aumentado na Jardim Ângela contra 67,7% na Brasilândia, como dito acima. De acordo com os dados que obtive do questionário, 28,1% na Brasilândia disse nunca conversar com vizinhos, taxa que foi de apenas 12,1% no Jardim Ângela. Da mesma forma, 38,5% na Brasilândia disseram não ter o costume de fazer favores ou gentilezas para outros moradores da região enquanto apenas 29,1% no Jardim Ângela afirmou não ter esse costume. Nota-se, portanto, que, embora as práticas de ajuda mútua tenham perdido a centralidade que

tinham nas décadas de 1970 e 1980 seguem corriqueiras entre a maioria dos moradores de ambos os distritos e são ainda mais disseminadas no distrito da região sul da cidade.

Outro dado, porém, deve ser levado em conta nessa discussão. Como bem assinalam as Zaluar e Ribeiro (2009), no caso do Rio de Janeiro, o medo e o domínio de facções criminosas nas favelas cariocas impedem o controle mútuo entre os moradores do mesmo bairro fazendo com que que mais confiança e sociabilidade entre os vizinhos não se traduza em menores índices de violência.

No caso de São Paulo, contudo, o processo de “pacificação” das periferias implantado pela hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC) sobre o crime organizado e o fato de o tráfico de drogas ser menos ostensivo na capital paulista, tema que será abordado em mais profundidade na seção seguinte deste capítulo, fez com que esse medo fosse consideravelmente reduzido. Tal fato está presente tanto nos dados quantitativos que colhi, segundo os quais 55% das pessoas em ambos os distritos disseram sequer ter ouvido falar que grupos ou facções criminosas atuavam em seus bairros de residência, quanto nos dados qualitativos. Como me disse Thomás na passagem citada acima, hoje é possível ver “que a galera está na rua, que a galera jogando bola, está fazendo as coisas como pessoas normais.”

Contudo, ainda restava explicar a aparente contradição entre a visão expressa pelos moradores e captada pelos dados quantitativos de que a violência havia aumentado nos últimos anos e a notável redução nos índices de homicídio na cidade e nos bairros periféricos. Atribuir tal paradoxo apenas ao noticiário sensacionalista seria demasiado exagerado, uma vez que ainda que os programas policiais tenham alguma aderência entre as classes populares, estão longe de ser unanimidade entre meus interlocutores. Para explicar tal fato, mostrou-se mais uma vez relevante a combinação dos dados quantitativos com os dados qualitativos.

Nas conversas e entrevistas mais aprofundadas que mantive nos últimos anos, foi ficando cada vez mais claro que meus interlocutores faziam uma diferenciação entre a diminuição da violência no que se refere aos assassinatos e o aumento com relação ao medo de ser vítima de roubos e assaltos, como bem resume Jurandir:

Eu acho que melhorou bastante, aqui a gente passava por cima de cadáver o tempo todo, entendeu? Hoje eu acho que tem mais roubo. Mas tem menos homicídio, menos latrocínio entendeu? Mas hoje tem mais roubo. A semana passada, por exemplo, aqui, o cara assaltou o ponto de ônibus e levou o celular de todo mundo. Semana passada aconteceu isso, durante o dia, seis horas da manhã. Há muito tempo não acontecia isso. Agora tá acontecendo (Jurandir, 47 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Em outras palavras, à medida em que saíam de cena os crimes contra a vida, ampliavam-se os casos de crimes contra o patrimônio. Cenas como a descrita por Karina, de ter que “pular

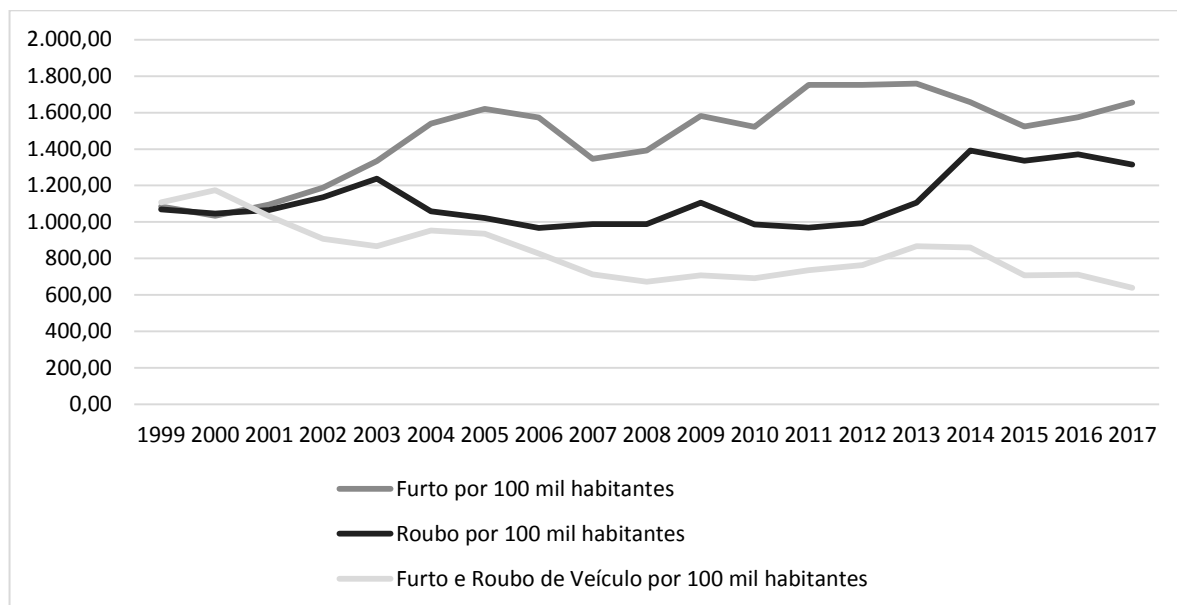
um corpo” para entrar e sair da escola, pessoas andando armadas pela região, assim como tiroteios entre gangues rivais ou entre criminosos e a polícia, ou mesmo ficar sabendo de amigos ou vizinhos próximos que foram assassinados, que eram comuns na adolescência e juventude dessa segunda geração, desapareceram progressivamente ao longo dos anos 2000.

Por outro lado, os roubos e furtos são temas cada vez mais comuns de conversas entre moradores desses bairros. Perdi as contas de quantas vezes me foram relatados ou assisti a conversas entre vizinhos a respeito de alguém conhecido que havia sido assaltado ou que teve a bolsa, a carteira ou o celular furtados nos dias anteriores ou ainda pessoas que dizem descer a rua de suas próprias casas sempre com medo de serem vítimas de ladrões.

Tal sentimento de insegurança não é apenas subjetivo, mas encontra-se refletido nas estatísticas oficiais, como demonstram os gráficos 6, 7 e 8 abaixo. O gráfico 6 apresenta as taxas de furtos, roubos e furtos e roubos de veículos na cidade de São Paulo como um todo desde 1999⁸¹. É possível notar que tanto a taxa de furtos quanto a de roubos apresentam certa estabilidade, com um leve viés de alta ao longo de todo o período, mas com dois períodos de maior crescimento, entre 2001 e 2005 e entre 2007 e 2011, sobretudo no caso dos furtos, em uma tendência inversa ao dos homicídios. Os roubos variam quase sempre entre 1000 e 1200 casos/100 mil habitantes entre 1999 e 2013 e sobem em 2014 para próximos de 1400 casos/100 mil habitantes, patamar em que se mantém desde então. Já os furtos, têm uma trajetória crescente no começo dos anos 2000, variando próximos de 1500 casos por 100 mil habitantes ao longo daquela década. Entre 2011 e 2013 eles voltam a subir para mais de 1700 casos, caindo nos anos seguintes, mas voltando a subir nos dois últimos anos.

⁸¹ A Secretaria de Segurança Pública divulga dados separados com relação ao número de furtos e roubos de veículos e os demais casos de crime contra o patrimônio.

Gráfico 6 - Taxas de furtos, roubos e furtos e roubos de veículos na cidade de São Paulo



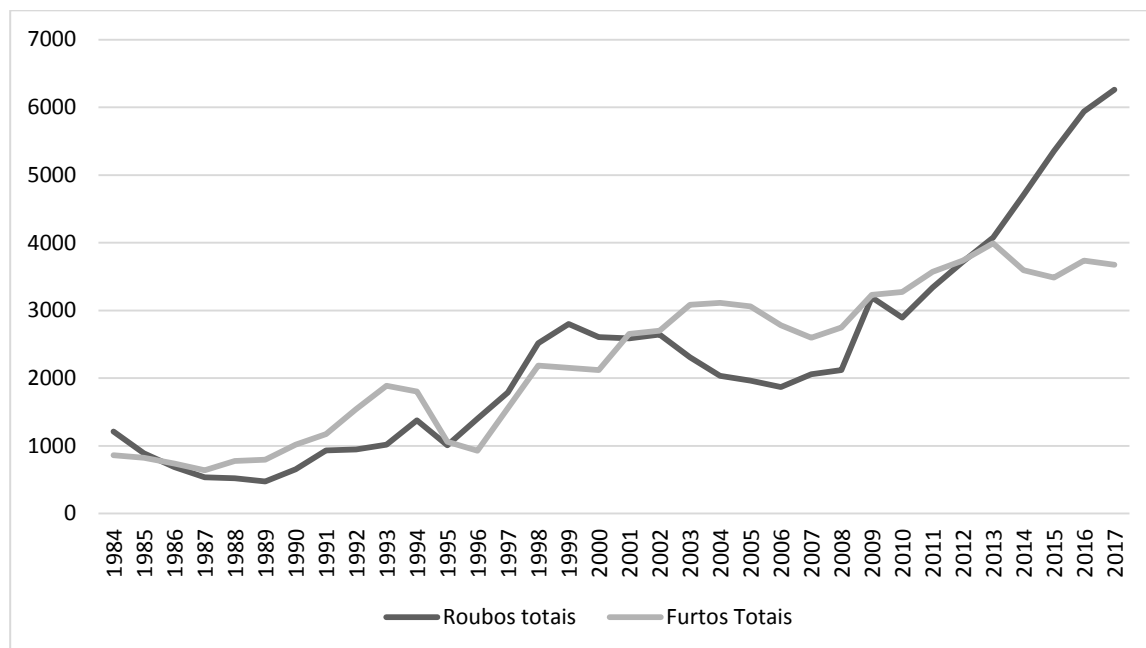
Fonte: Seade/Adesp; SSP/SP

O gráfico 7 apresenta o total de ocorrências de furtos e roubos, incluindo veículos, para a região da Brasilândia e o gráfico 8 para o Jardim Ângela. Optei por separar os dados das duas regiões em dois gráficos distintos para facilitar a observação do movimento geral dos indicadores, posto que a magnitude dos números nas duas regiões variava significativamente e que o objetivo aqui não é comparar o nível da violência entre as duas regiões – o que iria requisitar o estabelecimento de taxas relativas ao tamanho da população de cada uma das regiões⁸² –, mas apenas apontar a trajetória histórica da criminalidade nas periferias da cidade.

Ainda que o aumento das notificações devido, por exemplo, à possibilidade de se fazer o boletim de ocorrência pela internet para alguns crimes possa explicar parte do aumento no registro de crimes contra o patrimônio, a longevidade da série apresentada nos permite notar um claro viés de alta em ambas as regiões ao longo do período analisado. Movimento este que é mais acentuado no Jardim Ângela, sobretudo após 2006, momento em que o PCC já estava relativamente consolidado como principal facção criminosa do estado de São Paulo, e com ainda mais intensidade na década de 2010.

⁸² Ver nota 79 a respeito das questões metodológicas que impedem a construção dessas taxas para cada um dos distritos.

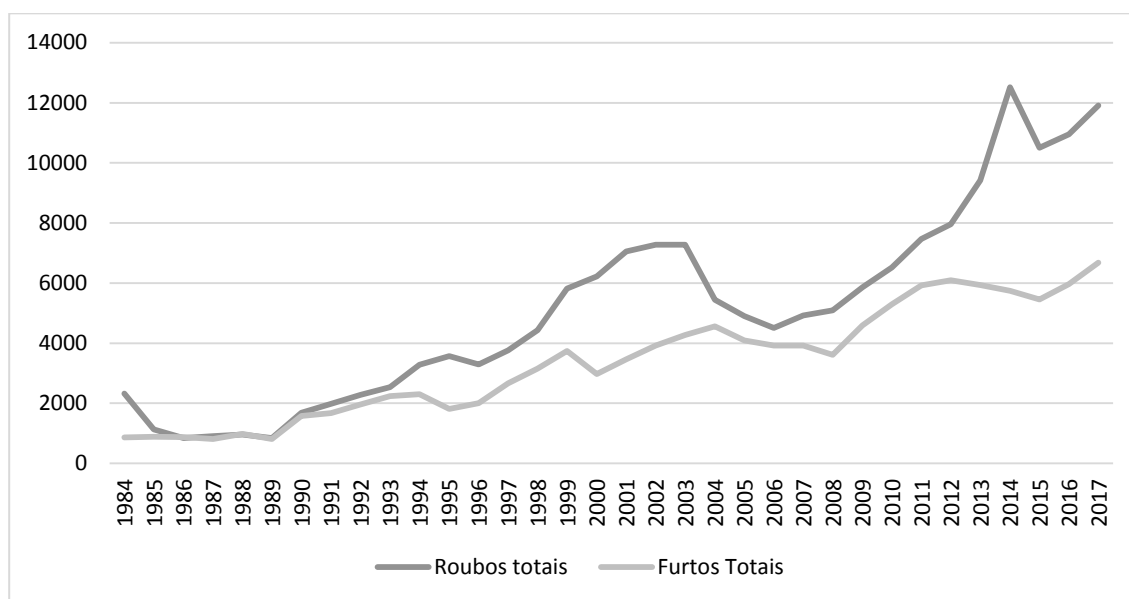
Gráfico 7 – Roubos e furtos totais – Brasilândia (1984 - 2017)



Fonte: Seade/Adesp; SSP/SP

No caso da Brasilândia, o total tanto de roubos quanto de furtos registrados na segunda metade dos anos 1980 raramente ultrapassava os mil casos. A trajetória ascendente desses crimes começa nos anos 1990. Em meados daquela década, os furtos se aproximam dos 2 mil casos. Após uma pequena queda, os registros voltam a subir a partir de 1995 e, em 1999, os roubos já passavam dos 2800 casos. Naquele ano, os furtos foram mais de 2100. Ao longo dos anos 2000 há certa estabilidade, com os roubos variando próximos dos 2 mil casos e os furtos na casa dos 3 mil registros por ano. No fim daquela década, contudo há um novo boom no número de crimes registrado e os roubos passam rapidamente de pouco menos de 2900 casos em 2010 para quase 4 mil em 2013, atingindo um pico de 6259 casos registrados em 2017. No caso dos furtos, também há um movimento de aumento na década mais recente, mas o pico é atingido em 2013 com quase 4 mil casos registrados. A partir de então, há certa estabilidade no número de registros anuais desse tipo de crime entre 3500 e 3700 casos.

Gráfico 8 – Roubos e furtos totais – Jardim Ângela (1984 - 2017)



Fonte: Seade/Adesp; SSP/SP

No Jardim Ângela, como pode ser notado pelo gráfico 8, o crescimento dos crimes contra o patrimônio é ainda mais intenso. Na década de 1980, os casos tampouco atingiam os mil registros anuais. Em 1990, no entanto, tanto roubo quanto furtos já atingiam o patamar de mais de 1500 casos anuais. A partir de então, com exceção de momentos pontuais em que houve uma redução no número de casos registrados – como no período entre 2004 e 2006 e em 2015 – o aumento dos índices é praticamente constante. Um primeiro pico é atingido em 2003, quando foram registrados 7280 roubos na região. Para os casos de furto, esse primeiro pico ocorre em 2004, quando são registrados mais de 4500 casos. Após a mencionada queda, que para os roubos perdura até 2006 e para os furtos até 2008, os casos voltam a subir vertiginosamente. Em 2014, os roubos na região atingem a marca de mais de 12500 casos, caindo em 2015, mas voltando a subir nos anos seguintes. No caso dos furtos, o ano de maior ocorrência foi 2017, com quase 6700 casos registrados.

Desse modo, a permanência da insegurança entre moradores das periferias de São Paulo é compreensível diante do constante aumento dos casos de furtos e roubos em suas regiões. Assim, ainda que o medo de ficar na rua tenha diminuído nos anos recentes comparativamente com a década 1990, a sociabilidade vicinal seguramente segue sendo afetada pelo clima de violência nos bairros e pelas mudanças que os moradores passaram a adotar para se proteger.

Conforme apontam Zaluar e Leal (1998), o aumento da violência nas periferias e favelas do Brasil produziu um crescimento da oposição entre os mundos da casa e da rua, a partir de

uma redefinição da rua como “espaço da violência incontrolada”. Nesse contexto, a imagem da rua passou a ser associada ao mal e ao perigo, em razão da presença de traficantes, ladrões, assaltantes e acabou por produzir “a maior transformação da vida privada nos últimos vinte anos”.

6.2 – As periferias como “lugar de bandido”: a produção da estigmatização territorial

Do ponto de vista externo às periferias esse aumento da criminalidade violenta também produziu importantes efeitos. A representação pública que se passa progressivamente a fazer a respeito dos moradores das periferias, em especial jovens negros, produz uma “multiplicação imaginária do criminoso” na sociedade paulista de maneira geral (FELTRAN, 2011a, p. 186), tanto por parte da dita “opinião pública” quanto por formuladores de políticas públicas na área de segurança. Mais do que os episódios pontuais de extermínio, como nos conhecidos casos de chacinas frequentemente noticiadas, ou na resposta aos ataques do PCC de 2006⁸³, o processo de criminalização de jovens moradores da periferia que possuem traços ou comportamentos “típicos de bandidos”, segue presente nas ações cotidianas das forças policiais e no imaginário de boa parte dos moradores dessas regiões e da cidade de maneira geral, como me descreveu um morador da Freguesia do Ó, distrito vizinho da Brasilândia:

É, pra mim, a culpa é da própria população. Não adianta falar isso, porque existe um estereotipo do infrator. Ele tá com aquela bermuda de “mano”, tá com uma camiseta de “mano”, tá com chinelo de “mano”... Tá com um boné diferente, em dupla, com mochila nas costas, e quer que a polícia chegue nele “cidadão, boa tarde, podemos fazer uma vistoria na sua mochila?”. Isso não existe na periferia. Porque o estereótipo que você vê tanto na imprensa, tanto nas novelas, tanto nos jornais, é de que aquele cara é bandido.... Esse estereótipo [...] faz o policial já olhar pro cara como bandido. Porque não dá pra entender... um puta de um sol do cão, o cara de agasalho com touca na cabeça. Não dá pra entender.

Você vê os polícias 24 horas por dia, eles já sabem que eles são bandidos. “Ah, mas tem uns que não são que estão ali no meio”. Caralho, o que você tá fazendo ali no meio dos bandidos se você não é bandido? Essa é uma visão ortodoxa? Não sei. Eu não sei separar essa visão. Mas quando eu tinha 15, 16 anos, eu saía com um monte de amigos, ia lá pro Largo da Matriz, e vinha fazendo a maior zueira no meio da rua, batendo nos postes, tocando campainha dos outros, mas era só isso. Polícia chegava e passava, a gente saía andando normal, não tinha essa busca pelo estereotipo, entendeu? Não tinha isso. Na medida que evoluiu, criou-se o estereotipo, todo mundo que vestia assim é

⁸³ Em maio de 2006, o Primeiro Comando da Capital perpetrou uma série de ataques contra as forças de segurança pública do estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que eclodiram diversas rebeliões em presídios de todo o estado. A resposta da polícia foi dura e respaldada pela opinião pública de maneira geral. Oficialmente, contabilizou-se 168 homicídios em todo o Estado, sendo 40 de agentes do Estado e 128 mortos pela polícia. Contudo, levantamento feito junto aos Institutos Médicos Legais dão conta de 493 mortos em decorrência de ferimentos por armas de fogo entre os dias 12 e 20 de maio daquele ano. Para mais detalhes a respeito do episódio ver Feltran (2011a, especialmente pp. 174-181).

bandido. E aí, como é que muda isso? (João, 59 anos, Freguesia do Ó, depoimento ao autor, 2016).

Apesar de, em alguma medida, culpar o “estereótipo do bandido” construído na mídia, a fala de João demonstra certo grau de concordância com uma atuação da polícia em busca desse estereótipo e acaba por responsabilizar a própria população ou os próprios jovens que escolhem andar na companhia de “bandidos” ou se portarem como tal. Não por acaso, João é da primeira geração de moradores, quando a separação entre “trabalhadores” e “bandidos” era mais incisiva do ponto de vista moral e identitário, e é morador de um bairro relativamente menos periférico do que a Brasilândia.

As categorias de identificação e partição dos moradores entre aqueles que devem ou não ter seus direitos respeitos passaram por algumas mudanças, no entanto. Conforme observado por Bueno et al. (2016) em estudo a respeito dos Conselhos de Segurança Pública (CONSEG) em São Paulo, a figura do “trabalhador”, cuja identidade perdeu parte de sua força como mencionei acima, vem dando lugar a outra figura que passa a operar como marcador da diferença entre quem tem e não tem “direto a ter direitos”: o “cidadão de bem”⁸⁴.

O elemento comum aos discursos ouvidos em cada CONSEG é a criminalização de determinadas condutas, o que se traduz na exclusão de cidadania de determinados segmentos, uma vez que o tratamento que lhe é dispensado não deveria ser o mesmo que ao cidadão de bem. O cidadão de bem é aquele que merece a cidadania, a política pública, o tratamento educado do policial, o que tem o direito a participar. Aquele que não faz parte desta categoria representa um elemento perigoso que vem de espaços marginais, que polui e contamina (BUENO et al., 2016, p. 153).

Trata-se, portanto, de uma “incriminação preventiva de certos ‘tipos sociais’” (MISSE, 2010), produzida em grande parte pela “integração perversa” entre pobreza e tráfico de drogas (ZALUAR, 2004) e, no caso em questão, também pela segregação residencial. Esse processo criminaliza não apenas sujeitos “envolvidos com o mundo do crime”, conforme termo nativo, mas todos aqueles que apresentam características tidas como “típicas de bando”, que vão desde a cor da pele a preferências em termos de *estilo de vida*⁸⁵, tais como as resumidas por João

⁸⁴ A categoria “cidadão de bem” não me parece tão disseminada entre todos os moradores das periferias, como as categorias “trabalhador”, “bandido” ou “vagabundo”, mas têm certa relevância em alguns contextos e situações específicas, como nos debates do CONSEG e entre pessoas mais velhas, como pude notar ao longo da pesquisa.

⁸⁵ Uso a ideia de estilo de vida tal como definido por Zaluar e Leal (1998). Segundo as autoras, trata-se de um conceito usado para substituir conceitos mais amplos como o de cultura ou mesmo o de modo de vida, por conta da rapidez com que identidades e práticas sociais são modificadas contemporaneamente. Refere-se, portanto, a “incorporações rápidas e efêmeras da moda em vestuário, música, arte, linguajar e outros comportamentos” que embora em relação com uma perspectiva mais holística da religião ou da cultura de um grupo social, não podem ser totalmente interpretados nesse âmbito

acima: usar “bermuda de ‘mano’”, “camiseta de ‘mano’”, “chinelo de ‘mano’”, “boné diferente”, estar “em dupla”, “com mochila nas costas”. Uma caracterização genérica o bastante para englobar praticamente qualquer homem não-branco com menos de 30 anos que transite pelas periferias da cidade. Trata-se de um processo antigo e já tratado por diversos estudiosos do tema, mas que se expande na medida em que a violência urbana aumenta e, com ela, cresce a sensação de insegurança na cidade. Afinal, esses jovens “têm seus territórios de moradia inscritos em seus modos de se vestir, de conversar, e também nos conteúdos que enunciam”, além de estarem inscritos em seus corpos (FELTRAN, 2011b, p. 357).

A naturalização da imagem dos indivíduos fora-da-lei exige uma forma concreta de identificá-los. É possível, então, encontrar formas de identificar publicamente os “trabalhadores” e os “bandidos”. É então que aparecem os critérios sensoriais de identificação: os “bandidos” têm cor de pele escura, vestem-se e falam de maneiras próprias, têm modos de se portar e idade específica, enfim, quase sempre identificam-se com os “jovens das periferias”. Identificados socialmente os “bandidos”, a partir de critérios diacríticos, a ação pública concreta de repressão vai dirigir-se a eles (Feltran, 2007, p. 35).

Assim, produzem-se códigos e linguagens que também são demarcados socialmente como “pertencentes” ou “originários” do “mundo do crime” e, “quando utilizados em contextos sociais inadequados, podem estigmatizar quem os veicula” (MISSE, 2010, p. 31)⁸⁶.

Dessa forma, apesar da enorme diversidade e heterogeneidade social que marca cada vez mais as periferias de São Paulo, é a franja mais pobre das periferias da cidade que vai aparecer como a típica habitante desses territórios (FELTRAN, 2011a). Com isso, a diferenciação entre “trabalhadores” e “bandidos”, que foi base da construção de identidades internas nas periferias urbanas como apresentado acima e bem descrito por Zaluar (2000), passou a servir como marco que legitima e delimita externamente o acesso ao “direito a ter direitos” (FELTRAN, 2007; 2011a).

Em um contexto de extrema desigualdade, como é o caso brasileiro, e de baixo contato social entre as diferentes classes sociais, esses códigos tendem a se generalizar para grupos com contato mais ou menos imediato e até mesmo a segmentos mais abrangentes das classes populares. Assim, esse processo de estigmatização se “territorializa”, ganhando contornos espaciais e atingindo a todos de quem se “espera” determinado comportamento em certas

⁸⁶ Misse cunha o conceito de “sujeição criminal”, contudo, creio que a ideia de “estigmatização territorial”, ainda que tratem de processos semelhantes, se adequa melhor ao processo que estou procurando descrever, uma vez que dialoga mais diretamente do conceito originalmente cunhado por Goffman e traz consigo a importância da questão territorial. Para uma interessante crítica dessa reformulação conceitual feita por Misse ver Zaluar (2014).

regiões do tecido urbano. Nas operações policiais mais ostensivas, amigos, vizinhos e familiares dos que praticam atos ilícitos passam a contar entre os “bandidos” (FELTRAN, 2007).

Ainda que quem mora em São Paulo, e mais ainda em regiões não centrais, consiga diferenciar com certa facilidade as múltiplas localidades que formam cada periferia ou cada bairro da periferia, na figuração pública, “a periferia” tende a aparecer de forma genérica sendo associada, com frequência, a um “lugar de bandido”.

Dessa maneira, essa sobrevalorização pública da parcela periférica envolvida com o crime gera um processo semelhante ao que Wacquant (2007) denomina de *estigmatização territorial*⁸⁷. Na leitura de Wacquant, o estigma territorial se aproximaria das marcas de “raça, nação e religião” que Goffman (1963) apontou em seu clássico estudo sobre o *estigma*, uma vez que pode ser transmitido por meio de linhagem e contaminar igualmente todos os membros de uma família.

Link e Phelan (2001) apontam para a existência de cinco componentes que se conjugam no marco de uma relação de poder a fim de demarcar o processo de estigmatização: a marcação e a rotulagem de um determinado grupo social – no nosso caso concreto, os moradores mais jovens das periferias; a conexão das pessoas rotuladas com características indesejáveis a partir de crenças culturais dominantes – os “vagabundos” ou os “bandidos”; a separação, ainda que no plano imaginário, entre “nós” e “eles”, ou seja, a distinção entre um grupo que apresenta essas características negativas e outro grupo tido como “normal”; a perda de status social, com consequentes desvantagens em diversas áreas da esfera social mais ampliada e a discriminação que pode ser tanto individual quanto estrutural.

Desse modo, para estigmatizar é preciso um processo de rotulagem que eleja certas características para identificar o todo com esses traços, que são associados, então, com atributos negativos, produzindo uma separação imaginária ou real entre “nós” e “eles” de modo que lhes acarrete uma perda de status social e uma discriminação com múltiplas manifestações (KESSLER, 2012).

Essa estigmatização não apenas de sujeitos, mas de grandes áreas do território urbano, confere às autoridades o poder de tomar “medidas especiais” (WACQUANT, 2007), que vão do uso abusivo da força pelos agentes da segurança pública e podem, no limite, chegar ao assassinato daqueles que se enquadram em tal designação.

⁸⁷ Cumpre esclarecer que não se trata aqui de aproximar a realidade do gueto americano das periferias urbanas brasileiras, uma vez que tanto em termos de mistura étnico-raciais quanto em termos de nível de segregação urbana há claras diferenças entre as duas realidades. Dessa forma, tomo emprestado o conceito de Wacquant apenas por entender que o processo específico de estigmatização de uma população residente em certas regiões da cidade guarda semelhanças relevantes com o que ele descreve para os casos estadunidense e francês.

Inúmeros jovens me relataram abusos ou humilhações cometidas contra si ou amigos próximos por policiais em suas regiões, desde casos de batidas policiais, que em São Paulo são conhecidas como “enquadro”, até casos de pessoas que disseram ter tido amigos próximos assassinados em chacinas cometidas por policiais.

Com isso, a visão que os moradores, em especial jovens, desenvolvem a respeito da polícia é essencialmente negativa, como revelam variados depoimentos que colhi ao longo da pesquisa:

Eu sempre vejo a polícia como inimiga, nunca vi a policia como aliado. Talvez eu tivesse visto quando era pequeno, com os meus 8, 9 anos, porque você vê o policial e acha que é um super-herói, mas depois que você começa a ver certas coisas... eu já tomei alguns enquadros na vida e sei como é o tratamento. [...] De você ser desrespeitado. O cara vai te enquadrar, coloca a arma na tua cabeça e o cara te humilha. Teve até uma situação que eu estava indo trabalhar, eu trabalhava em Santo Amaro, fazia bico. Eu estava com uma sacola com a marmita dentro, e uma peça de roupa dentro. O cara me fez jogar tudo no chão, jogou minha marmita fora. A roupa tudo bem, eu lavei, mas eu perdi até meu almoço. E tem varias situações assim, de amigo meu que foi humilhado no quadro... é essa questão da policia militar, ela é muito polemica. Tem gente que vê como aliado, porque vai prender o bandido que te assaltou, mas eu acho que esta questão de segurança pública vai muito mais além. Sabe, um lugar que não tem acesso a educação, moradia de qualidade vai gerar criminalidade mesmo. Não adianta colocar a polícia lá pra combater o bandido, porque ele vai acaba combatendo você também, que está indo trabalhar, fazer suas coisas. Você que não está dentro do crime organizado, vai ser afetado por isso também. (Thomás, 27 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

A questão da policia é muito louca, porque policial dentro da periferia ele é periférico também. É muito diferente do policial da Paulista. Até o tratamento. Policial da periferia ele é da periferia. Então a gente tem que saber disso. [...] A questão da policia dentro da periferia é que, primeiro, o policial realmente acha que tá protegendo a sociedade fazendo isso. Ele é psicologicamente preparado, militarmente treinado, e ele, na mente dele, ou na maioria deles, eles estão defendendo a sociedade batendo em manifestante. Eles tão defendendo a sociedade invadindo a favela e matando milhares de Amarildos que tem por aí, eles realmente acham que tão defendendo a sociedade fazendo uma chacina. E isso é muito discutível, aí a gente de novo começa a discutir a desmilitarização da policia, por que que a policia é treinada pra ser agressiva? Por que a policia é treinada pra matar? Por que a gente tem um policia corrupta? Por que a gente tem a policia que mais mata no mundo? Por quê? É simples, porque a policia ela não é treinada pra defender a sociedade, de modo geral. Ela é treinada pra defender o patrimônio privado! Ela é treinada pra defender o grande burguês. (Murilo, 18 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Wacquant chama atenção, ainda, para outra consequência relevante deste processo de *estigmatização territorial*, que estaria relacionado ao que ele chama de “dissolução do lugar”, isto é, a perda de um espaço de referência, humanizado, culturalmente familiar e socialmente filtrado no qual os sujeitos se identifiquem e se sintam “em casa” e em relativa segurança, a partir do qual poderiam se organizar social e politicamente, como ocorrera nas décadas de 1970 e 1980. De locais de acolhimento e identificação, onde era possível construir laços fortes e

buscar apoio para a difícil vivência na realidade urbana, essas áreas se transformam em espaços indiferentes de mera sobrevivência e competição implacável⁸⁸.

Essa mudança está refletida em diversas expressões que ouvi de moradores dessa segunda geração e que reclamam que “o pessoal é bem individualista” ou que “os vizinhos são muito fechados” e dizem que “cada um vive a sua vida” e por isso “não confio nos vizinhos”. Outros moradores, chegam a dizer que hoje em dia, ao contrário do que ocorria no tempo de seus pais, os vizinhos se tornaram “inimigos” e deixaram de prestar favores uns aos outros.

Pode haver certa dose de exagero nessas falas, mas o fato concreto é que se operou uma mudança progressiva nas relações pessoais, na visão dos próprios moradores, a partir do aumento da criminalidade em seus bairros. Com isso, passa a prevalecer, cada vez mais, a tendência ao retiro individual para a esfera doméstica juntamente com o aumento da sensação de vulnerabilidade que advém da busca da segurança e do enfraquecimento das coletividades sociais⁸⁹. Desse modo, o medo de ser vítima da violência e a estigmatização das periferias afetam de forma profunda o processo de sociabilidade local e a própria relação que os moradores desenvolvem com seus bairros.

Assim, em uma realidade em que as fronteiras entre o legal e o ilegal, estão cada vez mais turvas (TELLES, 2009; 2012; TELLES & HIRATA, 2007), a distinção entre “trabalhadores” e “bandidos” ou entre “cidadãos de bem” e “bandidos” mostram-se cada vez mais relevantes – e por vezes arbitrarias – do ponto de vista dos agentes garantidores da lei e da ordem, e mesmo entre moradores locais, para demarcar as fronteiras do acesso ao mundo dos direitos. Se a cidadania antes era delimitada pelo acesso à carteira de trabalho e ao emprego formal, agora ela parece depender de condutas e comportamentos típicas do “cidadão de bem”. Condutas essas que são abstratas e flutuantes o bastante para excluir dessa condição parcela considerável dos moradores das periferias paulistanas.

O enfoque que pretendo dar aqui, contudo, não está preocupado com analisar a “gestão diferencial dos ilegalismos” (FOUCAULT, 2006; TELLES, 2012) no território urbano, ou seja, não pretendo me debruçar sobre as práticas estatais de regulação de mercados lícitos e ilícitos, mas sobre as disputas, no seio da sociedade, por prática e formas mais ou menos hegemônicas

⁸⁸ Há, ainda, outros elementos que vêm implicado com esse processo de estigmatização e que acabam por reforçar desigualdades estruturais junto aos moradores das periferias como preconceitos no momento de conseguir trabalho ou a precariedade de alguns serviços públicos, como me foi relatado por alguns interlocutores.

⁸⁹ Há que destacar que a deterioração das relações pessoais não são necessariamente uma regra, como destaca Jorgensen (2010 *apud* Kessler, 2012). O próprio caso do Jardim Ângela em que o aumento da violência serviu como estímulo para a organização da população local e para a ampliação de serviços comunitários é um exemplo disso, como será apontado no capítulo 7. De todo modo, para parcela expressiva da população das periferias, as relações sociais têm se tornado menos frequentes em grande medida devido ao medo da criminalidade.

de vida. Em outros termos, não se trata, aqui, de olhar para o Estado a partir de suas margens, conforme Das e Poole (2004), mas para as margens em si a fim de compreender como as disputas por hegemonia moral operam nesses locais.

Desse modo, se é fato que o Estado opera como produtor de algumas subjetividades e é parte fundamental dos processos que se passam nas periferias, faz-se necessário, também, compreender como os próprios sujeitos interpretam e dão novos significados aos papéis a eles atribuídos. Com isso, ganha relevância as operações que os sujeitos realizam para criticar práticas e ações alheias e para justificar suas próprias condutas (BOLTANSKI, 2015).

Além disso, como frisado acima, o processo de aumento da criminalidade e *estigmatização territorial* das periferias urbanas traz diversas consequências para o modo de vida dos moradores dessas regiões. Além do medo de ser assaltado ou até mesmo morto por um “bandido” ou de ser humilhado pela polícia, há a perda do bairro como espaço de referência para a organização da vida social das pessoas com a redução dos espaços de sociabilidade e convívio entre os vizinhos. Dessa maneira, o crescimento da criminalidade violenta ao longo das últimas décadas e a resposta estigmatizante do Estado produzem uma *situação crítica*, para a qual respostas distintas de “trabalhadores” e do “mundo do crime” serão mobilizadas.

Assim, se nos capítulos anteriores procurei analisar o processo de construção do que chamei de “sujeitos políticos”, trata-se agora de analisar como o processo de estigmatização dos moradores das periferias e o próprio fortalecimento do “mundo do crime” nas periferias urbanas produz subjetividades não tão virtuosas do ponto de vista da sociabilidade, civilidade e cidadania urbana.

6.3 – A expansão do mundo do crime e a consolidação do PCC como ator em disputa pela hegemonia nas periferias

Uma vez exposto o movimento histórico de aumento da criminalidade na cidade de São Paulo e nos bairros periféricos pesquisados e do que estou chamado de *estigmatização territorial* das periferias, é preciso agora olhar para o outro lado desse processo. Um dos pressupostos dessa pesquisa, exposto da introdução da tese, é que todos os sujeitos são dotados de capacidade crítica e, uma vez colocado em uma situação em que são alvos de uma crítica por parte de outros sujeitos, ou que supõem que terão suas condutas criticadas, sentem necessidade de se justificar (BOLTANSKI, 2015; BOLTHANSKI & THÉVENOT, 1999).

Desse modo, uma primeira questão que deve ser posta diz respeito à forma como os sujeitos que são alvo preferencial das políticas repressoras do Estado, isto é, os “bandidos”, e

de críticas de toda a sociedade por suas condutas criminais constroem respostas a essa situação e, a partir delas, moldam suas subjetividades e garantem a prevalência de seu domínio local.

Uma possibilidade, aventada por Misse (2010), é que esses sujeitos assumam explicitamente uma identidade de “mau”, buscando se impor pelo medo e pelo uso ostensivo da força bruta como recurso para o estabelecimento de sua autoridade. Tratar-se-ia, nesse caso, de adotar uma postura de autoenclausuramento moral dos sujeitos no qual os julgamentos da sociedade que os cerca teriam importância secundária ou seriam incorporados em uma subjetividade vista de forma negativa pelos demais sujeitos que os rodeiam.

De outro lado, Zaluar (2000; 2013; 2014; ZALUAR & LEAL, 1998; ZALUAR & RIBEIRO, 2009) identifica com precisão a sobrevalorização de uma identidade hipermasculinizada, muito forte historicamente entre as classes populares, como forma que os envolvidos no mundo do crime encontram para se impor entre os que os cercam e garantir o domínio local em determinados contextos. Nessa chave, além do uso da força física sempre que necessário, temas valorizados localmente como o consumo ostentatório, a promoção de festas, a exibição de artigos luxuosos e a assistência a amigos, vizinhos e parentes por parte de traficantes ou outros criminosos teriam o objetivo de impressionar os que os cercam e, com isso, garantir a legitimidade para suas práticas e para sua posição social dentro desse círculo mais restrito.

Entretanto, ainda que seja inquestionável a grande valorização de um “etos guerreiro”, conforme Zaluar denomina, tipicamente associado à performance masculina entre “bandidos” e que o consumo ostentatório de alguns bens, bem como a promoção de favores nas periferias por parte do “mundo do crime”, seja fonte de busca pela legitimidade social dos sujeitos que praticam delitos, como abordarei a seguir, parece-me que, em São Paulo, as estratégias de legitimação e justificação daqueles que estão envolvidos com o “mundo do crime” tornou-se mais complexa, sobretudo nas duas últimas décadas.

Para descrever essa dinâmica, Feltran cunhou o termo “expansão do mundo do crime” (2007; 2011a; 2011b) que apresenta efeitos especialmente marcantes para os membros dessa segunda geração. A ideia que o autor advoga por meio dessa expressão se refere não tanto ao aumento de suas atividades ilegais ou ações criminais, mas principalmente a constituição do “mundo do crime” como um ator que passa disputar “corações e mentes” de jovens moradores das periferias, além de oferecer a eles uma alternativa de vida, econômica, moral e política em um processo de disputa de legitimidade com outras instituições como o Estado, os movimentos sociais, a religião e o “mundo do trabalho” (FELTRAN, 2014).

Esses “mundos” serão entendidos aqui como espaços onde se forjam quadros de referências gramaticais a partir dos quais se torna possível guiar as condutas e justificar as ações dos sujeitos. Tais quadros de referência se valem de princípios mais gerais, aquilo que Boltanski e Thévenot denominam de *cit *, isto é, uma “gramática moral que permite aos atores fundamentarem seus acordos sociais e submetê-los   crítica” (CAMPOS, 2016, p. 723), mas também de normas e valores situacionais ou construídos historicamente dentro das configura es estabelecidas pelas próprias classes populares e partilhados localmente.

Pensar a “expansão do mundo do crime” significa, então, pensar na constru o de um regime próprio de justifica o entre os que estão “envolvidos no mundo do crime”, baseado em códigos e normas minimamente compartilhados pela sociedade ou pelo menos por aqueles que participam das configura es sociais locais, mas significa também que esse regime busca ampliar seu alcance, disputando a legitimidade moral com outras esferas de referência nas quais se baseiam as classe populares para justificar seus atos. A legalidade dos atos, ainda que sirva como um referencial mais formal para o enquadramento dos atos⁹⁰, torna-se secundária quando se trata de justificar os atos criminosos.

Dessa forma, mais do que constituir-se como um dispositivo biopolítico que busca regular a vida das pessoas no territórios sob seu domínio, como leituras foucaultianas tendem a interpretar tanto o Estado como as organiza es criminosas, procurarei realizar aqui uma leitura de cunho gramsciano e pragmatista, na qual entendo que o “mundo do crime” buscou, nos últimos anos, estabelecer uma disputa por hegemonia, ao menos do ponto de vista dos regimes de justifica o, nos bairros periféricos de São Paulo, com o intuito de tornar suas práticas menos criticáveis na esfera local, a fim de conquistar se não o apoio, ao menos certo grau de condescendência por parte de seus vizinhos e colegas⁹¹. Conforme Boltanski e Thévenot argumentam, uma crítica ou uma justifica o podem ser consideradas legítimas em uma situa o concreta quando aquele que a enuncia pode sustentar seu ponto independentemente das características sociais de um recém-chegado naquele contexto. “O

⁹⁰ é comum que os próprios criminosos se refiram a seus atos pelo número do artigo do código penal que define aquele ato, mostrando um apurado conhecimento a respeito da ilegalidade de seus atos e das puni es a que estão sujeitos. Conversando com Kadu, um traficante do Jardim Ângela que será apresentado a seguir, lhe perguntei quais crimes, além do tráfico de drogas, ele já tinha cometido e sua resposta foi: “Roubei carro, 155, e já fiz já 157 já, mas foi tranquilo, não aconteceu nada...”, fazendo referência aos crimes de roubo e furto, conforme definidos nos artigos 155 e 157 do Código Penal. A referência   ilegalidade dos atos, contudo, não é utilizado por eles quando se trata de justificá-los.

⁹¹ Nesta se o analisarei apenas as estratégias práticas e discursivas do “mundo do crime” deixando para a próxima se o a análise mais aprofundada das rela es e das visões dos “trabalhadores” a respeito do “mundo do crime” e de seus integrantes.

efeito da restrição de legitimidade é, portanto, iniciar um processo de generalização” (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1999, P. 364).

Não se trata de defender que haja um projeto político de maior envergadura por parte do “mundo do crime” e de suas organizações no sentido de alterar os valores morais da sociedade, mas de compreender que o controle que facções criminosas buscam estabelecer sobre esses territórios não repousa em uma dominação *apenas* fundamentada na força física, por meio de armas ostensivamente expostas ou usadas com frequência, como é comum ouvirmos relatos sobre o domínio nos morros cariocas. Ainda que pesados armamentos como pistolas, fuzis e até mesmo granadas ou outros explosivos estejam presentes nas periferias e estas armas sejam o fundamento principal de autoridade, usadas para executar as sentenças dos “debates”⁹² promovidos pelo PCC com o objetivo de punir os que não seguem a “lei do crime”, ela não são exibidas publicamente, sendo utilizadas apenas nessas situações-limite ou para “corres”⁹³ específicos, como roubos e assaltos.

No dia-a-dia das periferias, contudo, esses grupos tendem a se utilizar de outras práticas menos coercitivas e de formulações discursivas que buscam consolidar o “mundo do crime” como polo em torno do qual as relações sociais gravitam e encontram fonte de legitimação social. Essas práticas variam desde a construção de uma narrativa que aproxima as condições de vida de todos que habitam as periferias, passa pela adoção de determinadas normas de comportamento e pela garantia da “paz” nas “quebradas” e chegam à oferta de ajuda material aos que necessitam e de “proteção” e “justiça” aos que a reivindicam. Assim, o “mundo do crime” têm procurado combinar coerção e consentimento como forma de se fortalecer e se legitimar nas periferias de São Paulo.

Esse processo de “expansão” e disputa pela hegemonia junto aos moradores das periferias deve-se, em grande parte, à consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) como principal facção criminosa do estado de São Paulo, o que reduziu consideravelmente os conflitos entre pequenas facções locais, bem como os casos de enfrentamento entre “bandidos” e forças policiais, como abordarei a seguir.

Desse modo, o “mundo do crime” procurou oferecer sua própria resposta à *situação crítica* estabelecida pela *estigmatização* das periferias. Na brecha da crise de legitimidade aberta pelo Estado, incapaz de oferecer a inclusão política e social prometida pela redemocratização do país, pelo mercado, incapaz de incluir economicamente um vasta parcela

⁹² “Debates” é como são chamados os julgamentos promovidos pelos próprios criminosos, a partir de consultas a membros do PCC que estão dentro das prisões. Para mais detalhes ver Feltran (2010).

⁹³ “Corre” ou “fita” é como são chamados os roubos, assaltos ou outros atos criminosos de maior monta.

da população periférica e na esteira da fragmentação das relações sociais e do recrudescimento do individualismo, o “mundo do crime” surge, ao longo dos anos 1990 e 2000, como ator capaz de confrontar moralmente essas instâncias tradicionalmente socializadoras dos moradores das periferias urbanas (FELTRAN, 2011; 2014).

6.3.1 – O aumento da convivência entre “trabalhadores” e “bandidos” e a busca pela justificção

Com esse processo de “expansão do mundo do crime”, a realidade dos “trabalhadores” das periferias paulistanas dessa segunda geração em diante foi deixando de ser aquela da oposição moral radical com relação aos “bandidos”. É raro encontrar pessoas com menos de 40 anos de idade que não tenham tido colegas de escola, vizinhos ou parentes envolvidos com o crime. É o caso de Douglas, de 31 anos, vigilante, morador do Jardim Ângela. Ainda que não tenha se envolvido mais diretamente com a “vida do crime”, ele afirma que “todos meus amigos foram pra criminalidade” inclusive seu irmão, que chegou a ficar preso em um Centro de Detenção Provisória (CDP) e sofreu um acidente de moto em uma tentativa de fuga após um assalto.

Além disso, Douglas me contou que já trocou alguns favores com traficantes da sua região, como ajudar a descarregar cargas de drogas em troca de uma pequena quantidade para seu uso pessoal ou aproveitar-se do fato de trabalhar em uma região central da cidade para repassar alguma “encomenda” para os “playboys” da região onde trabalha e, com isso, ganhar algum dinheiro extra. Apesar disso, ele frisa que não chegou a se “envolver com a vida do crime”, apenas com o “mundo das drogas”.

Mesmo tendo saído da casa da mãe e hoje morar com a esposa, um filho e um enteado, Douglas ainda conserva amigos que seguem envolvidos em atividades criminais. Foi ele quem me apresentou Kadu, gerente da “biqueira”⁹⁴ que fica no fim da rua sem saída onde está a casa de sua mãe e onde ele morava antes de se casar.

Kadu tem 22 anos e está “no corre”, como ele mesmo define, desde os 16. Já praticou furtos e roubos, mas hoje prefere concentrar sua atividade na venda de drogas, por ser menos arriscado e mais lucrativo, chegando a tirar cerca de 1500 a 1600 reais por semana, o mesmo ou até mais que seus amigos ganham em um mês de trabalho.

⁹⁴ Biqueira é como são conhecidos os pontos de venda de drogas em São Paulo, mais recentemente tem-se usado também a denominação “lojinha”.

Quando conversei com Kadu ele estava junto com Douglas e um outro amigo do bairro, Michel, de 26 anos que naquele momento fazia bicos como pintor de paredes e ganhava no mês cerca de 1200 reais. Os três guardam certa cumplicidade reforçando a percepção de uma convivência relativamente amistosa entre “trabalhadores” e “bandidos” nos tempos atuais.

Eles [Douglas e Michel] conhecem os moleque tudo do movimento. Desde pequeno nós jogava bola juntos. Mas aí chegou um certo ponto da vida né, que cada um sabe o caminho que escolheu. Mas nem por isso nós se prevalece, tá ligado? Nós até ajuda, se precisar. (Kadu, 22 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

A fala de Kadu já estabelece um primeiro ponto de busca pela legitimidade do “mundo do crime”. “Bandidos” não têm a pretensão de “se prevalecer” sobre “trabalhadores”, mas sim de se aproximar e manter uma convivência pacífica entre si. “Tem o cara que entra pra vida do crime e vira as costas pros cara, né? Eu não, trato os caras aqui, ó, do mesmo jeito”, me disse Kadu.

A convivência mais próxima entre essas pessoas, em outros tempos opostos do ponto de vista identitário, é parte fundamental da necessidade de justificação por parte dos envolvidos no “mundo do crime”. Esboço, a seguir, algumas dessas estratégias e práticas discursivas que pude identificar em minha pesquisa de campo como forma justificar e legitimar as atividades criminosas nas periferias.

6.3.2 – “A quebrada aqui é a mesma”: a vida loka e a aproximação das realidades de “trabalhadores” e “bandidos”

Como exposto acima, Kadu faz questão de ressaltar que não se considera superior a seus amigos por estar no “mundo do crime”: “nós não se prevalece”, isto é, não nos colocamos em uma posição hierarquicamente superior e de domínio físico. Afinal, como lembrou Michel, durante nossa conversa, “a quebrada aqui é a mesma. Tudo que ele [Kadu] passa na quebrada aí, eu passo. A diferença é que eu trabalho e tenho um salário no mês.” O fato de “a quebrada ser a mesma” é um elemento essencial nesse processo de luta pela legitimação por parte do “mundo do crime”. Como afirma Magnani,

reconhecer alguém como da mesma “quebrada” significa localizá-lo numa rede bem concreta de pertencimentos e, ao mesmo tempo, como participante de uma condição geral de vida, marcado, sim, pela violência, mas também pela coragem e por uma determinada estética (MAGNANI, 2006, p. 39).

O fato de “trabalhadores” e “bandidos” se reconhecerem como originários da mesma “quebrada” remete, por um lado “ao risco, à violência e à carência, mas também ao sentimento

de pertencimento e às relações de solidariedade e companheirismo”. Desse modo, trata-se de uma categoria nativa que alude não apenas aos problemas de suas regiões, mas também “à força e à coragem daqueles que dela fazem parte.” (BARBOSA, 2010, p. 156). Desse modo, a “quebrada” parece cumprir, para essa segunda geração – e também para a terceira –, papel semelhante ao que a categoria “pedaço” cumpria para a primeira, apontando para uma “rede de relações particularizadas”, mas também para uma universalização da experiência daqueles que vivem nas periferias (BARBOSA, 2010, p. 157).

Desse modo, mais do que conviver no mesmo espaço ou fazer atividades em comum e até nutrirem relações de amizade ou coleguismo, promove-se uma operação retórica que busca aproximar as dificuldades da vida cotidiana enfrentadas tanto por “trabalhadores” quanto por “bandidos”. A identificação dos moradores com seu “pedaço” é um processo antigo e já descrito por antropólogos desde a década de 1980 (MAGNANI, 2003; ZALUAR, 2000) e retratada na Parte II desta tese. Além disso, a vizinhança é, há tempos, o foco das ações políticas e sociais dos moradores das favelas e periferias (ZALUAR, 2000). Contudo, o que parece estar aumentando nos últimos anos é uma reconstrução, ainda que retórica, de um espírito de solidariedade pelo sofrimento e opressão a que estão sujeitos todos que habitam essas regiões. Com isso, a alcunha de “otário”, utilizada em alguns contextos para se referir aos trabalhadores que “trabalhavam cada vez mais e ganhavam cada vez menos (ZALUAR, 2000), vai se convertendo em rótulos que aproximam e se solidarizam como “sofredor” ou “oprimido”.

“Trabalhadores” e “bandidos” compartilham os dramas da “quebrada” com alguns agravantes, como diz Kadu, “o pessoal que trabalha, sofre pra caralho... Não tem um transporte da hora, não tem uma condução da hora” e acabam perdendo horas por dia na locomoção até o trabalho. De todo modo, o que mais une os jovens da periferia atualmente é a oposição à repressão que sofrem por parte das forças policiais e do Estado de maneira geral.

Cê acha que [a polícia] trata bem eles [apontando para seus amigos]? Trata não, filho, trata não. A polícia não trata ninguém bem na favela, nem a senhorinha, tá ligado? Governo? Só aparece aqui os Deputado, esses cara, quando é eleição. Porque no bairro de rico eles não vai, mas na favela eles vêm. Faz uns churrasco ai às vezes pro pessoal votar, tá ligado? Mas depois disso... (Kadu, Jardim Ângela).

Dessa realidade compartilhada emerge outra categoria nativa: a “vida loka”, que procura representar o drama cotidiano das vidas precárias, incertas, sempre no limiar entre a vida e a morte (Hirata, 2010). Em outras palavras, trata-se de “uma noção capaz de unificar a diversidade de experiências dos jovens, demarcando o campo da comunicação e ação cotidiana entre eles” e que “baliza as interpretações sobre a vida” (MALVASI, 2012, p. 148).

Assim, é comum que haja uma aproximação retórica entre as agruras pelas quais passam cotidianamente aqueles que estão ou não envolvidos no “mundo do crime”, uma vez que compartilham a falta de estrutura e de oportunidades das periferias e estão sujeitos às consequências da estigmatização de seus territórios.

6.3.3 – A apropriação do léxico dos trabalhadores

Uma segunda estratégia adotada pelo “mundo do crime” para se legitimar nas periferias de São Paulo e que está em estreita relação com essa aproximação das realidades entre quem está dentro e fora da “vida do crime” pode ser notada na apropriação pelo “mundo do crime” de categorias vindas de outras esferas de justificação, como o mundo do trabalho, da política, da família e da religião.

Além de se autodenominarem um “movimento”⁹⁵, o PCC muitas vezes é tratado como “o Partido”, revelando a aproximação com o mundo da política. O “gerente” da biqueira ou da “lojinha”, como é o caso de Kadu, se subordina ao “patrão”, como são tratados os chefes locais do crime, apontando para o caráter econômica da “firma”. Além disso, aqueles que são “batizados”⁹⁶ pelo PCC são chamados “irmãos” – em uma aproximação com a questão familiar, tão importante para a formação ética dos “trabalhadores” como visto anteriormente – e aqueles que apenas atuam no crime e agem dentro da “lei do crime”, mas não são membros do “Partido”, como é o caso de Kadu, são “companheiros” ou “primos”, em mais uma associação com a política e com a família.

Neste aspecto, é interessante notar uma importante diferença entre a forma como o tráfico se organiza em São Paulo e no Rio de Janeiro, observada por Grillo e Hirata (2017). Enquanto em terras cariocas temos a figura do “dono do morro”, que denota certa noção de domínio territorial, em São Paulo, temos uma lógica muito mais empresarial em que o “patrão” detém poder sobre os pontos de venda de drogas, mas não sobre o território em que eles se situam. “O ‘patrão’ paulista é certamente uma pessoa importante em qualquer bairro das periferias, mas é apenas ‘patrão’, no sentido da relação de contratação que estabelece com seus funcionários” (HIRATA & GRILLO, 2017, p.81).

⁹⁵ “Movimento” no Rio designa o varejo local de drogas. No caso de São Paulo, porém, estar “no movimento” significa estar em “sintonia” com o Comando, ou seja, seguir suas “ideias” e princípios (Biondi, 2014), independentemente de possuir ou não ligações com o tráfico ou mesmo de “estar no corre”, isto é, praticando crimes (Hirata & Grillo, 2017).

⁹⁶ O batismo e a necessidade de se ter um “padrinho” para se tornar membro do PCC pode remeter à questões de ordem religiosas, mas também pode ter sido copiado de nomenclaturas típicas de organizações mafiosas.

6.3.4 – Consumo, ostentação e assistência aos moradores

A terceira, e talvez mais antiga, estratégia usada pelo “mundo do crime” para legitimar seus atos é de ordem material. A falta de recursos e a dificuldade em ter acesso a determinados bens é, em geral, a primeira justificativa mobilizada pelos que estão envolvidos com atividades ilícitas.

Cientes dessa realidade e formados em uma cultura que valoriza o consumo de determinados bens como forma de conquistar status social, esses sujeitos passam a ostentar objetos de grande valor simbólico junto a seus pares como forma de impressioná-los e inclusive atrair jovens para essas atividades, provando seu relativo “sucesso” na “vida do crime”. Além disso, a exibição desses bens de consumo é também uma forma de valorizar o etos masculino de que trata Zaluvar (1994; 2000; 2014), como sujeito capaz e prover economicamente aqueles que estão ao seu redor. É por isso que, apesar de conseguir tirar mais de 1500 reais por semana na “biqueira”, Kadu diz que “no corre o bagulho é louco”, pois “se gasta dinheiro muito à toa”, com mulheres, festas, e bens de consumo com o único propósito de “ostentar”. Como consequência, ele diz que não consegue guardar “nem um real”.

De outro lado, pude notar em diversos relatos, uma preocupação por parte dos criminosos em ajudar os vizinhos prestando alguma assistência material quando necessário. “A comunidade quando chega, nós dá assistência, tipo assim, remédio, gás, uma mistura...”, afirma Kadu.

Em outros casos, essa “ajuda” é mais proativa, como em uma viela na Brasilândia na qual mais de um morador me contou que o asfaltamento do trecho final da rua foi feito “pelo pessoal do tráfico”, pois a prefeitura já havia prometido que o trabalho seria realizado diversas vezes, mas nunca tinha concluído a obra.

Em outro ponto do mesmo distrito, uma moradora me relatou que quando seu filho quebrou o braço e ela precisou de ajuda, pessoas que ela não conhecia, mas que pela sua impressão estavam envolvidas com o crime, lhe ofereceram para levar o menino ao hospital e, caso precisasse, para comprar remédios.

Desse modo, é possível notar que as organizações criminosas também procuram sustentar sua relação com os demais moradores na reciprocidade, lealdade e solidariedade. No entanto, os laços apresentam-se como muito mais frágeis uma vez que a desconfiança é permanente, pois sempre há o temor de ameaças e sanções ou de cobranças pelo favor prestado. A dádiva, nessas relações, acaba operando com sinais invertidos (ZALUAR, 2013).

6.3.5 – “Paz entre os ladrões e guerra contra o sistema”: o “proceder” e a pacificação das periferias

São Paulo é tranquilo, não é [como] no Rio...
 No Rio, já fui lá no Rio, em Copacabana. Lá é da hora Copacabana. Agora, nas favelas...
 Lá é... tipo, muitas facção lá, né? Guerra declarada... Lá é tiro toda hora, que nem nós tá aqui, não pode ir lá naquela favela lá, tá ligado?
 Tipo assim... Fosse lá no Rio, lá agora? Eu não ia tá assim [levanta a camisa pra mostrar que não tem armas na cintura]. Eu ando desarmado pra todo lugar, tá ligado? Lá não, lá é vários caras de fuzil. (Kadu, 23 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

A principal mudança operada pelo tráfico de drogas em São Paulo nas últimas décadas e que acabou por se tornar sua principal fonte de legitimação do “mundo do crime” perante o restante dos moradores das periferias de São Paulo está na retórica da “pacificação”⁹⁷.

A grande maioria das pessoas com menos de 40 anos, mesmo que nunca tenha se envolvido mais diretamente com o crime sabe da existência de “leis do crime”, em especial da proibição de matar e de roubar na “quebrada”. É o que aparece nas falas de Mano Brown e de Douglas citadas na epígrafe deste capítulo e que falam de um “extermínio temporariamente bloqueado” “por leis que não são o governo” e que antigamente “não tinha lei” enquanto “hoje, tem o PCC” e que é preciso “falar com os caras primeiro pra saber se alguém merece morrer”.

Não é à toa que Kadu constrói seu discurso a partir da oposição com a realidade do Rio de Janeiro, que ele ouviu falar por amigos ou pela mídia. A partir dessa comparação é que ele afirma que, em São Paulo, o crime teria passado por uma “revolução” nos últimos anos: “Tem a família hoje né, que é o comando” e “o comando é um só, em São Paulo todo... o salve é geral pra todos... Paz, né... Demorou, paz.”.

Essa “revolução” pode ser resumida na máxima: “paz entre os ladrões e guerra contra o sistema”⁹⁸ e que busca unificar retoricamente o “mundo do crime” a fim de minimizar a ocorrência de mortes em disputas internas, colocando o “sistema”, ou os agentes de segurança do Estado, como inimigos a serem enfrentados. Duas frases de Kadu ilustram essa realidade:

⁹⁷ Reitero que não tenho a pretensão aqui de discutir o papel que o PCC teve na redução dos homicídios em São Paulo, ainda que eu tenda a concordar, a partir dos meus dados de campo, com tese de que este desempenhou papel central para tanto. Meu objetivo aqui é analisar como esse discurso da “pacificação” do crime pelo próprio crime e do estabelecimento de rígidas regras de conduta internas ao “mundo do crime” acabou por se tornar uma das mais importantes fontes de legitimidade de sua atuação nas periferias paulistanas.

⁹⁸ Em São Paulo, adotou-se, por parte dos que estão envolvidos com o mundo do crime, a identidade de “ladrão”, o que aponta para um aspecto interessante para o qual chamam atenção Hirata e Grillo (2017) que é o fato de o roubo desempenhar um papel central nas dinâmicas organizacionais das atividades criminais ao lado do tráfico de drogas, ao contrário do Rio de Janeiro onde o tráfico opera sozinho como atividade principal das facções criminosas.

“Antes morria muito era ladrão matando ladrão. Ai isso aí não tem mais agora, tá ligado?” e “Governo, pra mim, é bala nesses cara aí.”

Essa “revolução” é garantida principalmente por meio do “proceder”: “o singular regime de relação política entre os presos e ex-presidiários que vivenciaram, ou vivenciam, suas experiências prisionais em unidades carcerárias sob o domínio do PCC.” (MARQUES, 2010, p. 313). Em outras palavras, tratam-se de “normas de procedimento” que servem de baliza para as condutas dos que estão envolvidos com o crime dentro e fora dos presídios. Para além da definição de um conjunto particular de regras de comportamento e modos de agir, a ideia de “proceder” situa também essas normas a partir de uma determinada procedência social: a “quebrada”. Assim, “ter proceder”, significa adotar as regras de procedimento e ter uma determinada origem social comum⁹⁹ (MALVASI, 2012).

Quem está em “sintonia com o comando”, “corre pelo certo”, “anda reto” e tem uma “caminhada” dentro dessas regras é considerado um “cara de proceder”. Aqueles que fogem da “disciplina” estão sujeitos a variadas punições a depender da gravidade do caso que podem ir das “ideias” à morte, passando pelo espancamento ou expulsão do indivíduo que tenha descumprido as regras.

Quando perguntei a Kadu o que eles faziam, caso pegasse alguém roubando em sua região, ele me disse que “se nós pegar, nós leva pras ideia... pra dar uma amassada”, sugerindo que as “ideias” podem incluir reprimendas físicas, o “dar uma amassada”. Outra moradora do Jardim Ângela me contou que soube que uma pessoa que havia assaltado o comércio dos seus pais, bem como outras lojas da região acabara morto pelos traficantes da região que, apesar de ela não saber confirmar essa informação, muito provavelmente tinham ligação com o PCC. Nota-se, portanto, que a punição estabelecida pelo “mundo do crime” depende não apenas do delito, mas também de outros fatores como a reincidência do indivíduo e seu “proceder” de maneira geral.

Segundo Feltran (2010), os sentidos da “justiça” praticado nos “debates” que estabelecem essas sentenças e punições aos que não seguem a “disciplina” do “partido”, para além do “efeito demonstração”, estão em três aspectos centrais: demonstrar firmeza em vigiar a regra de conduta; demonstrar a justeza do procedimento, baseado na argumentação e

⁹⁹ Ainda que eventualmente possam ter pessoas de outras classes sociais que atuam em parceria com o crime organizado, para traficantes que operam na ponta do comércio varejista, a questão da origem social comum parece ser um fator relevante para a construção dos laços de confiança e lealdade entre si e eventualmente com outros moradores das periferias.

demonstração de autoridade; e interromper a cadeia de vinganças privadas que podem vir a ocorrer caso não haja mediação do “comando”.

Desse modo, conforme anota Biondi, (2009), a forma de garantir “justiça” e “disciplina” por parte do “mundo do crime” ocorre a partir da quebra dessa própria disciplina, revelando uma contradição intrínseca em sua retórica. Em nome da “paz entre os ladrões”, diversas prescrições são suspensas e imperativos são torcidos, manipulados e disputados. “O projeto *paz entre ladrões* não só garante como estratégia a *disciplina do Comando*, como também impede a cristalização desta *disciplina*.” (BIONDI, 2009, p. 130)

Desse modo, a violência segue presente como possibilidade permanente no “mundo do crime” paulista, como uma “ferramenta de trabalho” que pode ser acionada sempre que o “proceder” e a “disciplina” não forem seguidos, mas o enfrentamento entre “ladrões” ou com as forças policiais já não é considerada a opção mais “inteligente” na maior parte dos casos (MALVASI, 2012, p. 95). No discurso de Kadu, essas práticas visam evitar, além do risco para suas próprias vidas, que “o trabalhador que é inocente também seja oprimido”.

Assim, a “inteligência” passa a ganhar importância no interior do “mundo do crime” em oposição à simples ideia da “força bruta” e da “disposição para matar”¹⁰⁰. “Ter uma mente” aparece, então, como expressão importante da racionalidade instrumental para resolver questões do cotidiano, evitar envolver a polícia e conseguir planejar certa “ascensão” financeira ainda que no mundo do crime¹⁰¹ (MALVASI, 2012).

Desse modo, seja em relação a evitar os confrontos com policiais ou outros traficantes, seja em relação à tentativa de coibir roubos e furtos, há uma preocupação, ao menos retórica, em evitar que a vida dos “trabalhadores” seja prejudicada pelas atividades do mundo do crime,

¹⁰⁰ Nesse aspecto é interessante destacar a observação de Hirata e Grillo (2017) de que, em São Paulo, não existe, no tráfico, a figura do “soldado” presente em diversas favelas do Rio de Janeiro, “aquele que trabalha na ‘contenção’ da ‘boca’, confrontando a polícia ou traficantes de outra facção em combate armado”. Isso se deve tanto ao domínio hegemônico do PCC, que afasta a necessidade de alguém com funções meramente bélicas, quanto ao fato de que, em que pese a retórica de “guerra ao sistema”, não há uma tentativa por parte dos traficantes de se impor militarmente com relação ao Estado. Assim, não existem, na cidade, lugares onde os policiais “não entram” e as estratégias adotadas são de discricção e negociação com os policiais, ainda que eventuais conflitos e mortes possam ocorrer tanto nas “biqueiras” como principalmente durante furtos ou roubos pela cidade. De todo modo, parece haver, do ponto de vista do “mundo do crime”, uma clara noção de que o Estado detém uma superioridade militar e que o confronto não é a melhor estratégia a ser adotada.

¹⁰¹ Kadu me disse que gostaria de juntar dinheiro para montar o próprio negócio, ser seu “patrão” e sair da vida do crime, mas como dito acima, ele é ciente que não se trata de um projeto fácil, pois acaba gastando muito dinheiro “à toa” e que a maior parte de seus colegas do crime dificilmente chega vivo aos 30 anos de idade, pois “uns morre de overdose, outros morrem em confronto com a polícia”. Ele me contou, ainda, que recentemente quase havia levado um tiro de um policial civil e que só não fora preso porque tinha um acerto com o investigador a quem seguia devendo 1500 reais. Tais fatos mostram a fragilidade do equilíbrio estabelecido entre a polícia e o “mundo do crime”.

constituindo-se como importante fonte de busca da legitimidade e para a justificação de suas atividades.

Desse modo, seja chamando de uma cultura própria, um etos, um ordenamento social próprio, um modo de vida, o fato é que a moralidade mobilizada pelo “mundo do crime” na justificação de seus atos é construída internamente às organizações criminas e opera em tensão e em interação com a moralidade dos moradores da vizinhança e em conflito com o aparato do Estado (ZALUAR, 2014). Assim, resta agora olharmos para aqueles que são o alvo preferencial desta investigação – os “trabalhadores” – a fim de analisar como os eles enxergam, interpretam e lidam com o “mundo do crime” no seu cotidiano.

6.4 – “Trabalhadores” e “envolvidos na vida do crime” – oposição, convívio, respeito e crítica

O tráfico de drogas, ele é paulera. Quase todos, ou já estiveram, ou já passaram, ou tem contato.
(Raquel, 31 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016)

Para além do aumento do temor de ser morto em meio a um conflito local ou mais recentemente de ser assaltado que faz com que os moradores das periferias urbanas alterem seus hábitos cotidianos, interessa-nos saber como os “trabalhadores” das periferias de São Paulo reagem a essa “expansão do mundo do crime” e ao aumento do convívio com “bandidos” nas configurações sociais de que participam. Em outras palavras, o objetivo desta seção é discutir as diferentes formas de relação que aqueles que não estão envolvidos com o “mundo do crime” estabelecem com aqueles que estão e como, a partir dessa relação, interpretam e reagem às tentativas de justificação moral por parte do “mundo do crime”.

Aqui, mais uma vez, a questão geracional ganha relevância, pois como no caso de Douglas e seus amigos envolvidos com o crime, na fala de Raquel, professora de sociologia da rede pública estadual, citada logo acima, bem como em diversos relatos que colhi, a convivência com os que estão “envolvidos na vida do crime” torna-se inevitável para grande parcela dos membros da segunda e da terceira geração de moradores das periferias de São Paulo, o que traz consequências inquestionáveis para a forma como se relacionam entre si.

Os níveis de convivência entre os que estão ou não “envolvidos” com a criminalidade são variados. Há casos de maior proximidade, como na história de Douglas que teve um irmão e amigos próximos envolvidos, até aqueles que dizem apenas saber de colegas que se

envolveram, mas que se afastaram e não têm mais notícias a seu respeito, pois acabaram presos ou mortos. O fato é que a relação não é mais de oposição radical como parecia ser no relato dos moradores mais velhos. Seja em casa, na escola, nas organizações sociais ou na rua o contato, ainda que contingente, com os que têm algum envolvimento com a “vida do crime” é inevitável. Por consequência, no plano moral, as visões também se flexibilizam.

Entendo, inclusive, que a mudança nas formas de identificar essas pessoas é também reflexo dessa maior convivência. Isso não significa que a figura do “bandido” tenha desaparecido do imaginário dos habitantes das periferias. Ela segue fortemente presente sobretudo quando se quer ressaltar os aspectos negativos do crime e é majoritária entre os mais velhos. O uso do termo, contudo, parece-me significativamente menor entre os mais jovens e vem sendo substituído pela ideia de “envolvimento” com o crime. Desse modo, sai de cena a noção mais essencializada do “bandido” como figura fundamentalmente negativa a ser extirpada do convívio social para a entrada da figura daqueles que estão “envolvidos com a vida do crime” ou com o “mundo do crime”, cuja opções de vida são, em parte, compreendidas pelos demais moradores da região.

Desse modo, pretendo apresentar as relações entre “trabalhadores” e “envolvidos na vida do crime” em linha com a realidade dessa nova configuração que emerge a partir de meados dos anos 1990, fugindo das binaridades e dos maniqueísmos estanques. Para tanto, pretendo seguir a pista de Zaluar (2014, p. 25), para quem é preciso considerar as segmentações dentro das áreas periféricas e a diferença separando gerações em termos de seu interesse pelo “trabalho”, bem como as diferenças entre ações transgressoras, que parcialmente desconstruem a dicotomia mundo do crime/mundo do trabalho. Afinal, como afirmam Boltanski e Thévenot (1999, p. 373), é “justamente porque pessoas, ao contrário de coisas, podem existir em uma pluralidade de mundos que eles sempre têm a possibilidade de denunciar uma situação como injusta” e, a partir disso, estabelecer críticas e justificações para suas práticas e daqueles que compartilham as mesmas *configurações sociais*.

6.4.1 – Oposição e “limpeza simbólica”

A primeira e mais antiga forma de relação entre “trabalhadores” com aqueles que estão no “mundo do crime” e que é a característica principal da primeira geração de moradores das periferias de São Paulo é aquela de oposição entre “trabalhadores” e “bandidos”/“vagabundos” que, muitas vezes, conforme exposto por Bueno et al. é transformada na oposição “cidadão de bem” vs. “bandidos”/“vagabundos”.

É verdade que, como já observara Zaluar (2000), a oposição entre trabalhadores e bandidos nas periferias urbanas do Brasil nunca foi totalmente rígida e no plano social essa segregação nunca foi completa. No entanto, no plano moral e na construção da identidade e da dignidade dos que habitam as periferias da cidade, essa oposição desempenhou papel central, como foi explorado anteriormente.

Desse modo, para aqueles cuja identidade e subjetividade foram construídas em parte sobre esta oposição, o assunto do “mundo do crime” é tratado, em geral, como algo distante de suas realidades. Tratam-se de coisa que “a gente ouve falar, mas eles ficam entre eles” ou “coisas a gente fica sabendo, né? De ouvir falar...”. Com isso, busca-se efetuar uma espécie de “limpeza simbólica” (MACHADO DA SILVA & LEITE, 2007) tanto de si próprios e de suas famílias quanto de seus bairros, muitas vezes estigmatizados pelo processo que descrevi anteriormente.

É isso que aparece, por exemplo, nas falas de Dona Cida e de Nelson citados anteriormente que afirmam, de um lado, que “graças a Deus, meus irmãos são tudo *trabalhador*.” E que “a comunidade sempre foi de gente ordeira, gente *trabalhadora*” e que os “marginais” “depois vieram e se infiltraram pra se esconder”. Com isso, “trabalhadores” procuram “afastar-se do mundo do crime, reivindicando não serem identificados com os criminosos, enfatizando sua natureza ordeira e pacífica e os padrões de moralidade” publicamente tidos como “corretos” (MACHADO DA SILVA & LEITE, 2007, p. 574).

Nesse sentido, a reclamação mais comum que ouvi, em especial de moradores da primeira geração, mas também por alguns um pouco mais jovens com relação à atuação do “mundo do crime” em seus bairros se referia aos chamados “pancadões”. Os “pancadões” são bailes funk abertos que acontecem em ruas das periferias sem que haja qualquer tipo de acordo prévio com os moradores do local ou com o poder público. Para além da reclamação com relação ao som alto nas portas de suas casas, aqueles que se queixaram de tais práticas costumam associá-los ao tráfico e ao consumo de drogas. A imagem que buscam transmitir é de uma espécie de purgatório moral no qual além da venda e uso de substâncias ilícitas e de muitas vezes afirmarem categoricamente que eles são organizados por traficantes¹⁰², os associam a outras práticas ilegais ou condenáveis do ponto de vista moral, como a prostituição, a exploração sexual infantil, o consumo de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes.

¹⁰² Assim como com relação a outras questões relacionadas ao “mundo do crime”, quando perguntava a essas pessoas como sabiam que traficantes eram os promotores ou organizadores dos “pancadões” a resposta que mais se repetia era: “a gente sabe de ouvir falar”.

6.4.2 – Reconhecimento da importância do PCC no controle dos homicídios

Para as gerações seguintes, que cresceram em meio à “expansão do mundo do crime” e que conviveram em diferentes níveis de proximidade com o “mundo do crime” essa oposição radical com relação aos “bandidos” deixa de fazer sentido. Desse modo, distintas formas de relação e de visão a respeito do que estão “envolvidos” em atividades ilícitas são construídas.

O primeiro ponto nesse sentido que gostaria de ressaltar diz respeito a um reconhecimento mais ou menos disseminado nas periferias do papel que a hegemonia do PCC dentro do crime organizado em São Paulo teve na redução dos homicídios nos bairros periféricos. Esse reconhecimento aparece nas falas de Mano Brown e de Douglas citadas na epígrafe do capítulo, mas aparece também nos relatos de muitos outros moradores e militantes de causas sociais, como o próprio Padre Jaime:

Olha, eu tenho que dizer que o crime organizado ajudou muito a diminuir a violência. Tinha aqui, por exemplo, os Ninjas e os Bronx. Eram duas quadrilhas pesadas de Santo Amaro e [Jardim] Kagohara. Os ninjas eram de Kagohara e os Bronks de Santa Lucia e Tupi. Olha, de cima das lajes eram tiro de um bairro para outro. Agora, o PCC, modificou tudo esses pequenos grupos. Então você não tem mais os conflitos entre eles, entre os pequenos grupos, as disputas pela região, né? Assim, tá tudo organizado. (Padre Jaime, 71 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2017)

As razões para esse “controle” dos homicídios são variadas, desde a redução dos conflitos entre pequenas gangues rivais, como na fala do Padre Jaime, passando pelos “acertos” com policiais e por uma busca ativa por parte do PCC em reduzir os conflitos e as mortes, como na fala de Thomás, reproduzida abaixo, e chega nas proibições de matar e roubar na “quebrada” a partir de um código de “ética” entre os criminosos, como aparece na fala de Jurandir, que vem em seguida.

Então eu citei essa questão das ONGs [de sua importância na redução da criminalidade na região], mas eu acho que [o PCC] teve muita influência sim, eu concordo. O PCC se estruturou de um jeito que ele não quer confusão. Quer vender lá a sua farinha, ganhar seu dinheiro ali, é um comerciante. Quem tá ali na boca é um comerciante também. Ele está trabalhando com um produto irregular, mas é um comerciante também. Então, ele não quer confusão ali. Então, se começa a acontecer muita coisa, eles vão usar o pessoal do crime para acabar com aquilo. E a polícia sabe tudo que acontece, e a polícia é comparsa, vai lá buscar o dela, também. A gente sabe que isso acontece. São todos policiais que fazem isso? Não, não são. Mas a gente sabe que existem acordos ali (Thomás, 27 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Eu te diria que em dados momentos as coisas só não são piores, é até estranho eu dizer isso né? Mas tem horas que as coisas ainda não são piores, por conta da atuação desse próprio pessoal [do crime]. Porque às vezes... Eles têm lá um tribunal de ética dentre eles, que eles estabelecem algumas regras que os caras têm que seguir, então não pode matar, e roubar só na outra quebrada, entendeu? Não pode roubar na sua quebrada, então eu acho que isso aí acaba minimizando as coisas um pouco pra gente, porque se

dependesse só da ação da polícia eu acho que as coisas ainda seriam piores. (Jurandir, 47 anos, Jardim Ângela depoimento ao autor, 2016).

Dessa forma, em que pese as críticas e a consciência de que as ações do PCC ou de facções criminosas são “erradas” e ilegais, há um reconhecimento relativamente disseminado de que o “mundo do crime” desempenha funções no controle da criminalidade, além de atuar na assistência a moradores das periferias, como mencionado anteriormente. Na visão dos demais moradores das periferias não se trata, portanto, de defender as práticas criminais, mas de reconhecer o papel ativo que o próprio “mundo do crime” tem em manter a criminalidade dentro de determinadas regras.

6.4.3 – Desconfiança e medo: polícia x crime

É importante destacar também que, conforme lembrou Mano Brown, em 2009, na entrevista citada acima, a hegemonia do PCC estabeleceu apenas um controle “temporário” dos assassinatos nas periferias urbanas e, portanto, trata-se de um equilíbrio extremamente frágil entre grupos criminosos e desses com as forças de segurança. Esse equilíbrio já esteve, por diversas vezes ameaçado, como nos famosos ataques de maio de 2006 e em diversas ocasiões em que policiais são assassinados e buscam vingança junto aos criminosos.

Com isso, o clima que muitas vezes se estabelece nas periferias é de medo, tanto com relação ao “mundo do crime” quanto com relação à polícia. Se há o temor de ser assaltado quando se nota um motoqueiro vindo em sua direção à noite, como me foi relatado por diversas pessoas, há também um medo semelhante, quando se avista uma viatura policial, como apontam os depoimentos abaixo:

Nossa, teve toque de recolher onde eu moro faz pouco tempo, que vive tendo essas chacinas. Dá um louco, matam um policial e eles matam sete, mano, e aí você não pode sair de casa. Então, nossa, passa carro da polícia assim, eu nem vou à igreja, mas eu rezo, porque a gente não se incomoda tanto com os traficantes, eu acho, ou com essas coisas, principalmente o pessoal que nasceu e cresceu aqui que é da comunidade, porque você sabe mais ou menos quem são essas pessoas. Se você não faz uma ideia de quem elas são, tipo, tem alguém próximo de você que sabe e eles sabem que você cresceu ali, né? eles conhecem... Às vezes conhecem você etc., então eles sabem que você mora lá geralmente não acontece nada com você, né? Mas com a polícia não, a polícia eu não conheço esses caras. Eu não sei se eu entrar no carro se eu vou sair. Esse é o sentimento, assim, nunca entre em viatura e eu acho que depois das ocupações [de escolas públicas em 2015] isso ficou mais tenso. A polícia não é amiga de ninguém não, eles podem ser qualquer coisa menos amigos da gente (Jéssica, 18 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Então, eu não tenho essa ilusão não, eu acho que a relação com a polícia é de medo e a relação com o mundo do crime também é de medo, nenhuma das duas são saudáveis, as pessoas obedecem o tráfico, porque a lei que existe dentro desse poder paralelo ela é

muito rápida e eficaz, ponto. Mas eu não acho que é um se relacionar bem não, e meio que tá todo mundo no desespero e aí acho que ambas são nocivas (Karina, 36 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

O que eu acho mais assim no geral conversando com os alunos é que ninguém gosta da polícia. Essa é a percepção, de que tem medo do tráfico e tem medo da polícia ou às vezes até não tem medo do tráfico e tem mais medo da polícia, isso é uma percepção geral dos alunos (Andressa, 30 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Vivemos dentro da violência cotidiana tanto do Estado como do poder paralelo.

[...]

eu não acredito numa região onde eu tenho que pedir autorização para poder paralelo para fazer algo, mas eu tenho que fazer isso, então... (Rafael, 31 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Desse modo, se há, por um lado, um reconhecimento de que a organização do “mundo do crime” em torno do PCC desempenhou um importante papel na redução do homicídios na região e uma visão de que não há interesse, por parte dos criminosos, em atrapalhar ou ameaçar a vida dos que vivem nas periferias, até para evitar que seus próprios “negócios” sejam prejudicados; há, por outro, uma permanente sensação de desconfiança e medo com relação ao “mundo do crime”, uma vez que sabe-se que o recurso à força pode sempre voltar a ser usado em caso de necessidade.

Assim, muitos se encontram em um clima de permanente tensão e receio tanto na relação com o “mundo do crime” quando na relação com as forças policiais. A nomenclatura “pode paralelo” para se referir ao crime organizado que ouvi de alguns de meus interlocutores é também bastante significativa nesse aspecto, denotando uma organização que detém certo poder de controle sobre as atividades que ocorrem no âmbito local, inclusive no sentido de proibir determinados tipos de atividades.

Um caso bastante sintomático dessa dupla desconfiança com relação a policiais e criminosos ocorreu durante as ocupações de escolas públicas no fim de 2015, mencionada por Jéssica¹⁰³. Alunos de diferentes escolas com quem conversei me relataram episódios de abuso por parte de policiais que tentavam ameaçar os estudantes ou desocupar à força as escolas ou simplesmente intimidar os alunos fazendo rondas mais frequentes nas proximidades dos colégios ocupados. Esse movimento mais frequente de viaturas ou de policiais fardados ou à paisana nos bairros das periferias incomodou traficantes locais e, em alguns casos, como na escola de Jéssica, os alunos chegaram a ser ameaçados por traficantes caso não desocupassem a escola.

¹⁰³ Tratarei em mais detalhes do processo de ocupação de escolas na terceira parte desta tese.

Dessa maneira, tanto a presença do “crime organizado” quanto a forma de atuação das forças policiais nas periferias podem se apresentar, a depender do contexto, como importantes obstáculos ao desenvolvimento da sociabilidade e da luta pela cidadania.

6.4.4 – A relação de respeito com as Organizações Sociais

Como será melhor explorado no próximo capítulo, os anos 1990 e 2000 foram palco de uma forte institucionalização dos movimentos sociais que emergiram periferias de São Paulo nas décadas anteriores e que passaram, por meio de Organizações Não-Governamentais (ONGs), a oferecer uma série de serviços para crianças e adolescentes de suas regiões em parceria com o poder público local. O aumento da criminalidade nos anos 1990 e a consolidação de uma visão de que era preciso oferecer alternativas para os jovens foi justamente um dos elementos que motivou a ampliação desses serviços em nível local, como também será discutido mais adiante.

Quando iniciei a pesquisa, imaginei que a relação entre o “mundo do crime” e essas organizações sociais poderia, por vezes, ser conflituosa, uma vez que o objetivo explícito dos projetos que desenvolviam era retirar esses “meninos” da “vida do crime” e, desse modo, disputar, em alguma medida, parte da “mão de obra” do tráfico de drogas. Para minha surpresa, contudo, essa relação revelou-se bastante respeitosa e, em alguns casos, até colaborativa, como relevam diversos depoimentos de gestores desses serviços que colhi. Os motivos para essa relação ser, até certo ponto, amistosa são diversos. O primeiro deles é justamente o convívio histórico no bairro e a relação de respeito que foi se estabelecendo.

Eu tomo as minhas atitudes e não perguntamos [para os traficantes se podemos fazer ou não]. E queiram ou não queiram, a gente estando há 30 anos no pedaço, já batizei os filhos deles, já casei muitos deles, enterrei muitos avôs e avós. A gente tem uma presença que dá uma outra relação. (Padre Jaime, 71 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2017).

Exatamente por nós estarmos aqui e nós termos, assim, nós somos daqui. Então a gente meio que se mistura na história aqui. A gente não chegou pra fazer nada, então a gente conquista o respeito [dos traficantes] (Maria de Fátima, 60 anos, depoimento ao autor, 2016).

Além desse respeito advindo do fato de compartilharem o bairro, parece haver, por parte dos próprios envolvidos com o “mundo do crime”, uma visão positiva a respeito da importância desses serviços para a comunidade, em especial dos serviços que têm como alvo crianças, adolescentes e jovens, como é o caso dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCA) e dos Centros para Juventude (CJ). De acordo com meus interlocutores que fazem a gestão desses

serviços parece haver, inclusive, uma preocupação por parte dos que estão na “vida do crime” em evitar que seus filhos sigam pelo mesmo caminho.

as organizações sociais, eles [envolvidos com o crime] respeitam porque normalmente as organizações elas são as que atualmente cuidam dos filhos [deles], né? Então, minimamente podemos pensar assim: “Nós estamos cuidando dos filhos deles”. Então, é como qualquer pai, qualquer mãe... (Rafael, 31 anos, assistente de direção em um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

[A relação com o crime é] tranquila porque a maioria tem filhos aqui, esses dias até teve uma cena muito hilária eu fui pra quadra com eles e aí o pai de uma [criança] tava fumando [maconha], usando na quadra, daí ele olhou pra mim e falou: “minha filha veio?” Eu falei: “Não, mas pode deixar quando você tiver vindo pra cá a gente vai ver e a gente não vai tá mais na quadra.” Então a preocupação... Eles usam, mas eles têm a preocupação de não passar pro filho, pra não manchar a imagem, ninguém zoá-lo, porque querendo ou não alguém zoa. [Luciano, 31 anos, gestor de um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016]

o que eu acho interessante é que a galera aqui que tem essas atividades diferenciadas [envolvimento com o crime], algumas crianças são atendidas minhas, são filhas e os pais confiam no nosso trabalho: “Olha, você tem que respeitar a tia”. Tem uns pais que falam: “Olha tia, eu faço isso, mas ele não vai fazer”.

[...]

Ele [o CCA] tem mais de vinte anos, nunca foi furtado, ele é sempre vigiado, observado pela comunidade que está por aqui, a gente faz atividades, festas com a família, a gente tem uma grande participação deles. Então, assim, é um ponto que eles respeitam e acham importante a criança estar... Claro que a gente não entra muito em caminhos, vamos dizer assim, não entra muito em assuntos familiares diretamente com eles, se eu precisar fazer alguma abordagem da família, eu chamo a criança ou chamo a família que é uma coisa para respeitar mesmo, é um assunto direcionado à família a gente não abre muito em reuniões, então a gente trabalha diretamente com cada família especificamente...

[...]

acontece alguma coisa eles vêm, perguntar se estamos precisando de alguma coisa, “estamos por aqui”. Por exemplo, o pai esquece a criança ou a mãe a gente vai entregar na casa a criança e a gente entra, tem um livre acesso de entrar, sair, eu acredito que é uma cordialidade, o dia que não dá: “Olha, tia, é melhor você não vir”. Eu acho muito importante isso, porque, assim, não é que vá tapar os meus olhos, eles respeitam o trabalho que nós desenvolvemos a ponto de que tem coisas que é preferível você não ver. Então, assim, há muitas situações aqui no bairro, sim, há, porque moramos aqui, vivemos aqui, sabemos as coisas, mas tem esse respeito e esse respaldo, isso eu acho muito importante. Desde que eu estou aqui, eu nunca tive nenhum problema com nenhum dos pais, nenhum dos vizinhos, nenhum, vamos dizer assim, de qualquer organização, nada. (Patrícia, 35 anos, gestora de um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016)

Eu faço a visita normal, eles [envolvidos com o crime] sabem quando eu tô chegando e sabem quando eu tô saindo e os meninos também que têm lá hoje – que a gente sabe que até na droga tem plano de carreira – então, tipo assim, os que foram criança nossa antes, hoje são de lá, então quando eu chego lá eles já vem: “Oh tia!” Aí eles me abraçam, perguntam: “Tá tudo bem, tá precisando de alguma coisa?” Eles vêm aqui às vezes... Eu costumo falar para eles vim só quando eu tô, porque as meninas não conhecem eles, então eu combino com eles eu falo: “Olha vocês podem vir, pode entrar, pode almoçar quando quiser, mas só quando eu tiver, se eu não tiver aí é melhor vocês não virem”, porque já aconteceu mesmo do orientador novo não saber quem eles eram e não deixou ele entrarem e eles ficaram muito bravos. (Julieta, 45 anos, gestora de um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016)

Como apontam esses relatos, por meio de diversos episódios, a relação dos serviços sociais como o “mundo do crime” acabou por se revelar até certo ponto “cordial”, como classificou Patrícia. A preocupação, por parte dos envolvidos com o “mundo do crime”, em apoiar em certa medida o trabalho dessas organizações e evitar que seus filhos caiam na “vida do crime” aponta também certo grau de consciência de que se trata de uma vida permeada de riscos e que nada há de “escolha racional” em entrar para esse mundo.

Por sua vez, os gestores desses serviços, em geral moradores de longa data das regiões, sabem da importância de manter essa relação de respeito com os que estão na “vida do crime”. Assim, acabam por firmar um acordo tácito de convivência pacífica ainda que orientados por princípios diferentes e, por vezes, opostos.

6.4.5 – A humanização do “bandido”: “um trabalhador como outro qualquer”

É dessa noção de que não se trata propriamente de uma “escolha” por parte de um sujeito essencialmente “mau”, que advém uma outra visão também presente nas periferias de que quem está “envolvido com o crime”, em especial com o tráfico de drogas, é “um trabalhador como outro qualquer”, que está “vendendo sua mercadoria”, mas que é sabidamente ilegal, na maioria dos casos não por opção, mas pela falta de outras alternativas.

Além disso, como muitas vezes os traficantes são parentes, vizinhos ou conhecidos próximos, opera-se um processo semelhante ao descrito por (MACHADO DA SILVA & LEITE, 2007, p. 575) por meio do qual “os moradores desenvolvem um esforço sempre individualizado e pontual para “re-humanizar” ou “re-moralizar” a pessoa em questão”, buscando acrescentar características positivas ao fato de estarem no “mundo do crime”. Desse modo, não se trata propriamente de justificar as práticas criminais, mas de buscar compreender que “mesmo adotando uma forma de vida reprovável, a pessoa teria características que a tornam ‘gente como a gente’ e não um monstro moral” (MACHADO DA SILVA & LEITE, 2007, p. 575).

sempre avalei que o crime era outra profissão, assim. Como eu resolvi ser artista ele resolveu ser traficante, porque aí foram as opções dadas, então eu sempre tentei não julgar nesse critério, pela nossa realidade mesmo. Então, sempre jogamos bola e tal daí eu ia para os palcos e eles iam vender alguma coisa. (Rafael, 31 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016)

É isso, quem trabalha na linha de frente, eu falo “trabalha” porque eles vão por causa da grana, pra sobreviver no tráfico, são meninos muito jovens de famílias muito pobres seduzidos pelo consumo e são eles que morrem, a boca tá lá desde que eu me entendo, a policia sabe aonde tá, todo mundo do bairro sabe onde tá e ela vai continuar lá, quem

morre é quem fica na linha de frente. (Luciana, 31 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Mas é inevitável. A gente poderia tá envolvido, entendeu? Por que que a gente não tá envolvido? Porque... eu não sei. Ironia do destino, eu não sei... eu me pergunto todo dia isso! Que poderia tá ganhando muito mais envolvido nisso do que hoje, por exemplo, cantando.

[...]

Ele [traficante] ainda é um ser humano. Mas é que essa foi a forma que ele encontrou pra sobreviver porque todo mundo virou as costas pra ele, e aí é fator social histórico... É errado, não justifica, mas é o que ele fez... ele tá lá dentro (Anderson, 18 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Necessidade! Você mora na casa com 5, 7 pessoas. A casa, banheiro aberto, todo mundo usa. É madeirite e não tem cama, não tem TV, tem uma geladeira e um fogão, pra todo mundo, sete pessoas. Aí chega um cara pra você, você tem sete anos de idade e fala “Eu te dou R\$ 500 por semana, aviãozinho, R\$ 300 por semana só pra você falar quando a policia tiver passando na esquina. Só isso que você tem que fazer, só tem que avisar, quer?”, você tem 7 anos de idade, quem não vai?

[...]

Você vai deixar sua irmã fazer o que? Você vai avisar quando a policia tiver chegando ou você vai deixar a sua irmã largar a escola e ir pra prostituição? É uma escolha? Você vai continuar vendo as pessoas da sua casa passar fome? Vendendo o almoço pra ter o da janta? Difícil, é complicado. É duro isso, pra eles [policiais] todo mundo é vagabundo, tem gente que... tem pessoas boas dentro do quarto setor, assim como tem gente boa na policia, tem gente boa no trafico.

[...]

Não que justifique, é errado! Não é bom. O trafico não é bom. O pessoal também, não é de boa. O trafico mata. O trafico mata, o furto mata, a facção criminosa mata, a policia mata... que também é uma facção criminosa. Não é bom, mas a gente tem que parar, pensar e entender o que fez essa diferenciação, o que fez um ser considerado certo e o outro errado e porque que isso acontece. (Murilo, 18 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

O crime organizado que eu vejo assim que a gente acompanha é mais sossegado, têm as leis deles, não infringindo as leis deles tá tudo sossegado, não tem aquele que nem a policia fala: PCC chega aqui e manda aqui. Não, o PCC ele manda naquela área, tem a droga deles, ele vende ali as drogas dele e que nem a gente fala a gente conversa com o pessoal, o traficante é comerciante, só trocaram o nome dele, tiraram o nome dele de comerciante e colocaram como traficante, mas se você for ver traficante é comerciante, a mesma coisa é um dono de um bar, de um boteco, de um padaria, quem vai atrás dele é quem necessita daquela mercadoria, quem gosta daquela mercadoria, porque quem não gosta daquela mercadoria não vai. Você já viu quem não curte droga ir numa biqueira? Não vai. Então, o traficante não bate na porta de ninguém oferecendo sua mercadoria, a pessoa vai lá, vai onde que ele está, ele não vai, e no local dele lá, ele é um comerciante. Os caras fala: “Ah! O traficante faz mal”. Não ele não faz mal, ele não pega na sua mão e fala assim: “Vai lá usa aquele negócio”. Não, ele tá lá pra vender, ele põe pra vender você compra você sabe o bem e o mal. Todo mundo sabe o caminho do bem e o caminho do mal. Se você foi pro mal problema é seu, aí depois que você passa mal aí o traficante é errado? (Reginaldo, 42 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Assim, seja pelo convívio e pela percepção de que o traficante não é o “monstro moral” que muitas vezes se busca passar em imagens espetacularizadas na mídia, seja por uma visão mais politizada ou mais voltada para a defesa dos direitos humanos, há, por parte de uma parcela dos moradores das periferias, uma tentativa de ressignificar a imagem daqueles que estão

“envolvidos com o crime”, em especial o tráfico de drogas, encarados muitas vezes como uma simples atividade de venda de uma mercadoria como outra qualquer.

Apesar disso, há um esforço em não se mostrar condescendente com as práticas criminais, ressaltando, sobretudo, os fatores econômicos, políticos e sociais compartilhados por quem está dentro ou não do crime e que eventualmente levaram esses sujeitos ao caminho do crime. Mais do que aceitação, parece-me haver certa resiliência e resignação por parte desses sujeitos à medida que não encaram o crime como um defeito moral, mas como algo que decorre das condições sociais em que vivem.

6.4.6 – “O bagulho tá meio bagunçado” – as dificuldades em manter a “disciplina” na “quebrada”

Por fim, um último ponto que gostaria de ressaltar a respeito da visão dos moradores das periferias com relação às práticas do “mundo do crime” diz respeito a uma sensação de que o PCC estaria “perdendo o controle” da “quebrada”, em especial com relação aos roubos e furtos nas periferias. Para alguns, como uma interlocutora do Jardim Ângela, não teria “lógica” no que estava acontecendo em sua região, pois apesar de ouvir dizer que haviam “alguns irmãos e primos” no bairro, estaria ocorrendo uma quantidade muito grande de assaltos, o que não acontecia antigamente¹⁰⁴.

As explicações que encontrei para essa “perda de controle” por parte do “mundo do crime” são variadas. Um interlocutor do Jardim Ângela me disse que hoje “já não temos tantas pessoas com capacidade de segurar o crime”, como se uma espécie de mudança geracional ou o afastamento de pessoas mais antigas – por prisão, morte ou mudança de região de atuação – fosse responsável por esse aumento recente na criminalidade.

Outro interlocutor da Brasilândia me disse que “antigamente tinha aquele lance tradicional das quebradas”, em que “um ou dois traficantes meio que tomavam conta da região”, época em que, para ele, “tinha um pouco mais de disciplina”. Contudo, “de um tempo pra cá, o bagulho tá meio bagunçado”, pois “a molecada da quebrada” estaria “roubando a própria quebrada”, o que incluiria celular nas ruas, mas também itens dentro das casas de moradores dos próprios bairros.

¹⁰⁴ Com relação aos assaltos que ocorrem nas periferias por pessoas dos próprios bairros, uma interlocutora da Brasilândia fez uma distinção no mínimo curiosa. Para ela, aqueles que praticam roubos nas suas próprias regiões “não são bandidos, são safados, sem vergonha, porque bandido não rouba na comunidade”.

Segundo esse mesmo interlocutor, “depois que o PCC começou a atuar na região, no começo, era aquele boom e ainda tinha a tal da disciplina”, mas depois o próprio fato de aqueles que estão envolvidos com o crime terem que “pagar uma taxa pro partido” e eles aceitarem como pagamento objetos roubados na região como bicicletas e aparelhos celulares, fez com que “o próprio partido” se torna-se “conivente” com esses roubos na “quebrada”. Além disso, para ele, estaria ocorrendo um aumento descontrolado do número de pessoas que são consideradas “irmãos”, ou seja, dos que são batizados pelo PCC, com isso, “todo mundo é irmão, agora, e todo mundo mata e todo mundo é o pá do rolê, mas na quebrada que é bom ninguém põe uma disciplina”.

Ainda na opinião deste interlocutor, “o bagulho piorou, porque quando era os malandros mais velhos” havia maior grau de controle por parte do “mundo do crime” enquanto hoje, apesar da retórica da disciplina, os próprios envolvidos com a vida do crime não estaria respeitando tais regras:

Eu não sei explicar direito, mas, mano, porque é isso, às vezes você conversa com um ou outro e os caras fala: “Não, mano, é disciplina e pá e respeito.” O que? O que, mano, na quebrada? Você é loco. Mas ao mesmo tempo em que o cara tá espancando a mina, que o cara tá cheirando pra caralho ali e mete bala no outro. Eu falo: “Caralho, mas então, mano, qual que é a fita?” Tá ligado? Qual que é? “Você tá falado de disciplina, mas você tá tacando o pau no mundo aí, mano”, entende? É difícil, mano.

Não tenho a pretensão aqui de explorar até que ponto essa visão a respeito de uma possível “perda de controle” por parte do PCC com relação a roubos e furtos e até mesmo mortes nas periferias da cidade em anos recentes corresponde à realidade. Nem sequer teria material de pesquisa suficiente para isso. Meu intuito é simplesmente apontar o fato de que se trata de uma visão presente entre uma parte dos moradores dessas regiões que entendem que, seja por uma saída dos “malandros mais velhos” da área, seja por uma política frouxa do próprio crime em aceitar pagamento de suas “taxas” a partir de coisas roubadas na própria “quebrada”, ou ainda por uma flexibilização dos requisitos em ser membro do “partido”, a situação da criminalidade estaria ficando mais “bagunçada” e a “disciplina” já não seria mais a mesma de outros tempos.

De todo modo, olhando para os dados apresentados nos gráficos 7 e 8 apresentados acima, é possível observar, a partir do início da década de 2010 um aumento mais intenso no número de roubos em ambas as regiões pesquisadas. Além das hipóteses aventadas por meus interlocutores, a crise econômica que se inicia em 2014 e o fato de o próprio crime organizado em São Paulo ter na prática de roubos e assaltos um dos pilares de sua organização (HIRATA & GRILLO, 2017) e a previsível dificuldade que se tem em controlar esses pequenos delitos

em territórios tão vastos como os das periferias paulistanas são hipóteses que podem contribuir para explicar essa possível “perda de controle” por parte do “mundo do crime” nos bairros onde ele tem uma presença mais forte.

O ponto central, para os propósitos dessa pesquisa, é que essas queixas por parte dos moradores e os próprios dados a respeito do nível permanentemente alto de crimes contra o patrimônio, além das eventuais chacinas e vinganças promovidas seja por criminosos ou por grupos de policiais revelam a fragilidade do equilíbrio encontrado pelo PCC para garantir a “paz entre os ladrões”.

Antes de encerrar este capítulo, cumpre sumarizar algumas questões que considero mais relevantes para os propósitos desta tese com relação ao processo de aumento da criminalidade em São Paulo e de “expansão do mundo do crime” que busquei descrever.

Em primeiro lugar, está o processo de *estigmatização territorial* pelo qual passaram as periferias urbanas de São Paulo, mas também de outras cidades do Brasil que, ao lado do aumento da sensação de insegurança diante do recrudescimento da violência, acabou por reduzir os espaços de convívio e sociabilidade no nível local, contribuindo de forma considerável para o aumento do individualismo entre os que habitam as periferias a cidade.

Nesse sentido, o ponto mais relevante a ser ressaltado diz respeito às mudanças nos hábitos cotidianos e, por consequência, no modo de vida das classes populares que habitam as periferias urbanas. A confiança e a reciprocidade típica do que chamei de “modo de vida comunitário” da primeira geração vai progressivamente perdendo força nesta segunda geração e frases do tipo “um vizinho precisa do outro!” vão dando lugar a outras como: “Não gosto de pedir [nada para os vizinhos], se não a gente fica devendo favor” que ouvi no Jardim Ângela ou “o pessoal [da vizinhança] é bem individualista”, “os vizinhos são muito fechados”, “aqui não tem esse hábito [de trocar favores]”, “aqui cada um cuida da sua vida”, que ouvi de diferentes interlocutores na Brasilândia.

Em segundo lugar, o medo e a desconfiança que os moradores dessas regiões desenvolveram tanto com relação aos “envolvidos no mundo do crime” quanto em relação às forças de segurança pública, bem como a possibilidade de se recorrer uma hora ao Estado, outra, aos “irmãos” para eventualmente resolver problemas locais, principalmente no âmbito da segurança pública, apontam para o fato de que o Estado perdeu, em alguma medida, o monopólio da legitimidade no uso da força em algumas regiões da cidade (FELTRAN, 2011a).

Desse modo, a “expansão do mundo do crime” e a forma de atuação que as próprias organizações estatais da área de segurança praticam nesses territórios estigmatizados tornam-se importantes obstáculos para o desenvolvimento e consolidação da cidadania no Brasil.

Vale destacar, ainda, importantes mudanças que sucederam no que concerne às formas de relação entre “trabalhadores” e aqueles que estão “envolvidos no mundo do crime”. Da condenação e oposição moral passou-se a um inevitável convívio, mesmo que eventual, entre sujeitos de dois “mundos” que, antes, eram tidos como campos opostos morais e identitários. A partir disso, as formas de crítica e justificação de parte a parte se complexificaram, tornando-se mais nuançadas. Assim, é possível encontrar desde aqueles que criticam toda e qualquer prática que fuja à lei e justifique, com isso, a suspensão da cidadania dos que cometem atos ilícitos, até os que buscam re-humanizar os criminosos, apontando aspectos positivos em suas condutas.

Isso não significa, contudo, que as práticas criminais sejam amplamente aceitas nas periferias, ou que haja algum tipo de “frouxidão moral” por parte das classes populares, mas apenas uma compreensão de que, em alguma medida, dentro do contexto de carências econômicas, o comércio de drogas não é propriamente uma escolha, mas consequência da falta de opções econômicas minimamente aceitáveis. Como aponta Feltran (2011a), se é fato que o crime não venceu moralmente a família, tampouco o projeto da família trabalhadora foi capaz de vencer plenamente o crime.

Dessa maneira, o aumento da criminalidade violenta e a *estigmatização territorial* das periferias representaram, de um lado, uma *situação crítica* para os “envolvidos no mundo do crime”. A resposta forjada por esses sujeitos veio por meio de uma reorganização interna nesse “mundo” que, em São Paulo, ocorreu por meio da hegemonia do PCC e pela formulação prática e discursiva de uma série de elementos que buscam contrapor as críticas a que estão expostos¹⁰⁵.

De outro lado, essa *situação crítica* afetou diretamente o modo de vida dos “trabalhadores” das periferias que tiveram que readequar suas práticas a nova configuração social em que se encontravam inseridos. Neste capítulo, busquei analisar os diferentes níveis de interação entre os “trabalhadores” e os que estão “envolvidos no mundo do crime”. Contudo, os impactos desse processo vão muito além do aumento desse contatos no nível da vizinhança. No capítulo seguinte trato ainda da resposta política que a segunda geração de trabalhadores

¹⁰⁵ Não quero, com isso, inferir que a reorganização do “mundo do crime” e o próprio surgimento do PCC sejam fruto direto apenas desses processos que descrevi, uma vez que essa reorganização tem como pano de fundo outros processos que se desenrolaram no âmbito do sistema penitenciário paulista (ver Dias, 2009; 2011; Biondi 2009). Advogo apenas que a produção de um novo marco discursivo em torno do crime e de suas relação com os bairros periféricos está diretamente relacionada com essa *situação crítica*.

das periferias buscaram desenvolver no sentido de, por um lado, ampliar a oferta de políticas públicas que vinham reivindicando ao longo da década de 1980 e, por outro, oferecer alternativas sociais a esse avanço do “mundo do crime”. Os impactos em termos de exacerbação do individualismo, especialmente marcantes para aqueles que estão na fronteira entre a segunda e a terceira gerações, bem como as tentativas de restabelecer práticas mais coletivas e comunitárias, serão tema da terceira parte desta tese.

7. INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS FORMAS DE LUTA

Era uma luta muito árdua, muito difícil, porque, acho que você... você lembra da época da ditadura que ninguém podia se reunir, ninguém podia se encontrar, então os encontros eram dentro da igreja e eram escondidos. Reuniu cinco pessoas na rua já era subversivo, já era polícia, essas coisas. Então, foi uma época muito dura, foi uma época muito difícil, mas que também deu muito frutos. Daí desses encontros que eu te falei, nós fizemos muita coisa, muita luta, muita, organizamos muitas lutas. E daí é que a gente teve a ideia de criar a SAEC, que é a sede que nós estamos hoje, né? Pra fazer um atendimento pra criança, pro adolescente, pros jovens. Essa região, a nossa região, na época, era considerada uma das violentas do mundo. Então aqui em cima tem um beiral e todo final de semana eram vários jovens mortos e jogados, assassinados, tráfico de droga muito grande, uma violência muito grande. E aí nós começamos a acolher primeiro esses jovens e trazer pra dentro da sede, nós começamos na verdade na Igreja, na Comunidade Eclesial de Base e depois é que nós fundamos a nossa própria entidade e começamos a trabalhar com criança, com adolescente e daí nós fomos expandindo. Agora hoje nós trabalhamos com idosos, com jovens, com criança e adolescente, com população de rua, com abrigo, a gente tem um total de 30 serviços em São Paulo. Então nós temos, na verdade, uma rede assim bem... não é uma rede grande, porque a necessidade, a demanda é muito grande, mas é uma rede que faz um atendimento, que presta assim um serviço considerável até (Maria Felipe, 66 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

A igreja já tinha alguns salões, centros comunitários e coisas assim. Daí as mulheres das comunidades se organizaram e algumas trabalhando como voluntárias cuidavam das crianças nos salões das igrejas. Nesta época não existia a lei do ECA, que dava direito as creches para as crianças, isso veio mais tarde.

[...]

Para fazer convênios para as creches e para conseguir verbas para manter as creches, ao lado da paróquia criamos uma entidade social que chamamos de Sociedade Santos Mártires. Foi lutando, brigando para conseguirmos convênios, não foi fácil. No início eram mais creches, depois fomos descobrindo que a criança saía da creche, com 7, 8 anos, e aí começava com pequenos delitos, roubando garrafa de cerveja, na época, que dava dinheiro, essas coisas. Foi nesta época também que entrou o crack na região. Aí as crianças eram usadas como aviõzinhos, não sei o que. Precisava de algum trabalho com as crianças, jovens, adolescentes. Com esse trabalho, uma coisa foi puxando outra. (Padre Jaime, 71 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2017).

Retorno, neste capítulo, à discussão que foi iniciada no capítulo 4 a respeito das formas de luta ou dos *repertórios de ação* (TILLY, 1978) que as classes populares desenvolveram, com foco, agora, na segunda geração de moradores das periferias urbanas.

Para tanto, retomo brevemente a discussão de Wieviroka (2006) a respeito das “duas faces” que seriam constitutivas dos movimentos sociais. Segundo o autor, a primeira dessas faces seria de caráter positivo, no sentido de capacidade e disposição de formular proposições políticas e de projetos e, por isso, seria mais afeita à negociação. A segunda face seria mais bem definida pela privação, teria maior tendência a condutas de rupturas e o sentimento de opor-se “não tanto a um adversário social claramente definido, mas a um sistema abstrato, mais ou menos longínquo, mas dispendo de representantes locais” (WIEVIORKA, 2006, p.103).

Com base na análise histórica do movimento operário, Wieviorka afirma que os movimentos sociais passariam por três fases, uma de formação dessas duas faces, a segunda de aproximação entre elas, marcando seu apogeu e, finalmente, uma terceira fase na qual as faces se separam e o movimento entraria em declínio histórico. Nesse momento haveria uma tendência à desestruturação do movimento e novos conflitos sociais se esboçariam.

Os movimentos sociais que emergiram nas periferias de São Paulo parecem ter desenvolvido uma trajetória bastante semelhante a essa descrita pelo autor francês. Neste capítulo, pretendo, portanto, descrever a trajetória desses movimentos no período que pode ser considerado seu “apogeu”¹⁰⁶ e que ocorreu ao longo das décadas de 1990 e 2000.

No discurso dos militantes e ativistas políticos e sociais tanto da primeira quanto segunda geração aqui analisadas, há um claro viés de continuidade, quase natural, entre as formas de luta e as práticas políticas que esses sujeitos desenvolveram. Nessa leitura, o próprio processo de democratização política e ampliação da oferta de serviços públicos e de espaços institucionais de participação popular demandavam formas de atuação mais negociais e colaborativas em detrimento de táticas de enfrentamento com o poder público e que foram descritas na primeira parte desta tese.

Assim, a institucionalização de uma associação de moradores ou de um movimento social na forma de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que passam a atuar gerindo convênios com a prefeitura; ou a participação em conferências, conselhos, audiências públicas; ou ainda, o lançamento ou apoio de candidatos ao legislativo e a filiação em partidos políticos, que em algum momento foram problematizados por militantes da primeira geração de movimentos sociais¹⁰⁷, tornaram-se as opções mais comuns a partir da década de 1990 para aqueles que buscam alguma forma de engajamento político¹⁰⁸.

Este capítulo está dividido em seis partes, além desta introdução. Na primeira seção, que vem a seguir, trato dos espaços que foram os principais responsáveis pela formação política

¹⁰⁶ Ao caracterizar essa fase como “apogeu” dos movimentos sociais periféricos de São Paulo não estou fazendo uma avaliação normativa a respeito das qualidades ou defeitos de cada um dos momentos pelos quais passaram os movimentos sociais, mas apenas apontando para seu processo de institucionalização e consolidação como atores relevantes na cena pública local e nacional.

¹⁰⁷ Sader (1988) assinala que tanto no caso do Movimento de Saúde da Periferia Leste de São Paulo quanto no caso do Movimento do Custo de Vida, havia um dilema interno entre, de um lado, manter-se como um movimento de formação, conscientização e enfrentamento à institucionalidade, com caráter mais aberto e flexível e, de outro, aproveitar-se dos canais de participação institucional para atuar mais efetivamente nas discussões de políticas públicas. A opção majoritária naquele momento foi pela segunda linha, o que fez com que os movimentos sociais fossem progressivamente se tornando mais pragmáticos do ponto de vista de sua ação em busca de conquistas políticas.

¹⁰⁸ Isso não significa que tais opções não seja alvo de críticas e ponderações pelo próprios militantes, como demonstrarei ao longo do capítulo.

dos sujeitos que seguem atuando politicamente nesta segunda geração, no qual destacam-se as famílias, os resquícios da igreja católica progressista e as próprias ONGs que passam a atuar de forma mais intensa nas periferias. Além desses espaços, sindicatos e partidos políticos desempenharam um papel relevante em alguns casos pontuais, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT).

Nas seções 7.2, 7.4 e 7.5, trato mais propriamente dos repertórios de ação política que foram desenvolvidos nesse período: os convênios com o poder público, com o objetivo de oferecer serviços públicos para a população por meio de ONGs; a participação política em canais institucionais oferecidos pelo Estado; e outros menos negociais como a ação civil-pública, as manifestações e as próprias práticas de formação política. Entre elas, na seção 7.3, abordo como o aumento da violência nas periferias, tratado no capítulo anterior, sobretudo no caso do Jardim Ângela, serviu como importante estímulo para a ação política dos moradores dessas regiões.

Finalmente, na última seção, trato da avaliação por parte dos próprios militantes a respeito da efetividade de suas práticas políticas em termos de conquista e consolidação de direitos e procuro fazer uma análise mais geral a respeito do sentido dessas práticas políticas da segunda geração, os ganhos e aberturas políticas que representam, além das frustrações que trazem e que em parte explicam a busca de alternativas por parte da terceira geração, que será tratada na última parte da tese.

7.1 – Espaços de formação: família, igreja, ONGs e sindicatos

Como foi mencionado no fim do capítulo 4, a Igreja Católica passou por uma importante mudança de orientação política ao retirar apoio das Comunidades Eclesiais de Base a partir de meados dos anos 1980. Nessa mesma época, foi promovida uma divisão da Arquidiocese de São Paulo e a troca de região de bispos e padres mais progressistas e que atuavam de forma mais intensa com questões políticas, nas periferias da cidade. Essa história me foi resumida por Sonia, da Brasilândia:

Eu acho que nos anos 90, pelo que eu senti, houve um desmonte. Afasta-se Dom Paulo, ele vira Arcebispo Emérito, troca o bispo que tinha aqui... Foram trocando todo mundo de lugar, e a gente trabalhava com um grupo muito grande aqui na região de padres irlandeses que eram missionários de São Patrício, que era uma turma brava, né? Eles eram combatentes e tal. [...] Mas o que acontece, os irlandeses que estavam aqui saíram [...]. Alguns casaram [...]. Mas aí entra um monte de padres brasileiros aqui no lugar. Aí começa a ter procissãozinha... A gente não tinha imagem de santos. O salão na época era um quadrado sem nada dentro. Era o mais simples possível, porque não achavam certo enriquecer o patrimônio do vaticano ou sei lá de quem. Então era uma coisa simples, e era mesmo a opção pelos pobres. Aqui ninguém cobrava o sacramento,

batizado, casamento, estas coisas, crisma, né? Você podia ir lá e levar um mantimento e depois a gente distribuía na favela, mas não se cobrava nada.

[...]

Aí entra nos anos 90 e muda tudo dentro da igreja e os padres brasileiros vem para o lugar, troca o bispo e eles falam que a gente não podia mais usar o prédio da igreja para essas coisas (Sonia, 59 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

“Essas coisas” a que se refere Sônia eram os projetos voluntários de creches e de atendimento de crianças e adolescentes que eram realizados na região com apoio da Igreja, como descrevi na primeira parte da tese e que foi ilustrado pela história de Dona Nair. Esse “desmonte” das estruturas progressistas da Igreja e a redução do apoio aos projetos e movimentos sociais é, em grande medida, responsável pela grande descontinuidade em termos de projetos entre a primeira e a segunda geração que pude notar na região da Brasilândia.

Assim, para a segunda geração, ao lado da formação nos espaços oferecidos pela Igreja, que foram sendo progressivamente reduzidos, como grupos de jovens ou mesmo as poucas Comunidades de Base que ainda perduravam, ganhou relevância a formação política no seio familiar e em outras instâncias como sindicatos, projetos sociais ou partidos políticos.

É o caso dos filhos de Dona Nair que têm grande admiração pelo trabalho que a mãe desenvolveu nas décadas passadas. Quando estive na casa dela pela primeira vez e pedi que ela me relatasse suas histórias dos tempos das CEBs e das lutas de que participou, seus filhos, conforme iam chegando do trabalho, se juntavam ao redor para ouvir os relatos da mãe e, com frequência, pediam para que ela contasse algum detalhe ou episódio específico que ela não havia se recordado enquanto lamentavam a perda do engajamento político da população hoje em dia.

A formação dentro de casa foi crucial para despertar esse interesse por parte dos filhos de Nair e, hoje, todos ainda guardam alguma simpatia pelo PT, ainda que tenham diversas críticas à atuação do partido nos últimos anos, pois segundo me disseram, é “o único que fez algo pela região”. Assim, alguns acabaram desenvolvendo uma militância no partido.

Sandra, uma das filhas de Nair, técnica em química de formação, iniciou sua militância política por meio do Sindicato dos Químicos. Ela mesma atribui sua formação política primeiramente aos seus pais, principalmente a mãe que era uma militante mais aguerrida, posteriormente aos padres que “nos orientavam politicamente” e, finalmente, ao sindicato e ao PT.

Primeiro a igreja católica, eu fui influenciada pela minha mãe e a igreja católica. E depois trabalhando na indústria conheci a CUT, conheci o sindicato, conheci o Lula... (Sandra, 48 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Quando conversamos, em meados de 2016, Sandra havia acabado de perder o emprego no serviço funerário municipal, devido a disputas internas das correntes partidárias, cargo para o qual havia sido indicada graças à sua relação com um vereador da cidade. Apesar disso, ela seguia participando de atividades do partido ao mesmo tempo em que nutria o sonho de um dia criar uma ONG para ajudar a melhorar a vida dos moradores de seu bairro. Contudo, mais do que empolgada com a ideia, mostrava-se cética e frustrada por não conseguir criar uma estrutura que lhe permitisse construir algo mais permanente para além das festas comunitárias de natal e dia das crianças que os próprios moradores promovem anualmente.

Carlos, irmão mais novo de Sandra, trabalha como pedagogo em uma creche conveniada com a prefeitura e desenvolve um projeto social na garagem de casa em que busca incentivar a leitura entre crianças por meio da “contação de histórias”. Do mesmo modo que a irmã ele atribui boa parte de sua formação à família e à Igreja além de dar importância aos projetos sociais de que participou.

eu venho de uma ninhada, de um grupo de pessoas que participava muito da Igreja Católica aqui na região. Minha mãe participava muito da Igreja Católica. Eu interagia muito no grupo de jovens, eu fui por muito tempo coordenador do grupo de jovens, de crisma, na Igreja Católica aqui. Então, eu tinha facilidade de conversar, de desenvolver atividades, enfim. E a partir daí, eu fui selecionado pra ser coordenador desse projeto “Jovens Urbanos” na região.

[...]

[Então], a área social tudo iniciou com a Igreja na minha vida. E aí com o tempo, esse trabalho com ONG. Quando eu comecei, eu comecei na, tem que citar, não posso deixar de citar, comecei na Ação Comunitária Todos Irmãos, na ACTI, desenvolvendo [o projeto] “Jovens Urbanos”. Através daí que eu comecei a entender um pouco a questão da Brasilândia. O tamanho da Brasilândia até, eu não tinha essa noção. E fui criando esses vínculos. Então essa ONG que eu tô hoje trabalhando, o presidente dela, conheci ele através do “Jovens Urbanos” e hoje tô atuando com ele, né? Então, os meus contatos veio sempre vinculado a alguma coisa. Trabalhei na Igreja com Jovens, uma senhora da Igreja que era presidente da ONG me viu, da ACTI, dona Ilda me viu, tava desempregado, fui. Trabalhei de coordenador, saí, fui pra Flos Carmeli, na irmã Derli. Lá eu me formei, aí saí de lá e fui passando de lugar em lugar... (Carlos, 36 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

A única ONG fundada na própria região e que tem origem na militância junto à Comunidades de Base que tomei conhecimento na Brasilândia foi a ACTI, mencionada por Carlos. Trata-se, contudo, de uma entidade fundada ainda na década de 1970 e que já trabalhava com crianças e jovens naquele período. Assim, a continuidade da militância entre os moradores da Brasilândia, a partir da década de 1990, dependeu muito mais de contatos fortuitos com organizações ou com pessoas e menos de instituições consolidadas que pudessem seguir tocando dos projetos sociais dos anos anteriores.

Desse modo, a partir dessa formação política e do trabalho com jovens e principalmente crianças quando atuou como “mediador de leitura”, Carlos decidiu estudar pedagogia e

trabalha, desde 2012 como diretor de uma creche. Paralelamente, ele desenvolve o projeto “Retalhos de Histórias” juntamente com alguns amigos da região, que busca incentivar a leitura entre as crianças. Assim, a família e o que restou de progressista da igreja foram os principais responsáveis pela formação política e pelo engajamento social dos filho de Nair e, em menor grau o sindicalismo, a militância partidária e a participação em projetos sociais. Diante dessa falta de continuidade mais institucional e à desmobilização política que se seguiu nos anos 1990 e 2000, a Brasilândia receberá menos atenção ao longo deste capítulo.

No Jardim Ângela, graças à destacada atuação do Padre Jaime e da Paróquia Santos Mártires, mencionada anteriormente, que conseguiu contornar a desmobilização imposta pela própria Igreja, a segunda geração dependeu menos da continuidade familiar para sua formação e mais da Igreja e das Instituições que a própria comunidade constituiu ou fomentou. Isso não significa que a formação no âmbito da família tenha perdido centralidade, uma vez que a própria condução das crianças para atividades na igreja ou nas organizações sociais depende da orientação dos pais. No entanto, a formação dos sujeitos desta segunda geração, no Jardim Ângela, parece ser mais “institucionalizada” e menos dependente da esfera privada da família do que na Brasilândia.

Os grupos de jovem da Igreja e a as pastorais, principalmente da juventude, mas também aquelas ligadas à questão racial tiveram papel bastante relevante nesse processo, além das próprias discussões de cunho político e social que a Igreja estimulava na catequese e na crisma. Os projetos de alfabetização de jovens e adultos e os projetos sociais com crianças e jovens serviram também a esse propósito de despertar em muitos moradores da região o desejo de atuação em projetos sociais.

Além disso, alguns sindicatos também foram importantes para a iniciação política desses sujeitos, agora já não mais tanto aqueles ligados à indústria, mas no setor de serviços, em especial do setor público, como o sindicato dos motoristas e trabalhadores do transporte público que foi por onde começou a militância de dois de meus interlocutores na região.

Como aponta Cefaï (2009), as organizações de movimentos sociais, para além da capacidade de mobilização em si, são também “meios de sociabilidade, nos quais emergem ocasiões de encontro que moldam as formas de coexistência”. “Elas constituem conjunturas práticos-sensíveis, que fixam hábitos de cooperação e de conflito e que fornecem parâmetros de experiência cognitiva e normativa” (CEFAÏ, 2009, pp. 18-19).

Em suma, se as CEBs e os sindicatos tiveram papel crucial na formação de *sujeitos políticos* da primeira geração de moradores das periferias, agora, a herança de engajamento familiar, os espaços remanescentes da própria Igreja, alguns sindicatos e os próprios projetos

sociais conduzidos por organizações da sociedade civil é que passaram a desempenhar esse papel. Com isso, a formação política se tornou mais heterogênea, mas também menos disseminada.

Não é possível, contudo, definir esses espaços de formação como *matrizes discursivas* e menos ainda como *esferas públicas subalternas*. Ainda que tenham desempenhado um papel relevante no fomento de uma cultura política democrática e participativa e funcionem como espaços de *educação não-formal* (GOHN, 2011), as práticas de sociabilidade e deliberativas que se estabelecem nesses espaços são significativamente menos densas do que as que ocorriam nas Comunidades de Base.

Além disso, como será apresentado ao longo deste capítulo, elas têm uma caráter muito menos contestatório e menos de “bastidor”. Desse modo, o foco prioritário dessas instituições que formaram politicamente a segunda geração não está tanto na constituição de uma *infrapolítica do subalternos* (SCOTT, 1990), no sentido de construir as bases sobre as quais a ação política pode ocorrer, mas principalmente de conquistar espaços dentro da *esfera pública* constituída pelo próprio Estado a partir dos quais se possa influenciar o rumo de políticas públicas específicas.

7.2 – O repertório dos convênios: “uma coisa foi puxando a outra”

No discurso do Padre Jaime, de Maria de Felipe e no de muitos outros militantes da primeira geração com quem conversei sobre as mudanças nos movimentos sociais dos anos 1980 para os 1990, os convênios com o poder público aparecem quase que como consequência lógica da militância anterior que desenvolviam nas CEBs, além de serem formulados como resposta da sociedade ao avanço do “mundo do crime”, o que será debatido na próxima seção.

Dessa forma, a solidariedade das mães nas creches e a reivindicação de políticas e equipamentos públicos levou à necessidade de criação de instrumentos para manter aqueles equipamentos e serviços funcionando. Assim, os convênios surgiram como instrumento para que Estado e sociedade civil pudessem gerir os serviços público em parceria. Desse modo, em 1989, a SAEC (Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana), fundada em 1982 por Maria de Felipe e por seu marido, assina seu primeiro convênio com a Prefeitura, dando origem ao seu primeiro Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), que funciona até hoje no Jardim Copacabana, bairro do Jardim Ângela, e atende crianças e adolescentes até os 14 anos de idade. A história quase que linear da luta contra a ditadura ao estabelecimento de mais de duas dezenas de convênios com a prefeitura com o objetivo de ampliar a oferta de serviços públicos nas

periferias e regiões carentes da cidade é relatada por Maria de Felipe no trecho citado na epígrafe deste capítulo.

Nos anos seguintes, a SAEC estabeleceu diversos outros convênios com o poder público municipal e foi progressivamente ampliando seus serviços sociais. Em 2009, a SAEC viveu uma grande ampliação, passando de 3 convênios com a prefeitura para 22 em 2014 e atualmente presta serviços em todas as regiões da cidade de São Paulo. Atualmente, a SAEC conta com 610 funcionários, que trabalham em 29 projetos espalhados pela cidade, quase todos em convênio com a prefeitura. Urbano, atual presidente da entidade é quem resume essa história:

Hoje nós temos quatro CCAs, Centro para Crianças e Adolescente que no quadro total atendem cerca de 200 crianças, de 7 aos 14 anos. Temos também dois CJs, que atendem jovens da idade do 15 aos 17 anos, onde dá atividade e capacitação para o primeiro emprego também, e atende 180 jovens. E tem uma parceria com a Coca-Cola que atende jovens também, que dá formação e a capacitação para o primeiro emprego, também. [...] É uma parceria, não é bem um convenio por que o recurso é passado diretamente pra quem trabalha nesse projeto. A gente cedeu o espaço e essas empresas que consomem os produtos da Coca, fazem a seleção dos jovens que foram capacitados lá, para irem direto para o primeiro emprego, que é o caso do Pão de Açúcar, Carrefour, McDonald's, Wal-Mart, essas redes grandes que consomem produtos da Coca. Essa é a única parceria diferenciada da prefeitura. Temos dois NCIs que é o núcleo de atendimento a idosos, a partir dos cinquenta [anos]. Atendemos 200 idosos, de segunda a sexta, com atividades, acompanhamento médicos, educação física, passeios, teatros, cinemas, atividades assim.

[...]

Temos também o NPJ, núcleo de proteção jurídica, temos dois. Atendemos cerca de mil famílias cada um, então são duas mil ao mês. Esse núcleo atende as questões de parte jurídica e a física também, que é a questão da violência: violência na família, violência contra criança e adolescente. Atende também a questão exploração sexual infantil, das crianças em farol. Temos também quatro abrigos, que atendemos de zero à 17 anos. Em cada um no máximo que pode ser atendido é vinte, né? Aquelas crianças também que são vítimas de abandono de seus pais, de violência, também, que parte para o conselho tutelar, é encaminhado para o juiz, que toma a guarda e encaminha pra gente. Alguns vão pra adoção, mas aquele jovem que fica lá, há todo um processo para capacitar esse jovem para quando sair ter condições de cuidar da própria vida

[...]

E temos também, quatro SEAS, que é um serviço especial que atende população de morador de rua. Temos um aqui na sul, na M'Boi Mirim, em Campo Limpo, e temos mais quatro no centro, que atende o distrito do centro de São Paulo, que é Santa Cecilia, Bom Retiro (Urbano, 54 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Outro caso de sucesso na região do Jardim Ângela em termos de consolidação e expansão da oferta de serviços sociais em parceria com o poder público local é a própria Sociedade Santos Mártires¹⁰⁹, entidade diretamente ligada à Paróquia Santos Mártires e

¹⁰⁹ Conforme definição proposta por Lavallo, Castello e Bichir (2004), a Sociedade Santos Mártires seria melhor identificada como uma “articuladora” do que como um “movimento social”, na medida em que seu propósito é

coordenada pelo Padre Jaime. A semelhança da história da Santos Mártires é muito grande com a SAEC e com outras organizações da sociedade civil que existem pelas periferias de São Paulo, desde seu surgimento até os dias atuais. Osni, 43 anos, morador da região há 34, atualmente é coordenador-gerente do Centro São José, onde funciona um CCA, um CJ e diversos outros cursos de treinamento e capacitação profissional, todos em convênio com a Prefeitura. Ele e o Padre Jaime resumem a atuação da Santos Martires nos projetos sociais como um prolongamento entre as ações voluntárias na época das CEB e os convênios com a prefeitura, bem como entre os diversos serviços prestados pela ONG.

A Santos Mártires, ela iniciou suas atividades em projeto voluntário em 1989, chegando a ter mães voluntárias numa creche no Alto do Riviera e aí, depois de um ano, dois anos, a Santos Mártires percebeu, através das mães, que não bastava só creche. Que as mães queriam espaço [para crianças] acima da idade de creche, que na época era de 5 pra 6 anos. O que ocorreu? A Santos Mártires correu atrás de convênio, e em 91, 92, conseguiu o primeiro serviço de assistência, que é no Jardim Nakamura. E ai logo conseguiu também o convênio de creche (Osni, 43 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Desse modo, tanto na narrativa da primeira quanto da segunda geração de moradores, os serviços conveniados com a prefeitura aparecem como uma continuidade quase que natural dos trabalhos voluntários que eram desenvolvidos anteriormente ou de outros serviços que já existiam. É assim que as creches voluntárias “puxaram” as creches conveniadas e que permitiram institucionalizar o serviço e garantir um pagamento para as pessoas que cuidavam das crianças. Do mesmo modo, as creches “puxaram” a necessidade de atender também crianças com mais de 5 anos no contraturno da escola e depois os adolescentes e jovens que necessitavam de uma formação profissional a fim de evitar que caíssem no “mundo do crime”.

Foi também dentro dessa lógica que surgiu outro serviço ofertado pela Santos Mártires: o Centro de Defesa Convivência da Mulher conhecido como Casa de Sofia, que atende mulheres vítimas de violência doméstica. Segundo conta Maria Castro, 41 anos, coordenadora do Centro, a percepção da necessidade desse tipo de serviço deu-se ao notarem que as mães de crianças de uma das creches da Santos Mártires estavam sofrendo violência doméstica:

A Casa Sofia nasceu em 1999 de uma demanda vinda da creche, de uma das creches da Sociedade Santos Mártires que era Creche Fujihara. Lá tinha uma psicóloga e lá ela conseguiu identificar que algumas mulheres sofriam violência. De que forma ela identificou isso? Ela começou a perceber, junto com a equipe, que as crianças faltavam muito, mais de semanas não iam para creche e que não tinha nenhuma informação dos pais porque aquela criança faltou [...] e aí eles dentro da equipe eles começaram a pensar qual estratégia que elas iam utilizar para conseguir entender porque essas crianças

atuar na articulação e coordenação dos interesses e esforços de outros atores ainda que também atue na mobilização coletiva da população em episódios pontuais.

faltavam tanto e eram algumas crianças em específico. Então elas tomaram a atitude de fazer visita domiciliar. A cada três faltas de criança elas faziam uma visita domiciliar e assim foi feito. Foi quando elas começaram a identificar que, ao chegar na visita domiciliar, essas mulheres estavam machucadas. Então, a violência já estava num estágio avançado e a equipe inicia, dentro do Fórum em Defesa da Vida, nos bastidores da Santos Mártires, elas começaram a pensar num espaço que poderia escutar e fortalecer essa mulher e aí foi quando nasce a Casa Sofia. Até 2001, foi voluntário, foi um trabalho voluntário, então as mulheres que já estavam na comunidade começaram a vir fazer trabalho voluntário, fazer essa escuta com essas mulheres, em 2001 a gente firma convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social, com a SMADS, onde o convênio permanece até hoje (Maria Castro, 41 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

A casa de Sofia, hoje, atende cerca de 100 mulheres, incluindo atendimento social, psicológico e jurídico, além do oferecimento de oficinas de geração de renda e da realização de grupos psicossociais e socioeducativos, onde se discutem temas específicos em torno da questão da violência contra a mulher.

Assim, ao longo dos anos 1990 e 2000, a Santos Mártires foi progressivamente ampliando sua atuação tanto em termos de abrigar outros CCAs e CJs, quanto na direção de ampliar o escopo dos serviços ofertados à comunidade, com a diferença que fizeram uma opção por manter sua atuação apenas no Jardim Ângela, evitando a expansão para outras áreas da cidade como fez a SAEC, por exemplo. Atualmente, além de diversas creches, CCAs, Centros de Juventude (CJ), projetos de alfabetização de jovens e adultos, e a própria Casa de Sofia, eles também coordenam o RAC (Redescobrimo o Adolescente na Comunidade) que acompanha adolescentes em medidas socioeducativas e que será melhor apresentado na próxima seção, o SPVV (Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência), o Serviço de Acolhimento Institucional para Criança Adolescente (SAICA) e um projeto de reciclagem de lixo, o “Ângela de Cara Limpa”. De todos, apenas este último não depende quase que exclusivamente de recursos repassados pelo poder público municipal por meio de convênios.

Dessa forma, a institucionalização dos movimentos da década anterior e o encontro de uma fonte pública de financiamento para a continuidade de determinadas iniciativas permitiu que o engajamento político das décadas anteriores fosse mais perene no Jardim Ângela do que na Brasilândia, fazendo com que as ONGs que surgiram nesse período se constituíssem também como importantes espaços de “educação não-formal” (GOHN, 2011) e desempenhassem papel mais relevante na formação da cultura política de muitos militantes naquela região.

Por outro lado, esse processo de participação ativa de organizações da sociedade civil na promoção e gestão de serviços públicos produziu uma mudança na relação entre movimentos sociais e o Estado. Apesar de essa trajetória de transformação de associações reivindicativas em organizações sociais gestoras de serviços públicos ser narrado muitas vezes como “natural”,

é nítida a mudança de uma postura mais combativa e reivindicativa que esses sujeitos adotavam até os anos 1980, no sentido de exigir melhorias de seus bairros e demandar serviços públicos até então inexistentes, para uma atitude de colaboração e cooperação com o Estado que passa a ser a regra a partir da década de 1990.

Naquele momento, o projeto de ampliação da democracia e dos direitos sociais, que parecia conquistar espaços crescentes com a Constituição de 1988 e com a vitória de uma candidatura progressista na capital paulista nesse mesmo ano, encontra-se com um projeto de Estado em nível nacional e internacional que buscava se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, por meio do encolhimento de suas responsabilidades sociais, transferindo-as para a sociedade civil.

Ocorre, então, o que Dagnino (2004) chama de “confluência perversa” entre dois projetos inicialmente com orientações e propósitos políticos opostos. De um lado, um projeto de aprofundamento da democracia e que tinha na participação da sociedade civil na concepção e formulação de políticas públicas algo central; de outro, um projeto de Estado que buscava se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, por meio do encolhimento de suas responsabilidades sociais, transferindo-as para a sociedade civil. “A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.” (DAGNINO, 2004, p. 141).

7.3 – A ação social como forma de combate à violência

Além dessa continuidade mais institucionalizada, o destaque que a região do Jardim Ângela recebeu ao ser apontada como a “mais violenta do mundo”, em meados da década de 1990, foi também usada como motivador para a criação de iniciativas que tentassem reverter esse quadro, tanto por parte de ONGs de fora da região como por organizações locais. Aqui, mais uma vez, a figura do Padre Jaime e seu trabalho em torno da paróquia Santos Mártires e do Fórum em Defesa da Vida desempenham papel central no impulso e articulação dessas iniciativas.

No dia 2 de novembro de 1996, dia de finados, o Padre e os fiéis da Paróquia Santos Mártires realizaram a Primeira Caminhada pela Vida e pela Paz, que partiu de três pontos distintos da região, que conformava o que até hoje é tratado pelos próprios moradores como “triângulo da morte”, composto pelos distritos de Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luís em direção ao Cemitério São Luiz, onde a maioria das vítimas da violência, principalmente jovens, era enterrada. No cemitério, realizaram um grande ato ecumênico com a participação

de outros líderes religiosos da região. Segundo Padre Jaime, essa primeira Caminhada reuniu cerca de 5 mil pessoas. Do processo de construção da Caminhada surgiu o Fórum em Defesa da Vida, que reúne diversos setores da sociedade civil e busca articular as principais iniciativas na área social que foram sumariamente descritas na seção anterior, além de fomentar soluções políticas para os principais problemas enfrentados pela população da região.

Dessa forma, aqueles sujeitos que já estavam engajados em movimentos sociais, associações de bairro e militavam em espaços públicos de participação popular ou em organizações não-governamentais por melhorias em suas regiões enxergaram, nesse aumento da violência e da visibilidade de suas realidades, ao mesmo tempo, uma necessidade de construir uma resposta contundente ao avanço do “mundo do crime” e uma oportunidade para ampliar o atendimento de suas demandas.

O alcance do Fórum e da Caminhada foi muito além da aumento da visibilidade do problema da violência na região. A partir da criação desses espaços e de diversos outros fóruns temáticos voltados para áreas como educação, saúde e assistência social, a paróquia, que já havia criado a Sociedade Santos Mártires, constituindo-se como uma associação civil sem fins lucrativos, passou a atuar não apenas na mobilização dos moradores da região, mas também na construção e gestão de projetos e serviços públicos em parceria com o Estado.

Além do caso da Casa Sofia, relatado acima, o projeto mais diretamente ligado a questão da violência e que surgiu nesse contexto foi o RAC, sigla para Redescobrimdo o Adolescente na Comunidade, que trabalha com jovens em conflito com a lei. Joel, de 48 anos e hoje responsável pelo Serviço de Acolhimento Institucional para Criança Adolescente (SAICA), que abriga crianças e adolescentes órfãos ou que estejam sob ameaça de morte, abandono ou abuso sexual, foi um dos idealizadores e coordenadores do projeto.

Teve um período que foi aquele “boom” da violência na região, que era o triângulo da Morte né? Capão [Redondo], [Jardim] Ângela, [Jardim] São Luís e foi quando surgiu o Fórum em Defesa da Vida, acho que 96. E nesse período foi levantado a possibilidade de alguma organização que participava [do Fórum] criar algum projeto para atender os jovens que estavam em medida socioeducativa, porque a demanda tava muito grande na região e não tinha nenhum serviço que pudesse fazer um acompanhamento para esses jovens em risco. E foi a Santos Mártires que pegou esse desafio, né? “Vamos pensar então numa proposta!” (Joel, 48 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Joel conta que pensou o projeto em parceria com uma técnica da antiga FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor) – que atualmente se chama Fundação Casa – que também participava do Fórum e com uma professora da região. Inicialmente o projeto ganhou o nome de RAS: Reinserção dos Adolescentes e Jovens no Convívio Comunitário e Social. A proposta, encaminhada em 1997 ao Ministério Público foi contemplada com uma

pequena verba, suficiente apenas para compra de materiais como armários e computadores e para a capacitação dos funcionários, mas não para dar início ao atendimento dos jovens. Terminado o período de capacitação, que durou seis meses, os idealizadores foram em busca de outras fontes de recursos para implantar efetivamente o projeto, dessa vez junto à Secretaria Municipal de Assistência Social. Na prefeitura, contudo, enfrentaram outro problema, pois, na época, o atendimento de adolescentes em medida socioeducativa era responsabilidade do governo do estado e não da esfera municipal.

Assim, entre 1998 e 2000, conseguiram o apoio do Programa Comunidade Solidária, comandado por Ruth Cardoso, que os possibilitou iniciar a implementação de fato do projeto. Inicialmente, o projeto contou com uma oficina de DJ aproveitando-se do forte apelo que o hip-hop tinha junto aos jovens das periferias. Com os recursos, foi possível, então, comprar equipamentos e contratar DJs profissionais para dar oficinas aos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa na FEBEM, mas também a outros jovens da região.

O pioneirismo da iniciativa chamou atenção de outras organizações da sociedade civil, do governo, da imprensa e de artistas. DJs consagrados, não apenas ligados ao hip-hop, mas também à música eletrônica, como Marky e Patife passaram a visitar o projeto e ampliar sua visibilidade¹¹⁰. Diante de tamanha visibilidade, em março de 2000, conseguiram firmar com a prefeitura um convênio para ampliação do projeto. O obstáculo, dessa vez, estava na direção da FEBEM, que alegou não poder encaminhar os adolescentes, uma vez que o atendimento era de responsabilidade do governo estadual. Para resolver esse imbróglio, procuraram a juíza responsável pelas medidas socioeducativas na época que condicionou o encaminhamento dos jovens à inscrição do projeto no Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes (CMDCA), processo que levou mais seis meses para ser efetivado.

Entre a assinatura do convênio e a efetivação da parceria com a FEBEM, eles conseguiram um acordo com a prefeitura para atender jovens alunos de escolas da região até que, em meados de 2000, conseguiram iniciar o atendimento efetivamente de adolescentes em medida socioeducativas e ampliaram as oficinas para oferecer também cursos de cabeleireiro, grafite, dança além das já consolidadas oficinas de DJ, em quatro polos de atendimento, todos dentro do Jardim Ângela. Além disso, o projeto recebeu também apoio da Fundação Telefônica que, segundo Joel, possibilitou que o serviço atingisse seu ápice¹¹¹.

¹¹⁰ Ver, por exemplo, matéria publicada pelo IPEA a respeito do projeto e de seus resultados positivos: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1412:catid=28&Itemid=23.

¹¹¹ A parceria com a Fundação Telefônica foi também o que possibilitou a publicação de um livro sobre o projeto, intitulado “Redescobrimo o Adolescente na Comunidade - Uma Outra Visão da Periferia” (Rodrigues & Bosco, 2005).

Posteriormente, já na década de 2010, ocorreu a municipalização do serviço de atendimento de adolescentes em medida socioeducativa e liberdade assistida, o que, na visão de Joel, acabou por enfraquecer o projeto, pois as oficinas foram descontinuadas e o quadro de funcionários teve que ser reduzido, de cerca de 30 pessoas, para menos de um terço disso. Hoje, o RAC atende 75 jovens em liberdade assistida ou que estejam cumprindo penas alternativas.

Tal como ocorreu com outros serviços oferecidos pela Santos Mártires, a partir de uma demanda atendida outras foram surgindo. Foi assim que os gestores do RAC notaram que, dentro das famílias dos adolescentes que participavam do RAC, havia outras crianças ou adolescentes que estavam sofrendo algum tipo de violência dentro de suas casas. Surgiu, então, a ideia do Cedeca (Centro de Defesa da Criança e Adolescente), que atualmente se chama SPVV (Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência), também em convênio com o poder público municipal.

O RAC e o SPVV são alguns dos frutos concretos colhidos da articulação em torno do Fórum em Defesa da Vida e funcionaram como resposta direta ao problema da violência que atingiu fortemente a região e são motivo de orgulho para Joel e para aqueles que participam do projeto.

Com isso eu acredito que nós contribuímos bastante para a diminuição do índice de violência na região. Atendemos quase 200 jovens nessas oficinas que eu te falei.

[...]

Então o índice de meninos que voltavam a infracionar e que voltavam pra Fundação CASA despencou, na época, na nossa região. Hoje é bacana você encontrar jovens dessa época... outro dia eu cheguei lá na sede da Santos Mártires, ano passado, eu não lembro o nome do menino... eu sei que eu cheguei lá e o menino falou: “Joel, você aqui, venha aqui que eu preciso agradecer, preciso ajudar de alguma forma”. Eu fiquei meio sem entender, e ele: “porque eu fui do RAC e tal, e hoje eu trabalho numa das melhores empresas de software do mundo.” Porque tinha um curso de manutenção de computadores, né? “Hoje eu viajo o Brasil inteiro, sou um dos técnicos e eu quero agradecer, porque na época, no mesmo dia que eu ia para o curso de computadores, meus parceiros chegaram na porta de casa, quando eu fui saindo, com uma arma”. E ele tinha que optar, ir com eles fazer uma fita ou ir pro curso. “E eu optei pelo curso. Hoje não faço parte da estatística dos que já foram, que são muitos.” Muito bacana! Aí ele foi, fez uma vaquinha entre os amigos, doou uns quatro computadores para a Santos Mártires. Eu achei muito bacana a atitude dele. Tem muitas histórias bonitas! (Joel, 48 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Assim, diante do aumento exponencial da violência ocorrido ao longo dos anos 1990, a Santos Mártires acabou por funcionar tanto como um espaço de pressão junto aos poderes públicos no sentido de garantir mais investimentos em projetos sociais quanto em uma espécie de “incubadora de políticas públicas”, como definiu Osni. A Casa Sofia no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, o RAC, para jovens em medidas socioeducativas, o CEDECA/SPVV para crianças e adolescentes também vítimas de violência doméstica tiveram

um importante papel no sentido de demonstrar necessidades da população local e elaborar soluções concretas para esses problemas.

7.4 – Participação institucional: conselhos, conferências e mandatos – o PT e a institucionalização dos movimentos

Para além dos convênios, outros repertórios de ação foram desenvolvidos pelos moradores das periferias paulistanas ao longo desta segunda geração. A maior parte deles, contudo, segue uma estratégia semelhante no sentido de buscar certo grau de institucionalização ou de “burocratização” e de adoção de uma postura mais negocial e menos combativa perante o Estado. Esses repertórios vão desde o lançamento e apoio à candidaturas parlamentares, quase sempre ligados ao PT, até a participação ativa em conselhos, conferências e outros espaços de consulta popular abertos pelo próprio poder público.

Desde a década de 1980, ainda durante o processo de abertura democrática, os movimentos populares das periferias procuravam apoiar candidaturas de vereadores e deputados que se identificassem com suas pautas e bandeiras. A própria vitória de Luiza Erundina, primeiramente nas prévias internas do PT contra o candidato da ala majoritária do partido Plínio de Arruda Sampaio e, posteriormente, sua eleição para a prefeitura em 1988, representou, em grande parte, a força política que os setores populares vinham adquirindo nesse período.

No Jardim Ângela, a força e o histórico de mobilização popular possibilitou que militantes locais deixassem de apenas apoiar candidatos de outras regiões da cidade para se lançarem na empreitada de uma candidatura orgânica da própria região. Em 1996, os movimentos locais já tinham conseguido eleger um deputado que apoiavam, mas foi na eleição seguinte que decidiram organizar uma candidatura própria e de uma mulher, a ex-freira Lucila Pizani. Com conexão histórica com as Comunidades Eclesiais de Base da região e então membro do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP), onde também militava Maria de Fátima, ela teve que enfrentar a resistência de diversos homens da região para impor sua candidatura, como conta Maria de Fátima:

Quase me mataram, cê imagina? Porque o pessoal tinha, meio assim, o CHEDEP tinha meio que, tipo assim, os homens eram dados pra rua, né? É as nossas contradições, né? Todas as organizações têm, as igrejas têm, os movimentos têm. Os homens são dados pra rua as mulheres são dadas pra ficar preservando aquela coisa toda. Mesmo com toda sua potencialidade de estar no espaço público também. E o político é mais doido né? Porque o político era bem homem mesmo. Nós éramos de núcleos, de partidos, núcleo Santo Dias, inclusive nós fundamos com o a Ana [Dias] o núcleo Santo Dias do PT. Então eles tinham tanto pavor da candidatura de mulheres que eles sumiam com nossas fichas de filiação, sabia? A Ana Dias se filiou no mesmo ano que eu, que a Lucila, mas a ficha dela sumiu. Porque ela tinha potencial de uma candidatura. E isso é... isso era

assim, mesmo com nossos companheiros, era assim uma coisa... Era uma ofensa pra eles uma mulher peitar assim com chance de vitória. E grandes chances de vitória. Então a ficha da Ana sumiu, ela se filiou, o Santo não, porque naquela época não tinha o PT, né? Mas quando ela se filiou, a ficha dela sumiu, desapareceu e só ficou das mulheres que não seriam candidatas. E até quando a Lucila saiu a gente tinha uma dúvida se ela tava filiada ou não porque aconteceu com muita gente de sumir a ficha. Eles colocavam na gaveta e era estratégia, né? Então tinha essas doideras nos movimentos. Então como nós íamos pra revelar as contradições das ONGs das... A gente acabava nos identificando com isso. (Maria de Fátima, 60 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Lucila foi candidata pela primeira vez a deputada estadual em 1998 e, contrariando todas as expectativas, obteve quase 14 mil votos, o que era insuficiente para se eleger, mas o bastante para que ela pleiteasse a candidatura a vereadora dois anos depois.

Quatorze mil não se elege pra estadual. A gente sabia disso, né? Mas a gente abriu aí a porta pra vereança. Não deu outra, em 2000, ela bateu 22.222 votos, é mole? Vinte e dois mil duzentos... Um monte de patinhos e aí nós pulamos que nem doida. Porque nós fomos para a apuração... Nós fomos para a apuração e quando deu 9 horas ela estava com dezessete mil, portanto, eleita e eu lá contando voto ainda. Nós éramos o único grupo que quando deu dezessete começou a chegar ligação assim que pulou... pulou que nem doido. O partido já tinha um desencanto com algumas coisas, mas nós não, a gente tava ali por uma crença muito forte. E sempre pra provocar a quebra dos tabus. Em relação ao gênero então era muito forte. E nós éramos um balaio de gato, de tantos movimentos de linhas diferentes, mas a gente juntava na nossa.. na nossa, no nome dela juntava todos esses balaio. (Maria de Fátima, 60 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Ao contrário de outros companheiros, Maria de Fátima não foi trabalhar no mandato de Lucila neste período, pois seguia se dedicando às atividades do CDHEP, cuja história abordarei na próxima seção. Em 2004, Lucila não conseguiu se reeleger, em grande parte pela falta de estrutura mais profissionalizada para sua campanha, que passa a imperar nas campanhas eleitorais do PT. Conforme aponta Secco (2011), em 1996 já havia cabos eleitorais pagos na campanha para a prefeitura ao lado de militantes voluntários e, em 2000, as campanhas eleitorais petistas já estava inteiramente profissionalizadas. Na visão de vários militantes com quem conversei, esse efeito foi sentido com mais força, para as eleições legislativas, em 2004, o que teria impedido a reeleição de Lucila.

Osni conta que, na campanha de Lucila Pizani de 1998, foram gastos cerca de 2 mil reais e, na campanha vitoriosa de 2000, cerca de 21 mil reais, o que representava menos de um real para cada voto conquistado. Sem recursos sequer para imprimir panfletos, faixas e bandeiras com o nome da candidata, os militantes apostavam no boca-a-boca para conquistar votos. “Tudo assim, eu fui pra rua, todo mundo foi pra rua, um negócio gostoso, uma coisa bonita de ver. Cidadania mesmo, exercida de forma gostosa.”, lembra Osni. Diante da falta de recursos para competir com outros parlamentares que detinha maior controle sobre os fundos

de campanha, não houve mais sequer uma tentativa de candidatura na região do Jardim Ângela desde então.

Isso não impediu que os militantes locais seguissem apoiando candidaturas ou mandatos de forma mais ou menos ideológica. Esse processo de profissionalização dessas campanhas, contudo, parece estar totalmente disseminado. É raro encontrar quem trabalhe de forma voluntária para a eleição de algum parlamentar como ocorria até o início dos anos 2000. Além disso, é comum encontrar pessoas que trabalhem diretamente vinculados ao gabinete de algum parlamentar ou em cargos comissionados da prefeitura por indicação dos parlamentares a que estão ligados, como no caso de Sandra da Brasilândia, que apresentei acima, bem como de várias outras pessoas em ambas as regiões.

Antes não era, antes sempre os petistas trabalhava gratuito, mas aí foi criando uma forma de campanha tão grande, que aí eles começaram a remunerar o povo, porque é muito trabalho e a gente trabalha bastante e a maioria tá desempregado, então eles começaram a dar esse auxílio, dá um auxílio, dão um salário mínimo, mais ou menos (Sandra, 48 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Assim, a conexão entre vereadores e deputados e as bases periféricas sofre uma clara mudança de sentido. Ao invés da construção de candidaturas e de agendas políticas de baixo pra cima, passa-se a atrair lideranças ou pessoas com maior capacidade de influência para a campanha ou para o mandato dos parlamentares já estabelecidos. Com isso, a possibilidade de influenciar o rumo das políticas públicas torna-se cada vez mais limitada por parte destes militantes das periferias.

Dessa forma, a autonomia dos militantes de base, compreendida não como ausência de relação com o Estado e seus representantes, mas como disposição e capacidade de participar sem perder certa “distância crítica”, “que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão” (TATAGIBA, 2011, p.236) é colocada em questão.

Além do apoio a parlamentares, outro repertório institucional bastante comum que se disseminou entre militantes políticos das periferias é a participação em conselhos gestores de equipamentos ou de políticas públicas e em conferências temáticas. Tratam-se de espaços oferecidos pelo próprio poder público que buscam aproximar os usuários de serviços e equipamentos públicos da deliberação a respeito dos rumos da gestão daquela política pública específica.

É bastante comum que esses espaços sejam ocupados por pessoas que já possuem um engajamento anterior seja nas ONGs, que atuam de forma conveniada com a prefeitura, seja nos mandatos e campanhas de vereadores e deputados. Com isso, os repertório de ação

institucional tendem a se complementar do ponto de vista dos espaços de atuação, ocorrendo uma sobreposição do ponto de vista dos sujeitos que efetivamente exercem esse direito de participação de forma mais ativa.

Apenas para citar alguns exemplos, Maria do Anjos participava do Conselho Participativo da Subprefeitura, do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), do conselho de Supervisão Técnica de Saúde, do conselho da Unidade Básica de Saúde (UBS) Vera Cruz, do Conselho do Centro Educacional Unificado (CEU) Vila do Sol e do Conselho da Escola Estadual Amélia Kerr Nogueira. Com exceção deste último, vinculado ao governo estadual, todos os demais são de órgãos e equipamentos municipais.

Do mesmo modo, Osni participou de assembleias do Orçamento Participativo na época da gestão Marta Suplicy na prefeitura e era membro do Conselho Participativo nos anos recentes. Maria de Castro, da Casa de Sofia, participou da Conferência de Política para Mulheres, gestores dos CCAs participavam das Conferências ligadas aos direitos das crianças e adolescentes e, assim, a história se repete em vários outros casos. Há, além disso, os casos de assessores de parlamentares que utilizam esses espaços como um prolongamento do mando dos vereadores, de forma a torná-los mais uma instância de pressão e barganha junto ao executivo municipal.

É raro, portanto, que cidadãos que não tenham um trabalho ou uma militância política anterior se apropriem desses espaços participativos. Dessa maneira, produzem-se dois efeitos opostos, mas complementares. Por um lado, é possível notar certa “elitização” desses espaços, com uma presença cada vez mais restrita a militantes “profissionais” que atuam em estreita sintonia com parlamentares e muitas vezes sob suas orientações, ou são profundos conhecedores dos temas e políticas em discussão, dificultando a participação de “novatos” nessas instâncias. Por outro, há que se destacar uma pluralização da representação nesses espaços comparativamente às instâncias parlamentares, uma vez que o perfil de classe, raça e gênero dos participantes desses espaços tem nitidamente um caráter mais popular e feminino (LAVALLE & BARONE, 2015).

Finalmente, é preciso apontar a relativa baixa capacidade de inovação das políticas públicas a partir da participação da sociedade civil nesses espaços, em especial no caso dos conselhos que acabam tendo um caráter mais reativo do que propositivo (TATAGIBA, 2005), uma vez que as discussões acabam girando em torno de questões pontuais a respeito da gestão dos equipamentos ou serviços e não tanto dos rumos da política pública de forma mais ampla.

7.5 – Nem tudo é negociação: formação e o repertório político-judicial

Ainda que boa parcela do ativismo social desse período e dessa segunda geração seja formada por repertórios de ação de cunho mais cooperativo e negocial, outras formas de atuação são acionadas de forma esporádica a depender da conjuntura política. Esses repertórios são de dois tipos. De um lado, a articulação e formação de militantes e lideranças e, de outro, o que estou chamando de um repertório de ação político-judicial que se refere basicamente ao recuso a instâncias jurídicas com o objetivo de assegurar um determinado direito que os poderes executivo e legislativo não estariam garantindo.

Do lado das estratégias de articulação e formação, destacam-se, primeiramente, os diversos Fóruns organizados e/ou coordenados pela Sociedade Santos Mártires. O Fórum em Defesa da Vida, já mencionado anteriormente, surgiu como espaço de deliberação em busca de ações que construíssem uma resposta à situação da violência na região. Dentro do Fórum em Defesa da Vida várias iniciativas como o RAC e a Casa Sofia, citados anteriormente, e as anuais Caminhadas pela Vida e pela Paz são planejadas e organizadas. Além disso, outros fóruns focados em temática específicas e que buscam trocar informações e articular ações em torno de políticas públicas específicas começaram a surgir, tais como o Fórum de Assistência Social, o Fórum da Criança e do Adolescente, o Fórum do Idoso, o Fórum de Educação, o Fórum de Saúde e o Fórum de Inclusão. A partir desses espaços, atividades de mobilização e principalmente de formação como cursos, palestras e debates são também articulados.

Contudo, mais do que um caráter pontual de trazer informações adicionais que capacitem os gestores de serviços e militantes para uma atuação política e social mais engajada e consciente, há um caráter bastantes estratégico nos processo de formação. De acordo com Maria de Fátima, “na época do governo de direita, a única estratégia a se fazer é intensificar a formação sistemática”, com o objetivo de “subsidiar os movimentos na negociação, na capacidade de entendimento do cenário e da conjuntura, social e política”.

Foi desse diagnóstico que surgiu o CEDHEP, também já mencionado, e do qual Maria de Fátima foi a primeira vice-presidenta. O CEDHEP foi fundado a partir “de um *pool* de grandes congregações, e organizações”, que contribuiriam financeiramente para a compra de uma sede a fim de conquistarem certa autonomia em relação a Igreja, que era o espaço inicial de articulação. Dentro do CEDHEP foi constituída uma escola de lideranças, central para a formação de muitos militantes na região.

E aí passa a ser Centro de Direitos Humanos e Educação Popular. A escola de liderança foi um dos grandes trunfos. Entre os vários cursos tinha comunicação, [...] e orientação jurídica popular. Onde o jurídico não é mais só um advogado atendendo. Eles

conseguem criar um curso sistemático, que começou com 48 horas, sistemático onde você fala do direito civil, família, criminal e tudo mais. Começa a trazer colaboradores, as pessoas que entendiam ali da cidade, promotores, que eram aliados políticos também. E aí passa a dar uma sistemática para que eles e elas pudessem reproduzir o curso depois, ou usar na prática um entendimento um pouco da lei, né? Porque ser militante, ser dos movimentos, tinha que saber na ponta da língua os direitos. Se não, não tinha como defende-los, né? (Maria de Fátima, 60 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Para além da aquisição do conhecimento em si, central para qualquer cidadão, a formação política e jurídica para os militantes foi de grande importância para o desenvolvimento de um novo repertório de ação na região do Jardim Ângela: a ação civil-pública.

O próprio CEDHEP notou que poderia fazer uso desse instrumento para ampliar suas conquistas em termos de serviços públicos. Ainda na primeira metade da década de 1990, durante o governo de Paulo Maluf (1993-1996), os militantes começaram a reivindicar um centro poliesportivo para atender a uma demanda dos jovens da região. Para mover a ação, o CEDHEP precisou promover uma mudança em seu estatuto incluindo essa atribuição entre suas funções. A ação na justiça se estendeu por todo o governo Celso Pitta (1997-2000) e foi apenas no início do governo Marta Suplicy (2001-2004) que obtiveram a vitória. Como resposta, em um processo de negociação entre a prefeitura e os moradores, foi oferecida a construção do primeiro Centro Educacional Unificado (CEU) da região, o CEU Feitiço da Vila.

Outra organização que faz uso frequente desse expediente jurídico político é o Grupo de Amigos Fé e Luz, coordenado por Maria dos Anjos. Ela fez o curso de formação do CEDHEP e lá conheceu a advogada que a instruiu sobre os procedimentos necessários, o que ela considera um episódio de “muita sorte”. Foi graças a esse expediente que foi possível obter a liberação de uma emenda parlamentar que os moradores haviam conquistado para a construção de uma clínica de especialidades médicas na região.

A história da luta por essa clínica vale a pena ser contada por resumir bem a forma que a luta política tomou nesse período mais recente, contendo momentos de mobilização e enfrentamento, mas principalmente de negociação e articulação política junto ao Estado em suas diversas esferas. Segundo conta dos Anjos, havia um diagnóstico na região entre os militantes da área da saúde de que era necessário instalar um posto de saúde mais próximo dos moradores do “fundão”¹¹² do Jardim Ângela e construir uma clínica onde se pudesse fazer

¹¹² O “fundão”, como é popularmente chamado alguns bairros que compõem o distrito do Jardim Ângela, se refere à área mais carente da região em termos de serviços públicos e de mais difícil acesso em termos de transporte. Entende-se, na região, que o “fundão” começa após a Padaria Menininha, na altura da Estrada do M’Boi Mirim, 5788, onde também estão situados o Hospital Municipal e o terminal de ônibus do Jardim Ângela, e vai até as divisas com os municípios de Itapeperica da Serra e Embu-Guaçu.

exames e consultas com especialistas, pois, quando necessário, os moradores dessa região tinham que se deslocar até hospitais mais centrais como o Hospital das Clínicas na região da Avenida Paulista ou o Hospital São Paulo, na região da Vila Mariana.

Para lutar por esses equipamentos, os moradores organizaram uma manifestação durante o segundo governo de Gilberto Kassab (2009-2012), que contou com cerca de 2 mil pessoas, e ocuparam um prédio abandonado onde acreditavam que poderia ser instalada a clínica. Para negociar com os manifestantes, o subprefeito da região¹¹³ e alguns assessores parlamentares foram até o local. Desse processo negocial surgiu a ideia de se apresentar uma emenda parlamentar que garantisse recursos do orçamento do município para atender às demandas da população local. A proposta foi aceita e alguns dias depois, 25 lideranças do grupo foram à Câmara de Vereadores negociar com os parlamentares para que uma emenda de 3 milhões de reais fosse aprovada.

Aprovada a emenda, outra batalha se iniciou para que ela fosse de fato liberada, agora junto ao poder executivo. E foi nesse momento que se fez necessária a entrada com uma ação civil-pública via poder judiciário, que assegurou a construção de uma Unidade Básica de Saúde Integral e uma clínica da Rede Hora Certa, uma clínica municipal que reúne diversas especialidades médicas para consultas e exames, concluídas já no governo Haddad (2013-2016).

Como bem resume Maria dos Anjos, “quando dá pra ir no diálogo, a gente vai no diálogo, quando não dá, a gente faz documento e entra na justiça, e consegue através da justiça também.” A luta de Maria dos Anjos ilustra bem a estratégia utilizada que busca combinar a pressão por meio de manifestações públicas, ainda que muito menores do que as que costumavam ocorrer até a década de 1980, com uma intensa negociação política com os poderes legislativo e executivo e o recurso à justiça quando essa negociação é travada por algum motivo político.

Essa não foi, contudo, a primeira vez que o grupo de dos Anjos fez uso desse expediente. O caso de Centro Educacional Unificado (CEU) da Vila do Sol teve história semelhante. O projeto de construir grandes escolas em bairros periféricos que serviam também como espaços para atividades esportivas e culturais havia sido iniciado pela gestão Marta Suplicy (PT), que

¹¹³ A cidade de São Paulo conta com 32 subprefeituras, atualmente denominadas Prefeituras Regionais, que devem funcionar como órgão locais da administração municipal responsáveis pela manutenção e zeladoria de espaços e equipamentos municipais nos bairros, além de atribuições na área de vigilância sanitária e epidemiológica, entre outras. O Jardim Ângela fica dentro da Prefeitura Regional de M'Boi Mirim, que também abrange o distrito de São Luís e a Brasilândia fica sob responsabilidade da Prefeitura Regional da Brasilândia/Freguesia do Ó.

foi prefeita entre 2000 e 2004. Marta, contudo, foi derrotada por José Serra (PSDB) em sua tentativa de reeleição. Apesar de sua promessa de dar continuidade a projetos da administração anterior, construir novos CEUs não estava nos planos de Serra. Deixo para própria Maria dos Anjos contar os detalhes dessa história:

Tinha esse terreno aí que era uma fábrica que tava desativada... Uma fábrica que deu, por muitos anos, ela deu emprego pra várias pessoas. Aí por um motivo também de ausência do poder público, porque nós tínhamos uma área aqui em cima muito grande, que era toda verde, foi invadida de uma hora pra outra, veio gente até do Rio de Janeiro pra invadir essa área. O poder público não fiscalizou, e por conta dessa invasão, acabou tirando a vida do dono dessa fábrica, porque pegaram também uma parte que era da fábrica... Ai a família se desgostou e foram embora e deixou aí abandonado. Ai os traficantes tomaram conta e começaram a tocar o terror lá dentro. Ai esse grupo que eu tô te falando aqui [o Grupo de Amigos Fé Luz do qual ela faz parte], que acho que é tudo doido, só pode ser doido, agora que fomos se dar conta disso, nós fomos pra cima dessa fábrica, tiramos as fotos, fizemos os documentos e pedimos pro poder público que nós queria um CEU ali, entendeu? Fomos barrados por traficante, que não queria que nós tirasse as fotos, mas acabamos ficando amigas deles e tiramos tudinho [as fotos]. E fizemos a documentação e mandamos pra eles e encaminhamos pro governo e fizemos ação civil-pública. Aí o juiz viu que era uma luta justa e deu como ganha a nossa causa. E aí o Serra teve que fazer, apesar de ele ter negado na 1ª instância. Nós já havíamos entregue um documento pra ele [Serra] pedindo e ele falou que não ia fazer, que não ia dar continuidade aos projetos da Marta. Só que nós já tava com ação civil-pública, entendeu? Tava esperando o resultado. Ele falou pra mim que não ia dar continuidade aos projetos da Marta. Eu peguei falei assim: “só que nós movemos ação civil-pública”, a gente tinha acabado de entrar com a ação. Ele falou assim pra mim: “se vocês ganharem, eu faço”, mas falou com muita raiva. E nós ganhamos! E ele fez (risos). (Maria dos Anjos, 51 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Nessa passagem Maria dos Anjos aborda importantes pontos que resumem a luta histórica dos moradores das periferias. O fechamento da fábrica, que “por muitos anos deu emprego pra várias pessoas”, a relação conflituosa, mas passível de negociação com o “mundo do crime”, a tentativa de negociação com o Estado para que este trouxesse um equipamento público que era demandado pelos moradores e, finalmente, a vitória pela via judicial. Como ela mesma resume, a ação judicial é apenas o último recurso quando a negociação política falha:

Porque nós aqui trabalhamos assim, nós pedimos ao governante, respeitando o trabalho do nosso governante, mas a gente tem um limite. Quando a gente vê que o que nosso encaminhamento não tá sendo visto como prioridade ou mesmo como necessidade – porque a gente só pede aquilo que tem mais necessidade. A gente entra com o Ministério Público também. Nós sabemos fazer isso. Nós temos a ação civil-pública e nós sabemos nos organizar (Maria dos Anjos, 51 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Assim, em alguns casos, sobretudo “na época dos governos de direita”, outras táticas e repertórios de ação política tendem a ser acionados por esses militantes como os cursos de formação, manifestações locais e as ações judiciais. A negociação como o Estado em suas diferentes esferas, contudo, segue sendo parte central dos processos de luta política.

7.6 – Consolidação de direitos ou perda de autonomia?

Reservei, para a esta última seção do capítulo, considerações de cunho mais analítico, buscando retomar algumas questões já abordadas anteriormente e trazer novas ponderações a respeito dos caminhos que a luta pela cidadania tomou ao longo da trajetória política dessa segunda geração de militantes das periferias paulistanas. Assim, inicio esta seção expondo algumas avaliações feitas pelos próprios militantes com quem mantive contato a respeito dessas estratégias adotadas para, a partir disso, apresentar algumas contribuições de cunho interpretativo.

Antes, contudo, cabe lembrar algumas diferenças com relação à consolidação de organizações sociais nesse período nas duas regiões pesquisadas. Ao compararmos a história dos movimentos da Brasilândia e do Jardim Ângela é possível notar que, apesar de um histórico muito semelhante em termos de organização e mobilização social nos anos 1970 e 1980, as histórias tomam caminhos bastante diversos nas décadas seguintes. Em grande medida, é possível atribuir a permanência de uma maior mobilização política no Jardim Ângela à capacidade dos moradores daquele bairro em instituírem organizações sociais que passaram a atuar em parceria e negociação com o aparato estatal.

Enquanto, na Brasilândia, a formação política passou a depender principalmente da família ou de contatos pontuais com organizações como sindicatos ou outras ONGs que atuassem em áreas ou projetos específicos, no caso do Jardim Ângela, é possível notar a constituição de uma rede de militantes e de organizações sociais como a Sociedade Santos Mártires e a SAEC, com seus diversos serviços conveniados e uma atuação política quase sempre em parceria com o poder público municipal e com políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Além disso, a institucionalização dos movimentos sociais, constituídos nas décadas anteriores, acabou por produzir uma importante fonte de financiamento tanto para que os militantes pudessem se dedicar exclusivamente à atuação política quanto para os mais diversos projetos sociais, alguns deles construídos pela própria comunidade.

Dito isso, passo a debater algumas questões relacionadas às diversas formas de institucionalização e repertórios de ação desenvolvidos ao longo dessa segunda geração. O primeiro ponto a ser destacado diz respeito ao repertório dos convênios que as ONGs locais estabeleceram com o poder público municipal. Aqueles que atuam em organizações da

sociedade civil parecem desenvolver uma avaliação dúbia desse modelo de atuação, de forma semelhante com o que ocorre com relação a quase todo o repertório utilizado nesse período.

Por um lado, os convênios são vistos como uma forma de consolidar os direitos e de fazer retornar os impostos pagos pelos contribuintes até a ponta do serviço público e para as regiões mais carentes da cidade, como me disse Maria de Fátima. Além disso, são uma necessidade devido à falta de outras fontes de recursos que possam manter as atividades e movimentos sociais. Como já foi dito, em muitos casos, a sociedade civil acabou por funcionar como uma espécie de incubadora de políticas públicas, implantando serviços pioneiros ou apontando demandas e necessidades concretas por parte da população. Esses são os casos dos projetos RAC, pioneiro no atendimento de medidas socioeducativas e da Casa de Sofia que atua no atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica.

a gente percebe a necessidade da comunidade pedindo e a gente fala “olha, se a comunidade tá pedindo, vamos escutar a comunidade e vamos implantar”. E aí, não tem como negar. Se a comunidade quer e é um fato, é uma coisa concreta, não é invenção floreada, não tem como a prefeitura negar. (Osni, 43 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

Para além dos serviços concretamente oferecidos por meio dos convênios, são inegáveis as conquistas em termos de políticas, serviços e equipamentos públicos que muitos fazem questão de listar como resultado direto da pressão que exercem sobre o poder público nas mais diversas instâncias em que atuam.

As lutas mudaram de direção, né? Então, o que que é isso? Em 1990, não tinha creches. Tínhamos quatro UBS. Não tinha base comunitária da polícia. Não tínhamos hospital. Não tínhamos PSF [Programa Saúde da Família]. [...] Tínhamos um terço, não, um quinto do serviço de assistência [social] na região do que tem hoje. Não tínhamos EMEI [Escola Municipal de Educação Infantil]. Isso em 1990, hein? [...] Não tínhamos a Avenida M’Boi Mirim, muito menos duplicada.

[...]

É interessante, porque eu estou nessa região já tem 34 anos quase e eu tenho 43 anos. Então eu estou nessa região, conheço essa região há 34 anos. Essa região mudou muito de 96 pra cá. Em termos de... Por mais que a gente fale “olha, precisamos, precisamos, precisamos”, claro que a gente precisa... Mas o que era essa região antes de 96 e o que é depois de 96, nós estamos falando de mudanças radicais. Desde um hospital, que era uma briga antiga que não tínhamos, unidades de saúde, policiamento, questão de projetos, de serviços da assistência social. Então houve uma evolução. (Osni, 43 anos, gerente do Centro São José, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015)

Na luta por uma saúde melhor, acabamos conquistando a segunda rede Hora Certa. A segunda UBS integral da cidade de São Paulo foi instalada aqui no Jardim Vera Cruz, uma coisa inimaginável no passado né? Conseguimos instalar aqui também, aqui no Jardim Vera Cruz, a rede Hora Certa 2 do M’Boi Mirim, é o único lugar da cidade que tem duas rede Hora Certa, que é o hospital-dia. Estamos numa luta muito grande pra viabilizar a implantação da UPA que é a unidade de pronto atendimento da nossa região do distrito do Jardim Ângela no território do Fundão, que é o trecho que compreende da padaria Menininha até a divisa de Itapeverica. E estamos aí lutando pra trazer cada

vez mais equipamento pra cá, aproximar o serviço público da nossa população que tanto necessita e merece serviços públicos de qualidade. (Geraldo, 47 anos, assessor parlamentar, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016)

Desse modo, para além de conquistas pontuais como um novo convênio ou algum equipamento específico nos casos relatados acima, há uma clara leitura de que as táticas usadas pelo movimentos que se articulam nas periferias surtiram efeitos de cunho mais estrutural na conquista de novos direitos junto ao poder público. É inegável, também, em uma comparação mais geral entre as duas regiões onde realizei a pesquisa, que o Jardim Ângela, onde a mobilização se manteve mais intensa ao longo das duas últimas décadas, conquistou mais equipamentos e serviços públicos do que a Brasilândia.

Por outro lado, diversas críticas me foram apontadas, pelos próprios gestores dos serviços, que reclamam com frequência do engessamento e da dependência financeira que os convênios produzem em relação ao Estado. O caso do RAC, relatado por Joel, é bastante ilustrativo desse engessamento. Enquanto se tratava de um projeto independente, financiado por outras ONGs ou fundações, foi possível dar maior flexibilidade no atendimento dos jovens, oferecendo diversas oficinas e cursos de curta duração. A partir do momento em que foi estabelecido o convênio com a prefeitura e, mais ainda com a municipalização definitiva do acompanhamento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, o rol de atividades que podiam desenvolver foi significativamente reduzido.

E aí veio a municipalização do socioeducativo, onde a prefeitura assumiu a proposta em toda a cidade e municipalizou. Daí tirou todas essas oficinas. Hoje, o RAC faz só atendimento. Faz uma oficina ou outra mas nada como era o RAC na época. Na época, tinha uns 30 profissionais, hoje tem 9 ou 8. Porque hoje só faz o atendimento, porque municipalizou a medida e não é mais aquele modelo que tinha anteriormente (Joel, 48 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Esse engessamento é fruto, em grande medida, da própria lógica da impessoalidade da burocracia estatal que impede o poder público de flexibilizar suas políticas para realizar um atendimento mais personalizado para demandas específicas de determinados sujeitos ou regiões. Assim, até mesmo questões corriqueiras como o valor de salários para os trabalhadores dos serviços ou preço do aluguel dos espaços onde eles funcionam devem seguir determinado padrão estabelecido dentro do convênio.

[O espaço do CCA] é alugado, daí mais um gesso que nós temos, porque eu digo que o aluguel da Prefeitura pode pagar é até cinco mil. [...] Às vezes eu vejo umas casas perfeitas, mas o cara fala assim: “Sete mil reais”. Eu falei: “Não, não dá, o meu convênio é até cinco mil” e isso lembrando que eu tenho que descontar o IPTU. E aí eu falo: “Não, então, você vai me ajudar no IPTU?” “Não, não dá.” Então fica difícil (Leandro, 31 anos, gestor de um CCA, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Desse modo, há regulamentações típicas do processo de gestão estatal que acabam por dificultar o atendimento mais adequado para as demandas sociais. Dois casos que me foram relatados pelo Padre Jaime são bastante ilustrativos disso. Tratam-se de procedimentos burocráticos ligado ao atendimento na Casa de Sofia e no SPVV – antigo CEDECA – que lidam com pessoas que estão passando pela difícil situação da violência doméstica e são obrigados, por uma portaria municipal, a passarem pelo Centro de Referência de Atendimento Social (CRAS) para que possam fazer um primeiro cadastro antes de serem efetivamente atendidos.

[Os convênios] limitam muito, por exemplo, pega o Cedeca e a Casa Sofia, para dois exemplos. Eu tenho dito muito, que o nosso papel não é cumprir convênios, o nosso papel é assumir a causa. Essa tem sido a minha discussão. A Casa Sofia começou aqui, com voluntariado, em 99. E acho que deve ter funcionado mais ou menos uns 5 anos com voluntariado. Voluntariado dá para manter por um tempo, mas não vai manter para sempre. No início [do convênio] tudo bem, toparam todas as nossas condições, mas depois da portaria, não pode ter psicólogo, chegando ao cumulo, ano passado, para ser atendido na Casa Sofia, que é aqui no fundo [da Igreja], você tinha que pegar uma senha no CRAS, que é lá para cima. Tinha que pegar um ônibus daqui, um ônibus para o Jardim Santana e voltar aqui com uma senha. Como uma mulher, debilitada, fragilizada pela violência chega aqui no portão e você fala, pega um ônibus, vai lá e volta aqui que eu te atendo? É uma crueldade! A mesma coisa estavam fazendo no Cedeca. Você vê muitos casos no Cedeca de abuso sexual de crianças, de adolescentes. Eles vêm escondido e aí, você manda fazer essas viagens? (Padre Jaime, 71 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2017).

Há, ainda, o problema gerado pela dependência com relação ao Estado ou, o que é ainda pior, a governos específicos que é tanto de natureza pessoal, na medida em que os cargos e salários dos militantes só existem por causa dos projetos conveniados, quanto em relação aos projetos em si, em permanente ameaça de interrupção caso a administração municipal decida descontinuar a parceria ou a linha orçamentária que os financia. Quase todos os militantes com quem conversei me apontaram essa questão sem que eles tenham uma alternativa para solucioná-la.

90% mesmo ou 95% depende da verba do governo. Tipo, se mês que vem a gente não receber a verba não tem como, porque a alimentação, todas as contas para pagar é tudo com dinheiro da verba. (Cleide, 45 anos, gerente de um CCA, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

A Casa de Sofia depende 100% de convênio. Se eu não tiver o convênio eu não tenho como permanecer com ela aberta. O que nos fragiliza, porque quando eles entendem, quando a secretaria entende que você depende 100%, eles falam: “Bom, elas não têm para onde correr mesmo, então eu vou começar...” E eles começam a se colocar e aquela questão de parceria some, só fica na fala, porque eles chegam como os fiscalizadores, fiscalizando o serviço, por mais que a gente tenha um bom relacionamento com a supervisão local da secretaria, mesmo assim, às vezes eles tentam colocar o que eles acham que é bom e não aquilo que a gente entende que era o melhor para o espaço, por eles saberem que a gente não tem esse poder de negociar...

Como se negocia? Se você depende 100% de mim, se eu dependo 100% de você, eu vou negociar o quê com você? Fica difícil, então isso enfraquece muito o serviço, enfraquece muito os profissionais, enfraquece muito a coordenação, porque às vezes você tem que dar várias recuadas, você quer ir para frente, mas você não vai você fala: “Deixa eu segurar aqui” (Maria Castro, 41 anos, coordenadora da Casa de Sofia, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Então nós temos hoje uma dependência financeira pra existência de trabalho socioeducativo muito grande do município. Isso é um horror, isso é o nosso maior sofrimento hoje. E a forma com que as parcerias existem, né? Elas existem não para que o serviço público, que deveria ser feito pelo Estado, aconteça. E sim para precarizar, ou seja, é um pagamento... “Vamos pagar, porque isso aí é mais barato, as organizações fazem o serviço que a gente devia fazer, só que mais baratinho e a gente exige que eles façam” (Osni, 43 anos, gerente do Centro São José, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015)

Assim, para além da dificuldade de estabelecer uma negociação efetiva entre Estado e sociedade civil diante dessa dependência, a fala de Osni aponta para outra importante contradição: a precarização de alguns serviços públicos que muitas vezes acompanha esse processo de conveniamento e terceirização da prestação do serviço.

Essa precarização é particularmente marcante no caso das creches, em que ouvi de muitas mães e de militantes que a qualidade do serviço prestado pelas creches conveniadas é significativamente inferior ao das creches administradas diretamente pela prefeitura, uma vez que aquelas são obrigadas a “se virar” com a verba que recebem da administração municipal e, muitas vezes, acabam se instalando em locais que estão longe de serem ideais para lidar com crianças menores de 3 anos de idade.

Dessa maneira, um dos principais riscos a que estão submetidos os convênios é o de fechamento dos serviços a partir de uma decisão unilateral do governante do momento como quase chegou a ocorrer com o RAC que só não foi fechado por conta da articulação e pressão política do Padre Jaime, conforme ele me relatou:

Me ligaram numa sexta feira e falaram – “Olha Jaime...”, a Laudelina, que era a supervisora da assistência, era amiga que eu conhecia de longa data, foi até ex-presa política, uma pessoa que tinha historia política. – “oh, desculpa te avisar, mas a partir de segunda-feira não tem mais convênio”. Falei: “o quê? Não temos mais convenio do RAC? E os jovens que estão lá?” Laudelina disse “Ai Jaime, acho que vão se ferrar!” Respondi: “olha Laudelina, acho quem vai se ferrar é você! Eu espero que segunda-feira, você arrume uma sala aí na subprefeitura para recebê-los, porque vou pegar um ônibus e mandar todos para lá, na subprefeitura.” Ela disse: “Jaime, não faz isso comigo, não faz.” Respondi: “E o que vou fazer? Vou assumir a culpa? Eu saio daqui 3, 4 horas da tarde de sexta-feira e estou indo lá avisar eles.” Ela: “Jaime, não faz, pelo amor de Deus. Pior que eu sei que você é capaz de fazer isso comigo”. Respondi: “Pode se preparar que segunda vou lá sim. O convênio ia até novembro e você me fecha agora”. Isso era início de maio. Ela: “Me espere que vou aí falar contigo.” Eu: “olha, Laudelina, não demora, ou não vai dar tempo de avisar os jovens.” Ela apareceu aqui, coitada, chorando: “não fui eu, não sou eu que estou dando a ordem, é o Floriano [Pesaro]”. Floriano era secretario na época. Eu: “então, Laudelina, você por sua vez manda para o Floriano. Inclusive eu marco o mesmo ônibus para falar contigo e você vai no mesmo ônibus falar com Floriano.” Ela veio, chorou, chorou aqui, deixou todas às lágrimas

cair, e dizia que só estava recebendo ordens e eu respondi: “eu também!” Ai ela falou com Floriano, brigou, contou o que eu iria fazer e em meia hora ela disse: “tudo bem, continua até o final.” Sabe, fazer a gente de palhaço, se eu não fosse sem-vergonha, como já aprendi a ser depois de muitos anos nessas coisas, fariam isso com a gente. Os convênios são deste jeito. Ai baixam a portaria, que o mês passado além da mudança de governo, atrasaram o pagamento, sabe, coisas que acontecem também (Padre Jaime, 71 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2017).

Assim, a posição em que estão os militantes e gestores dos convênios públicos é de extrema fragilidade tendo grandes dificuldades em negociar qualquer ponto mais sensível ou mesmo de pressionar politicamente o poder público para a conquista de novos direitos, uma vez que têm que lidar com a ameaça, mesmo que velada, de interrupção da “parceria”, o que significaria o fim dos projetos de que participam e a perda de seus postos de trabalho.

Diante disso, os militantes-gestores veem-se em uma situação desconfortável e, até certo ponto, contraditória, pois ao mesmo tempo em que demandam mais e melhores serviços públicos são eles mesmos que prestam tais serviços. Assim, ao atuarem em uma atividade-meio das políticas públicas, isto é, na gestão dessas políticas, e lidarem mais diretamente com os cidadãos que são atendidos pelos serviços, acabam por funcionar como mais um elemento de bloqueio entre os moradores das periferias e as esferas garantidoras de direitos (FELTRAN, 2011a). Com isso, a cobrança pela melhoria dos serviços prestados nessas regiões recai muitas vezes sobre essas organizações e não diretamente sobre o Estado.

Outro ponto relevante a ser destacado diz respeito à dependência que muitos militantes das periferias desenvolvem, do ponto de vista pessoal, com relação aos vereadores ou deputados a que se vinculam. Essa relação entre os militantes e os políticos muitas vezes é vista como sinal de status no meio político local, mas o fato de representar um vereador em instâncias participativas se mostra, na maioria das vezes, como uma forma de cooptação dessas lideranças para que façam campanhas ou articulem pautas definidas de cima para baixo a partir dos gabinetes dos parlamentares.

Conforme me apontou um militante do Jardim Ângela, crítico dessas práticas, o “parlamentar usa, abusa, faz o que quer”, uma vez que “a maioria acaba não podendo trabalhar” e depende das “gorjetinhas” ou mesmo do salário que recebem dos gabinetes e das campanhas desses parlamentares. Essas “gorjetinhas” a que ele se refere podem ser ajudas financeiras diretas, indicações para conseguirem um cargo comissionado em algum órgão público, como no caso de Sandra relatado anteriormente, ou mesmo o pagamento de alguma despesa menor como a conta de celular.

Na maioria dos casos, essas ajudas de custo ou empregos públicos servem para que as lideranças locais fiquem “liberadas” para atuarem em suas causas sem ter a necessidade de um

trabalho que ocuparia a maior parte de seu tempo e inviabilizaria a militância política. Contudo, têm o efeito de as deixarem presas às pautas e agendas dos parlamentares. Assim, ao mesmo tempo em que as liberam, as limitam, produzindo um efeito paradoxal sobre suas atuações políticas.

Além disso, tal expediente que se tornou bastante difundido entre parlamentares do PT, algumas vezes com a intenção de que funcionassem como apoio aos militantes e a suas lutas sociais, acabou por gerar um processo de dependência e cooptação do militantes que tem sido atualmente apropriado por vereadores e deputados de outros partidos para conquistar votos nesses territórios.

Há que se destacar, ainda, que, do ponto de vista individual, ocorreram inegáveis ganhos em termos de ascensão econômica. Diversos desses gestores de serviços conveniados conseguiram algum grau de mobilidade social graças às oportunidades de trabalho que surgiram com os convênios. Alguns com quem conversei iniciaram suas carreiras ainda muito jovens, trabalhando como auxiliar de limpeza, office-boy ou em funções de apoio administrativo, boa parte como voluntários. Com as oportunidades de trabalho fixo e com uma remuneração relativamente melhor do que a média de suas regiões, muitos desses militantes, que sequer tinha o ensino médio anteriormente, se formaram em cursos diversos como pedagogia, psicologia, serviço social, administração, entre outros. Hoje, são responsáveis pela gestão de projetos que envolvem dezenas ou centenas de milhares de reais e lidam com complexos processos burocráticos.

Outro problema enfrentado com relação à continuidade da militância nas periferias diz respeito à grande dificuldade em termos de renovação geracional dos que ocupam os espaços de participação e articulação política. O Fórum em Defesa da Vida e a Caminhada pela Vida e pela Paz completaram 21 anos em 2017 e seguem ativos com um intenso calendário de atividades e bons resultados colhidos em termos de atendimento de demandas da população e de publicização de questões, como o próprio caso da violência na região. Participei de algumas reuniões do Fórum, que ocorre sempre na primeira sexta-feira de cada mês, e de outras atividades promovidas pela Santos Mártires, desde debates para discutir temas ligados ao meio ambiente – tema central para a região que fica nas proximidades da represa e tem grande parte das residências localizada em áreas de mananciais, dificultando o processo de regularização fundiária – até questões ligadas à cultura e ao “direito à cidade”, além, é claro, dos temas prioritários envolvendo saúde, educação e segurança.

De um lado, impressiona o nível de mobilização e politização dos participantes, apontando mais uma vez para a importância dos processos de *educação não-formal* que

ocorrem nesses espaços. As reuniões que acompanhei, quase sempre conduzidas pelo próprio Padre Jaime, contavam com mais de 50 participantes, todos com opiniões bem embasadas por dados e demandas da população que representavam enquanto líderes comunitários e com cobranças incisivas de seus direitos junto ao Estado.

Essa postura combativa e qualificada dos militantes de movimentos sociais e gestores de ONGs pode ser observada em praticamente todos esses espaços de participação ofertados pelo poder público em que pude acompanhar, com destaque para o Conselho Participativo da Subprefeitura de M'Boi Mirim. Os anos de diálogo e negociação com o governo proporcionaram a essas pessoas um conhecimento técnico e político bastante qualificado tanto no que se refere a postura que adotam nos diferentes espaços – mais combativa ou mais negociadora a depender da ocasião – quanto em termos de dados e informações a respeito do funcionamento do Estado e de sua burocracia. Em suma, esses moradores de regiões periféricas sabem o que, como e quando reivindicar melhorias para suas regiões.

De outro lado, é preciso destacar o envelhecimento desses espaços. Como dito anteriormente, há uma grande coincidência em termos de participantes entre aqueles que frequentam os fóruns da Santos Mártires, os Conselhos de políticas públicas, como o já citado Conselho Participativo da Subprefeitura da região ou outros conselhos ou conferências temáticas ou ligados à gestão de equipamentos públicos. Desse modo, nota-se que não houve grande renovação das pessoas que militam nesses espaços especialmente em termos geracionais. Não perguntei a idade de cada um dos frequentadores, mas falando de maneira impressionista, são poucos os rostos com menos de 40 anos que pude observar nos espaços desse tipo que frequentei, o que aponta para sua baixa atratividade ou baixa abertura para o público mais jovem.

A própria necessidade desse conhecimento prático e político a respeito do funcionamento desses espaços e dos mecanismos burocráticos acaba sendo muitas vezes um fator de desestímulo ou desinteresse para que outras pessoas sejam integradas ao processo de luta política. É preciso conhecer os mecanismos de gestão e prestação de contas para fazer um convênio, é preciso ter prática na oratória pública e na negociação para ter uma atuação efetiva em um conselho ou conferência, é preciso saber como funciona um processo jurídico e contar com apoio de advogados para entrar como uma ação civil-pública.

Assim, enquanto os processos de mobilização social levados a cabo nos anos 1970 e 1980 pelos movimentos sociais alargaram a noção de política e politizaram o cotidiano dos moradores, nos anos 1990 e 2000 parece ocorrer justamente o contrário. O político se reduziu ao posicionamento eleitoral para a maioria das pessoas e a participação mais efetiva acabou

cada vez mais restrita aos “iniciados” no processo político. Além disso, essa “profissionalização da militância” gera uma dependência em relação ao Estado, aos partidos e aos políticos, seja para a manutenção das entidades e dos serviços ofertados que vivem basicamente de convênios celebrados com o poder público municipal, seja para a manutenção dos próprios militantes que trabalham para entidades sociais ou mais diretamente em cargos de confiança no Estado. A margem de manobra desses sujeitos em suas reivindicações parece estar cada vez mais reduzida a ganhos marginais, como muitos deles reconhecem.

O processo político vivido por esse segunda geração não se tratou, portanto, de uma simples “saída de cena” daqueles personagens que emergiram nas décadas de 1970 e 1980, mas sim de uma reconfiguração do papel que esses sujeitos desempenham na construção de políticas públicas e de construção dos direitos de cidadania a partir de “novas formas organizativas” (Cf. LAVALLE; CASTELLO & BICHIR, 2004).

Dessa forma, se a institucionalização dos movimentos sociais que se formaram nos anos 1970 e 1980 permitiu uma continuidade mais consistente daquela atuação política anterior, ela também reduziu a margem de manobra dos sujeitos, uma vez que os tornou dependentes de recursos do Estado e não lhes deu acesso a espaços decisórios centrais. Daquele período, os militantes trouxeram consigo a visão da cidadania centrada na efetivação de direitos sociais e na ampliação da democracia política com mais canais de participação. Contudo, suas novas formas de atuação tornaram aqueles militantes em “uma espécie de ‘burocracia de base’ das políticas sociais” (FELTRAN, 2011b, p. 61).

Atualmente, mesmo que em alguns casos ainda procurem organizar e publicizar demandas com abaixo-assinados, pequenas manifestações ou até mesmo entrando com ações civis-públicas, é mais comum que os militantes combativos de outrora atuem implementando essas demandas por meio de convênios, programas e projetos em parceria com o poder público ou contribuindo com opiniões pontuais sobre a gestão dessas políticas nos espaços que o próprio poder público oferece. Os repertórios de ação, por excelência, deixaram de ser combativos e de pressão pública para serem negociais e cooperativos.

Nos últimos anos, contudo, parece crescer entre esses militantes um diagnóstico de esgotamento dessas táticas e repertórios de luta, uma vez que “as lutas mudaram de direção”, conforme afirmou Osni. O fim do ciclo petista junto ao governo federal e a própria decepção de muitos com o partido que ajudaram a fundar e se consolidar; a crescente cooptação de militantes por parlamentares com uma ligação cada vez menor com as lutas históricas das periferias; a necessidade de dedicar tempo e esforço a processos burocráticos de construção de projetos e prestação de contas em detrimento da formação e mobilização política; a falta de

autonomia e a dependência com relação ao Estado e o desinteresse dos mais jovens por essas formas de ação são alguns dos fatores que me foram apontados como razões para uma certa crise de representação e mesmo de rumo da ação política nas periferias.

As duas faces dos movimentos sociais de que fala Wieviorka (2006) parecem chegar a um momento de tensão. A face mais combativa, marcada pela privação, e a face mais negociadora, caracterizada pela capacidade e disposição de formular proposições políticas e projetos se uniram progressivamente ao longo dessa segunda geração. Contudo, os limites do que é possível alcançar em termos de direitos de cidadania em seus múltiplos sentidos são cada vez mais evidentes para os que militam há décadas nas periferias de São Paulo. As duas faces dos movimentos periféricos estão, mais do que nunca, apontando para lados opostos e as manifestações de junho de 2013 parece tê-las separado em definitivo. Assim, novos conflitos, pautas e visões sobre a política e o que se define como político estão emergindo, como buscarei abordar na última parte da tese.

8. A EXPERIÊNCIA DA MOBILIDADE SOCIAL: POSSIBILIDADES E LIMITES

o termo “padrão” nos leva de informações suscetíveis de medição estatística (salários ou artigos de consumo) para aquelas satisfações algumas vezes descritas como “imponderáveis” pelos estatísticos. Da alimentação passamos à moradia, da moradia à saúde, da saúde à vida familiar, e desse ponto ao ócio, à disciplina no trabalho, à educação e lazer, à intensidade do trabalho, e assim por diante. Do padrão de vida passamos ao modo de vida. Mas eles não significam a mesma coisa. O primeiro é uma medida de quantidades; o segundo, uma descrição (e, às vezes, uma avaliação) de qualidades. Enquanto as evidências estatísticas são apropriadas para o primeiro caso, precisamos confiar em “dados literários” para o segundo. A principal fonte de confusão surge quando se procuram extrair conclusões para um caso a partir de dados apropriados apenas para o outro (THOMPSON, 1966, p. 211).

Neste capítulo, trato do processo de mobilidade social que ocorreu recentemente no Brasil e que foi o motivador inicial desta pesquisa. Já abordei, no primeiro capítulo desta tese, o debate que se deu em torno da polêmica a respeito do surgimento de uma “nova classe média” no Brasil. Como procurei deixar claro, meu objetivo não é adentrar nessa polêmica entre economistas e sociólogos de diferentes matizes ideológicas uma vez que trata-se de uma polêmica superada do ponto de vista intelectual¹¹⁴. Os estudos que se seguiram demonstraram, a partir de um conjunto bastante variado de dados, que não existe base empírica para a defesa da tese da “nova classe média” e tampouco que o Brasil estaria se tornando um país de classe média (ver POCHMANN, 2012; 2013; SOUZA, 2013; RIBEIRO, 2014; SACALON & SALATA, 2012; CARDOSO & PRÉTECEILLE, 2017).

O fato inquestionável, contudo, é que passamos por um período, sobretudo entre meados a década de 2000 e a primeira metade dos anos 2010, em que o crescimento econômico veio acompanhado de um aumento na formalização do emprego, ganhos reais nos salários, ampliação do acesso ao crédito pela população de baixa renda e aumento da renda de ocupações por conta própria como resultado do aumento da massa salarial. Esses fatores somados se traduziram em uma “inequívoca expansão da capacidade de consumo de parcelas expressivas da população brasileira” (CARDOSO & PRÉTECEILLE, 2017, p. 985).

No que se refere à estratificação a partir de categorias ocupacionais, as mudanças observadas nas últimas décadas variam conforme o critério adotado para a divisão dos indivíduos nas diferentes classes sociais. Assim, enquanto alguns autores observaram um crescimento de 15,6% na participação das “classes médias” entre 2002 e 2014 e um crescimento

¹¹⁴ Além disso, a crise econômica que teve início no Brasil ainda no fim de 2014 e que ainda não se encontra plenamente superada tratou de demonstrar empiricamente as fragilidades do processo de mobilidade social pela qual o Brasil havia passado, fazendo com que muitos perdessem boa parte dos ganhos que haviam obtido nos anos anteriores.

particularmente acentuado em São Paulo das “categorias médias superiores das empresas”¹¹⁵ (CARDOSO & PRÉTECEILLE, 2017), outros afirmam que a participação relativa das classes na estrutura social não sofreu grandes modificações entre 2002 e 2009 (SCALON & SALATA, 2012)¹¹⁶.

Ressalte-se, contudo, que ocorreu, nesse período, um aumento no rendimento de todas as camadas analisadas, com maior destaque para aqueles localizados na metade inferior da estrutura social, aproximando-os dos estratos intermediários em termos de renda (SCALON & SALATA, 2012). Bastante significativos, além disso, foram os aumentos em termos educacionais da força de trabalho nesse período, o que acabou por reduzir os retornos salariais para os profissionais mais qualificados. Assim, o avanço educacional da última década, parece ser um dos fatores mais relevantes para a queda na desigualdade observada no Brasil (SOUZA & CARVALHAES, 2014)¹¹⁷.

O presente capítulo buscará analisar, portanto, como esse processo foi traduzido e experienciado pelo moradores das periferias de São Paulo a partir do aprofundamento da análise em termos quantitativos e qualitativos nos dois bairros onde essa pesquisa foi realizada. Para tanto, o capítulo se divide em três seções. Na primeira, trago dados quantitativos coletado a partir do *survey* que apliquei nas duas regiões. Além dos dados de renda, escolaridade e profissão dos entrevistados, apresento também comparações entre os entrevistados e seus pais e entre os grupos etários que habitam cada um dos distritos, a fim de analisar as barreiras e possibilidades de mobilidade intergeracional. Além disso, Na segunda seção, dedico-me à análise mais qualitativa apresentando alguns casos que encontrei ao longo da pesquisa de campo dentro de uma enorme gama de possibilidade dessa experiência¹¹⁸, esses dados permitirão também realizar uma análise dos processos de mobilidade intrageracionais. Finalmente, na terceira seção, trato dos limites desse processo na perspectiva de meus interlocutores, buscando discutir algumas consequências que a ascensão social trouxe para o cotidiano das periferias de São Paulo.

¹¹⁵ Segundo Cardoso e Préteceille (2017), o que chamam de “conjunto das classes médias” passou de 35,5% a 40,1% da população ocupada na região metropolitana de São Paulo.

¹¹⁶ Ainda que os autores utilizem dados de anos diferentes para fazer suas análises, o que me parece mais relevante para explicar a diferença nas conclusões é o uso de critérios distintos para a classificação sócio-ocupacional dos trabalhadores.

¹¹⁷ As tabelas 2, 3 e 4, apresentadas no capítulo 2, trazem os dados de renda, escolaridade e categorias profissionais respectivamente, para a região metropolitana de São Paulo.

¹¹⁸ Cumpre lembrar que os casos apresentados são entendidos como casos particulares do possível (BACHELARD, 1984). A combinação de dados quantitativos e qualitativos, contudo, permite analisar a representatividade e a relevância dos casos aqui discutidos.

8.1 – Mudanças no padrão de vida das classes populares nas periferias de São Paulo

Diante desse panorama mais geral da mobilidade social no Brasil contemporâneo apresentado a partir de diversas pesquisas quantitativas e qualitativas resenhadas no primeiro capítulo desta tese e retomado em linhas bastante gerais acima, o primeiro passo a ser dado, neste capítulo, diz respeito a apreciação das principais características desse processo nas regiões que são foco desta tese a fim de avaliar o que há de particular nelas. Os dados que serão apresentados nesta seção foram extraídos do *survey* que apliquei, com o auxílio de outros pesquisadores, nas duas regiões em que a pesquisa se desenvolveu¹¹⁹.

As tabelas 8 e 9, apresentadas no capítulo 2 trazem os dados referentes à escolaridade e renda a partir do Censo e apontam para importantes mudança no perfil socioeconômico dos moradores das periferias nos últimos anos. Os dados, contudo, além de temporalmente defasados, pois são de 2000 e 2010, não trazem importantes informações que o *survey* aplicado por nós é capaz de apresentar como a profissão e a escolaridade dos pais dos entrevistados, relevantes para avaliar mudanças de mais longo prazo bem como para analisar o processo de mobilidade social a partir da fluidez dos indivíduos entre as categorias sócio-ocupacionais, indo além das visões focadas apenas nas mudanças estruturais da sociedade brasileira como faz boa parte da bibliografia sobre o assunto. Além disso, os domicílios pesquisados no *survey* estavam concentrado no setores censitário em que a renda média da população havia passado de “baixa” para “média”, conforme critérios apresentados na tabela 1, de forma que nossa amostra procura apresentar um retrato mais aprofundado justamente daqueles que tiveram algum grau de mobilidade social nos últimos anos.

Início, então, com uma breve exposição de alguns dados sobre a situação empregatícia e de capacidade de consumo dos respondentes do questionário. No momento em que realizamos as entrevistas, no primeiro semestre de 2015¹²⁰, 62,3% dos entrevistados do Jardim Ângela e 64,1% na Brasilândia disseram estar exercendo algum tipo de atividade remunerada no momento da entrevista. O índice de formalização – trabalho com carteira assinada – apresentou-se maior dentre os entrevistados da Brasilândia, chegando 50,8% dentre os que estavam

¹¹⁹ O *survey* foi aplicado ao longo do primeiro semestre de 2015 em 391 residências selecionadas aleatoriamente nos distritos do Jardim Ângela e da Brasilândia. Para mais detalhes a respeito das questões metodológicas e do recorte amostral ver a Introdução desta tese. Nesta seção, para cada tabela apresentada trarei o número de respondentes considerado (N), uma vez que este pode variar a depender do número de pessoas que respondeu àquela determinada questão.

¹²⁰ Diante da forte crise econômica que atingiu o Brasil a partir do fim de 2014, cujos efeitos se arrastam até o presente momento, alguns dados aqui apresentados, como desemprego e nível de renda, estão defasados em diversos aspectos. Contudo, creio que eles se mostram relevantes na medida em que apresentam um retrato daquele momento e dão uma visão geral da amostra que obtivemos.

exercendo alguma atividade remunerada naquele momento, enquanto no Jardim Ângela esse índice de era de 44,4%.

Os desempregados eram 9,5% no Jardim Ângela e 12,5% na Brasilândia – apesar disso, apenas 8% no Jardim Ângela e 8,9% na Brasilândia disseram ter procurado emprego nos últimos 30 dias, medida oficial de desemprego. Cerca de 5,5%, em ambos os distritos, cuidavam apenas dos afazeres domésticos e os demais eram aposentados, pensionistas, estudantes ou estavam afastados do trabalho por motivo de saúde.

Apenas para ilustrar a expansão da capacidade de consumo que ocorreu nas últimas décadas nas periferias urbanas, cumpre apontar que bens de consumo duráveis, como rádio, geladeira, televisão, forno elétrico ou de micro-ondas, máquinas de lavar roupa, telefones fixos e telefones celulares, estão praticamente universalizados dentro do grupo social que estamos analisando, estando todos presentes em mais de 80% dos domicílios dos entrevistados. Por outro lado, o automóvel estava presente em pouco mais da metade das casas em ambas as regiões; o computador, em mais de 70% das residências no Jardim Ângela e em quase 63%, na Brasilândia. A TV a cabo, por sua vez, tinha presença mais forte na Brasilândia, ocupando 51,5% dos domicílios contra 41,7% no Jardim Ângela e a internet de banda larga estava em pouco mais de 60% das residências em ambos os distritos.

Feito este breve panorama de alguns dados obtidos, o primeiro ponto a ser indagado se refere ao perfil sócio-ocupacional dos moradores dessas regiões. Para tanto, diversos métodos de estratificação social podem ser adotados, quase todos com bons argumentos para defendê-los ou criticá-los perante os demais. O método que adoto neste texto foi desenvolvido por Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979), comumente conhecido como EGP, iniciais dos nomes dos autores¹²¹. O esquema EGP, de inspiração weberiana, separa os indivíduos em 11 categorias ocupacionais a partir de informações não apenas da profissão do indivíduo, mas também do tipo de contrato e de relação de trabalho a que ele está submetido. Para facilitar a análise dos dados, as 11 categorias serão reagrupadas em 6, conforme apresentado na tabela 11, adaptada de Scalon e Salata (2012).

Como dito, qualquer esquema de estratificação social é passível de argumentos favoráveis e contrários por representar a realidade social de forma mais ou menos fidedigna em algum determinado aspecto. Meu objetivo aqui não é me aprofundar nesse rico e extenso

¹²¹ Esse método também é conhecido como esquema CASMIN, sigla para Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nation, para mais detalhes ver Erickson e Goldthorpe (1992).

debate¹²². Desse modo, justifico a escolha do método EGP principalmente pelo fato de que se trata de um modelo largamente utilizado em pesquisas nacionais e internacionais, o que possibilita mais comparabilidade nos resultados encontrados¹²³.

Tabela 11 – Esquema de classes EGP

Esquema EGP com 11 categorias	Esquema EGP com 6 categorias
I. Profissionais e administradores de alto nível II. Profissionais e administradores de nível baixo	Profissionais e Administradores
IIIa. Trab. não manual de rotina – nível alto IIIb. Trab. não manual de rotina – nível baixo	Trabalhadores não-manuais de rotina
IVa. Conta própria com empregados IVb. Conta própria sem empregados	Pequenos proprietários
V. Técnicos e supervisores do trabalho manual VI. Trab. manuais qualificados	Trabalhadores manuais qualificados
VIIa. Trab. manuais não qualificados	Trabalhadores manuais não qualificados
IVc. Proprietários rurais sem empregados VIIb. Trabalhadores rurais	Trabalhadores rurais

Fonte: Scalon & Salata (2012)

Por fim, cumpre ressaltar que esses grupos serão interpretados como sendo representativos da “situação de classe” dos indivíduos (WEBER, 2012). Desse modo, ela diz respeito à posse de bens ou qualificações utilizados para a obtenção de renda ou outras receitas, mas que não necessariamente se relaciona com a ação social dos sujeitos no campo político ou em outras esferas da vida social, como o conceito de “classe social” pode vir a inferir.

Passemos, então, à análise propriamente dita. O gráfico 9 apresenta a divisão dos moradores das duas regiões pesquisadas nas categorias profissionais do esquema EGP expostos acima¹²⁴. Em linhas gerais, pode-se dizer que as duas regiões apresentam um perfil muito semelhante em termos de estratificação social. A maioria dos trabalhadores entrevistados se enquadra na categoria dos “não manuais de rotina” – 48,8% na Brasilândia e 43% no Jardim Ângela –, o que reflete o crescimento do setor terciário da economia de São Paulo e a redução da importância do setor industrial, em especial para os trabalhadores das periferias. Há que se

¹²² Para uma análise da evolução histórica das teorias sobre classe e estratificação social ver Crompton (1998).

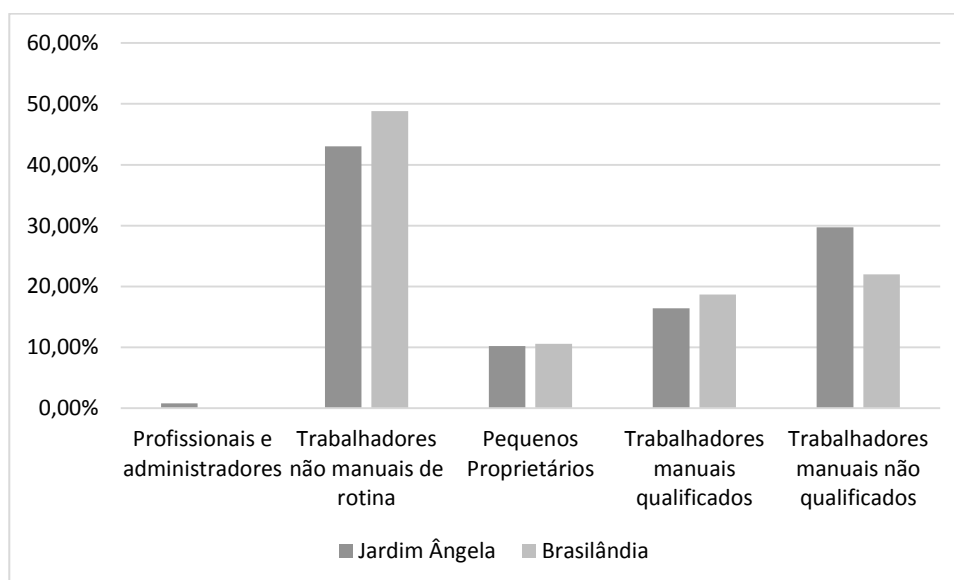
¹²³ Além de Scalon e Salata (2012), Ribeiro (2014) também faz uso desse método, assim como Marques (2014 e 2015), para as análises em torno da segregação residencial em São Paulo. Desse modo, parte relevante da literatura com quem estou dialogando utiliza esse modelo, facilitando a comparação entre os resultados obtidos.

¹²⁴ Para fazer essa classificação, parti da pergunta feita aqueles entrevistados que estavam trabalhando no momento da aplicação do questionário: “Qual o seu principal trabalho atualmente?”. Complementarmente, utilizei dados a respeito do tipo de relação contratual de trabalho a que os respondentes estavam submetidos, se formal ou informal e se possuíam negócio próprio ou eram empregados.

ressaltar, ainda, a permanência de uma parcela significativa de “trabalhadores manuais não qualificados”, composto principalmente por trabalhadores domésticos, ou que desempenham atividades em áreas como limpeza ou ocupam funções elementares no ramo da construção civil.

Obviamente, por se tratar de áreas dentro da cidade de São Paulo, não existem trabalhadores rurais. O que até certo ponto pode ser surpreendente é a quase inexistência de trabalhadores que se enquadrem na categoria de “profissionais e administradores”, a mais alta dentro do esquema de estratificação social aqui utilizado¹²⁵. Tal fato confirma os apontamentos de Ribeiro (2014) com relação à existência de barreiras para a entrada nessa camada social, ainda que o acesso à educação de nível superior tenha aumentado, como mostra a tabela 9, apresentada no Capítulo 2 e os gráficos 11 e 12 apresentados abaixo.

Gráfico 9 - Categoria profissional do entrevistado



Fonte: Elaboração própria (N Brasilândia = 123; N Jardim Ângela = 128)

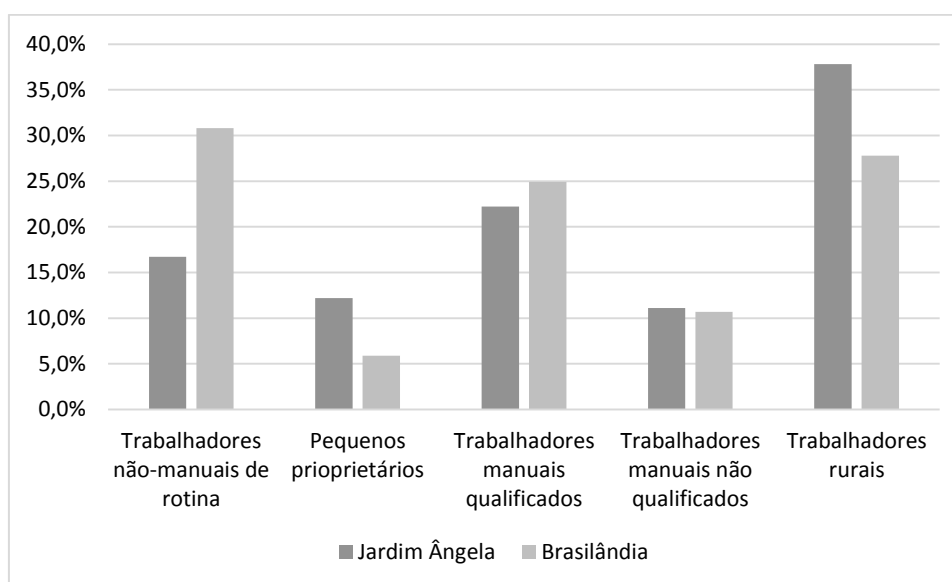
Antes de entrar nos dados sobre escolaridade, contudo, faz-se relevante discutir o grau de mobilidade intergeracional encontrado nas duas regiões a fim de aprofundar a análise a respeito dessa barreiras com relação à mobilidade social. O gráfico 10 apresenta a profissão exercida pelo pai do entrevistado¹²⁶. De imediato, é preciso destacar a existência de uma grande

¹²⁵ Entre as quase 400 entrevistas que realizei de modo aleatório para a parte quantitativa da pesquisa, apenas uma pessoa se enquadrava nessa categoria de “profissionais e administradores”. Trata-se de um dentista de 35 anos residente no Jardim Ângela que, apesar da profissão de relativo prestígio social, informou ter ganhos mensais de apenas R\$ 1500,00.

¹²⁶ Optei por utilizar a profissão do pai do entrevistado e não da mãe pelo fato de haver uma grande quantidade de mães que não exerciam atividades remuneradas, o que reduziria significativamente a quantidade de casos que seriam analisados. Para a profissão do pai, foi necessário contar com a memória dos entrevistados, o que pode,

parcela grande de trabalhadores rurais, sobretudo no Jardim Ângela, onde quase 38% dos pais dos entrevistados se dedicavam a esse tipo de atividade, contra cerca de 28% na Brasilândia. Por outro lado, é na Brasilândia onde encontramos, já na geração dos pais, um maior percentual de “trabalhadores não-manuais de rotina”, 30,8% contra apenas 16,7% no Jardim Ângela. Essa diferença entre as regiões pesquisadas pode ser explicado pelo fato relatado anteriormente de que a Brasilândia possui uma ocupação territorial mais antiga – o que explica o fato de menos pais terem origem rural, pois possivelmente já moravam em São Paulo – e tem, desde o início, uma economia mais baseada no setor de comércio e serviços e menos industrial.

Gráfico 10 – Categoria profissional do pai do entrevistado



Fonte: Elaboração própria (N Brasilândia = 169; N Jardim Ângela = 180)

Cruzando entre si os dados apresentados nos gráficos 9 e 10, obtemos as tabelas 12 e 13 que tratam mais propriamente do sentido e do alcance da mobilidade intergeracional.

Tabela 12 – Mobilidade social intergeracional – Brasilândia

Categoria Profissional	Trabalhadores não manuais de rotina	Categoria Profissional do Pai do entrevistado					Total
		Trab. não manuais de rotina	Peq. Prop.	Trab. manuais qualif..	Trab. manuais não qualif.	Trab. rurais	
Trabalhadores não manuais de rotina	16%	5%	10%	6%	10%	47%	

eventualmente, apresentar imprecisões. Nos dados apresentados foram excluídos os casos de pais desconhecidos ou que o entrevistado não se recordava da profissão que seu pai exercia.

do Entrevistado	Pequenos proprietários	3%	2%	4%	1%	2%	11%
	Trabalhadores manuais qualificados	8%	0%	6%	0%	4%	18%
	Trabalhadores manuais não qualificados	5%	2%	5%	3%	9%	24%
	Total	33%	8%	25%	10%	25%	100%

Fonte: Elaboração própria (N = 110)

Tabela 13 – Mobilidade social intergeracional – Jardim Ângela

		Categoria Profissional do Pai do entrevistado					Total
		Trab. não manuais de rotina	Peq. Prop.	Trab. manuais qualif..	Trab. manuais não qualif.	Trab. rurais	
Categoria Profissional do Entrevistado	Profissionais e administradores	0%	0%	1%	0%	0%	1%
	Trabalhadores não manuais de rotina	6%	7%	18%	4%	8%	43%
	Pequenos proprietários	0%	2%	3%	3%	4%	11%
	Trabalhadores manuais qualificados	3%	3%	3%	2%	5%	15%
	Trabalhadores manuais não qualificados	7%	5%	3%	3%	13%	30%
	Total	16%	16%	27%	11%	30%	100%

Fonte: Elaboração própria (N = 119)

As células destacadas na diagonal das tabelas sinalizam o percentual de indivíduos que permaneceu na mesma categoria sócio-profissional que seu pai, ou seja, aqueles que não experimentaram nenhum tipo de mobilidade social intergeracional. Como é possível notar, trata-se de uma parcela relativamente pequena e que se concentra sobretudo na camada dos “trabalhadores não manuais de rotina”, cuja única possibilidade de ascensão em termos profissionais seria a categoria dos “profissionais e administradores”, categoria a qual ascendeu apenas um dos entrevistados ao longo de toda a pesquisa, como já ressaltado.

Os percentuais que estão acima e à direita desta diagonal demarcada representam os indivíduos que ascenderam e os que estão abaixo e à esquerda tiveram uma mobilidade social descendente. Grosso modo, é possível notar que o sentido geral da mobilidade social

intergeracional observado para ambas as regiões é fortemente ascendente. Na Brasilândia, 50% dos entrevistados tiveram uma mobilidade social ascendente, e 77% pelo menos se mantiveram na mesma classe que seus pais. No Jardim Ângela, 67% melhorou sua situação socioeconômica, atingindo 80% quando somamos aqueles que pelo menos se mantiveram no mesmo patamar que seus pais.

Ainda com relação às mudanças geracionais, mas tendo agora como foco a idade dos respondentes ao questionário, é possível notar alguns padrões interessantes. As tabelas 14 e 15 apresentam o cruzamento entre as coortes de idade apresentados anteriormente do entrevistado¹²⁷ e sua categoria profissional. De maneira geral, é possível dizer que a segunda e a terceira gerações concentram a maior parte de seus membros nas profissões enquadradas na categoria “trabalhadores não manuais de rotina”, o que ocorre com ainda mais ênfase na terceira geração, refletindo justamente as mudanças no perfil das atividades econômicas da cidade de São Paulo rumo a uma economia cada vez mais focada nos serviços.

Tabela 14 - Profissões X Coorte de idade – Jardim Ângela

		Coortes de idade			
		Mais de 50 anos	Entre 30 e 50 anos	Menos de 30 anos	Total
Categoria Profissional do Entrevistado	Profissionais e administradores	0%	1%	0%	1%
	Trabalhadores não manuais de rotina	9%	20%	14%	43%
	Pequenos proprietários	6%	4%	1%	10%
	Trabalhadores manuais qualificados	7%	8%	2%	17%
	Trabalhadores manuais não qualificados	9%	14%	6%	29%
	Total	31%	46%	23%	100%

Fonte: Elaboração própria (N = 127)

¹²⁷ As divisões dos grupos etários seguem o padrão que adotei ao longo de todo o texto, ou seja, distribuí os entrevistados em três coortes de idade: aqueles que tinham até 30 anos de idade, os que tinham entre 30 e 50 anos e os com mais de 50 anos, no momento da entrevista. Ressalto, novamente, que o interesse primordial desse trabalho está na experiência dos sujeitos que obviamente não obedece a esse recorte estanque. Entendo, conforme exposta na introdução desta tese, que a própria determinação da geração depende mais de uma experiência compartilhada pelos sujeitos do que da idade deles estritamente. Assim, essas coortes de idade têm um caráter organizativo dos dados e que devem ser cruzados com outros dados qualitativos para serem melhor interpretados.

A primeira coorte de idade é a que apresenta os membros mais bem distribuídos entre as categorias profissionais, especialmente no Jardim Ângela, região historicamente mais industrial, mas que teve seu perfil alterado a partir dos anos 1990 devido à crise econômica e à reestruturação produtiva. Na Brasilândia, essa coorte se concentra mais em ocupações não manuais de rotina, o que dialoga com o já mencionado perfil histórico da região mais focado em comércio e serviços. Por fim, é possível demarcar a segunda coorte como um grupo de extremos, no qual quase metade de seus membros exercem profissões classificadas como “trabalhadores não manuais de rotina”, mas mais de um quarto são “trabalhadores manuais não qualificados”. Esse é o grupo que estava no mercado de trabalho já há algum tempo quando teve início o processo de mobilidade social recente no Brasil, apontando para um aproveitamento bastante heterogêneo das oportunidades que surgiram nesse período, como procurarei relatar na segunda parte deste capítulo.

Tabela 15 – Profissões X Coorte de Idade – Brasilândia

		Coortes de idade			
		Mais de 50 anos	Entre 30 e 50 anos	Menos de 30 anos	Total
Categoria Profissional do Entrevistado	Trabalhadores não manuais de rotina	15%	23%	11%	49%
	Pequenos proprietários	7%	3%	0%	11%
	Trabalhadores manuais qualificados	7%	9%	3%	19%
	Trabalhadores manuais não qualificados	8%	12%	2%	22%
	Total	37%	47%	15%	100%

Fonte: Elaboração própria (N = 123)

Por fim, antes de adentrar na questão da escolaridade, apresento abaixo a tabela 16, que traz o rendimento médio dos trabalhadores por categoria profissional¹²⁸. A renda média na Brasilândia é maior do que no Jardim Ângela, o que condiz com os dados da tabela 8, elaborada a partir dos dados do Censo e apresentada no capítulo 2. Com exceção dos “trabalhadores manuais não qualificados”, que apresentam um rendimento significativamente menor que os

¹²⁸ Nesta tabulação excluí o único caso de “profissional e administradores” que encontrei no Jardim Ângela por não ser suficientemente representativo.

demais, o rendimento das outras categorias é semelhante entre si na Brasilândia. No caso do Jardim Ângela, há diferenças um pouco maiores entre os rendimentos médios percebidos por cada categoria profissional e há uma surpreendente inversão entre a hierarquia de renda e a hierarquia das categorias profissionais¹²⁹. Esses dados confirmam, em alguma medida, o ponto levantado por Scalon e Salata (2012) a respeito da aproximação entre o rendimento dos trabalhadores de posições mais baixas na estrutura social e os setores intermediários.

Tabela 16 - Rendimento médio por categoria profissional

Categoria Profissional	Rendimento médio no último mês	
	Brasilândia	Jardim Ângela
Trabalhadores não manuais de rotina	R\$ 1.833,62	R\$ 1.402,09
Pequenos proprietários	R\$ 1.895,00	R\$ 1.611,54
Trabalhadores manuais qualificados	R\$ 1.877,50	R\$ 1.772,35
Trabalhadores manuais não qualificados	R\$ 1.174,00	R\$ 963,28
Total	R\$ 1.698,34	R\$ 1.346,41

Fonte: Elaboração própria (N Brasilândia = 106; N Jardim Ângela = 122)

Feita essa análise mais geral a partir da estratificação profissional, passemos a analisar como se comporta a escolaridade dos indivíduos entrevistados. Para facilitar uma comparação mais imediata com o que foi apresentado até aqui, inicio pela apresentação do cruzamento das profissões com a escolaridade do entrevistado, nas tabelas 17 e 18 e do rendimento médio dos trabalhadores por faixa de escolaridade, na tabela 20. Para a divisão por escolaridade priorizei o ciclo de escolar iniciado, ou seja, ensino fundamental, médio e superior. Essa divisão irá facilitar a comparação com a escolaridade dos pais, devido à forma como os dados foram coletados e tabulados. Excluí das tabelas os indivíduos sem escolaridade alguma bem como o único caso já mencionado de “profissional e administrador”, por serem pouco representativos dentro da amostra.

Tabela 17 – Profissões X Escolaridade – Jardim Ângela

	Escolaridade do entrevistado			Total
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	

¹²⁹ É preciso salientar que a categorias do “pequenos proprietários” é a mais heterogênea de todas, pois pode abranger desde trabalhadores autônomos como, por exemplo, vendedores ambulantes até proprietários de pequenos negócios com ou sem empregados.

Categoria Profissional do Entrevistado	Trab. não manuais de rotina	6,3%	26,6%	10,2%	43,0%
	Pequenos proprietários	4,7%	3,1%	2,3%	10,2%
	Trabalhadores manuais qualificados	6,3%	5,5%	3,9%	16,4%
	Trabalhadores manuais não qualificados	11,7%	16,4%	0,0%	29,7%
	Total	28,9%	51,6%	17,2%	100,0%

Fonte: Elaboração própria (N=128)

Tabela 18 - Profissões X Escolaridade – Brasilândia

		Escolaridade do entrevistado			Total
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
Categoria Profissional do Entrevistado	Trab. não manuais de rotina	8,9%	26,8%	13,0%	48,8%
	Pequenos proprietários	5,7%	2,4%	2,4%	10,6%
	Trabalhadores manuais qualificados	2,4%	10,6%	5,7%	18,7%
	Trabalhadores manuais não qualificados	10,6%	10,6%	0,8%	22,0%
	Total	27,6%	50,4%	22,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria (N = 123)

Conforme esperado, é possível notar que os indivíduos com maior nível de escolaridade tendem a ocupar as posições tidas como superiores e que demandam mais qualificação. Assim, cerca de metade dos que possuem ensino médio e quase 60% dos que ao menos iniciaram o ensino superior concentram-se em ocupações “não manuais de rotina”. Cerca de 40% dos que possuem apenas ensino fundamental e também uma parcela dos que possuem ensino médio trabalham em profissões classificadas como manuais não qualificados. Entre os pequenos proprietários, a maior parte se concentra entre os que possuem apenas nível fundamental, apontando para possibilidade de que entraram no ramo do empreendedorismo por terem dificuldade de se inserir em outras profissões que exigiam maior qualificação educacional.

Há, contudo, exceções, ou seja, profissionais com maior nível de escolaridade e que acabaram ocupando profissões de menor status ou profissionais com pouca qualificação que conseguiram trabalhos de maior prestígio social. Analisando esses dados conjuntamente com os dados da tabela 20, que traz o rendimento médio dos trabalhadores por nível de escolaridade, é possível levantar a hipótese de que parte da explicação para uma renda relativamente mais baixa para aqueles que ocupam posições mais altas na estrutura de estratificação ocupacional se deve à baixa qualificação de parte dos trabalhadores que estão nesses postos de trabalho, uma vez que renda e escolaridade parecem muito mais correlacionados do que a renda e a categoria sócio-ocupacional.

Tabela 19 – Rendimento médio por nível de escolaridade

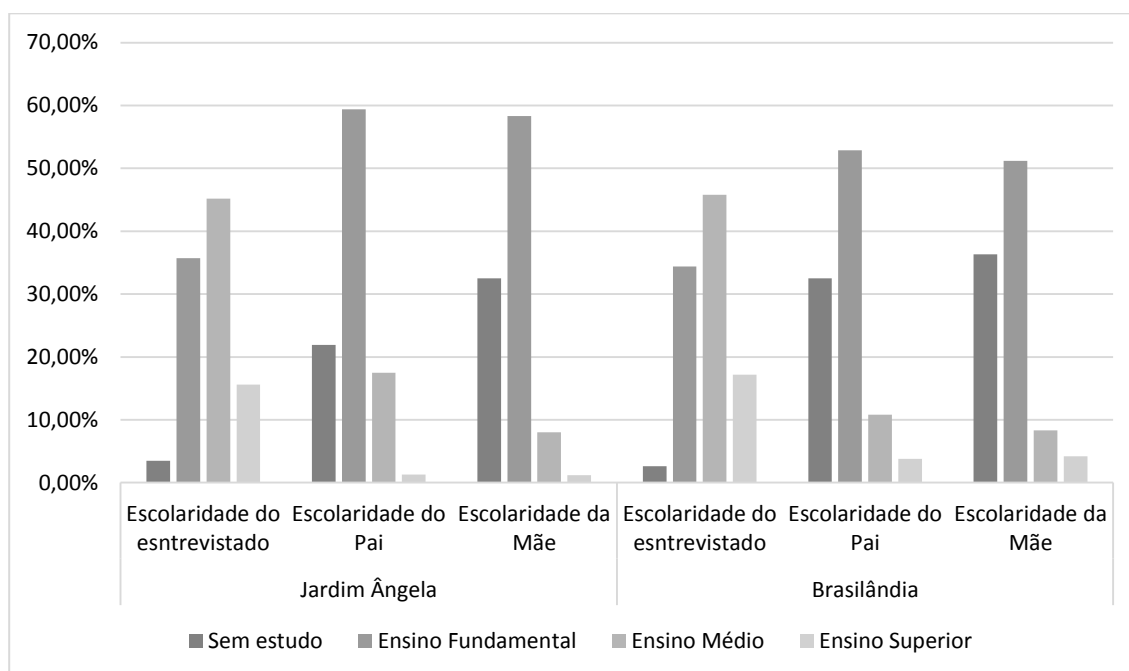
Nível de Escolaridade	Rendimento bruto no último mês	
	Jardim Ângela	Brasilândia
Ensino Fundamental	R\$ 1.251,71	R\$ 1.415,82
Ensino Médio	R\$ 1.257,29	R\$ 1.577,34
Ensino Superior	R\$ 1.843,90	R\$ 2.208,33

Fonte: elaboração própria

Por outro lado, ainda que haja um crescimento da renda conforme aumenta o nível de escolaridade dos trabalhadores de ambas as regiões e o acesso ao ensino superior seja responsável pelo principal salto em termos de rendimentos, é preciso destacar que, esse bônus de escolaridade vêm diminuindo nos últimos anos (Cf. SOUZA & CARVALHAES, 2014). Com isso, mesmo os que atingiram o nível superior de educação ainda apresentam uma renda relativamente baixa se comparada a das classe médias tradicionais, podendo ser uma importante fonte de frustração de expectativas ascensionais.

Finalmente, com o objetivo de avaliar as mudanças em termos de escolarização ao longo dos últimos anos, apresento abaixo os gráficos 11 e 12 que trazem o nível de escolaridade do entrevistado e de seus pais e o nível de escolaridade de cada grupo geracional respectivamente.

Gráfico 11 – Nível de escolaridade do entrevistado e de seus pais nas regiões pesquisadas



Fonte: elaboração própria (N Brasilândia = 157; N Jardim Ângela = 160)

Há poucas diferenças dignas de nota entre as regiões nesse aspecto. Como já havia sido apontado anteriormente, na Brasilândia, há um pouco mais de pessoas com nível superior, o que já era uma tendência na geração dos pais. De todo modo, ainda que pareça haver forte correlação entre a escolaridade dos pais e dos filhos, o aumento no nível de escolaridade em termos geracionais é bastante eloquente¹³⁰. Entre os pais e mães predominam os que possuíam apenas ensino fundamental – mais da metade em ambas as regiões tanto para os pais quanto para as mães – e um percentual relativamente alto, de mais de 30%, que sequer frequentou a escola – a única exceção são pais dos entrevistados do Jardim Ângela, para quem esse percentual chega perto de 22%. Além disso, pouquíssimos foram os que conseguiram atingir o nível superior de ensino na geração dos pais dos entrevistados – menos de 2% no Jardim Ângela e cerca de 4% na Brasilândia.

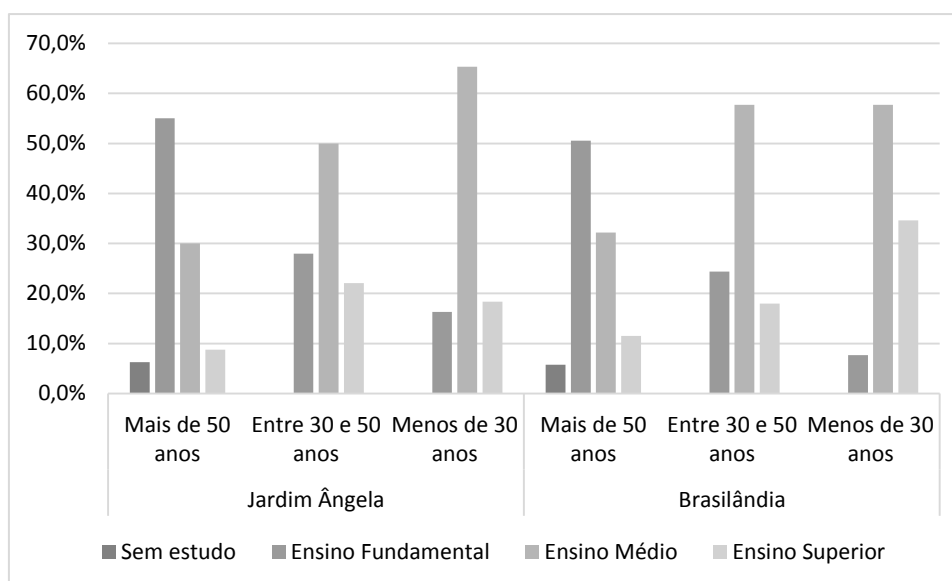
Por outro lado, entre os entrevistados, já há um claro predomínio de pessoas com ensino médio – mais de 45% em ambas as regiões – seguido de pessoas com ensino fundamental – cerca de 35% em ambos os distritos – e depois por pessoas com ensino superior, que já representam mais de 15% no Jardim Ângela e mais de 17% na Brasilândia.

¹³⁰ Não apresento os dados cruzando a escolaridade com a dos pais por não trazer grandes novidades e para não tornar o texto demasiado enfadonho. Reforço apenas que há uma clara tendência que os filhos tenha um nível de escolaridade igual ou superior a dos pais, apenas uma parcela diminuta, de menos de 3% dos entrevistados possuem nível de escolaridade inferior ao de seus pais.

Esses dados são complementados pelos apresentados no gráfico 12, que divide os entrevistados nas coortes geracionais apresentadas anteriormente. Na primeira coorte, mais da metade dos respondentes tinha apenas ensino fundamental e cerca de 30% possuíam ensino médio, os que chegaram ao ensino superior representam menos de 10% no Jardim Ângela e pouco mais de 11% na Brasilândia. Na segunda coorte, por outro lado, a relação se inverte e a maioria já possui ensino médio e parte relevante teve acesso ao ensino superior – 22% no Jardim Ângela e 18% na Brasilândia.

A terceira coorte é mais difícil de ser interpretada devido ao fato de muitos ainda estarem estudando ou poderem ainda voltar a estudar¹³¹, fazendo-se necessária uma observação de mais longo prazo. De todo modo, é possível apontar uma manutenção da tendência de aumento da escolaridade na medida em que diminui ainda mais os que têm apenas o ensino fundamental, universalizado apenas nos anos 1990, no Brasil, e um aumento, sobretudo na Brasilândia do que ingressaram no ensino superior.

Gráfico 12 – Nível de escolaridade por coorte de idade



Fonte: elaboração própria (N Brasilândia = 191; N Jardim Ângela = 197)

Diante dessa ampla gama de dados apresentados até aqui, algumas conclusões e hipóteses preliminares podem ser levantadas. O primeiro ponto de destaque, já ressaltado em outros momentos, diz respeito ao aumento da heterogeneidade nas periferias de São Paulo em

¹³¹ Pude observar, ao longo da fase qualitativa da pesquisa, que é comum entre os moradores das periferias concluir o ensino superior mais próximo dos 30 anos do que dos 20, pois muitas vezes precisam trabalhar ao concluir o ensino médio e apenas quando têm condições de pagar por uma faculdade ou de conseguir algum tipo de bolsa ou ainda quando enxergam uma oportunidade de melhorar de emprego, retornam aos estudos para concluir sua formação.

termos de nível de renda, escolaridade e categorias profissionais, ainda que neste último aspecto pareça prevalecer uma tendência de aumento dos “trabalhadores não manuais de rotina”. Além disso, os cruzamentos entre os diferentes dados mostram que, ainda que escolaridade e renda pareçam bastante correlacionadas, a escolaridade e a categoria ocupacional assim como a categoria ocupacional e a renda não apresentam a mesma relação linear que se poderia esperar. Dessa forma, uma análise apenas quantitativa e baseada nas “médias” em termos de renda, escolaridade ou profissão pode nos levar a conclusões precipitadas e, por vezes, equivocadas, ou que não são capazes de captar importantes nuances do processo de mobilidade social recente.

Por outro lado, é possível afirmar, a partir do que foi até aqui apresentado, que há uma clara barreira social que limita as possibilidades de ascensão social em termos de categorias sócio-ocupacionais, dificultando a entrada de membros das classes populares nas profissões de maior renda e prestígio, aquelas classificadas como “administradores e profissionais”, conforme alerta Ribeiro (2014). Os dados que apresentei indicam que essa barreira não se deve tanto ao nível de escolaridade, uma vez que cresceu de forma relevante o acesso ao ensino superior nas periferias, um dos principais requisitos para a entrada nessa camada mais alta da sociedade. Dessa maneira, é possível apontar, como hipótese a ser testada por outras pesquisas, para outros fatores relevantes que seguem ausentes entre as classes populares das periferias urbanas e que os impede de acessar essas profissões como o capital social e até mesmo uma diferenciação horizontal entre os que cursaram ensino superior em diferentes instituições de ensino (RIBEIRO & SCHLEGEL, 2015).

Olhando por uma perspectiva de longo prazo, é possível levantar a hipótese de que teria se realizado, ao menos em parte e com grande atraso, o projeto de mobilidade social familiar construído no imaginário dos trabalhadores da primeira geração das periferias urbanas, discutido na Parte II desta tese. Isso porque, de um lado, houve uma bem-sucedida fuga do trabalho manual e, de outro, ocorreu um aumento relativo da renda, ambos tidos como importantes critérios de sucesso no projeto ascensionar daquela geração. Além disso, foi possível, para muitos, conquistarem o sonhado acesso a níveis superiores de escolaridade para si ou para seus filhos. Finalmente, o sonho da casa própria, tido como um dos principais símbolos de ascensão social nas periferias, se realizou para cerca de 63% das pessoas de ambos os distritos, conforme constatei no questionário aplicado, trazendo certo nível de consolidação e estabilidade para essa mobilidade socioeconômica. Contudo, os dados qualitativos apresentados na seção seguinte mostram que a relação das classes populares que habitam as periferias com o processo de mobilidade social do Brasil recente é mais complexa do que parece à primeira vista.

8.2 – Do padrão de vida ao modo de vida: a experiência concreta da mobilidade social nas periferias

Os dados quantitativos apresentados até aqui são eloquentes em demonstrar o aumento da heterogeneidade social nas periferias e uma melhora, ainda que lenta e gradual, em termos de inserção produtiva ao longo das gerações de moradores das periferias de São Paulo. Para além dos dados objetivos, contudo, é preciso colocar esse processo em perspectiva histórica e analisar seus impactos subjetivos, apontando como os próprios sujeitos avaliam essas mudanças e constroem projetos individuais e coletivos a partir da nova realidade em que se inserem.

Desse modo, busco apresentar, ao longo desta seção, algumas experiências concretas possíveis de mobilidade social dentro de uma infinidade de possibilidades. O foco desta parte da tese é a segunda geração de moradores das periferias e este foi o grupo que mais foi afetado pela mudanças econômicas recentes, como os dados estatísticos apresentados acima apontam. Contudo, trago também casos de membros de outras gerações por serem relevantes tanto para analisar historicamente o processo quanto para fornecer elementos para compreender as mudanças nas dinâmicas sociais e políticas nas periferias que se desenham para a terceira geração e que serão apresentadas na última parte da tese. Assim, os casos apresentados foram selecionados dentro de uma grande gama de possibilidades por serem representativos de algumas questões relevantes para os argumentos que estou desenvolvendo na tese.

Um primeiro ponto a ser ressaltado, ainda com relação aos dados quantitativos colhidos para essa pesquisa, se refere à percepção dos moradores das regiões pesquisadas com relação às mudanças que haviam vivenciado nos últimos anos. No questionário aplicado, perguntamos se, nos últimos 10 anos, as condições econômicas da família do entrevistado haviam melhorado, permanecido iguais ou piorado. No Jardim Ângela, 56,3% dos respondentes disseram estar em situação melhor que 10 anos antes, 24,1% afirmaram que suas condições econômicas eram as mesmas e apenas 18,1% disseram que sua situação era pior que no passado. Na Brasilândia, a diferença é bastante expressiva: 37% disseram que suas condições econômicas tinham melhorado, quase o mesmo percentual que alegou ter piorado de vida (36,5%), enquanto 26% afirmaram que as condições eram as mesmas. Assim, ainda que a maior parte das pessoas do Jardim Ângela afirme ter melhorado de vida nos anos recentes e que mais de um terço tenha a mesma opinião na Brasilândia, chama atenção o fato de parcela expressiva, em ambos os

distritos, alegar não ter sentido melhora alguma em suas vidas ou ter dito que suas condições econômicas pioraram na última década¹³².

A diferença entre as duas regiões pode ser explicada, em parte, pelo fato de, na Brasilândia, menos pessoas terem tido uma melhora no nível de renda, como os dados dos censos de 2000 e de 2010, apresentados na tabela 8, demonstram. Enquanto 7,3% das pessoas deixaram a zona considerada de baixa renda naquele bairro, o percentual dos que passaram por essa situação no Jardim Ângela chega a 10,4%. De todo modo, em um primeiro momento, os dados obtidos poderiam ser vistos como surpreendentes diante de tantas informações e pesquisas que ressaltavam as expressivas melhoras, principalmente na renda das famílias mais pobres.

A surpresa inicial, no entanto, foi dando lugar a uma percepção da complexidade do problema conforme fui realizando a fase qualitativa da pesquisa. Como afirma Thompson (1966), é perfeitamente possível que as médias estatísticas e as experiências humanas corram em direções opostas, uma vez que o crescimento da renda média das famílias pode não ser acompanhada de melhorias em outros indicadores mais subjetivos ou mesmo significar uma perturbação qualitativa no *modo de vida*. Assim, as pessoas podem consumir mais bens e ficarem menos felizes, ao mesmo tempo. Os salários podem avançar, mas às custas de jornadas mais longas e mais intensas. Isso sem contar a frustração de expectativas que podem vir a ocorrerem diante de promessas não concretizadas de melhorias mais expressivas no próprio *padrão de vida*.

Dessa maneira, pretendo acompanhar, nas páginas que seguem, o movimento defendido por Thompson e passar de uma análise focada apenas no *padrão de vida* das classes populares para uma que aborde também os efeitos dessas mudanças sobre seu *modo de vida*, a fim de compreender os múltiplos significados subjetivos do processo de mobilidade social recente.

8.2.1 – A reinserção econômica pós-crise do trabalho ou a ascensão pela renda e pela formalização

Início a apresentação dos casos retomando a história de José, o ex-metalúrgico do Jardim Ângela de 60 anos que foi apresentado na Parte II desta tese. Típico morador que fez parte do processo de ocupação e autoconstrução das periferias de São Paulo, ele nasceu na Bahia e está em São Paulo desde 1973. Foi metalúrgico ao longo da década de 1980 e seguiu

¹³² Lembremos que a pesquisa foi realizada no início de 2015, antes, portanto, do agravamento da atual crise econômica.

nessa profissão até meados dos 1990 quando a empresa em que trabalhava fechou, seguindo o caminho de vários outros empreendimentos industriais da capital paulista, e ele foi demitido.

A perda do emprego fabril foi bastante traumática para José. Apesar de não se lembrar de quanto exatamente foi sua perda salarial, ele afirma que, em 1997, quando foi obrigado a trocar de emprego, o valor de seu novo salário era o equivalente ao que ganhava de vale-refeição em seu último trabalho na indústria. Ao longo dos anos seguintes, José foi obrigado a trocar a perspectiva de uma carreira assalariada de longo prazo por um desenvolvimento individualizado por meio da venda de sua força de trabalho em uma série de atividades contingentes (MACHADO DA SILVA, 2002). Assim, ele teve que se virar fazendo bicos, horas-extras e passando por vários empregos, primeiro como segurança e depois como porteiro. Período em que, segundo sua própria narrativa, teve os piores salários e precisava trabalhar por até 12 horas e aos fins de semana pra conseguir algum ganho adicional e garantir o sustento da família.

Em 2006, ele entrou para a construção civil e conseguiu uma pequena melhora salarial, mas ainda muito modesta perto do que já havia recebido quando trabalhava como operador de máquinas. Como ele mesmo me disse: “de 97 pra cá, eu não sei o que foi ganhar um salário digno, só merreca.” No período em que foi metalúrgico, José militou no movimento sindical, o que contribuiu para que tivesse uma visão mais politizada de sua realidade e valorizasse também a luta coletiva por direitos para além da luta econômica individual que passa a ser o foco dominante dos discursos a partir da década de 1990¹³³. Ele reconhece uma melhora em suas condições econômicas nos últimos anos, mas apressa-se em apontar os seus limites:

No período do Lula eu consegui fazer alguma coisa. Não consegui fazer muita coisa, sabe? Mas consegui viver bem, comi bem, entendeu, porque... a verdade, eu acho que a verdade será dita: Lula foi um dos presidentes que deu mais possibilidade pro trabalhador, entendeu? (José, 60 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

Nos últimos anos, José vinha recebendo salários na casa de 1000 a 1200 reais, a depender do número de horas extras que cumpria como ajudante de pedreiro, conforme os holerites que ele me mostrou. Depois de ter sido demitido do último emprego, por conta da crise econômica atual, ele está tentando se aposentar, mas têm enfrentado dificuldades por questões burocráticas junto ao INSS¹³⁴.

¹³³ Ver mais detalhes deste aspecto na trajetória de José na seção 5.3 desta tese.

¹³⁴ Segundo ele me contou, o problema que ele enfrena junto à previdência se deve a um processo demissional em uma das empresas em que trabalhou, pois o médico que assinou seu atestado de saúde ocupacional já não era mais funcionário da empresa naquele momento.

Apesar dessas pequenas melhoras materiais que conquistou ao longo das últimas décadas, como seu “barraquinho”, que conseguiu “debaixo de luta e garra”, José é consciente do quão limitados são esses avanços e refuta qualquer possibilidade de se considerar uma pessoas de classe média, demonstrando como a melhora relativa em seu *padrão de vida* é entendida por ele mesmo como insuficiente e limitada a alguns aspectos pontuais. Da mesma forma, ele é bastante cético com qualquer possibilidade de ascensão social mais contundente no futuro:

Ah, falta muita coisa [pra eu chega a ser de classe média], não chega não. Não chega não, Leonardo, não chega não, porque, por exemplo, pra mim ser classe média, eu teria que ter um bom salário, eu teria que ter uma boa renda, né? Então, eu tenho certeza que isso aí não vai acontecer nunca. Mesmo que eu acertasse na mega-sena sozinho, não aconteceria nunca, entendeu? Então, eu me tacho, como te disse anteriormente, eu me tacho como um baixa renda, né? É, um baixa renda. Não foi bem essa palavra que eu te falei anteriormente, acho que você tem anotado.... Uma classe média baixa, suponhamos assim né? Porque o baixa renda é aquele que mora numa periferia, que não tem um saneamento básico... Bom, eu acho que seja isso, me corrija se eu tô errado. Mas aqui nós temos saneamento básico, tem uma casa digna, num é aquela “Brastemp”, mas dá pra passar uma chuva né.... Então, quer dizer, não devo nada pra ninguém, tenho moradia própria (José, 60 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

A fala de José, ademais de demonstrar seu ceticismo com relação a uma possibilidade de mobilidade social mais contundente, ilustra também a dificuldade que muitos moradores das periferias encontram em se classificar dentro de alguma “classe social” devido às muitas contradições a que sua posição social está sujeita. Se, por um lado, ele sabe que não está entre as pessoas mais pobres do Brasil, pois tem “saneamento básico” e “uma casa digna”, por outro, ele é consciente que se encontra muito distante do que considera ser uma pessoa de “classe média”, que possui, principalmente uma “boa renda”, o que mostra que o nível dos rendimentos segue sendo um fator central nas perspectivas ascensionais de sua geração.

Desse modo, pude notar, tanto na coleta de dados quantitativos quanto qualitativos que não existe uma categoria nativa que traduza a realidade socioeconômica atual dos moradores das periferias. José, por ser membro da primeira geração e por sua trajetória na indústria e de militância sindical, está entre aqueles que se identificam com mais contundência como “trabalhador”, o que está longe de significar o pertencimento à “classe trabalhadora”, pois como ele mesmo afirma: “no meu caso, não tenho uma profissão, não tem uma renda mensal de uns 2, 3 salários mínimos. Então, quer dizer, [sou] um trabalhador. Um trabalhador comum, braçal.”

Sendo assim, a ideia de “classe social” faz sentindo apenas enquanto categoria analítica, ainda que seu uso seja cada vez mais controverso na sociologia, como a polêmica em torno da “nova classe média” demonstra. De todo modo, o que de mais relevante quero ressaltar, nesse aspecto, se refere à persistência de uma grande distância social entre os moradores das periferias

e o que imaginam ser alguém de “classe média”. Além disso, a hesitação de José em se definir como “trabalhador” e os adjetivos “comum” e “braçal” que ele acrescenta – que em outros tempos poderiam ser substituídos pelo adjetivo “pobre” (Cf. ZALUAR, 2000) – e a ponderação de que sequer têm uma profissão são elementos que apontam para o enfraquecimento dessa identidade, mesmo entre aqueles em que essa identificação já foi mais forte no passado.

Pode-se dizer, portanto, que a relativa mobilidade social de José nos anos recentes se deveu principalmente a uma pequena melhora em termos salariais e a uma maior oferta de trabalho que lhe garantiu alguma estabilidade no emprego. Ele trocou de profissão por diversas vezes ao longo da vida, de trabalhador industrial foi ser porteiro, de porteiro foi segurança, de segurança foi trabalhar na construção civil. Contudo, em todos os casos, sempre se manteve em ocupações inferiores em termos de status e de remuneração comparativamente ao período de operário industrial.

Por outro lado, sua trajetória profissional mostra uma interessante contradição ao situá-la dentro da estrutura de estratificação social apresentada na seção anterior. Ao deixar de ser um operário industrial em uma indústria moderna, José trocou uma posição de “trabalhador manual qualificado” por outra de “trabalhador não manual de rotina” e viu seu salário cair. Depois, já em meados dos anos 2000, ele entrou para a construção civil como ajudante de pedreiro, exercendo uma função de “trabalhador manual não qualificado”, mas com uma renda um pouco maior do que quando era porteiro ou segurança. Desse modo, o status ocupacional e o nível de renda parecem caminhar em direções opostas nesse caso concreto. Isso sem alterar sua qualificação, posto que concluiu apenas o quarto ano do ensino fundamental.

Esse fato aponta para a importância de outros fatores de ordem econômica que ocorreram ao longo dos anos 2000, como os aumentos reais do salário mínimo, a geração de novos postos de trabalho e o consequente aumento da renda média dos trabalhadores. De todo modo, a pequena ascensão social que José experimentou nos anos recentes mostra-se bastante frágil, diante da crise econômica que teve início no Brasil em 2014. Quando conversamos pela última vez, no fim de 2015, ele me disse que naquele ano não tinha conseguido “nem bico”, algo incomum, pois antigamente quando havia ficado desempregado, sempre conseguia algum serviço para ganhar 200 ou 300 reais por semana. Dessa forma, a crise econômica, aliada a sua dificuldade em se aposentar por questões pendentes junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), pode colocar a perder parte das conquistas que sua família obteve nos últimos anos.

Outro caso semelhante de mobilidade social baseada na formalização do emprego e melhoria da renda que encontrei é o da família de Cilene e Ricardo. Membros da segunda

geração, ambos na casa dos 35 anos de idade, o casal também vive no Jardim Ângela e tem dois filhos. Ela, como muitas outras moradoras da periferia, ganhava a vida como diarista, trabalhando “em casa de família”, como costumam se referir ao trabalho doméstico. Como é comum em sua profissão, ela se dividia entre diversos trabalhos diferentes ao longo da semana sem nenhuma garantia de que teria trabalho no dia, na semana ou no mês seguinte. Viúva do primeiro casamento, ela cuidava de seu filho mais velho sozinha até se casar com Ricardo e ter uma menina, há 6 anos.

Nos últimos anos, o casal viu sua renda aumentar um pouco e ganhar alguma estabilidade. Ela conseguiu que uma de suas patroas lhe contratasse com carteira assinada¹³⁵. Ele, que já trabalhou como auxiliar de estoque, servente de pedreiro, ajudante de gesso, ajudante de eletricista, mecânico de automóveis e sempre conviveu com uma grande instabilidade em seus rendimentos, uma vez que seus ganhos dependiam da demanda por seus trabalhos, também conquistou alguma estabilidade com um emprego como porteiro. Quando conversamos da primeira vez, o salário dele era de R\$ 1250,00 e o dela R\$ 1300,00. Com o aumento da renda do casal eles conseguiram construir a casa onde moram no terreno da mãe de Ricardo.

Entre os moradores da segunda geração, diante das dificuldades em se conseguir terrenos a preços acessíveis nas periferias já densamente povoadas, é bastante comum que os filhos aproveitem pedaços do terreno já ocupado pelos pais para construir suas próprias casas. Conforme apresentado na seção 3.4 desta tese, a casa própria, em geral autoconstruída, é o principal símbolo de mobilidade social ascendente entre os moradores das periferias urbanas. Nesse aspecto, não parece haver grandes diferenças entre as diferentes gerações de moradores dessas regiões. Quase sempre em que perguntei se as pessoas haviam melhorado de vida nos últimos anos, a construção ou reforma da casa aparecia como elemento que simbolizava as conquistas e/ou frustrações em termos de mobilidade social, como no caso de José, que se orgulhava de ter feito seu “barraquinho”.

A gente saiu do aluguel tem 5 anos. Então, depois que a gente saiu do aluguel, aí a gente fez a casa própria, aí foi quando a gente veio, trocou os móveis, aí depois dos móveis, veio o carro... Então, nesses cinco anos, eu não tenho do que reclamar não. [...] Passando o aperto ou não é assim que a gente tem que viver honestamente, né? Então, nesses 5 anos, a minha vida melhorou e bem, graças a Deus. (Cilene, 33 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

¹³⁵ É provável que Cilene tenha sido beneficiada pela aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de abril de 2013, a chamada “PEC das domésticas” que estendeu aos trabalhadores domésticos diversos direitos trabalhistas que antes não tinham acesso.

Ricardo compartilha com a esposa a sensação de melhora em suas condições econômicas, mas já se mostra mais frustrado por não conseguir atingir as expectativas de melhora que tinha para a família. Se, para ela, sair do aluguel, construir a casa própria, ainda que no terreno cedido pela sogra, e trocar os móveis são o principal exemplo de melhoria de vida; para ele, o fato de não ter conseguido concluir as reformas que gostaria é justamente o exemplo de frustração das expectativas.

Olha, eu acho que melhorou um pouquinho, mas não muito. A minha expectativa é que melhorasse mais. Não atingiu, na verdade, eu não atingi a meta que eu queria chegar. Porque todo ano você coloca uma meta ali né? Infelizmente, a minha ainda não atingi. A minha meta era ter terminado minha casa todinha. Minha casa, como você pode ver, é inacabada, tem muitas coisas que ficou pra trás... É de telha, então, é bastante humilde aqui. Então, eu queria pelo menos ter tido esse ano de ter batido a laje da minha casa, ter construído os quartos pra cima... Isso aí já não consegui fazer né, devido ao salário pouco, baixo... (Ricardo, 35 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

A frustração de Ricardo em não conseguir concluir a reforma de sua casa é, em grande parte, explicada pela perda do emprego fixo que Cilene tinha. Sua patroa, após sofrer um assalto, mudou-se para um apartamento menor e a dispensou. Tal como José e como muitos casos que encontrei nos últimos meses, o agravamento da crise fez com que perdessem o emprego registrado que haviam conquistado e agora voltavam a procurar “bicos” para ter alguma fonte de renda, revelando o alto grau de instabilidade da ascensão dessas pessoas que conseguiram alguma mobilidade social baseada apenas na renda e no emprego formal precário.

8.2.2 – Da informalidade ao empreendedorismo: autonomia e crise

Maurício, 53 anos, morador do Jardim Ângela, é um caso de empreendedorismo que teve sua luta individual por melhorias materiais compensadas nos anos recentes. Ele nasceu na Paraíba e chegou em São Paulo em 1982, quando trabalhou na construção civil em Embu-Guaçu, município da região metropolitana de São Paulo. Em meados dos anos 1990 decidiu construir sua própria oficina mecânica e auto-elétrica. Apesar de estar há mais de 20 anos no setor foi nos últimos tempos que viu seu negócio se expandir. Ele ainda paga aluguel pelo terreno onde está instalado, mas é dono de toda a estrutura física e dos equipamentos que compõem sua oficina, comprados em 2012 por cerca de 80 mil reais e parcelados em 48 vezes. Como “o negócio tava bom”, ele conseguiu quitar seu débito na metade do tempo previsto. Além disso, ele comprou equipamentos novos para sua oficina, como painéis, elevadores e aparelhos para fazer alinhamento e balanceamento que permitiram a expansão do negócio.

O empreendedorismo é destacado por muitos com quem conversei como fonte de independência e autonomia, colocando em si próprio a responsabilidade de sucesso ou fracasso. Assim, Maurício valoriza seu esforço individual como parte fundamental para seu sucesso e faz questão de destacar que trabalha “de domingo a domingo, de 7h às 19:40” e que conquistou tudo com base em seu empenho e dedicação.

Além de sua dedicação ao “trabalho duro”, ele também gosta de ressaltar que leva uma vida simples, sem luxo e que não gosta de frequentar botecos “nem pra tomar um cafezinho”. Maximizar o tempo de trabalho e reduzir ao mínimo ou a zero o tempo que se passa bebendo com amigos ou fazendo atividades improdutivas é tido como essencial por aqueles que valorizam o trabalho e o mérito próprio como forma de ascensão social. Como já apontava Machado da Silva (1971), no início dos anos 1970, para muitos trabalhadores, o lazer é tido como sinônimo de “folga” ou “ausência de compromisso”.

Apesar dos 53 anos, a experiência de Maurício se aproxima muito mais daquela descrita anteriormente como típica da primeira geração de trabalhadores das periferias de São Paulo. Além da valorização da autonomia e da responsabilidade no “trabalho por conta própria”, ele justifica seus esforços mais sobre a “ética do provedor” do que na “ética do trabalho” (cf. ZALUAR, 2000), afinal é sua responsabilidade “pagar perua, aluguel, água, luz, telefone, despesa de casa” e complementa, “seu filho quer uma coisinha, você não vai falar que não, né?”.

Além disso, o exemplo para os filhos, foi o principal motivador que fez Maurício lutar contra a dependência química que tinha em relação ao álcool e à cocaína, mostrando a importância da *ética familiar* em sua subjetividade:

É porque meu pai me deu uma criação, né? E eu tava vivendo outro mundo que não foi aquele que meu pai me ensinou, nem minha mãe. Eu tava em outro mundo. Quando eu vi que aquele negócio não tava certo, meu filho já um rapazinho, eu falei “espera aí, eu nunca tive vergonha do meu pai, meu filho vai ter vergonha de mim? Não, chega!” Eu sou de uma família de bem mesmo, muito bem de vida. E eu tava nessas coisas? Não! (Maurício, 53 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

Complementarmente, seu sucesso pessoal é muitas vezes atribuído ao esforço individual, ainda que a falta dele seja justificada nos problemas de ordem mais geral. Maurício e tantos outros reclamam dos problemas enfrentados diante da atual crise econômica, o que reforça o ponto já mencionado com relação à fragilidade que essa mobilidade social recente apresenta. Assim, a corrupção na política acaba sendo alvo preferencial das insatisfações de parte dos moradores das periferias, não necessariamente pelos aspectos morais por trás dos atos

praticados, mas principalmente por seus efeitos na vida cotidiana dessas pessoas, como o desemprego e a redução da renda.

Antes desse ano [2015], da Dilma, desse negócio de segundo mandato aí, tava bom né? Antes de descobrir essa roubalheira dessa Petrobras aí. Depois dessa roubalheira aí que afundou tudo. Antes tava mil maravilha, todo mundo ganhava uma merrequinha, dava pra comer um filé de frango... Hoje, o cara não come nem o pé. Depois que descobriram essa ladroagem aí, cara, acabou... (Maurício, 53 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

Até o fim de 2014 ele tinha cinco pessoas trabalhando com ele em um regime em que ele fornece os equipamentos e a alimentação dos funcionários e estes dividem com ele os ganhos que obtém referente à mão-de-obra dos serviços que executam. Atualmente, ele está endividado em cerca de 12 mil reais, que utilizou em compras de material para sua oficina. A queda na demanda por serviços, que já fez com que reduzisse de cinco para três o número de funcionários na oficina, pode vir a comprometer seu negócio no médio prazo, como ele mesmo avalia. Hoje, ele afirma aceitar trabalhos mesmo que por uma margem mínima de lucro: “se sobra alguma coisa pra você, você tem que fazer”.

O caso de Maurício aponta para um importante transformação pela qual passou o mercado de trabalho no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, na qual a reestruturação produtiva, a flexibilização e desregulamentação do trabalho foram centrais¹³⁶. Como apontado acima, ao longo dos anos 1990 a categoria crítica da informalidade, que se opõe ao trabalho “fichado”, como muitos dos meus interlocutores se referem ao trabalho com carteira assinada e, portanto, formalizado e com os direitos trabalhistas assegurados, foi sendo substituído pelo par empregabilidade/empreendedorismo no debate público e acadêmico (MACHADO DA SILVA, 2002).

Esse discurso ganhou adesão progressiva de muitos trabalhadores. O crescimento econômico recente que conferiu certo grau de verossimilhança a essa narrativa, ampliando ainda mais sua penetração entre as classes populares. Como vimos no caso de Maurício, o sucesso econômico de si e o fracasso do outro é quase sempre atribuído ao esforço próprio, ainda que a eventual falta de sucesso em suas próprias empreitadas possa ser atribuída à conjuntura econômica ou à problemas de ordem mais estrutural.

Ao longo da pesquisa, anotei em meus cadernos de campo, algumas expressões de interlocutores diversos que retratam essa leitura do processo de inserção produtiva e da situação do mercado de trabalho em São Paulo que atribui majoritariamente ao trabalhador a

¹³⁶ Processo que parece estar sendo radicalizado mais recentemente com a aprovação da reforma trabalhista e o aumento do desemprego e da informalidade nos últimos anos.

responsabilidade por seu sucesso ou fracasso profissional: “Tem muito emprego, só não trabalha quem não quer”, “As condições pra encontrar trabalho em São Paulo são ótimas, para quem quer”, “As condições de trabalho são ótimas para quem se esforça”, “Deu uma piorada [devido à crise econômica atual], mas quem procura [trabalho] acha”.

Com isso, a histórica valorização do trabalho autônomo entre trabalhadores das periferias urbanas¹³⁷, seja por questões de independência seja por vantagens em termos de nível de rendimentos, acabou por encontrar certa afinidade com esses discursos da valorização da competitividade, autonomia profissional e independência pessoal advinda da lógica do empreendedorismo/empregabilidade. Mais do que isso, ao longo dos anos 2000, o aumento da renda média da população nas regiões periféricas da cidade possibilitou que seus empreendimentos prosperassem com mais intensidade nos anos recentes à medida que a demanda por seus produtos e serviços foi incrementada, criando uma base material para a justificação desse discurso.

8.2.3 – A perspectiva e a frustração de uma ascensão mais estável pelo acesso ao ensino superior

Ao lado do “esforço”, o investimento em seu “capital humano”, ou seja, na formação escolar e profissional é o outro lado da moeda, ambos necessários para tornar-se *empregável* dentro da realidade posta aos moradores das periferias de São Paulo atualmente. Assim, a valorização da educação formal, que em outros tempos poderia ser preterida pela necessidade de começar a trabalhar ainda na adolescência, mas que sempre foi valorizada como passaporte para fora do trabalho manual e da pobreza, foi ganhando ainda mais importância.

Diante do aumento das oportunidades educacionais nos últimos anos, concluir o ensino médio foi se tornando obrigação e um pré-requisito básico para os que buscam emprego em um mercado cada vez mais competitivo. Os cursos de nível superior aparecem, então, como diferencial que possibilitam uma abertura de um leque maior de oportunidades, o que é muitas vezes motivo de orgulho para os que conseguem concluir essa etapa, mas também de frustração diante da tímida ascensão que conquistam, como mostram os dados relativos à remuneração média dos trabalhadores de nível superior.

A visão de que a qualificação profissional é uma demanda permanente e uma exigência do mercado parece disseminada nas periferias. Anotei diversas falas de interlocutores que apontam nessa direção e complementam a questão do esforço como fórmula para o sucesso

¹³⁷ Ver os já citados trabalhos de Cardoso, Camargo e Kowarick (1971) e Machado da Silva (1971).

profissional: “Falta qualificação, mas oportunidade de trabalho tem”; “[as empresas] oferecem [emprego], mas precisa de gente atualizada”; “hoje [as empresas] fazem mais exigências”; “as condições [pra conseguir emprego] são ótimas, basta ter qualificação”; “As condições são regulares e piorou, pois agora exige muito estudo”; “Para quem tem formação, as condições são boas”; “Pra quem tem estudo, são boas”.

Para os membros da primeira geração, contudo, ainda que sejam conscientes dessa necessidade de formação permanente para o trabalho, não é tão simples retornar ao banco da escola. Concluir a educação básica, muitas vezes interrompida por falta de oportunidades ou por necessidade de ajudar no sustento da família, e ainda ingressar e concluir um curso de nível superior parece algo completamente fora do alcance deles. É o caso de José, que se resigna ao afirmar que “hoje, pra mim exercer a profissão que eu exercia, eu teria de ter o terceiro colegial e uns 2 anos de Senai” e que não basta conhecer o funcionamento na prática, como no tempo em que trabalhou na indústria, “você tem que comprovar” por meio de diplomas.

Diante dessa dificuldade, é compreensível que muitos acabaram optando pelo empreendedorismo ou outras formas de trabalho autônomo, o que pode explicar o fato de mais de 60% dos “pequenos proprietários” que encontrei em ambas as regiões pertencerem à primeira geração.

Por outro lado, diversos exemplos de moradores da segunda geração conseguiram uma melhor inserção no mercado de trabalho graças ao aumento de sua escolaridade, conquistando algo relativamente raro que é uma mobilidade social intrageracional. Entre os mais jovens, com menos de 30 anos de idade, membros da terceira geração, é bastante comum que sejam os primeiros de suas famílias a terem a oportunidade de ingressar na faculdade.

Uma das trajetórias mais expressivas da importância das oportunidades educacionais para a mobilidade social recente é a de Rita. Moradora do Parque do Lago, um dos bairros mais afastados do Jardim Ângela, ela tem 44 anos, é separada e vive com as três filhas em uma casa construída no andar de cima da casa dos pais.

O início da trajetória de Rita é bastante comum em sua geração na periferia de São Paulo. Filha de um pai operário e de uma mãe dona de casa, ela se casou ainda adolescente, logo engravidou e teve as primeiras filhas. Gêmeas, elas tiveram uma complicação no parto e, por falta de oxigenação no cérebro, ficaram com sequelas. A necessidade de sustentar as filhas fez com que tivesse que trabalhar como empregada doméstica. Naquele tempo, a falta de acesso à educação pública não permitiu que ela continuasse seus estudos, que foram interrompidos quando concluiu o ensino fundamental. Rita ainda viria a ter outra filha e quando se separou do

marido se viu em situação ainda mais crítica, tendo que sustentar as três filhas pequenas praticamente sozinha.

Quase vinte anos depois, em meados dos anos 2000, com as filhas já um pouco mais crescidas e não tão dependentes de sua atenção diária, Rita viu a oportunidade de retomar os estudos. Foi atrás de um curso supletivo para jovens e adulto para concluir o ensino médio. Posteriormente, graças a um programa de bolsas de estudo oferecidas para pessoas de baixa renda pela ONG Educafro – que adotava o mesmo modelo do que depois viria a ser o PROUNI (Programa Universidade para Todos), do governo federal, isto é, oferecimento de bolsas parciais e integrais em vagas remanescentes de universidades privadas – conseguiu ingressar no curso de serviço social.

Durante o curso, Rita seguiu trabalhando como empregada doméstica e lembra da dificuldade que tinha em uma jornada que, em alguns momentos chegou a ser tripla: trabalho durante o dia, estudo à noite e o estágio obrigatório nos finais de semana, além do cuidado com as filhas e os afazeres domésticos.

Era bem duro, porque eu trabalhava em Moema... Trabalhava das 9, às vezes até às 18h, de lá eu já saía pra faculdade. Geralmente saía de casa o quê? Seis e meia da manhã, chegava em casa meia noite, mais de meia noite... Isso fora estágio depois. Na época de estágio, você tinha que fazer sábado e domingo, porque eu não podia deixar o trabalho, porque era de onde eu tirava meu pão, né? Eu não podia deixar o trabalho, eu não podia fazer estágio remunerado, porque os estágios remunerados eles não cobriam meu gasto em casa. (Rita, 44 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

Após concluir a graduação, Rita começou a procurar outras oportunidades de inserção no mercado e em seis meses conseguiu um trabalho em uma ONG próxima de sua casa para gerenciar um serviço de convivência de idosos, um daqueles casos de política pública oferecida por meio de convênio entre a prefeitura e ONGs locais, relatado no capítulo anterior.

Paralelamente, ela estava estudando para prestar um concurso público e, alguns meses depois, conseguiu ser aprovada para trabalhar na prefeitura de Taboão da Serra, município da região metropolitana de São Paulo. Atualmente ela é coordenadora de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em Taboão, onde já trabalha há mais de 4 anos. Rita segue com planos de melhorar de vida, quando conversamos pela última vez ela estava fazendo uma pós-graduação em políticas públicas e seguia estudando para outros concursos.

Apesar de ainda se considerar “pobre” e morar no andar de cima da casa da mãe, que ela se orgulha de ter construído com seus próprios rendimentos, Rita teve uma expressiva ascensão econômica e profissional que por vezes a surpreendeu enquanto me contava sua trajetória e refletia sobre ela. O salário dela passou de cerca de 900 reais, quando trabalhava

como empregada doméstica, para mais de 3500 reais, além de ter conquistado a estabilidade do serviço público.

A ascensão social de Rita, no entanto, está longe de ser a regra nas periferias de São Paulo, tanto em termos de intensidade quanto pela estabilidade que adquiriu. Sua mobilidade social é consideravelmente mais estável do que os casos de José, Maurício e da família de Cilene e Ricardo, entre tantos outros que encontrei ao longo da pesquisa e que tiveram sua mobilidade social baseada principalmente, quando não exclusivamente, na melhoria do seu nível de renda e na estabilidade oferecida pela carteira assinada, como no caso de Cilene e Ricardo.

Rita, além de ter mudado sua *situação de classe* em termos ocupacionais ao ter conseguido concluir o ensino superior e passar de empregada doméstica à gestora pública, garantiu sua estabilidade por meio de um concurso público e conseguiu que suas filhas também ingressassem na universidade. As duas meninas mais velhas se beneficiaram de bolsas de estudos oferecidas por empresas privadas devido à sua deficiência adquirida no nascimento, uma delas concluiu o curso superior em pedagogia e a outra está fazendo um curso técnico no SENAI (Serviço Nacional da Indústria). Sua filha mais nova estava cursando técnico em nutrição, com uma bolsa do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego), mas me disse ter vontade de estudar veterinária quando tivesse uma oportunidade¹³⁸.

Do outro lado da cidade, na Brasilândia, pude conhecer a história de Jussara, 53 anos que, apesar de uma trajetória inicial similar à de Rita, acabou tendo um destino um pouco diferente. Jussara retrata bem as contradições desse processo de mobilidade social recente ao conquistar uma expressiva mobilidade social em termos de status ocupacional e melhorar consideravelmente seu nível de escolaridade, mas não avançar tanto em termos de rendimentos. Até o início dos anos 2000, Jussara trabalhava como faxineira para uma empresa terceirizada e se recorda das dificuldades que passava no período fazendo bicos para completar sua renda:

Quem trabalha de limpeza em terceirizada, sabe que não é fácil. Tanto é que a gente recebe um vale coxinha, são R\$ 4,50 e até hoje é esse valor... Então é muito sacrificante. Mas você tem que trabalhar, você tem que... Pra ganhar um pouquinho mais, você faz hora extra, vai pra evento, vai pra... Você tem que se virar. Hoje, graças a Deus, eu tô mais sossegada. (Jussara, 53 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2015).

¹³⁸ PROUNI e PRONATEC, dois programas federais que tiveram papel relevante na ampliação da oferta de ensino gratuito para pessoas de baixa renda nas últimas décadas, tiveram recursos e, por consequência, a oferta de vagas reduzida já a partir de 2015, sendo mais um elemento que expõe as fragilidades desse processo de mobilidade social recente no Brasil.

Jussara vivia naquela situação bastante comum de quem tem um pé na formalidade precária da terceirização e outro nos “bicos”, necessários para completar sua renda e garantir o sustento da casa (Cf. BRAGA, 2012; 2016). Diante disso, ela buscou um caminho parecido com o que Rita traçou para si. Ela concluiu o ensino médio por meio de um curso supletivo voltado para jovens e adultos e ingressou na faculdade de ciências contábeis, que concluiu em 2014. Com isso, ela pôde trocar de emprego e atualmente trabalha em um escritório de contabilidade como auxiliar contábil. Seu salário, contudo, não aumentou tanto quanto ela esperava e atualmente recebe cerca de 1200 reais mensais. Sua casa, como muitas outras que conheci, foi construída no terreno dos pais, onde ela mora com o marido e a filha de 22 anos, mas seu baixo rendimento não permitiu que ela fizesse as reformas que planejava. Quando a visitei pela última vez, ela se queixava dos sacos de areia e cimento que estavam em seu quintal ainda fechados por não ter condições de contratar um pedreiro que pudesse fazer o serviço.

Para piorar a situação, seu marido, que trabalhava como cobrador de ônibus, perdera o emprego recentemente. Com isso, o casal, que já acumulava dívidas, mas tentava se livrar delas por meio de uma renegociação com o banco, teve que suspender os pagamentos que vinha fazendo e está com o nome sujo.

O caso de Jussara aponta para o fato destacado por Souza & Carvalhaes (2014) a respeito da redução do bônus de rendimentos representado pelo acesso ao ensino superior. Segundo os dados apresentados pelos autores, o rendimento médio entre aqueles que concluíram o ensino superior caiu 9% e entre os que iniciaram, mas não concluíram essa etapa, caiu 11,1% entre 2002 e 2011. De acordo com eles, isso deve principalmente ao aumento da homogeneidade da força de trabalho em termos educacionais, o que reduziu o prêmio pago em termos salariais para quem possui ensino superior.

Dessa forma, ainda que o curso superior signifique deixar para trás a necessidade de aceitar trabalhos vistos como inferiores ou degradantes e opere como sinal de status social, o acesso a profissões de maior prestígio social e a maiores rendimento está longe de ser algo automático garantido pelo diploma. Assim, romper com o ciclo de pobreza e exclusão educacional foi um passo importante para as gerações mais jovens das periferias urbanas, mas diversas barreiras sociais seguem operando e limitando o acesso desses sujeitos a determinadas posições no mercado de trabalho.

8.3 – Limites da mobilidade recente: frustração, instabilidade e redução da solidariedade

Como pode ser notado a partir dos dados e casos expostos acima, há uma grande diversidade em termos de experiências em torno da mobilidade social recente e da inserção econômica no mercado de trabalho contemporâneo. Observamos casos de melhora na inserção produtiva, com ganhos de alguns direitos como a formalização no trabalho e a conquista de outros benefícios trabalhistas decorrentes disso, além de ganhos salariais relativos, como nos casos de José e da família de Cilene e Ricardo, favorecidos pela ampliação dos postos de trabalho formais nos anos 2000. Vimos também casos de trabalhadores que haviam optado pelo empreendedorismo e conseguiram um retorno financeiro relativamente maior do que em períodos anteriores. Finalmente, observamos casos de pessoas que se aproveitaram das oportunidades oferecidas pela universalização da educação básica e pela ampliação do acesso ao ensino superior para buscar uma inserção econômica mais estável e conquistar mudanças em termos sócio-ocupacionais.

A partir disso, podemos retornar à hipótese aventada no fim da primeira seção deste capítulo: teriam as políticas públicas, a estabilidade e o crescimento econômico da década de 2000 criado condições materiais para tornar realidade o projeto de inclusão econômica desejado pelos “trabalhadores” que povoaram as periferias de São Paulo ao longo das décadas de 1970 e 1980? Em outras palavras, teria a segunda geração de moradores das periferias conseguido realizar os sonhos e ambições daquela primeira geração?

Em linhas gerais, aquele projeto gestado ao longo da primeira geração tinha como principal elemento medidor de seu sucesso a renda e a capacidade de consumo das famílias. Além disso, ao lado de uma desvalorização do trabalho braçal, em oposição ao não-manual, havia uma busca de princípios, por vezes contraditórios, como o desejo por um trabalho onde fosse possível obter, ao mesmo tempo, estabilidade e segurança financeira, de um lado, e independência e autonomia, de outro (DURHAM, 1978).

Nesse aspecto, é possível dizer que uma parcela dos trabalhadores das periferias realizou, em boa medida, aquele projeto, uma vez que a transição do trabalho manual para o não manual foi relativamente bem sucedida, ampliou-se significativamente o acesso ao ensino superior e a renda e a capacidade de consumo foram ampliados, mesmo para os que não conquistaram mudanças em termos de inserção profissional.

Por outro lado, a estabilidade e a segurança financeira e mesmo a autonomia profissional, estão longe de serem alcançados, como os casos relatados acima comprovam. O fato é que a crise e a reestruturação produtiva dos anos 1980 e 1990 e a progressiva

desregulamentação no mercado de trabalho tonaram a realização daquele projeto ainda mais difícil.

É preciso lembrar, além disso, que se tratava de um projeto de mobilidade social familiar e, portanto, coletivo. O que observei, contudo, foi um progressivo trabalho de erosão função da família como “unidade de cooperação econômica” ou “unidade de consumo” (DURHAM, 1978), na medida em que a pressão por individuação foi progressivamente aumentando, primeiro pela redução das perspectivas positivas comparativamente à primeira geração (FELTRAN, 2011a) e, posteriormente, com o próprio processo de aumento da renda em que a contribuição dos filhos para o sustento da casa foi deixando de ser necessária. Nesse sentido, ouvi de muitos pais que sequer sabiam quanto os filhos ganhavam ou que diziam não contar com a ajuda deles. Assim, até mesmo no interior das famílias, a individualidade passou a se sobrepor com relação à cooperação e ao consumo coletivo.

É no médio e longo prazo, contudo, que esse processo de mobilidade social recente mostra suas principais fissuras e produz uma série de frustrações. Apesar da heterogeneidade de experiências nas modalidades de inserções econômica recente, a frustração com os limites da mobilidade social parece ser uma traço comum em quase todos os relatos que colhi em mais de um ano e meio de pesquisa de campo, além da instabilidade demonstrada na maior parte dos casos diante da crise econômica atual.

As formas como essa frustração se apresenta são bastante diversas, mas a sensação de uma promessa que não foi cumprida ou de uma miragem que nunca será alcançada, a tal “classe média”, é presente em quase todos os casos. José, Cilene, Ricardo, Jussara, todos se queixam da falta de melhorias mais significativas e duradouras em termos de renda e possibilidades de consumo.

Assim, mesmo diante de significativas melhoras no *padrão de vida*, o discurso ufanista adotado em determinados momentos pelo governo federal e por parte dos meios de comunicação de que estaria surgindo no Brasil uma “nova classe média”, ou que o país estaria se tornando majoritariamente de “classe média”, não encontrou verossimilhança – no sentido apresentado por Magnani (2003) – na realidade concreta dos moradores das periferias de São Paulo.

Como demonstrou Salata (2015), a noção de “classe média” difundida na sociedade brasileira tem como referência o padrão europeu e norte americano de classe média, que, por aqui, foi incorporado pelas camadas médio-superiores urbanas, traduzindo-se em um padrão de vida que apenas as frações mais abastadas da população brasileira poderiam corresponder. Desse modo, ao vender a ideia de que milhões de pessoas estariam sendo alçadas à classe média,

a propaganda oficial transmitia a imagem de que essas pessoas passariam a ter acesso a elementos que nunca estiveram ao alcance das camadas mais pobres das periferias urbanas e que, segundo a pesquisa de Salata, são essenciais para a identificação de uma pessoa como pertencente à classe média, tais como: “possuir padrão de vida estável”, “casa própria”, “acesso a lazer e diversão”, “renda alta”, “acesso a educação particular” e “possuir negócio próprio”.

É marcante, portanto, a resistência da ampla maioria das pessoas em se enquadrarem como “classe média”, em especial para aquelas que tiveram uma melhora de renda tímida e mais recente e não conseguem ainda perceber seu padrão de vida como estabilizado no novo patamar que se encontram, como é o caso de José, que apresentamos no começo deste texto¹³⁹. Assim, se o discurso da necessidade de mais esforço e mais qualificação foi em grande parte assimilado pelos moradores das periferias urbanas, o mesmo não ocorreu com a ideia de que estes passariam a integrar um “nova classe média”, por absoluta falta de base material para isso.

Além disso, diversos interlocutores apontam para elementos de seu *modo de vida* para rejeitar o rótulo de “classe média”. Em muitos casos, quando perguntava às pessoas se agora elas se sentiam parte da “classe média” a resposta vinha por meio de uma gargalhada ou de uma frase irônica que me devolvia a pergunta diante do que eu havia observado em suas casas ou em sua vizinhança. Ser de “classe média” e viver nas precárias periferias de São Paulo é algo absolutamente impensável para essas pessoas. É o caso de Rita que, mesmo ciente da significativa melhora em seu *padrão de vida*, reclama de outros problemas que seguem presentes em seu cotidiano. Ao comparar sua vida na periferia com a realidade do centro da cidade ela é taxativa:

Você pega os carros, os ônibus, metrô, que você vê... Você sai da periferia, você vê uma diferença enorme. Até os cachorros num lugar que seja fora da periferia, você não vê essas coisas, cachorro jogado, você não vê mato assim. O cuidado, sem dúvida, é muito diferenciado. É só fazer um paralelo... E com certeza, também, hospital, quando ele está no centro, com certeza ele é, eu acho que é tudo mais cuidado sim.

[...]

a educação, que é também de pior qualidade. Saúde também. Porque os grandes hospitais também... É que aquilo, a gente não utiliza com muita frequência, mas a gente vê, e sabe que se precisar um dia tem que ir pra longe. A educação, saúde, segurança, sem dúvida a segurança também diferencia muito.

[...]

eles não tem esse cuidado com a periferia. A periferia é esquecida, assim... completamente! (Rita, 44, anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

¹³⁹ Cumpre ressaltar que, ainda que a ideia de “classe social” faça pouco sentido para meus interlocutores de pesquisa, a noção de “classe média” traz uma representação mais ou menos uniforme com elementos próximos aos identificados por Salata e listados acima. Assim, meu intuito ao questionar meus interlocutores se poderiam se considerar como pessoas de “classe média” era compreender como esses sujeitos interpretavam a própria realidade econômica e o grau de sua mobilidade social.

Essas queixas se repetem em diversos depoimentos. Apesar da inegável melhora na infraestrutura urbana das regiões periféricas de São Paulo ao longo das últimas décadas e da conquista de importantes serviços públicos, como relatado no capítulo anterior, são bastante comuns as reclamações nesse aspecto ou em torno da questão da violência em suas regiões para dizerem que não poderiam ser consideradas de classe média e que sua vida não melhorou de forma tão contundente como poderia parecer em um primeiro momento.

Nesse sentido, Douglas, apresentado no capítulo 6, contrapõe a possibilidade de aquisição de bens que não se tinha acesso anteriormente nas periferias como TVs e celulares modernos com a situação de violência a que estão submetidos os moradores dessas regiões para demonstrar as contradições que seguem operando nas periferias urbanas.

Eu vi que, em 2014, a polícia, a PM e a Civil, foi a que mais matou... Matou mais que os atentado terrorista das Torres Gêmeas, cara. Se você colocar no Google qual a polícia que mais mata, vai aparecer Brasil, seu país. Tem um monte de país, aparece o seu, véio. Cê tá entendendo?

[...]

Quando você para pra pensar, cê fala “que nada, o negócio tá louco, mano, tá pior, não mudou quase nada”. Os cara deu um celular pra você, e tal, um celular que bate foto né? Os cara deu pra você um carro pra pagar em várias prestação, tela de LED e pá, mas o negócio tá louco ainda! (Douglas, 31 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

Argumento similar é desenvolvido por Murilo e já citado na epígrafe do Capítulo 1. Ele estuda serviço social e sonha em construir uma carreira na área artística e não tem dúvidas em afirmar que as condições econômicas da sua família melhoraram nos últimos anos, constatada por pequenos exemplos de seu cotidiano: “Hoje eu tenho um boot [tênis], teve época que eu ia de chinelo pra escola”. Contudo, quando analisa questões que estão além do acesso a bens de consumo não tem dúvidas em questionar sua mobilidade social.

Olha pra sua volta, eu vou ser classe média? Olha pro seu vizinho, a sua casa às vezes não tem azulejo, seu bairro não tem um asfalto. Que classe média é essa? Beleza, hoje você teve uma evolução de consumo muito grande dentro da periferia que é aquele negócio, você não tem uma escola de qualidade, não tem um hospital de qualidade, mas dentro da sua casa tem um smartphone, um notebook de última geração, uma TV de não sei quantas polegadas e seu carro é bom, mas olha tua realidade. O moleque vende droga do seu lado! Isso é classe média? Não é classe média. Classe média pra mim é o cara que tá nos condomínios do Alto da Lapa, que tem um segurança pra ele, que tem dinheiro pra contratar uma empregada, isso é classe média. Que coloca o filho numa escola particular, que coloca o filho num hospital bom, que se passar mal não vai pra Santa Casa, vai pro Albert Einstein. Isso aí é classe média, a gente é pobre, a gente é de periferia é classe baixa, como que tão chamando agora, classe C? Classe trabalhadora? É isso, a gente sustenta o capitalismo (Murilo, 18 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Em suma, violência, repressão policial, falta de infraestrutura, de serviços públicos de qualidade ou falta de acesso a alguns bens que vão além dos bens de consumo que se popularizam recentemente como celulares, TVs e computadores são alguns dos elementos que são apontados por boa parte dos moradores das periferias como prova de que suas vidas não melhorou como poderia parecer ao olharmos apenas para indicadores do seu *padrão de vida*, como renda e capacidade de consumo. Dessa forma, seja por instabilidade, por uma inserção profissional abaixo de suas expectativas ou por elementos que estão além do mundo do trabalho, como transporte, moradia, educação, saúde ou a realidade dos bairros onde moram, boa parte dos moradores da periferia sentem-se frustrados com a realidade social e econômica que têm vivenciado nos últimos anos.

A ampliação da heterogeneidade socioeconômica nas periferias de São Paulo a partir desse processo de mobilidade social expôs diversas contradições internas a esse grupo social. Um grupo que nunca foi totalmente homogêneo, mas que têm se tornado cada vez mais diverso nas últimas décadas, como os estudos sobre segregação residencial têm demonstrado e as pesquisas qualitativas comprovam.

Um dos principais saldos do período analisado nesta terceira parte da tese, que compreende principalmente a experiência da segunda geração de moradores das periferias, é um crescente aumento do individualismo em praticamente todas as esferas sociais ou, dito de modo mais apropriado, das tendências e estímulos à individualização. Na esfera privada, aumentou a pressão por saídas individuais, com a desestruturação de famílias pelo envolvimento com o “mundo do crime” em alguns casos. Em outros, em que se conseguiu uma melhoria mais significativa no nível de renda, os filhos deixaram, em boa parte dos casos, de precisar ajudar os pais com as contas da casa. Com isso, o projeto de ascensão social familiar tendeu a maior individualização e as famílias deixaram de funcionar como “unidades de rendimento”.

Além disso, as próprias famílias foram se tornando mais reduzidas, não apenas pelo número cada vez menor de filhos, mas também porque os “agregados”, parentes e amigos que costumavam ficar hospedados ou mesmo dividir a casa quando chegavam a São Paulo, diminuem consideravelmente na medida em que o fluxo migratório é significativamente reduzido nas últimas décadas. Finalmente, as pessoas nascidas e criadas em São Paulo passaram

a prescindir da família como espaço de acolhimento e reinterpretação da vida urbana, uma vez que os mais jovens já nasceram e estão, portanto, mais acostumados à realidade urbana.

No nível da vizinhança, o aumento exponencial da violência obrigou as pessoas a se retraírem para dentro de casa, diminuindo os espaços e situações de contato cotidiano. Adicionalmente, o próprio crescimento da heterogeneidade social nas periferias fez com que esses contatos fossem reduzidos e o individualismo aumentasse, como a falas citadas acima e que afirmam que os vizinhos são “fechados”, “individualistas”, ilustram bem. Finalmente, a própria mudança na dinâmica religiosa, com a perda de influência do catolicismo progressista das Comunidades e Base e o aumento do pentecostalismo que, mesmo quando incentiva práticas de sociabilidade e solidariedade o faz principalmente entre os “irmãos de fé”, contribuiu significativamente para esse aumento do individualismo entre os moradores das periferias urbanas. Todos esses fatores somados formam um ciclo que se retroalimenta em direção a práticas e posturas cada vez mais individualistas, menos cooperativas e que reduzem a confiança mútua.

Todos esses elementos somados abalaram de forma intensa aquele *modo de vida* gestado e encorajado pelas Comunidades Eclesiais de Base que, em alguma medida, buscava reconstruir relações comunitárias dentro da dinâmica societal urbana interpretada aqui como um *situação crítica* por excelência (BOLTANSKI & THEVENOT, 1999)¹⁴⁰. O aumento da violência é a face mais visível dessas mudanças que afetaram a vida dos que habitam as periferias urbanas, talvez por isso, o “mundo do crime” tenha sido quem respondeu de forma mais pragmática a essa nova realidade, reorganizando suas práticas e discursos e colocando as fronteiras da legitimidade de outras instâncias socializadoras dos jovens das periferias em permanente tensão, como visto no capítulo 6.

Por sua vez, militantes de movimentos sociais apostaram no aprofundamento de um modelo de atuação política que havia sido vitorioso a partir da redemocratização brasileira: as parcerias e uma postura mais negocial com o Estado. Ainda que haja importantes divergências entre os *repertórios de ação* e a postura mais combativa dos movimentos que emergiram nas décadas de 1970 e 1980 a partir das CEBs e de parte do sindicalismo, na perspectiva dos militantes da segunda geração e mesmo para aqueles da primeira geração que seguem atuando politicamente, trata-se de uma continuidade quase que natural entre os movimentos de uma época e de outra.

¹⁴⁰ Ver nota 74 para mais detalhes a respeito do conceito de *situação crítica* extraído do pragmatismo.

Para os demais “trabalhadores”, a aposta também foi de aprofundamento das práticas que já desenvolviam, sobretudo na valorização ética do trabalho duro como forma de enfrentar a crise econômica dos anos 1980 e 1990 e de aproveitar as oportunidades de trabalho e estudo que surgiram a partir dos anos 2000.

Para o analista que observa essa realidade externamente na segunda metade da década de 2010, pode parecer difícil compreender porque diante do que estou chamando de uma *situação crítica* a atitude da maior parte dos moradores das periferias tenha sido de aprofundar e não de modificar suas práticas. É preciso, contudo, compreender que a experiência em torno dessa situação é bastante diferenciada a depender da posição social dos sujeitos e que a adaptação ao invés da busca pela transformação da realidade pode ser uma atitude perfeitamente plausível para boa parte deles.

Além disso, se em algumas esferas da vida dessas pessoas a experiência vivida era de desestruturação de seu modo de vida, em outros, como na economia e na política, alguns resultados positivos estavam sendo colhidos. Como apresentei no capítulo 7, as conquistas em termos de infraestrutura e políticas públicas para as periferias, em especial no Jardim Ângela onde a organização dos moradores é historicamente mais forte, são bastante expressivas.

Assim, a manutenção da estratégia de negociação e cogestão de políticas sociais era pragmaticamente justificável para os militantes das periferias urbanas, especialmente nos momentos em que o Partido dos Trabalhadores, ao qual boa parte desses militantes é filiado ou possuía uma ligação histórica, ocupou a prefeitura da cidade de São Paulo (1989-1992; 2001-2004; 2013-2016) e/ou o governo federal (2002-2016). Nesses períodos, o aumento dos convênios, dos investimentos sociais, dos espaços de participação popular e das oportunidades de atuação política por meio de cargos no legislativo ou no executivo municipal serviram de estímulo para que os militantes apostassem suas fichas na ampliação dessas formas de atuação. Além disso, a própria redução da violência em suas regiões é atribuída por eles, em parte, à atuação dos movimentos e ONGs fundadas pelos próprios moradores que conseguiram ampliar a oferta de serviços públicos e sociais nas periferias de São Paulo, como vimos anteriormente.

Do mesmo modo, os “trabalhadores” das periferias, acostumados a viver em situações de precariedade, pobreza e permanente dificuldade econômica não tinham outra opção que não apostar no trabalho duro e nas oportunidades de melhoria de vida que aparecessem. Tal como os militantes, eles viram seus esforços em parte recompensados nos anos recentes ao conquistarem importantes avanços em termos de mobilidade social relatados aqui no capítulo 8.

Dessa maneira, até muito recentemente, os projetos e ações dos moradores das periferias de São Paulo pareciam estar gerando resultados promissores. Contudo, nos últimos anos, a perspectiva de mudanças mais profundas na realidade dessas regiões foi dando lugar à crescentes frustrações. De um lado, uma frustração política com a perda de importância atribuída aos canais de participação, mesmo durante governos do PT, com práticas que cada vez mais se assemelham à tradicional cooptação de lideranças da sociedade civil por políticos interessados em manter suas bases eleitorais. Ademais, ouvi diversas queixas de militantes históricos que afirmavam que os quadros que passaram a ocupar cargos importantes na administrações petistas recentes, com formação mais tecnocrática e menos “de base”, apresentam grande desinteresse e retiraram força desses espaços, tornando sua existência meramente formal e com pouca efetividade na formulação e implementação de políticas públicas. São comuns, ainda, as queixas de perda de autonomia individual e coletiva dos militantes e de suas organizações devido às relações que estabelecem com o Estado e com os políticos, como relatado no capítulo 7.

De outro lado, a frustração econômica também é crescente diante da falta de perspectivas de uma melhoria de vida mais significativa e de ausência de estabilidade perante a crise econômica atual. Se é fato que durante um bom tempo os esforços para melhorar a qualificação e o trabalho duro renderam alguns frutos importantes, também é inegável que os limites desse processo de inclusão social ficaram cada vez mais evidentes nos últimos anos. A necessidade de jornadas duplas ou triplas, sobretudo no caso das mulheres, para atender às demandas de atualização profissional e os ganhos apenas marginais em termos de mobilidade ocupacional e mesmo com relação aos níveis de renda deixaram claro que a satisfação das expectativas ascensionais não seriam atingidas num curto prazo de tempo.

Com isso, a *situação crítica* que se instalou na periferias com o aumento do individualismo, a crise da violência urbana e a *estigmatização territorial* das periferias se intensificou e se espalhou do social para o político e para o econômico. As respostas políticas, econômicas e sociais formuladas pela segunda geração de moradores das periferias de São Paulo atingiu seus limites e o *acontecimento* de junho de 2013 tratou de explicitar esse fato.

Diante de tamanhas mudanças, o processo contínuo e permanente de adaptação que vinha sendo adotado até então mostra-se insuficiente e incapaz de trazer respostas satisfatórias. Nesse cenário, apenas a emergência de uma *nova geração* pode dar vazão a essas insatisfações, formular novas questões e abrir caminhos para a construção de alternativas de organização política e de práticas sociais (MANNHEIM, 1952; NUNES, 2014). É da emergência dessa nova

geração e de novas disputas simbólicas e lutas culturais que se desenham atualmente nas periferias que irá tratar a Parte IV desta tese.

**PARTE IV – A NOVA DINÂMICA DA LUTA CULTURAL NAS PERIFERIAS:
DISTINÇÃO, PRETENSÃO E ORGULHO DE SER PERIFÉRICO**

*Não confunda briga com luta.
Briga tem hora pra acabar e luta é para uma vida inteira.
Sergio Vaz*

Esta última parte da tese trata da geração mais jovem de moradores das periferias de São Paulo e que ainda está, em grande parte, em processo inicial de formação política, identitária e em termos de subjetividade¹⁴¹. Além disso, estão vivenciando um momento de experimentação política e social em torno de possíveis saídas para a *situação crítica* em que se encontram. Dessa forma, mais do que apontar formulações acabadas a seu respeito, meu objetivo é demarcar tendências em termos de disputas simbólicas e *lutas culturais* (HALL, 2003b) e assinalar possíveis *questões públicas* (CEFAÏ, 2017a e 2017b), formas de organização e mesmo a cultura política que pode emergir entre esses sujeitos que buscam entrar em cena nos anos recentes.

Mais do que isso, pretendo investigar a formação e o possível aparecimento de uma nova *cultura pública* (CEFAÏ, 2009) que poderia servir de base em termos de forma e conteúdo para novas mobilizações coletivas. Em outras palavras, trata-se de investigar em que medida novos espaços de sociabilidade e de deliberação coletiva estão em construção e podem vir a servir como locais de formação de novos *sujeitos políticos*.

Para tanto, faz-se necessário ir além das teorias do processo político dos movimentos sociais, focadas primordialmente nas “formas como as pessoas agem conjuntamente em busca de interesses compartilhados” (TILLY, 1978, p. 5) e trazer de volta para o centro da análise justamente as duas ordens de questões que Tilly definia como “fascinantes”, mas que foram largamente negligenciadas por boa parte dos estudiosos dos movimentos sociais: como se formam novos grupos orientados por novas visões de mundo e sob que condições grupos mal definidos de pessoas, como um grupo de amigos, se tornam atores relevantes da ação coletiva. Em outros termos, trata-se de um momento em que devemos direcionar o olhar para espaços e processos que podem vir a construir uma nova *infrapolítica dos subalternos* (Scott, 1990).

Desse modo, assumindo o desafio e o risco de “descrever a mutação das experiências coletivas e dos meios institucionais”, a partir de atividades que estão ainda se realizando, pretendo trazer de volta o *público*, entendido como uma coletividade que se faz em torno de *questões públicas* (*public issues*) (CEFAÏ, 2009; 2017b). Assim, acompanhar as *experiências* e as *perspectivas dos atores* é de fundamental importância com o objetivo de compreender o processo de redefinição do horizonte de possibilidades que esses sujeitos constroem (CEFAÏ, 2009).

¹⁴¹ Como o próprio transcorrer da tese demonstra, todos os sujeitos estão em permanente processo de formação subjetiva. O que pretendo destacar é apenas que enquanto “geração”, isto é, enquanto constituição de uma experiência comum, a fase de juventude e início da fase adulta têm importância central.

A questão central que guia esta parte da tese está relacionada, portanto, com as questões e sujeitos que podem surgir em termos políticos e culturais partir das ruínas e frustrações dos projetos e expectativas das gerações anteriores. Parto, portanto, da *situação crítica* que emerge nas periferias de São Paulo nos anos recentes a partir dos processos descritos nos capítulos anteriores, a saber: a crise da violência urbana, a crise nas formas de atuação política e a crise econômica que jogou por terra e expôs as frustrações das expectativas de mobilidade social desses sujeitos. Essas crises sobrepostas, aliada a uma ampliação da heterogeneidade social e ao aumento do individualismo em praticamente todas as esferas do cotidiano, produziram um abalo progressivo no *modo de vida* dos moradores dessas regiões.

Esse abalo no *modo de vida* é entendido aqui como uma *situação crítica* por excelência, uma vez que estes são gerados justamente pela falta de integração, ou seja, quando “os múltiplos processos de organização coletiva e de organização pessoal, mediados por instituições sociais, já não estão em sintonia” (CEFAÏ, 2017, p. 189).

Esta Parte IV da tese está dividida em dois capítulos. O capítulo 9 trata da emergência de uma disputa simbólica que identifiquei nas periferias de São Paulo a partir dos processos de estigmatização desses territórios e do aumento das possibilidades de mobilidade social. Trata-se de um processo que, embora possa deitar suas raízes em períodos mais antigos foi, sem dúvida, exacerbado por esses processos mais recentes descritos nos capítulos anteriores. Essa disputa opõem, de um lado, aqueles que buscam uma *distinção* com relação aos demais moradores das periferias a partir de uma aproximação simbólica com os hábitos e costumes tidos como típicos de classe média e aqueles que procuram valorizar os traços típicos de um *modo de vida* das periferias, calcado na solidariedade, reciprocidade e confiança.

O capítulo 10, por sua vez, se debruça de forma mais detida sobre a formação dessa cultura que procura justamente valorizar a periferia como espaço de luta, reconhecimento e formação política. Para isso, o foco da análise estará nos coletivos culturais que têm surgido nos últimos anos nessas regiões e no engajamento político dos jovens em mobilizações coletivas recentes em torno da luta por direitos.

9. A DISPUTA SIMBÓLICA: DISTINÇÃO INDIVIDUALISTA VS. “ESPÍRITO COMUNITÁRIO”

Tin, tin
Um brinde pra mim
Sou exemplo de vitórias
Trajetos e glórias

O dinheiro tira um homem da miséria,
Mas não pode arrancar
De dentro dele
A Favela
(Negro Drama – Racionais MC's)

Início retomando um dos processos centrais que está na base da *situação crítica* atual que procurei descrever até aqui. Trata-se do que estou chamando, seguindo Wacquant (2007) de *estigmatização territorial* das periferias paulistanas, que ocorre a partir da sobrevalorização pública da parcela periférica envolvida com o crime. Minha hipótese é que esse processo de estigmatização das periferias desempenha papel central nas respostas individuais e coletivas dentro das periferias de São Paulo que buscam contornar, amenizar ou modificar a realidade social a que estão submetidos os moradores dessas regiões.

Conforme Goffman (1963) aponta, a importância do estigma não está no atributo em si, mas na relação social que ele implica e na forma como os sujeitos lidam com ele. O autor compreende o estigma como um “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1963, p.7). Sendo assim, parte essencial da investigação em torno do processo de estigmatização de um determinado grupo social está justamente em analisar a relação que os sujeitos identificados com aquela marca negativa estabelecem com os outros membros do grupo e com os demais membros da sociedade tidos como “normais”, além do próprio significado que os estigmatizados buscam dar aos rótulos e características que lhes são atribuídas.

Goffman (1963) também destaca que a perspectiva que os sujeitos desenvolvem com relação ao estigma depende essencialmente se ele é ou não imediatamente perceptível e se o sujeito é, portanto, prontamente “desacreditado” ou “desacreditável” a medida que se toma conhecimento de suas marcas. Em outras palavras, a relação das pessoas com seu estigma pode variar na medida em que a marca que o define é mais ou menos evidente para um observador externo em um primeiro contato social.

No caso do estigma territorial, ainda que alguns traços que delimitam esse grupo possam estar marcados no corpo, como a cor da pele, o jeito de falar, de se vestir, os gostos e

preferências culturais, quase todos eles são passíveis de serem ocultados, escamoteados ou acobertados a depender da configuração social em que os sujeitos estão participando¹⁴². Além disso, uma especificidade do estigma territorial, comparativamente a outros selos de desonra, está justamente no fato que ele pode ser facilmente dissimulado e atenuado ou mesmo anulado, pela mobilidade geográfica (WACQUANT, 2007).

A partir dessas especificidades da *estigmatização territorial*, é possível identificar três respostas daqueles que são submetido a ela, conforme delineado por Kessler (2012). A primeira resposta está na adoção de um discurso que Kessler chama de “normalizador”. Trata-se de um discurso que busca contrapor as narrativas hegemônicas com imagens mais harmônicas sobre a realidade em que vivem. É o que aparece em falas como a de um interlocutor no Jardim Ângela, que me disse com relação à violência nas periferias: “a mídia fala demais, mas não é tudo isso”; ou de outro, da Brasilândia, que afirma que “as comunidades sempre foram formadas por gente trabalhadora, gente honesta, gente decente” e que “os marginais é que depois vieram e se infiltraram pra se esconder”, ambos já citados anteriormente.

Desse modo, sem necessariamente negar a insegurança a que estão expostos, essas pessoas constroem um juízo positivo de seus bairros e buscam ressaltar as características consideradas mais favoráveis de suas vizinhanças perante interlocutores externos. Trata-se de um comportamento que identifiquei como predominante na primeira geração de moradores das periferias, em especial entre aqueles que busca, valorizar as amizades e relações pessoais construídas ao longo de muitos anos de convívio local.

A segunda resposta que pode ser forjada pelos moradores de áreas estigmatizadas é o que Kessler (2012) chama de discurso “patológico”, mas que prefiro denomina-la como uma *resposta distintiva* no sentido que tendem a concordar com o estigma que é imposto a suas regiões, mas que buscam se distinguir ou se diferenciar dos demais moradores daquela localidade, esses sim, tipicamente enquadrados no estereótipo estigmatizado. Para essas pessoas, viver na periferia lhes suscita vergonha, temor e frustração por não poder se mudar. Assim, buscam ao máximo fugir daquele estigma, ocultando sempre que possível sua realidade, ou procurando destacar traços em si que lhes opõem e separa dos demais estigmatizado. Em geral, pessoas que adotam esse tipo de resposta têm poucas relações com os vizinhos, restringindo o máximo seu capital social local. Entre meus interlocutores esse discurso aparece

¹⁴² Evidentemente não é possível acobertar por completo sinais ligados a raça ou etnia dos indivíduos como cor da pele, cabelo ou outros traços fenotípicos, não à toa eles seguem sendo um das principais marcas de discriminação social no Brasil atual, em diversas esferas sociais. Não é a toa também que a questão racial é um dos principais signos identitários mobilizado por aqueles que pretendem contrapor de forma ativa a estigmatização a que os moradores das periferias urbanas são submetidos.

com mais força entre aqueles que tiveram uma mobilidade social mais contundente e que em geral estão em uma zona de transição entre a segunda e a terceira gerações aqui analisadas.

Por fim, há uma terceira resposta a essa situação que Kessler denomina como “desafiante”, mas que também pode ser interpretado como *identitária*, uma vez que busca valorizar justamente os atributos que são estigmatizados, podendo procurar tanto a separação quanto a assimilação ao restante da sociedade. Em geral, esse discurso é mais ligado a pessoas com maior interesse de participação política ou social. No caso concreto aqui em discussão, essa resposta aparece sobretudo entre os membros da terceira geração ligados a movimentos culturais e identitários.

Essas três reações possíveis ao estigma territorial ligado às periferias urbanas nos remete de volta à fala de Jéssica, citada na epígrafe da introdução desta tese. Minha interlocutora, ao responder minha pergunta se tinha vontade de mudar da periferia se lembrou que seus avós tiveram como meta de vida “melhorar o lugar e ficar”, a partir da mobilização coletiva em movimentos de bairro. Já a geração de sua mãe, “queria ir embora”, justamente para fugir do estigma que se criara em torno das periferias. Por fim, ela diz que sua geração estaria “olhando de novo pra periferia, talvez porque os movimentos culturais tenham feito a gente olhar um pouco mais para cá e se identificar com isso”. Com isso, dizer “eu sou do Jardim Ângela” estaria deixando de significar uma coisa ruim, no tempo presente.

Desse modo, a questão central deste capítulo gira em torno da emergência de uma disputa simbólica entre essas duas últimas respostas ao processo de estigmatização das periferias. De um lado, diante do aumento das oportunidades de mobilidade socioeconômica da última década descrito no capítulo 8, que ampliou a busca por soluções individuais para problemas enfrentados pelos moradores das periferias, e da especificidade do estigma territorial que pode ser anulado pela mobilidade geográfica ou atenuado por meio da adoção de signos distintivos, aparece uma resposta que busca justamente se afastar simbolicamente – e se possível fisicamente – dos traços estigmatizados das periferias.

De outro lado, um descontentamento e uma crítica a essa perda de coesão e solidariedade interna, vista pela ótica do aumento do individualismo, aparece como resposta ainda incipiente a essa negação do ser periférico de parte dos moradores dessa região. Esse descontentamento irá encontrar eco e será fortalecida nos coletivos culturais que se multiplicam nas periferias paulistanas nas últimas décadas e que serão objeto de análise mais detida no capítulo 10¹⁴³.

¹⁴³ Cumpre esclarecer que essa oposição não tem a pretensão de esgotar as possibilidades de subjetividade ou mesmo de justificação para as práticas adotadas nas periferias de São Paulo atualmente. O intuito é apenas

9.1 – O acobertamento do estigma: distanciamento social, pretensão e distinção

Como dito, diante das possibilidades de mobilidade social ascendente que apareceram nos últimos anos e da tentativa de se livrar do *estigma* de ser da periferia, a busca por bens e signos que permitam expressar materialmente a ascensão econômica é bastante forte entre uma parcela dos moradores das periferias de São Paulo.

Oliven e Pinheiro-Machado (2012) alertam, com razão, para a importância de compreendermos as escolhas em termos de consumo das classes populares dentro de uma luta por prestígio intraclasse. Dessa forma, o processo de *distinção* social tem como fator crucial as dinâmicas simbólicas que operam no cotidiano dessas pessoas e as configurações a que estão sujeitas.

Contudo, há que se considerar também as influências advindas de um *estilo de vida*¹⁴⁴ típicos de classe média, na medida em que os padrões culturais das classes mais altas da sociedade paulistana e brasileira servem, em maior ou menor medida, como horizontes possíveis ou desejáveis para aqueles que estão vindo de classes mais baixas. Assim, além da *distinção* interna há também importantes componentes de *pretensão* em se parecer com as classes mais altas da sociedade¹⁴⁵.

A valorização do carro como artigo de desejo, por exemplo, é marcante e vai além de sua utilidade para a locomoção pela cidade. Ainda que, de acordo com o *survey* que apliquei, pouco mais de 44% das famílias não possuam automóvel, salta aos olhos, nas principais avenidas de ambos os distritos em que realizei a pesquisa, a grande quantidade de estabelecimentos comerciais voltados para a manutenção ou melhorias desses veículos. De oficinas mecânicas a borracharias passando por lojas de som e acessórios diversos compõem, sem dúvida, maioria parte das lojas em avenidas como a M'Boi Mirim, no Jardim Ângela. Aos fins de semana, é comum ver jovens exibindo suas motos ou carros em algumas ruas, fazendo malabarismos como empinar as motos ou colocando músicas em um volume alto nos autofalantes de seus automóveis “tunados”.

apresentar respostas à *situação crítica* advinda da estigmatização das periferias e das crises política e econômica que o Brasil atravessa.

¹⁴⁴ Uso a ideia de estilo de vida tal como definido por Zaluar e Leal (1998), ver nota 85.

¹⁴⁵ Bourdieu (2007) trata de forma bastante elucidativa do que chama de dialética entre pretensão e distinção na dinâmica entre as classes sociais. Como ficará claro ao longo do capítulo, diversos pontos de seu trabalho serão utilizados como referencial teórico para a análise aqui impetrada. Contudo, também serão feitas algumas críticas a suas teses na medida em que sua perspectiva demasiado estruturalista traz limitações para a análise que estou empreendendo.

São nas residências, contudo, que essa busca pela imitação daquilo que é difundido nas regiões mais ricas da cidade a partir de uma “estética da segurança” (CALDEIRA, 2000) são mais visíveis, uma vez que, como apontado por Cavalcanti (2009), a “fortificação” passa a constituir o imaginário da construção de moradias também entre os moradores das favelas e periferias das cidades.

Desde o processo inicial de ocupação das periferias, a casa sempre funcionou como elemento que sintetizava o nível de melhoria de vida atingido pelas famílias (DURHAM, 1988), como destacado anteriormente. Desse modo, já nas minhas primeiras visitas, ainda exploratórias, nessas regiões periféricas, me chamou atenção a grande quantidade de casas com muros altos, portões automáticos, cercas eletrificadas e sistemas eletrônicos de segurança que convivem lado a lado com casas muito mais simples e mal-acabadas, com muros de menos de um metro de altura e praticamente nenhuma proteção contra eventuais roubos ou assaltos a não ser as portas e janelas da própria casa.

O desenvolvimento dessa *estética da segurança* ao mesmo tempo que funciona como símbolo demarcador da distinção social entre vizinhos é também reflexo desse mesmo processo de diferenciação e aumento da heterogeneidade social cada vez mais intenso nas periferias urbanas. Com o aumento das possibilidades de ascensão social nos últimos anos, mais pessoas têm conseguido adquirir bens como TVs, celulares, videogames, computadores e, por isso, tem investido mais em equipamentos de segurança para suas residências com o intuito de proteger seus bens. Com isso, muitas dessas famílias acabam “presas em sua prosperidade relativa” (CAVALCANTI, 2009). Afinal, como demonstrado pelos dados apresentados no capítulo 6, os crimes contra o patrimônio nessas regiões não pararam de subir ao longo das últimas décadas.

Essa busca pela distinção, no entanto, vai muito além do desejo ou da capacidade de adquirir novos bens de consumo, de ter um bom carro ou de garantir a segurança própria ou dos familiares com novos padrões estéticos voltados para a segurança nas residências. Ao sairmos do nível meramente observacional e externo às casas e entrarmos em um nível de interpretação das práticas e ações dos sujeitos notamos que a busca pela mimetização de um *estilo de vida* mais próximo das camadas médias e, portanto, distinto das práticas tradicionais das classes populares, está presente em diversos outros elementos.

Essa processo me pareceu marcante entre uma rede de moradores de uma região que fica na divisa entre o Jardim Ângela e o Capão Redondo, todos entre 30 e 40 anos de idade. Apesar de evidentes diferenças entre si em termos de inserção profissional, nível de escolaridade e história de vida, e de nuances internas no gosto e opções de consumo e mesmo na valorização de um ou outro elemento de distinção, como o *capital econômico* ou o *capital*

cultural, essas pessoas possuíam alguns traços que os destacavam de outros tantos moradores das periferias de São Paulo com quem tive contato.

Um primeiro elemento que me chamou atenção foi o fato de que cada uma dessas pessoas, quando pedi que me indicasse um amigo com quem eu pudesse conversar para minha pesquisa, me indicava sempre alguém que estava em uma posição hierarquicamente superior do ponto de vista do status socioeconômico. Foi assim que Márcia, atualmente trabalhando como operadora de telemarketing e que havia sido demitida do trabalho anterior como assistente administrativo devido à crise econômica e vendia pães-de-mel para complementar a renda, me apresentou Carla, vizinha e colega de trabalho no telemarketing, mas com um *capital cultural* relativamente maior. Carla, apesar de ter morado na região praticamente desde que nasceu, se casou aos 20 anos e foi morar nas proximidades do Morumbi, uma das regiões mais nobres de São Paulo, além de ter vivido um período em Curitiba, até seu marido falecer, quando viu-se obrigada a voltar para a casa dos pais.

Carla, por sua vez, me indicou Denis e Miguel, dois amigos que moram juntos e montaram, nos fundos de sua casa, uma escola de inglês. O fato de falarem inglês e já terem realizado algumas viagens ao exterior dá a eles também um status relativamente superior devido ao maior acúmulo de *capital cultural*. Por fim, eles me indicaram Fernanda, uma enfermeira, que trabalha no Hospital Albert Einstein, um dos mais conhecidos e elitizados de São Paulo, onde tem um salário de cerca de 4 mil reais mensais, o que lhe permitiu comprar seu próprio apartamento recentemente na região do Morumbi. Ela é detentora, portanto, de um *capital econômico* relativamente mais elevado. Assim, as indicações parecem seguir uma lógica de demonstrar e valorizar seu *capital social*, apresentando para um interlocutor externo pessoas que possuem atributos que eles valorizam e desejam ter ou conquistar ou que possuem grande valor no *mercado de bens simbólicos* de que fazem parte. Além disso, todos os novos indicados residiam em uma região relativamente menos periférica do que a pessoa que me fez a indicação, com exceção de Márcia e Carla que moravam na mesma rua.

Em termos de práticas cotidianas, um dos traços distintivos desse grupo diz respeito às opções de lazer que praticam ou gostariam de praticar. Márcia está em um momento difícil da vida, estudando e trabalhando, inclusive nos fins de semana e cuidando do filho sozinha, por isso não tem tido tempo para atividades de lazer ultimamente, mas quando pode, gosta de praticar corrida com um grupo de amigas, em geral em regiões mais centrais da cidade como o Parque do Ibirapuera, o Pacaembu, a Avenida Paulista, e de ir a shows em unidades do Sesc ou no próprio Ibirapuera. Márcia afirma querer se mudar de São Paulo – não por acaso ela diz que

gostaria de morar em Curitiba, onde a amiga Carla já morou – mas tende a valorizar na cidade a diversidade de opções de lazer, como parques e restaurantes.

De forma semelhante, Carla também tem dificuldades de encontrar tempo para esse tipo de atividade e também tende a valorizar as opções que estão situadas em regiões mais centrais da cidade, como exposições de arte, livrarias, museus, além e gostar de passear em regiões de comércio mais elitizado como a Avenida Paulista e a Rua Oscar Freire.

Já Denis e Miguel têm um comportamento mais caseiro, mas disseram que tinham o costume de ir a teatro, shows, exposições para “adquirir conhecimento de tudo aquilo”, revelando uma visão instrumental do capital cultural. Fernanda, por sua vez, gosta de ir a restaurantes e bares com os amigos, em geral na região da Avenida Paulista e Vila Madalena. Assim, esse grupo tende a valorizar um *capital cultural* típico de classes médias tradicionais, com opções de cultura e lazer oferecidas nas regiões mais centrais da cidade, ao contrário de outros grupos que tendem a valorizar a cultura e as opções de lazer produzidas nas próprias regiões periféricas, como veremos mais adiante.

Outra marca distintiva desse grupo é a visão negativa que eles têm da periferia e de seus moradores. Inicialmente suas críticas se direcionam a problemas mais estruturais como a falta de opções de lazer em seus bairros e a dificuldade de acesso e locomoção pela cidade. Contudo, em muitas ocasiões, elas acabam se direcionando suas críticas ao comportamento que observam e criticam em seus vizinhos e dos quais pretendem se distinguir. Como solução, eles tendem a almejar morar em uma região mais central da cidade ou, em alguns casos, em outra cidade.

Carla destaca três elementos que são vistos como mais negativos no fato de morar na periferia: a falta de acesso a bens culturais, a dificuldade de locomoção pela cidade e o preconceito que sofre por ser moradora dessa região, que ela mesmo revela ter em alguma medida ao frisar que não é “favelada”, apenas por morar na periferia. Ela me contou que percebeu esse preconceito que os moradores das periferias sofriam por meio do Tinder, um aplicativo de encontros que possibilita que pessoa que não se conhecem previamente conversem por meio de mensagens no celular quando ambas “se curtem” a partir das fotos e de eventuais gostos em comum. Carla disse que é bastante comum que as pessoas iniciem a conversa com a pergunta “você tá falando de onde?” e quando a resposta é um bairro periférico, muito interrompem o diálogo.

É engraçadíssimo, eu falo “como é que eu posso ser julgada pelo local onde eu moro? Eu não entendo”. Conversa comigo 5 minutos, pô! (risos). Eu acho engraçado, de verdade, porque eu acho tão absurdo por que que as pessoas partem do pressuposto de que, sei lá, eu sou favelada porque moro aqui? Eu não entendo (Carla, Jardim Ângela, 37 anos, depoimento ao autor, 2015).

Além disso, mesmo tendo crescido com pessoas que hoje se envolveram no “mundo do crime” e não ter uma visão essencialmente negativa do consumo e venda de drogas, por exemplo, ela afirma que prefere que seu filho, com 15 anos, não conviva com essas pessoas. Ela me contou que busca evitar que seu filho frequente alguns espaços públicos na região, como os CEUs (Centros Educacionais Unificados), porque as pessoas que costumam ir a esses lugares “não falam a mesma língua” que ele. Dessa forma, ela diz que gostaria de morar em bairros como Higienópolis e Bela Vista, bairros de classe alta e com boa infraestrutura de transportes e acesso aos bens culturais valorizador por ela.

Do mesmo modo, Denis e Miguel não têm muitos amigos na vizinhança e já recusaram diversos convites de vizinhos para participar de um churrasco que eles eventualmente promovem na rua onde moram. Eles apresentam um visão bastante negativa de suas regiões e de seus habitantes, principalmente daqueles que moram “mais pra dentro da periferias”, isto é, para as regiões ainda mais afastadas. Ambos nasceram em bairros mais pobres e hoje conseguiram alugar uma casa numa região relativamente menos periférica. Comparando a realidade de onde vivem com a do bairro onde nasceu e cresceu, Denis afirma não ver em sua antiga vizinhança “ninguém crescer ali com um futuro garantido. A única coisa que eu vejo na rua são ainda jovens com pouca instrução, usando drogas, ouvindo música alta na frente de casa, coisa assim”.

Em linha semelhante, Miguel complementa:

O que mais me desagrada quando eu vou mais pra dentro da periferia é pessoas que literalmente tem o prazer de fazer nada. Eu sei que às vezes fazer nada é gostoso, mas as pessoas têm o prazer de fazer isso o tempo todo! Elas saem de casa, sentam na calçada e ficam ali fazendo literalmente nada. Elas não conversam, elas não leem livros, algumas, hoje, mexem no celular, mas às vezes nem isso faz. Fica só ali sentada olhando o quê? Tá gastando um tempo tão precioso (Miguel, 30 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2015).

Ambos concordam que as pessoas que têm esse “prazer de fazer nada” são “acomodadas” seja pelo fato de a família já ter uma casa ou “um carrinho” seja por dependerem de programas sociais do governo que garantem o básico para sobrevivência e fazem as pessoas pensarem que não precisam trabalhar. Além disso, afirmam que faltaria ambição para essas pessoas melhorarem de vida.

Diante dessa visão negativa da periferias e de seus moradores, Denis e Miguel também gostariam de se mudar para regiões mais centrais da cidade. Eles têm como referência ideal para morar bairros como Moema, Vila Olímpia, Chácara Santo Antônio e Granja Julieta,

regiões de classe alta em que cresceram diversos “enclaves fortificados”, isto é, condomínios luxuosos com um forte aparato de segurança, nas últimas décadas (CALDEIRA, 2000).

Interessante notar as diferenças em termos de referência como locais ideias de moradia. Carla, por valorizar mais atributos ligados ao *capital cultural*, tem bairros de elite mais tradicionais como modelos ideais, enquanto Denis e Miguel, que dão mais importância ao *capital econômico*, tendem a ver com mais simpatia bairros típicos de uma elite mais recente e com mais recursos financeiros, revelando algumas interessantes nuances entre eles.

Fernanda, por sua vez, conseguiu se aproximar do centro, mas não está satisfeita. Ela diz não ter se acostumado com o fato de, pela primeira vez na vida, morar em um apartamento e reclama da violência devido à proximidade com a favela de Paraisópolis. Agora, ela, o marido e a filha recém-nascida planejam se mudar para a Vila Maria, um bairro mais tradicional de classe média, na Zona Norte da cidade, com o intuito de ficar mais próximos de sua sogra.

Assim, esse desejo de sair da periferia é um dos elementos mais marcantes e meta primordial de muitos que têm esse objetivo de se distinguir dos demais moradores das periferias urbanas de São Paulo, uma vez que a mobilidade geográfica é a forma mais efetiva de anular o *estigma territorial* a que esses sujeitos estão submetidos.

Finalmente, no que se refere ao posicionamento político, esse grupo também tem visões mais distantes da maior parte de seus vizinhos e mais próximas da região mais central da cidade¹⁴⁶. Quando perguntei sobre os principais problemas da cidade, da sua região ou do país, eles tendem a apontar problemas mais genéricos, como a desigualdade, a educação e a corrupção e menos questões concretas de sua realidade, como saúde ou segurança, tendência da maioria dos interlocutores com quem conversei.

Além disso, no que se refere a outras formas de engajamento político, verifiquei, por meio do survey que apliquei, que, entre os moradores dos bairros pesquisados que participaram de algum ato político nos últimos anos, o mais comum é que tenham se manifestado pela redução das tarifas de ônibus e metrô em junho de 2013 ou por questões específicas ligadas à sua realidade como transporte e moradia ou ainda por questões trabalhistas e sindicais. Os membros desse grupo, no entanto, estão entre as raras exceções que participaram de alguma manifestação recente contra a corrupção, pelo impeachment de Dilma Rousseff ou com pautas mais amplas e genéricas. É o caso de Denis e Fernanda que foram nas manifestações de junho de 2013 e em outras ao longo de 2014, mas para protestar contra a corrupção, por “melhorias

¹⁴⁶ Baseio essa informação tanto nas impressões que extraí a partir da pesquisa quanto no comportamento eleitoral historicamente apresentado pelos moradores das periferias de São Paulo, a esse respeito ver os importantes trabalhos de Oliveira (2013) Medeiros (2013), Liomongi e Mesquita (2008) e Fiore (2016).

no governo”, como definiu Denis ou por “melhorias na área da saúde”, nas palavras de Fernanda.

Dessa maneira, é possível perceber uma série de comportamentos, opiniões, visões de mundo, atitudes, desejos, ambições, estilos de vida, que marcam esse grupo social que tem como pretensão se aproximar em diferentes aspectos de uma classe média consolidada e se diferenciar daquilo que consideram negativo no comportamento dos moradores das regiões onde nasceram e ainda vivem. Eles adotam, portanto, uma *resposta distintiva* diante da estigmatização das periferias, incorporando parte das críticas que se faz aos moradores das periferias e buscando uma *distinção* progressiva daquela marcas que consideram negativas.

Cumprir ressaltar que essa resposta não é livre de contradições e é repleta de nuances, como os próprios casos apresentados demonstram. Muitas pessoas com quem conversei adotam apenas alguns desses comportamentos, mas refutam diversos outros aspectos. Valorizar hábitos de consumo ou de lazer das classes mais altas não significa necessariamente que as pessoas queiram se afastar de seus vizinhos. Do mesmo modo, alguns podem não ter acesso a esses bens ou serviços mais elitizados, mas serem extremamente críticos ao comportamento de seus vizinhos e almejem se mudar das periferias para fugir do estigma que pesa sobre eles. Além disso, há variações internas no comportamento desses sujeitos como procurei destacar. Não são os mesmos bens, nem as mesmas regiões da cidade que são valorizadas por todos eles, seja para alternativas de lazer seja de moradia, podendo variar conforme a valorização ou o acesso a determinados tipos de capital.

Dessa maneira, não se pode resumir essa atitude a uma simples reprodução de práticas de forma inconsciente dentro de um *luta de classificações*, como as teses de Bourdieu (2007) inferem. Trata-se, na realidade, de um comportamento criticado e justificado, como buscarei expor na seção seguinte.

9.2 – Do incômodo com o individualismo à crítica ao “espírito da Freguesia”

Esse comportamento *distintivo* é alvo de diversas críticas tanto indiretas, isto é por suas consequências para o padrão de relacionamento social nas periferias, quanto mais diretas, que focam em aspectos específicos ou mais gerais dessas práticas de forma a apontar seu pretensão elitismo ou a própria ocultação das origens periféricas das pessoas.

Em termos indiretos, uma das principais críticas que ouvi de meu interlocutores se refere à diminuição das relações de proximidade, confiança e reciprocidade entres os vizinhos. Essa reclamação se direciona sobretudo à perda do contato cotidiano nas ruas dos bairros periféricos,

que está relacionado a um afastamento progressivo entre pessoas que passam a adotar *estilos de vida* diferentes, mas, principalmente, aos muros, portões, grades e aparatos de segurança que, como mencionado, são adotados por parte significativas dos moradores das periferias. Nessa perspectiva, ainda que o aumento da violência tenha alguma importância para explicar as mudanças de comportamento, ela é colocada como secundária e, muitas vezes, tida como exagerada pela mídia ou pelos próprios moradores.

Essa crítica ao que consideram ser uma destruição do antigo *modo de vida* mais comunitário que desenvolviam em tempos passados vem principalmente de moradores das primeiras gerações, mas encontra eco nos moradores mais jovens, como será apontado mais adiante. Sônia, 58 anos, moradora da Brasilândia traduz bem esse sentimento, mas se resigna diante da necessidade de garantir proteção a seus familiares. Quando conversávamos, na porta de sua residência, ela apontou para os muros e portões altos de sua própria casa e me disse:

Eu não gosto disso aqui não, sabe. Antigamente você tinha o portão, você via os vizinho passar: “oi”, “bom dia”, “boa tarde”... agora esse portão aqui é antissocial. A gente faz porque é mais segurança, mas é antissocial.

Na época da minha mãe, os portão era tudo aberto. Aí passava, parava [alguém] no portão pra conversar... tinha mais diálogo, tinha mais amizade. Hoje não, hoje não conheço os vizinho. Quer saber? Não conheço meus vizinhos.

Você perde o contato, você não dá boa tarde. Passa um, você não sabe quem passou... Mesmo quem passa que dá bom dia lá, um tá lavando o quintal e o outro tá aqui... com esse [portão] aqui você não vê nada. Você vê só os cachorros...

Você perde muito a liberdade, a amizade dos vizinhos. Antigamente, eu lembro que na época da minha mãe, ficava todo mundo na rua, os vizinhos, as mulher conversando, os homem, as criança brincando na rua... muito mesmo. Não tem nem mais brincadeira de roda, não tem mais nada, as criança não sabe nem o que é isso. (Sônia, 58 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Reginaldo, 42 anos, morador do Jardim Ângela têm uma queixa parecida. Sua casa é uma das poucas em sua rua que não têm muros altos e ele afirma que nem sequer tranca os portões de casa, como prova de que o bairro não é tão violento como dizem. Para ele, houve uma perda progressiva da solidariedade entre os vizinho que é sintetizada por esse fechamento das pessoas em seus espaços privados e a perda da rua enquanto espaço de convívio e construção de laços sociais.

Naquela época lá atrás [no tempo dos meus pais] se tinha mais respeito, tudo que você fazia, o respeito prevalecia, sabia respeitar. Hoje em dia, você vê a juventude aí, meu... Você vê, hoje, falta mais amor ao próximo, naquele tempo a gente tinha mais amor ao próximo, você poderia bater na porta da vizinha que a vizinha te dava um quilo de açúcar, te emprestava. Hoje em dia não, hoje, a vizinha se você pedir lá já fala não. E [a casa dela] é cercada de muro. Hoje a gente fala que a gente não tem vizinho a gente tem inimigos, porque se fosse vizinho não levantava esse muro dessa altura, [não] fechava por fora pra você não ver o que tem lá dentro. Então, é inimigo, eu moro com um monte de inimigos ao meu lado. Vizinho que é vizinho mesmo não ia fechar a porta pra você não ver o que tem lá dentro.

[...]

Não existe mais esse negócio do vizinho olhar o filho do outro. Não, ele não quer nem saber, o vizinho entrou pra casa dele e nem se importa, não quer nem saber o que tem do outro lado, se o vizinho tá morrendo, se tão batendo, eles não quer nem saber. Hoje em dia acabou esse negócio de amor ao próximo.

[...]

Essa relação perdeu, hoje em dia onde você vai é tudo muro alto, é muro alto. Os portões, antigamente, eram aqueles portão de gradinha, hoje em dia fizeram um portão que você não olha nem pra dentro, já não é pra olhar nem dentro. Eles não querem nem saber do contato que tem na rua. Entrou pra dentro de casa, fechou o portão da sua garagem, o seu portão social, acabou. Não existe aquela parte da rua (Reginaldo, 42 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Dessa maneira, a disseminação da *estética da segurança* pelas periferias é vista, ao mesmo tempo, como causa e consequência da perda de contatos e de solidariedade entre os vizinhos. Interessante notar a oposição que Reginaldo faz ao colocar o “vizinho”, que tipicamente se preocupa em ajudar os que moram ao seu redor, em posição antagônica ao “inimigo”, que teria um comportamento mais individualista, egoísta e recluso a seus próprios muros.

Além disso, ele reclama das críticas que sofrem aqueles moradores que ainda buscam cultivar relações sociais no nível da vizinhança e apresenta um interessante conotação que é dada ao termo “vagabundo”, outrora associado ao “bandido” (ZALUAR, 2000), mas sempre oposto ao “trabalhador”. Segundo Reginaldo, atualmente, o simples fato de a pessoa estar na rua ou em bar com amigos em momentos de lazer já seria suficiente para que as pessoas recebessem essa alcunha.

Eu vejo o pessoal [falando]: “É tudo gente que não presta, é tudo vagabundo.” No tempo do meu pai, da minha mãe, vagabundo era pessoa que não trabalhava mesmo e hoje em dia não, vagabundo é o que tá na rua, tá ali na rua é vagabundo. O cara trabalha, tudo, mas na boca do vizinho ele é vagabundo. Naquele tempo, vagabundo era o que a gente fala, é o ladrão, o que roubava, os assaltantes, esses que era os vagabundos que os nossos pais falava: “Ah! Você quer ser que nem aquele vagabundo que vive ali só fumando maconha? Você quer ser aquele vagabundo que vive naquela porta do bar só bebendo pinga?” E hoje em dia você vai no bar tem um monte de trabalhador, só que pros vizinhos são tudo vagabundo. [...] Só o fato dele tá ali é vagabundo (Reginaldo, 42 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Em determinados contextos e configurações sociais, o termo “vagabundo” ainda é associado ao crime, como nas reuniões do Conseg relatadas por Bueno et al. (2016). Contudo, é interessante notar como ele também pode aparecer para criticar não apenas aqueles que não valorizam o trabalho como forma de ganhar a vida e acabam por se envolver com atividades criminosas, mas também para quem não trabalha duro o suficiente para melhorar de vida. Em outras palavras, “vagabundos” podem ser também aqueles que não possuem “ambições” e acabam “acomodados” às poucas conquistas materiais que alcançaram, como na crítica de

Denis e Miguel à prática de algumas pessoas da periferia de “não fazer nada”, ainda que eles não tenham usado o termo na minha presença.

Foi entre os moradores da Brasilândia que encontrei a crítica mais contundente a essas práticas que pretendem aproximá-los dos setores médios urbanos de São Paulo e se distinguir dos demais habitantes de suas regiões. Essa crítica pode ser resumida na categoria nativa “espírito de Freguesia”, em referência ao desejo comum de moradores da região em se mudarem para a Freguesia do Ó, um bairro vizinho, mas com padrão de classe média e média baixa e mais próximo geograficamente do centro expandido de São Paulo. A crítica se dirige, portanto, ao traço mais evidente e mais facilmente criticável que é a busca pela mobilidade geográfica como forma de anular o estigma de ser periférico.

Chellmí, 32 anos, grafiteiro, poeta, arte-educador, membro do coletivo cultural Sarau da Brasa e estudante de pedagogia foi quem primeiro me apresentou essa categoria nativa:

A galera aqui da Brasilândia tem um espírito de Freguesia do Ó [...] Até a década de 1990 tinha um espírito de comunidade, de se trombar pra ir no samba, tá ligado? Na Escola de Samba, se trombar em um boteco pra depois do futebol fazer ali [no bar] a sede [do time], tomar uma e tal. Isso tudo vai se perdendo, porque vai subindo espigão [prédio de apartamentos – LF], tá ligado? A galera não vivencia mais a rua... Tem o espírito de Freguesia porque é isso, a Freguesia também sempre foi quebrada e aí o bairro foi crescendo, crescendo... diz que tem umas casinhas melhor lá e tal, que não sei o que... E aí, os que tão aqui tem o sonho de ser Freguesia, tá ligado? Tipo: “eu sou um fudido da vida, mas eu tenho lá as minhas vinte oito prestação do meu Golf sapão que tá debaixo do meu travesseiro quebrando o meu pescoço e eu pago... Continuo pagando aluguel, fudido, mas eu tenho que ter meu Iphone foda e tal porque eu tenho que ir depois pra Vila Madalena, tomar uma Boêmia pra impressionar as meninas”. Então tá, mas aí você volta pro mesmo canto lá fudido na sua caminha com o estrado quebrando. Então é assim: mora aqui, mas tem espírito de quem não mora aqui, entende? Então isso acontece muito aqui na Brasilândia principalmente nessa última década. É diferente do [Mano] Brown, que fala: “você se afasta da favela, mas a favela nunca não se afasta de você”. Aqui não, aqui eu vejo que – lógico não tô generalizando também, mas uma boa parte da galera é assim – “Não, eu tô na favela, mas eu quero me afastar dela”, sabe? Tipo não tem mais esse espírito de comunidade. Eu ainda peguei um pouquinho quando era criança, sei lá você ia bater uma laje você via a galera assim se juntando e tal, hoje não, é muito individualismo, né? (Chellmí, 32 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

As queixas e críticas de Chellmí sintetizam, em muitos sentidos, diversas outras que ouvi de moradores, tanto da Brasilândia quanto do Jardim Ângela, que opõem um “espírito de comunidade” do passado a um processo de aumento do individualismo e de perda da solidariedade entre os vizinhos. Embora atribuam esse processo a fatores distintos, no fundo, estão falando de coisas muito semelhantes: a mudança *no modo de vida* das classes populares periféricas a partir do aumento da violência e das possibilidades de ascensão social com o consequente aumento da heterogeneidade social e as práticas daí derivadas.

É por isso que ele elenca uma série de elementos como a compra de um carro bastante associado aos “playboys” – o Golf –, a compra de um celular moderno – o Iphone –, a ida a bares numa região tipicamente de classe média – a Vila Madalena –, o consumo de uma marca de cerveja um pouco mais cara – a Bohêmia – e os sintetiza na frase que seria típica de quem tem esse “espírito de Freguesia”: “eu tô na favela, mas eu quero me afastar dela”. Afastamento esse que seria primeiramente simbólico, mas também físico, tão logo seja possível. Essa postura seria diametralmente oposta ao que prega o rap e outros movimentos culturais mais recentes, a ideia de que a “favela” ou a periferia estaria permanentemente marcada na subjetividade de quem nasceu e cresceu nela.

Chellmí e outros amigos que organizam o Sarau da Brasa¹⁴⁷ com quem conversei, por estarem atuando política e culturalmente na região, cunharam o termo “espírito de Freguesia” a fim de resumir essa crítica a um conjunto de práticas que, como ele próprio enfatiza, cresceu de forma relevante na última década. Assim, embora o processo de mobilidade social recente não seja o único responsável pela emergência dessas práticas, ele alimentou e fortaleceu essa perspectiva ao ampliar as possibilidades de acesso a novos bens e ao permitir que mais pessoas sonhassem com a possibilidade de aproximar seu *estilo de vida* do que imaginam ser o *estilo de vida* das classes médias.

Essas críticas demonstram que a opção por uma saída individual para os problemas econômicos e sociais e, mais do que isso, a opção por um estilo de vida próximo ao das classes médias, são problematizados e criticados por parte dos moradores das periferias urbanas. Fica claro, portanto, como os dois conjuntos de práticas aqui demarcados, a saber, os que querem se *distinguir* dos demais habitantes das periferias em termos de práticas e gostos culturais e os que valorizam o “espírito comunitário”, típico de outros tempos das periferias, tecem críticas mútuas para justificar as próprias escolhas.

A crítica obriga, então, os sujeitos a produzirem justificações para suas práticas. De um lado, os defensores do “espírito comunitário” procuram mobilizar a valorização das relações sociais locais e das práticas de lazer coletivo, solidariedade e ajuda mútua em oposição ao individualismo. De outro, aqueles que são alvo da crítica do “espírito da Freguesia”, valorizam o “trabalho duro” como forma de melhorar de vida e criticam o tempo desperdiçado no bar ou na rua pelos “vagabundos”, “acomodados” ou “sem ambição” que não estão necessariamente no “mundo do crime”, mas que não parecem merecedores de uma melhoria mais acentuada em seu padrão de vida.

¹⁴⁷ Tratarei do Sarau da Brasa e de sua importância para a formulação dessa crítica no próximo capítulo.

Desse modo, tal como na polêmica em torno das melhorias do *padrão de vida* da classe operária inglesa, descrito por Thompson (1966, especialmente o capítulo VI), a disputa aqui se dá pelo fato de uns valorizarem melhorias restritas ao seu *padrão de vida*, que esteve ao alcance de boa parte dos moradores das periferias de São Paulo nos últimos anos, enquanto outros experienciam esse processo como um abalo em seu *modo de vida*. Embora estejam melhores hoje do que há 15 ou 20 anos, as pessoas podem viver esse processo como uma “experiência catastrófica” (THOMPSON, 1966, p.212).

É importante ressaltar que a crítica vinda daqueles que defendem um espírito mais comunitário não se trata apenas de uma romantização do passado. Paralelo a esse desejo de retomar um *modo de vida* que muitos conheceram apenas elementos pontuais ou por meio de relatos de seus pais e avós e que nesse imaginário seria uma época de mais solidariedade entre vizinhos, pude observar a emergência de uma valorização progressiva do presente tanto em termos de espaço quanto da produção cultural local. Essa crítica ao individualismo e a valorização do *ser periférico* são a base para outra resposta à estigmatização das periferias, uma busca ativa por construir uma conotação positiva da periferia e que está intimamente relacionada à emergência de novos movimentos e coletivos culturais nessas regiões, como irei explorar no próximo capítulo.

10. OS COLETIVOS, A CULTURA PERIFÉRICA E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA GRAMÁTICA POLÍTICA

Temos muitas atividades culturais aqui no pedaço. A palavra de ordem agora é: os coletivos da periferia.

(Padre Jaime, 71 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2017).

Como procurei argumentar no capítulo anterior, uma disputa simbólica tem se delineado nas periferias de São Paulo entre aqueles que almejam uma aproximação em termos de hábitos, costumes e *estilo de vida* com as classes médias paulistanas a partir de uma melhora progressiva em seu *padrão de vida* e os que buscam valorizar o *modo de vida* que consideram tipicamente periférico, mais comunitário e com laços fortes de solidariedade e confiança entre os vizinhos.

Partindo dessa disputa, que passo a partir de agora de denominar como uma *luta cultural*, seguindo conceito de Hall (2003b), pretendo, neste último capítulo aprofundar a análise desta valorização daquele antigo *modo de vida* das periferias, ou como Chellmí prefere denominar, do *espírito comunitário* em oposição ao *espírito de Freguesia*, mais individualista e que busca negar as raízes periféricas dos moradores. A ideia, portanto, é compreender de onde vem essa valorização do modo de vida local entre os mais jovens, que não viveram os tempos em que ele predominava, e analisar suas consequências em termos políticos e sociais.

Este capítulo é composto por mais três partes além desta breve introdução. Na seção seguinte trato dos antecedentes que contribuíram para a formação do que chamo de *cultura periférica*, especificamente, de dois movimentos culturais que remetem às décadas de 1980 e 1990 e que desempenharam papel fundamental no aumento da autoestima e na construção de uma identidade comum entre moradores das periferias de São Paulo: o hip-hop e a literatura marginal¹⁴⁸.

Em seguida, debruço-me especificamente sobre os saraus de poesia e sua importância para a formação de subjetividades e de uma identidade comum entre jovens da periferia ao trazer uma mensagem de empoderamento para um espaço horizontal e de construção de laços sociais. Na última seção, busco apresentar argumentos que apontam as afinidades dessa cultura periférica com as formas e conteúdos dos protestos políticos recentes do qual boa parte dos

¹⁴⁸ Ainda que diversos movimentos culturais construídos dentro e fora das periferias tenham grande influência entre os jovens que vivem nessas regiões, o objetivo aqui não é esgotá-los, o que iria demandar um esforço de pesquisa específico nesse sentido. Debruço-me, portanto, sobre os movimentos mencionados e sobre os coletivos que se articulam em torno deles por entender que são fundamentais na formação política da geração que é objeto de análise deste capítulo.

sujeitos em questão fizeram parte, apontando para a possível emergência de *novos sujeitos políticos* nas periferias de São Paulo.

Argumento, com isso, que, em oposição à *resposta distintiva*, que parte dos moradores elabora como forma de fugir do *estigma de ser periférico*, outra parte, procura construir uma *resposta identitária*, que valoriza e reivindica esse *ser periférico* como algo essencialmente positivo. Desse modo, a hipótese subjacente a este capítulo defende que os saraus de poesia devem ser entendidos como uma nova *esfera pública subalterna* (PERLATTO, 2015) a partir da qual podem emergir *novos sujeitos políticos* nas periferias de São Paulo.

10.1 – A literatura marginal e o hip-hop: empoderamento e identidade periférica

Dois movimentos culturais foram cruciais para a formação política e identitária dessa nova geração de moradores das periferias de São Paulo ao longo das últimas décadas do século XX, seja por sua mensagem focada no empoderamento individual e coletivo daqueles que se encontram em condições subalternas na sociedade, seja por dotarem a ideia de periferia de novos sentidos e significados, conferindo um caráter positivo a um atributo estigmatizado.

O primeiro desses movimentos é a chamada *literatura marginal*¹⁴⁹. Mário Medeiros da Silva (2011) busca fazer uma aproximação entre a ideia de “literatura marginal” ou “periférica” com a “literatura negra”, e, dessa forma, traça uma espécie de linhagem literária de autores que gravitam em torno dessa ideia e que parte de Carolina de Jesus, passa pela publicação dos *Cadernos Negros* (1978-2008), por Paulo Lins e desemboca em Ferréz, um dos criadores e entusiastas do movimento mais recente da literatura marginal.

Com isso, ele busca apontar a centralidade que a ideia de periferia vai conquistando ao longo do tempo em três dimensões principais: como posição social ocupada pelos autores, tanto na sociedade como um todo, quanto no campo literário especificamente, ou seja, são atores periféricos no local onde moram e também dentro do campo da produção literária e se reivindicam como tal; como método explicativo para os processos sócio-históricos a que os sujeitos estavam submetidos; e como “formatação de tentativas de um projeto político”, uma vez que se torna crescente a conquista de espaço por parte desses autores, como vozes privilegiadas para tratar dos problemas aos quais a população periférica está submetida (SILVA, 2011, p. 411-412). Assim, falar de um ponto de vista da periferias e dos sujeitos

¹⁴⁹ Outras expressões são recorrentemente associadas a esse movimento como literatura periférica, literatura divergente, literatura suburbana, litera-rua, literatura hip hop, literatura de testemunho, literatura engajada e literatura da violência (Cf. NASCIMENTO, 2011). Opto, contudo, por utilizar a categoria nativa “literatura marginal” em respeito ao termo formulado pelos próprios autores que iniciaram o movimento

periferizados pelos processos políticos e sociais é parte fundamental da constituição da literatura marginal ou periférica.

Para o autor, a literatura negra ou a literatura periférica define-se melhor como uma ideia, não podendo ser chamada propriamente de um movimento literário ou mesmo de um conceito. Essa ideia, que gravita em torno dos autores mencionados, ao longo do século XX e no início do XXI, desempenhou um papel de relevo para grupos subalternizados na sociedade brasileira, uma vez que se constituiu como “elemento de socialização”, capaz de “forjar projetos individuais e coletivos, de enfrentar a realidade social e a condição histórica legadas a seus grupos”, possibilitando aos “sujeitos negros e periféricos ressignificarem seu lugar simbólico e negar os impactos históricos”. Na visão de Medeiros da Silva, a literatura e a arte, de maneira geral, “proporcionam isso, ao afirmar a potência do indivíduo que quer dizer algo sobre o seu entorno, algo que suplante o horizonte vivido e imposto, que transmita uma mensagem para os que lhe são semelhantes” (SILVA, 2011, p. 431-2).

Silva encerra sua análise justamente onde começa o movimento que mais nos interessa nesse ponto da análise: o surgimento da autodenominada “literatura marginal”. O poeta e escritor Ferréz, autor de “Capão Pecado” tem papel central na articulação desse movimento a partir da organização da edição especial da revista Caros Amigos, em 2001, que tinha como título “Caros Amigos/Literatura Marginal: a cultura da periferia”. Outras duas edições da revista, em 2002 e em 2004, foram publicadas com a mesma temática, totalizando 48 autores e 80 textos entre crônicas, contos, poemas e letras de rap. De acordo com Nascimento (2011, p. 9), por traz dessa articulação haveria

um projeto intelectual comum de dar voz ao seu grupo social de origem, através de relatos dos problemas que os acomete em textos literários. Além de procurar dar novos significados à ideia de periferia por meio da valorização do que seria a cultura singular de tal espaço e de intervenções pragmáticas que visam estimular a produção, o consumo e a circulação de bens culturais.

Paralelamente, o segundo elemento que faz parte dos antecedentes formadores dessa cultura periférica chegou no Brasil no fim dos anos 1980 e ganhou importância crescente ao longo da década seguinte. Falo do movimento hip-hop, em torno do qual uma série de coletivos artísticos surgiram nos bairros periféricos de São Paulo. Como bem aponta D’Andrea (2013, p.16), “estes coletivos exaltam o orgulho periférico do mesmo modo que são fenômenos decorrentes desse orgulho”.

O movimento hip-hop, em especial por meio das letras e canções de rap, esboçou, ao longo desse período, uma crítica profunda e contundente à realidade social a que os moradores dessas regiões estavam submetidos. O grupo Racionais MC’s é, até hoje, tido como sua maior

expressão. Oriundos do Capão Redondo – assim como Ferréz –, distrito vizinho ao Jardim Ângela, “os Racionais posicionam-se na periferia, identificam-se como pobres e negros, expressam um explícito antagonismo racial e de classe, e criam um estilo de confronto que deixa pouco espaço para a tolerância e para a negociação.” (CALDEIRA, 2011, p. 303).

Tal como na literatura marginal, o lugar de onde falam é elemento central no rap. Assim, a partir de uma interpretação própria das condições de vida nos espaços periféricos, transformam as diversas periferias em um símbolo que “simplifica e homogeneiza as mais diversas periferias, ressaltando sobretudo as piores desigualdades sociais e a violência”. Retoricamente, os sinais de melhoria individuais e coletivos são apagados e o uso de referências pouco usuais para a realidade brasileira, como a noção de gueto, passam a fazer parte do vocabulário desses grupos (CALDEIRA, 2011, p. 307).

É o que aparece, por exemplo, na letra de “Periferia é periferia (em qualquer lugar)”. De autoria de Edy Rock, a música foi lançada em 1997, no álbum “Sobrevivendo no Inferno”. Nela o grupo canta as diversas mazelas com as quais convivem no dia a dia de seus bairros: violência, drogas, o trabalho duro seguido de horas extras. Nele, o “trabalhador” é apresentado como um “escravo urbano” ou “um simples nordestino”, que “se esforça de sol a sol, sem descansar” e tem seu pouco dinheiro roubado por um usuário de crack: “um mês inteiro de trabalho / Jogado tudo dentro de um cachimbo”. Com isso, concluem que “periferia é tudo igual / Todo mundo sente medo de sair de madrugada e tal”. Os versos finais da música trazem várias imagens que resumem essa leitura homogeneizante e buscam demonstrar que “periferia é periferia em qualquer lugar”: a pobreza, as casas amontoadas, os botecos abertos, as escolas vazias, a semelhança física entre as pessoas, o choro das mães pela morte das vítimas da violência, a pobreza, o individualismo, as drogas e a falta de perspectiva.

Periferia é periferia
 (Que horas são? Não sei responder)
 Periferia é periferia
 (Milhares de casas amontoadas)
 Periferia é periferia
 (Vacilou, ficou pequeno. Pode acreditar)
 Periferia é periferia (em qualquer lugar)
 (Gente pobre)

Periferia é periferia
 (Vários botecos abertos, várias escolas vazias)
 Periferia é periferia
 (E a maioria por aqui se parece comigo)
 Periferia é periferia
 (Mães chorando, irmãos se matando. Até quando?)
 Periferia é periferia
 (Em qualquer lugar. Gente pobre)

Periferia é periferia
 (Aqui, meu irmão, é cada um por si)
 Periferia é periferia
 (Molecada sem futuro eu já consigo ver)
 Periferia é periferia
 (Aliados, drogados, então)
 Periferia é periferia (em qualquer lugar)
 (Gente pobre)
 Periferia é periferia
 (Deixe o crack de lado, escute o meu recado)

(Periferia é periferia (em qualquer lugar) – Racionais MC's)

Apesar de tecerem diversas críticas ao comportamento dos próprios moradores, a crítica mais contundente se dirige ao “sistema” que “manipula sem ninguém saber”. Além disso, com relação às drogas que na leitura apresentada seria uma das principais responsáveis pelos problemas que afligem as periferias, em especial o crack, a letra diz: “Eu não vou ficar do lado de ninguém”, afinal “Quem vende droga pra quem?” E conclui: “Vem pra cá de avião, pelo porto ou cais / Não conheço pobre dono de aeroporto e mais / Fico triste por saber e ver / Que quem morre no dia a dia é igual a eu e a você”.

Dessa maneira, a primeira importante função desempenhada pelo hip-hop na formação de sujeitos políticos e na defesa de uma identidade periférica está na denúncia da situação social vivida por esses sujeitos e na construção de algumas categorias capazes de interpretá-la de forma crítica. Mais do que uma forma de resistência ou expressão política de um grupo social, o rap é relevante por seu caráter formativo, pois, ao denunciar e explicitar os problemas a que os habitantes das periferias estão cotidianamente submetidos, acaba funcionando como “uma pedagogia da palavra”, por meio da qual não pretendem impor uma compreensão da realidade, mas “fazer o cara pensar”. (DAYRELL, 2002). A “consciência” é, então, valorizada como elemento central na cultura hip-hop.

Além disso, grande parte dos discursos produzidos pelos rappers atua no sentido de desconstruir a negatividade ou a ausência, a partir da qual partem as formulações hegemônicas sobre a periferia, e transformá-la em positividade por meio da resignificação dos termos e do confronto. É por esse processo que passam termos como “vagabundo” ou “gíria” – que se torna “dialeto” – além da própria ideia de “periferia” (BERTELLI, 2017). Assim, partindo de construções historicamente consolidadas de atributos estigmatizantes, os rappers buscam reformulá-las no sentido de enfatizar o orgulho da condição periférica e as potencialidades dessa condição (D’ANDREA, 2013).

Os problemas sociais como a violência policial, a violência do “mundo do crime”, o desemprego, a segregação social, a ausência de infraestrutura urbana, de espaços de lazer, e ausência de reconhecimento social constituem uma experiência comum entre os jovens periféricos que passam, então, a compartilhar os elementos culturais associados ao hip-hop, fortalecendo “uma ideia de pertencimento e identidade”. A periferia passa progressivamente de signo de estigmatização a elemento identitário, constituindo-se como um “espaço social e geográfico que gera um denominador comum para jovens negros, mestiços, nordestinos e brancos: a classe pobre” (MACEDO, 2014, p. 9).

Dessa maneira, além de oferecer elementos para a crítica da situação social e de conscientização com relação aos processos experienciados e da construção identitária em torno da periferia, o hip-hop desempenhou também um importante papel na elevação da autoestima dos moradores dessas regiões. Conforme anota D’Andrea (2013, p. 102), “toda a obra dos Racionais é um fortalecimento da estima do morador da periferia, do negro, do jovem”, ressaltando “as belezas da condição do negro e a capacidade de superação de suas próprias misérias por parte do jovem periférico”. Essa mensagem de empoderamento individual e coletivo têm importantes consequências no sentido de motivar a ação “contra a passividade e o cansaço”.

Douglas, 31 anos, um dos meus interlocutores no Jardim Ângela já apresentado anteriormente, não tem dúvidas em atribuir ao hip-hop e à cultura de maneira geral sua autoestima e sua visão crítica em relação à sociedade. Em nossas conversas, ele, por diversas vezes, citou trechos de letras de grupos de rap para justificar ou explicar seus pensamentos e sensações e para interpretar sua realidade. Dentre essas citações estava o da letra de “Fim de semana no Parque” também dos Racionais, grupo que ele diz que “a periferia abraçou” por trazer ideias originais a respeito do que acontecia em suas regiões. O trecho lembrado por ele diz: “Eles também gostariam de ter bicicletas / De ver seu pai fazendo cooper tipo atleta / Gostam de ir ao parque e se divertir / E que alguém os ensinasse a dirigir”. Esse e outros raps o fizeram perceber a carência material e de lazer a que a periferia estava submetida e pensar “puta, mano, nós não pode ter os bagulho, só os cara que tem”.

Assim, o hip-hop e a literatura marginal “participam do mesmo processo de “dar voz ao seu grupo social” e de se colocar nas mesmas posições dos sujeitos que vivenciam situações de marginalidade (NASCIMENTO, 2006). Desse modo, desempenharam um papel de grande relevo no sentido de aumentar a autoestima dos jovens das periferias, além de terem sido cruciais para dar novos sentidos a ideia de periferia, que passou de sinal de estigma para ser parte da identidade desses jovens. Além disso, as letras de músicas, poesias e textos literários

foram responsáveis por fornecer categorias críticas que permitiram a construção de um discurso de denúncia a respeito da vida nas periferias de uma perspectiva “de dentro”, possibilitando uma reconfiguração dos parâmetros de narratividade a respeito das periferias e seus moradores, condição primeira para a luta contra qualquer subalternidade (BERTELLI, 2017).

Como aponta Cefaï (2009, p. 27), a descoberta de “pontos comuns” a e “constituição de uma linguagem comum, na enunciação de repertórios de identidade coletiva e na confecção de modos de engajamento público”, são elementos essenciais para converter disputas privadas e mal-estares pessoais em causas coletivas e, assim, construir um “problema público” (*public issue*). Afinal, esta construção do que é algo que deve ser publicamente debatido enquanto problema da sociedade “não ocorre no vazio, mas é formado por precedentes e encontra suas marcas numa “cultura pública” em que se sedimentam respostas a problematizações anteriores” (CEFAÏ, 2017a, p. 193).

Contudo, a mensagem do movimento hip-hop contém um caráter eminentemente focada na denúncia e na contraposição a uma realidade, deixando pouco espaço para a construção de alternativas políticas, ainda que seus membros possam individualmente se engajar em campanhas política e apoiar pautas ou políticas específicas. Enquanto os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 contrapunham a visão negativa da periferia com uma imagem positiva de si mesmo como “membros de uma comunidade unida, ‘solidária’, de famílias trabalhadoras” e articulavam suas necessidades por meio de uma postura de inclusão, reivindicando pertencimento e acesso a serviços públicos e direitos iguais, os membros do hip-hop preocupam-se majoritariamente em denunciar a violência, sobretudo por parte do Estado, e, em alguns momentos, reivindicam uma postura de autoenclausuramento (CALDEIRA, 2011, pp. 316-319).

Assim, a criação de uma ideia ressignificada de comunidade encontra seus limites no rap. Conforme anota Bertelli (2017), a própria forma fragmentada entre o plano verbal e o musical, com a supressão do canto em favor da declamação, remete a uma postura pouco afeita adesão ou à construção de consensos. A hipótese que defendo na seção seguinte é que essa limitação tem sido contemporaneamente superada pela reapropriação do hip-hop e da literatura marginal feita em torno dos saraus de poesia.

10.2 – A emergência de uma esfera pública periférica: os saraus como espaços de reconhecimento e sociabilidade

Como bem recorda D’Andrea, (2013, p. 26), “os Racionais MC’s foram um elemento catalisador que propiciou a movimentação de uma engrenagem baseada no orgulho de ser periférico”, mas é importante também frisar que “sua existência foi acompanhada de um movimento cultural imenso”,

que engloba a literatura marginal e seus principais autores; os grupos de teatro da periferia; as comunidades do samba; os saraus; as posses de hip-hop; os artistas populares da periferia das mais variadas formas; cineclubes e produções audiovisuais periféricas, dentre inúmeras outras expressões artístico-políticas que cresceram em número, tamanho e abrangência a partir da década de 1990.

Conforme muitos jovens me relataram, nos últimos anos, os saraus de poesia têm se tornado a experiência mais marcante na formação pessoal e coletiva deles. O perfil médio dos frequentadores desses espaços é formado majoritariamente por jovens, conforme verificado por pesquisa conduzida por Lívia Lima da Silva (2017) em diversos saraus periféricos¹⁵⁰. Segundo os dados da autora, 66% dos frequentadores de saraus que responderam a seu questionário têm entre 15 a 29 anos, 73% são nascidos e criados em São Paulo e possuem um nível de escolaridade relativamente mais alto do que a média das regiões em que vivem – 57% têm ensino superior completo ou incompleto. Além disso, segundo a autora, a maioria dos frequentadores mostrou-se mais interessada em apresentações de teatro, shows ao ar livre, cinema, dança e artes plásticas, ou outras atividades mais associadas a literatura do que por esportes e bailes funk, por exemplo.

“A lógica básica do hip-hop tanto quanto da literatura marginal é diretamente identitária”, o que “requer e produz espaço” (PADUE, 2017, p. 165). Dessa forma, o sarau pode ser visto como um desenvolvimento “sócio-geográfico” da empreitada dos hip-hoppers, que “têm mudado a geografia cultural de São Paulo” (PADUE, 2017, p. 165). A proximidade dos saraus com o rap fica ainda mais evidente quando se observam as semelhanças em muitas declamações de textos construídos em sintonia com as letras de rap e declamados com as rimas e os gestos corporais típicos de rappers. Do mesmo modo, “a conformação de um “ser periférico” ressignificado também se articula nas poesias que circulam nos saraus por meio da conformação de um sujeito lírico como representante de um coletivo que tem o mesmo inimigo” (TENNINA, 2013, p.17).

¹⁵⁰ Ainda que a pesquisa de Silva (2017) não tenha valor estatístico, pois não segue parâmetros de amostragem e representatividade, ela é bastante ilustrativa do público médio dos saraus e coincide, em grande medida, com o que observei nos saraus que frequentei ao longo da pesquisa.

Os saraus são filhos diretos do projeto da “literatura marginal”, uma vez que seus iniciadores são justamente os protagonistas e organizadores da edição especial da revista *Caros Amigos* mencionada acima, sobretudo Sérgio Vaz e Ferréz¹⁵¹. Mais do que continuadores de uma tradição, os saraus são centrais para compreender a expansão e consolidação do projeto da “literatura marginal”.

Os saraus de poesia não são, em São Paulo, um fenômeno exclusivo das periferias, uma vez que diversos eventos do tipo são organizados em regiões centrais da cidade e com um público formado pelas mais diversas classes sociais. De toda forma, sua presença nas periferias é marcante e, por isso, os saraus devem ser entendidos como um fenômeno sintomático da “efervescência cultural que vem modificando as representações sobre os espaços sociais que margeiam centros geográficos e simbólicos” (NASCIMENTO, 2011, p.110). Além disso, os interlocutores com quem conversei ao longo da minha pesquisa de campo, e que fazem parte dos coletivos culturais que organizam ou participam de saraus na periferia, fazem questão de frisar o caráter periférico – ou “de quebrada”, retomando importante categoria nativa tratada anteriormente¹⁵² – de seus saraus.

A facilidade de organização de um sarau talvez explique, em grande medida, o sucesso desse formato de manifestação cultural, uma vez que basta ter um espaço disponível, que pode ser um bar – o local mais comum –, um centro cultural, uma praça, uma escola, ou ainda, um salão de uma igreja ou o quintal de uma casa com pouco ou nenhum equipamento de som, a depender da quantidade de pessoas presentes. É impossível dizer quantos saraus existem em São Paulo atualmente, mesmo com a ampla divulgação pela internet e redes sociais da maior parte deles, pois muitos jovens já me relataram ter organizado pequenos eventos desse tipo informalmente com amigos em centros culturais ou na própria escola, por exemplo¹⁵³.

Outro motivo que me parece central para explicar o sucesso da forma sarau de organização é o fato que, nesse formato, ao contrário de um show ou um espetáculo cultural tradicional há uma democratização do protagonismo, no qual todos e ninguém, ao mesmo tempo, são os personagens principais do evento. “Isso faz diferença porque você começa a achar que você pode fazer também”, me disse uma menina de 17 anos do Jardim Ângela, assídua frequentadora. Em todas as vezes que fui aos saraus mencionados, notei um forte esforço dos

¹⁵¹ Ferréz é organizador do “movimento cultural 1daSul”, com atuação na região do Capão Redondo e Sérgio Vaz é um dos fundadores e organizadores da Cooperifa, que promove um sarau semanal na região do Jardim São Luís, ambos na zona sul de São Paulo.

¹⁵² Ver seção 6.3.2 desta tese.

¹⁵³ Um membro do Sarau da Brasa, que acontece na Brasilândia mensalmente, me disse que a última vez que tentaram compilar todos os saraus existentes nas periferias de São Paulo, incluindo a região metropolitana, contaram mais de 100 saraus em funcionamento com maior ou menor regularidade.

presentes em respeitar e incentivar aquele que estava se apresentando, especialmente se a pessoa estivesse nervosa ou participando pela primeira vez.

Além disso, o caráter aberto, horizontal e democrático do sarau no qual qualquer um pode ser protagonista, apresentar sua mensagem e produzir sua própria leitura do mundo, permite que a entrada em cena de outros temas que eram relegados pelo rap, tornando o sarau um espaço de reconhecimento para ainda mais jovens periféricos.

Esse caráter democrático dos saraus, que permite que qualquer um seja “Deus” e fale a “sua verdade” é relatado na fala da poeta Mariana Felix, que além dos saraus faz referência aos Slams, que possuem um formato semelhante, mas que se diferenciam por ter um caráter de competição, no qual cada poeta tem um tempo delimitado para recitar seus versos e no final são avaliados por jurados:

Pra mim o Sarau e o Slam é quase uma religião, é a religião a qual pratico, porque nós somos todos Deuses de nós mesmos. É como se fosse uma Igreja, só que é o momento em que todos nós podemos falar uma verdade que é nossa naquele momento. E existe o respeito do silêncio, existe o respeito da atenção que se presta quando a pessoa está falando o texto dela, e são ideias fortes, ideias sociais, são ideias de mudança de vida. Eu mudei muito quando eu comecei a frequentar o Slam e o Sarau. Escritora eu já era, mas eu não era a pessoa que eu sou hoje e o Sarau e o Slam me proporcionaram várias desconstruções e reconstruções. Várias coisas que eu acreditei uma vida inteira, eu derrubei tudo e comecei a construir tudo de novo, ouvindo experiências de outras pessoas, aprendendo com outras pessoas. O Slam e o Sarau é um espaço que o escritor tem a influência sobre essas pessoas e ele pode ser influenciado. É o momento que todos nós somos “deuses” (Mariana Felix, citado em SILVA, 2017, p. 97).

Assim, temas como o feminismo e a homofobia ganham destaque ao lado de temas já tradicionalmente tratados como a desigualdade, a violência e o racismo. A fala da poeta Raquel Almeida é bastante representativa dessa disseminação dos saraus pelas periferias de São Paulo, bem como de seu caráter democrático que possibilita o maior protagonismo de mulheres ou de outros grupos que geralmente têm dificuldades em se fazerem representados em espaço públicos.

Mudou bastante né, tanto no número, o que cresceu de sarau aqui nos últimos anos não está escrito nas estrelas. Muito sarau, isso pra mim é muito positivo, eu lembro que na época a gente já falava isso, “ah, o ideal seria que em toda periferia tivesse um sarau”, e está tendo. Mas pra mim a mudança brusca é o número de mulheres que estão escrevendo, que estão publicando e sendo protagonistas [...]. Não tinha isso não, não tinha. Hoje em dia eu vejo assim e falo “caralho, que dá hora ir no sarau e ter mais de uma mulher recitando” (Raquel Almeida, citado em SILVA, 2017, p. 97).

Isso não significa que os saraus sejam espaços livres de contradições internas e de manifestações discriminadoras e preconceituosas, uma vez que são parte da sociedade e acabam

por reproduzir diversas das práticas que observamos no cotidiano. Nesse sentido, ouvi de diversos interlocutores críticas a determinados saraus por não serem tão abertos como propagam ser, não permitindo que pessoas que não fazem parte da “panelinha” dos organizadores recite seus poemas, além de críticas ao protagonismo excessivo de alguns poetas que adquirem certa fama e se tornam mais conhecidos do público frequentador.

Além disso, é possível constatar práticas machistas como as relatadas pela campanha #nãopoetizeomachismo, descrita por Medeiros (2017)¹⁵⁴, em que diversas mulheres frequentadoras de saraus periféricos denunciaram, nas redes sociais, casos assédio e discriminação por poetas ou frequentadores de saraus. Não se trata, portanto, de romantizar ou idealizar os saraus como espaços puramente virtuosos, mas de apontar sua importância para a formação política e pessoal de muitos dos meus interlocutores nesta pesquisa, a partir da disseminação de uma mensagem de empoderamento e conscientização em torno da questão dos direitos.

Além de entrevistar e conversar com diversos participantes de saraus de poesia e de outros movimentos culturais, ao longo da minha pesquisa de campo, realizei observações participativas em dois saraus. Na região da Brasilândia, frequentei o Sarau da Brasa e, nas proximidades do Jardim Ângela, fui algumas vezes ao Sarau da Cooperifa¹⁵⁵, já mencionado acima como um dos pioneiros nesse movimento. Independente das diferenças nos formatos que cada sarau adota, o clima, em geral, é de grande proximidade. Trata-se de um espaço essencialmente de criação de laços, de sociabilidade e, claro, de formação cultural e política. É comum no sarau, como em qualquer festa, as pessoas conversarem e até compartilharem a mesa com pessoas desconhecidas, fazerem novas amizades e construir novas relações.

Karina, moradora do Jardim Ângela, tem 36 anos e é professora de educação infantil na rede municipal. Ela é uma frequentadora assídua de saraus, tanto na sua região, quanto em diversas outras regiões da cidade e me chamou atenção para a importância dos saraus como espaço de convivência e sociabilidade:

É meio aquele lance de as pessoas saírem de casa pra ter contato com outras, que na minha geração a gente fazia isso na Igreja. E essa geração tem um espaço que é muito mais bacana que eu acho que são os saraus. Então, o sarau acolhe a molecada do rap, que com música e rima eles conseguem refletir sobre questões políticas que são

¹⁵⁴ A tese de Medeiros (2017), aliás, traz importantes argumentos no sentido de reforçar a centralidade dos saraus para o empoderamento e conscientização das mulheres que têm procurado se engajar politicamente nas periferias de São Paulo.

¹⁵⁵ Apesar de o Sarau da Cooperifa estar situado fora da região delimitada por essa pesquisa, optei por incluí-lo no escopo da pesquisa devido tanto a sua importância histórica como um dos pioneiros desse movimento quanto pela grande quantidade de interlocutores que me disseram frequentar esse espaço, mesmo morando um pouco distante dele.

fundamentais. Tem aquele lance da poesia, que é isso de você sair dessa coisa concreta, em que ao mesmo tempo que você faz aquela movimentação com as palavras você tá fazendo isso com seu olhar, que eu acho que também ajuda muito. E tem o fato de as pessoas poderem estar em contato em um lugar que é alegre, sabe? Desenvolver vínculo mesmo, porque eu acho que você só começa a se importar com o meio quando você desenvolve vínculo, com as pessoas e com o lugar. É aquela noção de pertencimento, né? Acho que os saraus fazem isso de uma forma muito bacana. (Karina, 36 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Tal como descrito por Zaluar (2000, pp. 177-178) a respeito das escolas de samba, nos saraus, “a sociabilidade é, assim, intensificada e expandida em circuitos de trocas recíprocas geradas e mantidas por regras sociais negociadas”. Trata-se, portanto, de um espaço que articula as ordens privada, paroquial e pública, fortalecendo as redes de relações no nível da vizinhança que haviam sido enfraquecidas pelo crescimento da violência e pelas mudanças no *modo de vida* periférico. Como bem observa Padue (2017, p.168), com base nos textos de Sérgio Vaz, um dos fundadores da Cooperifa, o sarau é “uma mensagem universal que liga o indivíduo à sociedade”.

É o que busca retratar o poema “Quilombo Cultural” de autoria Jairo Periafricana, que é considerado uma espécie de hino da Cooperifa e é puxado no microfone e cantado pela maioria dos presentes em um grande coro. Transcrevo abaixo a íntegra de sua letra por sua importância e representatividade.

Uh! Cooperifa meu quilombo cultural!
Éh! Poesia literatura marginal!

No sarau não é por mal o silêncio é uma prece
Loco, mais que lindo as palmas que aquece,
Se o elo fortalece, demorô é nós que tá
Tudo nosso, tudo nosso, da ponte pra cá
Tem que sabê chegá respeitando a quebrada,
Só os verdadeiro faz jus na caminhada
Sem faiá, mancada se liga óh meu
Não é evento, é movimento se pá cê entendeu
Julieta, Romeu extravasando sentimentos
Artista cidadão expressando pensamentos
Hey é o momento a hora é agora,
No traço da escrita no rastilho da pólvora
No verso na prosa que vem do coração
Respeito e união sem vaidade irmão
Etnia, religião, tua raça, sua cor
Cada um na sua, todos tem o seu valor
Pela paz, pelo amor, pro bem prevalecer
Junto lado a lado é assim que tem que ser
Pode crê! Esperei a semana inteira
Hey finalmente hoje é terça-feira
Vou subindo a ladeira vou no passo a passo
No swing do balanço ritmando no compasso

Uh! Cooperifa meu quilombo cultural!

Éh! Poesia literatura marginal!

Clarices e Quintanas da periferia
 Guerreiros e guerreiras comungando poesia
 Só na sintonia, mano é muita treta
 Úh! Cooperifa academia das letras
 No risco da caneta contemplando o luar
 Chegando inspiração de todo lugar
 Num balão pelo ar flutuando ele vai
 Pro infinito azul elegante Raicai
 Vai que vai registrando emoções
 Marcando história encantando gerações
 Milhões de corações numa só canção
 No Rap, no Samba, um atabaque um violão
 No estrondo do trovão só quem é vai seguir
 Num posso fazê nada se num guenta vai caí
 Da licença aqui, é nós que tá de novo
 Que mesmo no veneno num abandona posto
 Leal até o osso sem tempo pra errá
 De cabeça erguida que o sol irá brillhá
 Tem que acreditá e não fugi da luta
 Chega, cola que a causa é justa
 Truta, escuta óh é de cór
 Lê é poder, faz enxergá melhó!

Úh! Cooperifa meu quilombo cultural!
 Éh! Poesia literatura marginal!

Em um dos trechos, a letra afirma que, no sarau, o “elo” entre os frequentadores “se fortalece” e, dessa forma, fazem um chamado para aqueles que estão “da ponte pra cá”, onde seria “tudo nosso”, demarcando a fronteira entre o *centro* e a *periferia* da cidade de São Paulo¹⁵⁶. Essa importância do “fortalecimento do elo” ou da construção de laços sociais fortes também é destacada por Silva (2017, p.77). Em sua pesquisa em diversos saraus espalhados pela cidade, ela perguntou aos frequentadores os motivos de estarem naquele espaço e constatou que as palavras que aparecem com mais frequência nas respostas indicam “que os saraus são frequentados por pessoas interessadas em encontrar-se umas com as outras e participar de eventos de arte e cultura, principalmente, manifestações poéticas.” Dessa maneira, ela afirma que “os saraus funcionam como uma espécie de refúgio, onde se busca encontrar pessoas semelhantes entre si”.

O tema da integração social e dos direitos de cidadania, que no rap tendem a ficar em segundo plano diante das denúncias em torno da pobreza, violência e segregação social, retorna a cena com os saraus de poesia. A própria auto-definição da Cooperifa como um “quilombo cultural” aponta, de um lado, para a importância da referência à cultura negra e, por outro, para

¹⁵⁶ A expressão “da ponte pra cá”, consagrada em rap dos Racionais Mc’s, se tornou uma categoria nativa nas periferias de São Paulo para demarcar as fronteiras que os separam das regiões centrais mais ricas da cidade: as pontes que cruzam por cima das marginais dos rios Tietê e Pinheiros.

o diálogo com um “imaginário de organização social e política gestado nas comunidades quilombolas do período escravista”, e que seria “expressão máxima de resistência aos modelos econômico, político e social vigentes” (NASCIMENTO, 2011, p. 86). O imaginário do gueto, oprimido, segregado, pauperizado – e que é comum no hip-hop – dá lugar ao imaginário da luta coletiva pela resistência a partir da construção de uma comunidade de iguais, o “quilombo cultural”.

A letra reforça também o caráter político que os próprios organizadores atribuem ao sarau ao afirmar que não se trata de um simples evento, mas sim de um “movimento” e que o artista é cidadão a medida em que expressa seus pensamentos. Com isso, os saraus procuram retomar uma visão sobre a política na periferia que dialoga com a tradição dos “trabalhadores” e sua luta por cidadania. É por isso, também, que Sérgio Vaz afirma em um de seus poemas que:

É preciso sugar da arte
Um novo tipo de artista: o artista-cidadão.
Aquele que na sua arte não revoluciona o mundo,
mas também não compactua com a mediocridade
que imbeciliza um povo desprovido de oportunidades.
Um artista a serviço da comunidade, do país.
Que armado da verdade, por si só, exercita a revolução.

Além disso, ao contrário do que ocorre em diversas letras de rap, nos saraus que acompanhei não há exaltação da força, da masculinidade exacerbada ou das regras impostas pelo “mundo do crime” como forma de controle da violência nas periferias, ainda que haja episódios de machismo como mencionado acima. O que há, com frequência, é uma defesa da educação e da luta coletiva como forma de transformação social, afinal, “ler é poder, faz enxergar melhor”.

Esse aspecto é bastante evidente no “Nosso Manifesto” do Coletivo Sarau Poesia na Brasa, idealizador e organizador da principal sarau da Brasilândia. O manifesto-poema, que está transcrito abaixo na íntegra, afirma que a periferia, agora, “se arma de outra forma. Agora o armamento é o conhecimento, a munição é o livro e os disparos vem das letras”. Assim, o que os moradores dessas regiões almejam é “conhecimento e transformações nas relações sociais”. E conclui: “Agora não mais enquadrados madames no farol, e sim queremos ter os mesmos direitos das madames.”

A elite encontra-se nos grandes centros comerciais, rodeada pelas periferias que ela própria inventou.
A periferia se arma e apavora a elite central.

Nas guerras das armas, os ricos reprimem os favelados com a força do Estado através da polícia.

Mas agora é diferente, a periferia se arma de outra forma. Agora o armamento é o conhecimento, a munição é o livro e os disparos vem das letras.

Então a gente quebra as muralhas do acesso, e parte para o ataque.

Invadimos as bibliotecas, as universidades, todos os espaços que conseguimos, arrumar munição (informação).

Os irmãos que foram se armar, já estão de volta preparando a transformação.

Mas não queremos falar para os acadêmicos, mas sim para a dona Maria e o seu José, pois eles querem se informar.

E a periferia dispara.

Um, dois, três, quatro livros publicados. A elite treme. Agora favelado escreve livro, conta a história e a realidade da favela que a elite nunca soube, ou nunca quis contar direito.

Os exércitos de sedentos por conhecimento estão espalhados dentro dos centros culturais e bibliotecas da periferia.

A elite treme.

Agora não vai mais poder falar o que quiser no jornal ou na novela, porque os periféricos vão questionar.

O conhecimento trouxe a reflexão e a reflexão trouxe a ação, e agora a revolta esta preparada, e a elite treme.

Não queremos mais seu tênis, seus celulares. Não queremos mais ser mão de obra barata, e nem consumidores que não questionam a propaganda.

Queremos conhecimento e transformações nas relações sociais.

A elite treme.

Agora não mais enquadrados madames no farol, e sim queremos ter os mesmos direitos das madames.

E é por isso que a elite TEME.

(Nosso Manifesto, Coletivo Sarau Poesia na Brasa, disponível em:

<http://brasasarau.blogspot.com.br/p/nosso-manifesto.html>.)

O Manifesto do Sarau da Brasa pode ser lido como uma espécie de autobiografia de alguns dos principais fundadores do sarau que, nascidos e criados na Brasilândia estão entre os primeiros membros de suas famílias que conseguiram romper com o ciclo de pobreza e violência e cursar o ensino superior. Desse modo, o manifesto resume, em poucos linhas, parte da história das periferias de São Paulo relatada ao longo desta tese: a ocupação de regiões mais afastadas a partir da expulsão dos moradores das regiões centrais, o crescimento do mundo do crime que “apavora a elite central” e a resposta na forma da “guerra” que reprime “os favelados com a força do Estado através da polícia”.

Contudo, no presente e no prognóstico para o futuro traçam uma linha distinta, baseada em suas próprias experiências, na qual as armas e munições que a periferia passaria a adotar estariam no conhecimento, nos livros e nas letras. A periferia estaria partindo para invadir os espaços onde estariam as munições, isto é, as informações: bibliotecas, universidades, centros culturais.

Dessa forma, a letra de “Quilombo Cultural” e os versos do “Nosso Manifesto” do Sarau da Brasa apontam para outra importante diferença entre a mensagem do rap e da maioria das poesias declamadas nos saraus que está relacionada ao desejo de integração social e de

conquista de direitos que “a elite” sempre teve acesso, resumidas na ideia de conhecimento. No caso da poesia-hino da Cooperifa há claras referências à cultura tida como erudita como quando chamam os poetas de “Clarices e Quintanas da periferia”, o que fica ainda mais evidente no Manifesto da Antropofagia Periférica, na qual não se defende uma oposição à cultura elitizada, mas uma apropriação crítica por parte dos moradores das periferias¹⁵⁷.

Esses textos resumem também algumas das importantes oposições que têm influenciado a formação das identidades dessa jovem geração de moradores das periferias paulistanas: a oposição territorial, entre o centro e quem está “da ponte pra cá”, a oposição econômica, contra a “elite”, a oposição ao Estado, “que reprime os favelados”, “através da polícia” e, por fim, a oposição no nível local, aos que querem apenas bens de consumo para se parecer com as classes mais abastadas, relembrando a crítica ao “espírito de Freguesia” apresentado no capítulo anterior. Esses elementos, somados ao orgulho de *ser periférico* que vem sendo historicamente construído como resposta à estigmatização de suas regiões tem dado margem à construção de uma *identidade periférica*.

Na confluência entre a tradição literária marginal e o hip-hop, representada pelos saraus de poesia, emerge, portanto, uma *cultura periférica*, consolidada e expandida pelos movimentos culturais das periferias. Chamo essa manifestação cultural de *cultura periférica*, seguindo Nascimento (2011), não porque ela seja capaz de representar toda a diversidade cultural das cada vez mais heterogêneas periferias de São Paulo. Tampouco quero defender que ela seja mais “verdadeira” ou “autêntica” do que qualquer outra. A alcunha se deve ao fato de ela se reivindicar como tal, isto é, como sendo representante de um *modo de vida* próprio da periferia, o que abarca comportamentos, valores, práticas, linguajares, modos de se vestir, visões de mundo. A partir disso, ela se coloca em luta com a “cultura dominante” e contra a desestruturação do antigo modo de vida afetado pela violência, pelo individualismo e pela busca por distinção advindo do aumento das possibilidades de ascensão social, tratados nos capítulos anteriores.

Compreendo, então, a cultura periférica de forma semelhante a que Stuart Hall (2003b) conceitua a “cultura popular”, isto é, sem a preocupação de encontrar seu “sentido puro”, uma vez que se trata, na realidade, do “terreno sobre o qual as transformações são operadas”. É necessário, portanto, compreender a conformação dessa cultura dentro da “dialética da luta cultural” entre a cultura dominante e as formas de resistência que a cultura periférica apresenta.

¹⁵⁷ A íntegra do manifesto pode ser encontrada no seguinte endereço:
<http://coleccionadordepedras1.blogspot.com.br/2010/08/manifesto-da-antropofagia-periferica.html>.

Desse modo, o foco da análise deve estar no processo pelo qual as relações de dominação e subordinação são articuladas: “o processo pelo qual algumas coisas são ativamente preferidas para que outras possam ser destronadas”. Em outras palavras, o foco é “a relação entre cultura e as questões de hegemonia” (HALL, 2003b, pp. 248-258).

A *cultura da periferia*, portanto, é construída de forma relacional com a “cultura do centro” em relações de incorporação, negação, negociação e resistência, como a própria ideia de uma “antropofagia periférica” denota. É por meio da cultura que “a periferia se une e se coloca no centro de todas as coisas”. E, dessa maneira, procura trazer para “o centro do debate público sujeitos políticos que se colocam como portadores de demandas dos moradores da periferia num contexto amplo de luta por direitos sociais e de afirmação da particularidade de suas produções culturais” (NASCIMENTO, 2011, p.162). Em outras palavras, trata-se de um esforço para transformar os problemas típicos das periferias urbanas em *problemas públicos*.

Os saraus de poesia e os demais espaços de expressão cultural periférica podem ser interpretados, portanto, como uma nova *esfera pública subalterna* ainda que em processo de formação e consolidação, na qual os grupos subalternizados buscam se articular, circular discursos contra-hegemônicos e construir uma *infrapolítica* (SCOTT, 1990), a partir da qual é possível formular interpretações e definir suas identidades, interesses e necessidades. É a partir dessa *esfera pública periférica*¹⁵⁸ que parece emergir uma *cultura pública*, no sentido já apontado por Cefaï, que não funciona apenas como uma “caixa de ferramentas”, uma vez que

ela pré-articula as estruturas de horizonte da vida coletiva, fornece-lhe seus materiais de experiência e torna possível a articulação de uma arena pública na qual estejam disponíveis os critérios do verdadeiro e do falso, do real e do imaginário, do existente e do possível, do justo e do injusto, do direito e do errado, do legítimo e do ilegítimo. (CEFAÏ, 2009, pp. 35-36)

É com base nessa *cultura pública*, partilhada por um número crescente de jovens periféricos que eles passam a tomar partido, definir seus lugares nas lutas políticas e adotar determinadas formas e expressão, como exploro na próxima seção.

¹⁵⁸ Tomo emprestado de Medeiros (2017), a diferenciação entre *movimentos populares* para se referir aos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 e *movimentos periféricos* para tratar dos atuais movimentos que têm surgido nos anos recentes. A diferenciação se deve, principalmente, às formas de autoidentificação que os próprios sujeitos construíram historicamente.

10.3 – A entrada em cena de novos sujeitos políticos?

Sader (1988, p. 60) argumenta que a constituição de um novo *sujeito político* ocorre “quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados.” A formação da cultura periférica é, portanto, o ponto inicial para a formação do que D’Andrea (2013) chama de “sujeito periférico”, isto é, aquele que se reconhece como periférico, se orgulha de ser da periferia e age politicamente a partir dessa condição social.

Seguindo nessa linha de raciocínio, e entendendo a cultura conforme Hall (2003b), ou seja, não apenas como um modo de vida, mas também como uma “forma de luta”, a hipótese que pretendo defender nessas linhas finais é que a formação dessa subjetividade, ligada a uma identidade própria da periferia, que busca agir coletivamente no sentido de se mobilizar politicamente a fim de modificar sua realidade social, está na base do ativismo político contemporâneo de jovens das periferias, podendo ser o estopim para a formação de novos *sujeitos políticos*.

Além da já destacada importância da *cultura periférica* para a autoestima, para a construção identitária e para a formulação de categorias críticas e dos saraus como espaço de encontro e sociabilidade, meus achados de campo nas periferias de São Paulo indicam que os saraus de poesia desempenharam outro papel crucial entre os moradores das periferias de São Paulo, em especial entre os mais jovens. Trata-se da elaboração e espalhamento de um discurso em torno dos *direitos*, fato que me foi apontado por uma de minhas interlocutoras no Jardim Ângela¹⁵⁹ e que tenho confirmado desde então nas conversas que tenho mantido com meus interlocutores. Conforme apontam Novaes e Alvim (2014, p. 296), “a noção de “direitos” evoca o poder público e, conseqüentemente, leva a cobranças de políticas públicas”. Assim, ainda que haja, por parte dos jovens periféricos, uma oposição ao Estado em sua face repressora representado pela forma de atuação da polícia nas periferias urbanas e um ceticismo ou um desinteresse com relação às formas tradicionais de atuação política, há um inevitável direcionamento ao Estado das demandas por direitos em torno das *questões públicas* que esses sujeitos elaboram. Com isso, a temática da cidadania volta ao centro do debate.

É o que aponta a fala de Mari, de 17 anos, moradora da Brasilândia. Apesar de ter convivido desde pequena com temas políticos dentro de casa, pois sua avó, sua mãe e seus tios

¹⁵⁹ Tal fato ocorreu no intervalo de uma reunião do Fórum em Defesa da Vida em que participei. Na ocasião, conversava com Karina sobre a conturbada conjuntura política brasileira e ela me disse como forma de alento e esperança que nunca em toda sua vida tinha visto tanta gente falar em lutar por seus direitos como agora, algo especialmente forte entre os jovens.

têm um histórico de militância em Comunidade Eclesiais de Base, em sindicatos e partidos políticos¹⁶⁰, ela não tem dúvidas em afirmar que os saraus de poesia, em especial o Sarau da Brasa, foram fundamentais para tirar ela e vários de seus amigos da “zona de conforto”, “aquela coisa de só olhar e [pensar]: vou trabalhar e fazer faculdade”.

Assim, graças à conscientização que adquiriu no sarau, ela diz ter começado a “olhar para o lado” e perceber a importância de se politizar e de promover eventos do mesmo tipo “na quebrada”. Hoje, além de frequentar e se apresentar no sarau da Brasa ela e seus amigos organizam outros saraus em centros culturais da região. Mari se diz “apaixonada pela Brasilândia” e defende que “é importante estar na periferia”, já que eles são “marginalizados demais” e, por isso, “precisa criar um contato bacana” entre os vizinhos.

A trajetória de Mari se assemelha em diversos aspectos a de Jéssica, do Jardim Ângela, citada na epígrafe da introdução. Além de serem filhas e netas de militantes políticos, consumirem e produzirem cultura em suas mais diversas manifestações e serem assíduas frequentadores de saraus, ambas participaram dos dois movimentos políticos recentes que mais mobilizaram moradores das periferias paulistanas, especialmente os jovens, na última década. Refiro-me às mobilizações de junho de 2013 e às ocupações de escolas públicas do fim de 2015. As duas também me relataram esses momentos com orgulho pela mobilização e luta por seus direitos.

Apesar de seu interesse anterior por questões políticas, estimulado pelos saraus, como dito anteriormente, foi em junho de 2013 que Mari afirma ter tido seu primeiro “acesso às manifestações” e à política de forma mais ampla:

Aí eu não parava mais, tava sempre participando. Foi assim que eu comecei a conhecer partido, comecei a pesquisar política, comecei a me politizar mais. Eu sempre tive uma ideia assim, só que era aquela coisa mais... Eu sabia a minha posição como mulher, eu sabia minha posição como LGBT, eu sabia minha posição como periférica, mas era somente isso. Eu não sabia da minha posição política ao todo: o que tá acontecendo? O que eles querem? O que é direita? Eu não conhecia isso (Mari, 17 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2017).

Mari me contou que a primeira manifestação de que participou foi justamente em um dos dias em que houve uma pesada repressão policial, que ela denominou de “quinta sangrenta”. Ela decidiu participar da manifestação de última hora, uma professora a chamou e ela disse: “Mano, eu vou!”:

¹⁶⁰ Mari, é neta de Dona Nair, pioneira das Comunidades de Base na região, que apresentei na segunda parte da tese e filha de Sandra, militante do PT e que trabalhava em um cargo comissionado na prefeitura, mencionada na terceira parte

Só que, mano, o bagulho foi muito louco, eles fizeram barricadas no Largo da Batata, fecharam a gente assim num circulo e eu tava aqui no fundo, ai eles viram policia pra cá e ai a gente virou e tinha policia aqui, na mesma hora “pau!”, tomei o maior cacete. Jogaram bomba! Saí passando mal. Ai aquilo foi o meu energético, falei: “Mano, eu quero mais!” Quanto mais eu apanho de policia assim mais dá vontade de ir (Mari, 17 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2017).

A narração de Mari daquele episódio aponta para outras questões relevantes que aproximam o *modo de vida*, a visão de mundo e as aspirações dos jovens moradores das periferias com a realidade desenvolvida nas lutas políticas mais recentes: a resposta repressora do Estado às demandas apresentadas e a associação da violência policial nas manifestações com a violência policial nas periferias que estimulam esses jovens a lutar com ainda mais ímpeto.

Mari compartilha da visão negativa a respeito da polícia que a maioria dos jovens das periferias apresentam atualmente. Ela é extremamente crítica ao racismo que observa nas abordagens policiais e me relatou diversos casos de abuso policial que ocorreram com amigos e conhecidos, inclusive casos de chacinas cometidas por policiais nas quais morreram colegas de escola. Desse modo, a violência policial contra manifestantes é associada à violência policial que esses jovens sofrem frequentemente, o que contribui de forma central para a politização da realidade cotidiana desses jovens. Assim, a repressão policial acabou funcionando como um “energético”, não apenas para ela, mas para as manifestações de junho de 2013 como um todo¹⁶¹. Nesse sentido, os gritos e palavras de ordem que pedem o fim da polícia militar¹⁶² são, com frequência, os mais lembrados por vários dos meus interlocutores que participaram de manifestações recentes. A violência, vista como muitas vezes antipolítica, é fonte de politização nesse contexto, tanto por suas conexões com os agentes estatais que são parte e parcela de sua produção, quanto por seu potencial de gerar ou galvanizar a ação coletiva (AUYERO, 2015).

Dessa forma, a negação do direito político de protestar encontra eco na negação dos direitos civis que esses jovens enfrentam cotidianamente uma vez que o agente dessa negação é o mesmo: as forças policiais do Estado ou mais especificamente, a Polícia Militar. Assim, o enfrentamento público com as forças policiais muitas vezes ocorre como resposta simbólica à negação de direitos e garantias fundamentais pelo Estado, seja de direitos civis no cotidiano, seja de direitos políticos nas manifestações. Essas lutas trazem, portanto, um aspecto

¹⁶¹ Para uma reconstrução detalhada dos fatos que marcaram as manifestações de junho de 2013 em São Paulo e a respeito da importância da repressão policial para ampliação de participantes e de pautas daquelas manifestações ver Judensnaider et. al. (2013).

¹⁶² Importante ressaltar que a palavra de ordem contra a polícia militar não significa que esses jovens estejam defendendo o fim de qualquer polícia. Cientes da necessidade da existência de algum policiamento, seus gritos se direcionam principalmente ao caráter militar da polícia e a sua forma de atuação nas periferias e em manifestações políticas.

fundamental de reivindicação do direito desses sujeitos a serem ouvidos em questões que lhes afetam diretamente e publicização de questões que lhes são caras. Assim, dialogam com o desejo desses jovens das periferias de serem reconhecidos como cidadãos plenos, como detentores do “direito a ter direitos” (ARENDR, 1989).

Na experiência relatada por Mari é possível notar como as manifestações de 2013, apesar de iniciadas por movimentos sociais que não tinham as periferias como espaço primordial de atuação, tiveram um importante impacto nessas regiões¹⁶³. De um lado, é marcante o impacto biográfico daquelas manifestações na vida de Mari e de vários outros jovens das periferias. Como apontam Bringel e Pleyers (2015, p.11), as manifestações de junho produziram “‘marcas’ nos participantes, reforçando a propensão a que possam se engajar politicamente no futuro e podendo, ademais, transformar, no médio e longo prazo, suas identidades sociais e seus valores políticos.”

De outro lado, do ponto de vista coletivo, aquelas manifestações acabaram mostrando para esses jovens da periferia a possibilidade de recorrer a outras táticas de luta e reivindicação política, alternativos à via negocial dos canais de participação ou à via da cogestão das políticas públicas por meio dos convênios, ou ainda, à via meramente eleitoral, que para eles sempre pareceu pouco atrativa e ineficiente.

Prova desse novo ativismo que emergiu a partir de junho de 2013 está no processo de ocupações de escolas públicas que ocorreu no estado de São Paulo em 2015, contra um processo de “reorganização escolar” que o governo do Estado pretendia promover¹⁶⁴. A única escola que foi ocupada na Brasilândia foi justamente a escola de Mari, a Escola Estadual Egídio Damy, e ela teve participação ativa nesse processo¹⁶⁵.

Assim como no caso de Mari, é bastante comum encontrar estudantes que estavam nas ocupações de escolas em 2015, que participavam dos saraus e cuja primeira experiência de mobilização coletiva havia sido em junho de 2013. Neste aspecto cumpre salientar que, para esses jovens, bem como para maior parte dos jovens das periferias que seguem engajados politicamente, as manifestações de 2013 são sempre lembradas como “do passe livre”, “dos 20 centavos”, “do MPL”. Para eles, os atos de então foram essencialmente uma manifestação

¹⁶³ De acordo com um survey que apliquei nas duas regiões onde desenvolvo esta pesquisa 11,5% dos moradores do Jardim Ângela e 5,8% da Brasilândia participaram de alguma das mobilizações de junho de 2013, a maioria demandando a redução do preço da passagem de transporte público.

¹⁶⁴ Para uma reconstrução detalhada do processo de ocupação de escolas em 2015 e do plano do governo estadual para as escolas públicas ver Campos et. al. (2016).

¹⁶⁵ No Jardim Ângela foram oito escolas ocupadas ao todo. Além de Mari, conversei com vários colegas de escola dela bem como com diversos outros estudantes do Jardim Ângela ao longo e após o processo de ocupação.

focada na questão da tarifa e a difusão de pautas foi ignorada, esquecida, ou colocada na irrelevância¹⁶⁶.

Assim, se em 2013, lutavam pelo direito ao transporte, em 2015 lutavam pelo direito à educação e em ambos os casos reivindicavam o direito de serem ouvidos sobre os rumos das políticas públicas. Também nos dois episódios, os jovens que foram as ruas encontraram um Estado fechado a suas demandas e cuja resposta principal a suas reivindicações se deu pela via da repressão policial e pela desqualificação tecnocrática de suas demandas. Desse modo, os repertórios negociais de atuação política, que na avaliação dos próprios militantes já vinham rendendo ganhos cada vez mais marginais em termos de ampliação dos direitos sociais nos últimos anos, como apontei no capítulo 7, revelaram-se ineficientes nas duas ocasiões concretas, em 2013 e em 2015.

Tal como em 2013, os impactos das ocupações de 2015 vão muito além da vitória política contra o governo. Mari ressalta também esse processo pedagógico e formador dos participantes das ocupações em diversos aspectos políticos e pessoais:

Na verdade, eu acho que foi o mais importante, eu acho que a ocupação é legal, o objetivo da ocupação é bacana, só que eu acho que a gente não vai conseguir deter um governo com isso, mas é legal você ver o jovem entrando de uma maneira, extremamente construído, conservador e ver ele saindo com outra cara. Toda semana tinha um debate, a gente recebeu visita lá do “Terça afro”, que é um evento que acontece aqui no CCJ, onde faz a discussão negra, os negros na periferia, o racismo, enfim, machismo, movimento LGBT, movimento das mulheres em luta. Todos lá dentro, o tempo todo, conversando, construindo. Meninos que entravam lá e falavam assim: “Meu, nunca limpei minha casa, você acha que eu vou limpar aqui?” E ficavam na cozinha. “Eu nunca pisei na cozinha porque eu não sei cozinhar” e era da comissão da cozinha, [...] a maioria de pessoas que comandavam a cozinha eram meninos, da limpeza a maioria eram meninos. As mulheres ficavam na segurança, eu era da segurança, eu recebia policial, eu que recebia a vizinhança lá, eu que apresentava a escola. E a gente foi seguindo assim, teve uma desconstrução muito grande. Caras que falavam que lugar de mulher é na cozinha saíram de lá falando assim: “Meu, eu era um babaca, eu não sei como vocês conseguiam conversar comigo”. Rolou uma politização muito forte dentro do Damy (Mari, 17 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2017).

Dessa forma, as *marcas biográficas* seguem presentes nessas manifestações recentes e assinalam resultados de dimensões dificilmente compreensível no curto prazo, uma vez que possibilitam a politização de aspectos do cotidiano desses sujeitos, como o machismo, o preconceito racial e a homofobia, apontando para a possibilidade de formação de *novos sujeitos políticos*.

Assim, a mensagem de empoderamento individual e coletivo, horizontalidade e valorização das singularidades nas formas de organização, e sobretudo, a construção de uma

¹⁶⁶ Fato que também foi atestado por Campos et al. (2016).

visão positiva sobre ser periférico e de “luta cultural” em torno de um modo de vida particular construíram uma *cultura pública* (Cf. CEFAÏ, 2009) e uma *disposição de luta* (Cf. JANUÁRIO, et. al., 2016) que permitiram um *transbordamento societário* (Cf. BRINGEL & PLEYER, 2015) de mobilizações sociais que foram iniciadas externamente às periferias, mas que tiveram importantes reverberações e adesões nessas regiões.

Se é verdade que “a narrativa político-partidária, ou mesmo movimentista” é desinteressante para os jovens que vivem nas periferias paulistanas (FELTRAN, 2011b, p. 261) e que nenhum dos atores políticos constituídos atualmente é capaz de traduzir e representar os anseios e aspirações desses jovens, isso não significa que eles tenham relegado as lutas por direitos a um segundo plano. O que é possível observar, na realidade, é um processo de ressignificação das formas e conteúdos dessas lutas a partir da própria experiência desses sujeitos.

A gramática de “luta por direitos”, o caráter horizontal e flexível de seus espaços, a organização em pequenos coletivos e não em grandes partidos ou movimentos com pautas definidas de cima para baixo, são afinidades entre a forma e o conteúdo dos saraus e dos coletivos culturais com as manifestações políticas recentes.

Além disso, é importante destacar o caráter potencialmente descentralizado dessas mobilizações. Essa descentralização dialoga diretamente com a *cultura periférica* que emerge dos saraus e dos movimentos culturais devido à sua valorização do *ser e estar na periferia*. Trata-se, em última instância, da reivindicação desses sujeitos de obterem o reconhecimento enquanto cidadãos em seus próprios territórios.

Em junho de 2013 ocorreram alguns protestos descentralizados, entre eles uma manifestação na Avenida M’Boi Mirim, principal avenida do Jardim Ângela. Aqueles que participaram dessa manifestação a relatam com especial orgulho, por terem dado visibilidade a uma avenida relativamente pouco conhecida fora de sua região. Carol, estudante do Jardim Ângela que havia recém concluído o ensino médio quando a entrevistei, me contou um episódio durante as ocupações de escolas de 2015, em que um professor de história relembrou as lutas dos primeiros moradores da região e incentivava os alunos a “olhar pro nosso lado da periferia e começar a reivindicar ali”.

A gente fez a concentração mesmo no Largo Treze, foi quando um professor de História pediu pra ser voz naquele momento em que a gente fez uma ciranda, na Avenida Santo Amaro. Foi meio que planejado assim de última hora, porque só tava funcionando um sentido [da Avenida] e o outro tava fechado, porque tá em reforma. Aí foi quando fizemos a roda, a maior roda nesse dia. Foi quando o professor subiu em cima de uma cadeira e falou que a gente tava certo de reivindicar ali, que não era pra gente pegar a “modinha” de Avenida Paulista. Porque na época da ditadura militar muitas causas que,

hoje, a gente ganhou aconteceram no distrito do Jardim Ângela e do Santo Amaro, que era onde eles reivindicaram na época. E dali saiu muita conquista, muita luta, ali foi um lugar de muita luta. Então era assim, tudo que a gente reivindicasse, era pra gente ficar ali e não ir pra Paulista, porque ali na Paulista, querendo ou não, virou muita modinha. Tudo que fosse, era Paulista, Paulista... Que era pra gente olhar pro nosso lado da periferia e começar a reivindicar ali, porque seriam as pautas abertas pra gente. Por estarmos no nosso bairro, na nossa [região], a gente ia ser bem recebido e, querendo ou não, todos iam parar pra nos ouvir. Foi tanto assim que quando a gente parou, quando o pessoal viu aquela multidão, todo mundo pegou celular, parecia paparazzi assim, todo mundo com o celular gravando, e todo mundo gritando com a gente, aplaudindo... Ai fomos, entramos na passarela... Foi quando três locutores de loja, Magazine Luiza, da Pernambucanas e de uma farmácia que eu não lembro o nome, eles mesmos no microfone falaram que a gente tava no nosso direito, que a gente tinha que reivindicar – Tenho gravado o discurso dele – Aí ficamos parados lá, fizemos a chamada também, fizemos um grito pros policiais, dizendo que eles também eram explorados pelo Estado, que queremos o fim do militarismo pra já. E eles ficaram muito putos com a gente, eles olhavam assim pra nossa cara querendo matar a gente (Carol, 18 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Diversos elementos chamam atenção na fala de Carol: a emoção e o próprio processo de formação política no decorrer do protesto; o orgulho de estar lutando pelo que acredita serem seus direitos; a lembrança e a valorização das lutas passadas em suas regiões; o enfrentamento com a polícia e o pedido do “fim do militarismo”. Contudo, o elemento e a lição mais importante que ela parece extrair da própria experiência está no fato de que devem protestar em suas próprias regiões, tanto por conseguirem o apoio de outras pessoas, pois estariam entre os seus pares, isto é, pessoas que compreendem e se reconhecem naquela luta, quanto por terem autonomia para poder colocar suas próprias pautas, não dependendo de outros movimentos “externos” para organizá-los politicamente. As manifestações nas próprias periferias funcionam, assim, como um elemento mobilizador de outras pessoas e de valorização de sua própria condição periférica.

Na Brasilândia, a expressão desse desejo de reconhecimento em seus próprios territórios também me foi colocada por um estudante participante das ocupações de 2015. Durante a ocupação da Escola Egídio Damy, conversei com alguns dos alunos que lá estavam. Entre suas queixas sobre os movimentos sociais consolidados estava a de que a grande maioria dos atos e manifestações políticas ocorrem sempre na região central da cidade. “Tudo [acontece] no centro, sabe, tudo, tudo, porque só lá vai ser visto. Beleza, mas eu quero ser visto aqui. Vou ficar aqui!”, me disse um aluno do 3º ano do Ensino Médio.

A frase “mas eu quero ser visto aqui” não poderia ser mais significativa. Para ele, sua cidadania só será plenamente reconhecida – cidadania essa representada pela lógica do “ser visto” e, portanto, ser reconhecido como alguém que merece ter suas demandas ouvidas – quando ele for visto em sua própria condição de morador da periferia e na periferia. A ideia de

“ser visto” sem ter que sair das periferias mais uma vez mobiliza a lógica do “direito a ter direitos”.

Como aponta Dayrell (2002, p. 144), esses jovens “querem ser reconhecidos, querem uma visibilidade, querem ser alguém num contexto que os torna invisíveis, ninguém na multidão. Querem ter um lugar na cidade, usufruir dela, transformando o espaço urbano em um valor de uso.” Acrescentaria, ainda, que eles querem ser vistos sem precisar se deslocar para o centro da cidade, uma vez que o orgulho de ser da periferia é central em sua identidade. O *valor de uso* que querem conferir ao espaço urbano não está na cidade de forma abstrata, mas sim nas periferias, local concreto de suas experiências formadoras. A concepção de cidadania que expressam, portanto, não abandona ou se contrapõe às demandas por ampliação dos canais de participação popular e direitos sociais, mas aponta os limites da democracia (inacabada) que foi incapaz de construir plenamente uma “cultura urbana de tolerância e as artes da negociação” (Cf. ZALUAR, 2007).

No entanto, diversas derrotas políticas, do ponto de vista desses sujeitos, se seguiram desde as ocupações de 2015, ainda que muitos de meus interlocutores tenham se mobilizado, com maior ou menor afinco a depender da pauta e da ocasião¹⁶⁷. As lutas recentes pelo fornecimento de merenda pelo governo do estado nas Escolas Técnicas e Profissionalizantes, contra o *impeachment* de Dilma Rousseff, contra a Emenda Constitucional (EC) do teto dos gastos públicos, contra a reforma trabalhista, contra a reforma do ensino médio, entre outras, acabaram quase sempre em reveses políticos.

Em alguns episódios, o aprendizado repressivo por parte do Estado impediu que as mobilizações prosperassem, ainda em sua fase embrionária, como nas ocupações de escolas que ocorreram em 2016, por todo o Brasil, em protesto contra a Emenda do teto dos gastos e a reforma do ensino médio, ambos promovidos pelo governo federal. No estado de São Paulo, cuja mobilização do ano anterior havia servido de exemplo para as ocupações nos outros estados, o impacto da nova onda de mobilização foi bastante reduzido. Desde meados de 2016, o governo do estado passou a coibir qualquer tentativa de ocupação de escolas ou outros espaços públicos com base em um parecer da Procuradoria Geral do Estado, que defende que a administração pública pode retomar a posse de bens públicos sem autorização judicial, devido à “autoexecutoriedade dos atos administrativos”¹⁶⁸. Com isso, tão logo uma ocupação de escola

¹⁶⁷ Não acompanhei de perto as manifestações que ocorreram nas periferias a partir do fim de 2016, pois já tinha concluído o trabalho de campo. Entretanto, acompanhei o engajamento de alguns de meus interlocutores em questões diversas pelo contato esporádico que mantenho com eles principalmente por meio das redes sociais.

¹⁶⁸ Trata-se do parecer 193/2016 de 10 de maio de 2016, que pode ser lido na íntegra no endereço: <https://www.conjur.com.br/dl/estado-retomar-imovel-ocupado.pdf>.

pública se iniciava, o governo enviava, de imediato, o policiamento para promover sua desocupação, evitando que a tática se disseminasse para outros estabelecimentos de ensino.

Além disso, como ressaltado desde o começo deste capítulo, o fenômeno aqui descrito é ainda relativamente circunscrito tanto em termos geracionais – é raro encontrar, nos saraus, pessoas com mais de 35 ou 40 anos, ainda que seus idealizadores tenham essa faixa etária – e tampouco é possível identificar movimentos sociais com caráter mais institucionalizado, que decorram desse processo. A força desses coletivos, isto é, seu caráter flexível e horizontal é, ao mesmo tempo, sua fraqueza.

Contudo, as expressões juvenis “podem ser a ponta de um iceberg, que torna visíveis as tensões e contradições da sociedade em que vivem.” (DAYRELL, 2002, p. 119). Desse modo, se concebermos a questão das gerações conforme Mannheim (1952), isto é, como o “assento de um novo impulso” que pode eventualmente estender-se a pessoas que nasceram em outros períodos e, assim, ser parte fundamental do dinamismo histórico, podemos compreender as manifestações recentes que tiveram lugar no Brasil como “acontecimentos” que “cristalizaram” uma nova geração política (NUNES, 2014) e cujos desdobramentos futuros ainda estão por ser conhecidos. Afinal, estamos falando do “túmulo do samba, mas possível novo quilombo de Zumbi”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO DIREITO À CIDADE AO DIREITO À PERIFERIA

Tem uma fala do Ferréz que ele fala o seguinte “todo mundo que mora nas periferias de São Paulo, vive a vida toda falando ‘eu vou mudar desse lugar, eu vou mudar desse lugar’. E passa a vida toda ali, morre ali e não muda do lugar.” E aí ele fala como seria importante que a gente falasse assim: “eu vou mudar *esse* lugar, eu vou melhorar *esse* lugar. Eu vou ter ideias pra *esse* lugar, eu quero ter novas coisas pras crianças desse lugar, lutar por direitos das pessoas *desse* lugar. Melhorar o saneamento *nesse* lugar. Ensinar pras pessoas que a caçamba de lixo é pra por o lixo dentro dela [...]” Então, o Ferréz diz muito isso, né? Mudar *este* lugar e não mudar *deste* lugar. Eu acho interessantíssimo quando ele coloca isso (Carlos, 36 anos, Brasilândia, depoimento ao autor, 2016).

Reservei para as considerações finais algumas reflexões a respeito do status da cidadania nas periferias brasileiras a partir do que foi discutido ao longo de toda a tese. Meu intuito não é, obviamente, esgotar a temática nessas páginas finais, o que iria requerer um esforço de maior monta. Pretendo apenas, a partir de uma discussão conceitual a respeito da *cidadania*, da ideia de *direito à cidade* e da experiência de luta pela conquista desses direitos exposta ao longo da tese, extrair uma noção imanente de *direito à cidade* que dialogue com a concretude das reivindicações políticas e das lutas sociais.

Ao tratar da temática da cidadania, a referência à obra de Marshall (1967) é inevitável. Ainda que se trate de uma leitura liberal e formalista da temática dos direitos, seu pioneirismo e o fato de ter construído uma tipologia e uma linha argumentativa bastante influentes justificam sua importância. O autor, por meio de um estudo histórico a respeito da conquista dos direitos da cidadania na Inglaterra divide esses direitos em três grandes grupos: civis, políticos e sociais. Além disso, Marshall aponta que, naquele caso histórico concreto, houve uma conquista progressiva, primeiramente de direitos civis, em seguida dos direitos políticos e, finalmente, dos direitos sociais, apontando como a consolidação de uns serviu como base a conquista de outros.

José Murilo de Carvalho (2002) procurou aplicar esse modelo ao caso brasileiro. A constatação do autor é que aquela sequência construída por Marshall operou de maneira invertida no Brasil, uma vez que boa parte dos direitos sociais, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a expansão desses direitos aos trabalhadores rurais, foram asseguradas durante períodos não democráticos, quando boa parte dos direitos civis e políticos estavam suspensos. Dessa forma, a cidadania no Brasil apresentaria um percurso bastante peculiar, colocando um papel preponderante para sua consolidação no Estado e não na sociedade civil.

Diversas críticas podem ser levantadas a essa leitura de Carvalho. A principal delas se deve justamente à visão demasiadamente formalista dos direitos e a consequente desconsideração de importantes movimentos sociais que atuavam, mesmo em contextos ditatoriais, na reivindicação e conquista dos direitos políticos e sociais¹⁶⁹.

Contudo, o objetivo aqui não é fazer essa discussão histórica a respeito da cidadania no Brasil, mas sim apontar para outro de seu aspecto central: a permanente exclusão formal e/ou prática de parcela expressiva da população do status de cidadão. Mesmo quando se trata de direitos minimamente consolidados parece sempre haver “pré-requisitos” que operam como uma espécie de barreira invisível para o acesso de toda população à cidadania plena.

Quem melhor expressou isso foi Wanderley Guilherme dos Santos (1979) ao elaborar o conceito de “cidadania regulada”, segundo o qual a conquista do status de cidadão não adviria da simples participação em uma comunidade política, mas dependia da inserção produtiva dos indivíduos em profissões previamente regulamentadas pelo Estado. Assim, o acesso à *dimensão social da cidadania* (ROBERTS, 1997) trazia, como *pré-requisito*, a inserção formal no mercado de trabalho e em determinadas profissões, excluindo, por consequência, a maior parte da população desses direitos.

Na realidade, desde o instituto da escravidão, é possível observar, em diferentes períodos da história brasileira, o estabelecimento de determinadas condições para que todos os brasileiros fossem considerados cidadãos plenos, mesmo se considerarmos os já restritos direitos então em voga. Como bem aponta Vera Telles (2001), não se trata propriamente de leis que não funcionam e que seriam “revogadas” pela própria realidade, mas sim da própria maneira como as leis são postas criando hierarquias e reproduzindo desigualdades.

Carvalho (2002) também reconhece tal fato ao afirmar que, mesmo com os consideráveis avanços conquistados com a Constituição Federal de 1988, o Brasil segue convivendo com altíssimos níveis de desigualdade, com o frequente desrespeito aos direitos civis e a não efetivação de diversos direitos sociais.

Essas contradições são especialmente visíveis quando nos debruçamos sobre a realidade das periferias urbanas no Brasil. Não são poucos os autores que têm apontado para os aspectos *inacabados* de nossa democracia (ZALUAR, 2007), para a fragmentação de nossa integração social (MACHADO DA SILVA, 2004), ou para os aspectos *disjuntivos* (HOLSTON &

¹⁶⁹ Esse é o caso, por exemplo, dos movimentos analisados por Decca (1981) em torno da Revolução de 1930, bem como dos movimentos analisados na primeira parte desta tese e em mais profundidade por Sader (1988), que lutavam por direitos sociais mesmo tendo seus direitos civis e políticos tolhidos por regimes ditatoriais, entre vários outros exemplos.

CALDEIRA, 1999) de nossa cidadania. Desse modo, seja apontando para a falta de civilidade¹⁷⁰ nas relações sociais cotidianas, seja para a permanência da enorme desigualdade social no Brasil ou para a constante violação de direitos civis fundamentais, o fato é que, no Brasil, uma parte expressiva da população, em especial a parcela negra, pobre e periférica, segue tendo seu “direito a ter direitos” negada cotidianamente¹⁷¹, conforme tratado no capítulo 6.

A ideia de “direito a ter direitos” foi consolidada na leitura de Hannah Arendt (1989) a respeito das “origens do totalitarismo”. Na visão da autora, a existência do “direito a ter direitos” significa fundamentalmente que os indivíduos vivam em uma estrutura onde são julgado por suas ações e opiniões e possuem o direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada. O contrário disso, ou seja, a privação dos direitos humanos fundamentais, estaria manifestada na “privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz” (ARENDRT, 1989, p. 330). Nessa situação em que privilégios (em alguns casos) e injustiças (na maioria das vezes) independem das ações concretas dos sujeitos, estes perdem mais do que a liberdade, perdem o status de *pessoa* e até mesmo de possibilidade de se lutar pela liberdade, uma vez que se tornam subcidadãos.

Essa situação de negação do pertencimento básico à comunidade em que nasceram, que no caso em análise por Arendt estava relacionada aos povos apátridas e refugiados, está intimamente ligada, no caso aqui em questão, à desigualdade socioeconômica e à estrutura de segregação residencial de nosso espaço urbano que dificultam contatos mais permanentes entre as classes sociais, inibem a troca de noções de civilidade, a construção de empatias e exclui a maior parte da população de uma série de direitos e bens de consumo coletivo – tais como saúde, educação, transporte etc. –, além de dificultar o acesso a bens de ordem privada – como postos de trabalho de qualidade. Como aponta Burgos (2005), a forma como nossas cidades estão organizadas, “tem funcionado como um importante limitador do pleno uso popular do potencial político inerente aos regimes democráticos”, tornando-se uma causa importante da reprodução e até do aprofundamento da desigualdade social (Burgos, 2005, p. 191).

Como discutido no capítulo 2, no Brasil, a segregação residencial nunca foi institucionalizada e a separação entre as camadas sociais nunca foi completa. Além disso, graças ao aumento das oportunidades de trabalho e educação nas últimas décadas, as camadas

¹⁷⁰ Civilidade é entendido aqui conforme Villavicencio (2007), como o estabelecimento de práticas de reconhecimento e inclusão por meio do estabelecimento de um espaço público onde os agentes possam regular seus conflitos de forma não violenta.

¹⁷¹ Outros autores como Feltran (2005; 2011), Telles (1994) e Dagnino (1994) também trabalham com essa noção de “direito a ter direitos” para pensar as transformações da cidadania no Brasil.

mais pobres estão cada vez mais misturadas com setores intermediários da população em termos de renda e escolaridade. Contudo, esse processo de mobilidade social ascendente não se traduziu em uma mobilidade geográfica nem em uma maior democratização do acesso às regiões mais ricas e bem servidas em termos de serviços e infraestrutura da cidade.

Dessa maneira, a separação da cidade entre centro e periferia é ainda um fenômeno bastante relevante para explicar a dificuldade de acesso de parcela expressiva da população a alguns direitos fundamentais, como os direitos civis que são desrespeitados pela atuação da polícia e do “mundo do crime” nas periferias, os direitos políticos, muitas vezes limitados ao voto periódico e os direitos sociais com alcance ainda bastante limitado nesses territórios.

Desse modo, debater a questão da cidadania no Brasil, nos parâmetros propostos por essa tese, requer que façamos uma discussão em torno da ideia de *direito à cidade*. O conceito de *direito à cidade* foi, pela primeira vez, cunhado em 1968, por Henri Lefebvre, em um “contexto bastante particular de encontro entre a universidade e as manifestações populares.” (Tavolari, 2016, p. 94). Na visão do filósofo francês, o afastamento das classes populares para longe do centro da metrópole faria com que essas pessoas perdessem o “sentido da obra”, dissociando-se da consciência urbana, de modo a criar uma “periferia desurbanizada”¹⁷², mas dependente da cidade.

Assim, para alcançar o direito à cidade, seria preciso superar essa condição de separação e afastamento social, a fim de garantir a todas as classes o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos da vida e empregos de tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (Lefebvre, 1991, p. 143).

Essa concepção de Lefebvre, apesar de mais filosófica do que sociológica, dialogava fortemente com a luta política em torno da cidade naquele momento histórico e apontava para a inconciliável contradição entre estar segregado no espaço urbano e ter *direito à cidade*. Dessa forma, Lefebvre aponta que para tratar da conquista do direito à cidade requer discuti-lo justamente a partir do ponto de vista de quem tem esse direito mais fortemente negado, ou seja, as classes populares segregadas nas periferias urbanas.

Na década de 1970, Castells (2009) retomou de forma crítica as ideias de Lefebvre. Ao se debruçar sobre o processo de urbanização dependente na América Latina e sobre a questão urbana de maneira mais ampla, Castells forneceu elementos para uma reformulação da ideia de direito à cidade a partir das dinâmicas concretas de lutas políticas que emergiam no espaço urbano naquele momento em diversos países do mundo, em especial nos países periféricos.

¹⁷² Lefebvre fala de uma “periferia desurbanizada” para apontar para as carências em termos de infraestrutura urbana que afetam essas regiões mas afastadas da cidade.

Para o sociólogo espanhol, a cidade era um espaço fundamentalmente de reprodução da força de trabalho e, desse modo, as políticas públicas que poderiam funcionar como “salário indireto” para os trabalhadores, teriam papel crucial nesse processo. Assim, apesar de não formular de maneira explícita um conceito próprio de direito à cidade, as críticas do autor à concepção de Lefebvre e sua visão da urbanização a partir da lógica da reprodução da força de trabalho permitiram inferir que, para ele, o *direito à cidade* estaria relacionado ao “consumo coletivo” da cidade (Cf. Arantes, 2009) e, portanto, à garantia de direitos sociais, como saúde, educação, habitação, e outros equipamentos públicos.

Castells apontou, portanto, para uma concepção *de direito à cidade* como um conjunto de direitos sociais relacionados à reprodução da força de trabalho no espaço urbano, de modo a atualizar o conceito e trazê-lo para mais próximo da dimensão social da cidadania. Dessa maneira, ainda que partindo de uma perspectiva mais estruturalista, a leitura de Castells guardava grande sintonia com as reivindicações políticas e com os usos sociais da cidade justamente nas regiões para onde o capitalismo e a urbanização se expandiam e criavam novas periferias “desurbanizadas”, para utilizar a expressão de Lefebvre¹⁷³.

Finalmente, o terceiro autor que trabalha com a noção de “direito à cidade” e que é importante para os propósitos dessa reflexão é David Harvey. Para ele, parte essencial do processo de acumulação de capital contemporâneo estaria ligado ao que ele chama de “novo imperialismo”¹⁷⁴ (Harvey, 2003) e ao processo de expansão da urbanização nos países periféricos. Dessa forma, Harvey parte da definição de Park a respeito da cidade como “tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração” (Robert Park, 1967 *apud* Harvey, 2009, p. 09) para definir o “direito à cidade” como “o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (Harvey, 2009) ou como “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade”. Em outras palavras, o direito à cidade, para Harvey, não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas, sim, um direito ativo e coletivo, e, portanto, político, de fazer a cidade diferente e de formá-la de acordo com nossos desejos e necessidades.

¹⁷³ Para um formulação a respeito do caso brasileiro e que guarda grande semelhança com essa leitura de Castells, ver a conceituação de Kowarick (1979) a respeito da “espoliação urbana”.

¹⁷⁴ A tese de Harvey (2004), a respeito do “novo imperialismo” se baseia nos estudos de Rosa Luxemburgo, para quem o imperialismo clássico seria uma atualização do processo que Marx chama de “acumulação primitiva de capital” e que ele denomina de “acumulação por espoliação”. Tanto para Luxemburgo quanto para Harvey, a acumulação de capital dependeria de processos recorrentes de intensa expropriação, não apenas em sua fase primitiva. Dessa maneira, a expansão capitalista em países periféricos, associados a processos de especulação urbana, gentrificação etc. seria parte central desse “novo imperialismo”.

Os três autores aqui citados trabalham aspectos bastante distintos da ideia de direito à cidade e que apontam para dimensões diferentes da cidadania em sua face urbana, o que mostra que a atualidade do conceito se deve menos à formulação lefebvriana do que a interpretações idiossincráticas feitas ao longo das últimas décadas (Frehse, 2018).

A questão central para as reflexões que apresento aqui é pensar como essas diferentes concepções de direito à cidade dialogam com as lutas por cidadania entre os moradores das periferias paulistanas analisadas ao longo desta tese e como podemos atualizá-lo a partir das práticas e reivindicações que têm emergido contemporaneamente nesses territórios. Afinal, a realidade concreta dos moradores das periferias urbanas só pode ser entendida se vista também por meio de seu viés simbólico e valorativo, atribuído pela experiência daqueles que sofrem as opressões e que têm seus direitos negados cotidianamente. É preciso, portanto, extrair o conceito de *direito à cidade* das *questões públicas* que são postas por cada uma das gerações aqui estudadas.

A ideia mais intuitiva em torno do conceito de *direito à cidade* pode ser inferida a partir do próprio entendimento do que é “cidade” por aqueles que habitam suas margens. Para boa parte dos moradores das periferias paulistanas, em especial aqueles membros da primeira geração que se mudaram para essas regiões nas décadas de 1960, 1970 e 1980 – cujo processo de migração e adaptação à realidade urbana foi apresentado no capítulo 3 da tese –, quando a infraestrutura básica, como asfalto, iluminação pública e esgotamento sanitário era precária ou inexistente, “a cidade” funcionava como uma categoria nativa que representava a região central de São Paulo.

O uso da cidade que essas pessoas historicamente praticam desde que firmaram residência nas regiões periféricas de São Paulo, ao se deslocarem cotidianamente para as regiões centrais onde estava localizada a maioria dos postos de trabalho e os serviços públicos, revelava-lhes um nítido contraste em termos de paisagem urbana. Isso criou, para elas, uma ideia de direito à cidade que significava “trazer a cidade para mais perto”, ou seja, garantir esses elementos próximos de onde viviam, para que pudessem desfrutar dessa urbanidade, até então ausente em seus bairros¹⁷⁵.

Essa noção de que era preciso ter acesso a bens e direitos que estavam associados ao “progresso” da cidade esteve na base da organização dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 – estudados nos capítulos 4 e 5. Com isso, a concepção de Castells (2009) e de outros autores brasileiros como Kowarick (1979), que associam o *direito à cidade* à

¹⁷⁵ Devo essa formulação ao Padre Jaime que à apresentou em uma fala pública em um evento justamente sobre “o direito à cidade” organizado na própria Paróquia Santos Mártires, mencionado no capítulo 4.

possibilidade de acesso a “bens de consumo coletivo” e à reprodução da força de trabalho mostram sua relevância.

Finalmente, a partir do processo de institucionalização dos movimentos sociais na década de 1990 e 2000 – tratado no capítulo 7 – parte das reivindicações desses atores passou a estar mais focada na garantia de espaços por meio dos quais pudessem influenciar nos rumos das políticas e dos serviços públicos que tinham pleiteado anteriormente. Assim, para além da reivindicação de serviços públicos e de infraestrutura urbana presente nas concepções anteriores, tratava-se, agora, de demandar novos direitos políticos de participação popular que permitiriam ampliar a influência das classes populares sobre os rumos das políticas públicas e na efetivação de direitos sociais.

Após a erupção das manifestações de junho de 2013, que tomaram as ruas de diversas cidades do Brasil, não foram poucos os autores e os próprios movimentos sociais que buscaram associar as reivindicações ali presentes à ideia de *direito à cidade*. É o caso de Maricato (2013), que destaca a centralidade das cidades na melhoria da qualidade de vida das pessoas, para além dos ganhos monetários de renda. Para ela

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. [Por isso,] nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. [...] a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características, e até mesmo a forma como se realizam, fazem a diferença.

No mesmo sentido, Rolnik (2013), afirma:

não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento da renda que possibilita o crescimento do consumo não resolve nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana.

Essas leituras, embora pertinentes e em diálogo com o que estava em pauta naquela ocasião, parecem-me capturar apenas aspectos parciais daquelas mobilizações. Mais do que isso, do ponto de vista dos sujeitos que habitam as periferias da cidade e lutam pela conquista da cidadania, que é o foco desta tese, pensar o direito à cidade não pode se limitar ao acesso a melhores condições de transporte ou mesmo aos aspectos ligados à *reprodução da força de trabalho*. Afinal, a negação de sua cidadania está relacionada a aspectos muito mais amplos, incluindo seu status fundamental de cidadão, enquanto portador do “direito a ter direitos”, como expus anteriormente e passa pelas regras de convívio e reciprocidade entre os diferentes grupos sociais.

É preciso, portanto, pensar um conceito atualizado de *direito à cidade* que dialogue com as demandas e anseios dos movimento e coletivos – debatidos no capítulo 10 – representantes da terceira geração de moradores das periferias paulistas e que são a base desse possível novo ativismo em emergência.

Além disso, é preciso lembrar que, entre as condições materiais de vida e a ação social dos grupos que reivindicam direitos de cidadania, há toda um “processo de produção de experiências” que não está dado pelas condições materiais objetivas (KOWARICK, 1991, p. 3). Sendo assim, não basta apontar a carência estrutural de um direito para afirmar que esta é a base de uma reivindicação, afinal, elementos como justiça, dignidade, carência, moralidade são questões produzidas historicamente e não automaticamente dados pela realidade material.

Assim, se parto da hipótese que junho de 2013 foi um “acontecimento” que “cristalizou” uma nova geração política (NUNES, 2014), conforme apontei ao fim do capítulo 10, é preciso compreender qual o conceito de cidadania e de direito à cidade que essa geração traz consigo.

O momento político pelo qual passa o Brasil atualmente é prenhe de significados. Para além das frustrações econômicas com os limites e com os retrocessos na mobilidade social que foi vivenciada pelas classes populares no Brasil ao longo da última década – tratada no capítulo 8 – e das frustrações com os tradicionais canais de participação política – tratadas no capítulo 7 – é latente a ameaça a uma série de direitos que até então pareciam consolidados.

Desse modo, se os canais de participação política para além do voto já eram vistos com muitas ressalvas e pouco interesse por parte dos mais jovens, é possível notar, nos últimos anos, uma desmobilização até mesmo desses tímidos espaços de consulta popular, tanto no nível local – na cidade de São Paulo – como na esfera federal. Primeiro, pelos próprios quadros petistas alçados a chefia de cargos executivos e que possuíam um perfil e um histórico de formação pessoal menos popular e mais tecnocrático e, depois, por governos conservadores que veem pouca ou nenhuma legitimidade nessas esferas públicas.

Além disso, a própria efetividade do voto me foi colocada em xeque por alguns interlocutores nas periferias diante do controverso processo de *impeachment* que alçou ao poder um governo com uma agenda diametralmente oposta à que fora eleita em 2014. Diante desses fatos, muitos de meus interlocutores mais engajados politicamente me disseram cogitar ou já estarem praticando o voto nulo, pois nenhum quadro político constituído seria capaz de representar seus anseios. Dessa descrença nas instituições, contudo, podem emergir novas formas de se organizar politicamente, com novas pautas e dinâmicas, como parece ser o caso dos coletivos culturais discutidos no capítulo 10 e outros movimentos locais, ainda que seu alcance siga sendo limitado.

Do lado econômico e dos direitos sociais, o momento não parece ser apenas de uma breve crise que permitirá o rápido retorno à normalidade na qual as perdas possam ser compensadas no curto prazo. Pelo contrário, a aprovação de reformas que desmontam ou inviabilizam a efetivação de direitos sociais, consagrados na Constituição de 1988, e as mudanças na legislação trabalhista produzem efeitos estruturais de grande impacto na vida das populações mais pobres. O aumento do desemprego já é sentido por muitos de meus interlocutores¹⁷⁶, como me foi dito repetidas vezes. Como me relatou Padre Jaime, muitos que deixaram de precisar da ajuda assistencial da Igreja nos últimos anos, voltaram a procurá-lo nos meses recentes pedindo cestas básicas ou outras formas de apoio.

Finalmente, do ponto de vista dos direitos civis, que sempre estiveram sob ameaça diante das formas de atuação do Estado e do próprio “mundo do crime” nas periferias – conforme debatido no capítulo 6 –, estão em risco ainda maior diante da possibilidade de um novo aumento nas atividades criminais, como já estamos observando em diversos lugares do Brasil. Além disso, a repressão policial a manifestações políticas, como nos episódios de 2013 e nas ocupações de escolas públicas em 2015, relatados no capítulo 10, complementam esse quadro dramático para a consolidação da cidadania nas periferias urbanas.

Assim, a atual agenda política que emerge dessa realidade periférica passa, por um lado, pela luta para evitar um retrocesso ainda maior em diversos direitos civis, políticos e sociais e buscar consolidar algumas das conquistas passadas, mas dialoga, por outro, com a *luta cultural* apresentada no capítulo 9 e com os movimentos e coletivos culturais debatidos no capítulo 10.

Para compreender o sentido dessas novas demandas, retomo a ideia de *direito à diferença* de Lefebvre. Como bem aponta Hannah Arendt, as comunidades políticas altamente desenvolvidas, como cidades-Estado e os modernos Estados-nação têm como pressuposto de sua organização certo nível de homogeneidade étnica e cultural e, assim, buscam eliminar as distinções e diferenças naturais e onipresentes que, por vezes, despertam ódio, desconfiança e discriminação. O “estranho”, nesse contexto, funciona como “um símbolo assustador pelo fato da diferença em si, da individualidade em si, e evoca essa esfera onde o homem não pode atuar nem mudar e na qual tem, portanto, uma definida tendência a destruir.” (ARENDR, 1989, p.335).

No entanto, se, o direito à cidade tem como elemento central a “individualização na socialização” (Lefebvre, 1991), é preciso buscar formas de conjugar o particular com o

¹⁷⁶ Apenas para ilustrar esse fato, em apenas uma manhã que passei com Osni no começo deste ano (2018) no Centro São José, no Jardim Ângela, do qual ele é gerente, presenciei três pessoas que vieram lhe entregar currículo e pedir emprego de “qualquer coisa”, pois estavam há muito tempo sem conseguir trabalho algum.

universal nas demandas em torno do espaço urbano. É por isso que Lefebvre argumenta que a integração social não pode ser pura formalidade, algo que surge automaticamente do simples oferecimento de oportunidades políticas ou econômicas e que obriga os “novos integrados” a uma assimilação cultural à realidade a qual se integram. É preciso que esse processo integrativo ofereça espaço para a identidade e para diferença dos grupos sem que isso signifique isolamento ou hostilidade (Lefebvre, 2003).

É justamente nesse sentido que apontam as demandas dessa nova geração de *sujeitos políticos* que buscam se organizar atualmente nas periferias de São Paulo. Ao mesmo tempo em que buscam uma integração política, econômica e social e querem ter acesso a novos direitos, o querem sem precisar abrir mão de suas *diferenças*. Buscam, assim, na contramão de toda a história da cidadania brasileira, estabelecer uma cidadania sem pré-requisitos, isto é, que não estabeleça, ainda que de modo tácito, distinções hierárquicas entre cidadãos que não estejam descumprindo a lei¹⁷⁷. Uma cidadania em que para ter seus direitos civis respeitados, por agentes privados ou estatais, não seja necessário deixar de se vestir como gostam pelo simples fato de serem “roupas de bandido”, ou que precisem esconder traços ou características de sua ascendência étnico-racial para serem aceitos nos padrões estéticos estabelecidos, ou que precisem mentir sobre seu local de moradia para conseguir emprego, como ocorre devido aos processos de *estigmatização* discutidos no capítulo 6, ou que para terem suas opiniões e vontades políticas respeitadas precisem primeiro se tornar alguém de “classe média”.

Em suma, ao lado e em complemento à ideia de *direito à cidade* o que esses sujeitos parecem reivindicar é um *direito à periferia*, um direito a serem quem são do ponto de vista de suas histórias e do *modo de vida* que consideram típico das periferias, em muitos aspectos, oposto ao *modo de vida* individualista da cidade capitalista devido às relações de proximidade e reciprocidade que marcaram a constituição dessas regiões, discutidos no capítulo 3.

A ideia de um *direito à periferia* busca, portanto, consolidar dois elementos que são centrais na mobilização política e social dessa nova geração de *sujeitos políticos* que buscam entrar em cena atualmente e que são duas faces de uma mesma moeda. De um lado, a “luta cultural” (Hall, 2003b) pela afirmação de *um modo de vida* próprio e, de outro, a reivindicação do direito “direito a ter direitos”, de ser parte de uma comunidade política de forma plena, sem precisar deixar de ser pobre, negro, favelado, periférico. Não se trata, portanto, de um abandono da luta pelos direitos civis, sociais e políticos que marcou a história de todas as gerações de

¹⁷⁷ Conforme aponta Hannah Arendt, a ausência de “direito a ter direitos” se dá justamente quando algum grupo é excluído de seu status de cidadão sem que esteja cometendo algum crime, ou seja, trata-se de uma discriminação *à priori* baseada unicamente na pertença àquele grupo e não em suas condutas efetivas.

trabalhadores periféricos estudados nesta tese. Mas de garantir que a integração social ocorra mediante o respeito à *diferença*, de modo que as particularidades não se dissolvam em uma universal abstrato e vazio de significados históricos e sociais para esses sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. Religião na metrópole paulista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p. 15–27, 2004.
- ALMEIDA, V. U.; MENDES SOBRINHO, O. T. **Migração rural-urbana: aspectos de convergência de população do interior e outras localidades para a capital do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 1951.
- ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos Cebrap**, n. n. 83, p. 103–127, mar. 2009.
- ARENARI, B.; TORRES, R. Os batalhadores e o pentecostalismo: um encontro entre classe e religião. In: SOUZA, J. (Ed.). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AUYERO, J. The Politics of Interpersonal Violence in the Urban Periphery. **Current Anthropology**, v. 56, n. S11, p. S169–S179, 2015.
- BACHELARD, G. O novo espírito científico. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BECKER, H.; GEER, B. Participant observation and interviewing: a comparison. **Human Organization**, v. 16, n. 3, p. 28–32, [s.d.].
- BERTELLI, G. Errâncias racionais: a periferia, o rap e a política. In: FELTRAN, G.; BERTELLI, G. (Eds.). **Vozes à margem: periferias, estética e política**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.
- BIONDI, K. **Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC**. Dissertação de mestrado—São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- BIONDI, K. **Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC**. Tese de doutorado—São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2014.
- BOLTANSKI, L. **On critique. A sociology od emancipation**. Cambridge, UK: Polity Press, 2011.
- BOLTANSKI, L. Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: VANDENBERGHE, F.; VÉRAN, J.-F. (Eds.). **Além do habitus. Teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European journal of social theory**, v. 2, n. 3, p. 359–377, 1999.
- BONDUKI, N. **O surgimento de propostas alternativas de habitação popular sob controle de associações populares**. VIII Encontro da Associação Nacional de Pesquisas e Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS. **Anais...Água da Prata - SP: 1984**
- BORTOLUCI, J. H. A descoberta do viver periférico: articulações do popular na arquitetura paulista (1960-1980). **Novos Estudos Cebrap**, v. 35, n. 106, p. 31–50, 2016.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.

- BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAGA, R. Sob a Sombra Do Precariado. In: MARICATO, E.; AL., ET (Eds.). **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 103, n. Maio, p. 25–52, 2014.
- BRANT, V. C. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BRINGEL, B. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligencia**, n. julho-agosto-setembro, 2013.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad, especial em português**, 2015.
- BRUBAKER, R.; COOPER, F. Beyond “identity”. **Theory and Society**, v. 29, n. 1, p. 1–47, 2000.
- BUENO, S. et al. Excluir para legitimar: a disputa dos significados da segurança pública nas políticas de participação em São Paulo. In: OLIVEIRA JUNIOR, A. DE (Ed.). **Instituições participativas no âmbito da segurança pública: programas impulsionados por instituições policiais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- BURAWOY, M. The extended case method. **Sociological Theory**, v. 16, n. Issue 1, p. 4–33, 1998.
- BURGOS, M. B. Cidade, territórios e cidadania. **Dados**, v. 48, n. 1, p. 189–222, 2005.
- CALDEIRA, T. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- CALDEIRA, T. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CALDEIRA, T. O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (Eds.). **São Paulo: novos percursos e atores (sociedade cultura e política)**. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.
- CALDEIRA, T.; HOLSTON, J. Democracy and violence in Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, v. 41, n. 4, p. 691–729, 1999.
- CAMARGO, C. P. F. DE; SOUZA, B. M.; PIERUCCI, A. F. DE O. Comunidades Eclesiais de Base. In: **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de luta**. São Paulo: Editora Veneta, 2016.
- CAMPOS, L. A. Qual capacidade crítica? Relendo Luc Boltanski à luz de Margaret Archer. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, p. 719–740, 2016.
- CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando? **Dados**, v. 60, n. 4, p. 977–1023, 2017.

- CARDOSO, F. H.; CAMARGO, C. P. F. DE; LUCIO KOWARICK. Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação. **Cadernos Cebrap**, v. 14, 1973.
- CARDOSO, R. Duas faces de uma experiência. **Novos Estudos Cebrap**, v. 1, n. 2, p. 48–49, abr. 1982.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (Eds.). **Sociedade política no Brasil pós-61**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1984.
- CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Ed.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARVALHAES, F.; ET, AL. Os impactos da geração de empregos sobre as desigualdades de renda: uma análise da década de 2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, p. 79–98, 2014.
- CARVALHO, J. M. DE. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTEL, R. Et maintenant, le “precarariat”. **Le Monde**, 29 abr. 2006.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. 69–80, 2009.
- CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11–48, jun. 2009.
- CEFAÏ, D. Qué es la etnografía? Debates contemporáneos. Arraigamientos, operaciones y experiencias del trabajo de campo. **Persona y sociedad**, v. XXVII, n. 1, p. 101–119, 2013.
- CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos Estudos Cebrap**, v. 36, n. 01, p. 187–213, 2017a.
- CEFAÏ, D. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos Estudos Cebrap**, v. 36, n. 02, p. 129–142, 2017b.
- COMPTON, R. **Class and stratification: an introduction to current debates**. Cambridge, UK: Polity Press, 1998.
- CYMBALISTA, R. O lugar aonde as pessoas chegam antes da cidade. **Sexta-feira**, v. 8, p. 44–51, 2006.
- DAGNINO, E. Os Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Ed.). **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, 2004.
- D’ANDREA, T. P. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese de doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- DAS, V.; POOLE, D. DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. In: **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe/New Mexico: School of American Research Press, pp. 3-33, 2004.

- DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e pesquisa**, v. 28, n. 1, 2002.
- DECCA, E. S. DE. **1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DIAS, C. C. N. Da guerra à gestão: a trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo. **Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura**, v. 2, n. 10, p. 2009, 2009.
- DIAS, C. C. N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese de doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- DURHAM, E. R. **A caminho da cidade**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- DURHAM, E. R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARODOSO, R. (Ed.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DURHAM, E. R. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, L. (Ed.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ELLIOTT, J. **Using narrative in social research: qualitative and quantitative approaches**. London; Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 2005.
- ERICKSON, R.; GOLDTHORPE, J. The CASMIN Project and the American Dream. **European Sociological Review**, v. 8, p. 283–306, 1992.
- ERICKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARRERO, L. Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies. **British Journal of Sociology**, v. 30, 1979.
- FELTRAN, G. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
- FELTRAN, G. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Revista temáticas**, v. 30, p. 11–50, 2007.
- FELTRAN, G. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cadernos CRH**, v. 23, n. 58, p. 59–73, 2010.
- FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2011a.
- FELTRAN, G. Transformações sociais e políticas na periferia de São Paulo. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (Eds.). **São Paulo: novos percursos e atores (sociedade cultura e política)**. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011b.
- FELTRAN, G. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, p. 232–255, 2012.
- FELTRAN, G. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 495–512, 2014.
- FERREIRA, L. C. **Santo Dias é assassinado durante piquete em São Paulo**. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/saiunonp/2015/05/1630975-santo-dias-e-assassinado-durante-piquete-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

- FIGLIORE, D. **Bases Sociais e Interiorização: O Predomínio Eleitoral do PSDB Paulista (1994-2014)**. Dissertação de mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.
- FONTES, L. São Paulo nos anos 2000: segregação urbana e mobilidade social em termos de renda e escolaridade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 2, p. 304–324, 2018.
- FONTES, P. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing. **Social Text**, n. 25/26, p. 56–80, 1990.
- FREHSE, F. A juventude cinquentenária de O direito à cidade, de Henri Lefebvre. **Prisma.so**, n. 5, p. 7–8, fev. 2018.
- FREITAS, J. B.; ARAUJO, J. M. P. Persiste a alta desigualdade de renda no Município de São Paulo. **Informes Urbanos - Prefeitura de São Paulo**, n. 19, jun. 2014.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GILROY, P. **The Black Atlantic: modernity and double consciousness**. Londres: Verso, 1994.
- GODBOUT, J.; CAILLÉ, A. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1963.
- GOHN, M. DA G. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Maquiavel - Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3
- HALL, S. Estudos culturais: dois paradigmas. In: **Dá diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003a.
- HALL, S. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: **Dá diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003b.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. DA (Ed.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HARVEY, D. The Right to the City. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 27, n. 4, p. 939–941, 2003.
- HARVEY, D. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, n. 26, p. 09–18, 2009.
- HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 75, 2017.

- JANUÁRIO, A. et al. JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, n. 9, 2016.
- JØRGENSEN, A. The Sense of Belonging in New Urban Zones of Transition. **Current Sociology**, v. 58, n. 1, p. 3–23, 2010.
- JUDENSNAIDER, E. et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Editora Veneta, 2013.
- JUSTUS, M. et al. **The “São Paulo mystery” and the role of the criminal organization PCC in reducing the homicide rate in the 2000s**. Anais do 45º Encontro da Anpec. Natal-RN: ANPEC, 2017
- KERKHOF, N. J.; HEM, S. L.; WHITE, J. L. Vehicle for stabilizing aluminum hydroxide gel. **Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 64, n. 12, p. 2030–2032, dez. 1975.
- KESSLER, G. Las consecuencias de la estigmatización territorial: Reflexiones a partir de un caso particular. **Espacios en blanco. Serie indagaciones**, v. 22, n. 1, p. 165–197, 2012.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, L. Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público. **São Paulo em Perspectiva**, v. 5, n. 2, p. 2–8, 1991.
- LAVALLE, A.; CASTELLO, G.; BICHR, R. Quando novos atores saem de cena: continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política & Sociedade**, n. 5, p. 37–55, out. 2004.
- LAVALLE, A. G.; BARONE, L. S. Conselhos, associações e desigualdade. In: ARRETCHE, M. (Ed.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, H. From the Social Pact to the Contract of Citizenship. In: ELDEN, S.; LEBAS, E.; KOFMAN, E. (Eds.). **Henri Lefebvre: key writings**. New York; London: Continuum, 2003.
- LIMONGI, F.; MESQUITA, L. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 81, p. 49–67, 2008.
- LINK, B.; PHELAN, J. Conceptualizing Stigma. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 383–385, 2001.
- MACEDO, C. C. **Tempo de gênese: o povo das comunidades eclesiais de base**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MACEDO, M. **“Periferia é periferia em qualquer lugar”:** de categoria espacial/analítica à categoria identitária/êmica no movimento hip-hop paulistano dos anos 1980 a 2000. In: III SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (FESPSP). São Paulo, 2014.
- MACEDO, M. Hip-Hop SP: transformações entre uma cultura de rua, negra e periférica (1983-2013). In: KOWARICK, L.; FRUGOLI, H. (Eds.). **Pluralidade Urbana em São Paulo**. [s.l.] Editora 34, 2016.
- MACHADO DA SILVA, L. A. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. Dissertação de mestrado—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971.

- MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Cadernos CRH**, v. 15, n. 37, p. 81–109, 2002.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 53–84, 2004.
- MACHADO DA SILVA, L. A.; LEITE, M. P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 545–591, 2007.
- MAGNANI, J. G. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2003.
- MAGNANI, J. G. Trajetos e trajetórias - uma perspectiva da antropologia urbana. **Sexta-feira**, v. 8, 2006.
- MALVASI, P. **Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo**. Tese de doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- MANNHEIM, K. The problem of generations. In: KECSKEMETI, P. (Ed.). **Essays on the Sociology of Knowledge**. London: Routledge, 1952.
- MANSO, B. P. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010: Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime**. Tese de doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012a.
- MANSO, B. P. Epidemia: o que 5 décadas de homicídios em São Paulo têm a ensinar. **O Estado de S. Paulo**, p. C5–C10, 14 out. 2012b.
- MARCUS, G. Ethnography in/of the World System: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, n. 1, p. 95–117, 1995.
- MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 151–166, 2003.
- MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E.; AL., ET (Eds.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. Dissertação de mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- MARQUES, A. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnografica**, v. 14, n. 2, p. 311–335, 2010.
- MARQUES, E. Estrutura social e segregação em São Paulo: transformações na década de 2000. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 3, p. 675–710, 2014.
- MARQUES, E. Os espaços sociais da metrópole nos 2000. In: MARQUES, E. (Ed.). **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo: Unesp, 2015.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

- MEDEIROS, D. **Da classe média à periferia? O PT nas eleições municipais paulistanas (1996-2012)**. Dissertação de mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- MEDEIROS, J. **Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos**. Tese de doutorado—Campinas: Unicamp, 2017.
- MEDEIROS, M. DE L. Populismo ou medo da maioria? Como transformar em tolice as razões da massa. In: SOUZA, J. (Ed.). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- MEDEIROS, M.; GALVÃO, J. DE C.; NAZARENO, L. A Composição da Desigualdade no Brasil – Conciliando o Censo 2010 e os Dados do Imposto de Renda. **Texto para Discussão**, v. 2147, 2015.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. **A Estabilidade Da Desigualdade No Brasil Entre 2006 E 2012: Resultados Adicionais (2015)**, 2015.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. Á. DE. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 1, p. 7–36, 2015a.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. Á. DE. The stability of income inequality in Brazil, 2006-2012: an estimate using income tax data and household surveys. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 4, p. 971–986, 2015b.
- MESSEY, D.; DENTON, N. The dimensions of residential segregation. **Social forces**, v. 67, n. 2, p. 281–315, 1988.
- MIRIAM, C. **História do Bairro M'Boi Mirim SP São Paulo**, 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DPRTRA1EXzA>>
- MISSE, M. **Crime urbano, sociabilidade violenta e ordem legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva**. NECVU/UFRJ, , 1997.
- MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, v. 79, 2010.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E.; AL., ET (Eds.). **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 2013.
- NASCIMENTO, É. **“Literatura marginal”**: os escritores da periferia entram em cena. Dissertação de mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- NASCIMENTO, É. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana**. Tese de doutorado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- NERI, M. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2008.
- NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- NERY, M. B.; ADORNO, S. O Movimento da Criminalidade em São Paulo: Um Recorte Temático e Bibliográfico. **BIB - Boletim Informativo Bibliográfico**, n. 76, p. 5–32, jul. 2013.
- NOVAES, R.; ALVIM, R. Movimentos, redes e novos coletivos juvenis: Um estudo sobre pertencimentos, demandas e políticas públicas de juventude. In: LEITE LOPES, J. S.; HEREDIA, B. M. A. DE (Eds.). **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação, burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

NUNES, R. Geração, acontecimento, perspectiva Pensar a mudança a partir do Brasil. *Nueva Sociedad*, p. 14–26, 2014.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 5–20, 1989.

OLIVEIRA, C. R. DE. **Encontros e desencontros entre petismo e lulismo: classe, ideologia e voto na periferia de São Paulo**. Dissertação de mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. S. (Eds.). . **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ORTELLADO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, E. et al. (Eds.). . **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

PAOLI, M. C. Violência e espaço civil. In: **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PARANHOS, R.; ET, AL. Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, v. 18, n. 42, p. 384–411, 2016.

PARDUE, D. “O que adianta estética sem ética”: a coletividade no discurso marginal. In: BERTELLI, G.; FELTRAN, G. (Eds.). . **Vozes à margem: periferias, estética e política**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

PARK, R. **On Social Control and Colletive Behavior**. Chicago: Chicago University Press, 1967.

PASTERNAK, S.; BOGUS, L. A cidade dos anéis. *Cadernos LAP*, n. 28, 1998.

PASTERNAK, S.; BOGUS, L. **Continuidades e descontinuidades na cidade dos anéis**. In: ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR POPULAÇÃO E ESPAÇO. ABEP. Campinas, 2003.

PASTERNAK, S.; BOGUS, L. **Continuidades e descontinuidades na cidade dos anéis**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. ANPUR. Salvador, 2005.

PAULA, M. DE. A Nova Classe Trabalhadora e o Neopentecostalismo. In: BARTELT, D. (Ed.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

PEREIRA, A. B. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 79, p. 143–162, 2010.

PERLATTO, F. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 53, p. 121–154, 2015.

PIERUCCI, A. F. DE O. Comunidades eclesiais: origens e desenvolvimento. *Novos Estudos Cebrap*, v. 1, n. 2, p. 48–49, abr. 1982.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2013.

POCHMANN, M. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

- POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PRETECEILLE, E. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. **Espaço e Debates**, v. 24, p. 11–23, 2004.
- PRETECEILLE, E.; CARDOSO, A. Rio de Janeiro y São Paulo: cidades duales? Comparación con Paris. **Ciudad y Territorio. Estudios territoriales**, v. XLI, n. 158, 2008.
- REQUENA, C.; GODOY, S.; SARUE, B. Condições urbanas: desigualdades e heterogeneidade. In: MARQUES, E. (Ed.). **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo: Unesp, 2015.
- RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2007.
- RIBEIRO, C. A. C. Estrutura de Classes e Mobilidade Social no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, v. 16, n. 37, p. 54–70, 2014.
- RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: ARRETCHE, M. (Ed.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. [s.l.] Editora Unesp, 2015.
- ROBERTS, B. A dimensão social da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, 1997.
- RODRIGUES, J. C.; BOSCO, S. M. DE S. **Redescobrimo o adolescente na comunidade: uma outra visão da periferia**. São Paulo: Cortez, 2005.
- RODRÍGUEZ, J.; ARRIAGADA, C. Segregación residencial en la ciudad latinoamericana. **Revista eure**, v. XXXIX, n. 89, p. 5–24, maio 2004.
- ROLNIK, R. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E.; AL., ET (Eds.). **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- SABATINI, F. **La segregación social del espacio en las ciudades de América Latina** Banco Interamericano de Desarrollo, , 2006.
- SABATINI, F.; CÁCERES, G.; CERDA, J. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. **Revista eure**, v. XXVIII, n. 82, p. 21–42, dez. 2001.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARODOSO, R. (Ed.). **A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Perguntas e Respostas sobre a Definição da Classe Média. **Vozes da Classe Média**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.
- SALATA, A. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 1, p. 111–149, 2015.
- SANTOS, B. DE S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- SANTOS, W. G. DOS. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 387–407, 2012.
- SCOTT, J. **Domination and the arts of resistance**. New Haven and London: Yale University Press, 1990.
- SECCO, L. **História do PT**. São Paulo: Atelié, 2011.
- SILVA, L. L. DA. **A literatura fora do lugar: a constituição de poetas e escritores nos saraus das periferias de São Paulo**. Dissertação de mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.
- SILVA, M. M. **A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)**. Tese de doutorado—Campinas: Unicamp, 2011.
- SIMMEL, G. Sociability. In: **On individuality and social forms**. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos Cebrap**, v. 85, p. 83–102, 2009.
- SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, v. 97, p. 23–40, 2013.
- SINGER, P. Movimentos de bairro. In: **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SINGER, P.; BRANT, V. C. (EDS.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. **A Classe Média Brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro; Brasília, DF: Elsevier; CNI, 2010.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- SOUZA, J. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, D. (Ed.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- SOUZA, P. H. G. F.; CARVALHAES, F. Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda (2002-2011). **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 1, p. 2014, [s.d.].
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- STANDING, G. **The Precariat: The New Dangerous Class**. Londres: Bloomsbury, 2011.
- TATAGIBA, L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 209–213, 2005.
- TATAGIBA, L. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (Eds.). **São Paulo: Novos Percursos e atores (sociedade, cultura e política)**. São Paulo: Editora 34, 2011.

- TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos Estudos Cebrap**, v. 104, p. 93–109, 2016.
- TELLES, V. DA S. Anos 70: experiência e práticas cotidianas. In: KRISCHKE, P.; MAINWARING, S. (Eds.). . **A Igreja nas bases em tempo da transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM-Cedec, 1986.
- TELLES, V. DA S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (Ed.). **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TELLES, V. DA S. **Cidadania e pobreza**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- TELLES, V. DA S. Trajetória urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, V. DA S.; CABANES, R. (Eds.). . **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- TELLES, V. DA S. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos Estudos Cebrap**, n. 84, p. 153–173, 2009.
- TELLES, V. DA S. Jogos de poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. In: AZAÏS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. DA S. (Eds.). . **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Fino Traço/Programa de Pós-Graduação em Sociologia - USP, 2012.
- TELLES, V. DA S.; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173–191, 2007.
- TENNINA, L. Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, v. 42, n. jul./dez., p. 11–28, 2013.
- THOMPSON, E. P. **The making of the English working class**. New York: Vintage Book, 1966.
- TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1978.
- TORRES, H. Medindo a segregação. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Eds.). . **São Paulo: segregação pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- TOURAINÉ, A. O método da sociologia da ação: a intervenção sociológica. **Novos Estudos Cebrap**, v. 1, n. 3, p. 36–45, jul. 1982.
- TOURAINÉ, A. **The return of the actor**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1988.
- TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 17–28, abr. 2006.
- VAINER, C. Quando as cidades vão às ruas. In: MARICATO, E.; AL., ET (Eds.). . **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, [s.d.].
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- VILLAVICENCIO, S. Ciudadanía y civilidad: acerca del derecho a tener derechos. **Colombia Internacional**, n. 66, p. 36–51, 2007.
- WACQUANT, L. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. **Thesis Eleven**, n. 91, 2007.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

- WIEVIORKA, M. **Em que mundo viveremos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. DA (Ed.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARODOSO, R. (Ed.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ZALUAR, A. Brasil na transição: cidadãos não vão ao paraíso. **São Paulo em Perspectiva**, v. 5, n. 1, p. 19–25, 1991.
- ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo; Campinas: Editora Escuta; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (Ed.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 1.
- ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2ª edição ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 31–49, dez. 2007.
- ZALUAR, A. Dom, poder e violência. **Insight Inteligência**, n. Outubro-Novembro-Dezembro, p. 96–107, 2013.
- ZALUAR, A. Sociability in crime: culture, form of life or ethos? **Vibrant**, v. 11, n. 2, p. 12–46, 2014.
- ZALUAR, A.; LEAL, M. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.
- ZALUAR, A.; RIBEIRO, A. P. A. Teoria da eficácia coletiva e violência. O paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 84, p. 175–196, 2009.

ANEXO 1 – Questionário quantitativo

PESQUISA “MOBILIDADE SOCIAL NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO”

Vou começar com algumas perguntas sobre idade, local de nascimento, cor e estado civil.

SD.1) [Sexo – marcar sem ler pergunta e respostas]

- | | |
|---------------|---------|
| (1) Masculino | (88) NS |
| (2) Feminino | (99) NR |

SD.2) Onde você nasceu?

- | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|
| (1) Nesta cidade (São Paulo) | |
| (2) Em outra cidade do estado de SP. | Cidade [ANOTAR]: _____ |
| (3) Em outra cidade de outro estado. | Cidade [ANOTAR]: _____ |
| | Estado [ANOTAR]: _____ |
| (4) Em outro país. | País [ANOTAR]: _____ |

(88) NS**(99) NR****SD.3) Em que ano você nasceu?**

- | | |
|---------------------|-----------|
| Ano [ANOTAR]: _____ | (8888) NS |
| | (9999) NR |

SD.4) Há quantos anos você mora sem interrupção na cidade de São Paulo?

- | | |
|--|----------|
| Anos [ANOTAR]: _____ | (888) NS |
| (111) Mora em São Paulo desde que nasceu | (999) NR |

SD.5) Há quantos anos você mora nesse bairro?

- | | |
|--|----------|
| Anos [ANOTAR]: _____ | (888) NS |
| (111) Mora no bairro desde que nasceu [VÁ SD.6] | (999) NR |

SD.6) Qual o seu estado civil? [Atenção para diferença entre respostas 4 e 5]

- (1) Solteiro(a)
- (2) Casado(a)
- (3) Amigado(a), amasiado(a) (união consensual, vive junto sem ser casado)
- (4) Desquitado(a) ou divorciado(a) – separado(a) judicialmente
- (5) Separado (a) – separação não oficial
- (6) Viúvo(a)

(88) NS

(99) NR

SD.8) Usando agora as opções nesta lista, qual a sua cor / raça?

- (1) Branco (a)
- (2) Preto (a)/Negro(a)
- (3) Pardo(a)
- (4) Amarelo(a)
- (5) Indígena
- (6) Outra cor / raça. **Qual?** [ANOTAR]:

SD.7) Quantas pessoas ao todo moram nesta mesma casa?

- (1)
- (2)
- (3)
- (4)
- (5)
- (6) Outro. Quantos:

(88) NS

(99) NR

As perguntas a seguir são sobre escolaridade.**E.1) Qual é o seu grau de escolaridade (o ano, período ou ciclo mais elevado que você concluiu)?****[CASO TENHA CURSADO MAIS DE UM, CONSIDERAR O CURSO MAIS ELEVADO]****(1) Ensino Fundamental (1ª a 8ª série)**

Até que série completa? [ANOTAR] _____

(2) Ensino Médio (1º ao 3º ano)

Até que série completa? [ANOTAR] _____

(3) Supletivo de 1º Grau

Até que série completa? [ANOTAR] _____

(4) Supletivo de 2º Grau

Até que série completa? [ANOTAR] _____

(5) Técnico (profissionalizante). Qual curso? [ANOTAR] _____

Qual série? [ANOTAR] _____

(6) Ensino Superior ou 3º Grau (graduação). Qual curso? [ANOTAR] _____

Até que (período, ciclo, semestre) completo? [ANOTAR] _____

(7) Alfabetização de adultos**(8) Universidade da terceira idade (idosos). Qual curso? [ANOTAR] _____****(9) Pré-vestibular**

(10) Outro. Qual? [ANOTAR] _____		
	Qual série? [ANOTAR] _____	
(77) NA	(88) NS	(99) NR

EP.1) Até que *série* seus PAIS cursaram a escola?

[CASO TENHA CURSADO MAIS DE UM, CONSIDERAR O CURSO MAIS ELEVADO]

EP.1.1) Pai			EP.1.2) Mãe		
(1) Nunca freqüentou a escola			(1) Nunca freqüentou a escola		
(2) Primeiro grau (1ª. à 4ª. série) incompleto			(2) Primeiro grau (1ª. à 4ª. série) incompleto		
(3) Primeiro grau (1ª. à 4ª. série) completo			(3) Primeiro grau (1ª. à 4ª. série) completo		
(4) Primeiro grau (5ª. à 8ª. série) incompleto			(4) Primeiro grau (5ª. à 8ª. série) incompleto		
(5) Primeiro grau (5ª. à 8ª. série) completo			(5) Primeiro grau (5ª. à 8ª. série) completo		
(6) Segundo grau (1º. ao 3º. ano) incompleto			(6) Segundo grau (1º. ao 3º. ano) incompleto		
(7) Segundo grau (1º. ao 3º. ano) completo			(7) Segundo grau (1º. ao 3º. ano) completo		
(8) Superior (universitário) incompleto			(8) Superior (universitário) incompleto		
(9) Superior (universitário) completo			(9) Superior (universitário) completo		
(10) Pai desconhecido			(10) Mãe desconhecida		
(77) NA	(88) NS	(99) NR	(77) NA	(88) NS	(99) NR

Agora, vou fazer algumas perguntas sobre trabalho e renda.**T.1) Atualmente, você *tem* algum trabalho (emprego, bico, trabalho feito na residência ou outro) com o qual ganhe dinheiro?**

- (1) Sim [VÁ PARA T.4] (88) NS
 (2) Não (99) NR

T.2) Você *não está trabalhando* atualmente porque...

- (1) Está desempregado(a)
 (2) Está afastado(a) por motivo de saúde
 (3) Está afastado(a) por outro motivo. **Qual?** [ANOTAR] _____
 (4) Vive somente da aposentadoria.
 (5) Vive somente como pensionista.
 (6) Está somente estudando.
 (7) Cuida de afazeres domésticos
 (8) Outra situação. **Qual?** [ANOTAR] _____
- (77) NA (88) NS (99) NR

T.3) Nos últimos 30 dias, você *procurou* algum trabalho pago, remunerado?

- (1) Sim (77) NA
 (2) Não (88) NS
 [VÁ PARA T.7] (99) NR

T.4) Se você tem trabalho, fale-me, agora, sobre seu *trabalho principal*, isto é, *aquele no qual você ganha mais dinheiro*. Nele, **o que você faz?**

Trabalho principal [ANOTAR O NOME DADO]: _____ **Codificação posterior**

(77) NA

(88) NS

(99) NR

T.5) Quanto você recebeu por este trabalho (rendimento bruto sem descontos) no último mês?

Rendimento do trabalho principal [ANOTAR]: _____ (88) NS

(99) NR

T.6) Neste trabalho você é...

- (1) Empregado(a) com carteira assinada
- (2) Empregado(a) sem carteira assinada
- (3) Funcionário(a) público(a)
- (4) Membro de cooperativas
- (5) Padre, freira, pastor ou religioso
- (6) Prestador de serviço militar obrigatório
- (7) Proprietário rural
- (8) Patrão(oa) ou empregador(a)
- (9) Autônomo ou trabalha por conta própria. **Com o quê?**: _____
- (10) Tem contrato temporário de trabalho (por exemplo, estagiário, bolsista)
- (11) Outra situação. **Qual?** [ANOTAR] _____

(77) NA

(88) NS

(99) NR

T.7) Além desse trabalho principal, você exerce alguma outra atividade remunerada?

Não

Sim. **Qual?** ANOTAR: _____

(88) NS

(99) NR

T.8) Fale-me, agora, qual era ou é a(o) principal trabalho remunerado dos seus pais.

T.7.1) **Pai** : (1) Pai desconhecido [**VÁ PARA T.9**].

(2) Trabalho principal do pai [ANOTAR]: _____

(77) NA

(88) NS

(99) NR

T.7.2) **Mãe** :

(1) Mãe desconhecida [**VÁ PARA T.9**].

(2) Trabalho principal da mãe [ANOTAR]: _____

(77) NA

(88) NS

(99) NR

T.9) Neste trabalho principal seus PAIs eram (são)...

T.8.1) Pai

- (1) Empregado com carteira assinada
- (2) Funcionário Público
- (3) Autônomo ou trabalha por conta própria.
- (4) Patrão ou empregador

T.8.1) Mãe

- (1) Empregado com carteira assinada
- (2) Funcionário Público
- (3) Autônomo ou trabalha por conta própria.
- (4) Patrão ou empregador

(5) Outra situação. Qual? [ANOTAR] _____	(5) Outra situação. Qual? [ANOTAR] _____
(77) NA	(77) NA
(88) NS	(88) NS
(99) NR	(99) NR

T.10) Quantas pessoas trabalham e contribuem para a renda da família?

[Anotar]: _____

(88) NS

(99) NR

T.11) Entre essas pessoas que contribuem para a renda da família, quantas exercem atividades formais, isto é, com carteira assinada e quantas são informais ou trabalham por conta própria?

Formais: _____

Informais: _____

(88) NS

(99) NR

T.12) Qual é aproximadamente a **renda total mensal de todas as pessoas que moram neste domicílio somando todas as fontes como aposentadoria, salários, bicos, trabalho em casa remunerado, benefício sociais, etc.?**

- (1) Até 01 salário mínimo (até R\$ 788,00)
- (2) Mais de 01 até 02 salários (de R\$ 788,00 a R\$ 1.1576,00)
- (3) Mais de 02 até 03 salários (de R\$ 1.576,00 a R\$ 2.364,00)
- (4) Mais de 03 até 05 salários (de R\$ 2.364,00 a R\$ 3.940,00)
- (5) Mais de 05 até 07 salários (de R\$ 3.940,00 a R\$ 5.516,00)
- (6) Mais de 7 até 10 salários (de R\$ 5.516,00 a R\$ 7.880,00)
- (7) Mais de 10 até 15 salários (de R\$ 7.880,00 a R\$ 11.820,00)
- (8) Mais de 15 até 20 salários (de R\$11.820,00 a R\$ 15.760,00)
- (9) Mais de 20 salários (Acima de R\$ 15.760,00)

(88) NS

(99) NR

T.13) A renda total mensal que sua família recebe atualmente é suficiente para cobrir as despesas cotidianas da casa?

[Caso a resposta seja Não, pode marcar mais de uma opção]

(1) Sim. **[VÁ PARA T.14]**

(2) Não. **[VÁ PARA T.15]**

(88) NS

(99) NR

T.14) Atualmente você possui alguma dívida?

[Caso a resposta seja Sim, pode marcar mais de uma opção]

Não

Sim. De que tipo?

- (1) empréstimos de amigos
- (2) empréstimos de bancos ou instituições financeiras
- (3) cheque especial
- (4) cartão de crédito
- (5) compras a prazo (crediário ou cartão)

(6) financiamento de carro/moto
 (7) financiamento de imóvel
 (8) Outro: Especificar _____

(88) NS (88) NS

T.15) Você recebe ou recebeu ao longo dos últimos anos algum benefício de programas sociais do governo como Bolsa Família, Bolsa Escola, Renda Cidadã?

- (1) Nunca recebeu
 (2) Já recebeu, mas não recebe mais.
 Período em que recebeu: _____ Nome do Programa: _____
 (3) Recebe atualmente.
 Desde quando? _____ Nome do Programa: _____
- (88) NS (88) NS

T.16) Você consegue se lembrar qual era a sua *principal* (ocupação / trabalho) ou, caso você não trabalhasse no período, do responsável pela casa onde você morava cerca de 10 anos atrás?

Trabalho principal [ANOTAR O NOME DADO]: _____

(88) NS (88) NS

T.17) Você diria que nos últimos 10 anos as condições econômicas da sua família:

- (1) Melhoraram
 (2) Permaneceram iguais
 (3) Pioraram
- (88)NS (99)NR

T.18) De acordo com as categorias abaixo, como você classificaria a situação econômica da sua família hoje...

- (1) Muito pobre
 (2) Pobre
 (3) Classe média baixa
 (4) Classe média alta
 (5) Rico
- (88)NS (99)NR

T.19) E como você classificaria a situação econômica da sua família 10 anos atrás?

- (1) Muito pobre
 (2) Pobre
 (3) Classe média baixa
 (4) Classe média alta
 (5) Rico
- (88)NS (99)NR

Agora, vou fazer algumas perguntas sobre sua residência e os que moram com você.

RE.1) A sua residência é...

- (1) Alugada
- (2) Própria já paga (do entrevistado ou de alguém da família)
- (3) Própria em pagamento (do entrevistado ou de alguém da família)
- (4) Cedida por familiares ou amigos
- (5) Cedida por empregador (patrão)
- (6) Cedida de outra forma. **Qual?** [ANOTAR] _____
- (7) Ocupada por invasão
- (8) Outra situação. **Qual?** [ANOTAR] _____
- (88) NS

(99) NR

RE.2) Nesta residência existem quantos(as)...

[NO QUADRO ABAIXO, INDIQUE A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS EXISTENTES. CASO NECESSÁRIO, USE 88 PARA NÃO SABE E 99 PARA NÃO RESPONDEU]

	Quantidade
RE.6.1) Rádios? [NÃO CONTAR RÁDIOS DE AUTOMÓVEIS]	
RE.6.2) TV a cores?	
RE.6.4) Pontos de TV a cabo?	
RE.6.5) Internet de banda larga?	
RE.6.5) Fornos elétricos ou de microondas?	
RE.6.6) Máquinas de lavar roupa? [NÃO CONTAR "TANQUINHOS"]?	
RE.6.7) Linhas de telefone fixo instaladas?	
RE.6.8) Telefones celulares?	
RE.6.9) Microcomputadores?	
RE.6.10) Automóveis para uso particular?	
RE.6.11) Motocicletas para uso particular?	

Agora, vou fazer algumas perguntas a respeito das atividades do seu dia-a-dia.

DD.1) Nos dias de semana, você costuma sair do bairro onde mora para outras regiões da cidade?

Não, faço todas as minhas atividades no bairro que moro. [PULAR PARA DD3]

Sim. Para qual(is) atividades?

- (1) Trabalhar
- (2) Ir para escola/faculdade/cursos
- (3) visitar amigos e/ou familiares

- (4) participar de atividades culturais ou de lazer (99) NR
 (5) Outros. Especificar _____
 (88) NS

DD.2) Em qual bairro fica localizada a principal atividade que você exerce fora de casa? [Se o entrevistado trabalhar e estudar considerar apenas o local de trabalho]

Anotar: _____

- (77)NA (88) NS (99) NR

DD.3) Qual é o **principal** meio de transporte que você costuma usar para fazer seus deslocamentos cotidianos para fora do bairro (Considerar aquele em que você passa mais tempo)?

- (1) a pé
 (2) bicicleta
 (3) carro
 (4) motocicleta
 (5) ônibus
 (6) metrô
 (7) trem (CPTM)
 (8) táxi
 (9) Outro. Especificar _____
 (77)NA

- (88) NS (99) NR

DD.4) Qual é o tempo total que você costuma passar por dia em seus deslocamentos pela cidade para **ir e voltar dos locais de suas atividades cotidianas**?

- (1) No máximo 30 minutos
 (2) Entre 30 minutos e 1 hora
 (3) Entre 1 e 2 horas
 (4) Entre 2 e 3 horas
 (5) Mais de 3 horas

- 77(NA) (88) NS (99) NR

DD.5) Considerando sua experiência atual, você diria que nos últimos 10 anos, o tempo que você leva para se locomover de casa para trabalhar e/ou para estudar nos dias de semana:

- (1) Melhorou
 (2) Permaneceu igual
 (3) Piorou

- (77) (88) NS (99) NR

Agora, vou fazer algumas perguntas a respeito da sua religião e das atividades em grupo de que você participa.

A.1) Nos últimos 30 dias, você fez algum trabalho voluntário (isto é, sem receber pagamento) de ajuda à comunidade, de assistência aos menos favorecidos ou de militância política?

[CASO A RESPOSTA SEJA SIM, PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO]

- Sim. **Qual(is)?**
- (1) De ajuda à comunidade
 - (2) De assistência aos menos favorecidos
 - (3) De militância política
 - (4) Outro(s). [ANOTAR] _____
 - (5) Não fez

(88) NS

(99) NR

A.2) Vou citar uma lista de atividades e gostaria de saber se você participa de alguma delas...

ENTIDADES/ASSOCIAÇÕES/PARTIDOS	1. Participa	2. Não participa
A2. Você participa de		
A.2.a. Entidade beneficente ou de caridade (cujo principal objetivo é ajudar o outro e não promover o interesse ou a identidade do próprio participante)	1	2
A.2.b. Entidade/Associação e/ou esportiva ou cultural (tais como clube, ponto de cultura, coletivo cultural etc.)	1	2
A.2.c Entidade/Associação ligada à defesa dos direitos civis de Mulheres, Crianças e adolescentes, Idosos, Homossexuais, Negros, pessoas com deficiências.	1	2
A.2.d. Entidade/Associação ligada à defesa dos consumidores	1	2
A.2.e. Associação religiosa e/ou igreja tais como: Grupos de Fé, Grupos de Jovens, Grupos de Casais.	1	2
A.2.f. Associação ou conselho comunitária (ligada a questões de moradia, melhoramentos urbanos ou outras políticas públicas, etc).	1	2
A.2.g. Partido político	1	2
A.2.hEntidade estudantil	1	2
A.2.i Sindicato de trabalhadores	1	2
A.2.j. Conselhos Participativo da Subprefeitura ou outro espaço de participação popular oferecido pelo poder público, tais como Assembleia de Orçamento Participativo, Audiências Públicas, etc.	1	2

A.3): Em junho de 2013, milhares de pessoas saíram para as ruas para se manifestar por diversas cidades do Brasil. Você participou de alguma dessas manifestações?

- (1) Não
- (2) Sim, participei de pelo menos uma
- (3) Sim participei em duas ou mais manifestações

(88) NS

(99) NR

A.4): Nos últimos 12 meses você participou de alguma manifestação de rua ou movimento que expressasse alguma reivindicação política? **[se a resposta for não pule para A.6]**

- (1) Não
- (2) Sim, participei de pelo menos uma ocasião
- (3) Sim participei em duas ou mais ocasiões

(88) NS

(99) NR

A.5): Nas manifestações que você participou, qual era **sua principal reivindicação?**

Anote: _____

(77)NA

(88) NS

(99) NR

A.6) Eu vou ler uma lista de religiões e gostaria que você me indicasse qual delas é a sua: **[LEIA DEVAGAR ATÉ A INTERROGAÇÃO, EXATAMENTE NESTA ORDEM, NUNCA PERGUNTE DIRETAMENTE - QUAL É A SUA RELIGIÃO? - SÓ LEIA OS PARÊNTESES SE O ENTREVISTADO TIVER DÚVIDA SOBRE A SUA CLASSIFICAÇÃO]**

- (1) **Evangélica Pentecostal** (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Cruzada, Evangélica, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo, Internacional da Graça Divina, "Crente')
- (2) **Evangélica não Pentecostal** (Batista, Presbiteriana, Metodista, Luterana, Episcopal, Anglicana, Congregacional, Exército da Salvação, "Protestante")
- (3) **Umbanda**
- (4) **Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras** (Xangô, Batuque, Mina, Omoloco, Catimbó)
- (5) **Espirita Kardecista / Espiritualista**
- (6) **Católica**
- (7) **Judaica**
- (8) **Outra religião** (Mormom, Adventista, Testemunha de Jeová, Seicho-No-Iê, Messiânico, Liberdade, Budista, Santo Daime, Muçulmano)
- (9) **Não tem religião nenhuma**
- (10) **É ateu / não acredita em Deus**

(88) NS

(99)NR

A.7): Com que frequência você frequenta a igreja ou participa de atividades ligadas a sua religião:

- (1) Nunca
- (2) Menos de uma vez por semana
- (3) Uma vez por semana
- (4) Duas vezes por semana
- (5) Mais de três vezes por semana

(88) NS

(99) NR

As perguntas a seguir são sobre a convivência com os vizinhos.

CV.1) Com que **frequência** você **conversa pessoalmente ou por telefone com** moradores da vizinhança? Isso costuma acontecer...

- | | |
|-----------------------------------|---------|
| (1) Mais de duas vezes por semana | |
| (2) Uma ou duas vezes por semana | (88) NS |
| (3) Menos de uma vez por semana | (99) NR |
| (4) Nunca | |

CV.2) Com que **frequência** você e seus vizinhos fazem **gentilezas e/ou favores uns aos outros**, como cuidar ou brincar com os filhos, emprestar objetos ou mantimentos, tomar conta da casa ou do carro etc.? Isso costuma acontecer...

- | | |
|-----------------------------------|---------|
| (1) Mais de duas vezes por semana | |
| (2) Uma ou duas vezes por semana | (88) NS |
| (3) Menos de uma vez por semana | (99) NR |
| (4) nunca | |

As próximas perguntas são sobre o que você acha de São Paulo, da vizinhança e do bairro em que você mora com respeito aos serviços públicos que oferece aos moradores.

SP.1) Você se sente seguro/a morando em São Paulo atualmente...

- | | |
|----------|---------|
| (1) Sim. | (88) NS |
| (2) Não. | (99) NR |

SP.2) Você diria que nos **últimos 10 anos**, a **violência na cidade de São Paulo**...

- | | |
|----------------------|---------|
| (1) Aumentou | |
| (2) Permaneceu igual | (88) NS |
| (3) Diminuiu | (99) NR |

SP.3) Você se sente seguro no seu bairro?

- | | |
|---------|---------|
| (1) Sim | |
| (2) Não | |
| (88) NS | (99) NR |

SP.4) E nos **últimos 10 anos**, a **violência no seu bairro**...

- | | |
|------------------------|---------|
| (1) Aumentou | |
| (2) Permaneceu a mesma | (88) NS |
| (3) Diminuiu | (99) NR |

SP.5) Você já ouviu falar a respeito da atuação de grupos ou facções criminosas no seu bairro, tais como quadrilhas de tráfico de drogas, assaltantes, grupos de extermínio etc.?

- | | |
|---------|---------|
| (1) Sim | (88) NS |
| (2) Não | (88) NR |

SP.6) Em termos de oportunidades de crescimento pessoal, com relação a oportunidades de trabalho, você considera que **a cidade em São Paulo** apresenta condições...

- | | |
|---------------|---------|
| (1) Ótimas | |
| (2) Boas | (88) NS |
| (3) Regulares | (99) NR |
| (4) Ruins | |
| (5) Péssimas | |

SP.7) Nos **últimos 10 anos**, você acha que as **oportunidades de trabalho na cidade em São Paulo...**

- | | |
|----------------------------|---------|
| (1) Melhoraram | |
| (2) Permaneceram as mesmas | (88) NS |
| (3) Pioraram | (99) NR |

SP.8) Como você classificaria **seu bairro em termos de renda e condição social...**

- | | |
|------------------------|---------|
| (1) Muito pobre | |
| (2) Pobre | (88) NS |
| (3) Classe média baixa | (99) NR |
| (4) Classe média alta | |
| (5) Rico | |

Por fim, gostaria de saber como você avalia a oferta e a qualidade de alguns serviços públicos no seu bairro, vizinhança ou proximidades e como elas evoluíram nos últimos dez anos.

PP.1) Como você avalia o seguintes serviços em sua vizinhança ou proximidades... ?

	1 – ótimo, 2 – bom ; 3- regular ; 4 – ruim ou 5 – péssimo						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(88)NS	(99)NR
V.8.1) A iluminação das ruas e passeios públicos.							
V.8.2) A pavimentação e manutenção das ruas, calçadas, etc.							
V.8.3) Os locais públicos de esporte, cultura e lazer							
V.8.4) A oferta e a qualidade do transporte público (ônibus, metrô, etc.)							
V.8.5) A oferta de policiamento ostensivo (a pé, viatura, moto, cavalo)							
V.8.6) A oferta e a qualidade dos serviços públicos de saúde							
V.8.7) A oferta e a qualidade dos serviços públicos de educação							
V.8.8) As condições de moradia na sua região, considerando o preço do imóveis, qualidade e localização							

ANEXO 2 – Roteiro das entrevista qualitativas

Bloco 1 – Renda/trabalho/consumo

- 1 – Estrutura da sua família, isto é, aquelas pessoas que moram com você (pais, filhos, irmão)
- 2 - História da sua família nos últimos anos em termos de trabalho e estudo. (Quais foram seus principais trabalhos ou da pessoa responsável pela sua casa? Tem filhos? Filhos estão na faculdade, trabalham, ajudam em casa? Qual curso? Tem alguma bolsa ou incentivo (PROUNI, FIES, PRONATEC, etc.)? Fizeram/fazem escola pública ou particular?)
- 3 – Bens de consumo ou serviços particulares que você não possuía e conseguiu adquirir nos últimos anos (carro, casa, plano de saúde, educação particular, eletrodomésticos, viagens)
- 4 – Bens ou serviços você não possui atualmente e gostaria de poder adquirir?
- 5 – Fale um pouco sobre como vocês administram as contas da casa (rendimento, consumo e acesso ao crédito para despesas cotidianas).

Bloco 2 – Redes e sociabilidade

- 6- Quem são seus principais amigos atualmente? Onde você os conheceu? Com que frequência costuma encontra-los?
- 7 – Vocês costumam fazer favores ou ajudar uns aos outros em momentos e de necessidade? Conte algumas situações em que isso ocorreu.
- 8 – O que você costuma fazer nos momentos de lazer, como fins de semana, férias e feriados? E os seus filhos?
- 9 – Como você costuma se manter informado (rádio, TV, jornais, internet)?
- 10 – Internet e redes sociais (Usa? Pra que? Com que frequência? Qual sua opinião a respeito? Confia nas informações vinda de lá?)
- 11 – Frequenta alguma igreja? Qual? Quantas vezes por mês, por ano? Que tipo de atividades participa na igreja?

Bloco 3 – Relação com a cidade e cidadania

- 12 – Você gosta de morar em São Paulo ou se pudesse se mudaria para outra cidade? Por quê?
- 13 – O que você acha que São Paulo pode te oferecer que outras cidades não poderiam? E o que outras cidades poderiam te oferecer que São Paulo não possui?

- 14 – Você costuma usar locais públicos como praças, ruas, parques? O que você acha do uso desses espaços para a realização de shows, festas, bailes ou para o lazer de jovens e crianças?
- 15 – Você ou alguém da sua família costuma ir a reuniões para discutir ações do governo na sua região (como conselhos de saúde, conselhos tutelares, associações de moradores, ONGS ou outras organizações). Como passou a participar desses espaços? Você tem conhecimento da existência desses espaços na sua região? Qual sua opinião sobre eles?
- 16 – Qual a sua opinião sobre manifestações públicas, tais como greves, passeatas, etc.? Você costuma participar desse tipo de atividade?
- 17 – Já viu pessoas armadas na vizinhança? Já viu tiroteio na região?
- 18 – Como é a relação da polícia com os moradores da região?
- 19 – Você assiste programas policiais na televisão, do tipo Cidade Alerta, Brasil Urgente?
- 20 – O que você acha da política no Brasil? Lembra em quem votou nas últimas eleições? O que acha do prefeito, governador e da Presidenta da República?